

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUCRS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO

ANDREA HELENA PETRY RAHMEIER

Relações diplomáticas e militares
entre a Alemanha e o Brasil:
da proximidade ao rompimento
(1937-1942)

Orientador: Prof. Dr. René Ernaini Gertz

Porto Alegre
2009

ANDREA HELENA PETRY RAHMEIER

**Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil:
da proximidade ao rompimento (1937-1942)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. René Ernaini Gertz

Porto Alegre

2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R147r Rahmeier, Andrea Helena Petry
Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942) / Andrea Helena Petry Rahmeier. -- 2009.
390 f. : il. Color. ; 30 cm.

Tese (Doutorado) -- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS, 2009.

Orientador: Prof. Dr. René Ernaini Gertz

1. Relações exteriores - Alemanha - Brasil. 2. Governo Vargas. 3. História - Brasil - Alemanha. I. Título.

CDD 327

Ficha elaborada pela bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil CRB 10/1184

ANDREA HELENA PETRY RAHMEIER

**Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil:
da proximidade ao rompimento (1937-1942)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em ____ de _____ de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. René Ernaini Gertz (Orientador)
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Prof. Dr. Flavio Madureira Heinz
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Prof. Dr. Helder V. Gordim da Silveira
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman
Universidade de Passo Fundo – UPF

Profa. Dra. Priscila Ferreira Perazzo
Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Dedico esta obra

ao meu filho Guilherme Gabriel,

que foi concebido, gerado e se desenvolveu junto com este trabalho,

à memória dos meus avós, Teno Petry, Erica Petry e Edgar Gräwer, e

ao *mestre* Marcos Justo Tramontini.

AGRADECIMENTOS

Ao longo destes quase cinco anos de trabalho, entre a montagem do projeto e a conclusão desta tese, encontrei, nas diferentes etapas, muitas pessoas que me auxiliaram, em função disto, peço desculpas se por acaso alguém for esquecido.

Agradeço ao meu marido, amigo e companheiro, Marcos Alberto Rahmeier, por me apoiar, incentivar, financiar e auxiliar em todos os momentos, pela segunda vez. Auxiliou na pesquisa, na busca de algumas soluções, na tradução de alguns documentos, na assessoria da diagramação e formatação deste trabalho, além de ter tido a paciência em ouvir por diversas vezes o mesmo assunto, e ainda ter lido todo este trabalho e sugerido melhorias. Em outras palavras, ter sido meu ombro fiel em todas as situações da elaboração desta tese, da vida profissional e da maternidade.

Ao meu filho Guilherme Gabriel, por ter me dado animo e ser mais um motivo para acabar este trabalho.

Aos meus pais, aos meus sogros, ao meu irmão, aos meus cunhados, as minhas cunhadas e aos sobrinhos e sobrinhas, por incentivarem e apoiarem minhas decisões, além de compreenderem as ausências e a falta de tempo.

À minha cunhada, Marquit Rahmeier, que por sete meses auxiliou e cuidou do Guilherme Gabriel, a fim de que pudesse me dedicar à escrita deste trabalho, além de ter me acompanhando em algumas atividades do doutorado, para poder amamentá-lo.

Ao professor Dr. René Ernaini Gertz, por ser um exemplo de orientador, indicando caminhos, emprestando material, auxiliando e revisando a tradução dos documentos inseridos nesta tese, sugerindo, mas nunca impondo nada.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e seus professores por terem proporcionado momentos de debate e discussão sobre metodologias e sobre o tema em estudo, e seus funcionários pela colaboração.

Aos colegas do PPG, pelo convívio.

Aos professores Prof. Dr. Helder V. Gordim da Silveira e Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman, pelas considerações na banca de qualificação.

Ao professor Dr. Holger M. Meding, professor da Universidade de Colônia, por ter até o último momento fornecido documentação na tentativa de conseguir uma bolsa sanduíche. Mesmo sem essa ser concedida ter dedicado parte do seu tempo para indicar caminhos e encaminhar cartas de apresentação para os arquivos alemães.

À CAPES, pela bolsa de estudo que cobriu os gastos com o curso.

À Secretaria Municipal de Educação de São Leopoldo, na pessoa da secretária, Maria Luiza Sedrez, e da diretora pedagógica, Leocádia Inês Schoffen, onde durante o período da tese, 2005 a 2009, desempenhei minhas atividades profissionais, por possibilitarem horários flexíveis para cumprir com as atividades que o Doutorado exigia. Além de terem me liberado para usufruir o benefício da Licença Prêmio durante a realização da pesquisa na Alemanha.

Às minhas amigas e colegas de trabalho pela compreensão nas trocas de horários, nos momentos em que me licenciei, além de estarem constantemente me dizendo que há vida além da tese, isto é, fazendo com que deixasse a tese e também fizesse outras atividades.

À Rosane Marcia Neumann por, em muitos momentos, termos trocado inúmeras informações e idéias, debatido sobre o tema, além de ter lido a primeira versão desta tese e ter feito diversas sugestões. Isto é, ter sido uma amiga que acompanhou cada novo capítulo e cada novo problema.

Aos amigos pesquisadores Marcos Witt, Isabel Cristina Arendt, Imgart Grützmann, Arthur B. Rambo, Nilza Huyer Ely, pelos anos de convívio, trocas de idéias e estudo.

À Ingrid Marxen por ter me auxiliado nos contatos para a busca de hospedagem na Alemanha.

Aos novos amigos que adquiri durante o período de pesquisa na Alemanha e tão gentilmente me acolheram, Dr. Débora Bendocchi Alves, em Colônia, Pastor Rogério Moreira e família, em Freiburg.

À Leoni Piltz-Kirchner, amiga da adolescência, que me acolheu durante uma semana em Goslar, na Alemanha, num dos momentos de maior tensão durante a pesquisa.

Ao casal de diplomatas alemães Axel e Susanne Gutmann, por terem me acolhido durante a estada em Berlim, terem proporcionado diversas descobertas e indicado diversos caminhos.

Aos profissionais dos arquivos alemães por atenderam prontamente as necessidades de pesquisa.

À Sandra Land, por ser aquela amiga com a qual sempre estive me comunicando, e suas palavras serem um novo encorajamento para superar os desafios, além de ter feito a revisão desta tese.

RESUMO

O presente texto aborda as relações diplomáticas, políticas e militares entre Alemanha e Brasil. O trabalho propõe inovar em relação aos já existentes sobre essa temática, pois inverte a ótica de análise, investigando as ações diplomáticas, políticas e militares da Alemanha em relação ao Brasil. A base fundamental foi a documentação militar e diplomática existente no Arquivo Nacional Alemão (*Bundesarchiv*), tanto no departamento sobre os assuntos relacionados com o período da história alemã denominado de *Reich* (*Abteilung Deutsches Reich*), quanto no conjunto de documentação militar (*Abteilung Militärarchiv*); no Ministério das Relações Exteriores (*Auswärtiges Amt*). Nestes arquivos, estão os registros governamentais do III *Reich*, tornando possível compreender a relação da Alemanha com o Brasil. O marco temporal da tese compreende a estruturação dos governos de Hitler e de Vargas, da metade da década de 1930 até a declaração de guerra brasileira à Alemanha, em agosto de 1942, momento em que foram interrompidas todas as relações e possibilidades de entendimento entre os dois países. O período mais específico de 1937 a 1942 engloba duas conjunturas históricas distintas: a primeira, de pré-guerra, e a segunda, de guerra propriamente dita, iniciada em setembro de 1939. As relações diplomáticas, políticas e militares entre os dois países, nesses dois períodos, foram de descontinuidades, isto é, a política externa era guiada pelas circunstâncias e não por uma continuidade ideológica. A partir de 1939, quando se iniciou a guerra, também houve interferências da realidade da guerra. Para a realização da pesquisa e o tratamento das fontes, buscou-se aporte teórico-metodológico na história política, na análise de discurso através da intertextualidade, nas discussões sobre relações exteriores.

Palavras-chave: Alemanha; Brasil; relações exteriores; governo Vargas; *III Reich*;

ABSTRACT

This text introduces the diplomatic, political and military relationship between Germany and Brazil. The current work innovates and shows to be singular comparing to the already existing texts that were previously wrote above the same area under discussion; explore the diplomatic, political and military relation, between Germany and Brasil based on the German point of view related to Brazil. The most important research basis was the military, diplomatic and political documentation found at the German National Archive (*Bundesarchiv*), at the section that has the documents of the historical period known as *Reich* (*Abteilung Deutsches Reich*) and at the military section (*Abteilung Militärarchiv*); at The Federal Foreign Office (*Auswärtiges Amt*). These offices own the *III Reich* governmental records that make it possible to understand the connections between Germany and Brazil. The thesis temporal boundaries comprehend Hitler's and Vargas' governmental organization, from the half of the decade of 1930, until Brazil declares war against Germany on August 1942. At this historical moment all relations and any possibility of understanding between the two countries were stopped. The period from 1937 to 1942 includes specifically two distinct historical conjunctures; first: the pre-war period and second: the war time that started on September 1939. The diplomatic, political and military relations between the two countries under discussion, along the two periods, were of discontinuance, specifically, the external policy was conducted by the circumstances and not by an ideological continuity. From 1939 ahead, when the war started, the relations were permeated according to the war reality. For doing the research and the sources handling, theoretical-methodological contributions were searched in the political history, the discourse analysis through the intertextuality and at the discussions on external relationships.

Key-Words: Germany, Brazil, external relations, Vargas government, III Reich

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nomeação de Bohle	58
Figura 2 - Carta da Embaixada Alemã do Rio de Janeiro ao AA.....	69
Figura 3 - Visita da esposa de Bohle ao Itamaraty	105
Figura 4 - Decreto-lei nº 383	106
Figura 5 - Parte do telegrama nº 89	146
Figura 6 – Carta de 25 de janeiro de 1939	164
Figura 7 – NSDAP concorda com a nomeação de Prüfer	171
Figura 8 - Material de divulgação.....	221
Figura 9 - Carta de Prüfer de 16 de janeiro de 1942.....	271
Figura 10 - Carta brasileira do corte das relações diplomáticas	278
Figura 11 – Mapa do território brasileiro, 1940	293
Figura 12 - Pensamento da marinha de guerra alemã.....	327
Figura 13 - Plano de ataque ao litoral brasileiro.....	333
Figura 14 - Autorização de agosto de 1942.....	341
Figura 15 - Mapa dos navios brasileiros afundados no Atlântico Sul	343

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Escolas alemãs no exterior.....	67
Quadro 2 - Representações diplomáticas alemãs por continentes em 1937.....	71
Quadro 3 - Representações diplomáticas alemãs na América em 1937	72
Quadro 4 - Representações diplomáticas alemãs por continentes em 1938.....	116
Quadro 5 - Representações diplomáticas alemãs na América em 1938	117
Quadro 6 - Dados comerciais da Alemanha em 1936 e 1937	121
Quadro 7 - Perdas dos inimigos do começo da guerra até 31.12.1942.....	308
Quadro 8 - Perdas dos inimigos no ano de 1942	309
Quadro 9 - Navios brasileiros atacados em fevereiro e março de 1942.....	313
Quadro 10 - Navios brasileiros atacados em maio e junho de 1942.....	328
Quadro 11 - Navios brasileiros atacados em julho de 1942.....	338
Quadro 12 - Navios brasileiros atacados em agosto de 1942.....	342

LISTA DE SIGLAS

- AA** – *Auswärtiges Amt* (Ministério das Relações Exteriores da Alemanha)
- ABC** – Argentina, Brasil e Chile
- AHRS** – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
- APA da NSDAP** – *Aussenpolitisches Amt der NSDAP* (departamento de política externa dentro do partido)
- APA do AA** – *Aussenpolitisches Amt des AA* (departamento de política externa dentro do Ministério das Relações Exteriores)
- AO** – *Auslandsorganisation der NSDAP* (Organização do partido nazista no exterior)
- BA MA** – *Bundesarchiv – Militärarchiv in Freiburg* (Arquivo Nacional Alemão – Arquivo Militar em Freiburg)
- BA R** - *Bundesarchiv – Abteilung Deutsches Reich* (Arquivo Nacional Alemão, referente aos assuntos relacionados com o período da história alemã denominado de *Reich*)
- BdU** – *Befehlshaber der Unterseeboote* (Comandante dos Submarinos)
- BRT** – *Brutto-Register-Tonnen* (registro bruto por tonelada)
- DAI** – *Deutsche Auslandsinstitut* (Instituto Alemão para o Exterior)
- DNB** – *Deutsches Nachrichten Büro*
- EUA** – Estados Unidos

NSDAP – *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (Partido Nacional-Socialista Alemão do Trabalho)

NSLB – *Nationalsozialistische Lehrerbund* (associação dos professores nacional socialistas)

OKM – *Oberkommando der Kriegsmarine* (Comando Supremo da Guerra Marinha)

OKW – *Oberkommando der Wehrmacht* (Comando Supremo das Forças Armadas)

OKH – *Oberkommando des Heeres* (Comando Supremo do Exército)

PAAA – *Politischen Archiv des Auswärtiges Amts* (Arquivo do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha)

SkI – *Seekriegsleitung* (Comando de Guerra Marítima)

SS – *Schutzstaffel* (Polícia do partido nazista)

VDA - *Verein für Deutschtum im Ausland* (Associação para o germanismo no exterior)¹

VoMi - *Volksdeutsche Mittelstelle* (Agência que representa o povo alemão)

¹ A sigla VDA teve algumas mudanças em seu nome no decorrer dos anos. Inicialmente o V significava *Volksbund*, depois passou a ser *Verband* e no período desta pesquisa era *Verein*. Sendo assim, é possível encontrar estas três formas de se referir à instituição.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
------------------------	-----------

I PARTE ANOS ANTERIORES AO INÍCIO DA II GUERRA MUNDIAL

1 RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS EM FINS DE 1937.....	35
---	-----------

1.1 CONCEPÇÕES DE NACIONALISMO.....	35
1.1.1 Na Alemanha.....	36
1.1.2 No Brasil.....	38
1.1.3 Comparações.....	40
1.2 CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO.....	41
1.2.1 Alemanha.....	41
1.2.2 No Brasil.....	46
1.2.3 Comparações.....	52
1.3 AUSWÄRTIGES AMT.....	54
1.3.1 Interferência do partido no AA.....	56
1.3.2 - <i>Deutschtum</i>	61
1.3.2.1 No Brasil.....	63
1.3.2.2 Nas entidades alemãs que atuavam no exterior.....	66
1.3.3 Representações diplomáticas.....	70
1.4. RELAÇÕES COMERCIAIS.....	74
1.4.1 Política comercial.....	74
1.4.2 Jogo Político Brasileiro.....	78
1.4.3 Comparações.....	81

1.5 AS QUESTÕES MILITARES E POLICIAIS.....	82
1.5.1 Forças Armadas.....	82
1.5.1.1 Aquisição de Armas.....	83
1.5.1.2 Serviço militar.....	85
1.5.2 Cooperação entre as polícias.....	86
1.6 CONCLUSÃO PARCIAL.....	88
2 O INÍCIO DA CRISE DIPLOMÁTICA.....	91
2.1 REPERCUSSÃO DA CRIAÇÃO DO ESTADO NOVO.....	92
2.2 A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO.....	96
2.2.1 Ações dirigidas às comunidades de descendentes de imigrantes.....	97
2.2.2 Ações contra cidadãos alemães.....	102
2.3 PROIBIÇÃO DOS PARTIDOS ESTRANGEIROS.....	106
2.4 REPORTAGENS NEGATIVAS SOBRE A ALEMANHA.....	113
2.5 DIPLOMACIA ALEMÃ.....	115
2.5.1 Com outros países.....	115
2.5.2 Na América.....	116
2.5.3 Em relação à educação.....	117
2.5.4 Em relação à teoria da grande Alemanha na América.....	119
2.6 RELAÇÕES COMERCIAIS.....	121
2.6.1 Análise de diplomatas alemães.....	123
2.6.2 <i>Winterhilfswerk</i> (ajuda de inverno).....	124
2.7 QUESTÕES MILITARES E POLICIAIS.....	126
2.7.1 Forças armadas.....	126
2.7.1.1 Aquisição de armas.....	127
2.7.1.2 Serviço militar.....	128
2.7.2 Cooperação entre as polícias.....	131
2.8 CONCLUSÃO PARCIAL.....	134
3 TEMPOS DE TENSÕES DIPLOMÁTICAS.....	139
3.1 TENTATIVA DO GOLPE INTEGRALISTA: CONSEQUÊNCIAS.....	141
3.1.1 Na imprensa.....	141
3.1.2 Prisões de cidadãos alemães.....	145
3.2 RELAÇÃO DE RITTER COM O <i>AUSWÄRTIGES AMT</i>.....	149
3.2.1 A indelicadeza diplomática.....	150
3.3 PROIBIÇÃO DA NSDAP.....	153
3.4 EMBAIXADORES CONSIDERADOS <i>PERSONAE NON GRATAE</i>.....	159
3.4.1 Ritter.....	159
3.4.2 Muniz de Aragão.....	161

3.4.3 Passos seguintes	162
3.5 EMBAIXADAS SEM EMBAIXADORES	165
3.5.1 Reaproximação	168
3.6 ATUAÇÃO DIPLOMÁTICA SEM GRANDES IMPLICAÇÕES.....	172
3.6.1 Caso Kopp.....	173
3.6.2 Reunião dos chefes de missão diplomática da Argentina, do Brasil, do Chile e do Uruguai	174
3.6.3 Na Campanha de Nacionalização	178
3.6.3.1 Prisões de <i>Reichsdeutsche</i>	180
3.6.4 Questões jornalísticas	182
3.7 RELAÇÕES COMERCIAIS	185
3.8 QUESTÕES MILITARES	187
3.8.1 Forças Armadas	188
3.8.1.1 Aquisição de armas	189
3.9 CONCLUSÃO PARCIAL.....	191

II PARTE OS PRIMEIROS ANOS DA II GUERRA MUNDIAL

4. TEMPOS DE REAPROXIMAÇÃO DIPLOMÁTICA.....	198
4.1 POLÍTICA EXTERNA ALEMÃ.....	202
4.1.1 <i>Iberoamerika-Konferenz</i>	202
4.1.2 Apresentações dos embaixadores	203
4.1.3 Conseqüências da invasão na Polônia	204
4.1.3.1 Conferência do Panamá.....	206
4.1.3.1.1 Zona de Segurança Continental	208
4.1.4 Conseqüências das invasões ocorridas entre abril e junho de 1940.....	210
4.1.4.1 Conferência de Havana	213
4.1.5 A partir de agosto de 1940.....	215
4.2 ATUAÇÃO DIPLOMÁTICA SECUNDÁRIA	217
4.2.1 Propaganda.....	218
4.2.2 Nacionalização e a Proibição da NSDAP	222
4.3 RELAÇÕES COMERCIAIS	225
4.3.1 Durante a guerra	226
4.3.2 Perspectiva de futuros acordos comerciais	229
4.3.3 A siderurgia.....	231
4.3.4 Negociações para compra de navios alemães	234
4.4 QUESTÕES MILITARES	235
4.4.1 Aquisição de Armas.....	237
4.5 CONCLUSÃO PARCIAL.....	245

5 TEMPOS DE INCERTEZAS..... 250

5.1 SITUAÇÃO LATINO-AMERICANA..... 255

5.2 A POSIÇÃO BRASILEIRA..... 256

5.2.1 Os primeiros sinais de dúvida 257

5.2.2 A dúvida..... 260

5.2.3 Ataque a *Pearl Harbor* 263

5.2.3.1 Correspondência da Embaixada Brasileira em Berlim apreendida e repassada para o AA..... 268

5.2.4 Conferência do Rio de Janeiro 269

5.3 QUESTÕES COMERCIAIS..... 279

5.3.1 Compra de navios alemães..... 280

5.4 QUESTÕES MILITARES 283

5.4.1 Brasil e EUA 284

5.4.2 Armamentos 286

5.4.3 Linhas Aéreas e Aeroportos no Brasil 288

5.4.3.1 Linhas aéreas com a Europa..... 289

5.4.3.2 Linhas internas..... 290

5.4.3.3 Aeroportos..... 292

5.5 CONCLUSÃO PARCIAL..... 294

6 CORTE DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS 300

6.1 AS PRIMEIRAS AÇÕES..... 302

6.1.1 Representação e situação dos brasileiros na Alemanha..... 303

6.1.2 Representação e situação dos alemães no Brasil..... 306

6.1.3 Ações dos submarinos alemães 308

6.2 AS PRIMEIRAS REAÇÕES 314

6.2.1 No Brasil 314

6.2.1.1 Decreto-lei nº 4.166 315

6.2.1.2 Prisão de cidadãos alemães 317

6.2.2 Na Alemanha..... 321

6.3 REPATRIAMENTO 323

6.4 SITUAÇÃO COMPLEXA 326

6.4.1 Ataque brasileiro a submarinos eixistas..... 328

6.4.2 Planejamento de ataque aos portos brasileiros..... 332

6.5 DESTINO TRAÇADO 336

6.5.1 Ataque aos navios brasileiros em julho 337

6.5.2 Brasileiros na França 338

6.5.3 Ataque aos navios brasileiros em agosto 340

6.6 DISCUSSÕES SEM NENHUMA REPERCUSSÃO NO BRASIL..... 346

6.6.1 Espiões 347

6.6.2 Armamentos	348
6.6.3 Plínio Salgado	349
6.7 CONCLUSÃO PARCIAL.....	350
CONCLUSÃO	354
FONTES DE PESQUISA.....	365

INTRODUÇÃO

Os historiadores, muitas vezes, ao retratarem fatos e atores históricos, acabam caindo no maniqueísmo, qualificando-os de bons ou maus. No entanto, todo trabalho sério precisa apresentar os fatos, os contextos e as conjunturas com neutralidade, pois toda história tem mais de uma versão, dependendo das fontes utilizadas e do olhar que se tem sobre as mesmas.

Outra questão que não pode ser esquecida é que, normalmente, cada ação estimula uma reação e esta, uma nova ação. Em alguns casos, um pequeno incidente transforma-se numa situação sem volta, e quando não analisado todo o contexto, o pesquisador acaba retratando apenas parte da realidade. Num contexto de guerra, as ações e as reações estão carregadas de sentimentalismos e revanchismos. Em algumas circunstâncias, retaliações e perseguições tornam-se grandes problemas, e, em outros, dependendo das intenções políticas, são relevados por algum tempo.

Estas são apenas algumas considerações que devem ser levadas em conta ao lidar com temáticas relacionadas à Segunda Guerra Mundial. Pela proximidade temporal e pelas conseqüências que esta guerra trouxe consigo, assuntos relacionados a este tema facilmente apresentam a divisão entre bem e mal, principalmente quando abordam de forma subjetiva os acontecimentos e utiliza-se de um único olhar baseado em um único tipo de fonte. Neste caso, o historiador pode acabar exagerando na emissão de juízos de valor em relação aos fatos e aos personagens.

O presente texto aborda as relações exteriores, especificamente as diplomáticas, as políticas e as militares, entre a Alemanha e o Brasil que, até 1937, estavam em franco aprofundamento e que, a partir de então, tiveram um constante declínio, chegando ao total rompimento em agosto de 1942, quando o Brasil declarou guerra contra os países do Eixo. O trabalho propõe inovar e ser diferente em relação aos demais já existentes sobre esta temática, pois inverte a ótica de análise, ou seja, investiga as relações diplomáticas, políticas e militares da Alemanha em relação ao Brasil, baseando-se na documentação militar e diplomática das instâncias alemãs da respectiva área. Nestes arquivos estão os registros governamentais do III *Reich*, tornando possível compreender a relação entre os dois países de 1937 a 1942, isto é, do auge das relações até a declaração de guerra do governo brasileiro. Com isso se buscam subsídios para a averiguação da tese de que as relações entre Alemanha e Brasil foram de descontinuidade, alterando-se conforme a conjuntura histórica vivida em cada momento, isto é, a política externa era guiada pelas circunstâncias e não por uma política de continuidade. A partir de 1939, foram permeadas também pelas intenções bélicas do governo de Hitler.

Esta tese inverte a tradicional forma de pesquisar as relações diplomáticas do Brasil, pois se concentra na documentação produzida pela diplomacia e pelos militares alemães, e não brasileiros. Não se ignora o fato de que houve historiadores brasileiros ou pesquisadores de outros países investigaram a história do Brasil em relação à Alemanha, utilizando uma pequena parte da documentação diplomática alemã, mas não fizeram o cruzamento das fontes diplomáticas com as militares daquele país. Em nenhuma das obras consultadas houve uma pesquisa documental mais aprofundada nos arquivos militares alemães sobre este tema, esquecendo ou ignorando que, com a eclosão da guerra, os interesses militares e diplomáticos se cruzaram.

Para estudar um período de guerra, é necessário ter consciência de que os pontos de referência habituais da vida política (parlamento, partidos, jornais etc.) se diluem, fato que na Alemanha nazista já havia se concretizado. Entretanto, surgem três elementos que estão intimamente entrelaçados: a violência original e específica da guerra, que desemboca na “ida aos extremos”; a arte militar, simbolizada pelo comandante-em-chefe, senhor do terreno e da manobra; a subordinação da diplomacia dos Estados aos rumos da guerra. Conforme Charles Zorgbibe (1997, p. 594), com o início da guerra, a diplomacia alemã passou a ficar ofuscada

diante das operações militares. Neste sentido, o alto comando da guerra adquire um *status* elevado, muitas vezes, tornando-se um Estado dentro do Estado (AZÉMA, 1996, p. 400-411).

A compreensão desse período de exceção, faz necessário entender, em um primeiro momento, o surgimento e a consolidação dos regimes políticos na Alemanha e no Brasil em tempos de paz, com enfoque nos anos pré-guerra de 1937 e 1938, nomeado nesta tese de “Anos anteriores ao início da II Guerra Mundial”. Todavia, de 1939 a 1942, nos “Primeiros Anos da II Guerra Mundial”, a política diplomática alemã tinha como propósito auxiliar as ações e intenções geradas pelo conflito, e as forças armadas passaram a acompanhar e a influenciar as relações diplomáticas. As relações internacionais no pré-guerra e durante o conflito foram distintas.

Outra necessidade que se impõe nesse tipo de análise é a de fazer uma leitura do conjunto da documentação existente dentro do Ministério das Relações Exteriores e dos órgãos militares da Alemanha sobre o Brasil, e ainda tentar analisar as discussões internas entre estes órgãos governamentais. As possibilidades de saber por quem e para quem foram escritos os documentos, proporciona uma análise do conjunto das informações elaboradas pelos diplomatas alemães sobre o assunto, dando condições de fazer uma intertextualidade entre os mesmos, isto é, tentar entender melhor a linha de raciocínio dos diplomatas e não apenas conhecer algumas afirmações, sem uma contextualidade de cada um dos documentos analisados (ORLANDI, 2005). Neste sentido, sempre se buscou analisar o conjunto da documentação que, em muitos casos, foi a única forma de entender diferentes documentos específicos. Entretanto, há documentos que, no contexto, eram inteligíveis aos contemporâneos, mas, pelo fato de este tipo de linguagem não ser mais utilizada nos dias de hoje, uma leitura atual não os deixa facilmente inteligíveis, exigindo ferramentas de leitura e cruzamento com outras fontes. Em alguns casos, em função de não ter sido encontrada toda a seqüência de discussões, ou, ainda, porque foram escritos em forma codificada, tornaram-se incompreensíveis ou sem sentido, neste momento. Assim, talvez só venham a ser inteligíveis no futuro, com novas leituras, novas informações e novas análises.

A tese tem por cerne compreender o rumo da atuação política, diplomática e militar do III *Reich*² em relação ao Brasil, durante os primeiros cinco anos do Estado Novo e de

² **III Reich** designa o período de governo de Adolf Hitler (1933-1945). A seqüência foi estabelecida em função da existência de um período posterior ao Sacro Império Romano-Germânico dito o **I Reich** e do Império Alemão

confirmar a hipótese de que esta foi adaptada conforme o contexto histórico vivenciado, seguindo objetivos bélicos. O marco temporal da tese compreende a estruturação dos governos de Hitler e Vargas até a declaração de guerra brasileira à Alemanha, momento em que foram interrompidas todas as relações e possibilidades de entendimento entre estes países.

Naquilo que se refere à história política, este texto pretende seguir as discussões atuais que apontam para uma análise renovada, que busca entender até que ponto os homens são genuínos sujeitos históricos ou meros atores dentro de uma estrutura de poder, isto é, o resgate do papel e da importância do político sem recair na tradicional história política com viés positivista (SEGA, 2002, p. 193). Isto porque o político não tem fronteiras naturais “é uma construção abstrata, assim como o econômico ou o social, é também a coisa mais concreta com que todos se deparam na vida, algo que interfere na sua atividade profissional ou se imiscui na sua vida privada” (REMOND, 1996, p. 442). Outra característica fundamental é que, na história ocidental, o político se confunde com a nação e com o Estado. Sendo assim, os acontecimentos políticos podem ser os fundadores das mentalidades, uma vez que soldam a lembrança de uma geração, tanto de forma positiva quanto negativa (REMOND, 1996, p. 441 e ss.).³

Naquilo que tange às discussões sobre relações exteriores, este trabalho quer fugir da tradicional história diplomática que privilegia as relações entre Estados. O objetivo é trabalhar num terreno teórico mais amplo, o das relações internacionais, por querer englobar processos militares, diplomáticos e políticos, além do econômico (ALMEIDA, 1991, p. 164).⁴ Em outras palavras, pretende-se abordar as identidades representadas por estes Estados, além de focar nas relações diplomáticas, militares e políticas do *III Reich* com o Estado Novo. Neste sentido, entende-se que outros atores, além do poder central dos Estados, participaram das relações entre os dois países envolvidos. Entretanto, durante a redação do texto, por opção, não se utilizou o termo relações internacionais, porque historicamente, na década de 1930 e 1940 ainda não havia surgido tal nomenclatura.

de 1871 a 1918, o *II Reich*. Isto foi feito para sugerir um regresso glorioso da Alemanha anterior à República de Weimar instaurada em 1919, mas que nunca foi dissolvida.

³ Quem desejar mais detalhes sobre as diferenciações teóricas em história política deve ler os textos de René Gertz (1999) e Thomas Mergel (2003).

⁴ A sociedade atual foi o resultado da transição de um mundo determinado por relações entre Estados, para um mundo baseado em relações entre povos, dando origem às sociedades internacionais contemporâneas. Estas se caracterizam por serem globalizadas. Além do Estado, outros atores participam das relações internacionais, sendo assim não existe um poder central na sociedade, a qual é progressivamente desigual e não tem uma única identidade (PEREIRA CASTAÑARES, 2001, p. 13 a 39).

A partir da segunda metade da década de 1930, as negociações diplomáticas e as afinidades políticas entre os governos brasileiro e alemão haviam aproximado os dois países. O governo do *III Reich* e seu corpo diplomático estavam passando por mudanças, que se consolidaram entre 1937 e 1938. Houve uma alteração conjuntural que ajudou a moldar o contexto e o rumo das tratativas diplomáticas alemãs com outros países, inclusive com o Brasil. Ambos os governos procuravam obter um consenso interno para desenvolver a política externa, visando a integrar as massas e a superar as ideologias antagônicas e as lutas partidárias, isto é, a política interna influenciou as decisões da política externa (MILZA, 1996, p. 370 e ss; RODRIGUES, 1995, p. 27; MOURA, 1983). No caso da Alemanha, nos primeiros anos do *III Reich* (1933-1937) estruturou-se a política interna, a qual, aos poucos, foi mudando o rumo da política externa. No Brasil, a tomada de poder por Vargas em 1930 e sua permanência nos anos subseqüentes possibilitaram a consolidação da base interna para a criação do Estado Novo. Voltando à Alemanha, pela dificuldade de apresentar as transformações dentro do *Auswärtiges Amt* – AA – (Ministério das Relações Exteriores) sem contextualizá-las, optou-se em estudar sucintamente o contexto histórico dos anos que precederam 1937, e que provocaram alterações nas negociações alemãs com o Brasil, antes de analisar profundamente os anos subseqüentes.⁵ Assim, até fins de 1937, houve proximidade política entre os governos de Getúlio Vargas e de Adolf Hitler, ainda que tivessem entendimentos divergentes sobre a concepção de nacionalidade. Na Alemanha, a nacionalidade fora construída, paulatinamente, ao longo de muitos anos, e este sentimento nacional fazia parte da identidade do povo alemão, que defendia a sua preservação. Já no Brasil, as características da sociedade, e, conseqüentemente, da nacionalidade ainda estavam sendo construídas e, por isso, se tinha uma idéia de projeção ao futuro. Mas essas divergências tiveram relativamente pouca importância no período em que ambos os países estavam estruturando sua política interna e externa, isto é, até fins de 1937. Essa mesma questão, porém, passa a ser importante gerador dos conflitos durante o ano de 1938.

Deve ser lembrado que, nas décadas de 1930 e 1940, o referencial de *poder* no sistema internacional era a capacidade militar de cada país (ALVES, 2002, p. 21 e ss, 186). Na Alemanha, os políticos consideravam que para ter o reconhecimento de que eram um país

⁵ Antes de 1937, houve divergências diplomáticas que geraram pequenas discordâncias, mas que não tiveram grandes conseqüências. Tanto é que em 1936 o Brasil e a Alemanha ampliaram as negociações, pois as respectivas representações diplomáticas foram elevadas da categoria de legações a embaixadas. Dado que demonstra o crescimento da importância que esses países se atribuíram mutuamente.

com relevância no contexto internacional, o país deveria reestruturar seu exército, implementando o serviço militar e modernizando seus armamentos. Já o Brasil, para atingir seus objetivos, precisava, no mínimo, de recursos para o seu exército, mesmo que sua economia fosse baseada na atividade primária e não industrial. Neste sentido, os dois países tiveram interesses e intenções em comum na área militar.

O envolvimento do Brasil na II Guerra Mundial e a política exterior do início do Estado Novo foi tema de vários estudos historiográficos, privilegiando diferentes aspectos. Todos eles, porém, caracterizam-se como estudos “de dentro para fora”, isto é, analisam as relações diplomáticas a partir da perspectiva do Brasil em relação tanto à Alemanha quanto aos Estados Unidos (ALVES, 2002; CERVO, 1994; CORSI, 1993; SEITENFUS, 1985; MOURA, 1980; GAMBINI, 1977;⁶ HILTON, 1977;).⁷ Em contraposição, esta tese centra o olhar na documentação alemã, isto é, fazer uma análise “de fora para dentro”. Os trabalhos dos citados autores foram utilizados nesta tese para comprovar ou questionar informações encontradas nos documentos pesquisados, mas só quando os autores estão equivocados fez-se uma referência mais expressa, para tentar consertar os equívocos. Alguns desses equívocos podem ter ocorrido justamente porque não foram consultados os documentos aqui utilizados.

Na historiografia brasileira existem diversos trabalhos referentes às relações exteriores; entretanto, quase todos centram a análise na questão econômica entre Brasil, os países do Eixo e os Estados Unidos – EUA – (ALVES, 2002; CORSI, 1993; SEITENFUS, 1985; MOURA, 1980; GAMBINI, 1977; HILTON, 1977;). Os pesquisadores que trabalharam com este tema analisaram exaustivamente a documentação brasileira, mas somente Ricardo Seitenfus e Stanley Hilton examinaram fontes diplomáticas alemãs. Sendo assim, as relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos constituem um campo bastante investigado, em função da importância mundial deste país. A Alemanha entrou nessas pesquisas como grande contrapartida aos Estados Unidos. Ao contrário dos citados estudos, a presente tese

⁶ Em relação a Gambini existem diversas ressalvas, principalmente por ser um trabalho pioneiro, num período de pouca produção historiográfica sobre o tema, e basicamente sobre a presença de imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. Talvez pelo pouco conhecimento dos trâmites diplomáticos alemães e do próprio idioma germânico, existem equívocos na tradução de alguns documentos diplomáticos.

⁷ Ainda sobre as relações entre Brasil e Alemanha há a dissertação intitulada “*BLITZDIPLOMACY: A Diplomacia-Relâmpago Alemã e as Origens do nacional-Desenvolvimentismo no Brasil (1939-1941)*”, de Ironildes Bueno (2004, UNB). Como esse trabalho não está disponível on-line ou publicado, tentou-se um contato com o autor, mas em função deste estar trabalhando nos Estados Unidos e não ter uma cópia da dissertação para enviar, não foi possível ter acesso à mesma.

não centraliza sua análise nas questões econômicas e sim, centra seu foco nos interesses diplomáticos, políticos e militares do *III Reich* em relação ao Brasil.

Um trabalho que se aproxima da proposta desta tese é o de Reiner Pommerin (1977); no entanto, este autor abordou a relação do *III Reich* com a América Latina até o momento do corte das relações diplomáticas pela maioria dos países latino-americanos, isto é, 28 de janeiro de 1942. O Brasil aparece na obra, todavia de forma secundária. Além disso, o livro não abrangeu todo o período aqui proposto. O texto de Pommerin aponta para diversos aspectos que esta tese aprofunda. Outra obra que trabalhou com as relações diplomáticas entre Alemanha e Brasil foi a de Käte Harms-Baltzer (1970); no entanto, a pesquisadora aborda apenas o período de 1930 a 1938. Sua conclusão central é a de que a Campanha de Nacionalização foi o motivador da crise diplomática de 1938.⁸ Seu livro aborda apenas uma parte do período pesquisado, e questiona-se a interpretação da autora, pois a crise de 1938 tem um contexto muito mais amplo, principalmente, naquilo que se refere à postura do embaixador Ritter, fato tratado no transcorrer desta tese. Outro livro que tem um título muito sugestivo é a obra de Roberto Lopes (2008); entretanto, o autor não apresentou nenhuma fonte diplomática nova, apenas juntou informações bibliográficas, reportagens de jornais da época e os documentos alemães publicados pelos aliados após o término da guerra. O trabalho é louvável pela tentativa de explorar a situação dos diplomatas latino-americanos e da situação brasileira através da imprensa e da forma como foi redigido.

Existem trabalhos que abordam partes específicas desta pesquisa. Por exemplo, a dos torpedeamentos aos navios nacionais. No entanto, estes pesquisadores apresentam dados gerais de como transcorreram os ataques aos navios brasileiros, mas nenhum dos autores pesquisou na documentação militar alemã para descobrir os motivos que levaram aos mesmos (ALVES, 2002; BENTO, 1995; SEITENFUS, 1985/2003⁹; GAMA, 1980 e 1982; SILVA, 1972; DUARTE, 1968; CASTELLO BRANCO, 1960). Hélio Silva (1972), Seitenfus

⁸ Para a autora, o decreto-lei de 18 de abril de 1938, sobre a proibição dos partidos políticos estrangeiros, fez parte da Campanha de Nacionalização. Entretanto, esta tese entende que tanto a lei que proibiu os partidos políticos brasileiros, em 2 de dezembro de 1937, quanto a que proibiu os partidos estrangeiros fazem parte da forma de governar de Getúlio Vargas, sendo uma ação sem vinculação com a Campanha de Nacionalização. A proibição dos partidos políticos foi a forma encontrada pelo governo de Vargas para não haver intermediários entre povo e os governantes. Além do fato de que a proibição dos partidos estrangeiros se enquadra na ótica do inimigo que ameaça a integridade nacional, ou seja, a política e a soberania do país. A perseguição aos nazistas ocorria em termos de política, pelo fato de estarem pertencendo a um partido estrangeiro, por isto podendo conspirar contra o país.

⁹ Este autor reeditou o livro três vezes, no entanto com títulos diferentes. A data utilizada neste caso foi da primeira edição e da última que serviu de base para serem feitas às contestações.

(1985/2003) e Arthur Gama (1980 e 1982) basearam suas afirmações sobre os torpedeamentos em fontes bibliográficas.¹⁰ Outro dado a ser levado em conta é que a grande maioria das obras sobre esta temática foi redigida nas décadas de 1960 e 1970. Desta forma, verifica-se que as fontes foram analisadas depois de ter passado um pouco mais de 20 anos do término da guerra e caracterizam-se por apresentarem uma produção informativa dos atos, sem uma análise da conjuntura histórica alemã que ocasionou as ações. As informações sobre a data dos torpedeamentos, nome dos navios e dados dos submarinos apresentados na historiografia brasileira sobre o assunto, em geral, são as mesmas. As diferenças que existem são poucas, pois a principal fonte foi a obra de Jürgen Rohwer (1968). Torna-se relevante esclarecer que desde o princípio a tese não pretendia questionar quem fez os ataques aos navios brasileiros, pois esta premissa já foi trabalhada por diversos historiadores brasileiros, como os já citados Hélio Silva (1972), Ricardo Seitenfus (1985) e Wagner Alves (2002), além dos militares Castello Branco (1960), Paulo Duarte (1968), Arthur Gama (1982) e Claudio Bento (1995).¹¹ Pesquisadores estrangeiros também abordaram esta questão, todavia tanto as obras dos alemães Jürgen Rohwer (1968)¹² e Franz Kurowski (1979), quanto do estadunidense Rainer Busch (2001) descreveram as ações de cada submarino alemão e italiano, não sendo uma obra de análise do contexto em que estes ataques foram efetuados contra a marinha brasileira, mas sim se caracterizando como um levantamento geral. Para tal, utilizaram-se de um único e mesmo tipo de documentação. No entanto, durante a pesquisa no Arquivo Militar Alemão percebeu-se que os submarinos alemães, em algumas ocasiões, fizeram retificações dos dados enviados e registrados no Diário de Comando, os quais não constam na documentação analisada por estes pesquisadores. As obras citadas não

¹⁰ Tanto para Gama quanto para Silva os dados sobre os submarinos foram colhidos na pesquisa de Jürgen Rohwer, diretor da *Bibliothek für Zeitgeschichte* de Stuttgart, que escreveu a obra *Die U-Boot-Erfolge der Achsenmächte 1939-1945*. Gama também utilizou os documentos apreendidos pelo governo inglês na Alemanha. Conforme notas do autor (1982, p. 256), dentre eles estava o Diário do Comando dos Submarinos (*Kriegstagebuch Befehlshaber der U-Boote*).

¹¹ Entre os militares não existe a preocupação de informar ao leitor as fontes documentais utilizadas para cada afirmação. Neste contexto, Gama, entre os militares, é o autor que deixa transparecer em sua obra que pesquisou em variados documentos e obras bibliográficas sobre o assunto; no entanto, em poucos momentos fornece as referências.

¹² A pesquisa de Jürgen Rohwer iniciou-se logo após a guerra, tendo como auxiliares comandantes militares da marinha dos países aliados. Para os detalhes dos submarinos alemães se baseou principalmente nos "*Kriegstagebuch – BdU (Befehlshaber der U-Boote)*", como também conversou com Karl Dönitz e outros comandantes alemães, momento em que pode tirar algumas dúvidas. Para os sucessos italianos e japoneses contou com a ajuda de alguns militares destes países e também recebeu a documentação oficial dos mesmos. O objetivo do seu livro foi descobrir todos os navios que foram atingidos pelos submarinos eixistas, por isto o livro se caracteriza por ser uma relação de dados, não fazendo uma análise do contexto em que ocorreu cada ataque.

esclareceram as circunstâncias e os motivos que levaram à execução destes atos. Existe também o trabalho de Roberto Sander (2007), que aborda especificamente o torpedeamento dos navios brasileiros. Torna-se importante esclarecer que este autor é um jornalista e que ao final do livro informa ao público leitor a bibliografia e os arquivos pesquisados. No entanto, durante a leitura, com poucas exceções, não apresenta as fontes de suas afirmações. O livro parece mais um romance histórico, pois seu texto apresenta falhas nas conexões históricas, além de não ter a preocupação de comprovar cientificamente as suas afirmações.

Para analisar os fatos ocorridos no período abrangido por esta tese, é necessário compreender o contexto das relações políticas e os assuntos que interferiram diretamente no rumo da política adotada pelo Ministério das Relações Exteriores da Alemanha com o Brasil. Neste sentido, é preciso entender a atuação do partido nazista no Brasil e a política do *Deutschtum*.¹³ Entretanto, estes assuntos foram abordados de forma mais superficial, porque interessa entender o quanto influenciaram e modificaram a atuação do *Auswärtiges Amt* e a relação diplomática da Alemanha com o Brasil nos anos de 1938 e 1939. Para isto, recorreu-se a historiografia existente na Alemanha (MORAES, 2005; LUTHER, 2004; GAUDIG e VEIT, 1997; MÜLLER, 1997; BARTEL, 1991 e 1993; HARMS-BALTZER, 1970) e no Brasil (DIETRICH, 2007; NARA SANTANA, 2005; SERGIO SANT'ANA 1999; GERTZ, 1991; SEYFERTH, 1982; MAGALHÃES, 1998).¹⁴ Quer dizer, estes temas, de forma indireta, tiveram uma relação importante com o desenvolvimento deste texto, pois foram essenciais para compreender os problemas que ocorreram em 1938 e 1939 na política diplomática da Alemanha no Brasil. O entendimento de *Deutschtum* está baseado na idéia de uma origem e uma cultura em comum. Em outras palavras, seria a essência do povo germânico (GRÜTZMANN, 1999, p. 78). Vale ressaltar que não se pretende trabalhar como se desenvolveu o *Deutschtum* no Brasil, mas sim, como foi concebido pelo governo do *III Reich*, e os problemas que resultaram desta política, como também não será abordado como foi a

¹³ Para confirmar a importância deste tema, observou-se que Pommerin (1977), num total de 377 páginas, utilizou 23 para abordar o período de 1933 a 1938, sendo o mesmo subdividido em dois itens: o referente ao comércio, que compreende 7 páginas; e o referente ao partido e ao *Deutschtum*, que abrange 16 páginas. Demonstrando assim, a importância que este tema adquiriu para o autor na construção do texto referente a estes anos.

¹⁴ Neste rol de trabalhos sobre o nazismo inclui-se o livro de Sérgio Correa da Costa (2004). Este autor desempenhou as funções de diplomata brasileiro, com isto, teve acesso a documentações inéditas, mas como o livro é fruto de uma curiosidade, os documentos são descritos, mas não existe uma análise com uma profundidade histórica.

estruturação do partido nazista e nem suas ações, mas como a diplomacia alemã acompanhou, auxiliou e atuou junto ao governo brasileiro em favor deste partido.

A fim de alcançar os objetivos propostos, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre o tema nas obras escritas no Brasil e na Alemanha. Também foi feita consulta e sistematização das fontes primárias de três arquivos alemães: Ministério das Relações Exteriores da Alemanha (*Auswärtiges Amt*¹⁵) com seus documentos diplomáticos; Arquivo Nacional Alemão, referente aos assuntos relacionados com o período da história alemã denominado de *Reich (Bundesarchiv – Abteilung Deutsches Reich*¹⁶); e do Arquivo Nacional Alemão, sobre as questões militares (*Bundesarchiv – Abteilung Militärarchiv*). As duas primeiras instituições localizam-se em Berlim e a última na cidade de Freiburg. A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2006. Ao longo da coleta de dados nas instituições alemães, observou-se que historiadores brasileiros não tiveram contato com inúmeros documentos existentes no arquivo da cidade de Freiburg. A metodologia adotada para a análise da documentação para esta tese teve uma de suas peculiaridades gerada pelo fato de que os arquivos se localizavam num país estrangeiro, e isto envolveu gastos. Nesta situação, optou-se por conseguir a cópia dos documentos referentes ao Brasil. O *Auswärtiges Amt* permitia que se fotografassem todos os documentos, e nos *Bundesarchiv* foi necessária solicitação de cópias pagas. Optou-se em investir nas cópias pagas em vez de ficar mais dias e analisar a documentação. Ao retornar para ao Brasil, todos os documentos foram impressos, possibilitando o cruzamento da correspondência arquivada em cada um dos ministérios e dentro de cada órgão governamental, gerando uma análise sinótica da documentação diplomática e militar alemã.

Na redação desta tese houve a preocupação em esmiuçar os dados que constam em cada documento e arquivo, para possibilitar que outras pessoas possam analisar esta mesma documentação, podendo discordar ou encontrar novas leituras em relação à análise aqui realizada. Isto foi considerado fundamental porque, ao ler algumas obras, ou os autores não apresentam as fontes ou, quando apresentam não têm o cuidado de utilizar a nomenclatura e

¹⁵ Interessante observar que este arquivo até 1999 estava em Bonn. Naquele ano iniciou-se a transferência do arquivo diplomático para Berlim. Isto ocorreu, porque desde 1990 houve o processo de unificação entre a Alemanha Ocidental e a Oriental. Outro dado relevante é a atualização/alteração na nomenclatura dos documentos, sendo assim, se comparadas citações de obras publicadas antes de 1990 com as utilizadas nesta tese, existem diferenças.

¹⁶ Este arquivo herdou, após a unificação alemã, a documentação do *Berlin Document Center*, no qual, em muitos casos, houve alteração da nomenclatura.

apresentar dados mais específicos de cada documento. Fato que impossibilitou que fosse averiguado o documento ao qual o escritor estava se referindo. Não pode ser esquecido que, com o passar dos anos, os arquivos podem se reestruturar e com isto alterar alguns códigos de armazenamento. Isto ocorreu com o arquivo diplomático de Berlim, o *Auswärtiges Amt*. Entretanto, por exemplo, foi possível comparar os documentos analisados por Ricardo Seitenfus em função dos detalhes expressos em sua obra. Já Ana Maria Dietrich, mesmo tendo pesquisado posteriormente à reestruturação deste arquivo, utilizou os códigos de armazenamento de forma errônea.

É importante esclarecer que a documentação pesquisada tem um linguajar específico, tanto a diplomática quanto a militar. Sendo que a última utilizou-se de termos exclusivos e que nem sempre foi possível a sua compreensão, além de alguns documentos estarem ainda em códigos.

Para sistematizar as informações pesquisadas dentro das concepções expostas, optou-se em dividir o trabalho em duas partes. A primeira apresenta o *Período Anterior ao Início da II Guerra Mundial (1937 a 1939)* e a segunda aborda os *Primeiros anos da Guerra (1939 a 1942)*. Com essa divisão, objetiva-se acompanhar as transformações ocorridas nas relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil, e como elas evoluíram num contexto de pré-guerra e de guerra.

A primeira parte está dividida em três capítulos. O primeiro apresenta a situação política do Brasil e da Alemanha e o contexto histórico das relações diplomáticas dos dois países até a criação do Estado Novo, isto é, novembro de 1937, além de explicitar a concepção de nacionalidade e de nação destes dois países. Tudo isto para montar a base histórica anterior à crise diplomática de 1938 entre a Alemanha e o Brasil. Com o intuito de rever os pontos de referência da vida política utilizou-se como desculpa, na década de 1930, a perspectiva de um conflito iminente. Outra característica deste período foi que tanto Hitler quanto Vargas estavam consolidando e reestruturando sua política interna, para alcançar um consenso e

depois alterar a política externa.¹⁷ Também se aborda a situação das relações militares e comerciais entre Alemanha e Brasil até 1937 e a questão do serviço militar.¹⁸

O segundo capítulo aprofunda, especificamente, o início da crise diplomática entre Alemanha e Brasil, que teve como complicador as ações da Campanha de Nacionalização iniciada por Vargas em 1938. Dentre as inúmeras ações da Campanha de Nacionalização, várias atingiram os *Reichsdeutsche*¹⁹ (alemães do império). Concomitantemente, foi decretada a proibição dos partidos brasileiros, em dezembro de 1937, e em abril foram proibidos todos os partidos estrangeiros, lei que atingiu o partido nazista ou NSDAP – *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*²⁰ no Brasil. O Estado Novo tentou criar um sentimento nacionalista, através da implementação de leis com tal fim. Este novo contexto entrou em choque com o *Deushtum* e com a concepção de pertencimento étnico dos alemães, que até este momento não se constituía em um problema. A partir dessa guinada na política interna do Brasil, a diplomacia germânica começou a intervir oficialmente junto ao governo brasileiro, em defesa de seus compatriotas, que se viam perseguidos, sendo que os dois governos estavam defendendo sua concepção de nacionalismo.

O terceiro capítulo lida com a questão da tensão diplomática, abordando o transcurso do período de instabilidade, os problemas decorridos da não aceitação alemã da proibição do partido nazista no Brasil, a suspeita de participação de alemães no golpe integralista de 1938 e a indelicadeza diplomática de Karl Ritter. Todos estes acontecimentos criaram um processo de instabilidade nas relações diplomáticas, e, em setembro de 1938, o embaixador alemão no Brasil e o embaixador brasileiro na Alemanha foram declarados como *personae non gratae*. Este mesmo capítulo aborda o delicado processo de reaproximação política e a nomeação dos novos embaixadores no primeiro semestre de 1939.

¹⁷ Por entender que entre 1920 e 1930, na Europa a democracia clássica cedia espaço para os regimes autoritários, pois entre as duas guerras novas forças surgiram ou foram revigoradas (REMOND, 2004, p. 63 a 67).

¹⁸ Neste caso, o serviço militar aos cidadãos alemães (*Reichsdeutsche*) e aos de dupla nacionalidade (alemães que antes de se naturalizarem brasileiros solicitam a permanência da nacionalidade alemã e crianças que nasceram no Brasil cujos pais desejaram que estes tivessem também a nacionalidade alemã). A lei que permitia a dupla nacionalidade é denominada de *Reich-und-Staatsangehörigkeitsgesetz*, de 22 de julho de 1913. Antes desta data, não era permitida a dupla cidadania.

¹⁹ Nome informal dado aos alemães de nascimento, isto é, aos habitantes do reino alemão (período de 1871-1945).

²⁰ Nesta tese os termos NSDAP, partido nazista e nacional-socialismo serão usados como sinônimos.

A segunda parte versa sobre os primeiros anos da guerra, e está dividida em três capítulos. O quarto capítulo da tese trata, especificamente, do trabalho dos novos embaixadores, Curt Max Prüfer e Ciro de Freitas Vale, durante os dois primeiros anos após o início da Guerra na Europa, e das alterações que este fato trouxe para as relações diplomáticas entre Alemanha e Brasil. Neste momento, as forças armadas alemãs passaram a acompanhar os acontecimentos no Brasil; entretanto, ainda prevaleciam as relações diplomáticas. Entre os principais assuntos abordados estão as conferências pan-americanas, as tratativas sobre acordos comerciais para serem efetivados após o término da guerra, a siderurgia, a negociação para a compra de navios alemães e a questão da entrega das armas encomendadas.

O quinto capítulo aborda as primeiras dúvidas, percebidas a partir de agosto de 1941, sobre a permanência brasileira como país neutro. A percepção alemã de uma proximidade cada vez mais intensa entre Brasil e Estados Unidos. A Conferência do Rio, apontando as informações que circulavam na Alemanha sobre este acontecimento, as ações e reações dos ministérios. Também aborda as discussões efetuadas entre os setores governamentais que acompanharam os rumos e as decisões tomadas na conferência pelos diferentes países latino-americanos. Neste período, agosto de 1941 a janeiro de 1942, os assuntos referentes ao Brasil passaram a ser debatidos com maior intensidade entre a diplomacia e as forças armadas da Alemanha.

O último capítulo apresenta o transcurso dos fatos após a declaração do corte das relações diplomáticas entre o Brasil e os países do Eixo até a declaração de guerra. Este período é bastante rico em ações e reações de ambos os países envolvidos. As principais ações dos alemães referem-se aos torpedeamentos dos navios brasileiros (as informações históricas da atuação marítima alemã estão baseadas na análise da documentação militar, inclusive os diários dos submarinos e a correspondência entre os diferentes oficiais) e ao planejamento de um ataque alemão a portos do litoral brasileiro no mês de junho de 1942.²¹ Do lado brasileiro, houve diversas prisões de cidadãos alemães e o decreto-lei nº 4.166, além da divulgação de

²¹ Seitenfus (2003, p. 294 e ss.) abordou este assunto como um provável ataque ao litoral brasileiro, no entanto sua base documental foi a existente no AA, sendo assim, o autor teve acesso apenas a parte da documentação, não tomando conhecimento de toda a discussão efetuada entre as autoridades militares alemãs. Gama (1982) refere-se a este acontecimento em dois momentos, na página 24 afirma que a marinha brasileira teve notícias de que o Alto Comando Alemão possuía planos de atacar portos brasileiros, no entanto, neste momento não cita nenhuma fonte. Na página 122, o autor afirma que houve uma operação aprovada por Hitler para atacar quatro portos brasileiros, sendo que este ponto foi modificado para um ataque aos navios no litoral brasileiro, o qual ocorreu em agosto de 1942, neste caso também não cita a fonte.

que em maio de 1942 as forças aéreas teriam atacado e afundado um submarino eixista. Neste contexto, em agosto de 1942, foi autorizado que submarinos alemães atuassem no litoral brasileiro. O afundamento dos navios justificou a declaração de guerra do governo brasileiro junto à Alemanha e a Itália. Os assuntos envolvendo o Brasil, em 1942, tornaram-se tema da estratégia militar alemã, sendo que o caráter diplomático das negociações destes países passou a ser de ordem secundária.

I PARTE

ANOS ANTERIORES AO INÍCIO DA II GUERRA MUNDIAL

1 RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS EM FINS DE 1937

Em linhas gerais, este capítulo aborda o contexto histórico da Alemanha e do Brasil e as relações diplomáticas existentes entre estes dois países. Também serão apresentadas as divergências conceituais destas nações no que se refere ao nacionalismo, além de analisar a estrutura do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha (*Auswärtiges Amt*) e o nível das relações comerciais e militares mantidas até fins de 1937. O intuito deste capítulo é apresentar as semelhanças e as divergências entre os governos da Alemanha e do Brasil, para posteriormente compreender o rumo que os fatos e o contexto histórico destas nações tiveram a partir de 1938.

1.1 CONCEPÇÕES DE NACIONALISMO

Em vários países europeus o nacionalismo foi baseado na idéia de uma origem (etnia) e uma cultura em comum (língua, e outras características), que Hobsbawm (1990, p. 92-93) denominou protonacionalismo, o que seria um sentimento anterior à constituição do estado-nação.

Na América o contexto era diverso, pois o conceito de nação surgiu após os processos de independência dos territórios coloniais, sendo assim, foi necessário criar um sentimento de pertencimento à nação que estava sendo criada.²² A língua, na maioria dos casos, não foi um elemento de diferenciação com a antiga metrópole.²³ No período entre as guerras mundiais, a estrutura política, estabelecida pela elite, tentou criar um sentimento nacional, inclusive através da imposição de normas e leis, pois considerava que a maioria da população não tinha características em comum, ideais a um Estado Nacional (ANDERSON, 1989; CHIARAMONTE, 1993; XAVIER GUERRA, 1999).

1.1.1 Na Alemanha

Para muitos pesquisadores, os conceitos de nacionalismo e nação dentro do território germânico se confundiam. O conjunto de idéias relacionadas com uma origem e uma cultura em comum, entre os alemães, era denominado *Deutschtum*²⁴, que também pode ser caracterizado como as peculiaridades que formavam a essência deste povo. Durante a República de Weimar (1918-1933) havia um interesse centrado em incentivar o *Deutschtum* entre os alemães no exterior, principalmente nos países europeus, não menosprezando os países do além-mar. O Ministério das Relações Exteriores - *Auswärtiges Amt* (AA) era o órgão oficial de divulgação desta política, haja vista que ele era o departamento oficial do governo responsável pela política exterior da Alemanha; no entanto, outras entidades que não

²²Tanto para Anderson (1989, p. 77), quanto para Hobsbawm (1990, p. 33), a criação das Nações Americanas foi um processo político e, em alguns casos, revolucionário de libertação nacional. A América do Sul, durante o período colonial, era dividida essencialmente entre Portugal e Espanha. As terras correspondentes ao rei de Portugal tornaram-se independentes através de um processo político, sendo assim manteve-se a unidade territorial. Na jurisdição espanhola, houve a fragmentação do antigo território colonial. Um outro autor, Guibernau, que não estudou o contexto americano, apresentou uma definição de Estado Nacional que se aproxima da realidade Latino-Americana. Para este, o Estado Nacional é “um fenômeno moderno, caracterizado pela formação de um tipo de Estado que possui o monopólio, do que afirma ser o uso legítimo da força dentro de um território demarcado, e que procura unir o povo submetido a seu governo por meio da homogeneização, criando uma cultura, símbolos e valores comuns, revivendo tradições e mitos de origem ou, às vezes, inventando-os. [...] o Estado nacional procura criar uma Nação e desenvolver um senso de comunidade dela proveniente” (1997, p. 56) .

²³ Conforme Anderson (1989, p. 57), o idioma nem sequer foi um dos temas nas lutas pela libertação nacional.

²⁴ No Brasil, esta palavra foi traduzida como germanidade.

tinham vinculação governamental também exerciam este papel.²⁵ Na década de 1920, houve a reestruturação do AA, momento em que foram criados departamentos dentro deste ministério responsáveis pela divulgação e pelo incentivo à cultura alemã no exterior (LUTHER, 2004, p. 31 e 32).²⁶

Enquanto na Alemanha se discutia o *Deutschtum*, em termos de contexto mundial, ocorria um definhamento da filosofia política tradicional (acadêmica) e um florescimento de ideologias políticas. Estas, em geral, tinham uma ligação com o irracionalismo político, muito mais óbvia nos regimes fascistas. Para Baumer (1977, p. 257), tanto o fascismo italiano quanto o nazismo eram uma mistura de um movimento conservador, hostil ao liberalismo democrático e ao socialismo, que desejava restaurar um passado anterior e, ao mesmo tempo, revolucionário que não respeitava a história vivenciada nos anos mais recentes, pois tinha como objetivo a criação de um tipo de nação ou estado completamente novo. Quer dizer, os ideais de um passado em comum não foram desenvolvidos pelo nazismo; no entanto, a inovação foi o formato adotado para desenvolver esta idéia.

Na conjuntura européia do início do século XX, a cultura secularizou-se, reafirmaram-se os conceitos evolucionistas do século XIX e houve a fragmentação das idéias em função das descobertas da Física. O *III Reich* quis demonstrar discursivamente, no início da década de 1930, a idéia de unidade racial, territorial, administrativa e política, baseando-se nas teorias raciais do evolucionismo. Esta unidade foi uma forma de tentar provar a inexistência da fragmentação.

²⁵ Entre elas, havia o *Deutsches Auslandsinstitut* (DAI), criado após a I Guerra Mundial, e o *Verein für das Deutschtum im Ausland* (VDA), criada em 1881. No entanto, estas e outras instituições com trabalhos no exterior foram sendo aos poucos controladas pelo partido nazista, sendo que em 1938/39 todas elas já estavam subordinadas ao controle da *Volksdeutsche Mittelstelle* - VoMi (LUTHER, 2004).

²⁶ Em 1923, Gustav Stresemann foi nomeado ministro do AA, cargo que ocupou até sua morte em 1929. Este período foi classificado como a nova era da política exterior da Alemanha. Para Stresemann, preservar e promover o *Deutschtum* no exterior não era um cálculo de poder político, mas sim tinha como finalidade um auxílio ao próprio país. Em 1926, foram gastos 30 milhões de marcos para o *Deutschtum* nos países Europeus (LUTHER, 2004, p. 34 e ss.). Não foram encontrados dados específicos sobre os gastos nos demais países do além-mar; no entanto, pela documentação pesquisada concluí-se que os valores destinados ao *Deutschtum* na América Latina foram bem inferiores, mas mesmo assim significativos. Mesmo após a morte de Stresemann, esta política teve continuidade.

1.1.2 No Brasil

Para entender a concepção de nacionalismo no Brasil é preciso retroceder um pouco no tempo. Durante o Império e a Primeira República a ênfase estava na construção das instituições e do corpo do Estado, que havia criado a independência em 1822.²⁷ Somente no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945) o sentimento nacional teve maior relevância política (REIS, 1988, p. 191). Boris Fausto afirmou que foi no Estado Novo que “se forjou um projeto Nacional e se agiu” (2000, p. 123). O projeto foi concebido e imposto, isto é, acreditava-se que somente um Estado orgânico, centralizado e eficiente poderia formar uma Nação (ibidem, p. 127).

O debate sobre o que seria ou deveria ser a Nação brasileira fazia parte do pensamento de muitos intelectuais desde o final do século XIX e, conforme José Bereid (2000, p. 598) e Lucia Lippi de Oliveira (2000b, p. 610), foi desenvolvido essencialmente pelos intelectuais de direita.²⁸

No início do período republicano, desejava-se a união e, por conseguinte, valorizavam-se as condições naturais da terra e o “caráter cordial” do homem brasileiro, o qual era fruto da fusão das três raças (negro, índio e branco) (OLIVEIRA, 1990, p. 143). O darwinismo social²⁹ (desigualdade das raças, mal da miscigenação e a superioridade do branco) fazia parte das concepções de muitos teóricos brasileiros daquele período. As posições dos intelectuais variavam; alguns consideravam a população negra e mestiça uma raça inferior, que só traria prejuízos à população nacional, entre os quais estavam Nina Rodrigues³⁰ e Oliveira Viana.³¹ Outros, como Silvio Romero³² (1851-1914), admitiam o

²⁷ O Brasil se tornou independente de Portugal; no entanto, continuou utilizando o mesmo idioma, a mesma estrutura de Estado, além de o novo governante ser filho do rei de Portugal e, com isso, perpetuar-se em grande parte a mesma estrutura anterior à independência.

²⁸ A direita nacionalista, durante os anos 20 e 30 do século passado, organizava-se em três pólos: católico, corrente que entendia que a Nação deveria manter a ordem e era liderado por Tristão de Ataíde; fascista, comandado pelos integralistas; cientificista, liderado por Azevedo Amaral e Oliveira Viana (CUNHA, 1981, p. 82). Esses intelectuais pensavam a Nação como um fenômeno incompleto, que seria realizado depois do caldeamento étnico, da integração territorial, da unidade cultural, da centralização do poder político e da penetração da autoridade estatal em todos os recantos do país (BEREID, 2000, p. 598). Azevedo Amaral (1938, on line) considerava a revolução de 30 como um movimento conservador - no sentido de preservar as marcas nacionais -, pois foi o momento de libertação da trágica experiência liberal da Primeira República.

²⁹ Lílian Schwarcz (2000, p. 30) afirma que esta ciência era uma “moda”, tanto que se consumiam mais manuais e livros de divulgação do que as obras ou os relatórios.

³⁰ Nina Rodrigues (1862-1906) aceitava integralmente a teoria evolucionista, entre outras coisas, considerava o negro como uma raça inferior (LEITE, 1983, p. 235).

³¹ Oliveira Vianna (1883-1951) considerava os negros uma raça inferior que só seria superada com mais elementos arianos na população brasileira (CARNEIRO, 1988, p. 92).

melhoramento da raça através do progressivo branqueamento. Este último, defendia a idéia da “boa mestiçagem”³³, isto é, considerava que a imigração dos povos europeus era necessária para que houvesse um branqueamento do elemento nacional (CARVALHO, 1995, p. 23).

Na década de 1930, Gilberto Freyre reviu a desvalorização do mestiço, transformando-o num elemento positivo (ORTIZ, 2002). Ele também acreditava que a mestiçagem racial e cultural era fundamental para se construir um Brasil plural, desde que fossem preservadas as tradições herdadas dos períodos anteriores e a língua portuguesa, à qual era atribuída a propriedade de criar a unidade (SEYFERTH, 2002). Freyre também recriminou a concentração de alemães no sul do Brasil, por representar uma ameaça à unidade do Estado Nacional.³⁴

O debate sobre o problema imigratório foi intensificado durante os anos 30, conseqüentemente motivou a discussão sobre o papel que o imigrante deveria e poderia representar na sociedade brasileira.³⁵

Como se pode constatar, nos primeiros trinta anos do século XX, diversos modelos de identidade nacional competiam entre si, além de alguns intelectuais combaterem a imitação a modelos europeus pré-estabelecidos (OLIVEIRA, 1990, p. 175).³⁶

³² Este cientista e outros adaptaram o darwinismo social à teoria da eugenia, isto é, acreditavam que existiam raças superiores e inferiores, mas negavam que o cruzamento seria negativo. Conseqüentemente, fizeram uma interpretação diversa da teoria original, pois entenderam que, se houvesse um melhoramento da raça com maior quantidade de elementos europeus – raças superiores – no processo de miscigenação, chegaríamos a um aprimoramento da raça brasileira (MACIEL, 1999, p. 127).

³³ Teoria impossível se comparada às definições européias, porque o darwinismo social considera que a miscigenação resultaria numa raça inferior, similar ao mulo, e o autor acreditava que a mistura com elementos europeus possibilitaria uma melhora na raça. No que se refere à imigração alemã, Sílvio Romero entende que se deve “dividi-los, espalhá-los, difundi-los para serem assimilados e não perturbarem a Nação brasileira, que é uma formação luso-americana, é o que convém” (ROMERO, 2001, p. 63). Da leitura observa-se que o elemento branco era desejável para proporcionar o branqueamento da raça, mas que ele também deveria integrar-se aos ideais nacionais.

³⁴ No entanto, em 1971, Gilberto Freyre demonstrou uma outra posição no prefácio do livro “Nós e a Europa germânica: em torno de alguns aspectos das relações do Brasil com a cultura germânica no decorrer do século XIX”. “Ao autor não se afigura desejável, do ponto de vista pan-brasileiro com que é notória sua identificação, uma integração que significasse uniformização absoluta, segundo os padrões luso-Católicos de convivências e de cultura que tornaram possível a definição do Brasil, quer como Estado-Nação, quer como cultura nacional. Daí admitir que ao lado da língua portuguesa como língua nacional pan-brasileira, essencial do Brasil, floresçam como línguas subnacionais, e dentro dos seus limites, a alemã, a japonesa, a nagô” (FREYRE, 2002, on line).

³⁵ A concentração de grupos étnicos em determinadas áreas e a idéia de que uma das causas do desemprego foi a livre entrada de imigrantes favoreceu para que, na Constituição de 1934, houvesse artigos restringindo a entrada de estrangeiros (LESSER, 2001, p. 113). Isto provavelmente ocorreu porque a imigração e os imigrantes “só têm sentido de ser se o quadro duplo erigido com o fim de contabilizar os ‘custos’ e os ‘lucros’ apresentar um saldo positivo – idealmente, a imigração deveria comportar apenas ‘vantagens’ e, no limite, nenhum ‘custo’” (SAYAD, 1998, p. 50).

³⁶ Um dos meios de divulgação das idéias dos intelectuais brasileiros foi a *Revista do Brasil*, que, na sua primeira fase (1916-1925), foi um mosaico de idéias sobre a Nação brasileira. Percebe-se que “a viabilidade da nação parecia depender da natureza da interpretação dada ao secular problema da mestiçagem” (LUCA, 1999, p. 165).

Durante o Estado Novo, a idéia de construção da Nação brasileira foi intensificada na emissão de leis denominadas nacionalizadoras. Elas tentaram impor em diversos níveis da sociedade o sentimento de pertencimento à nação brasileira; no entanto, também entraram em choque com o *Deutschtum* e com o pertencimento étnico dos descendentes de imigrantes europeus. Este assunto será abordado mais intensamente no próximo capítulo.

Um outro fator, que ainda não foi abordado e que causou divergência na concepção de nacionalidade, causando fortes problemas nas questões diplomáticas, era a própria concepção jurídica sobre cidadania que era diferenciada no Brasil e na Alemanha. No nosso país existia/existe o conceito denominado de *jus soli*, significando que todo aquele nascido em território brasileiro automaticamente adquiria/adquire a nacionalidade deste país. Já na Alemanha, para se definir a cidadania, considerava-se/considera-se o conceito do *jus sanguinis*, o qual define a nacionalidade alemã somente para as pessoas que descendessem/descendem de cidadãos alemães.

1.1.3 Comparações

Ao longo do processo de criação da Nação evidencia-se que, a partir do governo de Vargas, houve uma intensificação na idéia de que o nacionalismo serviria para projetar o futuro, pois pretendia construir a Nação tendo como interlocutor passivo o povo, mesmo que tenha se passado um século da independência de Portugal. Essa característica que se contrapõe ao nacionalismo europeu, que rememorava valores há séculos vividos e convividos. Dessa forma, o Brasil era um país que viveria para construir sua nacionalidade e a sua nação, já a Alemanha era uma nação estruturada com fortes elos de identidade que precisavam ser preservados.

Neste contexto, a revista expôs as regiões que receberam imigrantes – do Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro – como sendo uma área na qual houve progresso, em função de ter recebido trabalhadores “inteligentes” (artigos nos quais a autora encontrou a difusão das idéias relacionadas, estavam nos seguintes números, dos respectivos anos: 73/1922, 99/1924, 100/1925, 95/1923, 102/1924, 3/1916). Por outro lado, em alguns artigos começou-se a questionar os reflexos da imigração, pois temia-se a valorização do elemento estrangeiro em detrimento ao nacional e uma possível submissão do Brasil a outros povos (ibidem, p. 194 e 196). São Paulo, mesmo tendo recebido o maior contingente de imigrantes, foi considerado por estes intelectuais o exemplo a ser seguido, porque alocou os imigrantes em diversas fazendas e não em núcleos coloniais, como foi o caso da região sul do Brasil. Essas medidas, na concepção de alguns, proporcionaram o progresso econômico, o branqueamento e a preservação da brasilidade (ibidem, p. 197 a 198).

Os dois países tinham diferenças na concepção de nacionalidade e processos históricos diversos; entretanto, estas particularidades, até 1937, eram superadas, principalmente em função dos interesses econômicos e diplomáticos que envolveram os dois países. No entanto, em ambos houve um processo de construção e consolidação de um governo centralizador e autoritário que teve algumas ações nacionalizadoras peculiares.

1.2 CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO

No campo político, observa-se certa similaridade, porque os regimes adotados por Vargas e Hitler não eram democráticos, e havia diferenciações históricas no processo de estruturação interna. Nos primeiros anos de governo de ambos os governantes, todas as atenções estavam voltadas para a reorganização interna adotada por cada um destes líderes e poucas alterações efetivas conseguiram impor as relações externas assumidas pelo seu corpo diplomático.

1.2.1 Alemanha

Na Alemanha do pós-Primeira Guerra Mundial, o choque de idéias era intenso. Os diversos grupos ideológicos eram representados e defendiam suas idéias. Os grupos que estavam mais estruturados e eram opositores entre si eram os comunistas, os democratas e os nazistas. O conflito faz parte do processo democrático. Entretanto, nesta situação de disputas, angústias e incertezas, as pessoas sentiram a necessidade de ter alguma segurança, ou pelo menos, um líder que lhes transmitisse alguma certeza e confiança, através de ordem, autoridade e liderança. O nível de incertezas era tão grande que muitos não questionaram as atitudes do governo e acabaram cedendo à propaganda estruturada pela NSDAP. Isto é, optou-se em abolir esses conflitos apoiando-se num líder autoritário.

A ascensão do partido nazista foi gradual: em 1928 obteve 810.000 votos e em 1930 chegou ao número de 6.400.000 votos, isto é, sua representação no parlamento alemão (*Reichstag*) passou de doze para cento e sete deputados. O nacional-socialismo atraiu os descontentes e desiludidos de todas as camadas da população, pois os discursos eram diferentes, alteravam-se dependendo do público ouvinte ou conforme o objetivo a ser atingido (STACKELBERG, 2002, p. 133). Em julho de 1932, o partido nazista alcançou o seu auge de votos, obtendo 37,4% dos votos numa eleição nacional, conquistando duzentas e trinta cadeiras no *Reichstag*.³⁷ Em novembro daquele ano, este número diminuiu. Conforme Stackelberg (2002, p. 141), seria porque o nacional-socialismo havia conquistado o limite de sua popularidade.

Hitler foi nomeado chanceler pelo presidente eleito Paul von Hindenburg³⁸ em janeiro de 1933. Em fevereiro do mesmo ano, houve o incêndio do *Reichstag*, fato que foi utilizado para proclamar um estado de emergência e suspender a proteção constitucional das liberdades civis. Dentre as medidas tomadas, estavam a suspensão da liberdade de imprensa, do direito de reunião, do direito de associação, da liberdade de correspondência postal, telegráfica e telefônica, além de ser permitida a realização de buscas em residências sem mandado judicial. Desta forma, criaram-se as bases legais para o estado policial nazista. Para muitos observadores, o gabinete de Concentração Nacional de Hitler parecia conservador, como muitos governos provisórios, embora com maior apoio popular (STACKELBERG, 2002, p. 143 e ss.). Neste contexto, em março de 1933 foi aprovada a lei que permitia ao chanceler legislar independentemente do parlamento.

Ao longo do ano de 1933, diversas novas leis foram editadas com a finalidade de restringir a liberdade dos cidadãos alemães, entre elas, a interferência nos sindicatos independentes, levando pessoas à prisão sem prova de crime, além da lei que suprimia os partidos políticos, e outra que instituía a NSDAP como único partido político na Alemanha (14/07/1933). Neste sentido, os nazistas se auto-apresentaram como um movimento de todo o povo e não de uma classe isolada ou de interesses específicos (STACKELBERG, 2002, p. 154 a 156).

³⁷ Conforme Fest (2006, 477), neste período o parlamento alemão era composto por 614 cadeiras.

³⁸ Paul Ludwig Hans Anton von Beneckendorff und von Hindenburg, mais conhecido como Paul von Hindenburg, nasceu em Poznan, Prússia, em 2 de outubro de 1847 e morreu em Neudeck em 2 de agosto de 1934. Foi Marechal alemão e presidente da Alemanha de 12 de maio de 1925 a 2 de agosto de 1934.

Os movimentos fascistas³⁹ (da Itália, da Alemanha, da Espanha) foram ampliados com a crise para movimentos de grandes batalhões, fato que foi imperativo para a ascensão ao poder num regime de sufrágio universal (REMOND, 2004, p. 72).

A sustentação teórica do partido e do novo regime era necessária para construir uma linha de pensamento uniforme. Alfred Rosenberg⁴⁰ compôs ou compilou a espinha dorsal do novo regime. Este autor teorizou sobre *Weltanschauung* (Visão do mundo), a qual sugeria uma visão política que apelava para uma transformação radical da sociedade alemã. Rosenberg acreditava que o mito era racial, por isto entendia que era uma ciência baseada nas provas da biologia e da história.⁴¹ Esta percepção, para alguns intelectuais, criou um desafio, ou aceitavam o caos racial ou desejavam um novo “mito da vida” baseado no povo e na raça. A sociedade desejada por Rosenberg era o reverso da sociedade urbano-industrial moderna, do individualismo e da luta de classes. O modelo era uma sociedade pré-cristã, agrária, “nacionalista e militarista, guiada por princípios de ‘Sangue e solo’” (BAUMER, 1977, p. 259). Estas idéias eram fortemente desenvolvidas no ideário nacional-socialista e na sua propaganda.

Com o estabelecimento da NSDAP como único partido político da Alemanha, diversos órgãos que já existiam adquiriram mais poder e outros foram criados com o fim de divulgar as

³⁹ No *Dicionário de Política*, na tentativa de definir o termo Fascismo constam os vários problemas na utilização deste, tanto quando se tenta generalizá-lo, como quando se pretende fazer uma abordagem singularizante (BOBBIO, 2007). Neste sentido, optou-se pela definição de Remond, onde ele caracteriza o movimento fascista como nacionalista, anti-parlamentarista, anti-liberal, valorizando o grupo. Normalmente o fascismo conduz à guerra (RÉMOND, 2004, p. 91 e ss.).

⁴⁰ Alfred Rosenberg nasceu em Reval, 12 de janeiro de 1893 e morreu em Nurembergue, em 16 de outubro de 1946 (o Tribunal de Nurembergue o condenou à morte por enforcamento, pelos crimes de guerra). Era político e escritor, sendo o principal teórico do nacional-socialismo, além de conselheiro de Adolf Hitler, chegando a ser ministro Encarregado dos Territórios da Europa Oriental, em 1941 (BAUMER, 1977, p. 259 e ss.; do site do Museu da História Alemã [Das Deutsche Historische Museum – DHM], <http://www.dhm.de/lemo/html/biografien/RosenbergAlfred/index.html>).

⁴¹ Um dos seus livros foi intitulado **O mito do século XX**, que teve a primeira edição em 1930 e em 1938 teve uma edição alargada. Hitler exigiu que as livrarias alemãs tivessem esta obra (BAUMER, 1977). Rosenberg postulava uma “religião do sangue”, a qual reforçava as concepções de evolução baseadas em conceitos racistas, de uma superioridade europeia. Este ideal era compartilhado pelo *Führer*, pois este acreditava que “em um mundo de mestiços e de negros, estariam para sempre perdidos todos os conceitos humanos do belo e do sublime, todas as idéias de um futuro ideal da humanidade [...]” (HITLER, **Minha luta**, on-line). Quer dizer, a linguagem dos nazistas em geral era apocalíptica, no sentido de reclamar e apoiar um regresso a um passado primitivo. O nacional-socialismo proclamava a diferença radical entre homens, não apenas entre judeus e arianos, mas entre os próprios alemães. As pessoas que não descendiam de alemães, isto é, que não tinham o sangue alemão, conforme o ideário nazista, eram consideradas hóspedes no território alemão (LUTHER, 2004, p. 59); vale lembrar que o conceito válido era o do *jus sanguinis*. Um outro dado interessante era o de que Hitler tinha desprezo pelas massas, porque achava que estas tinham uma compreensão pequena e que não saberiam o que fazer com a liberdade, se a tivessem. O *Führer*, conforme as palavras divulgadas no livro *Mein Kampf*, admitia como princípio “o pensamento aristocrático fundamental da Natureza e acredita na validade dessa lei, em ordem descendente, até o mais baixo dos seres” (HITLER, **Minha luta**, on-line).

idéias do partido tanto dentro do país quanto no exterior. Um destes órgãos foi o *Aussenpolitisches Amt der NSDAP* (APA)⁴², dirigido por Rosenberg. A sua função era fazer a propaganda e a explicação das divisões e ramificações do partido no exterior e também para os visitantes estrangeiros na Alemanha. Outra atividade desenvolvida era divulgar a política do partido e o *Deutschtum*, executando ações não realizadas pelo AA (GAUDIG E VEIT, 1997, p. 50 e 51). Quer dizer, o APA da NSDAP executava uma forma mais agressiva de propaganda no exterior, tanto do partido alemão quanto da cultura do povo germânico, enquanto o AA desenvolvia, há muitos anos, a política do *Deutschtum* no estrangeiro, considerada tradicional. Em alguns casos, houve uma sobreposição das atividades desenvolvidas pelos diplomatas e pelos membros do nacional-socialismo, explicitando uma das características do totalitarismo, a duplicação de órgãos (AREND, 2000, p. 446).

Com a nova estrutura governamental montada, houve um aumento considerável de pessoas que pretendiam se vincular de forma partidária ao novo governo, começando um processo de filiação em massa ao partido. Tudo isto, conforme Stackelberg (2002, 156), ocorreu porque os cidadãos consideraram que assim teriam maior segurança nesta nova etapa da administração pública.

O partido nazista, até 1933, não havia interferido de forma direta e intensa na vida política do país. No entanto, deste momento em diante, ele passou a adquirir uma estrutura mais consistente e numerosa. Pelos documentos pesquisados, observa-se que de 1933 a 1935, não existe correspondência expressiva entre o *Auswärtiges Amt* e o Nacional-socialismo, isto é, até 1935 a NSDAP não interferiu diretamente no Ministério das Relações Exteriores. Este dado reforça, por um lado, a hipótese de que este período serviu para uma reestruturação partidária e, por outro, demonstra que o AA era uma instituição profissional e que, por certo tempo, conseguiu manter uma autonomia.

Dentro da NSDAP existia, desde 1931, o departamento *Auslandsabteilung*, que tinha como diretor Hans Nieland.⁴³ Este órgão atendia aos alemães que estavam no exterior, inicialmente, apenas os *Reichsdeutsche*.⁴⁴ Isto se deve ao fato de que a idéia central do

⁴² Este departamento adquiriu a sigla APA der NSDAP, no entanto não pode ser confundido com o *Aussenpolitisches Amt des AA*, que também possuía a sigla APA.

⁴³ Hans Nieland era chefe do *Auslandsabteilung* até 15 de março de 1933, data em que foi nomeado presidente da política de Hamburgo.

⁴⁴ *Auslandsabteilung* tinha como princípio um controle central desde os *Landesgruppen, Kreise e Ortsgruppen* até o último membro no exterior. Nieland, em 1931, entendia que os *Reichsdeutsche* não deveriam participar na política dos países em que estavam morando (LUTHER, 2004, p. 76 e ss). Esta idéia estava baseada nos dez

nacional-socialismo era a de que em qualquer lugar onde houvesse sangue alemão, deveria ser divulgada a cultura alemã (língua, cultura e tradições), ou seja, o *Deutschtum* (BARTELT, 1991, p. 39 e segs.). A regra do partido era a de que somente alemães do reino poderiam ser membros da NSDAP; no entanto, na prática nem sempre se cumpria esta regra, admitindo os descendentes de alemães (MÜLLER, 1997, p. 45).

Uma das primeiras atitudes de Hitler, com o intuito de centralizar as ações do seu governo, foi a criação, em 13 de março de 1933, do Ministério da Propaganda. O cargo foi exercido por Paul Joseph Goebbels⁴⁵ até 1945, que transformou a propaganda em um meio de convencimento para os interesses do partido nazista, mesmo que para isto fosse necessário fazer grandes espetáculos (os grandes desfiles) com simbologias envolventes. Os sustentáculos da propaganda são a escrita, a palavra e a imagem, sendo que, na década de 1930 em diante, difundiu-se um novo meio de divulgação, a radiodifusão. Deste modo, mais pessoas foram atingidas pelas idéias que se pretendia espalhar. Goebbels utilizou-se muito de duas características da propaganda política, a simplificação e a orquestração. Quer dizer, cada propaganda política visava unicamente um objetivo de cada vez. Este deveria ser repetido nos órgãos de propaganda por diversas vezes. Além disso, cada propaganda deveria ser adaptada aos diversos públicos, isto é, deveriam assumir as mais variadas formas possíveis (DOMENACH, 2002, on line). O Ministério da Propaganda ficou responsável por todas as publicações e atividades vinculadas à propaganda de todos os ministérios, inclusive o das Relações Exteriores (MÜLLER, 1997, p. 262). Assim, verificou-se a interferência de Hitler nos diversos órgãos do governo que ainda não estavam sob a responsabilidade de um dos partidários da NSDAP, ou pelo menos, nas mãos de pessoas que seguissem as discussões do partido.

Sete meses após a definição do nacional-socialismo como único partido alemão, houve uma nova reestruturação interna do mesmo, principalmente, no que se refere aos alemães no exterior. Entre elas, em 17 de fevereiro de 1934, a *Auslandsabteilung* passou a se chamar “*Auslandsorganisation der NSDAP – AO*”, sendo, naquele momento, o diretor Ernst Wilhelm Bohle.⁴⁶ Este departamento foi paulatinamente adquirindo maiores responsabilidades nas

princípios da *Auslandsabteilung*, sendo que o primeiro refere-se à obediência às leis da nação em que se é hóspede, e o segundo de deixar para os habitantes do lugar a política deste país.

⁴⁵ Paul Joseph Goebbels nasceu em Mönchengladbach, 29 de outubro de 1897, e se suicidou em Berlim, no dia 1 de maio de 1945, juntamente com sua esposa e seus seis filhos.

(<http://www.dhm.de/lemo/html/biografien/GoebbelsJoseph/index.html>).

⁴⁶ Ernest Wilhelm Bohle nasceu em 28 de julho de 1903 na Inglaterra, tinha a nacionalidade inglesa, da qual abdicou no verão de 1937. Cresceu no sul da África, estudou em Köln e Berlim. Em 27 de novembro de 1931

questões envolvendo alemães no exterior (GAUDIG e VEIT, 1997, p. 55; BARTELT, 1991, p. 41 e segs., MORAES, 2005, p. 112). Bohle desejava que houvesse uma integração do trabalho entre a AO e as missões diplomáticas, como veremos mais adiante. Outra mudança deste período foi a divisão do *APA der NSDAP* em três setores, sendo que um deles tratava especificamente da América Latina. Também surgiram outros departamentos dentro do partido com a finalidade de atuar no exterior, dentre os quais estava o *Bund der Auslandsdeutschen* – BdA, com atuação na América Latina (LUTHER, 2004).

Portanto, o partido nazista e o governo de Hitler passaram por um período de estruturação e consolidação política que se estendeu até fins de 1937. Este espaço de tempo também serviu para iniciar o processo de criação do regime totalitário, pois, conforme Hannah Arendt, este tipo de governo surge onde há grandes massas supérfluas que podem ser sacrificadas sem resultados desastrosos de despovoamento e onde os governantes entendem que a violência, o poder e a crueldade eram as aptidões supremas.⁴⁷ Quer dizer, o movimento totalitário tinha uma preferência pelo terrorismo em vez de qualquer forma de atividade política (ARENDR, 1989, p. 361 e ss.).

1.2.2 No Brasil

Getúlio Vargas, que estava no poder desde 1930, implantou em 10 de novembro de 1937 o *Estado Novo* e outorgou uma nova Constituição. O novo conjunto de leis fazia parte do discurso oficial do governo e, como não existe “discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia” (ORLANDI, 1992, p. 99), toda a oratória estava carregada de concepções ideológicas.⁴⁸ Então, no ideário do Presidente, o golpe de Estado fazia parte de todo um processo histórico (contingencial ou contextual), não existindo outra solução para governar a

entrou para o partido nazista. Em 8 de maio de 1933 foi nomeado diretor da *Auslandsabteilung*, na qual anteriormente desempenha a função de ajudante de Nieland (LUTHER, 2004, p. 77; MORAES, 2005, p. 111).

⁴⁷ Conforme Arendt (1989, p. 258 e ss), o regime de Mussolini não chegou a ser um regime totalitário como o de Hitler, mas sim uma ditadura de um único partido.

⁴⁸ No discurso-manifesto proferido por Getúlio Vargas, em 10 de novembro, transparecem algumas idéias, entre elas a de que um homem de Estado, quando as circunstâncias impõem uma decisão excepcional, de amplas repercussões e profundos efeitos na vida do País, acima das deliberações ordinárias da atividade governamental, não pode fugir ao dever de tomá-la, assumindo, perante a sua consciência e a consciência dos seus concidadãos, as responsabilidades inerentes à alta função que lhe foi delegada pela confiança Nacional (VARGAS, 2002, on-line).

nação. Assim, tornou-se justificável uma atitude ditatorial, para o governo conter a crise que o país atravessava. Uma das formas utilizadas por diversos líderes políticos, inclusive no Brasil daquele período, foi a acusação de complô, pois era a forma e a possibilidade de livrar-se dos suspeitos e/ou opositores (GIRARDET, 1987, p. 49).

Além disso, no discurso de 10 de novembro de 1937, Vargas deixou transparecer que desejava ir descansar, mas decidira sacrificar-se pela nação, afirmando que não era seu o desejo de realizar o golpe, mas que as circunstâncias o forçavam a tomar tal atitude.⁴⁹ Nesse contexto, devemos lembrar que a Constituição de 1934 não permitia a reeleição de Vargas, ou seja, sua permanência legal no poder. O presidente atrelou seu destino ao da Nação, se auto-atribuiu a missão de guia da pátria, mesclando sua imagem com a do país. Toda esta nova conjuntura foi justificada na Constituição de 1937: porque a Nação estava “sob a funesta iminência da guerra civil”.

Ao mesmo tempo, ao analisarmos o processo político brasileiro, evidencia-se que desde 1935 já existiam leis e órgãos repressores, sendo um dos alvos os movimentos revolucionários.⁵⁰ A historiografia é quase unânime ao afirmar que a política varguista criou um clima de instabilidade para justificar as ações de repressão. Para alguns historiadores, o Estado Novo foi o resultado do processo iniciado em 1930, reafirmando assim, por exemplo, a idéia de Francisco Campos, ministro da Justiça até 1940 e ideólogo do Estado Novo, de que “a Revolução de 30 só se operou, efetivamente, em 10 de novembro de 1937” (2002, on-line).⁵¹ Sendo assim, percebe-se que houve uma intenção de continuidade do intento do movimento de 1930.⁵²

No novo contexto político, o presidente adquiriu um controle sobre todos os níveis do poder executivo e mais ainda, já que para cada estado da Federação foi designada uma pessoa de confiança de Getúlio Vargas, e os governantes estaduais concederam os cargos de prefeito

⁴⁹ Conforme Girardet (1987, p. 73 e 74), esta imagem é uma característica de um velho homem que se tornou ilustre, por isto pode ser o salvador da situação, pois se doa pela pátria e tem como tarefa apaziguar, proteger e restaurar a ordem. Isto é, caracterizou-se como um mito político.

⁵⁰ Dentre eles, a Lei de Segurança Nacional (nº 38, 4/4/1935), que tinha por finalidade extinguir o "extremismo", e o Tribunal de Segurança Nacional (lei nº 244, 11/7/1936), que deveria julgar os envolvidos na “Intentona Comunista” (ALVES, 1993, p. 262 e 264).

⁵¹ Para Paulo Alves (1993, p. 270), o Estado Novo estava sendo concebido desde a Revolução de 1930. Lúcia Lippi de Oliveira (1982, p. 8), entende que os princípios e as idéias que auto-interpretavam e justificavam o papel do Estado Novo na sociedade e na história brasileira de 1937 receberam uma roupagem oficial, mas já haviam sido formulados. Ambos compreendem que o Estado Novo foi o resultado do processo iniciado em 1930.

⁵² Francisco Campos fez esta afirmação numa entrevista à imprensa na década de 1930 (CAMPOS, *O Estado Nacional*, on-line).

a pessoas que lhes eram fiéis.⁵³ Assim, cada um desses elementos permanecia no poder enquanto executasse suas funções conforme as expectativas de seus superiores hierárquicos. Não havia um mandato pré-estabelecido, mas sim a responsabilidade de administrar a unidade da Federação seguindo as determinações emanadas da União.⁵⁴ Tudo isso foi introduzido com o objetivo de reduzir a intermediação da oligarquia estadual entre o município e a União. Desta forma, o Governo Federal adquiriu maior controle e poder, na medida em que o presidente já tinha a fidelidade dos interventores estaduais, e intensificou o contato atrelado e dependente com as autoridades municipais.⁵⁵

O Presidente da República, conforme está expresso no artigo 73 da Constituição Federal de 1937, era a autoridade suprema do Estado Brasileiro, tendo, entre outras responsabilidades, “dirigir a política interna e externa, promover ou orientar a política legislativa de interesse nacional”. No entanto, este não foi o único artigo da Constituição em que transparece o papel do presidente como condutor dos rumos da nação.⁵⁶ A Constituição também previa que o estado de emergência seria referendado por um plebiscito nacional a ser decretado posteriormente (art. 187), mas isto não chegou a ocorrer. Em relação ao emprego das forças armadas, caso fosse necessário para a defesa do Estado, poderia ser declarado o estado de guerra (art. 166). O Parlamento Nacional, nesse contexto, automaticamente perdia sua razão de existência, pois não precisaria dar autorização e nem poderia suspender o estado de emergência ou de guerra (art. 166). Assim, durante o estado de emergência, isto é, a partir de novembro de 1937, era permitido ao Presidente da República tomar medidas que limitavam a liberdade dos cidadãos.⁵⁷

⁵³ A Constituição de 1937, cujo artigo 9 previa que o Presidente da República poderia nomear o representante do Executivo nos estados, isto é, o Interventor. Esta nova estrutura foi um dos fatores que fizeram o Governo centralizar o exercício do poder. Uma outra forma de ampliar a centralização política foi a permissão dada aos governadores para nomear os prefeitos (art. 27).

⁵⁴ Confirmando esta diretriz, foi criado o Decreto-Lei nº 1202, de 8/4/1939, segundo o qual os interventores permaneceriam no cargo enquanto durasse a intervenção ou até o Presidente da República os substituir (art. 2, parágrafo único).

⁵⁵ Esta temática foi aprofundada na dissertação de Mestrado (PETRY, 2003).

⁵⁶ O artigo 166 da Constituição de 1937 previa que, frente a qualquer tipo de ameaça, interna ou externa, o Presidente poderia declarar o estado de emergência nacional em todo o território sendo que, na mesma Constituição, já o declarava em todo o país (art. 186), com a justificativa de uma conspiração contra o Estado Brasileiro. Torna-se necessário ter presente que a Constituição de 1934 proporcionava amplos poderes ao Presidente da República, inclusive o de decretar “*estado de sítio*” e intervir com tropas militares em qualquer parte do território nacional quando estivesse em perigo a soberania nacional (ALVES, 1993, p. 255).

⁵⁷ Como:

a) detenção em edifício ou local não destinado a réus de crime comum; desterro para outros pontos do território nacional ou residência forçada em determinadas localidades do mesmo território, com privação da liberdade de ir e vir;

b) censura da correspondência e de todas as comunicações orais e escritas;

Fato inequívoco, o Estado Novo ampliou muito o poder do presidente, pois a Constituição dissolveu a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, as Assembléias Legislativas dos Estados e as Câmaras Municipais (artigo 178) em exercício e propôs novas regras para um novo processo eleitoral que ocorreria após o plebiscito, que nunca foi convocado. A Constituição também concedeu poderes ao Presidente para legislar pela via dos decretos-leis nos assuntos da Nação (art. 180). Os governos estaduais elaborariam decretos-leis no âmbito estadual (art. 181).⁵⁸

Somando-se a isso, os atos praticados durante o estado de emergência ou do estado de guerra não poderiam ser julgados por juízes ou tribunais (Art. 170). Toda essa ampliação do poder presidencial e a restrição do poder dos órgãos legislativo e judiciário na administração da nação tornaram-se possíveis em função do apoio e de um conseqüente aumento na participação dos militares no Governo Federal.⁵⁹

Nessa argumentação percebe-se que o Estado Novo foi um regime com concepções autoritárias. Conforme Capelato, não se pode afirmar que tínhamos um regime totalitário, pois os traços totalitários podem ser identificados nos discursos de Vargas, mas não houve um “monopólio absoluto do Estado no plano físico, jurídico ou econômico” (1998a, p. 31). Dessa forma, conclui-se que o Estado Novo foi um governo autoritário que adotou alguns conceitos oriundos do nazi-fascismo, mesmo porque nem todos os membros do ministério de Vargas eram favoráveis aos países com regime totalitário, como, por exemplo, Osvaldo Aranha.

O Estado Novo considerava-se uma “*democracia autoritária*”, uma vez que pretendia superar os problemas sociais argumentando não representar os interesses de uma única classe social; conseqüentemente, o termo democracia não continha uma concepção política (GOMES, 1982, p. 132 e OLIVEIRA, 1982, p. 60). Para Francisco Campos, um dos ideólogos do Estado Novo, a democracia exercida no Estado Novo proporcionava uma nova forma de liberdade, pois concebia o autoritarismo – falta de liberdade política – como a forma

c) suspensão da liberdade de reunião;

d) busca e apreensão em domicílio (Art. 168 da Constituição de 1937).

⁵⁸ A partir de abril de 1939, os governantes estaduais também precisavam da aprovação do Departamento Administrativo (Decreto-Lei nº 1202, art. 6), órgão subordinado ao Governo Federal.

⁵⁹ Murilo de Carvalho (1999b, p. 55 a 56) denominou o período do Estado Novo como a lua-de-mel entre o Presidente e a corporação militar, por ser o auge dos entendimentos e da coincidência de interesses entre as duas instituições. O aumento da participação militar expressava-se no progressivo aumento de verbas destinadas à corporação no orçamento da União, dos 19,6% em 1930 para 25 % no ano de 1937 e 36,5 % em 1942, isso do total dos gastos do Governo Federal (CARVALHO, 1999b, p. 71 a 72). A grande referência militar do final da década de 1930, segundo Svartman (2002, p. 56), tanto para os oficiais do Brasil quanto da Argentina, foram a Alemanha e a Itália.

de garantir direitos sociais e, portanto, não poderia ser entendido como algo negativo (CAMPOS, 2002, on-line). O Estado Novo foi um regime autoritário, o sujeito só poderia ter um posicionamento, o de produzir os sentidos que lhe eram permitidos, numa manifestação da eficiência dos meios de censura e de repressão, afetando a identidade de cada ser humano (ORLANDI, 1992, p. 81).⁶⁰ O indivíduo, inserido nesse contexto, passou a expressar aquilo que os governantes desejavam e consideravam correto, já que, deixando de demonstrar no que realmente acreditava, ele passava a ter acesso aos direitos sociais.

Após o golpe, o Governo incrementou o investimento na propaganda, tanto que, em 1938, transformou o DPDC (Departamento de Propaganda e Difusão Cultural) em Departamento Nacional de Propaganda (DNP), que tinha por função exercer a censura e o controle dos meios de comunicação.⁶¹ Projetava-se a propaganda política via meios de comunicação, como uma estratégia para o exercício do poder pelo governo, sendo que, para isso, foi necessário monopolizar os meios de comunicação – através da censura das informações e de sua própria manipulação. Outra função ideológica da propaganda era a de legitimar o Estado Novo – oriundo de um golpe – e conquistar a população para a política varguista (CAPELATO, 1999, p. 169 e 171). Portanto, havia a intenção de produzir o efeito ideológico de uma unidade no discurso, para mascarar as divisões e os conflitos existentes na sociedade e impedir que fossem publicadas obras antivarguistas (CAPELATO, 1998b, p. 211). A propaganda procurava atingir o cotidiano das pessoas no lar, no trabalho e no lazer, com o intuito de provocar emoções (CAPELATO, 1996, p. 338). Nesse processo, por exemplo, o Governo passou a incentivar os compositores a exaltarem o tema trabalho em detrimento à boemia (CAPELATO, 1998a, p. 115).⁶²

A imprensa e o rádio foram os meios mais utilizados para viabilizar a divulgação e a propaganda do Estado Novo (GOULART, 1990, p. 77 e 19). A propaganda política tinha por objetivo persuadir as massas e, por isso, fez-se necessária a criação do mito da unidade e do líder, sendo a teatralização inevitável para o convencimento.⁶³ Para atingir essa meta, o

⁶⁰ Svartmann (2002, p. 60) caracterizou os governos do Brasil e da Argentina deste período como autoritários ou fórmulas intermediárias com fortes traços autoritários. Isto porque havia um pluralismo político limitado sem uma ideologia elaborada que os guiassem, e o líder exercia o poder com limites mal definidos, mas previsíveis.

⁶¹ Para ampliar ainda mais a influência, em 27 de dezembro de 1939, criou-se o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), subordinado diretamente ao presidente e não mais ao Ministério da Justiça (GOMES, 1997, p. 117). O novo órgão tinha como principais objetivos a centralização e coordenação da propaganda nacional; fornecer informações aos ministérios e entidades; fazer a censura aos meios de comunicação (CPDOC, DIP).

⁶² Um trabalho que segue esta linha é a dissertação de mestrado de KERBER (2002).

⁶³ Vários livros que enalteciam o governo de Vargas e a sua pessoa, além de demonstrar a unidade do Brasil foram publicados entre 1939 e 1943, muitos deles pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) como,

“poder utiliza meios espetaculares para marcar sua entrada na história (comemorações, festas de todo tipo, construção de monumentos). As manifestações do poder não se coadunam com a simplicidade; a grandeza, a ostentação, o luxo as caracterizam” (CAPELATO, 1998a, p. 37). Então, o Governo precisava do espetáculo para marcar a história e, para tal, o varguismo criou as grandes manifestações cívicas, que, porém, não tinham o mesmo brilho que as realizadas pela Itália e Alemanha (ibidem, p. 57).⁶⁴ As idéias de propaganda política do Governo também pretendiam cooptar a população com a reprodução obrigatória, nos periódicos, dos discursos oficiais, da divulgação das inaugurações oficiais e dos atos governamentais, tanto que “60% das matérias publicadas eram fornecidas pela Agência Nacional” (CAPELATO, 1999, p. 175).

No Brasil também houve alterações na atuação política de Vargas, no entanto a política exterior utilizou-se da possibilidade de um confronto entre os regimes democráticos e fascistas para conseguir privilégios comerciais.⁶⁵ Então, a política exterior brasileira centrava-se na estratégia de conseguir insumos de desenvolvimento, para isto negociava tanto com as potências totalitárias quanto com as democráticas. O corpo diplomático brasileiro caracterizava-se por ser formado por pessoas despolitizadas e altamente profissionais (CERVO, 1994a; SARAIVA, 1994, p. 19). No ano de 1938, houve a troca do titular da pasta do Ministério das Relações Exteriores que, a partir de 1º de março, passou a ser Osvaldo Euclides de Souza Aranha⁶⁶, que considerava importante fortalecer as relações diplomáticas com os Estados Unidos, um dos países do bloco democrático. Sendo assim, a política externa brasileira também sofreu alterações no decorrer de 1938.

Neste contexto, percebe-se que o Estado Novo foi o resultado de um processo iniciado em 1930. De 1930 a 1937 se criaram as bases conjunturais para o golpe de 1937. O Estado

por exemplo, os livros: 'Da Independência ao Estado Novo' em 1940; 'A força nacionalizadora do Estado Novo' de Mercedes Dantas em 1942; e, 'A Organização Municipal no Governo Getúlio Vargas' de Cândido Duarte em 1942. Outros não foram publicados pelo DIP, entretanto tinham a autorização do Governo como, por exemplo, os livros: 'Nacionalização e ensino' de Carlos Gomes de Oliveira em 1939; 'O Novo Brasil' de Alvimar Silva em 1939; 'As melhores páginas de Getúlio Vargas' de José Pereira da Silva em 1940; 'O Município no Estado Novo' de Oliveira e Silva em 1940; e, 'Getúlio Vargas e o culto à nacionalidade' de Sérgio Macedo em 1941.

⁶⁴ Na década de 1930, em todo o mundo, os movimentos juvenis faziam manifestações cívicas de apoio e ajuda aos regimes que surgiram. O Brasil tentou copiar como pôde estes movimentos (SCHWARTZMANN, 2000).

⁶⁵ A política exterior brasileira é caracterizada como não-confrontacionista, autodeterminante e não-intervencionista (SARAIVA, 1994).

⁶⁶ Osvaldo Euclides de Sousa Aranha nasceu em Alegrete, Rio Grande do Sul, em 15 de fevereiro de 1894 e faleceu no Rio de Janeiro, em 27 de janeiro de 1960. Exerceu funções na política e na diplomacia brasileira. Em 1937, Aranha exercia a função de embaixador em Washington. Após a declaração do Estado Novo pediu demissão do seu posto, alegando não concordar com os rumos que a política brasileira estava tomando. Logo após foi convidado por Vargas para assumir o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e a sua adesão significou um aumento de prestígio junto ao governo, pois em 1938 teve liberdade na condução da política externa (CERVO e BUENO, 1992, p. 225 e 226). Atuou como ministro das Relações Exteriores de 1938 a 1945.

Novo se caracteriza por ser uma ditadura centralizada na figura de Getúlio Vargas. O presidente agregou em seu governo simpatizantes dos regimes autoritários, como Filinto Müller (chefe da polícia do Distrito Federal), Francisco Campos (ministro da Justiça e ideólogo do novo sistema de governo), Lourival Fontes (Departamento de Propaganda⁶⁷), Eurico Gaspar Dutra (ministro da Guerra), Góes Monteiro (comando do Estado Maior do Exército) e também opositores dos regimes fascistas, como Osvaldo Aranha (ministro das Relações Exteriores). Com isto, Vargas não tinha uma única linha de atuação, sendo um ditador que seguia seu pensamento e o que considerava o melhor momentaneamente, fazendo um jogo duplo na política externa.

1.2.3 Comparações

Assim, em fins de 1937, tanto na Alemanha quanto no Brasil, os líderes políticos que estavam no governo exerciam o poder há alguns anos e consolidaram os regimes políticos criados. Nos dois países o poder legislativo foi eliminado e os dois líderes do executivo se autodenominaram condutores das respectivas nações. Então, os dois governantes estruturaram sua política interna para criar um clima de consenso e, num segundo momento, alterar a política externa.

Mesmo havendo diferenças no processo histórico, os dois governantes se impuseram no poder e, com o passar dos anos, foram criando leis restritivas. Partindo do estudo de seus discursos, tanto Hitler quanto Vargas tiveram uma similaridade que justificava a implantação de um regime de governo autoritário, pois utilizaram a idéia de complô para inflar o medo e justificar medidas autoritárias em seus cidadãos. Além de valerem-se do seu carisma e da sua oratória para consolidarem-se no poder, também se utilizaram dos modernos meios de comunicação para divulgar e difundir a sua propaganda, chegando aos recantos mais afastados dos respectivos países, com especial destaque ao sistema de radiodifusão. Entretanto, estes governantes exerceram o poder de forma distinta. Hitler desenvolvendo um regime totalitário, onde o *Führer* tinha sempre a razão; no entanto, tinha uma relação muito intensa com seus

⁶⁷ Entre 1934 e 1937 chamou-se Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). Em 1938 transformou-se no Departamento Nacional de Propaganda e em 1939 no Departamento de Imprensa e Propaganda.

subordinados, e não tolerava outros fizessem críticas aos mesmos, porque todos agiam em seu nome. Nesta conjunção, se fosse cometido um erro, este indivíduo deveria ser eliminado, pois o líder estava sendo representado por um impostor. Esta forma de governo também considerava que a política era um jogo de trapagens, que deveria ser administrado por um único partido, NSDAP (ARENDR, 2000, 421 e ss.). Vargas, administrando através de uma ditadura autoritária, tinha uma relação de total distância com seus subordinados, utilizando-os como bodes expiatórios para se conter da ira do povo. Neste contexto, não poderia admitir nenhum partido, para não ser representado pelos outros. Nos dois contextos históricos foram criadas leis restritivas. Com isto, pode-se afirmar que houve uma certa proximidade, em fins de 1937, nos ideais e na forma de governar dos dois países, porque ambos não eram um regime democrático. Esta convergência na forma de governar se tornará um dos complicadores das relações diplomáticas no transcurso dos anos, principalmente quando Getúlio Vargas pôs em prática a idéia de criar traços identitários em comum, sobretudo após a publicação das leis associadas à Campanha de Nacionalização. Isto porque o governo brasileiro seguia a sua concepção de nacionalismo, a qual entendia que a nação seria projetada no futuro. Esta era divergente dos ideais nacionalistas alemães, onde era importante preservar as características culturais dos antepassados, contexto que será aprofundado a partir do próximo capítulo.

Dessa forma, nos primeiros anos da década de 1930, houve a estruturação de um consenso interno. Na Alemanha, o intuito era realizar a estruturação partidária e a interferência nos diversos Ministérios, entre eles o das Relações Exteriores. No entanto, a interferência no AA somente alterou as relações diplomáticas no ano de 1938. No Brasil, o rumo das relações exteriores com a Alemanha modificou-se em função da implementação do Estado Novo, da tentativa de modernização do país e das leis que tentaram criar traços identitários em comum.

Com a implementação do Estado Novo, a Embaixada Alemã no Rio de Janeiro informou a seus superiores os acontecimentos.⁶⁸ No ato da nomeação de Francisco Campos como ministro da Justiça, em novembro de 1937, foram redigidos dados da vida política desta personalidade e se afirmou que ele era um inimigo declarado do comunismo e da democracia

⁶⁸ Os representantes diplomáticos alemães que atuavam no Brasil desde a criação da embaixada no Rio de Janeiro, em junho de 1936, estavam informando constantemente ao AA dos acontecimentos que envolviam política. Tanto que na estrutura do Ministério havia um departamento de política referente aos países latino-americanos, sob o número 9 (*Politische Abteilung IX*), que inclui a documentação referente ao Brasil. Nele havia uma pasta específica sobre “política interna, parlamento e partidos políticos do Brasil” (*Brasilien - Innere Politik Parlaments und Parteiwesen*) durante o período de 1936 a março de 1938.

liberal.⁶⁹ Já Getúlio Vargas foi caracterizado como sorridente, pequeno homem que possui a arte de adaptar-se às situações com grande maestria para explorá-las, além de não possuir muitos escrúpulos.⁷⁰ Em outro documento, foi demonstrado estranhamento pelo fato de que o partido integralista não participou do novo gabinete do governo Vargas.⁷¹ Estes dados demonstram a preocupação em informar detalhadamente ao governo alemão os rumos da política brasileira.⁷²

A partir de 1938, as relações diplomáticas seguiram novos rumos em função do contexto histórico e político já adotado, tanto por Hitler quanto por Vargas, e pelos novos rumos que os dois governos tomaram. Neste sentido, ainda falta conhecer a estrutura e o funcionamento do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha para entender algumas mudanças que ocorreram nele até 1937, mas que foram se tornando mais visíveis no decorrer dos anos de 1938 e seguintes, afetando significativamente as relações entre os dois países.

1.3 AUSWÄRTIGES AMT

Historicamente, o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha se caracterizou por ser constituído, essencialmente, por pessoas vinculadas à nobreza, pois até a Primeira Guerra Mundial a forma de governo era imperial. Quando houve a criação da República Democrática de Weimar (1918-1933), a nobreza permaneceu ocupando certos cargos, dentre eles, o

⁶⁹ Carta de 11 de novembro de 1937, com o título *Innerpolitische Verhältnisse in Brasilien*. Arquivado dentro do departamento *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Innere Politik, Parlaments-und Parteiwesen* (7.1936 a 3.1938, único *Band*), com o código de arquivamento: **R-104945** do PAAA.

⁷⁰ Relatório nº 3177/37, de 11 de novembro de 1937, arquivado dentro do departamento *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Innere Politik, Parlaments-und Parteiwesen* (7.1936 a 3.1938, único *Band*), com o código de arquivamento: **R-104945** do PAAA.

⁷¹ Relatório nº 16553/37, de 16 de novembro de 1937, arquivado dentro do departamento *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Innere Politik, Parlaments-und Parteiwesen* (7.1936 a 3.1938, único *Band*), com o código de arquivamento: **R-104945** do PAAA.

⁷² Na pasta *Brasilien - Innere Politik, Parlaments-und Parteiwesen* (7.1936 a 3.1938, único *Band*), com o código de arquivamento: **R-104945** do PAAA também consta um relatório detalhado de 5 de junho de 1936 apresentando a situação política interna e externa, a estrutura dos ministérios da Guerra, da Marinha, da Educação, do Trabalho, Indústria e Comércio, dos Transportes, da Agricultura e da Fazenda, além de considerações sobre outros assuntos que não estavam ligados diretamente aos ministérios. Este documento totalizou 30 páginas de informações sobre o Brasil. Como este, outros relatórios foram produzidos sobre a política interna do Brasil, um de abril de 1937, detalhando as disputas existentes entre os diversos líderes políticos, e outro de 4 de novembro do mesmo ano, sobre o partido integralista.

comando do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha - *Auswärtiges Amt*. Na década de 1930, 28% dos diplomatas alemães eram nobres (GAUDIG e VEIT, 1997, p. 38).

Em junho de 1932, antes de Hitler se tornar chanceler, Konstantin Freiherr von Neurath⁷³ foi nomeado ministro das Relações Exteriores, cargo que continuou exercendo durante parte do governo de Hitler. O aparato da política exterior, historicamente, estava ligado diretamente ao presidente da Alemanha, Hindenburg (LUTHER, 2004, p. 66). Até 1933, o AA caracterizava-se por apresentar uma política conservadora, resultado de uma ação democrático-parlamentarista e do Tratado de Versalhes. Esta política anti-republicana tinha por característica ser contra o nacional-socialismo (GAUDIG E VEIT, 1997, p. 38). Em 2 de agosto de 1934, data da morte de Hindenburg, Hitler acumulou as funções de presidente e de chanceler, passando a se auto-intitular de *Führer* (líder) da Alemanha e requerendo a lealdade de todos os habitantes e das forças armadas.⁷⁴

A política externa da Alemanha nazista, conforme San Francisco (2001, p. 345), foi definida pelo próprio Hitler em seus discursos e escritos, onde determinou como objetivo central a conquista do espaço vital, a germanização e o anti-bolchevismo. Neste sentido, segundo Manfred Funke, a máxima da política externa alemã, durante os primeiros anos do *III Reich*, era evitar conflitos enquanto a nação não fosse forte. Em 24 de fevereiro de 1937, Hitler afirmou que a Alemanha havia se transformado em uma grande potência, possibilitando assim mudar a atitude frente aos outros países (FUNKE, s/d, 197 e ss.). Conforme Kothe (1997, p. 73), em relação à América Latina se concentraram dois objetivos: primeiro, em não prejudicar a posição econômica da Alemanha na América Latina; segundo, em conseguir manter a neutralidade da região em caso de guerra.

⁷³ Konstantin Freiherr von Neurath nasceu em 2 de fevereiro de 1873 e em 1901 iniciou sua carreira diplomática. A filiação ao partido nazista ocorreu apenas em 1937. Permaneceu no cargo de ministro das Relações Exteriores de 1932 ao dia 4 de fevereiro de 1938, depois foi nomeado "*Minister ohne Geschäftsbereich*", quer dizer, conselheiro ou ministro sem competência. Faleceu em 14 de agosto de 1956

(<http://www.dhm.de/lemo/html/biografien/NeurathKonstantin/index.html>).

⁷⁴ Esta fusão dos cargos foi aprovada pelo parlamento horas após a morte de Hindenburg e confirmada por um plebiscito público em 19 de agosto do mesmo ano.

1.3.1 Interferência do partido no AA

O partido nazista e o próprio Hitler, paulatinamente, começaram a interferir no *Auswärtiges Amt*. No entanto, isto foi um processo lento, pois mesmo no partido não havia uma linha-mestra, uma unanimidade na política em que todos os dirigentes acreditassem. Surgiram vários esboços e tratativas para criar uma unidade na política exterior, sendo o *Deutschtum* uma das questões mais discutidas (LUTHER, 2004).⁷⁵ Somente em agosto de 1934, Hitler assumiu oficialmente as funções de presidente da Alemanha e conseqüentemente passou a ser responsável pela política do Ministério das Relações Exteriores, isto é, teve possibilidades de efetivamente intervir na política externa do país.

Uma das primeiras formas de interferência foi a criação da *Dienststelle Ribbentrop* (departamento Ribbentrop), em 1934. Este ato foi decorrente do desejo de Hitler em ter uma pessoa de confiança no Ministério das Relações Exteriores. O cargo foi ocupado por Ullrich Friedrich Willy Joachim von Ribbentrop⁷⁶, que era membro da NSDAP desde 1931, conhecia e compartilhava dos ideais de Hitler. Sua função era fornecer dados para o partido e também executar no AA atividades similares às desenvolvidas por Bohle na *Auslandsorganisation der NSDAP* (LUTHER, 2004, p. 126 e 127). Isto significa que Bohle e Ribbentrop tinham cargos concorrentes em espaços políticos diferentes. A duplicação de órgãos era uma das características do totalitarismo (ARENDDT, 2000, p. 446 e ss.), sendo assim, este foi mais um confronto entre funções desempenhadas por membros do partido. Bohle era partidário e atuava junto à organização partidária e von Ribbentrop era partidário, mas em 1934 passou a atuar junto a um órgão governamental.

Joachim Fest (2006, p. 592) afirma que o Ministério das Relações Exteriores do governo nazista desempenhava apenas o papel de administração técnica dos negócios correntes da política exterior. Sendo que, os objetivos essenciais eram buscados com o auxílio

⁷⁵ Para maiores detalhes sobre as disputas dentro do partido e entre a NSDAP e o AA veja o trabalho de Luther (2004), pois ele analisa a disputa entre a abordagem nacional-socialista e a tradicional. Seu trabalho é riquíssimo para compreender o percurso e as disputas causadas na construção ideológica do *Deutschtum*, tanto dentro do próprio partido como dentro do governo, neste caso, incluindo o AA, durante 1933 a 1938.

⁷⁶ Ullrich Friedrich Willy Joachim von Ribbentrop nasceu em Wesel, em 30 de abril de 1893, e foi condenado a morte em Nurembergue, sendo executado em 16 de outubro de 1946. De 1938 a 1945 foi o ministro de Relações Exteriores da Alemanha (<http://www.dhm.de/lemo/html/biografien/RibbentropJoachim/index.html>). As diversas fontes pesquisadas, não apresentam dados sobre a atuação diplomática de Von Ribbentrop antes de 1934.

dos encarregados de missões especiais, entre eles, se destacou Joachim von Ribbentrop.⁷⁷ Conforme Hannah Arendt, a relação de poder entre Estado e Partido era uma “relação entre uma autoridade aparente e outra real, de modo que muitos descrevem a máquina governamental do regime totalitário como fachada importante, a esconder e disfarçar o verdadeiro poder do partido” (2000, p. 445). A autora, em questão, chega a afirmar que quanto mais visível uma agência governamental era, menos poder ela detinha, e quanto menos se sabia de um órgão mais poder este detinha (ARENDR, 2000, p. 453).

A criação do cargo de *Chef der Auslandsorganisation im Auswärtigen Amt* (chefe da Organização do Exterior do partido dentro do Ministério das Relações Exteriores), em 30 de janeiro de 1937, foi outra forma de interferir no AA. Este cargo, conforme a documentação oficializando sua posse (Figura 1), foi subordinado única e somente ao ministro das Relações Exteriores, que neste momento ainda era Konstantin Freiherr von Neurath.⁷⁸ A correspondência existente no AA confirma a afirmação de Pommerin (1997, p. 41), de que este cargo criou dentro do *Auswärtigen Amt* e entre os diplomatas alemães que atuavam na América Latina um ceticismo em relação à possibilidade de unificação das atividades executadas por Bohle e pelo ministério. Esta situação era tão crítica que numa correspondência enviada por Bohle a todos os diplomatas, em 1º de março de 1937, ele lembrou que a criação do cargo que ocupava foi uma resolução do partido e também em função da necessidade de haver um trabalho em conjunto dos representantes do Estado e do partido no estrangeiro. Além de que a política do *Deutschtum* deveria seguir os padrões do nacional-socialismo.⁷⁹ Esta situação demonstra que a duplicação dos órgãos das mais variadas formas era comum na estrutura governamental nazista e que era difícil haver uma unificação dos mesmos.

⁷⁷ SPEER (1971, p. 107) descreveu a viagem que fez a Londres no verão (junho a setembro) de 1936 e observou que Ribbentrop, quando recebia telegramas do ministro das Relações Exteriores, dizia em voz alta que a sua política seguia as diretrizes que Hitler, pessoalmente, lhe havia confiado.

⁷⁸ Ana Dietrich (2007, p. 85), na sua tese de doutorado, afirma que a nomeação de Bohle foi noticiada por cinco jornais, entre publicados na Europa e nos EUA. Para tal afirmação utilizou-se das atas pessoais deste indivíduo. No entanto, observa-se que estas notícias ocorreram entre março e dezembro de 1937, e que por estar na documentação pessoal de Bohle provavelmente tenham sido todas as possíveis.

⁷⁹ Carta de Bohle de 1 de março de 1937, que se encontra na documentação do AA, do departamento *Inland II D*, na pasta *Chef der Auslandsorganisation im Auswärtigen Amt - 1937 a 1938*, com o código de arquivamento: **R-99244** do PAAA. Neste mesmo maço, existe uma circular para os funcionários do AA, datada de 11 de fevereiro de 1937, a qual serviu para descrever a criação e as funções do *Chef der Auslandsorganisation*.

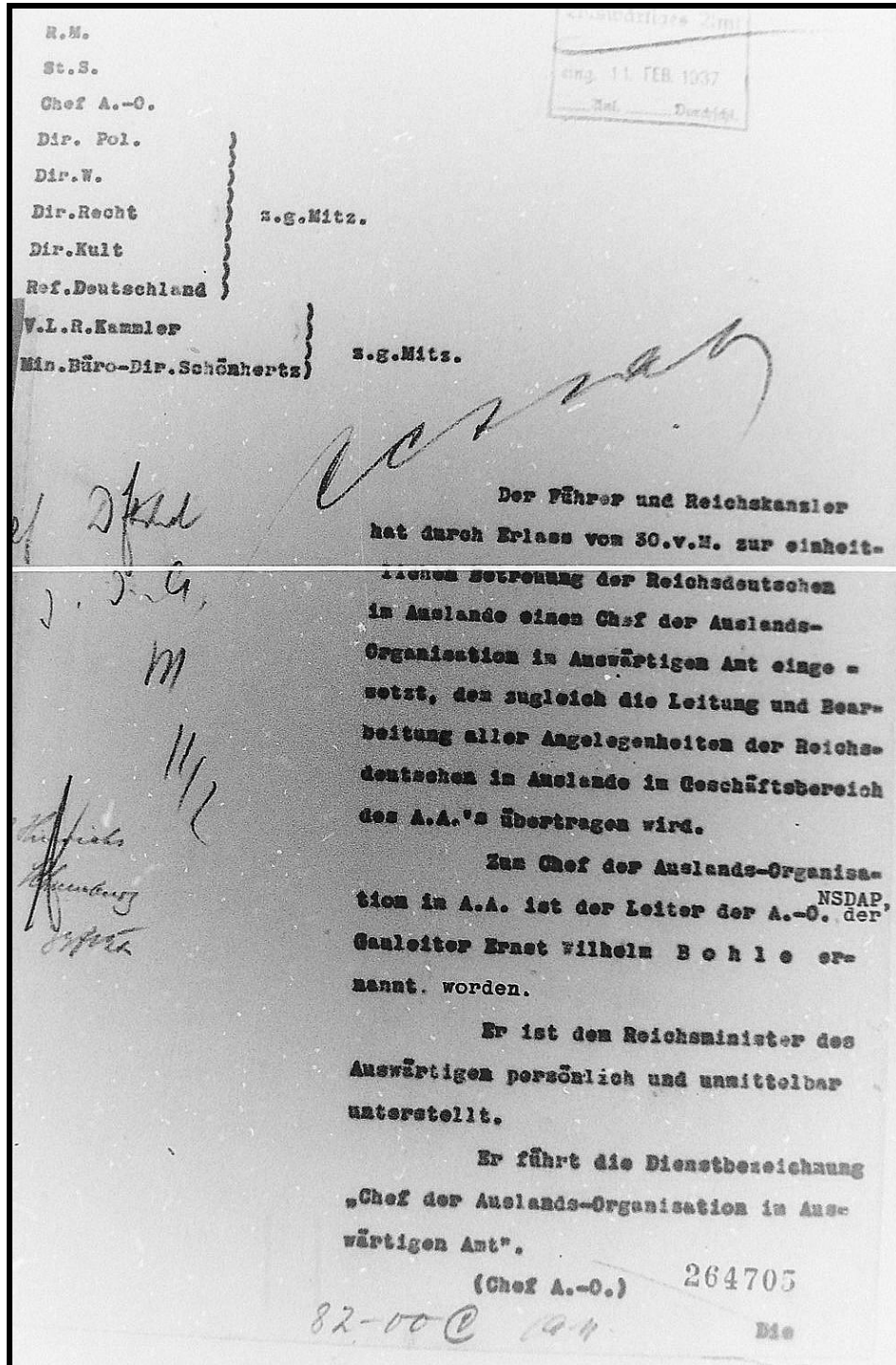


Figura 1 - Nomeação de Bohle

Fonte: departamento *Inland II D*, na pasta *Chef der Auslandsorganisation im Auswärtigen Amt* - 1937 a 1938, com o código de arquivamento: **R-99244** do PAAA.⁸⁰

⁸⁰ Tradução livre do documento

“O Führer e Primeiro Ministro, através do decreto de 30 do último mês, para unificar a supervisão dos cidadãos alemães no estrangeiro, nomeou o chefe da organização do exterior dentro do Ministério das Relações Exteriores (*Chef der Auslandsorganisation im Auswärtigen Amt*), ao qual são transmitidas a direção e a administração de todos os assuntos relacionados com os cidadãos alemães (*Reichsdeutsche*) no exterior, dentro do âmbito do AA. Para chefe da *Auslandsorganisation* dentro do AA foi nomeado o dirigente do AO da NSDAP, líder partidário

Na prática, a criação deste cargo foi a incorporação oficial de um partidário nazista sem carreira diplomática dentro da estrutura administrativa do Ministério das Relações Exteriores. Quer dizer, o partido nacional-socialista estava demonstrando a força que adquiriu dentro do governo do *III Reich*, pois Hitler nomeou um filiado sem experiência diplomática para desenvolver e conhecer profundamente as ações executadas pelos diplomatas nos países estrangeiros. O partido foi adquirindo importância dentro da estrutura do governo, tanto que von Neurath filiou-se a NSDAP em 1937. Uma das hipóteses para tal ação foi o medo de perder o cargo de Ministério das Relações Exteriores.⁸¹

Organizações ligadas ao partido nazista tinham células no estrangeiro, tais como *Deutsche Arbeitsfront* (DAF), *Nationalsozialistische Lehrerbund* (NSLB), *Nationalsozialistische Frauenschaft* (NSF) e *Hitlerjugend* (HJ). Estas entidades e organizações brasileiras ligadas ao partido nazista no Brasil, como o *Deutschbrasilianischer Jugendring* (DBJ), estavam subordinadas ao AO da NSDAP, no que se refere à atuação no estrangeiro. Após a inserção deste departamento no AA, não houve grandes alterações das responsabilidades de Bohle, pois agora estas entidades, além de serem da estrutura partidária, passaram a ter uma vinculação direta com o Ministério das Relações Exteriores (MORAES, 2005, p. 126 e ss.; BARTELT, 1991, p. 47 e ss.). Quer dizer, oficialmente estas instituições adquiriram caráter diplomático e não apenas partidário. Por outro lado, toda esta conjuntura de criar cargos, incorporar partidários ao AA, mudar pessoal e duplicar cargos era uma forma de armar intrigas, atitude indispensável na consolidação do totalitarismo (ARENDRT, 2000, p. 423).

Antes desta nova configuração no AA, havia setores que tratavam dos assuntos relacionados com os alemães no exterior⁸² e que, com a criação deste novo cargo, passaram a

Ernst Wilhelm Bohle. Ele está pessoal e diretamente subordinado ao ministro das Relações Exteriores. Seu cargo recebe a designação oficial de ‘Chefe do AO dentro do AA. (*Chef AO*)’⁸¹. Este documento foi destinado a oito departamentos vinculados ao Ministério das Relações Exteriores e a dois setores fora do AA, além de que o carimbo é de 11 de fevereiro de 1937.

⁸¹ Albert Speer, um dos colaboradores de Hitler, na sua biografia, na parte que descreve os anos anteriores a 1936, afirmou que von Neurath era um dos ministros mais resistentes aos chamados do *Führer* para reuniões extras (SPEER, 1971, p. 83).

⁸² Os departamentos existentes antes da criação do AO no AA eram:

- *Volkstumsführung* trabalhava principalmente com os grupos alemães no exterior, tendo como foco de atuação o leste Europeu;
- *Aussenpolitisches Amt* – APA – tratava principalmente dos assuntos ligados à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ao destino do norte e instrução da política externa sobre bolshevismo e judaísmo;
- *Reichsministerium für Volksaufklärung und Propaganda*;
- *Dienststelle Ribbentrop* foi criado em 1934, para que Hitler tivesse uma pessoa de confiança no AA;
- Além da SS, e outras organizações menores (BARTELT, 1991, p. 48 e segs.).

competir entre si, agora não mais como representantes diplomáticos e partidários, mas sim como setores distintos, que tinham a mesma função dentro do Ministério das Relações Exteriores. Isto é, a duplicação dos cargos estava acontecendo dentro do ministério, não só entre órgãos do partido e do governo.

Em princípios de 1937, Bohle foi adquirindo mais poderes, tanto que dois quintos dos funcionários do AA que trabalhavam com os alemães no exterior passaram, de certa forma, a ser controlados diretamente pelo AO (BARTELT, 1991, p. 48 e segs.).⁸³ No entanto, Bohle teve dificuldades em conduzir o trabalho, tanto que em 11 de outubro de 1937, quer dizer, um pouco mais de oito meses após sua posse no AA, enviou uma carta circular endereçada aos diplomatas reafirmando a necessidade de que fossem unificadas as ações feitas pelos representantes do Estado e do partido no estrangeiro.⁸⁴ Observou que o decreto de criação do AO dentro do AA preparou a unidade para o *Deutschtum* no exterior, todavia houve empecilhos, um deles era a burocracia. Esta correspondência demonstra que Bohle, até aquele momento, não havia conseguido atingir os objetivos esperados.⁸⁵

A documentação do AA confirma que a *Auslandsorganisation*, durante os anos de 1937 e 1938, teve um papel significativo dentro do Ministério das Relações Exteriores. Chega-se a esta conclusão, porque grande parte da correspondência oficial enviada pelos diplomatas alemães que atuavam no exterior, destinava uma cópia a um departamento específico dentro do Ministério e uma outra cópia para Bohle. Em alguns casos, este era o primeiro destinatário. No entanto, também percebe-se que Bohle, em muitos casos, foi apenas o receptor de informações com o fim de repassar ao partido, mas tendo pouca influência em decisões. Torna-se relevante observar que a *Auslandsorganisation* em fins de 1938, em função da busca da NSDAP em centralizar as ações, perdeu poder na política do *Deutschtum*, uma das suas principais funções.⁸⁶

⁸³ Bohle era supervisionado por Hess, fato que provavelmente levou a historiadora Ana Maria Dietrich (2007, p. 43-44) a considerá-lo terceiro homem na hierarquia nazista. Bohle, pela documentação pesquisada nunca foi considerado um *Reichsleiter* (diretor do partido) como Goebbels e Rosenberg. Quer dizer, Bohle estava subordinado ao líder do partido nazista, porque este era responsável pela supervisão do AO, sendo assim, este personagem histórico não tinha tanta importância quanto Ana Dietrich tenta demonstrar com sua tese de doutorado. Outra informação que demonstra a pouca importância deste personagem, é que ele não consta no rol de biografias eletrônicas apresentadas pelo site do Museu da História Alemã (Das Deutsche Historische Museum - DHM), <http://www.dhm.de/lemo/suche/biographien.html>. Outra característica deste personagem é que, conforme Moraes (2005, p. 118) e Gaudig/Veit (1997, p. 50), Bohle era o protegido de Hess.

⁸⁴ Carta de Bohle de 11 de outubro de 1937, arquivada dentro do departamento *Inland II D*, na pasta *Chef der Auslandsorganisation im Auswärtigen Amt - 1937 a 1938*, com o código de arquivamento: **R-99244** do PAAA.

⁸⁵ Desde o princípio, Bohle concebeu os alemães e seus descendentes como instrumentos do poder do *Reich*, que deveriam ser os divulgadores dos ideais nacional-socialistas (GAUDIG E VEIT, 1997, p.45 e ss.).

⁸⁶ Esta alteração ocorre depois do início da crise diplomática entre Alemanha e Brasil, em setembro de 1938.

Para consolidar a interferência de Hitler na política externa, em 4 de fevereiro de 1938, von Neurath, ministro das Relações Exteriores, foi substituído por von Ribbentrop.⁸⁷ Para Lopes (2008, P. 367), a substituição de von Neurath tinha uma única finalidade: colocar na chefia do ministério uma pessoa do círculo íntimo de Hitler, isto é, um nazista convicto. Isto porque, von Neurath havia se filiado há pouco tempo; sendo assim, não era totalmente confiável. Conforme Moraes (2005, p. 114), a partir deste momento, Bohle começou a perder seu espaço de poder dentro do AA, pois seu principal adversário dentro do partido, von Ribbentrop tornou-se seu superior hierárquico, limitando as ações do AO. Esta constante rivalidade entre órgãos, cujas funções são similares, possibilita uma rápida mudança de ênfase na autoridade de determinados indivíduos ou órgãos, os quais eram abolidos ou liquidados (ARENDDT, 2000, p. 454). Neste sentido, foi a limitação das ações do órgão de Bohle, o AO, de órgão com grande autoridade no início de 1937, e que em início do ano seguinte perde seu campo de atuação.

1.3.2 - *Deutschtum*

A política do *Deutschtum* era uma das questões abordadas pelo AA. Este assunto foi bastante debatido dentro da Alemanha, tanto que era objeto de calorosas discussões entre os diferentes grupos do governo e do partido nazista na década de 1930.⁸⁸ Os diversos envolvidos pretendiam criar uma unidade interna para que esta se refletisse nas atividades das entidades alemãs no exterior. Este assunto teve um desfecho definitivo em 1939. Torna-se relevante apresentar sucintamente os conflitos existentes dentro dos diversos grupos na Alemanha, para entender como foi encaminhada a política do *Deutschtum*.

A partir de 1933, conforme Luther (2004, p. 63 e ss.), surgiu um conflito na concepção e na forma que o AA e a NSDAP conduziram esta política. O Ministério das Relações Exteriores desenvolvia ações caracterizadas como tradicional, e o partido tinha uma política mais agressiva, intitulada de nacional-socialista. Estas duas concepções de trabalho foram

⁸⁷ Conforme Zörgbibe (1997, p. 565), foi von Neurath que pediu o seu afastamento do cargo de ministro. No entanto, conforme Fest (2006, p. 631), foi Hitler que anunciou a substituição de von Neurath.

⁸⁸ Segundo Moraes (2005, p. 65), desde o fim da I Guerra Mundial, vários políticos da Alemanha passaram a reconhecer os alemães no exterior (*Auslandsdeutsche*) como potenciais portadores da esperança no renascimento de um potente *Reich*.

desenvolvidas paralelamente por um certo período de tempo, pois, quando Hitler assumiu o poder, ele não pôde, de imediato, impor suas idéias e a do partido. Desde o início de 1933⁸⁹, houve um intenso debate entre os partidários da NSDAP sobre os rumos que teria a *Volkstumspolitik* (política da *Volkstum*, da germanidade).

Dentro do partido, um dos departamentos que abordava o *Deutschtum* até fevereiro de 1934 era a *Auslandsabteilung*, que a partir de então passou a se denominar “*Auslandsorganisation der NSDAP – AO*”, em função de uma reestruturação interna do partido. Este departamento passou a ser subordinado diretamente a Rudolf Hess⁹⁰, líder do partido nazista. Luther (2004, p. 166 e ss.) aponta que, a partir de 1937, a política nacional-socialista do *Deutschtum* teve um maior sucesso em função da centralização que este tema tomou, pois na Europa o tema passou a ser assunto da *Schutzstaffel – SS* (polícia do partido nazista).

Na tentativa de centralização da política do *Deutschtum*, na metade de 1938, criou-se a *Volksdeutsche Mittelstelle – VoMi* (Agência que representa o povo alemão), dentro do partido nazista e ligado à SS, a qual teve amplos poderes para executar suas ações. O seu dirigente era Werner Lorenz⁹¹, um dos comandantes do alto escalão da SS. A partir da criação da VoMi, os assuntos referentes ao *Deutschtum* deixaram de ser responsabilidade do AA e do AO (LUTHER, 2004, p. 175; MORAES, 2005, p. 117). Na documentação pesquisada no Ministério das Relações Exteriores da Alemanha percebeu-se que este tema, em alguns países, foi abordado pelo Ministério até 1939; no entanto, na documentação sobre o Brasil, o último documento sobre este assunto é de 1937. Reafirmando o redirecionamento da política do *Deutschtum*, em fevereiro de 1939, Rudolf Hess proibiu que os diversos grupos do partido interferissem na política executada pela VoMi (MÜLLER, 1997, p. 61 e 62). Quer dizer, Lorenz assumiu toda a política do *Deutschtum*, interferindo e subordinando as ações do AO. Conseqüentemente, no que se refere a este assunto, Bohle passou a fazer parte da sua esfera de controle. Como se pode observar, Bohle tinha pouca influência dentro do partido.

⁸⁹ Luther chamou este período, o do ano de 1933, de *Aufbauphase des Dritten Reiches* (fase de construção do III Reich) (LUTHER, 2004, p. 66).

⁹⁰ Walter Richard Rudolf Hess nasceu em Alexandria, no dia 26 de abril de 1894. Em 1920 filiou-se ao partido nazista, em algumas ocasiões foi o substituto de Hitler. Era considerado o segundo na hierarquia partidária. No julgamento de Nurembergue foi condenado a prisão perpétua, onde se suicidou no dia 17 de agosto de 1987, aos 92 anos. (<http://www.dhm.de/lemo/html/biografien/HessRudolf/index.html>).

⁹¹ Werner Lorenz nasceu em 2 de outubro de 1891 em Grünhof na Pomerânia e faleceu em 13 de março de 1974 em Hamburgo. Em 1931 filiou-se ao partido nazista e a SS. A partir de 1937 foi dirigente da *Volksdeutsche Mittelstelle – VoMi* (LUTHER, 2004, p. 150).

Com estas informações constata-se que o *Deutschtum* foi uma política incentivada pela NSDAP, e até 1937 não foi um foco importante de atuação dos representantes diplomáticos, mas sim, mais uma das tantas atividades que deveriam ser exercidas. No entanto, a partir de dezembro de 1937 este assunto adquiriu maior importância, passando a ser um dos complicadores das relações diplomáticas entre Alemanha e Brasil, principalmente com o incremento da Campanha de Nacionalização efetuada pelo governo Brasileiro.

1.3.2.1 No Brasil

As atividades do *Deutschtum* do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha ligadas ao Brasil, em 1933, eram vistas como tradicionais, pois admitiam a existência do teuto-brasileiro, que havia preservado as características culturais germânicas e, ao mesmo tempo, reivindicava a participação na política brasileira. O teuto-brasileiro na concepção nacional-socialista não era desejável (LUTHER, 2004, p. 79).

Com o fim de melhor explicitar este processo, será apresentado, de forma sucinta, como o mesmo ocorreu no Brasil de 1934 a 1937. Os imigrantes alemães e seus descendentes não tiveram uma única compreensão dos acontecimentos, e diversificadas foram as formas de envolvimento com o *Deutschtum*. Sendo assim, considerar que todos os imigrantes e seus descendentes tiveram uma única postura frente ao *Deutschtum*, isto é, generalizar a tomada de decisões destes indivíduos é simplificar todo um contexto conjuntural. A documentação pesquisada aponta que houve conflitos entre partidários da NSDAP⁹² e os teuto-brasileiros⁹³, pois muitos dos grupos de descendentes de imigrantes alemães foram contra a tutela do AO, por negarem-se em participar de uma organização que seguia somente as linhas do partido nazista.⁹⁴ Um dos motivos alegados era a possível repercussão que este ato poderia ocasionar no território brasileiro. Em alguns casos, os partidários do nazismo chegaram a ter ações agressivas, como por exemplo, em Porto Alegre (GERTZ, 1987, p. 82 e 83). Sendo assim, a política do *Deutschtum* mais próxima dos ideais dos teutos-brasileiros era a desenvolvida pelo

⁹² Müller (1997, p. 196) aponta que o grande número de alemães do *Reich* que estavam filiados ao NSDAP moravam nos centros comerciais e políticos da Argentina, Brasil, Chile e México.

⁹³ O termo teuto-brasileiro está sendo utilizado com o sentido de descendentes de alemães que moram no Brasil.

⁹⁴ René Gertz (1987) e Luther (2004) defenderam em seus trabalhos que houve conflito entre os partidários do NSDAP e os teuto-brasileiros.

Auswärtiges Amt, que era considerada tradicional. No entanto, em diversos estados brasileiros, houve casos em que as sociedades alemãs e o partido nazista trabalharam conjuntamente para o desenvolvimento do *Deutschtum* (MÜLLER, 1997, 174 e ss.). Mesmo com as disputas, muitos teuto-brasileiros perceberam de forma positiva o movimento nazista dentro da Alemanha.⁹⁵

Durante a pesquisa no AA, observou-se que a documentação referente ao *Deutschtum* no Brasil existia desde 1920, tanto dentro do departamento *Kulturabteilung IV*, quanto do *Politik 25*.⁹⁶ Observa-se que este assunto, no transcurso da década de 1930, passou a ganhar maior dimensão, pois em 1935 e 1936 aumentou consideravelmente o volume de documentação sobre o mesmo. A partir destes anos, existe uma considerável quantidade de correspondência do partido, tanto das células brasileiras, quanto da diretoria alemã.⁹⁷ Os temas também se diversificaram, pois além do *Deutschtum*, outros temas como NSDAP, escolas e igrejas foram incorporadas. A partir de 1937, dentro do AA, este assunto passou a ser abordado especificamente pelo AO e posteriormente foi proibido aos profissionais vinculados ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha tratarem deste tema, pois passou a ser de competência da VoMi.

A correspondência produzida a partir do Brasil por teuto-brasileiros, diplomatas e cidadãos alemães com o AA demonstra a situação desencontrada e caótica que as duas

⁹⁵ Houve até manifestação de que o NSDAP deveria permitir a participação de teuto-brasileiros como partidários, pois, argumentava-se, assim o trabalho das células nazistas não seria um corpo tão estranho nas colônias alemãs (carta de 22 e 24 de fevereiro de 1935, sem assinatura, ambas de Neu-Württemberg, arquivado na pasta *Deutschtum im Ausland – Brasilien* [1935 a 1936, *Band 4*], com o código de arquivamento: **R-60030** do PAAA).

⁹⁶ Como o foco da pesquisa não é este período, foi feita uma análise superficial desta documentação. Sobre o tema *Deutschtum* no Brasil na documentação do PAAA existem 4 maços (em alemão usa-se o termo *Band*) dentro do departamento de cultura IV (*Kulturalabteilung VI*), intitulado *Deutschtum im Ausland – Brasilien*, o primeiro volume (**R-60027**) trata dos anos de 1920 a 1929, o segundo (**R-60028**) de 1929 a 1933, o terceiro (**R-60029**) de 1933 a 1935, o quarto e último (**R-60030**) trata de 1935 e 1936 (sendo este o mais volumoso). Também existem outros 4 *Bände* sobre este tema vinculado ao departamento de política 25 (*Politik 25*), intitulado *Deutschtums in Brasilien*, maço 1 (**R-78999**), que trata de 1920 a 1927, o segundo (**R-79000**) de 1928 a 1932, o terceiro (**R-79001**) de 1932 a 1935, o último (**R-79002**) de 1935 a 1936. Neste departamento, o último volume foi o mais volumoso. Sendo assim, pode se perceber a importância que este tema adquiriu a partir de 1935, tanto dentro do setor cultural quanto no de política. Interessante observar que, a partir de 1937, o *Deutschtum* no Brasil não foi mais abordado pelo departamento de política e de cultura do AA, mas sim pela *Auslandsorganisation* que passou a atuar dentro do Ministério das Relações Exteriores.

⁹⁷ Os maços referentes aos anos de 1935 e 1936 trazem comentários de reportagens sobre o *Deutschtum* e o partido nazista e não mais sobre as colônias, demonstrando já nas primeiras páginas que a abordagem ao assunto mudou. Também apresentam uma grande quantidade de documentos e cartas do partido nazista para o ministério e vice-versa. Ressalta-se, que até 1934, as informações e relatórios eram esporádicos, sem muita sistematização, tendo por característica acompanharem a implantação e sobrevivência cultural dos alemães que migraram para o Brasil. No entanto, a partir de 1935, percebe-se que a documentação adquiriu maior sistematização e regularidade. Nas primeiras páginas, demonstram que são diferentes.

políticas do *Deutschtum* estavam causando entre as comunidades alemãs no Brasil.⁹⁸ Os trechos a seguir ilustram a insatisfação de descendentes de alemães que moravam no Brasil com a tentativa de criar uma unidade na política do *Deutschtum*.

*Trotz der Weisungen in dem auf Seite 1 erwähnten Runderlass habe ich geglaubt, das Auswärtige Amt über die hiesige Lage vorläufig unterrichten zu müssen. Ich stelle dazu keine Anträge, weil ich immer noch hoffe, dass die Herren von den hiesigen NSDAP-Verbänden ihren Kurs ändern werden. Ihr Arbeitsgebiet greift unabänderlich auf das des Konsulats über, so dass man nicht aneinander vorbei kommt sondern miteinander gehen muss. Der im Konsulat selbst von einem der NSDAP-Leiter in Bezug auf mich geäußerte Satz 'Es kann nicht Nationalsozialist sein, wer nicht Parteigenosse ist' zeigt den Wirrwarr (carta de 9 de maio de 1935, p. 10 arquivado na pasta *Deutschtum im Ausland – Brasilien* [Band 4 – 1935 – 1936], com o código de arquivamento: **R-60030** do PAAA).⁹⁹*

*Wir können und wollen nicht glauben, dass deutsche Partei- und Regierungsstellen uns zumuten, uns in unserem eigenen Vaterlande Brasilien in der Deutschtumpflege einer Gruppe unterzuordnen, die zum größten Teil aus unerfahrenen Neulingen besteht und zwangsläufig weniger von der Deutschtumpflege weiß als wir selber, die wir uns schon mehr als hundert Jahre damit beschäftigt haben (carta de 22 de junho de 1935, p. 3 arquivado na pasta *Deutschtum im Ausland – Brasilien* [Band 4 – 1935 – 1936], com o código de arquivamento: **R-60030** do PAAA).¹⁰⁰*

A documentação enviada do Brasil para o AA evidencia que os diplomatas e os partidários da NSDAP tinham de conviver e se comunicar. Com o passar dos anos, a influência do partido foi se intensificando.

⁹⁸ Müller (1997, p. 116), além de apresentar o conflito existente entre a política do *Deutschtum* desenvolvida pelo AA e pelo NSDAP no Brasil, demonstra que no Chile a situação foi similar.

⁹⁹ Tradução livre:

“Apesar das diretivas, mencionadas na nota da página 1, eu acreditei que o AA devia ter precedência sobre os assuntos locais. Eu não me oponho, porque ainda acredito que os Senhores ligados ao NSDAP local ainda irão alterar seu pensamento. O campo de trabalho deles afeta, irreversivelmente, o do Consulado, de forma que não haja um desentendimento, mas ações de trabalho conjunto. O que escutei dentro do consulado de um líder representante do NSDAP, ‘não pode ser nacional-socialista, quem não pertence ao partido’, mostra a confusão”.

¹⁰⁰ Tradução livre:

“Nós não podemos e nem queremos acreditar que o partido alemão e as agências de governo assumam, em nosso próprio país, Brasil, a preservação do *Deutschtum* subordinado a um único grupo, que consiste na maior parte de novatos que, inevitavelmente, sabem menos da preservação do *Deutschtum* que nós, que convivemos com ele há mais de cem anos”.

1.3.2.2 Nas entidades alemãs que atuavam no exterior

Houve um crescente aumento da política do *Deutschtum* vinculada ao nacional-socialismo sobre as associações alemãs no estrangeiro. *Verein für das Deutschtum im Ausland* – VDA (associação para o germanismo no exterior), associação criada no século XIX, em 1938 perdeu a sua independência, passando a ser controlada pelo partido nazista e a ter seus dirigentes isolados, porque a sua política do *Deutschtum* foi considerada tradicional e não tão agressiva como a da NSDAP (LUTHER, 2004, p. 145).¹⁰¹

Uma das instituições que historicamente aborda assuntos referentes à cultura é a escola. Neste sentido, as instituições escolares teuto-brasileiras ou alemãs trabalhavam em sala de aula a temática do *Deutschtum*. Baseando-se nesta premissa, a análise de uma carta de novembro de 1935 possibilita mais indicativos desta política. Este documento foi produzido pelo próprio AA, no setor de Cultura, com o fim de sistematizar os dados das escolas de língua alemã no exterior.¹⁰² Nele constam os países em que se localizavam estas instituições, quantidade e número de alunos de cada uma delas. Ao fazer a análise dos dados deste documento, observa-se que somente no Brasil havia aproximadamente 1.260 escolas, freqüentadas por aproximadamente 50.000 alunos. Estes números, comparados com os existentes nos demais países, que é de 259 instituições, proporciona a informação de que o Brasil possuía quase 200% de unidades escolares a mais que no restante do mundo (Quadro 1).¹⁰³ No entanto, o número de educandos no Brasil não chega a ser o dobro. Uma das

¹⁰¹ Hess diversas vezes teve que intervir na tentativa de delimitar os campos de atuação do AO e do VDA. Em novembro de 1934, Hess determinou que o AO responderia aos assuntos referentes aos cidadãos alemães no estrangeiro e o VDA aos descendentes de alemães no exterior (MORAES, 2005, p. 117, MÜLLER, 1997, p. 99). Schubring (2003, p. 18 e ss.) descreve a dificuldade de trabalhar com o VDA, pois o arquivo em Berlim referente as décadas de 1930 e 1940 foi destruído durante a Segunda Guerra Mundial. Todavia, no AA existe a documentação do departamento escolar.

¹⁰² Conforme Paiva (1987, p. 14 e ss.), o VDA de Hamburgo tinha como objetivo apoiar as escolas de língua alemã localizadas fora da Europa, sendo que o sul do Brasil foi o principal campo de atuação. Este apoio tinha duas finalidades: primeiro, evitar a perda do *Deutschtum* pelos descendentes de imigrantes alemães e, num segundo plano, ser um instrumento para o comércio externo alemão. No entanto, os recursos não eram suficientes para atingir plenamente os objetivos traçados. Conforme Schubring (2003, p. 17), a partir de 1908, houve uma cooperação entre o VDA e o AA, o último assumiu a agência responsável pela obtenção de empregos para os professores nas escolas no estrangeiro. Todavia, a situação piorou após a I Guerra Mundial, em virtude dos interesses estarem centrados no continente europeu.

¹⁰³ Observando os dados que este documento apontou, por curiosidade, se pesquisou no *Findbuch* (índice) do AA a documentação sobre as escolas alemãs no Brasil até 1945. No índice há 77 páginas com inúmeros maços de documentos sobre este tema. Estes maços contêm relatórios das escolas, dos distritos e da situação regional, além de dados estatísticos e jornais regionais em língua alemã. Outro dado, a data de início desta documentação é final do século XIX. No entanto, havia poucos maços de documentos sobre o período da tese e os que pareciam mais interessantes estavam inacessíveis e sendo recuperados por terem sido danificados nos bombardeios que Berlim sofreu em 1945.

possíveis hipóteses para estes dados é que muitas escolas no Brasil tinham um número de estudantes reduzido, como, por exemplo, as turmas multiseriadas dos colégios comunitárias do interior do Rio Grande do Sul.

País	Escolas	Alunos
Escolas alemãs no exterior (exceto o Brasil)	259	32.604
Brasil	+ ou - 1.260	+ ou - 50.000
Total de escolas alemãs no exterior	+ ou - 1.519	+ ou - 82.600

Quadro 1 - Escolas alemãs no exterior

Fonte: Autora (2009).¹⁰⁴

Outra informação no contexto educacional refere-se ao fato de que o AA, desde 1933, proporcionou e acompanhou professores brasileiros que foram convidados a participar de atividades dentro da Alemanha. A *Deutsch-Ibero-Amerikanische Ärzte-Akademie* (Academia Médica Germano-Ibero-Americana)¹⁰⁵ foi a principal entidade financiadora das viagens de professores universitários do Brasil, com o fim de conhecerem instituições acadêmicas e hospitalares na Alemanha. Também contribuiu para promover uma visão favorável da Alemanha nacional-socialista entre as elites científicas da Ibero-América.¹⁰⁶ Entre 1936 e 1939, esta academia organizou a visita de cerca de 1.000 médicos ibero-americanos de distintas especialidades à Alemanha, sendo que 30% do total eram oriundos do Brasil (REGGIANI, 2005, p. 59 e 60).¹⁰⁷ Na documentação pesquisada, percebe-se que os

¹⁰⁴ Dados obtidos no documento do *Kult S 9*, de novembro de 1935, arquivado dentro do *Büro des Chefs der Auslandsorganisation a) Verbände, Vereinigungen; b) NS-Feiertage im Ausland; c) Reichsparteitag*; (1935-1940), com o código de arquivamento: **R-27271** do PAAA.

¹⁰⁵ Criada em 9 de abril de 1935, por iniciativa do presidente do Instituto Ibero-Americano de Berlim, general Wilhelm Faupel, do governador dessa cidade, Julius Lippert, e do chefe da clínica cirúrgica do hospital de Charité, Ferdinand Sauerbruch. O propósito da academia era de promover a cooperação entre médicos alemães e das nações ibero-americanas, oferecendo aos ibero-americanos a oportunidade de ampliar os conhecimentos em medicina e higiene popular, através de visitas a instituições médicas do III *Reich*. Paralelamente, buscava recuperar o prestígio da ciência médica alemã. Para isto, contava com a proteção do Ministério do Interior do *Reich* e do Ministério de Ciência, Educação e Instrução Popular da Prússia. A academia estava subordinada à tutela do Ministério dos Assuntos Exteriores (REGGIANI, 2005, p. 57 e 58). No entanto é importante esclarecer que a Revista Médica Germano-Ibero-Americana surgiu em 1928, sendo assim é anterior à criação da Academia Médica Germano-Ibero-Americana e não têm uma vinculação direta. Os objetivos da revista, com a ascensão do III *Reich*, era divulgar os avanços e as pesquisas científicas da medicina alemã e noticiar as visitas de médicos latino-americanos à Alemanha. Esta revista circulou até 1938. Maiores informações ver texto de Sá e Silva (2007).

¹⁰⁶ A academia constituiu um apêndice científico-cultural da política exterior do regime. Conforme Reggiani (2005, p. 61), desde o princípio esta instituição esteve ligada ao partido, primeiro através do fundador e militante nazi Faupel e depois pela intervenção da *Auslandsorganisation*, que realizava a seleção dos médicos que visitaram o *Reich*.

¹⁰⁷ Durante a pesquisa no AA, percebeu-se que existia um considerável volume de documentos relativos a viagens de professores brasileiros para a Alemanha, atividade intensificada a partir de 1936, conforme documentos que constam na pasta *Reisen ausländischer Professoren – Brasilien* (1933 a 1938, *Band 2*), (com

professores universitários de São Paulo e do Rio de Janeiro, que atuavam nas faculdades de medicina, foram os mais patrocinados. Outro dado: a maioria dos indivíduos beneficiados não tinha sobrenomes de origem alemã. Na documentação do AA, na pasta referente às viagens de professores universitários brasileiros para a Alemanha, encontra-se uma carta de 9 dezembro de 1937, em que Karl Ritter¹⁰⁸, o novo embaixador alemão, expressou a necessidade de existir uma parceria entre a diplomacia e o partido nazista, para serem evitados futuros problemas em alguns encaminhamentos (Figura 2). Este foi um dos primeiros documentos assinados por Ritter como Embaixador Alemão no Rio de Janeiro. Provavelmente não tenha sido redigido por ele, pois ele desembarcara no Brasil no dia anterior.

Neste mesmo contexto, professores universitários alemães estavam sendo financiados para visitarem países latino-americanos.¹⁰⁹ Grande parte dos profissionais que vieram ao Brasil, na década de 1930, era da área médica e os principais estados visitados eram Rio de Janeiro, São Paulo¹¹⁰ e Rio Grande do Sul.¹¹¹ Muitos beneficiados fizeram relatórios das visitas, tanto as de caráter acadêmico (nas universidades) quanto as oficiais nas dependências diplomáticas e nas células nazistas, além das observações referentes as suas áreas específicas e sobre o *Deutschum*.¹¹² Alguns textos trazem informações sobre o nacional-socialismo na América Latina.

código de arquivamento: R-65670 do PAAA), de um dos departamentos de cultura do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha (*Kulturabteilung III*). Neste sentido, cabe fazer uma pequena correção à afirmação de René Gertz (2000, p. 205 e ss.) de que esta ação intensificou-se somente a partir de 1939.

¹⁰⁸ Karl Ritter nasceu em 1883 e faleceu em 1968. Em 1922, iniciou a carreira diplomática. De 1924 a 1937 exerceu o cargo de diretor do setor de economia do AA. Em 16 de junho, foi nomeado Embaixador Alemão no Rio de Janeiro. Chegou ao Brasil em 8 de dezembro, e em 14 de dezembro entregou as credenciais a Vargas (KEIPERT, s/d, no prelo). Conforme Lopes (2008, p. 318), Ritter antes de começar carreira diplomática trabalhou no Instituto Econômico do Estado e no Ministério da Fazenda. Sendo assim, sua carreira não foi construída como a dos demais servidores do AA, faltando experiência na prática da diplomacia e sobrando na área econômica.

¹⁰⁹ Moraes (2005, p. 67) observa que, logo após a Primeira Guerra Mundial, políticos, intelectuais e pesquisadores visitaram o Brasil com o objetivo de fazer conexões ou propaganda entre organizações estatais e privadas. Bock (2005, p. 19) conclui que o objetivo de financiar pesquisas na América Latina tinha o intuito de conhecer e desenvolver o comércio.

¹¹⁰ No departamento *Kulturabteilung II*, nos dados referentes ao *Hochschulwesen* (ensino superior) há uma pasta *Hochswesen und Studium in Brasilien* (de 1928 a 1937), com código de arquivamento **R-63965** do PAAA, e uma outra *Hochswesen und Studium in São Paulo* (de 1934 a 1937), com código de arquivamento: **R-63966** do PAAA. Nelas, o partido está sugerindo ou apoiando pessoas interessadas em irem para o Brasil. Um dos principais destinos foi São Paulo, tanto que foi necessário criar uma pasta só para este caso.

¹¹¹ Os centros tradicionais de medicina localizavam-se em São Paulo e Rio de Janeiro, todavia no Rio Grande do Sul existia este curso desde 1898 e no Paraná desde 1912.

¹¹² Existem muitos relatórios; no entanto, não foi feito um levantamento se todos os professores financiados tiveram de fazê-los. Entre os pesquisadores que vieram ao Brasil nesta época, estavam os geógrafos Gustav Giemsa e Ernest G. Nauck. Estes publicaram o resultado da pesquisa nos “Anais Geográficos”, sendo que tiveram financiamento da Fundação Científica de Hamburgo. O espaço de tempo em que permaneceram no Brasil foi de dois meses, durante o ano de 1938. No prefácio da obra traduzida para o português consta um

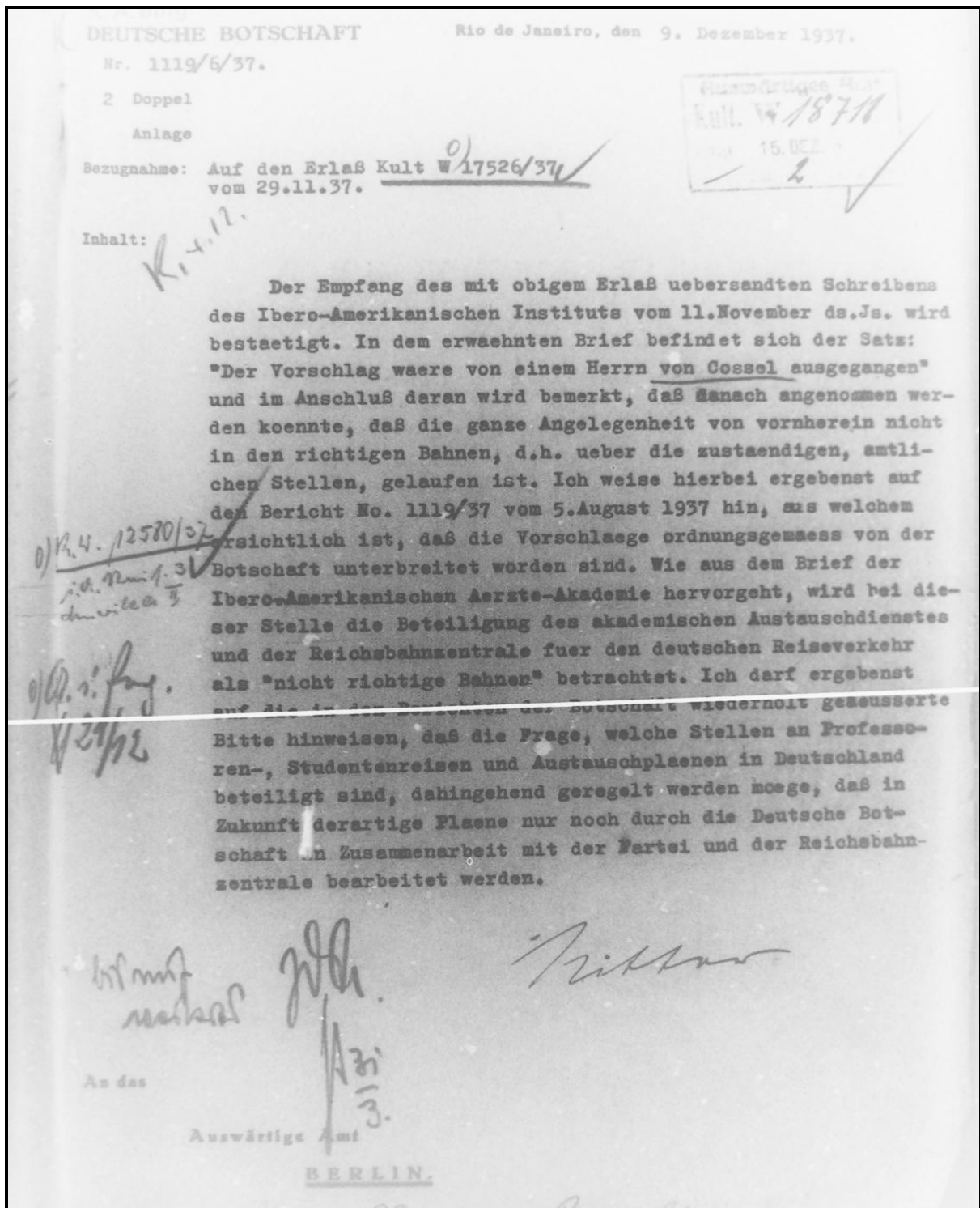


Figura 2 - Carta da Embaixada Alemã do Rio de Janeiro ao AA

Fonte: documento arquivado no departamento *Kulturabteilung III*, na pasta *Reisen ausländischer Professoren – Brasilien* (1933 a 1938, *Band 2*), com código de arquivamento: R-65670 do PAAA.¹¹³

agradecimento ao auxílio e ao apoio proporcionado durante os trabalhos preparatórios em São Paulo, do "dirigente do Partido Nacional Socialista Alemão, no Brasil, von Cossel" (GIEMSA & NAUCK, on line, 2005).

¹¹³ Tradução Livre:

"Através desta confirma-se o recebimento da carta do IIA, de 11/11 daquele ano, enviada junto com o decreto acima citado. Na referida carta encontra-se a frase: "a proposta teria partido de um senhor von Cossel", e, a seguir, se observa que, por isso, se pode partir do pressuposto de que toda a questão, desde o início, não foi

Os documentos citados fazem parte do acervo do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha; no entanto, constatou-se que foram enviadas cópias ao AO-NSDAP. Ao mesmo tempo, houve correspondência dos consulados alemães no Brasil relatando as visitas destes professores.¹¹⁴ Dados que reforçam a tese de que o partido nazista estava interferindo e atuando na política exterior da Alemanha. Bock (2005, p. 19) conclui que as pesquisas financiadas eram motivadas pela perspectiva política, pois era mais uma forma de fazer a propaganda partidária.

A partir da documentação pesquisada conclui-se que Hitler e o partido nazista estavam construindo formas de interferir dentro do Ministério das Relações Exteriores. Este foi um processo lento que sistematicamente intervinha em diversos assuntos, tendo seu auge em fins de 1937 e início de 1938.

1.3.3 Representações diplomáticas

É importante explicar que a política exterior do AA, desde a República de Weimar, estava centrada no continente europeu, principalmente na região a leste (ALVES, 2002, p. 53). As ações na América e na África eram vistas como secundárias (LUTHER, 2004; MÜLLER, 1992; GAUDIG E VEIT, 1997, p. 35).

encaminhada pelos canais competentes, isto é, pelas instâncias oficiais responsáveis. Eu aponto, humildemente, para o relatório n. 1119/37, de 5/8/37, o qual mostra que as propostas foram, de acordo com as regras em vigor, apresentadas pela embaixada. Como se pode deduzir da carta da Academia Médica Ibero-Americana, esta instância considera a participação do Serviço de Intercâmbio Acadêmico e da Central da *Reichsbahn*, naquilo que tange ao sistema de transportes alemão, como “instâncias não corretas”. Humildemente, eu chamo a atenção para o reiteradamente manifestado pedido da embaixada alemã para que a pergunta sobre quais são as instâncias que devem envolver-se em viagens de professores, estudantes e em planos de intercâmbio na Alemanha, seja regulamentada no sentido de que, no futuro, com planos desse tipo lide exclusivamente a embaixada, em colaboração com o partido e a central da *Reichsbahn*”.

¹¹⁴ Dados retirados do departamento *Kulturabteilung III*, na pasta *Reisen deutscher Professoren ins Ausland (Mexiko, Mittel-und Südamerika)*, que abrange os anos de 1937 a 1940, com código de arquivamento: **R-65575**, **R-65576** e **R-65577** do PAAA. Existem relatórios do período anterior, que estão arquivado em 11 pastas. Alguns relatórios tinham papel timbrado do partido, outros eram com timbre dos consulados e alguns eram em papel simples. Nestes volumes, além dos relatórios, havia reportagens de jornais sobre estas visitas e gastos com as viagens. Uma das correspondências que se destaca era a enviada pelo consulado de Porto Alegre para o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, com data de 29 de novembro de 1938, sob o número 293/38. Este documento relata a visita a Porto Alegre dos professores Dr. Volhard e Huebschmann em 27 de outubro de 1938. Ambos foram recepcionados no campo de pouso por diversas pessoas, entre elas Aurélio Py e pelo reitor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, Dr. Saint Pastours. Nesta ocasião, conforme o documento, o professor Saint Pastours demonstrou que estava interessado em que a disciplina de Patologia fosse ocupada por um professor universitário alemão (Relatório nº 293/38, de 29 de novembro de 1938, arquivado no departamento *Kulturabteilung III*, na pasta *Reisen deutscher Professoren ins Ausland (Mexiko, Mittel-und Südamerika)* [Band 13, de 1938 a 1939], com código de arquivamento: **R-65576** do PAAA).

Neste sentido, torna-se relevante refletir sobre as representações diplomáticas alemãs nos diversos países e especificamente nos dados referentes aos países latino-americanos, no intuito de compreender a importância do Brasil para as relações diplomáticas alemãs. Para este fim, foi utilizado um levantamento sobre os postos diplomáticos alemães em 20 de fevereiro de 1937. A partir destes dados, criou-se um quadro (Quadro 2), que aborda a distribuição dos representantes diplomáticos pelos diversos continentes. No documento consta unicamente o nome das cidades em que havia representantes diplomáticos, mas para esta análise foram pesquisados os países das respectivas cidades. Nos dados dos Consulados Gerais e dos Consulados nem sempre foi possível localizar a que países pertenceram, pois, em alguns casos, ou mais de dois países possuem cidades com o mesmo nome, ou estas cidades trocaram de nome ou não existem mais. Três cidades que tinham Consulados Gerais, não foram localizadas. O mesmo ocorreu com outras quatro cidades em que estavam estabelecidos Consulados Alemães.

Postos Diplomáticos	Europa	América	Ásia e Oceania	África	Total
Embaixada	8	4 ¹¹⁵	2 ¹¹⁶	-	14
Legação	21	13 ¹¹⁷	3	2	40
Consulado Geral	13	6	10	3	35
Consulado	41	15	12	10	82
Total	83	38	27	15	170

Quadro 2 - Representações diplomáticas alemãs por continentes em 1937

Fonte: Autora (2009).¹¹⁸

Observando o Quadro 2 percebe-se que mais de 50% das embaixadas e das missões diplomáticas ficavam na Europa, confirmando o interesse alemão no continente europeu. No entanto, dos demais continentes, a América era a que tinha mais representatividade. Os países com embaixadas eram Brasil, Argentina, Chile e EUA. Interessante observar que as treze legações existentes na América localizavam-se nos países latinos. Sendo assim, pode-se afirmar que as relações exteriores da Alemanha com países europeus, até 1937, eram intensas, pois mais de 50% dos diplomatas atuavam neste continente. Entretanto, não pode ser descartado o fato de que o continente americano, mesmo tendo uma menor representação

¹¹⁵ As embaixadas eram nas seguintes cidades: Rio de Janeiro, Buenos Aires, Santiago e Washington.

¹¹⁶ As embaixadas localizavam-se na China e no Japão.

¹¹⁷ Todas na América Latina.

¹¹⁸ Dados do Quadro 2 e 3 foram sistematizados a partir do documento de 20 de fevereiro de 1937, arquivado no *Inland II A/B*, na pasta NSDAP – *Die politischen Organisationen einschliesslich Fachschaften und Betriebszellenorganisation* (1934 a 1944), com o código de arquivamento: **R-99240** do PAAA.

diplomática do que a européia, teve uma grande importância nas relações exteriores da Alemanha. O detalhamento da representação diplomática na América possibilita outras relações (Quadro 3).

Postos Diplomáticos	EUA	Brasil	Argentina	Colombia	Canadá	Chile	Outros	Total
Embaixada	1	1	1	-	-	1	-	4
Legação	-	-	-	1	-	-	12 ¹¹⁹	13
Consulado geral	4	1	-	-	1	-	-	6
Consulado	7	4	1	1	2	-	-	15
Total	12	6	2	2	3	1	-	38

Quadro 3 - Representações diplomáticas alemãs na América em 1937

Fonte: Autora (2009).

O Quadro 3 demonstra a importância dos EUA para a diplomacia alemã, pois ao todo 12 representantes diplomáticos germânicos desenvolveram suas atividades naquele país. No entanto, o Brasil também tinha uma representatividade significativa, uma vez que tinha uma embaixada, um consulado geral e quatro consulados. Interessante observar que a embaixada estava localizada no Rio de Janeiro, centro político e administrativo do país e o consulado geral em São Paulo, que, neste período, era o pólo industrial e econômico. Conseqüentemente, regiões que atraíram mão-de-obra estrangeira qualificada, por isto tiveram um significativo número de *Reichdeutsche*.¹²⁰ Contudo, estas duas cidades não se localizavam nas áreas que historicamente se caracterizavam como de colonização alemã, demonstrando que os interesses estavam centrados no comércio e não exclusivamente na preservação do *Deutschtum*, ou seja, o centro das preocupações, principalmente até 1937, não era a criação de uma área de influência cultural e sim o comprometimento com a compra de matérias-primas e a venda de produtos industrializados. Os consulados estavam localizados nos três estados do sul do país (PR, RS, SC), área em que muitos imigrantes e descendentes alemães moravam, e na Bahia.¹²¹ Fato que demonstra a importância secundária da preservação do *Deutschtum*.

¹¹⁹ Os países com Missão Diplomática eram os seguintes: Paraguai, Bolívia, Venezuela, Santo Domingo, Guatemala, Cuba, México, Uruguai, Haiti, Panamá, Peru, Equador.

¹²⁰ Dietrich (2007) afirma que em São Paulo estava o maior grupo nacional-socialista. Conforme a autora, este fato pode ser explicado pela grande colônia de alemães de nascimento.

¹²¹ No relatório anual de 1937, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, no “Quadro do Corpo C Estrangeiro” consta que os consulados descritos neste texto tinham diplomatas de carreira. Também menciona mais 11 consulados (Belém, Blumenau, Cruzeiro do Sul, Fortaleza, Joinville, Manaus, Rio Grande, Recife, Santos, São Luiz e Vitória) e tantos outros vice-consulados; entretanto, na documentação alemã só existe informações ocasionais dos consulados onde não atuam diplomatas de carreira.

Foi em fins de 1935, que o governo alemão cogitou a hipótese de elevar a sua legação do Rio de Janeiro para nível de embaixada, a partir de então, passou-se a planejá-la.¹²² Em novembro de 1935, Vargas concordou em adotar o mesmo procedimento para a legação brasileira de Berlim. Na prática, estas representações diplomáticas foram oficialmente elevadas a embaixadas em 17 de junho de 1936. Este fato foi justificado em função do crescente comércio entre os dois países (HILTON, 1977c, p. 155 e ss.). Entretanto, desde 5 de junho de 1936, já existe correspondência utilizando o timbre da embaixada alemã do Rio de Janeiro.¹²³

No contexto apresentado até este momento, observa-se que o Ministério das Relações Exteriores foi sofrendo mudanças significativas desde que Hitler tornou-se chanceler, mas foi um processo lento que, até fins de 1937, não havia alterado significativamente a política exterior alemã. No entanto, a partir de 1938, as relações entre a Alemanha e os demais países se alteraram, tanto porque o poder e a interferência do *Führer* tornaram-se um fato, quanto porque o país passou a se considerar uma grande potência.

No Brasil, desde 1937, houve manifestações de descontentamento de políticos brasileiros referentes a atividades de partidários nazistas. A situação, neste momento, representou um desconforto diplomático, tanto que o Embaixador Alemão no Rio de Janeiro, Schmidt-Elskop¹²⁴, em julho de 1937 rebateu acusações (GERTZ, 1994b, p. 84 e 85; HARMS-BALTZER, 1970, p. 161 e ss.). Também deve ser lembrado o contexto diplomático brasileiro. No início da década de 1930, em função da crise de 1929, foi necessário que o Brasil fechasse alguns consulados, entre os países atingidos estava a Alemanha. A justificativa era que eles não correspondiam às necessidades de expansão comercial do país (KOTHE, 1997, p. 68). No entanto, com o passar dos anos, o Brasil foi aderindo ao comércio compensado que a Alemanha passou a desenvolver a partir de 1934. As relações comerciais se intensificaram a ponto de, em 1936, o Brasil passar a ter uma embaixada em Berlim. A inversão da importância da diplomacia brasileira na Alemanha se observa no transcurso da década de 1930.

¹²² Período que também se pensou em elevar as legações de Buenos Aires e Santiago para nível de embaixada (HILTON, 1977c, p. 155). Fato que foi consumado logo depois. Conforme documentação analisada, em 1937, tanto a Argentina quanto o Chile tinham embaixadas alemãs.

¹²³ Carta nº 839/36, de 05 de junho de 1936, arquivada no departamento *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Innere Politik, Parlaments-und Parteiwesen (7.1936 a 3.1938, único Band)*, com o código de arquivamento: **R-104945** do PAAA.

¹²⁴ Não foram encontrados dados significativos sobre este personagem.

No contexto do período, a Alemanha e os Estados Unidos estavam se tornando potências dominantes de sistemas internacionais, isto é, cada país estava constituindo um sistema de poder.¹²⁵ Estes dois países estavam criando suas áreas de influência, conseqüentemente tornaram-se potências concorrentes. O Brasil gravitava, na década de 1930, entre os dois sistemas de poder, tanto por não ter definido quais os interesses internos que seriam privilegiados, isto é, não ter sistematizado uma única política interna, quanto por estar tentando barganhar ganhos (MOURA, 1991).

1.4. RELAÇÕES COMERCIAIS

Este item pretende fazer considerações a nível econômico, mas torna-se indispensável esclarecer que este viés analítico terá por base dados historiográficos em função de inúmeros trabalhos existentes nesta área, pois grande parte dos textos sobre política exterior deste período trata especificamente deste assunto. Também é importante ressaltar que este tema não faz parte dos objetivos centrais desta tese, mas são indispensáveis para compreender as relações entre Alemanha e Brasil.

1.4.1 Política comercial

A Alemanha, como diversos países, no início da década de 1930, estava passando por uma profunda crise na política comercial, pois necessitava promover a exportação, no entanto não conseguia pagar à vista as importações. Sendo assim, em 1934 foi criado o *Novo Plano*, que tinha dois critérios: que fosse aceita a troca de matérias-primas por produtos industrializados e que este comércio de matérias-primas fosse de acordo com as necessidades do consumo da Alemanha. Conforme Luis Bosemberg (2006, p. 27), este plano foi

¹²⁵ Para definir ‘sistema de poder’ serão utilizadas as palavras de Gerson Moura (1983, p. 577): “uma constelação de Estados cuja complexas relações econômicas, políticas e culturais caracterizam a existência de um centro hegemônico (a grande potência) e sua respectiva área de influência”.

direcionado para a América Latina e ao Leste Europeu. O governo alemão tinha como objetivo tornar o país auto-suficiente tanto em matéria-prima quanto em produtos industriais, pois somente assim o país seria imune a um bloqueio econômico (SEITENFUS, 2003, p. 16 e 17; STACKELBERG, 2002, p. 172; KOTHE, 1997, p. 67, HILTON, 1977c). Para isto, foi intensificando os laços comerciais com alguns países, para que estes enviassem os insumos agrícolas e minerais para a manutenção da população e a produção manufatureira, além de servirem de mercado aos produtos industriais. Segundo Alves (2002, p. 50), este sistema “comercial tornava quase uma condição *sine qua non* que os possíveis parceiros comerciais da Alemanha tivessem uma economia, em grande medida complementar à economia alemã”, neste sentido o comércio entre os dois países seria mais ou menos equilibrado, assim não haveria conflitos. Neste período, o governo alemão estava acelerando o rearmamento do país e desejava um rearranjo territorial que desmanchasse o tratado de Versalhes. Para concretizar todos os objetivos era necessária a aquisição do maior volume de matérias-primas possível, pois a marinha do inimigo poderia impedir as trocas comerciais com os países além-mar (ALVES, 1999, p. 63).¹²⁶

Segundo Seitenfus, alguns documentos recomendavam o comércio com a América Latina. Esta aproximação ocorreu em função da prática comercial internacional, que se intensificou depois da quebra da bolsa de valores em 1929. Neste período, para amenizar as perdas, os países que possuíam impérios coloniais aumentaram o controle sobre eles. Outros, que não tiveram esta possibilidade, mantiveram uma intensa relação comercial com os países pouco industrializados e primário-exportadores, para fomentar o comércio. Este conjunto de ações foi praticado para garantir um mercado protegido da concorrência e assegurar um desenvolvimento no futuro. Em 12 de dezembro de 1934, a Alemanha implantou de forma unilateral o comércio de compensação ou marcos Askis - *Ausländer Sonderkonto für Inlandszahlungen* [conta especial de estrangeiros para pagamentos domésticos] (BOSEMBERG, 2006, p. 29).¹²⁷

¹²⁶ Charles Zorgbibe (1997, p. 564) descreve que a falta de matéria-prima era um tema muito importante, tanto que foi discutido na reunião secreta de 05/11/37, entre Hitler, os chefes do exército e o ministro das relações exteriores.

¹²⁷ Um resumo sintético do comércio de marcos compensados foi apresentado por Seitenfus (2003, p. 18): “O objetivo da Alemanha [...] é fazer com que suas importações sejam perfeitamente equilibradas pelas exportações. Assim, quando um país vende um produto à Alemanha, esta não lhe paga em divisas conversíveis, mas em marcos bloqueados. Portanto, o vendedor obriga-se a adquirir produtos alemães. Toda importação alemã resulta numa exportação de igual valor. O agravante do sistema prende-se ao fato de que a compensação, importação versus exportação, não se faz globalmente, mas país por país”. Para maiores detalhes pesquisar também no artigo de Menezes (1995, p. 193-216).

Os objetivos alemães vieram ao encontro ao contexto político e histórico existente no Brasil deste período, pois o país carecia de divisas em moeda estrangeira.¹²⁸ Com o comércio de compensação seria possível suprimir a principal preocupação do governo brasileiro na esfera das relações internacionais, que era a de assegurar e ampliar mercados para a exportação de produtos primários (CERVO, 1986, p. 71). Deve ser lembrado que a economia brasileira era classificada como periférica, dependente e predominantemente agro-exportadora.

Em 1934, a indústria têxtil alemã necessitava de algodão, pois seus estoques estavam escassos e passaram a comprar do Brasil, tanto que até os fornecedores norte-americanos de algodão perceberam que as fábricas têxteis alemãs estavam dispostas a remodelar as máquinas a fim de trabalharem com o algodão brasileiro, mesmo que isto implicasse em altos investimentos (HILTON, 1977c, p. 114 e ss.).

A Alemanha estava disposta a viabilizar que as trocas comerciais envolvessem uma diversidade de produtos. Sendo assim, o comércio com o Brasil não estava centrado na compra de café, divergindo dos EUA.¹²⁹ Neste sentido, diversos estados brasileiros demonstraram interesse na possibilidade de exportação para os alemães, entre eles estavam o Rio Grande do Sul e a Bahia. Nestes estados, os principais grupos que explicitaram seu interesse foram os pecuaristas e os produtores de cacau, atividade onde não estavam inseridos descendentes de imigrantes alemães (HILTON, 1977c, p. 113 a 114). Em síntese, diversos setores da economia brasileira estavam dispostos a incrementar a relação comercial com a Alemanha, pois assim conseguiriam vender o que havia de mais abundante no país (algodão, café¹³⁰, borracha, tabaco, couro, arroz, carne e uma diversidade de matérias-primas), e, por outro lado, o governo obteve a promessa de conseguir aquilo que mais desejava, equipamentos para aparelhar o complexo siderúrgico e militar. Conforme Seitenfus (2003, p. 17), tanto Karl Ritter quanto von Neurath confirmaram o interesse alemão em ampliar sua zona de influência na América Latina, entre os países em destaque estava o Brasil. Ritter, que desde metade de 1925, era responsável pelas negociações econômicas do Ministério das

¹²⁸ Para Heloisa Machado da Silva (2000, p. 6), no Brasil, a partir de 1934, houve uma queda de importância nas exportações de café, que resultou numa diversificação das exportações, tendo um notável crescimento no setor do algodão.

¹²⁹ Deve ser lembrado que os EUA eram produtores de manufaturados e de produtos primários, por isto seu comércio com o Brasil centrava-se no café.

¹³⁰ O café não era considerado um produto essencial para a economia alemã, por isto não poderia fazer parte do comércio de compensação. No entanto, a Alemanha comprou este grão, pois assim abriu mercado para os produtos germânicos (BOSEMBERG, 2006, p. 29).

Relações Exteriores da Alemanha (*Wirtschaftsverhandlungen*¹³¹, proporcionou um florescimento das relações germano-brasileiras até fins de 1937.¹³²

O projeto desenvolvimentista do Brasil estava realmente voltado para a implantação da grande siderurgia. Para isso, a burguesia industrial era a maior apoiadora. Já os representantes do agro-negócio e do comércio encontravam-se divididos em relação ao tipo de comércio internacional desejado, pois alguns setores queriam o comércio livre com os EUA e outros o comércio de compensação com a Alemanha (CORSI, 1993, p. 8 e 9).

A importância comercial que o Brasil adquiriu pode ser percebida porque em 1935, o AA desistiu de formalizar um acordo e de regular sistematicamente o contrato do comércio de compensação (HILTON, 1977c, p. 151 e 152). Além de que, em fins de 1937, houve a nomeação de Karl Ritter, o principal homem do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha nas questões econômicas, para ser o Embaixador Alemão no Rio de Janeiro (HILTON, 1977c, p. 237, 254).¹³³

A relação comercial da Alemanha com o Brasil demonstrava certa dependência mútua, mesmo o Brasil sendo um país periférico e com uma economia primária-exportadora.¹³⁴ Os interesses alemães no Brasil eram estritamente comerciais e de curto prazo, pois a criação do espaço vital era pensada em termos europeus, particularmente no leste (ALVES, 2002, p. 53 e ss.). Na documentação pesquisada percebe-se que o interesse comercial da Alemanha em relação à América Latina era explícito, a ponto desta enviar professores universitários da área do comércio para conhecerem e analisarem as possibilidades comerciais. O professor Dr. E. Scheu da *Handels-Hochschule* Königsberg, que esteve na América do Sul de 16 de março a 2 de setembro de 1937, sugeriu em seu relatório que, para o incremento das relações com o Brasil, fossem financiadas as atividades comerciais das colônias alemãs, com o intuito destas serem fortalecidas, tornando-se o elo de ligação comercial entre a Alemanha e o Brasil, como

¹³¹ Posto que irá ocupar até junho de 1937, quando foi nomeado Embaixador Alemão no Rio de Janeiro, cargo que assumiu em dezembro de 1937.

¹³² Conforme Hilton (1977c, p. 81), Ritter cunhou a expressão que sintetizou a orientação para os canais comerciais, “em vez da África e do Commonwealth, a América do Sul, os Bálcãs e o Extremo Oriente”.

¹³³ Interessante observar que no processo de Nurembergue a nomeação de Ritter para a embaixada no Brasil foi utilizada pelos seus defensores com o fim de inocentá-lo, pois o descreveram como um posto marginalizado (SEITENFUS, 2003, p. 24).

¹³⁴ A relação comercial entre os Estados Unidos e o Brasil era diferente, pois, o primeiro em grande medida era auto-suficiente nas necessidades agrícolas e minerais, fato que criava uma vantagem na negociação e, também possibilitava que os Estados Unidos tivessem maiores condições de pressionar o Brasil (ALVES, 1999, p. 58).

já estava ocorrendo na Polônia.¹³⁵ Conforme suas palavras, se fossem adquiridos produtos das cooperativas coloniais de origem germânica se estaria fortalecendo o *Deutschtum* e fomentando a auto-suficiência das organizações comunitárias dos descendentes de alemães, como escolas, igrejas entre outras. Neste mesmo relatório, descreveu as regiões brasileiras que possuíam reservas de aço, chumbo e níquel, além de apresentar as possíveis formas de adquirir este material.¹³⁶ Este relatório demonstra que esta não era uma prática governamental implementada na relação com o Brasil.

Em 1936, as negociações entre os dois países giraram em torno de uma proposta feita por um consórcio particular alemão-brasileiro, a Sociedade Internacional de Comércio (SOINC), e endossada por Berlim, no sentido de a SOINC agir como intermediária em uma troca de café por equipamento militar e ferroviário (SILVA, 2000, p. 11).

Em 1937, conforme Hilton (1977c, p. 237), o principal alvo alemão para incentivar o comércio era o Brasil. Tanto é que, na ocasião da viagem oficial de Sousa Costa, ministro da Fazenda do Brasil, aos Estados Unidos, em junho de 1937, a embaixada alemã de Washington foi instruída a acompanhar de perto as conversações. Outro dado que vem reforçar esta idéia é o de que o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha solicitou à imprensa do seu país que evitasse comentários sobre as negociações entre o AA e o Brasil ou sobre a viagem de Sousa Costa, pois estava se desencadeando uma luta entre os EUA e a Alemanha pelo mercado brasileiro (HILTON, 1977c, p. 248 e 249).

1.4.2 Jogo Político Brasileiro

Como já foi apresentado, existe a concepção política de que o Estado Novo estava em construção desde a Revolução de 1930, e essa é uma característica permanente na questão econômica. Isto porque, desde 1930, pautou-se, de imediato, por combater a crise, e depois de 1933 procurou assegurar um crescimento acelerado. Entre 1930 e 1937, iniciou o

¹³⁵ Relatório do Dr. E. Scheu, professor da *Handels-Hochschule* Königsberg, que esteve na América do Sul de 16 de março a 2 de setembro de 1937, arquivado dentro do departamento *Kulturabteilung III*, na pasta *Reisen deutscher Professoren ins Ausland (Mexiko, Mittel-und Südamerika)*, com código de arquivamento: **R-65575** do PAAA.

¹³⁶ Conforme Alves (1999), o Brasil era importante para os Estados Unidos em termos minerais (por possuir matéria-prima para a economia industrial de guerra), políticos e geográficos. No entanto, o traço mais importante era a localização geográfica.

amadurecimento no âmbito do governo, de um projeto de desenvolvimento nacional centrado na industrialização, mas que até o final do Estado Novo tinha sido traçado apenas em suas linhas mestras (CORSI, 1993, p 03), pois ainda estava centrado na venda de matérias-primas.

Para atingir seus objetivos, Getúlio Vargas executou um jogo político/econômico com a Alemanha e os Estados Unidos.¹³⁷ O período entre 1935 e 1939 caracteriza-se pela presença, no plano internacional, de dois sistemas de poder concorrentes, Alemanha e EUA. Estes estavam ansiosos por ampliar e solidificar alianças. Para tanto, proporcionaram concessões e vantagens de proteção. Este fato ampliava as possibilidades de decisão e ação do Estado Brasileiro. Este tipo de política econômica somente tem condições de co-existir quando os sistemas de poder rivais possuem capacidades equilibradas de acesso ao aliado em potencial, neste caso o Brasil. Gerson Moura nomeou este jogo de “equidistância pragmática” (MOURA, 1980, p. 62 e 63).¹³⁸ Assim, Vargas negociava com os Estados Unidos e a Alemanha, sem se comprometer com um só, isto é, mantinha uma distância que possibilitava negociar com os dois países com vantagens consideráveis. Isto era possível porque as duas nações desejavam aprofundar suas alianças. Corsi, utilizando-se destas concepções teóricas, afirmou que com “uma postura de certa equidistância entre os blocos imperialistas, ora se aproximando da Alemanha ora dos EUA, objetivava, além de uma ampliação do mercado externo, conseguir tecnologia e capitais para o desenvolvimento brasileiro” (CORSI, 1993, p. 8). Então, a política econômica desejada era importar tecnologias necessárias à indústria e exportar produtos agrícolas. Tudo isto, porque para um país dependente, que iniciava sua reorganização da economia para o setor urbano-industrial, era fundamental assegurar uma recuperação ordenada da economia, garantir às classes economicamente dominantes as condições de sua reprodução e fornecer ao Estado recursos materiais e políticos que permitissem manter a estabilidade interna e definir a política internacional (MOURA, 1980, p. 177).

A pergunta a ser feita, neste caso é como Vargas agiu, para possibilitar esta postura de certa equidistância? O método consistia “em aguardar que todos os ângulos das posições divergentes estivessem perfeitamente claros e em evitar decisões precipitadas, avaliando cuidadosamente as possibilidades inerentes a cada situação” (MOURA, 1980, p. 108-109).

¹³⁷ Conforme Carrizo (1994, p. 372), o Brasil estava ligado mais ou menos com a mesma intensidade com os Estados Unidos e com a Europa. Já os países do Caribe comercializavam com maior intensidade com os Estados Unidos. Por outro lado, Chile, Argentina, Uruguai e Bolívia tinham uma ligação mais forte com o Velho Continente.

¹³⁸ Já Gambini (1977) denominou de “Jogo duplo”.

Neste contexto, segundo Alves (1999 e 2002), o Brasil era um país periférico que tinha uma relação de dependência comercial mútua com a Alemanha e com os Estados Unidos, uma relação de submissão, pois este país adquiria principalmente café, que para o mercado estadunidense era um produto supérfluo; no entanto, o país tinha interesses estratégicos no território brasileiro. Estas relações possibilitaram ao governo de Vargas tentar barganhar vantagens comerciais. Vale lembrar que esta análise refere-se ao período de paz.

Em síntese, a política comercial brasileira, a partir de 1934, estava centrada em acordos bilaterais, isto é, praticava-se o liberalismo com os EUA (livre comércio) e o comércio de compensação com a Alemanha e a Itália (feito à base de trocas de mercadorias). Em 1934, o Brasil não assinou um acordo comercial formal com a Alemanha para não comprometer seu comércio com os EUA, mas continuou efetuando o comércio de marcos compensados, ampliado por meio de um acordo “puramente técnico” e informal entre a *Reichsbank* e o Banco do Brasil (HILTON, 1977c, p. 103 e ss.). Em 6 de junho, fizeram o ajuste de compensação com vistas ao incremento das vendas de algodão, café, cítricos, couro, tabaco e carne (CERVO e BUENO, 1992, p. 233). Quer dizer, os líderes políticos brasileiros puderam agir dentro de certos limites que o contexto histórico permitia, pois a “política externa brasileira não era totalmente autodeterminada nem inteiramente produzida por condicionamentos externos” (MOURA, 1991, p. 104).

De 1936 a 1939, os Estados Unidos tentaram persuadir o governo brasileiro em relação ao comércio compensado com a Alemanha, pois sua maior preocupação era mostrar-se melhor parceiro comercial que os alemães (ALVES, 1999, p. 64). Estas tentativas tiveram três momentos¹³⁹, sendo o último a negociação que marcou a maior aproximação com os Estados Unidos, que foi conhecida como a Missão Aranha (fevereiro de 1939), questão que será abordada nos capítulos subseqüentes. Antes, torna-se interessante esclarecer que, com a implementação do Estado Novo, a imprensa norte-americana expressa o seu temor de um alinhamento pró-Eixo; entretanto, no plano diplomático não houve esta interpretação, porque o Brasil apressou-se em desmentir a vinculação e designou para ministro das Relações Exteriores Osvaldo Aranha, o qual agradava o governo de Roosevelt e contrabalançava a equipe ministerial que, na sua maioria, era favorável aos países do Eixo (MOURA, 1980, p. 92-106).

¹³⁹ Os dois primeiros momentos foram antes do Estado Novo (final de 1936 e junho de 1937).

1.4.3 Comparações

As relações diplomáticas da Alemanha com o Brasil eram guiadas pelas necessidades comerciais de ambos os países. A Alemanha precisava buscar o maior volume possível de matérias-primas diversificadas e produtos agrícolas necessários, além de um excelente mercado consumidor de inúmeros produtos industrializados. Assim, possibilitaria a diversidade na sua produção e na dos países parceiros.

O Brasil era um parceiro econômico ideal para a Alemanha, pois tinha muitos produtos agrícolas para oferecer, além de desejar muitos produtos industrializados que os alemães produziam, principalmente máquinas. Essa comercialização foi tão intensa que, em 1937, o Brasil passou a ocupar, no mercado alemão, o primeiro lugar na compra de mercadorias (CERVO e BUENO, 1992, p. 234).¹⁴⁰ Então, observa-se que o contexto histórico, político e econômico da Alemanha e do Brasil possibilitaram a intensificação e aproximação destes dois países. Em outras palavras, os dois países tentaram tirar o melhor proveito de cada situação e este jogo estava no seu auge em fins de 1937.

Também deve ser lembrado que o comércio de compensação poderia atender às aspirações das forças armadas brasileira, na medida em que possibilitava a assinatura de contratos para o fornecimento de material bélico. Fato que de certa forma contribuiria para Vargas obter apoio do Exército nesta questão (CERVO e BUENO, 1992, p. 234).

O comércio entre a Alemanha e o Brasil se intensificou, em virtude da preocupação brasileira em diversificar mercados e da necessidade alemã por fontes de matéria-prima e mercados para seus produtos manufaturados. Para desenvolver este comércio, os países envolvidos necessitavam fazer concessões, além de agradar aos seus parceiros comerciais, demonstrando que a relação era de certa dependência mútua.

¹⁴⁰ Em 1934, o principal parceiro da Alemanha na América Latina era a Argentina (HILTON, 1977c, p. 89).

1.5 AS QUESTÕES MILITARES E POLICIAIS

No campo militar, existiram certos elos de união, a compra de armamentos e a cooperação entre as polícias, com o fim de proporcionar treinamento e informações sobre o comunismo aos brasileiros, e de divergência, principalmente na questão do serviço militar, entre os dois países.

1.5.1 Forças Armadas

A Alemanha, até 1937, não demonstrava interesses significativos nas questões militares da América Latina, pois na documentação das forças armadas alemãs pesquisadas existem poucas referências sobre países latino-americanos, entre 1937 a 1941. Fato que se alterou em 1941. Na segunda metade da década de 1930, a preocupação militar tinha uma dupla estratégia, a preservação da política do *Lebensraum* no leste Europeu, tendo como idéia central a germanização alemã e a modernização bélica. No entanto, publicamente o país estava adotando a política do desarmamento (FUNKE, s/d, 197). A segunda estratégia interessava ao governo brasileiro, pois as forças armadas brasileiras, na década de 1930, tinham interesse de incrementar o poderio militar. Para isto, era necessário adquirir novas armas e novos conhecimentos.¹⁴¹ Estas idéias estavam centradas no entendimento dos militares de que a política internacional era direcionada pelo poderio bélico de cada país, pois a diplomacia somente poderia vencer com o apoio das armas (HILTON, 1977b, p. 63).¹⁴²

Países europeus, no período entre-guerras, auxiliaram na organização e reorganização das forças armadas e das organizações policiais da América Latina, através de missões militares de treinamento, pois consideravam que estas eram necessárias ao desenrolar das relações exteriores (MCCANN, 1983). Na década de 1930, a Alemanha participou ativamente

¹⁴¹ Conforme Hilton (1977c) a maior preocupação das lideranças políticas e militares do Brasil era com a Argentina, que era superior em termos de capacidade militar.

¹⁴² Hilton apoiou sua argumentação nas palavras de alguns militares, entre eles o ministro da marinha de 1932 (HILTON, 1977b, p. 37 e 63, 1977c, p. 194 e ss.).

com missões militares de treinamento na Argentina, no Chile e na Bolívia, e a França no Brasil (CANCELI, 1994).¹⁴³

O alto comando militar brasileiro, a partir de 1933, passou a requerer material bélico e treinamento para seus oficiais, pois considerava insuficiente aquele proporcionado pela missão francesa, porque havia deficiências no treinamento de oficiais de serviço e uma baixa qualidade nas armas e equipamentos. O Brasil precisava aprimorar as relações comerciais com países que tinham um maior desenvolvimento nesta área, entre eles estavam EUA, Itália e Alemanha.¹⁴⁴ Este contexto possibilitou uma competição entre os fabricantes de armas da Alemanha e dos Estados Unidos, uma vez que ambos gostariam de fornecer material bélico ao Brasil (MCCANN, 1983).

1.5.1.1 Aquisição de Armas

A necessidade das forças armadas do Brasil em adquirir material bélico fazia parte, desde 1934, dos planos do governo brasileiro em ligar os contratos bélicos com os acordos comerciais (HILTON, 1977b, p. 75). O governo estadunidense, um dos países que poderia fornecer material bélico, informou que desestimulava a venda de armamentos a outros países, principalmente, em 1937 e 1938, tanto que, em 1937, a marinha brasileira tentou sem sucesso o arrendamento de vasos de guerra norte-americanos (SVARTMANN, 2007, p. 2). Conforme McCann (1995, p. 96), esta negativa ocorreu porque a Argentina protestou. Este ato serviu para que as forças armadas do Brasil passassem a desconfiar das intenções americanas nas futuras conversações sobre acordos bélicos. Também deve ser lembrado que os EUA haviam iniciado há poucos anos seu rearmamento, sendo que a indústria bélica primeiramente deveria atender à demanda interna.¹⁴⁵

Já a Alemanha concebia essa questão de modo diferente, tanto que desde 1935 a empresa Krupp, juntamente com o Ministério das Relações Exteriores daquele país,

¹⁴³ MCCANN (1983) afirmou que os sistemas militares alemão, francês e norte-americano tiveram influência no exército brasileiro. Os alemães tiveram preponderância antes da Primeira Guerra Mundial, os franceses no entre-guerras e o norte-americano durante e depois da Segunda Guerra Mundial.

¹⁴⁴ Conforme Hilton (1977c, p. 117) a Alemanha era tradicional fornecedor de armamentos ao Brasil.

¹⁴⁵ MCCANN (1983, p. 227) afirmou que em 1934 os europeus estavam se esforçando para adquirir as encomendas brasileiras de material bélico e a política dos EUA não estava planejada para auxiliar os exportadores a competirem com os europeus.

demonstrou claro interesse em vender armamentos para o Brasil. Tanto a Alemanha quanto o Brasil estavam satisfeitos com esta possibilidade, pois assim seria trocado material bélico por produtos primários, quer dizer, seria utilizado o comércio de compensação (HILTON; ALVES, 2002). Todavia, estas transações foram mantidas em sigilo, tanto em função do início do rearmamento alemão, quanto da vontade brasileira deste assunto não ser divulgado (HILTON, 1977c, p. 200 e ss.). A empresa Krupp chegou a enviar em fins de junho de 1936 o funcionário Fritz von Bülow ao Rio de Janeiro, como encarregado para encaminhar as discussões sobre o referido contrato, que era do interesse do próprio governo alemão. Conforme Hilton (1977c, p. 203), Hitler “declarou que desejava que a economia estivesse em ritmo de guerra até 1940”. Para isto, era necessário expandir a capacidade industrial na área militar, isto é, produzir muitos armamentos e neste momento poderia ser tanto para vender quanto para armar seu exército. Para transformar estes interesses em ações concretas, o governo alemão aceitou que 80% dos valores gastos em armas fossem descontados dos marcos compensados.

Em dezembro de 1936, foi nomeado o general Eurico Gaspar Dutra para o cargo de ministro da Guerra, sendo que este militar era favorável ao equipamento alemão.¹⁴⁶ Em 18 de fevereiro de 1937, a Krupp conseguiu o primeiro contrato no programa de aquisição de armamentos efetuado pelo Brasil (HILTON, 1977b, p. 71 e ss e 1977c, p. 199 e ss.).¹⁴⁷ Durante o ano de 1937, oficiais brasileiros passaram a inspecionar o material bélico alemão.¹⁴⁸ Sendo que esta perspectiva teve um aumento significativo no ano seguinte. Conforme McCann (1983; 1995), a compra de material bélico da Alemanha pelo governo brasileiro foi ocasionada em função do medo do poderio da Argentina e da difícil situação financeira, isto é, era necessário armamento para tratar com os demais Estados em bases mais iguais e a Alemanha facilitou a forma de pagamento para a aquisição destes armamentos.¹⁴⁹

¹⁴⁶ Svartmann (2002, p. 60) expõe que o fascismo seduziu os “oficiais nacionalistas dos exércitos argentino e brasileiro”, isto porque ele estava associado ao rearmamento, ao anticomunismo e a uma espécie de reordenamento da sociedade. Sendo que na Argentina, a influência sobre os altos escalões das forças armadas foi mais intensa.

¹⁴⁷ Na verdade era um conjunto de fábricas alemãs, sendo a maior delas a Krupp.

¹⁴⁸ Carta da Embaixada brasileira ao AA, de 18 de janeiro de 1937, arquivada dentro do *Handelspolitische Abteilung Kriegsgerat*, na pasta *Brasilien (1937 a 1938, Band 1)*, com código de arquivamento: **R-106424** do PAAA.

¹⁴⁹ Góes Monteiro, no final de 1936, afirmou que numa eventual guerra mundial o país não seria capaz de manter sua neutralidade, sendo assim teria que se aliar a um dos grupos em disputa. Sem material bélico em quantidade suficiente, perderia sua liberdade de manobra política e militar, sendo reduzido a uma ‘lamentável’ dependência (MCCANN, 1983, p. 232).

1.5.1.2 Serviço militar

A questão do serviço militar foi um dos assuntos que desde 1936 gerou polêmica entre as representações diplomáticas alemã e brasileira, em função da lei alemã de 21 de maio de 1935, a qual obrigava todo cidadão alemão a cumprir o serviço militar na Alemanha, não importando qual era o país de sua residência. Como foi apresentado anteriormente, a Alemanha utilizava o conceito de *jus sanguinis* para definir quem eram seus cidadãos, e o Brasil utilizava-se do conceito de *jus soli*. Neste contexto, filhos de cidadãos alemães que nasceram no Brasil eram tanto cidadãos brasileiros quanto alemães; no entanto, isto valia apenas para a primeira geração, neste sentido, não foram atingidos a maior parte dos descendentes de imigrantes, pois estes já eram segunda geração ou mais. Conseqüentemente, houve um conflito diplomático nesta questão. Importante explicar que, em 1935, esta situação atingiu unicamente os recém imigrados e seus filhos, isto é, todos os filhos de imigrantes nascidos no Brasil entre 1914 e 1916.

Em 1936, os representantes diplomáticos alemães do Rio de Janeiro informaram ao governo brasileiro que estavam fazendo um recenseamento de cidadãos com dupla nacionalidade, para evitar que estes viessem a sofrer conseqüências por não cumprirem o serviço militar.¹⁵⁰ No entanto, pela documentação pesquisada, percebe-se que na prática os consulados gerais e os consulados estavam convocando os jovens com cidadania alemã para o serviço militar, além de fazerem relatórios detalhados com percentual de jovens que deveriam servir, e em alguns casos foram feitas listas nominais.¹⁵¹ As representações diplomáticas também estavam alistando jovens que desejavam fazer o serviço militar de forma voluntária, isto é, aqueles cidadãos alemães que legalmente não eram obrigados, por terem nascido antes de 1913.¹⁵² Outra atividade desempenhada pelos diplomatas foi possibilitar uma colaboração financeira aos jovens que não tinham condições de pagar a viagem para a Alemanha.¹⁵³

¹⁵⁰ Carta de 16 de abril de 1936, arquivada no departamento jurídico (*Rechts-abteilung*), com o código de arquivamento: **R-47053** do PAAA.

¹⁵¹ No AA, dentro do departamento jurídico (*Rechts-abteilung*) existem diversos maços (**R-46976**, **R-46977**, **R-47053**, **R-46229**, **R-47191**, **R-47230**, **R-47231**, **R-47302**, **R-47303** e **R-47304**) sobre a questão do serviço militar de cidadãos alemães que moravam no Brasil e estavam sob a responsabilidade da diplomacia alemã.

¹⁵² Documentos do departamento *Rechts-abteilung*, setor *Wehrpflicht*, pasta *Heranziehung der Auslandsdeutschen zur Wehrpflicht und die Mitwirkung der deutschen Vertretungen in Ausland – Brasilien – (Band I[1936 a 1937] Band 2 [1937 a 1939])* com o código de arquivamento: **R-46976** e **R-46977**.

¹⁵³ Documentos do departamento *Rechts-abteilung*, setor *Wehrpflicht*, pasta *Unterstützung von mittellosen Reichsangehörigen im Auslande um ihnen die Erfüllung der Arbeitsdienst – und Wehrpflicht zu ermöglichen – Brasilien (Band 1 e 2 [1936 a janeiro de 1940])*, com o código de arquivamento: **R-47230** e **R-47231**. Estes

Interessante observar que em alguns casos houve interferência da NSDAP para que os jovens conseguissem este subsídio.¹⁵⁴ Como já visto e citado, constata-se que o partido nazista estava de fato interferindo nas ações dos diplomatas alemães.

O governo brasileiro, para tentar resolver o problema do serviço militar, propôs em novembro de 1936 um acordo diplomático; no entanto, o mesmo não foi aceito. As negociações sobre esta questão foram sendo adiadas e nada de concreto havia sido definido até fins de 1937.

Importante observação também é a de que, o maior número de cidadãos alemães que deveriam prestar o serviço militar estava no estado de São Paulo, não nas áreas consideradas de colonização alemã.

1.5.2 Cooperação entre as polícias

Desde a segunda década do século XX, houve acordos bilaterais de cooperação policial entre os representantes diplomáticos de diversos países. Estes convênios serviram para extradição, trocas de informações policiais sobre crimes, criminosos e organizações políticas, além de tratados para a organização e reorganização policial. Na década de 1920, a Alemanha já fazia parte do grupo dos países que tinham esta prática. Em 1934, tanto o Brasil quanto os Estados Unidos havia se incluído nos grupos que efetivamente tinham uma cooperação policial. Isto proporcionou um intenso intercâmbio policial. No Brasil, estes acordos foram intensos em atividades com o Cone Sul, a Inglaterra, os Estados Unidos¹⁵⁵, a Itália e a Alemanha.¹⁵⁶ As embaixadas eram mais uma forma de sistematizar a cooperação policial, além de receberem e remeterem informações policiais que lhes eram repassadas, também levantavam os mais variados tipos de informações sobre os assuntos de interesse ao

volumes constam essencialmente das formas de ajuda aos cidadãos alemães para prestarem o serviço militar na Alemanha. O primeiro volume contém os decretos de Hitler sobre o serviço militar.

¹⁵⁴ Documentos do departamento *Rechts-abteilung*, setor *Wehrpflicht*, pasta *Heranziehung der Auslandsdeutschen zur Wehrpflicht und die Mitwirkung der deutschen Vertretungen in Ausland – Brasilien – (Band I[1936 a 1937] Band 2 [1937 a 1939])* com o código de arquivamento: **R-46976** e **R-46977**.

¹⁵⁵ Interessante observar, que os EUA mantiveram aberto seu leque de interação com a Alemanha e a Itália até o surgimento do Pacto Anti-Comintern entre Japão, Alemanha e Itália.

¹⁵⁶ A Alemanha esperava que o Brasil proporcionasse um entrosamento viável e dinâmico com os EUA e a Inglaterra (CANCELI, 1994).

seu país, tanto pelos jornais quanto nas visitas a órgãos policiais e de repressão (CANCELLI, 1994).

Os interesses policiais eram mais intensos no combate ao comunismo, tanto que houve, a partir de 1935, uma estreita colaboração entre a polícia brasileira, dirigida pelo Chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, e a polícia secreta alemã, Gestapo, através do encarregado especial junto ao órgão brasileiro, Robert Lehr e da legação alemã (SEITENFUS, 2003, p. 25).¹⁵⁷

A colaboração do combate ao comunismo entre Brasil e Alemanha manifestou-se em vários níveis. Um deles foi a expulsão, durante 1936 e 1937, de pessoas comunistas ou consideradas como tais, que residiam no Brasil, mas com cidadania alemã, como foi o caso, por exemplo, de Olga Bernário¹⁵⁸, Elise Ewert¹⁵⁹ e Ana Gertrude Lambrecht.¹⁶⁰ A outra forma, como já explanado, era uma característica de vários países, a troca de informações e o intercâmbio de experiências. Neste sentido, o capitão Afonso Henrique de Miranda Correia, chefe do Departamento Especial da Segurança Política e Social (Dops) do Rio de Janeiro, fez uma série de contatos secretos para a polícia de Filinto Müller. Nos primeiros meses de 1937, Miranda Correia foi visitar os EUA, a convite pessoal de Roosevelt, para conhecer as polícias de Nova York e Washington. Neste mesmo ano, foi a Buenos Aires assinar um acordo com a Argentina para estreitar as relações e prevenir atos de terrorismo (CANCELLI, 1983, p. 317 e ss.). A partir de março de 1937, permaneceu durante um ano na Alemanha a pedido de Vargas, com o objetivo de estudar a organização de seu serviço de contra-espionagem praticado pela Gestapo, além de conhecer as práticas para combater a infiltração e a propaganda comunista nas fileiras do exército alemão (SEITENFUS, 2003, p. 26 e ss.; CANCELLI, 1983, p. 321; POMMERIN, 1977, p.28 e ss.). No período de permanência na Alemanha, participou de uma conferência secreta em Berlim que tinha como objetivo a formação de uma central anticomunista de polícia com sede naquela cidade e chefiada pela

¹⁵⁷ Robert Lehr era cidadão alemão e representante da firma Zeiss no Brasil (SEITENFUS, 2003). Neste momento, a representação diplomática ainda era a nível de legação, tanto no Brasil quanto na Alemanha, situação que se altera em 1936.

¹⁵⁸ Esposa de Luis Carlos Prestes.

¹⁵⁹ Esposa do ex-deputado do *Reichstag*, Arthur Ewert.

¹⁶⁰ Interessante observar que no AA não foram encontradas informações sobre a deportação de Olga Bernário e de Elise Ewert. No entanto, existe uma pasta exclusiva sobre o caso de Gertrud Lambrecht (*Ausweisung der Reichsdeutschen Gertrud Lambrecht aus Brasilien – 1937 a 1940*) no departamento *Inland II A/B*, com o código de arquivamento: **R-99542** do PAAA. Neste contexto, pode-se construir algumas hipóteses que são de difícil comprovação. Entre elas, que a deportação de Olga Bernário e Elise Ewert eram de interesse do governo brasileiro, porque elas desenvolveram atividades ligadas ao Partido Comunista Brasileiro, que não eram apreciadas pelos governantes. Já a deportação de Gertrud Lambrecht era de interesse unicamente alemão, pois no Brasil ela tinha uma vida tranqüila, sem vinculação política.

polícia alemã. O resultado efetivo foi a troca de informações sobre o movimento comunista (CANCELLI, 1983, p. 322).

Outra tentativa de cooperação no combate ao comunismo internacional foi a criação do “*Pacto Anti-Comintern*”. Este pacto foi assinado inicialmente pela Alemanha e pelo Japão, em 1936. Em novembro de 1937, a Itália também aderiu. O Brasil estava sendo sondado para um possível alinhamento junto ao eixo anti-comunista. Situação indefinida até novembro de 1937. Os passos seguintes desta aproximação foram engrenados com a situação política das relações diplomáticas a partir das medidas adotadas no Estado Novo.¹⁶¹

1.6 CONCLUSÃO PARCIAL

Ao longo deste capítulo realizou-se uma análise que demonstra uma intensificação das relações exteriores da Alemanha com o Brasil até fins de 1937. Ela ocorreu em função das necessidades comerciais e da conjuntura histórica da década de 1930. As peculiaridades históricas destes países, ora aproximaram as relações diplomáticas, no entanto em outras foram fatores de distanciamento.

Constata-se que o contexto histórico dos dois países não foi similar; na Alemanha o nacionalismo fora construído paulatinamente, ano após ano, e este sentimento nacional fazia parte da identidade do povo germânico, sendo necessária a sua preservação. Do outro lado do Atlântico, no Brasil, as características que formavam a sociedade estavam sendo construídas e, dessa forma, tem-se uma idéia de projeção ao futuro. Enquanto o conceito de nação alemã remetia ao passado, a nação brasileira projetava-se ao futuro.

No contexto político tem-se uma visão diferente, pois os governos de Adolf Hitler e Getúlio Vargas possuem alguns traços de similitude. Os dois regimes se caracterizavam como centralizadores, além de serem nacionalistas, mas com entendimentos divergentes sobre este tema em função da concepção de nacionalidade. Isto é, eram regimes não democráticos.

¹⁶¹ Este assunto transparece em vários documentos do AA; no entanto, existe o departamento *Inland II A/B*, que tem uma pasta denominada Criação de um eixo sul-americano anti-comunista, Brasil, Argentina e Chile (*Schaffung einer südamerikanischen antibolschewistischen Achse (Brasilien, Argentinien und Chile)*), com o código de arquivamento **R-99522** do PAAA.

Nesse sentido, até fins de 1937, houve certa proximidade política entre os governos de Getúlio Vargas e de Adolf Hitler, principalmente porque em ambos os governos a democracia não fazia parte da concepção ideológica. Entretanto, o Estado Novo, governo de Vargas, se caracterizou como uma ditadura sem partido político. Já o *III Reich* é caracterizado como um regime totalitário, como tal, tem um partido político único, a NSDAP, uma polícia secreta e também existe dentro do partido uma duplicação de cargos da esfera governamental e somente o líder pode interpretar ou corrigir a ideologia (BOBBIO, 2007, p. 1248 e ss; AREND, 2000, p. 439 e ss). A duplicação de cargos estimulava a competição entre as diferentes áreas do aparelho estatal.

Vargas e Hitler assumem o poder no início da década de 1930. Nos primeiros anos, ambos os governantes tentaram estruturar um consenso interno e uma progressiva interferência nos ministérios e nos rumos da política dos seus respectivos países. A fim de alcançarem com sucesso o objetivo, utilizaram-se dos mais variados meios de propaganda para difundir suas idéias, além de criarem leis restritivas para a sua população e eliminarem ou subordinarem os poderes legislativo e judiciário ao seu comando. As transformações, decorrentes do estilo de governo, tiveram reflexos imediatos na política interna destes países, provocando um rearranjo político. Como segundo passo, houve um reajuste nas estruturas das relações externas, com a definição de interesses estratégicos e posteriormente houve uma alteração visível nas relações destes países com outras nações.

Nesta conjuntura, as relações comerciais estavam em crescimento, pois estavam sendo guiadas em função das necessidades comerciais de ambos os países. A Alemanha carecia de matérias-primas diversificadas e produtos agrícolas, e também necessitava de um mercado consumidor para seus inúmeros produtos industrializados. Do lado brasileiro havia uma diversidade de matérias-primas e também o desejo de consumir muitos produtos manufaturados. Dessa situação ambos os países usufruíram inúmeras vantagens no comércio bilateral. Outro fator que intensificou as relações comerciais foi a possibilidade do comércio de compensação entre Brasil e Alemanha atender às intenções das forças armadas do Brasil, pois permitia a compra de material bélico das empresas alemãs.

O que se pode assegurar é a existência de uma relação política e econômica em franco crescimento, que até 1937, havia dado pouca importância ao conflito diplomático envolvendo o serviço militar e o *Deutschtum*. A partir do Estado Novo, os conflitos referentes à atuação diplomática, principalmente no que tange às diferenças na concepção de nacionalismo dos dois países, se intensificaram. Um dos fatores foi a pressão norte-americana para manter o

Brasil na sua área de influência.¹⁶² Vários foram os interesses para coibir ou incentivar uma possível proximidade entre Alemanha e Brasil.

O próximo capítulo aborda o conflito diplomático entre a Alemanha e o Brasil gerado pelas divergentes concepções de nacionalismo. Por um lado temos o governo brasileiro, que desejava ver em seus cidadãos demonstrações que comprovassem características de uma vivência em comum, dentre elas, o uso da língua portuguesa no dia-a-dia, a proibição de partidos políticos, a desvalorização de símbolos culturais de outros países. A fim de alcançar estes objetivos, são decretadas e incentivadas leis que criassem traços identitários na população brasileira, cujas características eram divergentes do conceito de nacionalidade alemã. Em contraponto, a política externa alemã almejava a perpetuação das características étnicas, o desenvolvimento do *Deutschtum*. Estas duas formas de conceber o nacionalismo entraram em choque no Brasil, a partir das leis nacionalizadoras e da proibição do partido nazista, tanto que houve um conflito diplomático. Simultaneamente, na Alemanha, o Ministério das Relações Exteriores estava sofrendo interferência de Hitler e da NSDAP. O auge da intervenção nazista foi o ano de 1938, quando efetivamente as questões da preservação étnica, o *Deutschtum*, foram mais valorizadas que as relações diplomáticas em si. Estas divergências de concepções efetivamente tornaram-se visíveis a partir de 1938.

¹⁶² Segundo Bosemberg (2006, p. 41) os Estados Unidos tinham como prioridade manter sua influência política e econômica no Brasil, e num segundo plano na Colômbia.

2 O INÍCIO DA CRISE DIPLOMÁTICA

O primeiro mês, pós-criação do Estado Novo, coincidiu com a chegada do embaixador alemão Karl Ritter, nomeado desde julho de 1937, para assumir seu posto diplomático no Rio de Janeiro. Na historiografia brasileira e alemã, consta que a Campanha de Nacionalização e a atuação desse embaixador foram os propulsores da crise diplomática entre Alemanha e Brasil em 1938, interpretação questionada por esta tese. O objetivo deste capítulo é analisar o período que vai de novembro de 1937 até início de maio de 1938, que foi caracterizado pela atuação diplomática alemã de Ritter no Brasil e pelos conflitos surgidos a partir de algumas leis decretadas após criação do Estado Novo – especificamente, a proibição dos partidos políticos (nacionais e estrangeiros) e as leis vinculadas a Campanha de Nacionalização. No entanto, além dos temas citados, outros fatores ajudaram a amenizar ou a complicar a tensão diplomática existente.

É relevante esclarecer que, deste momento em diante, o enfoque principal do trabalho será o interesse da Alemanha nas relações diplomáticas com o Brasil. Nesse sentido, a tese irá abordar a documentação daquele país durante este período. Sendo assim, não serão mais feitos comparativos entre ambos os países, mesmo porque os elos de proximidade aos poucos foram sendo diluídos. No entanto, o contexto histórico brasileiro será apresentado durante o transcorrer do capítulo. Entende-se que, para fazer uma análise deste período, é preciso conhecer o máximo de documentos elaborados pelos diplomatas alemães sobre o assunto, para poder fazer uma intertextualidade, ou seja, poder entender melhor a linha de raciocínio dos diplomatas, e não apenas conhecer algumas afirmações sem uma contextualidade (ORLANDI, 2005).

É importante explicitar que a documentação diplomática alemã sobre este período é riquíssima. No entanto, engana-se quem imagina que toda documentação foi tornada pública entre 1946 e 1947 pelo Departamento de Estado em Washington, pelo *Foreign Office* em Londres e pelo governo francês. Estes órgãos governamentais iniciaram um projeto de publicação conjunta dos arquivos capturados da Alemanha Nazista, da qual originou-se a publicação norte-americana *Documents on German Foreign Policy 1918-1945*.¹⁶³ Deste trabalho foram traduzidos para o português os documentos referentes ao Brasil e ao III Reich, sendo o livro intitulado *O III Reich e o Brasil*. O trabalho, realizado pelos órgãos governamentais dos países aliados foi pioneiro, todavia, constatou-se que este tipo de publicação apresenta apenas uma pequena parcela da documentação diplomática sobre as relações entre Brasil e Alemanha nos anos de 1938 e 1941. Esta documentação não possibilita a análise da posição diplomática alemã no decorrer dos acontecimentos, por isto tornou-se fundamental a pesquisa no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha (*Politischen Archiv des Auswärtiges Amts – PAAA*).

2.1 REPERCUSSÃO DA CRIAÇÃO DO ESTADO NOVO

Entre as funções de um embaixador esta a de informar ao seu ministério das Relações Exteriores, neste caso o *Auswärtiges Amt*, dos rumos da política interna do país onde se localiza o posto diplomático. Por isso, a implantação do Estado Novo no Brasil foi acompanhada com muita atenção pela embaixada alemã no Brasil. O envio regular de informações detalhadas por parte desse órgão diplomático para o AA sobre os novos rumos assumidos pela política interna e externa brasileira, bem como a importância desse assunto dentro do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, resultou na criação de uma pasta reunindo toda essa documentação, datada de fins de 1936 até março de 1938.¹⁶⁴ Além desta, há outras pastas contendo relatórios e correspondências detalhados sobre os acontecimentos, nesse momento histórico brasileiro.

¹⁶³ A versão alemã recebeu o título *Akten zur Deutschen Auswärtigen Politik 1918-1945*.

¹⁶⁴ Arquivado dentro do departamento *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Innere Politik, Parlaments- und Parteiwesen* (7.1936 a 3.1938, único *Band*), com o código de arquivamento: **R-104945** do PAAA. Esta era a única pasta com esta denominação.

No primeiro semestre, após a criação do Estado Novo, havia dúvidas sobre qual tendência política seria seguida pelo governo brasileiro. Neste sentido, os diplomatas apostavam em um possível alinhamento com os ideais integralistas. Esta premissa, conforme a documentação, baseava-se no fato de que a nova constituição de 1937 continha vários artigos que seguiam estes ideais. Pondera-se que a correspondência da embaixada alemã no Brasil com o Ministério de Relações Exteriores da Alemanha, desde 1936, abordava de diversas formas as questões do integralismo, por vezes relatando que descendentes de alemães participavam com certa intensidade do partido em Santa Catarina.¹⁶⁵ Outras apontavam que a situação política interna estava indefinida e poderia privilegiar este partido, todavia constatava-se a ausência de partidários na equipe dirigente.¹⁶⁶ Nota-se que os diplomatas alemães tinham por objetivo informar sobre os acontecimentos internos do Brasil de forma imparcial.

Em um relatório de 16 de novembro de 1937, a diplomacia alemã já anunciava que a nova constituição não permitiria partidos políticos e que o clima estava propício para a promoção de uma Campanha de Nacionalização (*Massnahmen zwecks Nationalisierung der Fremdstaemmigen*), no entanto acreditava que contra o *Deutschtum* não haveria nada.

Uma das certezas da embaixada alemã no Brasil, durante o mês de novembro, era que internamente o comunismo seria combatido por todos os meios e se vincularia à política européia.¹⁶⁷ Em 18 de novembro, um telegrama afirmava que o Estado Novo era um governo em que o presidente centralizava ações, no entanto o governo continuava favorável às relações entre Alemanha e Brasil.¹⁶⁸ Já no mês de dezembro (relatório de 1º de dezembro), a embaixada alemã no Brasil constatou não saber ao certo os rumos da política interna

¹⁶⁵ Carta de 4 de novembro de 1937, da embaixada alemã no Brasil ao AA. Documento assinado pela embaixada no Brasil, está expresso que as embaixadas de Buenos Aires e Santiago e a Legação de Montevidéu receberam uma cópia. Arquivado dentro do departamento *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Innere Politik, Parlaments-und Parteiwesen* (7.1936 a 3.1938, único *Band*), com o código de arquivamento: **R-104945** do PAAA.

¹⁶⁶ *Bericht*: 1655 /37, 11 de novembro de 1937, da embaixada alemã no Brasil ao AA. Documento assinado pela embaixada no Brasil está expresso que as embaixadas de Buenos Aires e Santiago e a Legação de Montevidéu receberam uma cópia. Arquivado dentro do departamento *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Innere Politik, Parlaments-und Parteiwesen* (7.1936 a 3.1938, único *Band*), com o código de arquivamento: **R-104945** do PAAA.

¹⁶⁷ *Bericht*: 1655 3/37, 16 de novembro de 1937, da embaixada alemã no Brasil ao AA. Documento assinado pela embaixada no Brasil está expresso que as embaixadas de Buenos Aires e Santiago e a Legação de Montevidéu receberam uma cópia. Arquivado dentro do departamento *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Innere Politik, Parlaments-und Parteiwesen* (7.1936 a 3.1938, único *Band*), com o código de arquivamento: **R-104945** do PAAA.

¹⁶⁸ Telegrama nº 114, 18 de novembro de 1937, da embaixada alemã no Brasil ao AA. Arquivado dentro do departamento *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Innere Politik, Parlaments-und* (7.1936 a 3.1938, único *Band*), com o código de arquivamento: **R-104945** do PAAA.

brasileira, mas tinha certeza de que seria um regime autoritário, sem a participação de partidos. O autor deste texto, von Levetzow¹⁶⁹, ainda não podia precisar se esta situação seria interessante ou prejudicial para as relações com a Alemanha. O redator frisou que a constituição política brasileira fora baseada em algumas idéias integralistas, salientou que por um lado era positivo, pois as relações exteriores entre Brasil e Alemanha eram apreciadas por representantes deste partido. No entanto, o sistema educativo das escolas alemãs no Brasil e a importância cultural ocasionavam certa irritação dos líderes deste partido.¹⁷⁰

Em 7 de dezembro, um novo relatório confirmou a proibição de todos os partidos políticos no Brasil através do decreto-lei nº 37, de 2 de dezembro de 1937; entretanto, havia dúvidas de quais seriam as conseqüências desse decreto.¹⁷¹ Provavelmente as incertezas consistiam no fato desta lei proibir no primeiro artigo todos os partidos políticos, mas no inciso deste mesmo artigo definiu que os partidos políticos proibidos eram os que tinham registro ou estavam em processo de tentar conseguir o mesmo no antigo Tribunal Superior e nos tribunais regionais, que deixaram de existir com a criação do Estado Novo. Ao analisar esta lei, a princípio, a NSDAP não seria proibida, pois o mesmo não tinha registro oficial em órgãos brasileiros, sendo assim, provavelmente tanto o partido quanto os representantes diplomáticos poderiam ter considerado que esta lei não chegaria a atingir este partido. Contudo, possivelmente, os diplomatas tinham consciência de que em algum momento, ou pela opinião pública ou por re-interpretações deste mesmo decreto-lei, a NSDAP seria atingida. A correspondência diplomática acerca do decreto-lei nº 59 de 11 de dezembro de 1937, que dispõe sobre as sociedades civis que se originaram dos partidos políticos proibidos, entendeu que esta lei não se referia à NSDAP, bem como as sociedades que preservam a germanidade.¹⁷²

¹⁶⁹ A documentação pesquisada informa que até dezembro de 1937, Werner von Levetzow respondia pelas atividades da embaixada alemã no Rio de Janeiro, tendo a função de encarregado dos negócios da embaixada. Entre outubro de 1938 e outubro de 1939, período de retirada do embaixador, assunto que será desenvolvido no próximo capítulo, foi novamente o encarregado dos negócios da embaixada alemã no Brasil.

¹⁷⁰ *Bericht*: 1655 5/37, 1 de dezembro de 1937, da embaixada alemã no Brasil ao AA. Documento assinado pela embaixada no Brasil, no entanto está expresso que as embaixadas de Buenos Aires e Santiago e a Legação de Montevidéu receberam uma cópia. Além disso, o AA envia uma cópia para a embaixada alemã em Washington. Arquivado dentro do departamento *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Innere Politik, Parlaments-und Parteiwesen (7.1936 a 3.1938, único Band)*, com o código de arquivamento: **R-104945** do PAAA.

¹⁷¹ *Bericht*: 1655 6/37, 7 de dezembro de 1937, da embaixada alemã no Brasil ao AA. Documento assinado pela embaixada no Brasil. Arquivado dentro do departamento *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Innere Politik, Parlaments-und Parteiwesen (7.1936 a 3.1938, único Band)*, com o código de arquivamento: **R-104945** do PAAA.

¹⁷² *Bericht*: B 5, 15 de dezembro de 1937, da embaixada alemã no Brasil ao AA. Documento assinado pela embaixada no Brasil. Arquivado dentro do departamento *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Innere*

A documentação diplomática produzida até fins de 1937 demonstra falta de clareza e a própria indefinição na política interna brasileira, fato que impediu projeções futuras sobre a política externa a ser adotada. Conseqüentemente, precisavam aguardar para saber como seria a política interna, para depois entender a política externa. Percebe-se que os observadores da embaixada alemã, nos dois primeiros meses após a criação do Estado Novo, quase que diariamente, tentavam esclarecer ao AA do transcurso e dos rumos que a política brasileira estava seguindo. Já nos primeiros meses de 1938, a periodicidade do envio deste tipo de informação foi se espaçando, transformando-se em relatórios mensais. Observa-se que a embaixada não tinha certeza dos rumos da política interna brasileira, fato que foi abordado no relatório anual de 1937, enviado em 23 de janeiro¹⁷³, e no relatório enviado em 9 de março de 1938.¹⁷⁴ Ambos os relatórios foram enviados ao gabinete de Hitler. Além da correspondência diplomática sobre os rumos da política interna depois da criação do Estado Novo, também houve correspondência partidária com este teor enviada do Brasil para a sede da NSDAP.¹⁷⁵

Neste contexto de alterações na política interna brasileira, Karl Ritter estava chegando, em 8 de dezembro de 1937, ao Rio de Janeiro, para assumir o cargo de embaixador alemão.¹⁷⁶

Outro dado significativo, já exposto, é que, em novembro de 1937, a embaixada alemã já apontava a possibilidade de uma Campanha de Nacionalização e da proibição dos partidos políticos. Quer dizer, percebia-se que havia sido criado um clima propício para mudanças nos rumos da política brasileira.

Politik, Parlaments-und Parteiwesen (7.1936 a 3.1938, único *Band*), com o código de arquivamento: **R-104945** do PAAA.

¹⁷³ Relatório B5 sobre o ano de 1937 e enviado em 23 de janeiro de 1938, arquivado dentro do *Auswärtiges Amt*, tanto no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA, quanto no *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA. Talvez exista em outros arquivos. No *Reichskanzlei*, este documento estava arquivado dentro da pasta denominada *Betreffserien in der Ordnung des Aktenplans* (documentos relevantes) – *Auswärtige Angelegenheiten* (1918 a 1944), com o código de: **R 43 II/1470 b** no *Bundesarchiv Abteilung Reich*.

¹⁷⁴ Relatório B5 (continuação) de 9 de março de 1938. Arquivado dentro do departamento *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Innere Politik, Parlaments-und Parteiwesen* (7.1936 a 3.1938, único *Band*), com o código de arquivamento: **R-104945** do PAAA. Este mesmo documento foi enviado para *Reichskanzlei* (gabinete de Hitler), e está arquivado dentro da pasta denominada *Betreffserien in der Ordnung des Aktenplans* (documentos relevantes) – *Auswärtige Angelegenheiten* (1918-1944), com o código de: **R 43 II/1470 b** no *Bundesarchiv Abteilung Reich*.

¹⁷⁵ Como por exemplo, a carta do senhor Herbert Kühne, que está no *Bundesarchiv* em Berlim com a seguinte forma de arquivo: **NS 42/12 - Reichspressechef der NSDAP/Reichspressestelle – Auslandpresse – Verbreitung von Presse-und Informationsmaterial im Ausland, Besuche von Ausländern in Deutschland. Schriftwechsel mit Personen und Institutionen in Ausland – Brasilien (A-L)**

¹⁷⁶ Em 14 de dezembro de 1937, Karl Ritter entregou a Vargas as credenciais de novo Embaixador Alemão no Rio de Janeiro. Vargas (1995, p. 93) observou que Ritter estava ocupando seu primeiro posto diplomático.

No entendimento de Ana Dietrich (2007, p. 26), o governo brasileiro tinha interesse estratégico na relação com a Alemanha, e por isto não interferiu na ação do partido nazista no Brasil, em anos anteriores. No entanto, a historiografia brasileira e a documentação diplomática apontam que Vargas ganhou força política a partir do Estado Novo. Sendo assim, provavelmente, ele resolveu esperar que houvesse um clima propício para intervir. A proibição dos partidos políticos brasileiros ocorreu em dezembro de 1937 e a dos partidos estrangeiros ocorreu em abril de 1938, isto é, houve apenas a diferença de quatro meses entre uma lei e outra, mas período suficiente para Vargas analisar a situação e intervir com cautela, além de preparar o terreno para a nova configuração partidária. Desta forma fica demonstrado que, quando Vargas adquiriu força política acabou intervindo de forma cautelosa em todas as situações em que iam contra suas idéias, tanto desestruturando os partidos políticos brasileiros, quanto as organizações partidárias estrangeiras, inclusive o partido nazista.

2.2 A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO

A Campanha de Nacionalização do governo brasileiro resultou em diversas ações com o intuito de criar na população nacional uma cultura única, isto é, consolidar o sentimento de pertença nacional. Com este fim, foram criadas diversas leis entre 1937 e 1942, algumas atingiram os núcleos coloniais de descendentes de imigrantes; outras, os cidadãos estrangeiros que moravam provisoriamente em território brasileiro.¹⁷⁷

Esta campanha, na historiografia brasileira (SEITENFUS 2003, ALVES, 2002) e alemã (MÜLLER, 1997¹⁷⁸; BARTEL, 1991; SCHRÖDER, 1975; HARMS-BALTZER, 1970), foi apontada como um dos motivos que geraram insatisfação e conflito entre a diplomacia alemã e o governo brasileiro. Neste ponto, pode-se dizer que houve um descontentamento da diplomacia com relação à Campanha de Nacionalização, contudo

¹⁷⁷ Para maiores detalhes ver as dissertações de: Petry (2003) e Neumann (2003).

¹⁷⁸ Importante esclarecer que, tanto para Harms-Baltzer (1970) quanto para Müller (1997), quanto Bartel (1991) a proibição das atividades dos partidários do NSDAP faz parte da Campanha de Nacionalização.

somente houve interferência nas ações e leis que atingiram diretamente a vida de cidadãos alemães, como será aprofundado a seguir.

2.2.1 Ações dirigidas às comunidades de descendentes de imigrantes

A partir de dezembro de 1937, ocorreram ações de caráter nacionalizador, principalmente nos estados do sul do Brasil. Em 16 de dezembro, o embaixador Ritter já comunicava ao AA que nos estados do Paraná e de Santa Catarina estavam sendo impostas condições para o funcionamento de escolas alemãs, ações efetivadas pelo exército. Interessante observar que Ritter comentou que o partido não havia sido avisado, pois este era contrário a estas ações, porque considerava que os *Reichsdeutsche* não deveriam ser confundidos com os brasileiros. Ritter não se referiu aos descendentes de alemães e sim aos cidadãos alemães que por algum motivo estavam morando temporariamente ou há pouco tempo no Brasil. Entretanto, conforme as palavras de Ritter, já era esperado que houvesse estas atitudes, tanto que a “Federação 25 de Julho” havia sido criada em 1936 como uma alternativa em caso desta situação se concretizar.¹⁷⁹ Em relatórios diplomáticos de 1938 sobre o Brasil, constatou-se que houve uma estreita relação entre a Federação, o representante da NSDAP, Hans Henning von Cossel¹⁸⁰, e os diplomatas alemães.¹⁸¹ Outro documento arquivado no AA, datado de 17 de dezembro, também descreveu as ações ocorridas em SC e no PR, no entanto, trata-se de um comunicado do *Deutsches Nachrichten Büro* (DNB). Nele também se reforçou que a “Federação 25 de Julho” e os diplomatas iriam esclarecer o significado destas medidas.¹⁸²

Em três documentos saídos do Brasil, endereçados ao AA, somente entre 16 e 18 de dezembro de 1937, constava que a “Federação 25 de Julho” tinha um papel significativo junto à comunidade de ascendência alemã e que fora criada como alternativa para uma possível

¹⁷⁹ Carta K2/1 de 16 de dezembro de 1937, de Ritter ao AA, arquivado no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA. Ao final do documento consta que o AA encaminhou o mesmo ao AO do NSDAP e vários ministérios do *Reich*.

¹⁸⁰ Hans Henning von Cossel, cidadão alemão, que desde 1933 era o chefe do partido nazista no Brasil.

¹⁸¹ Relatório da viagem do Dr. Kundt e de Meyer, ocorrida de setembro de 1937 a fevereiro de 1938. Este consta em duas pastas, **R-127505** e **R-127506** do PAAA. A primeira trata exclusivamente dos relatórios de Kundt e Meyer e na segunda consta a documentação sobre a nacionalização e a morte de Kopp.

¹⁸² Correspondência de 17 de dezembro de 1937, do DNB, arquivado no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA.

política brasileira de nacionalização.¹⁸³ Quando se verifica o relatório secreto sobre a fundação dessa entidade, em 1936, encontram-se como finalidade as seguintes tarefas: “em caso de ser desativada a representação política e religiosa, a Federação representará os descendentes de imigrantes alemães junto ao governo brasileiro, preservará a língua e a cultura alemã e será a garantia de amizade e de boas relações entre Alemanha e Brasil”. A “Federação 25 de Julho” surgiu dos interesses da representação diplomática alemã e dos partidários da célula da NSDAP do Brasil, tanto é que ao final desse relatório, o autor do texto chegou a pedir que fosse enviada verba para auxiliar financeiramente a instituição recém fundada.¹⁸⁴ Não foram encontrados dados da concretização desta ajuda financeira e nem para afirmarmos qual o grau de vinculação e interferência da NSDAP e ou da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro; entretanto, a vinculação era explícita.

A criação e a finalidade da “Federação 25 de Julho” sugerem a hipótese de que a diplomacia alemã, em 1936, já esperava que o governo brasileiro fizesse uma política de nacionalização junto às comunidades de estrangeiros e de seus descendentes.¹⁸⁵ Essa criação pode ter sido o resultado das discussões e dos debates explícitos na imprensa brasileira sobre a formação de seu povo (LUCA, 1999). Todavia, também deve ser lembrado que desde 1935 movimentos de esquerda, como a Intentona Comunista, e de extrema direita, como o integralismo, acirravam os ânimos dos brasileiros em favor de uma política nacionalista. Neste sentido, havia um clima de instabilidade, pois a partir de dezembro de 1935 se decretou o estado de sítio, renovado por mais 90 dias.¹⁸⁶ Em março de 1936, foi decretado o estado de guerra, que vigoraria até meados de 1937, sendo que o argumento para tal atitude foi a possibilidade de prender diversas lideranças comunistas e de apreender documentos.¹⁸⁷ Nessa

¹⁸³ Além dos documentos das notas 15 e 17; Carta K2/1 de 18 de dezembro de 1937, de Ritter ao AA, arquivado no **R-104939** do PAAA.

¹⁸⁴ Dados retirados da carta de 17 de abril de 1936, nº 486 2/36, existente na pasta *Deutschum im Ausland – Brasilien* (1935 a 1936, *Band 4*), com o código de arquivamento: **R-60030** do PAAA.

¹⁸⁵ Interessante que para Käte Harms-Baltzer (1970) a Campanha de Nacionalização iniciou-se em 1930, sendo um dos pontos utilizados para tal afirmação a definição de cotas para a imigração, expressa na constituição Federal de 1934 (art. 121, § 6º). No entanto, o mesmo método restritivo já havia sido utilizado em 1890, no tocante à imigração asiática e africana (SEYFERTH, 2002a, p. 132). Outro fato, é que também algumas ações efetuadas na Campanha de Nacionalização da Era Vargas já tinham sido executadas durante a Primeira Guerra Mundial.

¹⁸⁶ “*Estado de sítio* é a suspensão temporária de certas garantias constitucionais determinada pela necessidade de defesa da ordem pública. Em sua vigência o Executivo assume poderes normalmente atribuídos ao Legislativo e ao Judiciário, e são estabelecidas restrições aos direitos dos cidadãos. Entre outras medidas, o governo pode determinar a obrigação de residência em localidade determinada, a busca e apreensão em domicílio, a suspensão de liberdade de reunião e associação e a censura de correspondência, imprensa e telecomunicações” (DHBB, 2000).

¹⁸⁷ “*Estado de Guerra* - Situação em que uma nação, com ou sem declaração de guerra, inicia hostilidades contra outra suspendendo todas as garantias constitucionais consideradas direta ou indiretamente prejudiciais à

conjuntura, era necessário pensar formas para defender os ideais do *Deutschtum*. Provavelmente esse contexto produziu a necessidade de se criar uma instituição para representar os descendentes de imigrantes alemães, porque para estes os consulados e as embaixadas deixaram de ser os representantes legais, pois tratava-se de cidadãos brasileiros. Isto é, o surgimento dessa federação foi o resultado de uma longa avaliação da situação política brasileira. Mesmo dentro deste contexto, Gaudig e Veit (1997) consideraram que a NSDAP no Brasil e na Argentina, quando comparados com outros países latino-americanos, não foi capaz de organizar a comunidade alemã numa única entidade.

Ritter tinha clareza de que as ações praticadas pelos governos de Santa Catarina e do Paraná não possibilitavam a interferência diplomática. No entanto, em 18 de dezembro de 1937, sugeriu que na imprensa alemã fossem publicadas reportagens sobre o ocorrido, chegando até a mandar um artigo. Pediu que, assim que isto ocorresse, lhe fosse enviada uma cópia para daí sim entrar em contato com o governo brasileiro mostrando a repercussão que esses atos tiveram na opinião pública alemã.¹⁸⁸ Quatro dias depois, o Embaixador Alemão no Rio de Janeiro insistiu para que fossem publicadas matérias na imprensa alemã, para que seu discurso tivesse um embasamento, porque, após um incidente em Porto Alegre envolvendo a organização partidária, caso em que se tratava de cidadãos alemães, falou com o ministro brasileiro das Relações Exteriores e do Interior sobre as ações que vinham sendo realizadas, mas sua fala não surtiu efeito. Acreditava que as ações foram locais, mesmo assim insistiu para que esses atos isolados fossem divulgados na imprensa alemã.¹⁸⁹ Sendo assim, a correspondência estava constantemente reforçando a idéia de que eram esperadas medidas nacionalizadoras, e que a diplomacia alemã nada poderia fazer para questionar ou impedir as mesmas junto ao governo brasileiro. Ritter considerou que somente uma ação seria possível, o

segurança nacional. Em dezembro de 1935, uma emenda constitucional abriu a possibilidade de se equiparar a ‘comoção intestina grave’, com finalidades subversivas das instituições políticas e sociais, ao estado de guerra. Foi com essas características que o estado de guerra foi decretado no Brasil nos anos de 1936 e com a criação do Estado Novo” (DHBB, 2000).

¹⁸⁸ Carta K2/1 de 18 de dezembro de 1937, de Ritter ao AA, arquivado no *Politische Abteilung IX* na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA. Esta carta faz referência à de 16 de dezembro. Na linguagem diplomática seria uma continuação do assunto da carta anterior. Outra informação importante, as duas cartas estão arquivadas dentro do AA em departamentos diferentes, provavelmente em um dos dois departamentos existem as duas cartas, pois nos primeiros dias da pesquisa não foram fotografados os documentos repetidos. Todavia, com o passar dos dias esta tática foi alterada.

¹⁸⁹ Telegrama de 22 de dezembro de 1937, de Ritter ao AA, arquivado no departamento *Politische Abteilung IX* na pasta *Brasilien - Innere Politik, Parlaments und Parteiwesen* (7.1936 a 3.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104940** do PAAA. Neste documento consta que deveria ser repassado para 16 diferentes setores, entre departamentos do AA e ministérios do Reich.

questionamento, através da imprensa alemã e européia, da atuação do governo brasileiro junto às comunidades de descendência européia.

No relatório político sobre o ano de 1937, enviado em 23 de janeiro de 1938, Ritter afirmou que este fora um excelente ano para as relações comerciais entre Alemanha e Brasil; entretanto, verificou-se uma tendência brasileira de não aceitar mais as manifestações culturais dos descendentes de imigrantes e dos *Reichsdeutsche*. Conforme Ritter, tornava-se necessário, naquele momento, averiguar se esta era uma intenção do governo federal ou eram atos localizados. Porque caso houvesse uma repetição ou um aumento destes atos, surgiria uma tensão diplomática, pois seria necessário representar os interesses dos cidadãos alemães.¹⁹⁰ Salienta-se que Ritter sabia que não era de sua competência intervir nas ações efetuadas contra cidadãos brasileiros de descendência alemã, tanto que para poder, de alguma forma, questionar essas ações sugeriu a publicação de reportagens sobre o ocorrido na imprensa alemã. Essa situação não se alterou durante o próximo mês, fevereiro. Ritter em algumas cartas deste mês reafirmou, com novos dados, as informações contidas no relatório sobre o ano de 1937, e numa delas assegurou, ao encerrar a correspondência, que era preciso força e paciência adequada para vencer todos os impedimentos nas relações diplomáticas.¹⁹¹

Observa-se que houve divergências entre Alemanha e Brasil no entendimento sobre o nacionalismo. O governo alemão pretendia que o seu povo preservasse os traços que os caracterizava e o brasileiro almejava que seus cidadãos adquirissem traços que estavam sendo criados para caracterizarem este povo. Neste contexto, os descendentes de imigrantes alemães estavam num dilema, pois eram cidadãos brasileiros, e, como tais, deveriam acatar as concepções de nacionalidade deste país, mas também se consideravam pertencentes à nação alemã, por isto preservaram os traços culturais da Alemanha. No entanto, a diplomacia alemã, mesmo entendendo que os descendentes de imigrantes deveriam preservar suas características étnicas, não pôde agir neste sentido. Isto porque cada estado tem o direito de exercer a soberania sobre seus cidadãos, sendo assim, pessoas com ascendência européia e com

¹⁹⁰ Relatório sobre o ano de 1937, enviado em 23 de janeiro de 1938, arquivado dentro do *Auswärtiges Amt*, tanto no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA, quanto no *Politische Abteilung IX* na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA. Este mesmo documento foi enviado para o *Reichskanzlei* (gabinete de Hitler), aos ministérios da Propaganda, da Guerra (departamento do exterior), da Economia e da Educação. No *Reichskanzlei* este documento estava arquivado dentro da pasta denominada *Betreffsrien in der Ordnung des Aktenplans* (documentos relevantes) – *Auswärtige Angelegenheiten* (1918 a 1944), com o código de: **R 43 II/1470 b** no *Bundesarchiv Abteilung Reich*.

¹⁹¹ Carta de 3 de fevereiro de 1938, arquivada no *Handelspolitische Abteilung IX - Handelsbeziehungen zu Deutschland* (1936 a 1939, *Band 1*), com o código de arquivamento: de **R-115207** do PAAA. Este documento constava dentro do departamento comercial do AA.

cidadania brasileira tinham que se enquadrar nas leis brasileiras. Mesmo que Getúlio Vargas, pelas suas ações, concordasse e adotasse alguns métodos considerados nazistas, não admitia aos estrangeiros interferirem ou incentivarem a preservação de uma cultura não brasileira. Conforme Gaudig e Veit (1995 e 1997), em comparação ao movimento nazista na Argentina e no Chile, o brasileiro teve que fazer mais concessões em função do contexto histórico. Tanto que no Brasil o partido nazista permitiu aos professores associarem-se livremente ao *Nationalsozialistische Lehrerbund* – NSLB (associação dos professores nacional socialistas, nazistas), fato diverso nas escolas chilenas e argentinas.

Já em 30 de março, numa correspondência confidencial, Ritter assegurou que “o presidente está obcecado com [a] idéia de eliminar as diferenças étnicas existentes na população brasileira, e criar uma raça brasileira homogênea, com uma língua e uma cultura uniformes” (O *III REICH*, 1968, p. 28). O embaixador alemão percebeu que a Campanha de Nacionalização estava em franca expansão, sendo que esta não atingia cidadãos alemães, por isto oficialmente nada poderia fazer. No entanto, frisou que

mesmo que acreditassem em nossas afirmativas de que a atividade da NSDAP é estritamente limitada aos nacionais alemães, eles temem que a sua forte organização e a recentemente despertada consciência nacional alemã exerçam uma influência espontânea e inevitável também sobre os brasileiros de origem alemã; e que, a partir de agora, sejam prejudicados seus esforços para eliminar as diferenças étnicas da população brasileira e criar uma raça brasileira (O *III REICH*, 1968, p. 28).

Novamente, salienta-se que Ritter não questionou a Campanha de Nacionalização junto ao governo brasileiro, apenas a relatou aos seus superiores hierárquicos. No entanto, ele advertiu que o governo brasileiro temia que as ações do partido nazista interferissem na comunidade de descendência alemã.¹⁹²

Em 23 de abril de 1938, numa correspondência interna do AA, foi afirmado que Ritter havia solicitado que as escolas alemãs no Brasil se adaptassem às leis nacionais.¹⁹³ Demonstrando que a comunidade de descendência alemã deveria submeter-se às leis brasileiras.

¹⁹² O documento original encontra-se arquivado no *Politische Abteilung IX* na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA. No livro *III REICH* (1968) há a tradução do documento nas páginas 27 a 30.

¹⁹³ São dois documentos intitulados *Aufzeichnung* (Registro), datados de 23 de abril de 1938 e assinados por Pistor. Os dois têm os mesmos assuntos e estão com a mesma numeração, POL IX 593. Ambos estão arquivados em seqüência na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

Baseando-se na documentação alemã, pode-se afirmar que Ritter não estava contente com as medidas nacionalizadoras brasileiras que atingiram as comunidades de descendentes de imigrantes alemães, mas orientou a aceitação destas leis, pois, legalmente, nada poderia fazer junto ao governo brasileiro para intervir.

2.2.2 Ações contra cidadãos alemães

Uma parcela da diplomacia alemã chegou ao entendimento de que o decreto-lei nº 37 de 2 de dezembro de 1937, que proibia os partidos políticos brasileiros, não atingiria a NSDAP. Provavelmente consideraram desta forma, porque no primeiro artigo do decreto foram proibidos todos os partidos políticos, mas o inciso deste mesmo artigo definiu que os partidos vetados eram os que tinham registro em tribunais brasileiros. Ao analisar esta lei, a princípio, a NSDAP não estaria enquadrada nos partidos que seriam proibidos, já que o mesmo não possuía registro oficial. Neste sentido, as células do partido nazista continuaram a atuar normalmente, até que, gradativamente, a partir da metade de dezembro de 1937, iniciaram-se ações de detenção e proibições aos partidários da NSDAP nos estados sulinos. Estas ações atingiram unicamente os *Reichdeutsche*.¹⁹⁴ Em fevereiro de 1938, intensificaram-se essas detenções, fato que levou o embaixador alemão a intervir junto ao governo brasileiro, solicitando o fim das ações locais contra a NSDAP, as restrições nas escolas alemãs e o fim da propaganda contra o estado alemão e o partido nazista na imprensa brasileira.¹⁹⁵ Outra informação relevante é que o telegrama contendo as informações citadas anteriormente foi enviado de dentro do AA para 16 diferentes departamentos e para a sede do AO. Isto significa que as ações do governo brasileiro, que atingiram diretamente os cidadãos alemães, foram as que tiveram repercussão entre os diplomatas alemães.

Esses assuntos foram motivadores de diversas tratativas de Ritter junto ao governo brasileiro com o intuito de assegurar os direitos dos cidadãos alemães em território brasileiro,

¹⁹⁴ As ações de detenção e proibição ocorreram principalmente no Rio Grande do Sul e Paraná, atingiram os filiados e os órgãos partidários. Por exemplo, em Porto Alegre a detenção de Dorsch (17 de dezembro de 1937), Kötter e Blanck (22 de fevereiro de 1938), novamente Dorsch (23 de fevereiro de 1938) e o pastor Agte (26 de fevereiro de 1938). Documentação arquivada no *Politische Abteilung IX* na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

¹⁹⁵ Telegrama de 21 de fevereiro de 1938, nº 19, Pol IX 23, arquivado na pasta denominada *Politische Abteilung IX-Brasilien - Innere Politik, Parlaments und Parteiwese*, com o código de arquivamento: **R-104945** do PAAA.

uma das mais relevantes foi a audiência com Vargas em 25 de fevereiro de 1938. Os principais assuntos discutidos, conforme o embaixador alemão, foram a propaganda anti-Alemanha efetuada pela imprensa brasileira e a proibição de cidadãos alemães manifestarem sua vinculação à NSDAP. Ritter expôs a importância da NSDAP na Alemanha, afirmando que o partido é a Alemanha e que todos os partidários são cidadãos alemães. No debate afirmou que uma premissa, para prosseguirem as relações comerciais entre os dois países, seria a não interferência no partido nazista. Também garantiu que o partido nazista era composto por cidadãos alemães que estavam proibidos de se inserirem na política do país que os hospedava. Neste sentido não haveria caráter político dentro do território brasileiro, e não haveria motivos para suas ações serem proibidas. Para Ritter havia sido acordado que o partido nazista iria esclarecer as suas atividades e que seria silenciada a imprensa, no que tange à propaganda anti-Alemanha. Ao final da conversa foram abordados outros dois assuntos, um mais detalhadamente, que se referia ao sistema educativo alemão nas áreas de colonização de imigrantes e descendentes de alemães. Conforme a documentação, este não havia sido questionado por mais de 100 anos. Também foi garantido que, para a Alemanha, nas escolas era essencial apenas o aprendizado da língua alemã. O outro assunto foi um questionamento sobre a situação dos descendentes de alemães. Este item foi descrito no relatório enviado ao AA em uma linha, isto é, apenas uma pergunta. Esta audiência foi descrita em dois documentos, sucintamente num telegrama enviado em 25 de fevereiro e mais detalhada num relatório datado deste dia, mas anexado numa carta do dia 3 de março. Interessante, neste contexto são as considerações que Ritter redigiu, na carta de 3 de março, sobre os descendentes de imigrantes. Segundo ele, seria um erro considerar os descendentes de imigrantes alemães no Brasil da mesma forma que os indivíduos de origem alemã que viviam nas fronteiras do *Reich*, pois aqui tratava-se de uma população que há mais de 100 ou 50 anos emigrara voluntariamente para cá, adotando a cidadania brasileira, além de estarem separados pelo oceano Atlântico. Para o embaixador alemão, em caso de uma crise entre Brasil e Alemanha em que fosse necessário optar entre a cultura alemã e a brasileira, os descendentes de imigrantes alemães optariam pela brasileira.¹⁹⁶ Ritter concebe os descendentes de

¹⁹⁶ A audiência de 25 de fevereiro de 1938 foi descrita num telegrama deste mesmo dia e num relatório. Sendo este de 10 páginas, divididas em duas partes, a primeira datada de 3 de março de 1938, que contém 5 páginas e a segunda, denominada de *Anlage* (anexo), datada de 25 de fevereiro, que se caracteriza por ser uma exposição dos assuntos abordados entre Ritter e Vargas. Ambos os documentos recebem o código de B 7/7 e a numeração dentro do AA de Pol IX 341 e encontram-se arquivados dentro do departamento *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Innere Politik, Parlaments-und Parteiwesen* (7.1936 a 3.1938, único *Band*), com o código de arquivamento: **R-104945** do PAAA. O telegrama foi enviado a 16 diferentes departamentos do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, bem como ao partido nazista.

imigrantes alemães como cidadãos brasileiros e que já estavam cativados pela cultura brasileira.

Assim cabe fazer uma pequena correção à interpretação de Seitenfus (2003, p. 106) ao relatório desta audiência. Este autor fez uma tradução-resumo da correspondência em questão. Observa-se que na interpretação de Seitenfus o tema dos germano-brasileiros ou descendentes de imigrantes alemães fez parte do cerne da discussão na reunião com Vargas. No entanto, este assunto, no documento, ocupou apenas uma linha das 5 páginas de Ritter relatando a audiência, demonstrando a pouca importância do mesmo. Neste sentido, é importante salientar que no registro existente no diário de Vargas sobre este encontro não foi mencionada nenhuma palavra sobre ações efetuadas aos descendentes de imigrantes alemães. Vargas em seu diário registrou somente a questão referente ao partido nazista, isto é, apenas o questionamento de Ritter sobre as ações efetuadas aos cidadãos alemães partidários (VARGAS, 1995, p. 111).

Em 10 de março de 1938, Ritter novamente escreveu ao AA, relatando novas ações efetuadas contra cidadãos alemães nos estados sulinos, mas também afirmou que tinha esperanças de que com a nomeação do novo ministro do Exterior, Osvaldo Aranha, fosse possível resolver a situação dos *Reichsdeutsche*. Neste documento, como em outros, transparece nitidamente que o partido, representado no Brasil por von Cossel, tinha uma relação afinada com a embaixada. O embaixador alemão afirmou que ainda não era a hora de fazer uma forte campanha na imprensa alemã contra o Brasil.¹⁹⁷ Percebe-se que Ritter estava esperançoso em relação à nomeação de Aranha como novo ministro das Relações Exteriores do Brasil.

Neste contexto, é importante ressaltar que, num telegrama de 23 de março de 1938, Ritter relatou uma conversa com o novo ministro do exterior, Osvaldo Aranha, e que este afirmou existir no Brasil uma campanha contra o *Deutschtum*, mas que as ações contra cidadãos alemães eram atos locais.¹⁹⁸ Ritter ficou satisfeito com esta conversa, sendo assim, reforça-se a idéia de que o mais importante eram os cidadãos alemães e não os descendentes de alemães e o *Deutschtum*. Neste período, outro dado que transparece como sendo uma

¹⁹⁷ Este relatório, datado de 10 de março de 1938, conforme o documento seria a seqüência do relatório B 7/7, de 3 de março do mesmo ano, encontra-se arquivado dentro do departamento *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Innere Politik, Parlaments-und Parteiwesen (7.1936 a 3.1938, único Band)*, com o código de arquivamento: **R-104945** do PAAA.

¹⁹⁸ Telegrama de 23 de março de 1938, nº 36, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX* na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland (6.1936 a 5.1938, Band 1)*, com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

tolerância às ações do partido nazista no Brasil foi a recepção da esposa de Bohle no Itamaraty, entre março e abril, como sendo uma visita ilustre. Dado que consta no “Relatório anual do Ministério das Relações Exteriores do Brasil” do ano de 1938 (Figura 3). Quer dizer, no registro do final do ano de 1938, consta nos item “visitas ilustres” que a esposa de um dos principais representantes da NSDAP foi recebida oficialmente pela diplomacia brasileira, talvez faltasse informações detalhadas sobre quem era a senhora Bohle e o que esta pessoa representava: uma das organizações partidárias que seria proibida pelo governo brasileiro em 18 de abril de 1938.

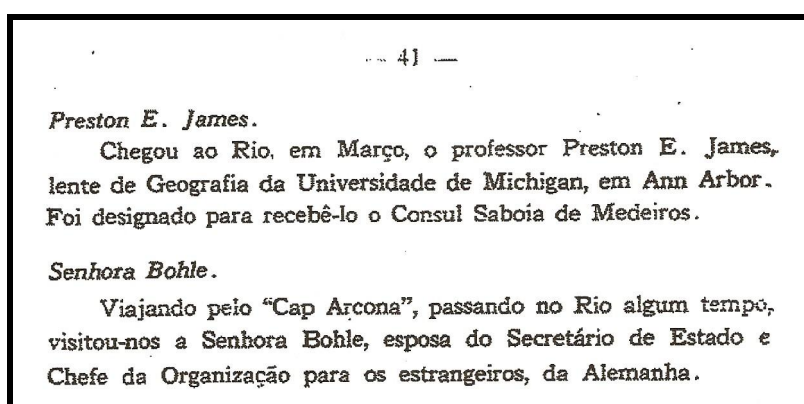


Figura 3 - Visita da esposa de Bohle ao Itamaraty

Fonte: Relatório Anual do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 1938, p. 41.¹⁹⁹

Na correspondência da Embaixada Brasileira em Berlim, José Joaquim de Lima e Silva Muniz de Aragão²⁰⁰, em 3 de abril afirmou que até aquele momento o governo alemão nunca cogitara sobre o problema das minorias alemãs no Brasil, fato que os jornais dos EUA e suas edições européias tentaram difundir como assunto discutido no governo alemão.²⁰¹ Novamente, a documentação reforça que as ações da Campanha de Nacionalização para os descendentes de imigrantes não eram consideradas um problema central.

¹⁹⁹ Documento disponível na Internet. URL: <http://www.wrl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1805/000043.html> Acesso em: 25/12/2007.

²⁰⁰ José Joaquim de Lima e Silva Muniz de Aragão nasceu em 1887. Em dezembro de 1935 foi nomeado chefe da Legação Diplomática Brasileira em Berlim. Em julho de 1936, com a elevação da representação diplomática ao nível de embaixada, tornou-se o embaixador brasileiro, até setembro de 1938 (DHBB).

²⁰¹ Ofício nº 167, 4 de abril de 1938. Confidencial. Embaixada do Brasil na Alemanha. Pasta: Correspondência: Nazismo no Brasil, (1934-1941). Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro.

2.3 PROIBIÇÃO DOS PARTIDOS ESTRANGEIROS

Em 18 de abril de 1938, Vargas editou o decreto-lei nº 383 (Figura 4). Este proibiu os estrangeiros de exercerem atividades de natureza política e de interferirem nos negócios públicos do país (art. 1). Também foi proibida qualquer organização de caráter político, mesmo que fosse para representar os interesses do país de origem (art. 2). No entanto, permitiram-se associações de caráter cultural, beneficente e assistencialista, sem auxílio estrangeiro e com reuniões autorizadas (art. 3). As escolas também estavam proibidas de receber recursos do estrangeiro (art. 4).²⁰² A correspondência da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro, após este decreto, com o AA aparentava tranquilidade, pois, como já descrito, esperava-se, em função das detenções de partidários da NSDAP, que ocorresse uma ação do governo brasileiro contra o partido nazista.

<p style="text-align: center;">DECRETO-LEI N.º 383 — DE 18 DE ABRIL DE 1938</p> <p style="text-align: center;"><i>Venda a estrangeiros atividade política no Brasil e dá outras providências</i></p> <p>Art. 1 — Os estrangeiros fixados no território nacional e os que nele se acham em caráter temporário, não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem imiscuir-se direta ou indiretamente nos negócios públicos do país.</p> <p>Art. 2 — É-lhes vedado especialmente:</p> <p>1) Organizar, crear ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou a difusão, entre os seus compatriotas, de ideias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem. A mesma proibição estende-se ao funcionamento de sucursais e filiais, ou de delegados, prepostos, representantes e agentes de sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos dessa natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou a sua direção.</p> <p>2 — Exercer ação individual junto a compatriotas no sentido de, mediante promessa de vantagens, ou ameaça de prejuizo ou constrangimento de qualquer natureza, obter adesões a ideias ou programas de partidos políticos do país de origem.</p> <p>3 — Hasteiar, ostentar ou usar bandeiras, flamulas e estandartes uniformes discintivos, insígnias ou quaisquer símbolos de partido político estrangeiro. Essa proibição será estendida, a critério do ministro da Justiça e Negócios Interiores, a quaisquer sinais exteriores de filiação política, ainda que não constantes de disposições legais ou estatutárias.</p> <p>4 — Organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, e qualquer que seja o numero de participantes, com os fins a que se referem os incisos ns. 1 e 2.</p> <p>5 — Com o mesmo objetivo manter jornais, revistas ou outras publicações, estampar artigos e comentários na imprensa, conceder entrevistas; fazer conferencias discursos, alocações diretamente ou por meio de tele-comunicação, empregar qualquer outra forma de publicidade e difusão.</p> <p>Parágrafo unico — Excetua-se da proibição contida no inciso 3 as bandeiras que sejam reconhecidas como símbolos de nações estrangeiras.</p> <p>Art. 3 — É lícito aos estrangeiros associarem-se para fins culturais, beneficentes ou de assistência, filiarem-se a clubes e quaisquer outros estabelecimentos com o mesmo objeto, bem assim reunirem-se para comemorar suas datas nacionais ou acontecimentos de significação patriótica.</p> <p>§ 1 — Não poderão tais entidades receber, á qualquer titulo, subvenções, contribuições ou auxílios de governos estrangeiros, ou de entidades ou pessoas domiciliadas no exterior.</p> <p>§ — As reuniões autorizadas neste artigo não serão levadas a efeito sem prévio licenciamento e localização pelas autoridades policiais.</p> <p>Art. 4 — As proibições contidas nos artigos anteriores alcançam as escolas e outros estabelecimentos educativos mantidos por estrangeiros ou brasileiros, e por sociedades de qualquer natureza, fim, nacionalidade e domicilio.</p> <p>Parágrafo unico — Fica-lhes, contudo, ressalvado o direito ao uso de uniformes escolar e ás reuniões para aulas e outros fins de ordem didática.</p>	<p>Art. 5 — Das entidades a que se refere o art. 3 não podem no entanto fazer parte brasileiros natos ou naturalizados, e ainda que filhos de estrangeiros.</p> <p>Os que infringirem o disposto neste artigo perderão, <i>ipso facto</i>, os cargos publicos que possuírem e ficarão inhabilitados, pelo prazo de cinco anos, para exercer cargos dessa natureza, além de incorrerem nas penas constantes da primeira parte do artigo 10.</p> <p>Art. 6 — As entidades referidas nos arts. 3 e 4 não poderão funcionar sem licença especial e registro concedido pelo Ministerio da Justiça e Negócios Interiores, na forma do decreto-lei n.º 59, de 11 de dezembro de 1937, e do regulamento aprovado pelo decreto n.º 2.229, de 30 de dezembro de 1937, cujas disposições lhes são applicaveis.</p> <p>Art. 7 — As entidades, cujo funcionamento é proibido no art. 2, ficam dissolvidas na data da publicação desta lei, sendo-lhes concedido o prazo de trinta dias para o encerramento de quaisquer negócios e operações.</p> <p>Art. 8 — O Ministro da Justiça e Negócios Interiores poderá ordenar a interdição das sedes e de todos os locais em que se exerçam as atividades que ficam vedadas por esta lei, bem como, a qualquer momento, vetar a realização de reuniões, conferencias, discursos e comentários, e o emprego de qualquer meio de propaganda ou difusão, desde que os considere infringentes das disposições desta lei. Pelo mesmo motivo poderá suspender, temporaria ou definitivamente, quaisquer jornais, revistas e outras publicações, e fechar as respectivas oficinas gráficas.</p> <p>Parágrafo unico — Nos Estados e no Teritorio do Acre, a facultade conferida neste artigo poderá ser delegada, ainda que por via telegráfica, aos respectivos governos.</p> <p>Art. 9 — O Ministerio da Justiça e Negócios Interiores exercerá fiscalização permanente sobre as entidades mencionadas nesta lei. Para esse fim o ministro de Estado designará, dentro dos quadros do Ministerio, o funcionarios que se fizerem necessários, podendo delegar essa atribuição, nos Estados e no Teritorio do Acre, a funcionarios indicados pelos respectivos governos.</p> <p>Esses funcionarios exercerão gratuitamente a fiscalização, sendo-lhes apenas abonadas diarias e ajudas de custo, fixadas pelo ministro e a criterio deste.</p> <p>Art. 10 — Os que infringirem as prescrições desta lei incorrerão nas penas constantes do artigo 6 do decreto-lei n. 37, de 2 de dezembro de 1937, ou serão passíveis de expulsão, a juizo do Governo.</p> <p>Parágrafo unico — As penalidades cominadas neste artigo aplicam-se aos diretores das sociedades, companhias, clubes e outros estabelecimentos compreendidos nas proibições desta lei, bem como a quaisquer responsaveis pelos mesmos, seus socios, contribuintes ou não, e empregados remunerados ou gratuitos.</p> <p>Art. 11 — Esta lei entrará em vigor na data em que for publicada, e o seu texto será remetido, para este fim, aos governos dos Estados e do Territorio do Acre; revogadas as disposições em contrario.</p>
---	--

Figura 4 - Decreto-lei nº 383

Fonte: LEX, Coletânea de Legislação e Jurisprudência. São Paulo: Lex, 1985.

²⁰² Conforme Seitenfus (2003, p. 115), houve ações distintas para a comunidade de ascendência alemã e italiana.

Neste momento histórico, Ritter enviou, em 21 de abril, um telegrama e um relatório. No telegrama, afirmou que este decreto-lei foi contra todas as organizações estrangeiras, mas principalmente para atingir as ações da NSDAP. No entanto, ao final do mesmo, informou que estas ações não foram contra a Alemanha, mas sim contra a organização partidária. Concluiu que a lei foi uma ação seguindo a influência dos EUA.²⁰³ No relatório, Ritter reafirmou as informações do telegrama e acrescentou que provavelmente este decreto tenha sido assinado em função de várias posições contrárias à Alemanha, cita os interesses norte-americanos, também mencionados no telegrama, a posição da igreja católica e de organizações judaicas. Afirmou que as organizações do partido iriam se reorganizar para se enquadrarem na lei, mesmo depois do duro golpe. Esta reorganização seria debatida pelo representante do partido no Brasil com seu superior hierárquico, Bohle.²⁰⁴ Seitenfus (2003, p. 112), ao analisar o mesmo telegrama, não comentou a parte final, onde Ritter assegurou que as ações não eram contra a Alemanha. Novamente, este autor utilizou-se de parte do documento para fazer uma análise diplomática de Ritter.

Uma provável hipótese para a aparente tranquilidade, neste momento, seria o pensamento de que a lei seria aplicada como já estava acontecendo nos estados sulinos. Neste sentido, talvez os estados com mais *Reichsdeutsche* e partidários da NSDAP não fossem atingidos. Outra tese possível é que o discurso de Ritter teve de endurecer em função da interferência direta do representante do partido, von Cossel.

Dentro do AA foi escrito um relatório sobre a situação brasileira, tendo por base o telegrama de 21 de abril, citado anteriormente. Este documento abordou quatro questões: escola, língua, organização e economia. Sobre as questões referentes à escola e à língua, o autor observou que o embaixador Ritter já havia solicitado que se adaptassem às exigências brasileiras. Sobre a proibição do partido, descreveu sucintamente e informou que Ritter protestou junto aos ministros brasileiros. As relações econômicas eram vistas com muita expectativa, principalmente após o contrato de compra das armas Krupp, assunto abordado no

²⁰³ Telegrama de 21 de abril de 1938, nº 47, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

²⁰⁴ Relatório B5 de 21 de abril de 1938, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX* na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

decorrer deste capítulo.²⁰⁵ Este documento demonstra que o complicador era a proibição do partido e o elo de aproximação diplomática era a compra das armas.

Em 24 de abril de 1938, num telegrama, Ritter informou que Osvaldo Aranha havia mencionado que o partido nazista seria proibido em todo o continente.²⁰⁶ Este telegrama foi enviado a 16 departamentos dentro do AA.²⁰⁷ Este fato demonstra a preocupação que esta notícia causou, pois, neste momento, o AA poderia enfrentar complicações em outros países. Pommerin (1977, p. 41) relata que, desde a nomeação de Bohle para integrar o *Auswärtiges Amt*, em 30 de janeiro de 1938, houve uma campanha na imprensa latino-americana contra o AO e o *Deutschtum*. Sendo assim, o clima para a continuidade do partido nazista, desde janeiro de 1938, estava sendo questionado, além de haver o medo de que ações similares a executada pelo governo brasileiro poderiam ser enfrentadas em outros países.

Ritter enviou um relatório, em 28 de abril de 1938, explicando a situação vivenciada. Mais uma vez reafirmou que a lei de 18 de abril proibiu todas as organizações partidárias estrangeiras no Brasil, demonstrando claramente que não se tratava de uma posição criada contra a Alemanha. Em nenhum momento, questionou as ações ocorridas contra os descendentes de imigrantes alemães, apenas descreveu a necessidade brasileira de criar uma cultura única. Para ele, um dos problemas era o fato de que as células partidárias, em alguns casos, não diferenciaram entre cidadãos alemães e descendentes de imigrantes. Observou que o *fascio*, partido italiano, teve ações executadas e dirigidas aos e pelos cidadãos italianos, separando bem os descendentes de imigrantes italianos, fato que possibilitou menos visibilidade nas ações efetuadas por este partido. Para Ritter, desde 1937, estava ocorrendo uma ofensiva dos EUA no sentido de anular a influência alemã no Brasil, para isto, foram feitas ações pontuais na imprensa. Um exemplo é a reportagem intitulada “Infiltração Nazista”, de 3 de setembro de 1937, publicada primeiramente no *London Times* e depois em jornais brasileiros. Com a criação do Estado Novo, para o diplomata alemão os temores dos estadunidenses aumentaram, e por isto estava havendo uma campanha com o intuito de tentar democratizar o Brasil e barrar a influência dos países com regimes autoritários. Como Vargas desejava ficar no poder, entendia-se que era necessário ceder a algumas exigências da política

²⁰⁵ Documentos intitulados *Aufzeichnung* (Registro), datados de 23 de abril de 1938 e assinados por Pistor, arquivados dentro do *Politische Abteilung IX* na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

²⁰⁶ Conforme Pommerin (1977, p. 74) em junho de 1939 já havia sido proibido o NSDAP na Argentina e na Guatemala (decreto de 26 de maio de 1939).

²⁰⁷ Telegrama de 24 de abril de 1938, nº 50, arquivado no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA. Seitenfus (2003, p. 112 e 113) citou um documento de 23 de abril de 1938; no entanto, não foi encontrado o documento citado por este autor.

externa dos EUA. Sob influência dos EUA, também surgiram ações contra a NSDAP e o *Deutschtum*, principalmente nos três estados sulinos, que acabaram transformando-se no decreto de 18 de abril. O tema da influência dos EUA foi abordado em cinco páginas. Ao concluir o texto, Ritter afirmou que talvez nem sempre a política externa brasileira seguisse os desejos de Washington e que ainda poderia haver mudanças.²⁰⁸ A impressão que este relatório proporciona é que, para o Embaixador Alemão no Rio de Janeiro, Vargas estava desencadeando estas ações não por vontade própria, mas sim para agradar os sob os Estados Unidos e assim se manter no poder.

O contexto da política interna brasileira e suas conseqüências para a atuação de Ritter exigiram que a Embaixada Alemã no Rio de Janeiro elaborasse relatórios com mais freqüência. Neste momento, a situação tornava-se mais crítica, tanto que em 28 de abril de 1938, Ritter, num relatório de 14 páginas²⁰⁹ ao AA, afirmou que uma das conseqüências da proibição do partido nazista já estava ocorrendo, isto é, os numerosos pedidos de repatriamento.²¹⁰ Também assegurou que estava se intensificando a solidariedade sul-americana, e, caso fosse tomada qualquer medida contra o Brasil, os países vizinhos iriam apoiá-lo. Considerou que havia apenas uma saída para a questão, seguir as leis brasileiras, pois Aranha havia garantido que o país não tinha nada contra as idéias nacional-socialistas, mas não poderiam admitir uma organização partidária no país. Tanto que, conforme Ritter, Aranha havia admitido que se criassem cónsules honorários para fazer o trabalho de divulgação dos ideais nacional-socialistas. O decreto de 18 de abril possibilitava a reorganização do partido em entidades culturais. No entanto, Ritter fez duas avaliações da situação: primeira, que esta decisão estaria sob influência externa e que neste caso em 6 meses haveria mudanças rápidas nas relações entre ambos os países; segunda, no Brasil estava sendo concebido outro método de governo não conhecido na Europa, pois o país estava negociando com países de regimes políticos diversos. Ritter afirmou que o Brasil desejava negociar com a Alemanha e com os EUA, e se a Alemanha achasse que esta atitude política do Brasil era

²⁰⁸ Relatório B5 (continuação) Pol IX 666 e 667, a carta de apresentação deste relatório é de 26 de abril, mas o relatório traz a data de 28 de abril de 1938, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

²⁰⁹ O relatório estava dividido em texto principal (4 páginas), relato da conferência com o ministro da justiça (3 páginas) e relato da conferência com ministro do exterior (7 páginas).

²¹⁰ Ao analisar a documentação sobre *Rückwanderung* (repatriação) confirma-se a informação de Ritter pois a partir de 1938 iniciou-se o arquivamento dos pedidos de retorno à Alemanha. O volume de documentação é considerável, tanto que existem 15 pastas que compreendem os anos de 1938 a 1943. Do período anterior não existe nenhuma pasta, fato que no mínimo confirma a inexistência de pedidos ou inexpressiva que foram arquivados em pastas com uma temática geral, às quais não se teve acesso. Documentação existente dentro das pastas denominadas *Rückwanderung*, com o código de arquivamento: a partir de **R-67371** do PAAA.

impossível, então, a negociação entre ambos deveria ser evitada. Por outro lado, observou que uma política de tensão contra o Brasil não surtiria efeito, pois o mesmo não seria possível fazer nos demais países sul-americanos. Também advertiu que se, por acaso, a Alemanha optasse por tomar as mesmas medidas adotadas pelo Brasil contra cidadãos brasileiros residentes naquele país, poderia haver o corte das relações comerciais, e isto não seria conveniente para a Alemanha. Considerou que o contexto brasileiro precisava ser discutido e que as possibilidades estavam sendo analisadas entre o embaixador e o representante do partido no Brasil, além de acreditar que um embaixador que vivencia este conflito precisa saber escutar. Na Alemanha restariam duas atitudes a serem tomadas: que a imprensa alemã fizesse uma campanha mais ofensiva contra o Brasil e que o Embaixador Brasileiro em Berlim fosse tratado com frieza. Neste mesmo documento, reafirmou que o partido seria proibido em todo o continente, questionando quando isto poderia ter sido acertado entre as nações americanas.²¹¹ Percebe-se também que Ritter não estava conseguindo exercer plenamente suas funções de diplomata alemão no Brasil, isto é, defender os cidadãos alemães. Tanto que tentou sugerir ao AA que tomasse atitudes para reforçar sua posição.

Uma nova audiência entre Vargas e Ritter ocorreu em 4 de maio. De acordo com o embaixador alemão, discutiu-se a proibição da NSDAP. Ritter não aceitou a proibição do mesmo, mas Vargas reafirmou a necessidade desta lei, e que a mesma apenas proibia as atividades do partido. Ao final da conversa, Ritter afirmou a Vargas que não seria possível nenhum acordo sobre a execução desta lei, se ela continuasse com a redação atual. Ao concluir a correspondência informando sobre a audiência, Ritter afirmou que tanto Vargas quanto seus ministros (do Exterior e do Interior) tinham um entendimento único sobre a necessidade da proibição das atividades do partido nazista.²¹² Já, conforme os registros de Vargas, a audiência foi cordial e foi um momento em que manteve firme seu ponto de vista (VARGAS, 1995, p. 125).

Todas as leis decretadas no Brasil que, de alguma forma atingiriam os cidadãos alemães ou as relações diplomáticas, foram enviadas ao AA, tanto cópias em português quanto a sua devida versão para o alemão. Para a organização deste material, pelos diplomatas

²¹¹ Relatório B5 (continuação) Pol IX 667, enviado em 28 de abril de 1938, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

²¹² Relatório B5 (continuação) Pol IX 761, enviado em 11 de maio de 1938, arquivado tanto dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA, quanto dentro do *Handelspolitische Abteilung IX*, na pasta *Handelsbeziehungen zu Deutschland* (1936-1939), com o código de arquivamento: **R-115207** do PAAA.

alemães da época, foi criada uma pasta específica sobre legislação brasileira dos anos de 1937 e 1938.²¹³ Neste contexto, o Decreto-Lei 406 de 4/5/1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional, teve pouca repercussão dentro do AA.²¹⁴

Ritter tentou de várias formas e em diversos momentos argumentar em favor da permissão do partido nazista. Dentre elas foi encaminhar uma carta em 10 de maio para Osvaldo Aranha. Nela expressou que o partido era a própria Alemanha, tanto que com a proibição do partido no Brasil se estava proibindo uma organização estatal da nação alemã. Também afirmou que este era um motivo para o esfriamento das relações entre os dois países. Esta carta tem 5 folhas, sendo que 3 de argumentação com o intuito de tentar impedir a proibição da NSDAP. Pelo fato de esta carta ser citada na historiografia, não me deterei em analisá-la detalhadamente. No entanto, é importante informar ao leitor que este foi o primeiro documento em que consta o termo *Reichsdeutsche Kolonien in Brasilien* (colônias²¹⁵ de cidadãos alemães no Brasil), nota-se que Ritter estava se referindo ao grupo de imigrados, pois ele usa o termo *Reichsdeutsche*, conseqüentemente não estava se referindo às tradicionais áreas dos descendentes de imigrantes do sul do Brasil.²¹⁶ Isto porque quando ele utilizou o termo “colônia alemã” estava se referindo aos recém imigrados, que na sua maioria, na década de 1930, localizavam-se em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Paraná, conforme a documentação pesquisada. Não estava se referindo às áreas dos descendentes de imigrantes, regiões normalmente definidas por parte da historiografia como sendo áreas de minorias étnicas, e que fariam parte da idéia da Grande Alemanha.

A resposta ao ofício de Ritter, de 10 de maio, foi enviada por Osvaldo Aranha em 17 de maio. O ministro brasileiro reafirmou a necessidade do decreto-lei nº 383 e do desejo “de continuar mantendo as melhores relações de amizade”, além de “renovar a Vossa Excelência

²¹³ Temática *Auswanderung* (emigração) – Brasil, pasta *Gesetzgebung* (legislação) de 1937 a 1938, com o código de arquivamento: **R-67120** do PAAA.

²¹⁴ Este decreto, em síntese, reservou ao Governo Federal o direito de proibir a entrada de deficientes, indigentes, menores de 18 anos e maiores de 60, e pessoas de conduta duvidosa (art. 1), além de limitar a entrada de “indivíduos de determinadas raças ou origens, ouvido o Conselho de Imigração e Colonização” (art. 2). Isto é, pretendia-se determinar os indivíduos que eram considerados indesejáveis por causa da sua condição. Também previa medidas para barrar grupos raciais, sem deixar explícito qual ou quais os grupos seriam indesejáveis. Neste mesmo Decreto foi criado o Conselho de Imigração e Colonização (Cap. XV, art. 73 a 81), e também proibiu-se a formação de colônias homogêneas (art. 39). Também previu em que casos seriam expulsos os estrangeiros do território brasileiro (art. 61).

²¹⁵ O termo colônia em português ou alemão pode ter sentidos bem diversos. Pois pode tanto definir um grupo de imigrantes que se estabeleceu em terras estranhas ou um estado/território posto sob a autoridade de outro, protetorado.

²¹⁶ Versão em alemão da carta enviada por Ritter a Osvaldo Aranha em 10 de maio de 1938, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

[Ritter] os protestos da minha mais alta consideração”. Ritter enviou para o AA tanto a versão em português como a em alemão deste documento. Além de perguntar o que deveria responder a Osvaldo Aranha.²¹⁷

Dentro do AA, na pasta do AO, existem cartas sem data e sem assinatura. Em função dos minuciosos detalhes existentes nas correspondências arquivadas sobre esse período, surge a hipótese de que estes documentos foram produzidos de forma secreta e através da espionagem, sendo telegrafados do Brasil para a Alemanha.²¹⁸ Por não ser possível identificar datas e remetentes, esta documentação não foi analisada.

O cenário, até início de maio de 1938, temos Ritter que estava intervindo em questões que lhe diziam respeito no desempenho de suas funções como diplomata. Isto é, intervinha junto ao governo brasileiro em prol dos interesses dos cidadãos alemães com residência no Brasil. Não foi encontrado nenhum documento que demonstrasse que a Campanha de Nacionalização, efetivada nas comunidades de descendentes de imigrantes, fosse um entrave incontornável nas relações diplomáticas entre Alemanha e Brasil. Uma das questões da Campanha de Nacionalização que efetivamente atingia os *Reichsdeutsche* era a questão da educação, pois para a Alemanha era fundamental que seus cidadãos preservassem o seu idioma. Os questionamentos de Ritter sobre as escolas aconteciam, especificamente, quando envolviam educandos com cidadania alemã. Este fato se confirma, pois, em abril, havia sido definido que as escolas alemãs no Brasil deveriam seguir as normas brasileiras.

Realizada esta análise, é importante ter o cuidado ao afirmar que a Campanha de Nacionalização foi um dos fatos desencadeadores dos conflitos diplomáticos entre Alemanha e Brasil durante o ano de 1938, discurso muito comum na historiografia brasileira. Isto porque esta afirmação não é de todo verdadeira, pois as divergências diplomáticas foram causadas pelas ações que atingiram a liberdade dos cidadãos alemães (*Reichsdeutsche*). No entanto, percebe-se, pela correspondência de Ritter com seus superiores hierárquicos, que havia um desconforto em relação às ações nacionalistas de Vargas, tanto que o embaixador alemão tentou junto ao AA, em janeiro de 1938, que a imprensa alemã noticiasse a Campanha de Nacionalização, com o intuito de ter o argumento de que a opinião pública daquele país não estava satisfeita com o fim do *Deutschtum* no Brasil. Contudo, na documentação pesquisada

²¹⁷ Cópia do ofício de 17 de maio de 1938, tendo como numeração brasileira NP/58/500.1, que foi enviada no relatório B5 (continuação) Pol IX 822, de 19 de maio de 1938, arquivada dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

²¹⁸ Por exemplo: nº 53, s/d, arquivado no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA.

não se encontra resposta a esse pedido, provavelmente porque essa idéia não foi executada. Conseqüentemente Ritter silencia sobre as ações efetuadas aos descendentes de imigrantes alemães. René Gertz (1996) e Harms-Baltzer (1970) argumentam que a presença de descendentes de imigrantes alemães constituiu antes um problema do que uma solução no aprofundamento das relações entre Brasil e Alemanha de 1933 a 1942. Entretanto, salienta-se que, referente às preocupações diplomáticas alemãs sobre a Campanha de Nacionalização, estes indivíduos não constituíram nem sequer um problema ou uma solução, pois Ritter tinha consciência de que ele não poderia intervir junto ao governo de Vargas nas ações efetuadas em relação aos cidadãos brasileiros com ascendência alemã. Ou seja, nesse período, a Campanha de Nacionalização foi mais uma discussão restrita à embaixada e ao AA, não extravasando esse espaço e sem repercussão fora dele, como na imprensa alemã.

2.4 REPORTAGENS NEGATIVAS SOBRE A ALEMANHA

Desde setembro de 1937, isto é, após a veiculação da reportagem do *London Times* sobre a infiltração nazista no Brasil, houve outras notícias deste tipo nos jornais brasileiros, além das notícias referentes à detenção de partidários nazistas, a partir de dezembro de 1938.²¹⁹ Esta publicidade não agradava à diplomacia alemã do Rio de Janeiro, tanto que, em 3 de fevereiro de 1938, a embaixada alemã no Brasil enviou uma carta ao AA relatando que estava se intensificando a propaganda dos EUA no Brasil contra a Alemanha. Nesta mesma correspondência, o redator apontou que a imprensa associava o integralismo, que estava proibido, unicamente aos alemães, e não fazia referência ao fascismo italiano, cujo regime foi inspirador para as idéias do integralismo.²²⁰ Próximo do final daquele mês, na audiência entre Ritter e Vargas, de 25 de fevereiro, o embaixador abordou esta questão com o presidente

²¹⁹ Por exemplo, num jornal editado no Rio Grande do Sul, *Correio do Povo*, foram publicadas em três momentos diversas notícias sobre os partidários do NSDAP (21 de dezembro de 1937, 29 de janeiro e 22 de março de 1938).

²²⁰ Carta de 3 de fevereiro de 1938, arquivada no *Handelspolitische Abteilung IX - Handelsbeziehungen zu Deutschland* (1936 a 1939, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-115207** do PAAA. Este documento constava dentro do departamento comercial do AA.

brasileiro. No seu entendimento, a campanha na imprensa brasileira contra a Alemanha cessaria.²²¹

Em março de 1938, Ritter continuava fazendo vários movimentos para questionar as reportagens contra a Alemanha, constantemente presentes nos jornais brasileiros. Uma das abordagens foi questionar, as notícias jornalísticas que manchavam a imagem sobre a Alemanha, nas audiências do Embaixador Alemão no Rio de Janeiro com autoridades brasileiras.²²² No entanto, esta prática não surtiu efeito.

Por outro lado, o Embaixador Brasileiro em Berlim, Muniz de Aragão, informou, num telegrama de 22 de março, a Osvaldo Aranha que na imprensa diplomática alemã, os termos utilizados condiziam com a realidade, pois havia sido noticiado que existia uma desarmonia entre as autoridades brasileiras e os cidadãos alemães residentes no Brasil.²²³

Até início de maio, as práticas jornalísticas alemãs, conforme a documentação diplomática, se contiveram, não havendo uma ofensiva contra o Brasil ou seu governo. Nem mesmo as reportagens sugeridas por Ritter sobre a Campanha de Nacionalização foram publicadas, pois o embaixador não foi informado de nada, e ainda não havia sido seguida a sugestão dada por Ritter, em 28 de abril, para que a imprensa alemã fizesse uma ofensiva contra o Brasil. Percebe-se que a imprensa alemã não havia noticiado nada de exagerado a respeito do governo brasileiro, fato diverso da situação jornalística no Brasil. Este assunto tomará maior repercussão na segunda metade de maio de 1938, em consequência do golpe integralista.²²⁴

²²¹ Relatório B 7/7, Pol IX 341, de 3 de março de 1938, arquivado dentro do departamento *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Innere Politik, Parlaments- und Parteiwesen (7.1936 a 3.1938, único Band)*, com o código de arquivamento: **R-104945** do PAAA.

²²² Arquivado dentro do *Politische Abteilung IX* na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland (6.1936 a 5.1938, Band 1)*, com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

²²³ Carta de 22 de março de 1938. Pasta: Correspondência: Nazismo no Brasil (1934 a 1941). Arquivo do Itamaraty, Rio de Janeiro.

²²⁴ Harms-Baltzer (1970, p. 47-48) afirmou que a *Deutschen Diplomatisch-Politischen Korrespondenz* teria feito declarações negativas de Vargas; no entanto, a autora não fez uma citação precisa, sendo assim, não foi possível verificar o documento utilizado.

2.5 DIPLOMACIA ALEMÃ

No intuito de melhor compreender a diplomacia alemã torna-se necessário, tanto acompanhar o desenrolar das relações diplomáticas entre Alemanha e outros países quanto compreender algumas normativas referentes à educação e à questão da Grande Alemanha na América.

2.5.1 Com outros países

Para fazer uma análise das relações diplomáticas alemãs com outros países, uma circular do AA, para todas as representações diplomáticas alemãs pelo mundo, auxilia na exemplificação. Este documento está guardado juntamente com a documentação do *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, e é datado de 24 de fevereiro de 1938.²²⁵ Não se pretende abordar os motivos porque houve modificações nas representações diplomáticas alemãs nos diversos países, mesmo porque o enfoque deste trabalho é a relação diplomática com o Brasil, e, conseqüentemente, a importância deste país na América. Para melhor detalhar os dados, criou-se um quadro similar a que analisou os dados de 1937 sobre este tema (Quadro 2), o que possibilitará ao leitor comparar os dois anos. O Quadro 4 aborda a distribuição dos representantes diplomáticos, em 1938, pelos diversos continentes. Tanto no documento utilizado para a análise de 1937 (Quadro 2), quanto o de 1938 (Quadro 4), consta unicamente o nome das cidades em que havia representantes diplomáticos, ocasionando, novamente, dificuldades em localizar algumas cidades em que existiram Consulados Gerais e Consulados.

Comparando o Quadro 2 com o 4 percebe-se que houve uma redução em mais de 50% na representação diplomática alemã pelos diversos países, visto que passou de 170 postos para 79. Dentre os continentes, foi no europeu onde houve uma maior redução, passado de 83 representantes diplomáticos para 30. Na América, a redução foi menor, passou de 38 para 22. Neste momento histórico, percebe-se um aumento de importância nas relações internacionais da Alemanha com a América, pois diminuiu a diferença numérica entre os representantes

²²⁵ O conteúdo deste documento foi trabalhado no item 2.4.3 deste capítulo.

diplomáticos na Europa e na América. Por outro lado, no continente europeu continuou havendo o maior número de representantes diplomáticos alemães, confirmando que os interesses alemães estavam centrados neste continente. Outra observação importante, é que este quadro da representação diplomática é anterior ao início da expansão nazista, isto é, antes da anexação da Áustria em março de 1938, momento em que houve uma nova alteração, já que os postos da diplomacia alemã neste país deixaram de existir.

Postos Diplomáticos	Europa	América	Ásia e Oceania	África	Não localizadas	Total
Embaixada	6	3 ²²⁶	2 ²²⁷	-		11
Legação	11	10 ²²⁸	2	2		25
Consulado Geral	6	2	6	1	4	18
Consulado	7	7	4	4	2	24
Total	30	22	14	7	6	79

Quadro 4 - Representações diplomáticas alemãs por continentes em 1938

Fonte: Autora (2009).²²⁹

2.5.2 Na América

Ao analisar as representações existentes na América, percebe-se que não existe a informação de uma representação diplomática no Canadá. Nos Estados Unidos, tendo por base este documento, conclui-se que houve uma redução, passando de 12 representantes diplomáticos para apenas 2. Os motivos desta redução não estão claros. Nos dados referentes aos EUA, e talvez de outros países, há equívocos. Por exemplo, no documento em questão não consta o envio de correspondência para o embaixador alemão em Washington, mas pela documentação pesquisada, de 1937 a 1938 este cargo foi ocupado pelo diplomata Dieckhoff.²³⁰ O continente americano, em início de 1937, tinha 38 postos diplomáticos, em diferentes locais, e em 1938 eles foram reduzidos a 22 representantes.

²²⁶ As embaixadas, neste ano, estavam fixadas nas seguintes cidades: Rio de Janeiro, Buenos Aires e Santiago.

²²⁷ As embaixadas localizavam-se na China e no Japão.

²²⁸ Todas as Missões diplomáticas, deste item, encontravam-se na América Latina.

²²⁹ Dados dos Quadros 4 e 5 foram sistematizados a partir do documento de 24 de fevereiro de 1938, arquivado no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27273** do PAAA.

²³⁰ Encontrou-se uma correspondência de Dieckhoff, como embaixador dos EUA, em 9 de maio de 1938, para o AA, arquivada dentro do *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA. Entretanto, após a *Reichskristallnacht* (noite de Cristal do *Reich*), em fins de 1938, o embaixador

Postos diplomáticos	Brasil	Argentina	Colombia	Chile	EUA	Demais países	Total
Embaixada	1	1	-	1	-	-	3
Legação	-	-	1	-	-	9 ²³¹	10
Consulado geral	1	-	-	-	1	-	2
Consulado	4	1	1	-	1	-	7
Total	6	2	2	1	2	-	22

Quadro 5 - Representações diplomáticas alemãs na América em 1938

Fonte: Autora (2009).

Uma afirmação possível de ser feita, comparando os anos de 1937 e de 1938, é a de que as relações exteriores da Alemanha com países latino-americanos foram intensificadas, pois houve uma maior permanência dos postos diplomáticos já existentes, sendo que o Brasil é um exemplo, pois não houve nenhuma redução de postos diplomáticos neste país, tornando-se a nação americana com mais diplomatas alemães.²³² A análise deste documento, em comparação com 1937, demonstra a importância que o Brasil passou a ter nas negociações da Alemanha com os países americanos. Por outro lado, evidencia-se que os Estados Unidos, os quais até 1937 tinham o maior número de diplomatas alemães na América, conseqüentemente uma significativa importância, tiveram uma drástica redução na representação diplomática em 1938. Reflexo da disputa pelos sistemas de poder.

2.5.3 Em relação à educação

A circular de 24 de fevereiro de 1938, enviada pelo AA a todos os representantes diplomáticos alemães, reforçava os ideais nazistas e, caso fosse conhecida pelas autoridades brasileiras, reforçaria seus temores. Essa circular informava um acordo entre o AO, o AA e o *Reichserziehungsministerium* (Ministério da Educação)²³³. Esse acordo previa que o Ministério da Educação seria responsável pela avaliação pedagógica dos professores alemães

estadunidense, em Berlim, foi chamado para retornar ao seu país e logo depois, o AA chamou o embaixador Dieckhoff para retornar à Alemanha, como retaliação. Sendo assim, não houve uma ruptura diplomática entre ambos os países, mas os cargos de ambos ficaram vagos (KERSHAW, 2008, p. 466).

²³¹ Os países com Missão Diplomática ou legação eram os seguintes: Paraguai, Bolívia, Venezuela, Guatemala, Cuba, México, Uruguai, Peru, Equador,

²³² Esta observação também vale para os consulados alemães no Brasil sem diplomatas de carreira, que não constam na documentação alemã, mas que constam no “Relatório anual do Ministério das Relações Exteriores do Brasil de 1938”.

²³³ De 1934 a 1945, Bernhard Rus foi ministro da educação do *III Reich*.

que atuariam no exterior, o AA seria responsável pelo encaminhamento dos profissionais para as vagas existentes e o AO avaliaria o professor pela sua participação política. Quando o professor já estivesse atuando no estrangeiro e fizesse algum requerimento, tanto o AA quanto o AO deveriam produzir um parecer sobre as ações do referido profissional. Nas escolas alemãs no estrangeiro com significativa representatividade, o AO e o AA eram os responsáveis em encaminhar os profissionais que iriam ocupar a vaga de diretor. Sem o consentimento de uma das partes, não haveria nomeação. Em outras palavras, a partir deste momento o partido nazista e suas células no estrangeiro passaram a avaliar a participação política de todos os profissionais alemães em educação que atuavam no exterior, com maior ênfase nos que ocupavam o cargo de diretor nas maiores escolas alemãs no estrangeiro.²³⁴

Esse documento para as relações diplomáticas pode não possuir um peso significativo nada, mas demonstrou para a diplomacia alemã que o partido nazista tinha responsabilidades com os professores alemães no estrangeiro, e as células nazistas no exterior poderiam avaliar a atuação dos profissionais em educação. Caso algum representante diplomático brasileiro ou de outra nacionalidade tivesse conhecimento do teor desse documento ou apenas de parte, isto poderia ter se transformado em justificativa ao crescente medo das autoridades brasileiras de que as grandes escolas alemãs no Brasil fossem também células da NSDAP. Este documento é um fomento ao medo brasileiro.

No entanto, deve-se entender de forma realista esta interferência, já que nem todas as escolas alemãs eram atendidas por professores com cidadania alemã. As escolas existentes nas chamadas comunidades alemãs dos estados sulinos, mantidas por descendentes de imigrantes, dificilmente tinham professores vindos da Alemanha, pois não tinham condições financeiras de mantê-los.²³⁵ Já as escolas com maior número de alunos, que geralmente se localizavam nas capitais ou nas regiões com maior número de *Reichsdeutsche*, principalmente nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Bahia, tinham professores com cidadania alemã. Nesse último contexto, o partido nazista e a estrutura governamental germânica expressaram interesse em intervir. Entretanto, como já foi referido anteriormente, em abril de 1938, tanto Ritter quanto o próprio AA sugeriram que as escolas seguissem as leis brasileiras, tanto que este assunto deixou de ser objeto de questionamento junto ao governo brasileiro.

²³⁴ Carta de 24 de fevereiro de 1938, arquivado no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27273** do PAAA.

²³⁵ Para maiores detalhes, ver os trabalhos de Rambo (1994), Kreutz (1991; 1994) e Petry (2003).

O contexto educacional era um assunto que gerou posicionamentos divergentes e muitas incertezas. Em correspondência de 6 de dezembro de 1938, a Embaixada Alemã no Rio de Janeiro enviou para o AA um relatório elaborado pelo Dr. Fouquet, que, em 3 de novembro de 1938, descrevia o sistema de ensino teuto-brasileiro e expressava a necessidade de definir se renunciava ou se continuava o trabalho germanista.²³⁶ Este documento foi produzido, mesmo depois que dentro do AA havia sido definido que este sistema de ensino deveria se enquadrar às leis brasileiras. Isto demonstra que as dúvidas persistiram, possibilitando duas hipóteses, ou as definições da diplomacia alemã eram, algumas vezes, desconsideradas, ou a comunidade de ascendência alemã não havia sido comunicada dos rumos definidos para este tema.

2.5.4 Em relação à teoria da grande Alemanha na América

Entre os historiadores existe um consenso de que o III *Reich* tinha um plano minimamente consistente de domínio da Europa, com remodelação política e racial, para a conquista do espaço vital (BERTONHA, 2002, p. 6; MÜLLER, 1997, 497 e ss. e 1992, 67 e ss.).²³⁷ No entanto, a expansão desta idéia para a América do Sul, isto é a teoria de que a Alemanha queria criar um território colonial neste continente, teve as mais variadas conclusões historiográficas. Os autores que pesquisaram a documentação do AA não encontraram dados para comprovar esta teoria. Harms-Baltzer (1970) e Bartel (1991) não descobriram um programa ou uma estratégia global com objetivos políticos-militares para os teuto-brasileiros. Pommerin (1977) descreveu que os diplomatas alemães haviam lamentado inúmeras vezes a “ausência de uma concepção” política na relação com a América Latina, sendo, em alguns casos, até administrada por escalões subalternos do *Auswärtiges Amt*, fato que comprovaria a ausência de um programa elaborado para criar e desenvolver a idéia da “grande Alemanha” na América Latina. Para Gaudig e Veit (1995), os nazistas consideravam a população de origem alemã nos países latino-americanos como um importante fator econômico. Para Müller (1992, p. 73 e ss.), a América Latina não tinha lugar no programa de

²³⁶ Relatório da embaixada Alemã no RJ ao AA, datada de 6 de dezembro de 1938, no departamento *Kultur Abteilung II*, na pasta *Hochschulen und Schulen (bis 1945)* São Paulo (1931-1935 e 1938), com o código de arquivamento: **R- 62556** do PAAA.

²³⁷ Não se pretende entrar no mérito de quem foi o idealizador deste plano.

política externa de Hitler. A Alemanha tinha algum interesse econômico neste território, fato que teve uma maior repercussão a partir da metade de 1941. Hitler almejava conseguir a neutralidade dos países latino-americanos. A documentação pesquisada reforça estas idéias para a América Latina e acrescenta que, no caso brasileiro, os altos escalões do AA estavam discutindo somente as relações diplomáticas. No Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, encontram-se diversas correspondências de filiados ao partido nazista no Brasil que demonstram que os interesses dos partidários estavam ligados à Alemanha.²³⁸ Isto, provavelmente se deva ao fato de que 55,2% dos membros da NSDAP no Brasil, conforme Moraes (2005, p. 167 e ss.), eram jovens entre 25 e 38 anos vindos da Alemanha, além de que 60% dos filiados eram artesões, secretários (*Angestellte*), agricultores (11,1%), técnicos e professores.²³⁹ Os imigrantes alemães que vieram para o Brasil no século XIX estavam condicionados, principalmente na era de Bismarck, de que o emigrante era um fugitivo e traidor da nação (MAGALHÃES, 2000, p. 22), por isto sua vinculação política era com a nação brasileira. Moraes (1996), Gertz (1987) e Perazzo (1999) afirmaram que os trabalhadores das áreas rurais não foram defensores da causa nazista. Na documentação produzida pelos diplomatas da embaixada alemã do Rio de Janeiro, existe um único documento, já citado neste trabalho, em que Ritter utilizou o termo colônia de cidadãos alemães no Brasil; todavia, estava se referindo ao grupo de recém-imigrados.²⁴⁰ Ritter também expressou que para ele não seria possível a comparação entre os de ascendência alemã no Brasil com os indivíduos de origem germânica na fronteira com o *Reich*. Não foi encontrado nenhum documento no arquivo diplomático alemão que confirmasse a hipótese de que o partido nazista ou o III *Reich* queria criar um território colonial da Alemanha na América do Sul, isto é, a idéia da “grande Alemanha”. Os diplomatas alemães, no ano de 1939, como será detalhado no próximo capítulo, relataram que esta hipótese estava sendo difundida nos meios de comunicação como forma de justificar algumas ações nacionalizadoras e de criar um clima de instabilidade e medo.

²³⁸ Arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*). Código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

²³⁹ Conforme Athaides (2007, p. 98), que analisou os partidários nazistas no Paraná, a grande maioria dos filiados paranaenses eram indivíduos que imigraram com a finalidade de trabalhar em empresas alemãs ou em firmas/entidades dirigidas por alemães. Fato que demonstra como era importante para essas pessoas terem uma conexão com a Alemanha.

²⁴⁰ Versão em alemão da carta enviada por Ritter a Osvaldo Aranha em 10 de maio de 1938, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX* na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

2.6 RELAÇÕES COMERCIAIS

O comércio é um assunto chave nas relações diplomáticas deste período político, visto que foi um dos fatores que favoreceu as relações entre os dois países, no momento em que surgiram os conflitos diplomáticos, no decorrer de 1938. Neste sentido, torna-se relevante informar que o comércio não foi atingido pelos problemas políticos. Houve um crescimento da demanda tanto na importação quanto na exportação da Alemanha com o Brasil.²⁴¹

Ao analisar os dados comerciais da Alemanha com a América Latina, entre os anos de 1936 e 1938, observa-se um crescimento de demanda significativo em todos os países. Para explicitar a importância de alguns países latino-americanos, e principalmente do Brasil, será apresentado o Quadro 6, que está baseada em um documento elaborado pelos diplomatas que atuavam na América. O Quadro 6 apresenta informações dos países que comercializaram mais de 20 milhões de marcos com a Alemanha neste período; entretanto, no documento também constavam dados da Bolívia, de Costa Rica, de Cuba, da República Dominicana, do Equador, da Guatemala, do Haiti, de Honduras, da Nicarágua, do Panamá, do Paraguai e de El Salvador.

PAÍS	Importação da Alemanha para		Exportação da Alemanha para	
	1936	1937	1936	1937
Brasil	132,4	186,3	133,4	177,0
Argentina	118,5	295,2	97,7	147,0
Chile	58,8	81,1	49,4	56,4
México	56,4	64,6	51,1	65,7
Colômbia	41,5	44,9	45,3	33,1
Peru	34,0	49,0	29,0	33,4
Uruguai	21,0	23,6	16,7	24,0
Venezuela	14,1	23,7	24,1	42,7

Quadro 6 - Dados comerciais da Alemanha em 1936 e 1937²⁴²

Fonte: Documento de 02 de agosto de 1938, assinado por Thermann, p. 3, arquivado no *Politische Abteilung IX*, na pasta *Politische Beziehungen der mittel- und südamerikanischen Staaten zu Deutschland* (Band 1), com código de arquivamento: **R-104952** do PAAA.

²⁴¹ Para ter acesso aos detalhes das relações comerciais entre o Brasil e a Alemanha, neste período, ver tabelas de Seitenfus (2003, p. 23) e análise minuciosa de Hilton (1977c, p. 272 e ss.).

²⁴² Os valores expressos são em marcos alemães.

O quadro anterior demonstra que nos países, nos quais havia embaixadores, as relações comerciais eram intensas. Também se observa que nos países em que as relações comerciais eram mais intensas, as representações diplomáticas foram elevadas em nível de embaixada, isto em 1936. Caso específico dos três países conhecidos como grupo ABC (Argentina, Brasil e Chile). Outro dado que deve ser considerado é que o crescimento comercial entre os países e a permanência dos postos diplomáticos na América Latina, em 1938, foi um reflexo do elevado intercâmbio comercial entre a Alemanha e estes países. Para Seitenfus (2003, p. 24 e 25) e Lopes (2008, p. 319), a escolha de Ritter tinha como objetivo incrementar as relações econômicas entre Alemanha e Brasil, porque até sua nomeação como Embaixador Alemão no Rio de Janeiro, ele exercia atividades dentro do AA e dentro de outros órgãos do governo na área econômica.

Assim como era informada detalhadamente a ação na política interna brasileira ao AA, o mesmo ocorria com as medidas envolvendo o comércio. Só para citar um exemplo, já em 11 de novembro de 1937, foi notificado que as concessões e os direitos de exploração seriam concedidos somente a brasileiros, pois o capital ativo deveria estar em mãos de nacionais. Para tanto, os bancos e as sociedades estrangeiras, por determinado tempo, precisavam ser assimiladas.²⁴³ Como este, houve outros tantos relatados sobre as medidas adotadas pelo governo brasileiro no referente ao comércio ou à economia. Visto que este assunto não era um dos temas centrais da tese, não houve uma busca mais minuciosa na documentação.

Um outro assunto que começou a ser abordado em início de 1938, entre agentes brasileiros e representantes de firmas alemãs, foi o projeto do Brasil de criação de uma indústria siderúrgica. Neste momento, Siemens, Krupp, Demag e Stahlunion demonstraram interesse tanto em explorar as reservas minerais quanto em financiar o estabelecimento de uma fábrica de aço (HILTON, 1977c, p. 274). No entanto, este assunto terá maiores conseqüências no decorrer de 1939, tornando-se um assunto para ser aprofundado no próximo capítulo.

²⁴³ Carta de 11 de novembro de 1937, da embaixada alemã no Brasil ao AA. Documento assinado pela embaixada no Brasil; no entanto, está expresso que as embaixadas de Buenos Aires e Santiago e a Legação de Montevidéu receberam uma cópia. Código de arquivamento: **R-104945** do **PAAA**,

2.6.1 Análise de diplomatas alemães

Na análise diplomática alemã das relações comerciais do Brasil, elaborado em janeiro de 1938, Ritter afirmou que as relações entre Brasil e EUA estavam mais fortalecidas, porém um pouco adormecidas em função do fato de a opinião pública norte-americana ser contrária à política do Estado Novo e da dificuldade em anular os juros. Neste mesmo relatório, assegurou que as relações entre Alemanha e Brasil tiveram um grande desenvolvimento em 1937, além de considerar importante que o governo alemão continue pagando viagens a personalidades para conhecerem a nova Alemanha, e assim retornarem encantados com as transformações do país.²⁴⁴

Já o Dr. Ernst Kundt²⁴⁵, conselheiro de Legação do AA, e W. Meyer²⁴⁶, diretor da Sociedade para Colonização no Exterior (*Gesellschaft für Siedlung im Ausland*), ao fazerem o relatório da viagem pelo Brasil, descreveram detalhadamente a economia brasileira. Consideraram que a mesma não era fechada, pois possibilitava uma variedade de produtos que interessariam à Alemanha e poderiam ser comercializados. Também mencionaram o fato de que no Brasil existiam empresas estrangeiras, tanto no referente ao capital quanto à mão-de-obra. O principal capital estrangeiro era o dos EUA, sendo seguido pelo alemão e de outros países da Europa. Citaram diversas empresas com capital alemão, entre elas, Renner, Hering, Bromberg e Varig. Interessante observar que neste relatório se afirmou que deveria existir uma organização que cuidasse dos interesses dos descendentes de imigrantes alemães, mas esta deveria ter uma preocupação na melhoria da política e do comércio entre Brasil e Alemanha. Também narraram que este problema foi discutido com o fundador e presidente da “Federação 25 de Julho”, Henrique Schüler, e seu diretor, Frederico Colin Kopp, durante sua estada no Rio de Janeiro. Os autores deste relatório asseguraram que a Federação ainda não havia entendido estes propósitos, quer dizer, existia, mas intensificava suas ações para outros fins além dos desejados para melhorar as relações entre Alemanha e Brasil.²⁴⁷

²⁴⁴ Relatório anual de 1937 de 23 de janeiro de 1938, arquivado tanto no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA, quanto no *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

²⁴⁵ Ernst Kundt nasceu em 1897 e morreu executado em Praga em 1947. Ele foi *Legationsrat* do *Auswärtigen Amt* e partidário do NSDAP. Kundt em 1943 foi governador em Cracóvia, distrito da Polônia.

²⁴⁶ Na documentação alemã está expresso desta forma e não foram encontradas outras informações sobre este indivíduo.

²⁴⁷ Relatório da viagem de dr. Kundt e de Meyer, de setembro de 1937 a fevereiro de 1938. Os autores, ao final do texto, agradecem pela assistência da embaixada, dos consulados e dos escritórios do NSDAP existentes no

O interesse alemão com o Brasil era o comércio, tanto porque este foi um assunto que aproximava os dois países, como também pelo constante envio ao Brasil de pessoas ligadas aos temas comerciais. Outro dado que reforça esta afirmação era o constante medo descrito pela embaixada alemã de que o Brasil cedesse aos desejos estadunidenses de deteriorizar as relações entre Brasil e Alemanha²⁴⁸, dados que reforçam a teoria de que neste período existiam dois blocos de poder, aquele que girava em torno do EUA e aquele que girava em torno da Alemanha (MOURA, 1980). Analisando politicamente, pode ser dito que era um regime democrático versus um regime autoritário.

2.6.2 *Winterhilfswerk* (ajuda de inverno)

Para o governo brasileiro, as negociações com a Alemanha eram muito importantes, tanto que em fins de 1937 ou janeiro de 1938, foram doadas, pela primeira vez, 2.000 sacas de café para o auxílio de inverno (*Winterhilfswerk*).²⁴⁹ Esta doação ocasionou um problema para Ritter, pois o representante da *Winterhilfswerk*, em correspondência ao AO, questionou o fato do governo brasileiro ter negociado diretamente com o embaixador e o grupo da NSDAP do Brasil nem sequer ter sido informado. O autor do documento em questão afirmou que todas as doações precisariam de uma carta de um dos dirigentes dos grupos nazistas anunciando a doação à entidade.²⁵⁰ Este documento possibilita muitas leituras, uma delas a de que Ritter e o governo brasileiro não estavam familiarizados com os trâmites do partido nazista. Provavelmente, por Ritter ser um diplomata com maior conhecimento econômico não se preocupasse tanto com questões partidárias. Não foi encontrada na documentação sobre o Brasil nenhuma correspondência questionando ou censurando Ritter sobre esta questão, mas

Brasil. Documento que consta em duas pastas: **R-127505** e **R-127506** do PAAA. A primeira pasta trata exclusivamente dos relatórios de Kundt e Meyer e na segunda consta a documentação sobre a nacionalização e a morte de Kopp.

²⁴⁸ Relatório nº B7/7, confidencial de Ritter ao AA, Pol IX 490, 30 de março de 1938, na pasta: **R-104939** do PAAA. No livro *III Reich* (1968, p. 27 a 30) existe a tradução deste documento.

²⁴⁹ O documento não precisa quando ocorreu a doação, mas está datado de 19 de fevereiro de 1938. No entanto, consta na correspondência que foi uma tratativa entre Vargas e o embaixador alemão. Como este só se apresentou na metade de dezembro de 1937 e o anterior aposentou-se na metade de 1937, o fato só pode ter ocorrido após a chegada de Ritter ao Brasil.

²⁵⁰ Correspondência do *Winterhilfswerk* para o AO, de 19 de fevereiro de 1938, arquivada no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA. O assunto principal descrito no próprio documento é: *Zollfreiheit für Sachspenden aus dem Ausland* (donativos sem impostos do exterior).

isto pode ter acontecido por telefone ou estar arquivado em uma pasta específica, à qual não se teve acesso.

Interessante observar o contexto no qual a doação estava sendo feita e foi efetivada. No ato da doação, tratava-se do período das primeiras ações de detenção dos partidários da NSDAP no Brasil. No entanto, a efetivação da mesma ocorreu no período crítico, isto é, quando foi proibido o partido nazista no Brasil e surgiram os conflitos após a prisão de cidadãos alemães. Neste contexto, a doação brasileira gerou um outro problema, o de como seria feito o agradecimento, pois em função da posição brasileira frente às questões do partido e da campanha de Nacionalização, não era possível a divulgação via imprensa deste acontecimento e muito menos um agradecimento formal do principal representante da célula nazista no Brasil, isto porque a partir de abril a atividade nazista estava proibida. De julho a novembro este assunto foi discutido entre o AO e a *Winter-Hilfstock des Deutschen Volkes*. Em novembro decidiu-se que a Embaixada Alemã no Rio de Janeiro faria o agradecimento a Vargas.²⁵¹ Pelo fato de não se saber como proceder em relação ao agradecimento, este foi tratado de forma muito velada.

Neste sentido, cabe uma pequena correção à afirmação de Gertz (1987, p. 63) de que Vargas colaborava nas campanhas para o auxílio de inverno no mesmo contexto histórico das colaborações da polícia brasileira com a Gestapo, principalmente no envio de Olga Bernário. Pois se assim fosse, as doações de sacas de café teriam ocorrido durante o governo constitucionalista (16/07/1934 a 09/11/1937), mas conforme documentação apresentada a doação ocorreu pela primeira vez em início de 1938. Sendo assim, a doação à campanha de inverno já ocorreu durante o Estado Novo.

²⁵¹ Cartas entre o AO do AA e *Winter-Hilfstock des Deutschen Volkes*, datadas de 13 de julho de 1938, 27 de outubro de 1938, 4, 7, 11 e 12 de novembro de 1938. Arquivadas no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA.

2.7 QUESTÕES MILITARES E POLICIAIS

No decorrer do ano de 1938, no que tange às questões militares e policiais, amenizaram-se as divergências (serviço militar) e intensificaram-se os elos de união entre os dois países (aquisição de armas e cooperação entre as polícias).

2.7.1 Forças armadas

As forças armadas da Alemanha continuavam sem interesse estratégico no continente americano. No entanto, a diplomacia alemã tinha conhecimento de que o Brasil, na América Latina, tinha um oponente militar, a Argentina. Em 30 de março de 1938, Ritter comentou que os três estados sulinos estavam isolados, pois não tinham conexões ferroviárias estratégicas com os estados centrais detentores do poder militar (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais). Se a Argentina controlasse os acessos marítimos dos três estados sulinos e os EUA não lhes garantissem o acesso, estariam vulneráveis. Ritter comentou, neste sentido, que o Estado Brasileiro vinha desejando fazer um acordo com a Krupp.²⁵² Para Hilton (1997c, p. 279 e ss.), esta situação havia sido agravada devido ao pessimismo e à preocupação dos líderes brasileiros em relação ao ritmo de preparação militar da Argentina. Sendo assim, os dados fornecidos por Ritter sobre as preocupações brasileiras eram oficiais e até constavam na imprensa brasileira. Em outras palavras, a diplomacia alemã conhecia as fraquezas e os temores das forças armadas do Brasil.

A questão da aquisição de armas e o serviço militar foram os assuntos, relacionados ao Brasil, que tiveram alguma discussão nas forças armadas alemãs.

²⁵² O documento original encontra-se arquivado no *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

2.7.1.1 Aquisição de armas

Os contratos para a aquisição de armas foram um dos fatores de convergência nas relações entre Alemanha e Brasil. Efetivamente, as forças armadas do Brasil estavam comprando e fiscalizando a aquisição de armamentos na Alemanha, referente ao contrato assinado em 18 de fevereiro, assunto abordado no primeiro capítulo. Em 18 de janeiro de 1938, o capitão-tenente Adolpho M. de Noronha Torrezão estava em missão oficial do Ministério da Marinha para a fiscalização da confecção de acessórios encomendados da *Badische Maschinenfabrik Durlach*.²⁵³

Existem diversas correspondências, entre dezembro de 1937 e março de 1938, apresentando oficiais brasileiros que desejavam conhecer firmas alemãs que produziam material bélico, para avaliar as probabilidades de uma nova compra, além de correspondências diretas solicitando preços e verificando possibilidades. O material era destinado à marinha, à aeronáutica e ao exército.²⁵⁴

A possibilidade de contrato brasileiro com as empresas Krupp foi visto pela embaixada alemã no Brasil como uma vantagem para a Alemanha, fato descrito por Ritter em 3 de fevereiro de 1938, num relatório comercial. Neste documento, ele descreveu a situação política brasileira pós-criação do Estado Novo e as primeiras ações no sentido da futura Campanha de Nacionalização. No entanto, ao seu final, comentou que uma vantagem para a Alemanha havia sido a Krupp ter vencido a concorrência com os ingleses e os estadunidenses para o fornecimento de armas para o exército brasileiro.²⁵⁵

Em 28 de março, foi assinado o segundo contrato entre o exército brasileiro e a Krupp. Neste momento, a compra era de 900 peças de artilharia. A entrega do material ocorreria em 6 anos e o pagamento seria feito pelo governo brasileiro, descontando 75% dos custos em marcos de compensação (HILTON, 1977c, p. 74). Em 30 de março, o major brasileiro apresentou as cópias do contrato efetuado com a Krupp para o aparelhamento do exército a Vargas. Este registrou em seu diário “isto foi um fato auspicioso. O país fará uma grande

²⁵³ Carta nº 11 da Embaixada Brasileira em Berlim para o AA, de 18 de janeiro de 1938, arquivada dentro do *Handelspolitische Abteilung Kriegsgerat – Brasilien (1937 a 1938, Band 1)*, com o código de arquivamento: **R-106424** do PAAA.

²⁵⁴ Documentação arquivada dentro do *Handelspolitische Abteilung Kriegsgerat – Brasilien (1937 a 1938, Band 1)*, com o código de arquivamento: **R-106424** do PAAA.

²⁵⁵ Carta de 3 de fevereiro de 1938, arquivada no *Handelspolitische Abteilung IX - Handelsbeziehungen zu Deutschland (1936 a 1939, Band 1)*, com o código de arquivamento: **R-115207** do PAAA. Interessante observar que este documento constava dentro do departamento comercial do AA.

despesa, necessária não só pela falta de aparelhamento que nos enfraquece, como pela inquietação e insegurança do momento internacional” (VARGAS, 1995, p. 120).

A idéia de juntar contratos bélicos a acordos comerciais demonstra uma interdependência dentro do governo brasileiro entre as necessidades de defesa nacional e a política comercial e para o governo alemão aponta a necessidade de fomentar o comércio com o Brasil. Evidenciando que as relações comerciais não foram um entrave nas relações diplomáticas entre ambos os países, ou, em outras palavras, as relações diplomáticas, um pouco turvadas, não afetaram as relações comerciais.

2.7.1.2 Serviço militar

Até dezembro de 1937, a questão do serviço militar era um dos complicadores nas relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha. Através da documentação pesquisada, percebe-se que até janeiro de 1939 foram feitas listas de cidadãos alemães que moravam no Brasil e deveriam prestar o serviço militar na Alemanha.²⁵⁶ Todavia, a cada ano diminuía o número de indivíduos.²⁵⁷

Após a criação do Estado Novo, a embaixada brasileira no Rio de Janeiro passou a ser questionada por cidadãos com dupla cidadania sobre qual era a definição referente ao serviço militar nestes casos, pois na Constituição de 1937, no artigo 164, estava definido que “todos os brasileiros são obrigados, na forma da lei, ao serviço militar e a outros encargos

²⁵⁶ Cartas de Florianópolis para o AA, de 11 de dezembro de 1937, de 13 de janeiro de 1938 e 28 de fevereiro de 1939, arquivada no departamento jurídico (*Rechts-abteilung*), com o código de arquivamento: **R-46977** do PAAA.

Carta de Porto Alegre para o AA de 18 de janeiro de 1939, dentro do departamento *Wehrpflicht* pasta *Unterstützung von mittellosen Reichsangehörigen im Auslande um ihnen die Erfüllung der Arbeitsdienst – und Wehrpflicht zu ermöglichen – Brasilien* (outubro de 1938 a janeiro 1940), com o código de arquivamento: **R-47231** do PAAA. Esta correspondência traz a lista de jovens que vão prestar o serviço militar e precisavam de ajuda financeira para conseguir chegar à Alemanha.

²⁵⁷ No livro de Dennisson de Oliveira, intitulado *Os soldados alemães de Vargas* (2008) consta que descendentes de alemães também deveriam ser incorporados no serviço militar obrigatório alemão. No entanto, a documentação deixou bem claro que os cidadãos alemães ou com dupla cidadania deveriam prestar o serviço militar na Alemanha, para não perderem o direito à cidadania alemã. Houve alguns voluntários com descendência alemã e cidadania brasileira que se ofereceram a prestarem o serviço militar na Alemanha; entretanto, foram poucos.

necessários à defesa da Pátria, nos termos e sob as penas da lei”. Em vista da nova legislação, a diplomacia alemã repassou os questionamentos para o AA.²⁵⁸

Talvez uma conseqüência destes questionamentos tenha sido a nova postura do *Wehrbezirkskommando* (Forças Armadas Alemãs). Após discussões sobre este tema, sugeriram, num ofício de 31 de dezembro de 1937, que os cidadãos alemães com dupla cidadania (*Reichsdeutsche* e brasileiros) que morassem no estrangeiro fossem liberados da obrigatoriedade do serviço militar, pois eram muitas as dificuldades impostas a eles, sendo uma delas o custo das viagens, que, em parte, eram custeadas pelo governo alemão²⁵⁹, fato que amenizou algumas divergências. Contudo, durante o ano de 1938 e 1939, alguns indivíduos com dupla nacionalidade e moradores do Brasil efetivamente prestaram serviço militar na Alemanha.²⁶⁰ No decorrer do ano de 1938, este assunto deixou de ser um problema nas relações diplomáticas, mesmo não havendo oficialmente um desfecho para a questão²⁶¹, porque o decreto-lei nº 389 de 25 de abril, que regulava a nacionalidade brasileira, definiu que, a partir deste momento, quem optasse pela naturalização como brasileiro perderia a nacionalidade alemã (art. 9). Este artigo gerou muitas contestações de interessados em naturalizar-se como brasileiro e continuar com a cidadania alemã, junto à Embaixada Alemã no Rio de Janeiro. Esta questionou o AA de quais seriam as possibilidades para que, em caso de viagem à Alemanha, estes indivíduos permanecerem com a cidadania alemã.²⁶² Esta mesma lei deixou explícita a indefinição desta questão nos casos acontecidos anteriormente, no inciso 3º do artigo 2 que tem a seguinte redação: “enquanto não estiverem resolvidos por convenção os casos de dupla nacionalidade [...] para o serviço militar obrigatório”.

²⁵⁸ Ofício de um cidadão alemão, cuja assinatura não foi identificada, para a embaixada alemã no Rio de Janeiro. Esta repassou o mesmo ao AA, com correspondência datada de 21 de dezembro de 1937, arquivada no departamento jurídico (*Rechts-abteilung*), com o código de arquivamento: **R-47053** do PAAA.

²⁵⁹ Ofício do Ministério do Interior (*Reichs-und Preussische Ministerium des Innern*) para o AA, datada de 31 de dezembro de 1937, arquivada no departamento jurídico (*Rechts-abteilung*), com o código de arquivamento: **R-46977** do PAAA.

²⁶⁰ Documentos encontrados especificamente dentro das pastas sobre o *Wehrpflicht* (serviço militar obrigatório), com os seguintes códigos de arquivamento: s: **R-46976, R-46977, R-47053, R-47191, R-47230, R-47231, R-47302, R-47303, R-47304** do PAAA. Os anos correspondentes são de 1935 a 1941. Sendo que a maioria da documentação se estende até o ano de 1938. A correspondência posterior aborda principalmente a ajuda de custo às famílias dos cidadãos alemães que acabaram ficando na Alemanha em função do início da guerra.

²⁶¹ O livro de Dennison de Oliveira (2008) apresenta a história de seis jovens com dupla cidadania que prestaram o serviço militar na Alemanha. Convém esclarecer que os indivíduos entrevistados por Oliveira estavam na Alemanha antes do início da guerra, setembro de 1939, e durante o desenrolar da mesma atuaram nas organizações nazistas e prestaram o serviço militar. Portanto, estes personagens não pertencem ao contexto analisado neste capítulo.

²⁶² Carta nº E2, 25 de maio de 1938, de Ritter ao AA, arquivado na pasta *Staatsangehörigkeitsgesetze in Brasilien* (1932 a 1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-46124** do PAAA.

Dentro do AA, começou a se discutir as questões relacionadas aos cidadãos alemães e aos indivíduos com dupla cidadania. Uma destas discussões avaliou que se deveria considerar que o serviço militar poderia vir a ser um grande problema numa situação real de guerra, pois poderia trazer conseqüências nas negociações de matéria-prima.²⁶³ No entanto, em 22 de fevereiro de 1939, o AA fez uma avaliação dos acordos sobre o serviço militar com os cidadãos que tinham dupla cidadania na América, que foi enviada para as forças armadas, o Ministério do Interior e ao partido nazista. Naquilo que se refere ao Brasil, o documento informou que este país havia feito uma proposta em dezembro de 1936. Logo em seguida, a Alemanha fez uma contra-proposta que não foi aceita, não havendo prosseguimento nas negociações.²⁶⁴ Em 21 de junho de 1939, num memorando informando as discussões com os chefes das missões diplomáticas e líderes da NSDAP da América do Sul e Central contava, sobre o Brasil, que a questão do serviço militar não deveria ser abordada, pois neste sentido não haveria apoio. O embaixador deveria discutir sobre os direitos do cidadão.²⁶⁵

Outro dado é que a legislação brasileira, a partir de 1938, aos poucos foi impossibilitando aos cidadãos alemães com dupla nacionalidade priorizar o serviço militar alemão em detrimento do brasileiro. Baseando-se no fato de que houve uma grande redução dos indivíduos que iriam prestar o serviço militar na Alemanha nos anos de 1938 e 1939, e na definição, em junho de 1939, que o assunto do serviço militar não deveria ser abordado, conclui-se que este tema deixou de ser discutido e conseqüentemente de ser um complicador nas relações diplomáticas.

²⁶³ Documento intitulado: *Aufzeichnung betreffend Deutschtum in Brasilien* (registro dos complicadores da germanidade no Brasil), datado de 23 de maio de 1938 e assinado por Pamperrien, dentro da pasta *Brasilien – Nationslisierung ab 1934 Misshandlungen und Morde von Kopp* (1938 a 1942), com o código de arquivamento: **R-127506** do PAAA.

²⁶⁴ Carta 3465, de 22 de fevereiro de 1939, arquivada no departamento jurídico (*Rechts-abteilung*), tanto na pasta *Wehrpflicht – Heranziehung der Doppelstaater zur Wehrpflicht – Brasilien* (1935 a 1940), com o código de arquivamento: **R-47053** do PAAA, quanto na pasta *Staatsangehörigkeitsgesetze in Brasilien* (1938 a 1944, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-46125** do PAAA.

²⁶⁵ Memorando de 21 de junho de 1939, sobre a conferência do dia 16 de junho com os chefes das missões diplomáticas e os líderes do NSDAP da América do Sul e Central, arquivado no departamento jurídico (*Rechts-abteilung*), na pasta *Staatsangehörigkeitsgesetze in Brasilien* (1938 a 1944, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-46125** do PAAA.

2.7.2 Cooperação entre as polícias

Como já foi abordado, o combate ao comunismo internacional foi uma das principais formas de cooperação entre as polícias dos mais diversos países. No entanto, com a criação do “*Pacto Anti-Comintern*”, assinado em 1936 pela Alemanha e pelo Japão, e em novembro de 1937 pela Itália, surgiu uma nova situação.²⁶⁶ O grupo denominado ABC, constituído pelos países Argentina, Brasil e Chile, estava sendo sondados para um possível alinhamento junto ao Eixo para o combate ao bolchevismo, tanto que existe dentro do AA uma pasta consistente com correspondências abordando este tema, sendo a maioria dos documentos referentes ao Brasil.²⁶⁷ Para Pommerin (1977, p. 33), o interesse do *III Reich* na participação dos países latino-americanos seria com o intuito de tornar mais próximas as relações exteriores.

Em 30 de novembro de 1937, Joachim Freytag²⁶⁸ informou, numa circular, que o ministro do exterior da época, von Neurath, havia sugerido que se procurasse a adesão dos três grandes países sul-americanos. Acreditava que estes países fossem recusar-se a aderir ao pacto, tanto que o novo governo brasileiro já havia declarado ser contrário à adesão. Mesmo assim, foi sugerido que o Departamento de Imprensa e de Informações poderia ver a possibilidade de enviar relatórios e informações sobre o assunto (*III REICH*, 1968, p. 9 e 10).

Neste contexto, o contato de Francisco Campos, em fins de dezembro de 1937, solicitando auxílio para uma exposição “*Anti-Comintern*” no Brasil e hospedagem para 1 ou 2 policiais, para fazerem treinamento nos métodos utilizados no combate ao bolchevismo, foi considerado, por Ritter, uma importante forma de aproximação entre ele e Francisco Campos. A aproximação, neste momento, seria importante, porque já estavam ocorrendo objeções, em alguns lugares, ao uso da insígnia do partido, além de medidas contra algumas escolas alemãs. A concretização deste pedido poderia amenizar a situação, sendo que Francisco Campos era ministro da Justiça, e, para Ritter, era a pessoa mais importante depois de Vargas. Outra constatação do diplomata era que o único que apoiava, pelo menos economicamente, as relações germano-brasileiras era Souza Costa, ministro da Fazenda; no entanto, este talvez

²⁶⁶ Conforme Pommerin (1977, p. 32), o ministro das relações Exteriores da Itália havia informado ao embaixador alemão em Roma de que achava desaconselhável convidar outros países para fazer parte deste pacto.

²⁶⁷ Pasta *Inland II A/B – Schaffung einer südamerikanischen antibolschewistischen Achse - Brasilien, Argentinien und Chile – 1937 a 1940* (criação de um eixo sul-americano anti-bolchevista), com o código de arquivamento: **R-99522** do PAAA.

²⁶⁸ Joachim Freytag nasceu em 1888 e faleceu em 1962. Iniciou a carreira diplomática em 1912, e em 1937 passou a atuar dentro do AA no departamento de política IX, que se referia à América (KEIPERT, 2004, Bd2). Sendo que este personagem será um dos principais interlocutores dos embaixadores alemães do Rio de Janeiro.

fosse aposentar-se em breve, e acreditava-se que fosse substituído por Osvaldo Aranha. Quer dizer, já estava instalada a vulnerabilidade daqueles que defendiam os ideais nacional-socialistas, fato que levava o embaixador a procurar meios para manter em condições favoráveis as relações diplomáticas. Uma delas seria a ajuda e a colaboração para a exposição “*Anti-Comintern*”.²⁶⁹

Cossel, no mesmo dia, 23 de dezembro, escreveu uma carta a Bohle questionando o interesse brasileiro nas atividades de combate ao comunismo alemão, além de algumas questões que Ritter havia levantado na correspondência. Cossel, provavelmente, tivera acesso à carta do embaixador, atitude que demonstra a proximidade e o acompanhamento que o representante do partido nazista tinha nas atividades da embaixada alemã no Brasil.²⁷⁰

Em 24 de janeiro de 1938, após muitas trocas de correspondências dentro do governo de Hitler sobre o assunto, foi respondido a Ritter que a solicitação de Francisco Campos poderia ser atendida. A exposição *Anti-Comintern* poderia sair da Alemanha no início de fevereiro, chegando ao Brasil em torno do dia 20. Os custos da exposição seriam de RM 7.000. Os policiais brasileiros seriam bem-vindos, ficando em aberto as despesas desta viagem.²⁷¹

Três dias depois, Ritter informou ao AA que o ministro brasileiro agradeceu e pediu para que o material fosse enviado com urgência. Importante salientar que este telegrama foi enviado para 17 departamentos dentro do AA.²⁷²

Em 22 de fevereiro de 1938, Ritter telegrafou ao AA perguntando se o material “*Anti-Comintern*” já estava a caminho. Em caso afirmativo, em qual navio estaria sendo

²⁶⁹Abordando este assunto, existe o telegrama nº 127 de 22 e um relatório de 23 de dezembro de 1937. O telegrama de 22 de dezembro, de Ritter ao AA, está arquivado no *Inland II A/B Schaffung einer südamerikanischen antibolschewistischen Achse - Brasilien, Argentinien und Chile - 1937 a 1940* (criação de um eixo sul-americano anti-bolchevista), com o código de arquivamento: **R-99522** do PAAA. O telegrama foi enviado a 16 diferentes departamentos dentro do AA.

Relatório secreto 1927 2/37 de 23 de dezembro de 1937, de Ritter ao AA, está arquivado tanto no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA, quanto arquivado no *Inland II A/B - Schaffung einer südamerikanischen antibolschewistischen Achse - Brasilien, Argentinien und Chile - 1937 a 1940* (criação de um eixo sul-americano anti-bolchevista), com o código de arquivamento: **R-99522** do PAAA. Este também consta no livro *O III Reich e o Brasil* (1968, p. 11 a 15).

²⁷⁰Carta nº 170 de 23 de dezembro de 1937, de Cossel a Bohle, arquivado no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA.

²⁷¹Telegrama nº 12 de 24 de janeiro de 1938, do AA para Ritter, arquivado no *Inland II A/B Schaffung einer südamerikanischen antibolschewistischen Achse - Brasilien, Argentinien und Chile - 1937 a 1940* (criação de um eixo sul-americano anti-bolchevista), com o código de arquivamento: **R-99522** do PAAA. Nesta mesma pasta existe a correspondência entre os diversos órgãos do governo nazista discutindo esta questão.

²⁷²Telegrama nº 15 de 27 de janeiro de 1938, de Ritter ao AA, arquivado no *Inland II A/B - Inland II A/B - Schaffung einer südamerikanischen antibolschewistischen Achse - Brasilien, Argentinien und Chile - 1937 a 1940* (criação de um eixo sul-americano anti-bolchevista), com o código de arquivamento: **R-99522** do PAAA.

transportado e qual o endereço da entrega. Esse documento foi enviado a 17 diferentes departamentos dentro do AA.²⁷³ No mesmo dia, o ministério da propaganda do *Reich* enviou uma carta à Embaixada Alemã no Rio de Janeiro e uma cópia para o AA, no qual requereu que fosse solicitado ao governo brasileiro o pagamento da ajuda de custo de 7.000 marcos.²⁷⁴

Provavelmente houve algum acerto, que não consta na documentação pesquisada, pois em 26 de fevereiro, a Embaixada Alemã no Rio de Janeiro foi informada de que o material seria enviado no *Dampfer Neptunia*, com saída prevista para dia 5 e chegada ao Rio de Janeiro para dia 17 de março. O endereço de entrega seria a embaixada alemã.²⁷⁵ Conforme documentação, o material chegou ao Brasil em fins de março de 1938²⁷⁶ e foi entregue, no dia 27 de abril, na Diretoria do Turismo da Feira de Amostras.²⁷⁷ Em junho de 1938, Ritter já afirmava que o combate ao comunismo não era tão intenso, sendo, por isto, transferida a exposição.²⁷⁸ Os meses subseqüentes foram de negociações do pagamento desta dívida, assunto que foi concluído em janeiro de 1940.²⁷⁹ Em 19 de agosto, Ritter informou que a exposição ocorreria na comemoração do primeiro ano do Estado Novo, sendo um dos motivos para o adiamento o fato de o governo italiano ter atrasado a remessa de material sobre este assunto.²⁸⁰ Tucci Carneiro (1999, p. 332) informa que na comemoração do primeiro ano do Estado Novo houve uma grande exposição. Um dos pavilhões tinha como tema o anticomunismo, sendo que seu material fotográfico havia sido fornecido pela Alemanha e

²⁷³ Telegrama nº 20 de 22 de fevereiro de 1938, de Ritter ao AA, arquivado no *Inland II A/B – Schaffung einer südamerikanischen antibolschewistischen Achse - Brasilien, Argentinien und Chile – 1937 a 1940* (criação de um eixo sul-americano anti-bolchevista), com o código de arquivamento: **R-99522** do PAAA.

²⁷⁴ Carta do Ministério da Propaganda à embaixada alemã no Rio de Janeiro, de 22 de fevereiro de 1938, arquivado no *Inland II A/B – Schaffung einer südamerikanischen antibolschewistischen Achse - Brasilien, Argentinien und Chile – 1937 a 1940* (criação de um eixo sul-americano anti-bolchevista), com o código de arquivamento: **R-99522** do PAAA.

²⁷⁵ *Schnellbrief* do Ministério da Propaganda a embaixada alemã no Rio de Janeiro, de 26 de fevereiro de 1938, arquivado no *Inland II A/B – Schaffung einer südamerikanischen antibolschewistischen Achse - Brasilien, Argentinien und Chile – 1937 a 1940* (criação de um eixo sul-americano anti-bolchevista), com o código de arquivamento: **R-99522** do PAAA.

²⁷⁶ *Schnellbrief* do Ministério da Propaganda à embaixada alemã no Rio de Janeiro, de 29 de abril de 1938, arquivado no *Inland II A/B – Schaffung einer südamerikanischen antibolschewistischen Achse - Brasilien, Argentinien und Chile – 1937 a 1940* (criação de um eixo sul-americano anti-bolchevista), com o código de arquivamento: **R-99522** do PAAA.

²⁷⁷ Carta, nº 1927 6/3 7, 8 de junho de 1938, arquivado no *Inland II A/B – Schaffung einer südamerikanischen antibolschewistischen Achse - Brasilien, Argentinien und Chile – 1937 a 1940* (criação de um eixo sul-americano anti-bolchevista), com o código de arquivamento: **R-99522** do PAAA.

²⁷⁸ Idem, nota anterior.

²⁷⁹ Documentação da pasta *Inland II A/B – Schaffung einer südamerikanischen antibolschewistischen Achse - Brasilien, Argentinien und Chile – 1937 a 1940* (criação de um eixo sul-americano anti-bolchevista), com o código de arquivamento: **R-99522** do PAAA.

²⁸⁰ Carta, nº 1927 7/37, 19 de agosto de 1938, arquivado no *Inland II A/B – Schaffung einer südamerikanischen antibolschewistischen Achse - Brasilien, Argentinien und Chile – 1937 a 1940* (criação de um eixo sul-americano anti-bolchevista), com o código de arquivamento: **R-99522** do PAAA.

Itália.²⁸¹ No livro *III Reich* (1968, p. 15) consta que a exposição foi adiada em função do contexto das relações diplomáticas do período, fato que não foi confirmado pela correspondência. Assim, encerraram-se todas as tratativas diplomáticas sobre o combate ao comunismo.

O Brasil não assinou o tratado com a Alemanha, a Itália e o Japão para as ações de combate ao comunismo, mas aceitou ajuda na divulgação dos ideais *Anti-Comintern*, isto é, utilizou material alemão e italiano, em novembro de 1938, para mostrar que o comunismo era negativo.

2.8 CONCLUSÃO PARCIAL

A chegada e a apresentação do embaixador alemão Karl Ritter, para assumir seu posto diplomático no Rio de Janeiro, coincidiu com o recente estabelecimento do Estado Novo e as conseqüentes ações nacionalizadoras. Neste contexto, a embaixada alemã executou a sua tarefa, fez um acompanhamento atento dos rumos da política interna brasileira, enviando os resultados destas observações ao *Auswärtiges Amt*. Nos meses próximos ao ocorrido, os relatórios sobre a política interna eram quase diários, já nos meses seguintes a periodicidade entre um e outro relatório foi aumentada, tornando-se mensal, porque o governo já estava mais consolidado e outros assuntos passaram a exigir atenção. Em novembro de 1937, a diplomacia germânica já apontava para a possibilidade de uma Campanha de Nacionalização e da proibição dos partidos políticos. Quer dizer, naquele momento as circunstâncias apontavam para essas alterações na política interna, contribuindo para isto, as concepções de identidade nacional, que até então haviam sido discutidas entre os intelectuais, transformando-se em política governamental.

O contexto pós-criação do Estado Novo lançou névoa sobre os rumos a serem adotados pelo governo e a sua política interna, bem como sobre a forma com que seria conduzida a sua política externa. Logo, os diplomatas alemães fizeram conjecturas do que

²⁸¹ Tucci Carneiro (1999, p. 332) baseou-se nas informações de um ofício de Odete de Carvalho e Souza, encarregada da orientação da exposição anticomunista, para Carlos de Ouro Preto.

poderia vir a acontecer com este novo governo, sinalizando, entre outros, para uma possível aliança com os integralistas, bem como para a efetivação de uma Campanha de Nacionalização. Neste sentido, a Campanha de Nacionalização do governo brasileiro já estava sendo iniciada em dezembro de 1937. Algumas medidas nacionalizadoras atingiram os núcleos coloniais de descendentes de imigrantes; outras, os cidadãos estrangeiros que moravam provisoriamente em território brasileiro. Na historiografia brasileira e alemã, a Campanha de Nacionalização geralmente é apontada como um dos motivadores do conflito entre a diplomacia alemã e o governo brasileiro, fato que o presente estudo questiona, pois conforme documentação apresentada neste capítulo, pode-se afirmar que Ritter não era favorável nem estava contente com as medidas nacionalizadoras do governo brasileiro que atingiram as comunidades de descendentes de imigrantes alemães, mas também nada fez de incisivo junto às autoridades nacionais para intervir, e, naquilo que se refere à educação, defendeu a aceitação das leis nacionalizadoras. Não se pode negar que o embaixador alemão tentou, junto com o AA, que a imprensa alemã noticiasse a Campanha de Nacionalização, em janeiro de 1938, mas esta solicitação não obteve êxito, fato que o fez silenciar sobre ações que afetaram os de ascendência germânica. Sendo assim, conclui-se que a Campanha de Nacionalização efetivada, principalmente no período em que o embaixador alemão no Brasil era Karl Ritter, nas comunidades de descendentes de imigrantes alemães não constituiu um grande entrave nas relações diplomáticas entre Alemanha e Brasil. No entanto, quando se tratou de ações de autoridades políticas ou policiais em detrimento dos *Reichsdeutsche*, ou quando a Campanha de Nacionalização atingia esse grupo, Ritter interveio em defesa junto ao governo brasileiro, uma vez que este tipo de atividade fazia parte das suas funções como embaixador alemão no Brasil.

Um dos temas recorrentes nas audiências ou correspondências entre a Embaixada Alemã no Rio de Janeiro e o governo brasileiro era a ofensiva que a imprensa brasileira estava empreendendo contra o governo alemão e contra seus cidadãos. Ritter argumentava que a imprensa alemã, até fins de abril de 1938, não havia publicado notícias que difamavam a imagem do governo ou do povo brasileiro, nem mesmo as reportagens sugeridas por este sobre a Campanha de Nacionalização foram publicadas.

Em 1938, a Alemanha continuava concentrando sua atenção na representação diplomática na Europa. Entretanto, a América passou a ter uma importância maior, pois era o segundo continente com o maior número de postos diplomáticos. Após a anexação da Áustria, em março de 1938, houve uma nova alteração, uma vez que os postos da diplomacia alemã

neste país deixaram de existir, diminuindo ainda mais a diferença entre a Europa e a América. Neste contexto, ressalta-se que o interesse da Alemanha passou a recair sobre a América Latina, já que houve uma maior permanência dos postos diplomáticos ali existentes. O Brasil era o país americano com maior número de diplomatas alemães, fato que vem demonstrar a dimensão de sua representatividade. No entanto, esta presença, muitas vezes, foi entendida como uma forma de implantar os ideais germânicos de expansão territorial, ou seja, a idéia da grande Alemanha. Todavia, tendo como base a documentação arquivada no *Auswärtiges Amt*, essa idéia não tem sustentação.

As ações da Campanha de Nacionalização, no que se refere à educação dos cidadãos alemães, inicialmente, foi um entrave nas relações entre Alemanha e Brasil. Isto porque a diplomacia entendia que cidadãos alemães deveriam receber ensino na língua alemã. A estrutura administrativa do governo também entendia da mesma forma, tanto que decretou que os professores alemães que atuavam no estrangeiro deveriam ser avaliados pelo *Auswärtiges Amt* (Ministério das Relações Exteriores da Alemanha), *Auslandsorganisation der NSDAP* (Organização do partido nazista no exterior) e *Reichserziehungsministerium* (Ministério da Educação). No entanto, esta interferência acontecia nas escolas com mais alunos, porque estes recebiam professores vindos da Alemanha. Geralmente estas se localizavam nas cidades metropolitanas ou de comunidades formadas por *Reichsdeutsche*. Entretanto, em abril de 1938, já havia uma determinação do embaixador e dentro do AA de que todas as escolas alemãs existentes no Brasil deveriam seguir as leis brasileiras. Sendo assim, estas escolas deveriam ensinar em português e seus diretores deveriam ter cidadania brasileira, fato que dificultou em muito o trabalho dos professores vindos da Alemanha e impediu que os órgãos partidários e governamentais alemães gerenciassem as escolas alemãs no Brasil. Por esta razão, o tema educação deixou de ser abordado pelo embaixador nas negociações com o governo brasileiro, a partir de fins de abril de 1938. Portanto, foi um assunto a menos para dificultar as relações diplomáticas.

O grande problema deste período foram as detenções de cidadãos alemães em solo brasileiro e a proibição do partido nazista. Estas ações centralizavam todas as discussões de Ritter junto ao governo brasileiro. A detenção dos *Reichsdeutsche*, somente poderia ser questionada pela diplomacia alemã, pois tratava-se de estrangeiros em solo brasileiro. Estas duas questões intensificaram-se nos meses seguintes.

Entretanto, neste período, alguns fatores favoreceram as relações entre os dois países, como o comércio. Os problemas políticos não atingiram as relações comerciais, visto que

houve um crescimento da demanda tanto na importação quanto na exportação do Brasil com a Alemanha. Em parte, isso se deve a Ritter, o qual possuía grande conhecimento na área econômica, porque, de 1925 a 1937, exercera funções dentro do Departamento de Economia do AA, chegando a ser o diretor. O principal interesse das relações exteriores da Alemanha com o Brasil era o econômico, pois um dos assuntos levantados nos relatórios diplomáticos era o medo de perder o mercado brasileiro. Relatavam-se todos os movimentos dos EUA para restringir as relações entre Alemanha e Brasil, já que havia o medo da influência estadunidense. Confirmando a teoria dos dois blocos de poder, um que girava em torno do EUA e outro em torno da Alemanha.

A doação do governo brasileiro de 2.000 sacas de café para o auxílio de inverno (*Winterhilfswerk*) durante o Estado Novo talvez tenha amenizado algumas das opiniões da diplomacia alemã sobre Vargas. No entanto, esta é apenas uma hipótese, pois não existe nenhum documento dando subsídios para se fazer uma afirmação categórica sobre esse tema. Entretanto, é instigante que esta doação tenha sido feita no período das primeiras ações de detenção dos partidários da NSDAP no Brasil. A doação é peculiar e causou problemas para Ritter, pois este não seguiu os trâmites governamentais da Alemanha.

Ainda, um aspecto que se tornou mais um elo de união do que de divergências foram as questões militares e policiais. O contrato para a aquisição de armas das empresas Krupp foi considerado uma vitória, tanto para os militares brasileiros, que estavam desejosos em aparelhar o exército, quanto para o governo alemão, que tinha estreitado mais as relações com o Brasil após ter vencido a concorrência com a Inglaterra e os Estados Unidos. Em síntese, as relações comerciais e militares foram fatores que aproximaram as relações diplomáticas entre ambos os países.

O serviço militar para os jovens com dupla cidadania (*Reichsdeutsche* e brasileiros), aos poucos, foi sendo deixado de lado. Os motivos não estão bem claros, mas pode ter sido o fato de que o exército alemão possibilitou aos seus cidadãos que morassem no estrangeiro serem liberados, em função dos altos custos, ou porque as leis brasileiras passaram a detalhar a definição de nacionalidade brasileira. De qualquer forma, as divergências sobre este assunto foram amenizadas, deixando de ser um problema nas relações diplomáticas, mesmo que não houvesse, oficialmente, um desfecho para a questão. Sobre as ações anti-comunistas, o Brasil acabou não assinando o tratado com a Alemanha, a Itália e o Japão, mas aceitou ajuda na divulgação dos ideais defendidos por estes países.

Nesta conjuntura, é interessante diagnosticar quais as informações que foram enviadas a mais de um departamento ou até mesmo para o gabinete de Hitler, até início de maio de 1938. Esta análise evidencia os temas que tiveram maior repercussão dentro do AA, pois estes mereceram ser enviados a outros setores, além da seção responsável pela matéria. Os assuntos em destaque foram os relatórios sobre a situação da política interna brasileira, as primeiras ações nacionalizadoras nos estados de Santa Catarina e Paraná que atingiram os cidadãos alemães, as detenções de cidadãos alemães, a informação fornecida por Aranha da possível proibição da NSDAP em toda a América e ações *Anti-Comintern*. Em síntese, pode ser dito que, para o AA, interessava a política interna brasileira, as ações brasileiras contra cidadãos alemães e o partido nazista, e a política do *Anti-Comintern*. Neste sentido, confirmou-se que a posição de Ritter estava em sintonia com os objetivos considerados relevantes pelo AA. Outro dado instigante é que a partir da metade de maio de 1938, o número de documentos que foram enviados a diversos departamentos dentro do AA foi muito maior.

Por fim, em princípios de 1938, apresenta-se o seguinte quadro: o Brasil tornou-se o país com mais postos da diplomacia alemã na América. Ao mesmo tempo, Ritter, no desempenho das suas funções como embaixador, teve de resolver situações problemáticas, como as detenções de cidadãos alemães, as reportagens negativas sobre a Alemanha e seus cidadãos na imprensa brasileira e a proibição da NSDAP. De outro lado, o comércio, a doação de café e a cooperação militar e policial estreitaram as relações entre ambos os países. Outros assuntos, como o serviço militar para indivíduos com dupla cidadania foi sendo abandonado nas negociações diplomáticas, já que aos poucos, estavam sendo detalhada na legislação brasileira.

A partir do golpe integralista de maio de 1938, a crise diplomática entre Alemanha e Brasil volta a se intensificar, de forma que houve um aumento considerável na produção de relatórios e outros documentos, tanto entre o Embaixador Alemão no Rio de Janeiro, quanto dentro do AA. A crise foi tão intensa que em setembro de 1938 os embaixadores da Alemanha e do Brasil foram considerados *persona no grata*. Esse assunto será abordado no próximo capítulo.

3 TEMPOS DE TENSÕES DIPLOMÁTICAS

Durante o ano de 1938, dentro do AA, houve mudanças nos cargos de chefias. Em 4 de fevereiro deste ano, Ullrich Friedrich Willy Joachim von Ribbentrop foi nomeado ministro das Relações Exteriores da Alemanha, substituindo Konstantin Freiherr von Neurath, que desempenhara esta função desde junho de 1932, isto é, antes de Hitler ser chanceler. Conforme analisado no primeiro capítulo, há duas explicações para esta nomeação. Uma delas seria pelo desejo do ministro anterior em deixar o posto, e a outra seria uma determinação do *Führer*. O que se pode afirmar é que este ato possibilitou a Hitler uma maior interferência na política externa, uma vez que o novo ministro era partidário nazista desde 1931, e von Neurath havia se filiado somente em 1937, sendo que esta pode ter ocorrido apenas por pressão do contexto político da época e não por uma afinidade ideológica.

Uma outra alteração, em 1938, foi a nomeação, em abril, de Ernst Heinrich Freiherr von Weizsäcker²⁸² para *Staatssekretär* (Secretário de Estado), cargo logo abaixo ao nível hierárquico do ministro das Relações Exteriores.²⁸³ Em alguns documentos, o chefe do AO dentro do AA, Bohle, foi apresentado como *Staatssekretär*, mas este não desempenhava tal função, apenas seu cargo tinha este *status* formal. Isto ocorreu porque desde o surgimento deste cargo, fevereiro de 1937, Bohle estava subordinado diretamente ao ministro

²⁸² Ernst Heinrich Freiherr von Weizsäcker nasceu em 25 de maio de 1882 em Stuttgart e faleceu em 4 de agosto de 1951 em Lindau. Era diplomata de carreira e foi pai de Richard von Weizsäcker, presidente da Alemanha de 1984 a 1994. De 1 de abril de 1938 a 1943 foi *Staatssekretär* do *Auswärtigen Amt*. Em abril de 1938, filiou-se ao NSDAP e tornou-se um *SS-man* e depois foi promovido a *SS-Oberführer*. Na sua biografia tanto da enciclopédia Meyer on-line, <http://lexikon.meyers.de>, quanto na existente no site *das Deutsche Historische Museum*, <http://www.dhm.de/lemo/html/biografien/WeizsaeckerErnst/index.html>, consta que ele teve uma relação ambivalente com o regime nazista.

²⁸³ Até 21 de junho de 1936, o *Staatssekretär* foi Bernhard Wilhelm von Bülow, momento em que foi morto. Depois assumiu Hans-Georg von Mackensen, genro do ministro do Exterior von Neurath, que com a saída deste houve a troca de cargos (LOPES, 2008, p. 288 e 305).

das Relações Exteriores. Assim, nos primeiros meses do ano de 1938, houve alterações nos altos escalões do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, fato que também interferiu nas discussões da atuação diplomática no Brasil, a partir de maio deste ano. Enfim, essas alterações no quadro diplomático alemão se refletiram diretamente na burocracia interna desse órgão. Cabe salientar que todas as audiências dos embaixadores estrangeiros com o *Staatssekretär* eram registradas em relatórios arquivados no seu gabinete, resultando em várias pastas com este tema.²⁸⁴ Ao conhecer a organização interna do AA, foi possível analisar quem estava escrevendo, quem era o interlocutor e qual a finalidade da correspondência.

Enquanto ocorria essa reestruturação diplomática na Alemanha, a situação política brasileira também foi abalada pela tentativa do golpe integralista, em 10 de maio, cujos desdobramentos afetaram as relações entre Alemanha e Brasil. Após este atentado, a imprensa brasileira levantou pesadas suspeitas da participação de cidadãos alemães e da própria embaixada, além de que a polícia passou a intensificar a prisão destes nacionais. Todavia, o que foi este golpe? Em linhas gerais, os integralistas pretendiam tomar o poder, porque estavam impossibilitados de atuarem politicamente desde a proibição de todos os partidos políticos, em 2 de dezembro de 1937. Deste modo, seus dirigentes estavam relegados à marginalização. O golpe integralista, em si, foi eliminado depressa, no entanto, as prisões de *Reichsdeutsche* passaram a ocorrer em seguida. A partir deste acontecimento, além de continuar a tramitação corriqueira da correspondência da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro com o departamento IX de política, o escritório do *Staatssekretär*, Weizsäcker, também passou a conhecer, avaliar e encaminhar as conversações sobre a situação e a atuação diplomática alemã no Brasil, tanto que foi criada uma pasta específica e volumosa com correspondência do e sobre o Brasil no gabinete desta autoridade diplomática.²⁸⁵

Em um contexto de relações diplomáticas tensas, somou-se um segundo ingrediente, uma *indelicadeza* diplomática do embaixador Ritter em relação a Oswaldo Aranha. Essa situação evoluiu a tal ponto, que os embaixadores, Karl Ritter e José Joaquim de Lima e Silva Muniz de Aragão, passaram a ser considerados *personae non gratae* nos países em que

²⁸⁴ Essas pastas foram arquivadas seguindo a ordem cronológica, mas, atualmente, para a pesquisa, no *Findbuch* (índice), encontram-se separadas por país. Sobre as audiências dos embaixadores brasileiros entre 1937 e 1942, ver pastas **R-29827**, **R-29829**, **R-29830**, **R-29834**, **R-29836** e **R-29837** do PAAA.

²⁸⁵ Documentos arquivados dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta nomeada de *Brasilien* compreendendo o período de maio de 1938 a fevereiro de 1942 (*Band 1*), com código de arquivamento: **R-29548** do PAAA. O *Band 2*, também aborda o período do corte das relações diplomáticas e da declaração de guerra do Brasil à Alemanha, isto é, março de 1942 a agosto de 1943.

atuavam. Esse capítulo aborda esses conflitos e a tentativa posterior de uma reaproximação diplomática.

3.1 TENTATIVA DO GOLPE INTEGRALISTA: CONSEQÜÊNCIAS

A tentativa de golpe integralista foi um fator de intensa tensão nas relações entre Alemanha e Brasil. Na imprensa brasileira houve a veiculação de reportagens, sugerindo a participação de cidadãos alemães e de que o governo alemão tivesse financiado esta atividade. Outra conseqüência deste episódio foram as prisões de *Reichsdeutsche*. O contexto pós 10 de maio exigiu de Ritter e do AA a representação ativa junto ao governo brasileiro, resultando em um conseqüente desgaste nas relações políticas.

Na historiografia, alguns pesquisadores vêm apontando que não existem fatos que comprovem a ligação da organização partidária ou do governo alemão neste golpe (DIETRICH, 2007; CRUZ, 2004; GERTZ, 1987, p. 125 e ss; HARMS-BALTZER²⁸⁶, 1970, p. 93).²⁸⁷

3.1.1 Na imprensa

Havia a divulgação na imprensa brasileira, desde fins de 1937, de uma campanha contra a Alemanha. Provavelmente, na avaliação de Ritter, o episódio do golpe integralista, embora frustrado, representasse o momento ideal para expor na imprensa alemã a situação política brasileira. Ritter, nas primeiras horas de 11 de maio, informou o ocorrido por telegrama, sugerindo que a imprensa alemã noticiasse o acontecimento, demonstrando o descontentamento em função da submissão brasileira às regras dos Estados Unidos e a traição

²⁸⁶ A autora afirma que a documentação não deixa claro se houve ou não a participação do governo alemão (HARMS-BALTZER 1970, p. 93).

²⁸⁷ Mesmo Kossok (1961), que afirma que houve colaboração entre autoridades nazistas com integralistas, não atribuiu essa colaboração a uma política governamental.

sofrida pelo movimento integralista, além de sugerir manchetes chamativas. Esta correspondência dentro do AA foi enviada para 16 departamentos.²⁸⁸ No dia seguinte, Ritter enviou um relatório com o mesmo teor do telegrama, porém, desenvolvendo mais o assunto. Também relatou a existência de boatos sobre a participação alemã no golpe.

Ritter observou que este contexto deterioraria ainda mais a imagem da Alemanha.²⁸⁹ Em 14 de maio, Ritter informou que os jornais estavam noticiando que a Alemanha teria financiado a revolta integralista.²⁹⁰ Cada uma destas notícias estava complicando o já delicado clima das relações diplomáticas.

Em Berlim, o AA já estava intervindo para auxiliar nas negociações. O *Staatssekretär*, Weizsäcker, em audiência com o embaixador brasileiro, conforme telegrama enviado a Ritter, solicitou que fossem tomadas medidas contra os jornais brasileiros que estavam publicando reportagens que difamavam a imagem da Alemanha. Além disso, também, informou ter dado total aprovação aos atos do embaixador alemão no Brasil, e de que havia sido seguida a proposta de Ritter, em fazer uma campanha mais dura na imprensa alemã.²⁹¹ Provavelmente, esse contexto tenha acirrado ainda mais os ânimos dos envolvidos, nos dois países.

O governo brasileiro, na pessoa de Osvaldo Aranha, produziu em 17 de maio, isto é, dias pós-tentativa do golpe integralista e momento em que se suspeitava da participação de cidadãos alemães no mesmo, um ofício respondendo à correspondência de Ritter (citado no capítulo anterior).²⁹² Nele constava:

não está nos hábitos da imprensa brasileira fazer campanha sistemática contra país algum, muito menos contra um país com o qual desejamos continuar mantendo as melhores relações de amizade. A censura oficial tem,

²⁸⁸ Telegrama nº 61, enviado em 11 de maio de 1938, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

²⁸⁹ Relatório B5 (continuação) Pol IX 762, enviado em 12 de maio de 1938, arquivado tanto dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA, quanto no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA. Também consta no livro *III Reich* (1968, p. 47 a 49).

²⁹⁰ Telegrama nº 64, enviado em 14 de maio de 1938, Pol IX 740, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

²⁹¹ Telegrama nº 89, enviado do AA para a embaixada no Rio de Janeiro em 14 de maio de 1938, Pol IX 735, em resposta ao telegrama nº63 arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

²⁹² Versão em alemão da carta enviada por Ritter a Osvaldo Aranha em 10 de maio de 1938, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

aliás, instruções severas para impedir, nos nossos jornais, qualquer referência que se possa considerar injuriosa a qualquer povo amigo ou a qualquer chefe de governo estrangeiro. Se, nos últimos dias, houve, na nossa imprensa, alguma manifestação mais veemente com relação a cidadãos alemães, a propósito do recente golpe tentado contra o governo brasileiro, tais manifestações, perfeitamente justificáveis, foram motivadas pelo fato de se haver tornado conhecida a participação ou aparência de participação dos referidos cidadãos no mencionado golpe.²⁹³

O que fica demonstrado é que, o governo brasileiro estava justificando a atitude da imprensa. Com isto, a tensão entre as representações diplomáticas acabou se intensificando.

Em 16 de maio, Ritter informou que a imprensa brasileira havia noticiado de que até o embaixador alemão era suspeito de participação do golpe integralista. Ele relatou ao AA que desmentiu esta afirmação e a de que a Alemanha teria participado de todo o movimento. Este tema passou a ter, cada vez mais, repercussão dentro do AA, tanto que o documento onde se encontravam estes informes foi enviado a 10 departamentos diferentes.²⁹⁴

Na tentativa de auxiliar na questão, Weizsäcker relatou a Ritter a conversa com o Embaixador Brasileiro em Berlim, Muniz de Aragão, ocorrida em 17 de maio.²⁹⁵ Muniz de Aragão havia garantido que as reportagens, sobre a participação alemã no golpe integralista, estavam sendo publicadas em jornais de segunda categoria e não expressavam a opinião do governo brasileiro. No entanto, a polícia brasileira tinha informações de que, ou um cidadão alemão, ou uma pessoa de ascendência alemã, havia participado do golpe. Weizsäcker insistiu na necessidade do governo brasileiro em desmentir a participação governamental alemã neste acontecimento.²⁹⁶

Novamente, em 18 de maio, Muniz de Aragão participou de uma audiência com Weizsäcker. Nela, o *Staatssekretär* tinha em mãos os telegramas de Ritter, que relatavam as reportagens negativas sobre a Alemanha e sobre a participação de cidadãos alemães na

²⁹³ Cópia do ofício de 17 de maio de 1938, tendo como numeração brasileira NP/58/500.1, que foi enviada com o relatório B5 (continuação) Pol IX 822, de 19 de maio de 1938, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

²⁹⁴ Telegrama nº 67, enviado em 16 de maio de 1938, Pol IX 749, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA e dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

²⁹⁵ Esta audiência foi descrita no documento Pol IX 747, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

²⁹⁶ Telegrama nº 94 de 17 de maio de 1938, arquivado tanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA, quanto no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation* com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA.

tentativa de golpe integralista. O embaixador brasileiro reiterou a informação de que as reportagens anti-Alemanha não representavam a opinião do governo brasileiro, e que as mesmas tinham sido impressas em jornais de segunda classe, mas que o governo já tinha tomado medidas para que os comentários jornalísticos fossem mais amistosos. Ainda solicitou que a imprensa alemã atenuasse seu discurso. Weizsäcker exigiu que o governo brasileiro negasse, sem reservas, a participação do governo alemão e de seus cidadãos na tentativa de golpe integralista. Também, informou ao Embaixador Brasileiro em Berlim, que a diplomacia alemã protegia os interesses dos seus cidadãos; no entanto, a opinião pública alemã não ficou indiferente quando foi transmitida a informação de que descendentes de imigrantes foram perseguidos por causa da sua origem.²⁹⁷ Esta fala demonstra que a sugestão feita por Ritter, em janeiro de 1938, abordada no capítulo anterior, foi executada em maio deste ano. Percebe-se que as campanhas na imprensa alemã e brasileira foram uma das formas de pressão nas relações diplomáticas e que estas estavam desagradando a ambos os países.

Ritter comunicou, em 21 de maio, que o governo brasileiro havia distribuído o seguinte comunicado: “Parte da imprensa brasileira assegurou que firmas e nacionais alemães participaram ou emprestaram apoio aos acontecimentos de 11 de maio no Rio de Janeiro. As autoridades brasileiras competentes declararam que até o presente não tem nenhuma prova que sustente essa afirmativa”. Na seqüência do telegrama, Ritter considerou encerrada esta questão, mas ainda questionou as palavras utilizadas no comunicado brasileiro, pois para ele não demonstrou que o governo estava insatisfeito ou contrariado com as notícias impressas anteriormente e que deixava a suspeita em aberto. Também afirmou que para a Alemanha, o mal-entendido gerado pelas reportagens era um tema importante, enquanto que para o governo brasileiro este era abordado num plano secundário. Todavia, em seu entendimento, este assunto deveria ser deixado de lado, para concentrar as negociações em questões econômicas.²⁹⁸ Esta correspondência foi enviada para 16 diferentes departamentos dentro do AA e gerou uma circular do *Deutsche diplomatisch-politische Korrespondenz*, que reproduziu

²⁹⁷ Documento interno do AA de 18 de maio de 1938, assinado por Weizsäcker, arquivado no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com código de arquivamento: **R-27196** do PAAA. Também consta no livro *III REICH* (1968, p. 65 a 67).

²⁹⁸ Telegrama nº 79, Pol IX 800, de 21 de maio de 1938, arquivado tanto dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA. Interessante que o livro *III Reich* (1968, p. 67) apresenta em nota de rodapé o comunicado do governo brasileiro feito nesta data.

o comunicado brasileiro e o contexto da situação desde o golpe de 10 de maio.²⁹⁹ Para Ritter, o texto publicado na correspondência diplomática (*Deutsche diplomatisch-politische Korrespondenz*) não esclareceu alguns pontos que ele havia abordado na carta de 21 de maio.³⁰⁰ Assim, foram encerradas as correspondências sobre este assunto. Interessante observar que, em 25 de junho de 1938, Severo Fournier, de ascendência italiana, foi acusado de participação no atentado do golpe integralista e ganhou asilo político na embaixada italiana no Rio de Janeiro. Dessa forma, passado mais de um mês em que se difundira que cidadãos alemães e a própria embaixada alemã tivessem participado do golpe, foi comprovada a participação de pessoas com descendência italiana, grupo que nem havia sido mencionado nas reportagens e nas suspeitas logo após o ocorrido.³⁰¹

3.1.2 Prisões de cidadãos alemães

As prisões de cidadãos alemães estavam ocorrendo desde dezembro de 1937, por sua vinculação política. Perazzo (1999, p. 199) concluiu que havia uma prática policial, desde esta época, contra alemães em geral, transformando-os “em suspeitos em potencial de ameaça à segurança nacional”. No entanto, após a tentativa do golpe integralista, as prisões destes indivíduos no Rio de Janeiro e em São Paulo tiveram mais um argumento, o da participação no referido golpe. Em 13 de maio, Ritter escreveu ao AA solicitando orientações de como a embaixada deveria proceder e informando das prisões de cidadãos alemães e da propaganda dos Estados Unidos acusando alemães de terem organizado a revolta integralista. Este documento foi novamente enviado a 16 diferentes departamentos dentro do AA.³⁰² Merece destaque a informação de que o reenvio de documentação não era um procedimento padrão, mas sim era um mecanismo utilizado em alguns assuntos. Importante neste contexto é a

²⁹⁹ Circular nº 91 do *Deutsche diplomatisch – politische Korrespondenz*, datado de 24 de maio de 1938, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

³⁰⁰ Telegrama nº 82, de 25 de maio de 1938, arquivado tanto dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

³⁰¹ Para maiores detalhes consultar obras de Seitenfus (2003), Gertz (1987) e Harms-Baltzer (1970), entre outros.

³⁰² Telegrama nº 63, enviado em 13 de maio de 1938, Pol IX 735, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX* na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

resposta dada por Weizsäcker, pois este diplomata relatou que recebeu naquele dia, 14 de maio, o embaixador brasileiro, momento em que afirmou que poderiam ser afetadas as relações entre os dois países caso o governo brasileiro não voltasse atrás nas medidas tomadas contra cidadãos alemães.³⁰³ Ao final do telegrama, Weizsäcker afirmou que: “A importância dos valores que estão em jogo, isto é, o respeito e a conservação do *Deutschtum* exigem uma linguagem clara” (Figura 5, trecho do documento em questão, página 3 e 4). Vale salientar que na minuta do telegrama a frase em questão tinha uma redação diferente, que foi riscada e reescrita, em parte à mão, resultando na redação citada anteriormente. A redação da frase inicial, que foi riscada, é “o respeito e a conservação do *Deutschtum* passam a ocupar uma segunda linha”. Neste sentido, percebe-se que havia divergências que fizeram, ou o autor mudar a redação, ou havia uma inconstância na própria posição de Weizsäcker frente ao *Deutschtum*.³⁰⁴

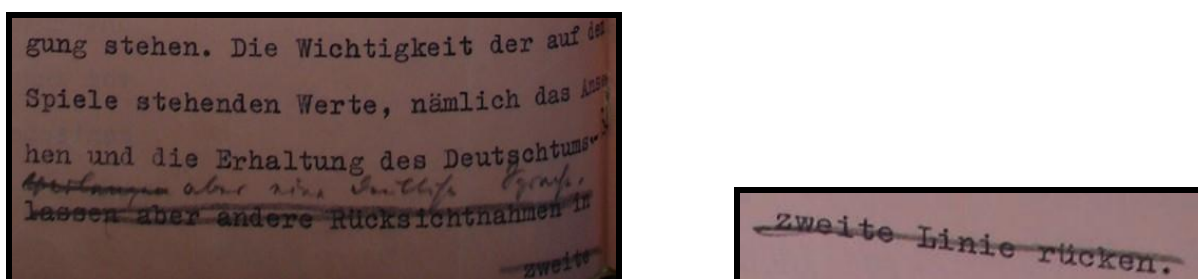


Figura 5 - Parte do telegrama nº 89

Fonte: fim da página 3 e início da página 4 do telegrama nº 89, 14 de maio de 1938, Pol. IX 735, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.36 a 5.38 – *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

No livro *III Reich* (1968, p. 53-54), está a tradução de todo o documento, porém o citado parágrafo não confere com o original. Observa-se que os tradutores, talvez em função do contexto de pós-guerra existente na época nos Estados Unidos, se equivocaram e traduziram a frase em questão como “A importância do que está em jogo, ou seja, o prestígio e a preservação da colônia alemã no Brasil, requer, entretanto que se fale francamente”. Esta

³⁰³ O relatório sobre esta audiência, 14 de maio de 1938, consta em duas pastas específicas no *Büro des Staatssekretärs*, uma delas denominada *Brasilien-Botschafter: Lima e Silva*, com o código de arquivamento: **R-29827** do PAAA e a outra *Brasilien Band 1*, com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA. Este relatório foi enviado a 6 departamentos diferentes dentro do AA.

³⁰⁴ Telegrama nº 89, enviado do AA para a embaixada no Rio de Janeiro em 14 de maio de 1938, Pol IX 735, em resposta ao telegrama nº 63 arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

redação possibilita e reforça, aos leitores que não conhecem os documentos originais, a hipótese de que a Alemanha queria ter uma colônia territorial no Brasil, assunto abordado no segundo capítulo.

Desde o golpe integralista, Ritter tanto informava ao AA como estava cada processo de prisão dos cidadãos alemães, quanto solicitava ao governo brasileiro a liberação destes compatriotas. Foram enviados relatórios periódicos ao AA sobre a situação de alguns indivíduos que foram presos, como Wilhelm Koenig.³⁰⁵

Ritter, por solicitação do AA, em 17 de maio de 1938, enviou um levantamento de todas as ações que atingiam diretamente todos os cidadãos alemães. Analisando inclusive as pessoas que foram presas no ano de 1938, por questões políticas, sem dar destaque aos considerados envolvidos no golpe integralista.³⁰⁶

Em 18 de maio, Ritter encaminhou dois telegramas seguidos, relatando principalmente as prisões de *Reichsdeutsche* e as reportagens negativas sobre a Alemanha.³⁰⁷ O primeiro telegrama foi enviado a 16 departamentos diferentes dentro do AA. No dia 20 de maio, Weizsäcker escreveu a Ritter que na audiência com Muniz de Aragão, embaixador brasileiro, no dia 18 de maio, teve em mãos os telegramas anteriores e conversou sobre todas as questões apontadas.³⁰⁸ Neste sentido, exigiu que fossem libertados todos os cidadãos alemães cuja culpa não fosse comprovada. O relatório da audiência do Embaixador Brasileiro em Berlim foi enviado a 5 diferentes departamentos dentro do AA.³⁰⁹

³⁰⁵ Ofício de 14 de maio de 1938, de Ritter para Osvaldo Aranha, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

³⁰⁶ Relatórios de Ritter para o AA, datados de 17 e 18 maio de 1938, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (7.1938 a 11.1938, *Band 3*), com o código de arquivamento: **R-104941** do PAAA. Interessante esclarecer que o arquivamento foi organizado conforme a chegada do documento em Berlim, por isto um documento escrito em maio consta numa pasta de julho.

³⁰⁷ Telegrama n° 74 e 75, numerados como Pol IX 774, de Ritter para o AA, enviado em 18 de maio de 1938, arquivados dentro do *Büro des Staatssekretärs – Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA. O telegrama n° 74 também está arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

³⁰⁸ Telegrama de 20 de maio de 1938, Pol IX 789, de Weizsäcker a Ritter, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs – Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

³⁰⁹ Memorando interno do AA de 18 de maio de 1938, assinado por Weizsäcker, arquivado em dois diferentes setores do AA, no entanto em três pastas diferentes, no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation* com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA, no *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (*Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA e no *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien, Botschafter: Lima e Silva*, com o código de arquivamento: **R-29827** do PAAA. Também consta a tradução no livro *III Reich* (1968, p. 65 a 67).

No dia 19 de maio de 1938, o cônsul-geral alemão de São Paulo enviou um relatório detalhado à Embaixada Alemã no Rio de Janeiro, sobre os indivíduos considerados envolvidos, naquele estado, na revolta de 10 de maio. Este relatório tinha 47 páginas, divididos em texto principal e mais 14 anexos, onde foram apresentados dados minuciosos sobre o desenrolar dos acontecimentos com estes sujeitos, nos 8 dias que se seguiram ao atentado integralista. Este relatório, em 26 de maio, foi enviado do Rio de Janeiro para o AA. Uma informação interessante é a de que o texto principal desse relatório está arquivado em 3 departamentos diferentes dentro do AA, além de que num deles consta de forma não legível que foi distribuído em mais departamentos.³¹⁰ O reenvio desta correspondência e de outras sobre as detenções de cidadãos alemães demonstram a importância dada a estes acontecimentos.

Em Berlim, o AA estava conversando com o embaixador brasileiro sobre todas as questões relatadas por Ritter, além de estarem sendo sistematizadas informações sobre as ações do governo brasileiro em relação aos *Reichsdeutsche*.³¹¹ Sendo assim, percebe-se que a atuação de Ritter era similar à executada pelo AA, e que houve um movimento, tanto no Rio de Janeiro quanto em Berlim, para sistematizar e reivindicar os direitos dos cidadãos alemães.

A partir de junho de 1938, as prisões de cidadãos alemães foram interrompidas e percebe-se que conversações sobre as conseqüências do golpe integralista foram encerradas. Nesse contexto, é interessante que em 31 de janeiro de 1939, a Embaixada Alemã no Rio de Janeiro informou ao AA que havia sido preso Plínio Salgado, líder integralista.³¹² O que chama a atenção neste documento é que o mesmo foi enviado, pelo AA, para algumas autoridades alemãs, entre elas as forças armadas, Ministérios da Propaganda, do Interior e da Economia, ao partido nazista e ao Volmi.³¹³ Esse documento foi o único que de alguma forma abordou a posição de Plínio Salgado, demonstrando que, se houve conversações ou uma

³¹⁰ Relatório, Pol IX 882, enviado do Consulado Geral de São Paulo para a embaixada alemã em 19 de maio de 1938 e da embaixada para o AA em 26 de maio, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA, dentro do *Völkerrecht*, na pasta *Verhandlungen mit fremde Länder über den Abschluss von Staatsverträgen (Brasilien - 1938)*, com código de arquivamento: **R-42825** do PAAA e no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA.

³¹¹ Relatórios internos do AA, datados de maio de 1938, arquivados dentro do *Politische Abteilung IX* na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

³¹² No entanto, na biografia deste personagem no DHHB, consta que ele foi preso em maio de 1939 e, um mês depois, enviado para um exílio de seis anos em Portugal.

³¹³ Relatório B5a, Pol IX 226, 31 de janeiro de 1939, arquivado dentro do *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA.

aproximação da diplomacia alemã com o integralismo, estas ocorreram de forma informal, sem um registro.

3.2 RELAÇÃO DE RITTER COM O AUSWÄRTIGES AMT

Ritter, como diplomata, desejava saber de como seus superiores hierárquicos compreendiam seus atos, por isto em 12 de maio, escreveu a Weizsäcker o questionando sobre este assunto.³¹⁴ Entretanto, este documento encontra-se arquivado somente no departamento de política, e não nas pastas do *Staatssekretär*, talvez porque esta carta havia sido perdida nos trâmites do correio.

Possivelmente, por não ter obtido resposta da correspondência de 12 de maio e, em vista da tensão do momento, pois já havia passado quatro dias da tentativa de golpe integralista, em 14 de maio, Ritter escreveu um telegrama aos seus superiores hierárquicos. Nele informou que havia suspeitas da participação alemã no referido episódio e conclui a correspondência refletindo que: “a agitação contra a Alemanha conduzirá necessariamente à minha partida, e possivelmente até a um rompimento de relações diplomáticas”. Este documento, pela importância do seu conteúdo, foi enviado para 10 departamentos dentro do AA.³¹⁵

Na tentativa de responder ao telegrama de Ritter, de 14 de maio, Weizsäcker solicitou, no dia 16 de maio, via telegrama, que Ritter enviasse ao ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Joachim von Ribbentrop, a sua opinião sem reservas, se houve o envolvimento de algumas pessoas na tentativa de golpe integralista que poderiam justificar as medidas brasileiras ou se, realmente, o governo brasileiro estava fazendo uma injustiça. Ao final afirmou que as relações entre Brasil e Alemanha eram muito importantes para o AA, e não se desejava agir energeticamente e tropeçar em objeções brasileiras. Neste documento, havia um

³¹⁴ Carta enviada em 12 de maio de 1938, Pol IX 775, arquivado tanto dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA, quanto no *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien (Band 1)*, com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

³¹⁵ Telegrama nº 64, enviado em 14 de maio de 1938, Pol IX 740, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA. No livro *III Reich* (1968, p. 55) também há a tradução deste documento.

carimbo de ultra-secreto, fato que demonstra a importância desta informação e das relações da Alemanha com o Brasil.³¹⁶ Ritter, via telegrama datado de 18 de maio, respondeu que não tinha conhecimento de nenhuma ação que justificasse as medidas adotadas pelo governo brasileiro e insistiu em ter permissão para insinuar ou ameaçar com a sua saída do posto diplomático ou com o corte de relações diplomáticas.³¹⁷ Consta-se, aqui, que o AA apresentava um tom mais amistoso, e Ritter era mais incisivo nas suas intervenções.

Em 20 de maio, Weizsäcker mandou uma carta pelo correio aéreo para Ritter; entretanto, não foi possível averiguar quando a mesma chegou à embaixada do Rio de Janeiro. Nela, o autor assegurou que, realmente, Ritter, como embaixador, se encontrava em uma posição difícil, visto que o Brasil, pelos indícios, ainda se encontrava na efervescência da revolução (*Revolutionsfieber*), e esperava-se que no avanço do processo houvesse um retorno à ordem e ao direito, possibilitando um acordo em bases sólidas.³¹⁸

3.2.1 A indelicadeza diplomática

A tensão nas relações diplomáticas foi intensificada após uma indelicadeza diplomática de Ritter. Esta foi comunicada ao protocolo do AA, em 25 de maio de 1938. Ritter relatou que, em 21 de maio, havia sido convidado por Osvaldo Aranha para um baile em homenagem ao ministro das Relações Exteriores do Chile, sendo que agradeceu e disse que não poderia dançar em um baile enquanto cidadãos alemães estavam presos injustamente. Na seqüência, Osvaldo Aranha afirmou que, neste sentido, o Embaixador Brasileiro em Berlim também passaria a não aceitar mais convites do governo alemão. Ritter respondeu que não era preciso dar estas instruções, pois o embaixador brasileiro não seria mais convidado, enquanto a NSDAP estivesse proibido no Brasil. Neste sentido, a carta solicitava ao protocolo

³¹⁶ Telegrama nº 91, de Weizsäcker respondendo ao telegrama 64 de Ritter, enviado em 16 de maio de 1938, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA. Também há a tradução dentro do *III Reich* (1968, p. 59 e 60), no entanto, há um pequeno erro, no livro consta telegrama 171, e, na verdade, é 71.

³¹⁷ Telegrama nº 71, de Ritter respondendo ao telegrama 91 de Weizsäcker, enviado em 18 de maio de 1938, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA. Também há a tradução no livro *III Reich* (1968, p. 61 e 62).

³¹⁸ Carta, Pol IX 775, enviado do AA para a embaixada Alemã em 20 de maio de 1938, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

do AA não enviar convites para a Embaixada brasileira e seu pessoal em Berlim. Interessante observar que, esta carta era endereçada ao protocolo, lá chegou em 31 de maio e recebeu uma numeração, no entanto, a mesma foi re-encaminhada ao departamento político, e lá foi arquivada e respondida.³¹⁹ Nesta seqüência de encaminhamento, percebe-se que Ritter não se preocupou em comunicar a seus superiores, mas sim apenas ao protocolo do AA, provavelmente, porque considerou que este ato não teria muita representatividade diplomática. Entretanto, o mesmo será o grande complicador no desempenho das funções diplomáticas.

Neste mesmo dia, 25 de maio, o Embaixador Brasileiro em Berlim foi questionar o AA sobre as falas de Ritter em 21 de maio. Não foi possível identificar a assinatura do diplomata que fez o relatório da visita de Muniz de Aragão. No entanto, o redator, conforme documento arquivado, ao justificar a ação de Ritter para Muniz de Aragão não o recriminou, apenas apontou a frustração do AA frente à prisão de cidadãos alemães no Brasil, a difícil situação do embaixador alemão frente a essas detenções e da necessidade de um comunicado brasileiro negando a participação alemã no golpe de 11 de maio (este item, provavelmente, foi utilizado porque este diplomata ainda não havia sido informado do comunicado do governo brasileiro de 21 de maio). Após relatar a audiência, o redator afirmou que havia sido comunicado a Ritter que este tipo de pressão ao embaixador brasileiro não estava nos planos da diplomacia alemã.³²⁰ Em 31 de maio de 1938, o ministro das Relações Exteriores da Alemanha, von Ribbentrop, solicitou, via telegrama, que Ritter fizesse uma *démarche*, e esta foi executada em princípio de junho (HARMS-BALTZER, 1970, p. 70 e 182). Baseando-se na documentação do AA, este foi o único momento em que o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha não respaldou as ações de Ritter.

Em 28 de maio, Ritter, após o incidente diplomático sobre os convites para festividades, fez um novo relatório, onde analisou a situação diplomática alemã. Nele, ressaltou que, se pessoalmente perdeu simpatia das autoridades brasileiras, no entanto a representação diplomática ganhou o respeito delas. Ritter observou que seria oportuno que ele retornasse para a Alemanha, ficando assim um período fora do Ministério das Relações Exteriores, pois imaginava que não seriam mais criadas situações complicadoras para os

³¹⁹ Relatório B7/7, de 25 de maio de 1938, arquivada dentro do Pol IX 887, em 31 de maio, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (5.1938 a 7.1938, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-104940** do PAAA.

³²⁰ Relatório, Pol IX 835, de 25 de maio de 1938, não foi reconhecida a assinatura, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (5.1938 a 7.1938, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-104940** do PAAA.

cidadãos alemães. Também relatou que, em fins de maio, foram fechadas escolas de outras nacionalidades, demonstrando assim que não se tratava de ações exclusivas contra as escolas alemãs. Concluiu a correspondência afirmando que Osvaldo Aranha tinha uma relação espiritual, política e de confiança com os EUA, e lutava contra a Alemanha, e que Vargas estava inclinado para uma relação econômica e financeira com a Alemanha. Este documento, em 20 de junho, foi enviado para as forças armadas, aos Ministérios da Propaganda e da Economia, ao AO e ao Volmi.³²¹ Observa-se que cada vez mais a documentação enviada por Ritter adquiria uma importância estratégica e que este personagem percebia que era necessária uma mudança, pois não estava mais conseguindo atuar diplomaticamente, tanto que, em 3 de junho, numa correspondência secreta ao ministro das Relações Exteriores da Alemanha, informou que estava sendo evitado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil.³²² Salienta-se que, no referente aos pólos de poder e a questão das afinidades dos ministros brasileiros, Ritter fez uma leitura da realidade contemporânea próxima à elaborada pela historiografia brasileira (SEITENFUS, 2003, p. 82-83; MOURA, 1980, p. 122 e ss., só para citar alguns).

Conforme Seitenfus (2003, p. 127 e 128), ao final de maio de 1938, Osvaldo Aranha sugeriu a Muniz de Aragão recomendar ao AA que somente com outro agente diplomático no posto da embaixada do Rio de Janeiro seria possível a manutenção das relações entre ambos os países. Entretanto, não existe nenhum documento, no arquivo do AA, relatando tal pedido ou a hipótese da substituição ser efetivada. Todavia, em 3 de junho, em correspondência interna do AA, o departamento político informou ao *Staatssekretär* que, no último relatório de Ritter, este solicitava retornar, mas não havia instruções para isto.³²³ Observa-se, em vários momentos, que Ritter percebia que estava difícil sua permanência no Brasil.

Em 9 de junho, Weizsäcker enviou uma correspondência a Ritter informando que não havia como sustentar a iniciativa tomada, a de deixar de convidar o Embaixador Brasileiro em Berlim para festividades. Relatou que o tema já havia sido motivo de audiências com os

³²¹ Relatório B5, Pol IX 952, datado de 28 de maio de 1938, arquivado dentro do *Auswärtiges Amt*, tanto no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA, quanto no *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (5.1938 a 7.1938, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-104940** do PAAA.

³²² Telegrama 92, de Ritter ao *Reichsminister*, de 3 de junho de 1938, com carimbo de *Ganz Geheim* (ultra-secreto), arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

³²³ Correspondência interna, do departamento político ao *Staatssekretär*, Pol IX 887 de 3 de junho de 1938, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (5.1938 a 7.1938, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-104940** do PAAA.

representantes diplomáticos do Brasil e do Chile, sendo que o último questionou se a atitude tinha a ver com alguma demonstração contrária ao Chile. Propôs que durante o verão (junho a setembro) Ritter fosse para a Alemanha, momento em que poderiam conversar pessoalmente e desejou sucesso nos tempos difíceis.³²⁴ Pondera-se que esta ação de Ritter trouxe conseqüências nas relações entre a Alemanha e o Brasil, mas também gerou o questionamento junto ao AA, por parte do governo chileno, se a atitude tomada por Ritter era uma retaliação ao Chile.

Conclui-se que a única ação em que Ritter não teve respaldo do Ministério das Relações Exteriores foi a indelicadeza diplomática efetuada em 21 de maio.³²⁵

3.3 PROIBIÇÃO DA NSDAP

A proibição do partido nazista foi um tema que persistiu, durante o primeiro semestre, em todas as discussões das relações entre a Alemanha e o Brasil. Foram várias as tentativas para manter viável a existência da NSDAP. Em início de maio, por sugestão de Ritter, o AA fez um movimento junto ao Ministério das Relações Exteriores da Itália, para tentar uma ação em conjunto, no intuito de pressionar o governo brasileiro para revogar o decreto de 18 de abril. Entretanto, a diplomacia italiana não demonstrou interesse, pois já havia um acordo informal junto ao governo brasileiro. Esse movimento foi registrado num Memorando do Secretário de Estado da Alemanha, o qual foi enviado a cinco pessoas, entre elas, *Reichsminister* (ministro do Interior) e o chefe do AO.³²⁶ Em 2 de junho, o embaixador italiano em Berlim relatou ao *Staatssekretär*, Weizsäcker, que a minoria italiana no Brasil gozava de vantagens, tanto que não houve ações similares às efetuadas contra alemães, fato

³²⁴ Correspondência, Pol IX 887, de Weizsäcker a Ritter, de 09 de junho de 1938, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (5.1938 a 7.1938, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-104940** do PAAA.

³²⁵ Conforme documentação pesquisada por Müller (1997, p. 147), Bohle, em 20 de junho de 1938, definiu Ritter como um homem enérgico e decidido. No entanto, o autor não determinou sobre qual situação estava sendo dado este elogio. Pode ser pela questão da proibição do partido como pode também ser referente à indelicadeza diplomática.

³²⁶ Memorando de Weizsäcker, 16 de maio de 1938, dentro das pastas: **R-27196 e R-29548** (do *Büro des Staatssekretärs- Brasilien*) do PAAA. Também há a tradução do documento no livro *III Reich* (1968, p. 57 e 58).

que explicaria a falta de união na ação paralela entre a embaixada alemã e a italiana, no Rio de Janeiro. O embaixador italiano em Berlim acrescentou que a política mais eficiente a ser adotada seria a utilização de um tom mais cordial, mesmo nas situações mais difíceis, isto para não ferir a sensibilidade brasileira.³²⁷

No dia 18 de maio, Ritter ainda enviou uma carta ao AA, informando que o *Kulturbeirat* (representante cultural) da embaixada alemã do Rio de Janeiro, von Cossel, estaria no AA, no dia 23, para receber instruções.³²⁸ Este é o primeiro documento que apresentou von Cossel como representante cultural da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro. Sendo assim, percebe-se que o governo alemão estava procurando formas de tornar oficial e permanente a atuação do chefe do partido nazista do Brasil. Também começaram a repensar as atividades da organização na América Latina, tanto que neste mesmo dia, Bohle, diretor da *Auslandsorganisation*, mandou um telegrama para 13 diferentes países com postos diplomáticos na América Latina.³²⁹ Nestes países, deveriam evitar-se atividades abertas e concentrar-se na doutrinação interna. Todos os descendentes de imigrantes e pessoas com dupla cidadania deveriam ser afastados do partido, do DAF e de suas sub-divisões. Os cidadãos alemães precisavam, então, afastar-se das organizações com objetivos políticos e deveriam preparar-se para fundar sociedades dirigidas do interior do partido.³³⁰ O telegrama citado demonstra que havia medo de que as ações da NSDAP fossem proibidas em outros países latino-americanos. Fato que também foi evidenciado em uma audiência entre Weizsäcker e o embaixador argentino em Berlim, quando o embaixador afirmou que em longo prazo poderiam ser tomadas medidas similares à brasileira (III *REICH*, 1968, p.72 e 73). Além de que, em 24 de abril de 1938, Ritter já havia sinalizado que Osvaldo Aranha relatou a possibilidade de proibição do partido nazista em toda a América Latina, fato já exposto no capítulo anterior. O temor de que o partido nazista fosse proibido em toda a

³²⁷ Memorando interno do AA, Pol IX 1197, assinado por Weizsäcker, de 2 de junho de 1938, arquivado tanto dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104941** do PAAA, quanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, nomeada de *Brasilien* (05.1938 a 02.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA. No livro *III Reich* (1968, p. 85) há a tradução deste memorando.

³²⁸ Carta de Ritter para o AA, datada de 18 de maio de 1938, arquivado dentro do departamento *Rückwanderung* (repatriamento), na pasta *Brasilien - Allgemeines* (1938-1943), com o código de arquivamento: **R-67371** do PAAA.

³²⁹ Relação das cidades que receberam esta correspondência: Buenos Aires, Rio de Janeiro, Santiago, Bogotá, Guatemala, México, Assunção, Lima, La paz, Montevideu, Caracas, Havana e Quito.

³³⁰ Telegrama do AA para 12 cidades Latino-americana, assinados por Bohle, datada de 18 de maio de 1938, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA. Este documento consta no livro *III Reich* (1968, p. 63); no entanto, traz em alguns termos uma tradução diferenciada, provavelmente porque a tradução do livro elaborada da versão norte-americana.

América Latina produziu o referido documento, enviado de Berlim, sobre como deveriam ser as ações do partido, para que o mesmo não chamasse a atenção sobre si.

Uma carta da SS – *Schutzstaffel*³³¹ e do Chefe de Polícia de Berlim foi enviada, em 21 de maio de 1938, para o *Auswärtiges Amt*. Nela se relatava que o representante do AO havia solicitado que fossem executadas medidas similares às que aconteceram no Brasil aos nacionais brasileiros que viviam na Alemanha. O redator da carta perguntou que tipo de ações seriam executadas.³³² Esse fato demonstra que o AA não efetuou nenhuma ação neste sentido, mas um representante do partido fez isto. Neste contexto, ressalta-se uma característica do III *Reich*, que é a de diferentes órgãos governamentais desempenharem a mesma função, tomando atitudes diversas sobre o mesmo assunto (ARENDR, 2000, p. 446 e ss.). Numa correspondência de Weizsäcker para Ritter, este, além de comentar as conversações que estavam sendo efetuadas junto ao Embaixador Brasileiro em Berlim, confidenciou que o partido estava solicitando medidas repressivas aos brasileiros junto à polícia alemã.³³³ Em 7 de junho de 1938, o AA respondeu à SS e ao Chefe de Polícia que, devido às circunstâncias, deveria entrar em contato com o AO para definir como seria a execução de medidas contra os cidadãos brasileiros na Alemanha.³³⁴ Salienta-se que o AA não sugeriu, mas também não interferiu nas ações da NSDAP. Em 10 de outubro de 1938, a SS novamente questionou o fato de não ter sido informada quais seriam os tipos de ações que deveriam ser efetuadas contra os cidadãos brasileiros que moravam na Alemanha.³³⁵ Sendo assim, conclui-se que a tentativa do partido nazista junto à SS não surtiu nenhum efeito.

Em 26 de maio de 1938, Ritter escreveu um relatório sobre como os italianos e os poloneses estavam enfrentando a Campanha de Nacionalização nas escolas e sociedades, e o decreto-lei de 18 de abril. Observou que a organização partidária italiana, o *Fascio*, tinha uma maior aceitação, por ser mais antiga e por ser representante de uma latinidade. Outro aspecto

³³¹ SS – *Schutzstaffel* - uma organização paramilitar ligada ao partido nazista alemão.

³³² Ofício da SS e do Chefe de Polícia para o AA, datada de 21 de maio, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

³³³ Telegrama, Pol IX 789, de Weizsäcker para Ritter, de 21 de maio de 1938, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

³³⁴ Ofício do AA para a SS e o Chefe de Polícia, Pol IX 805, de 07 de junho de 1938, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (6.1936 a 5.1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-104939** do PAAA.

³³⁵ Ofício da SS e do Chefe de Polícia para o AA, datada de 10 de outubro de 1938, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (7.1938 a 11.1938 - *Band 3*), com o código de arquivamento: **R-104941** do PAAA.

que diferenciava este partido da NSDAP, era a falta de uma organização central, o mesmo só existia em algumas cidades e de forma isolada. Nas escolas italianas já se ensinava em português há alguns anos, então, as leis nacionalizadoras das escolas não chegaram a ser um problema. A diplomacia polonesa estava muito preocupada com a questão das escolas e das sociedades, tanto que houve troca de idéias, mas a questão partidária não a atingia. Ao final, Ritter afirmou esperar o retorno de von Cossel da Alemanha para saber quais as instruções que traria. Vale salientar que este documento estava arquivado em dois departamentos dentro do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. Além de que, em 15 de junho, foi enviado do AA para o gabinete de Hitler, aos ministros das Forças Armadas, da Propaganda e da Economia, aos órgãos partidários, AO e Volmi.³³⁶ Observa-se que alguns documentos foram enviados a Hitler, a fim de que tomasse conhecimento daquilo que estava ocorrendo, demonstrando que a relação com o Brasil era importante, porém, não há como saber em que nível, pois não foi feita a comparação com a documentação de outros países latino-americanos que foram enviados ao gabinete de Hitler. Outra conclusão que esses documentos proporcionam é a explícita dependência que existe entre o partido e o *Auswärtiges Amt*, refletindo-se diretamente, na ligação entre o diplomata, Ritter, e o representante do partido nazista, von Cossel, que ao final de maio passou a ocupar um cargo diplomático, o de representante cultural da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro.

Em 7 de junho de 1938, o AA queria saber de Ritter quantos *Reichsdeutsche* ainda estavam presos e os motivos para estas detenções.³³⁷ No dia seguinte, o embaixador informou que no Rio de Janeiro havia sido solto o último preso político. Entretanto, em Santa Catarina havia 6 pessoas presas ou por vinculação com o partido nazista ou por estarem ostentando uma bandeira diversa da brasileira. Este documento foi enviado para 16 departamentos dentro do Ministério das Relações Exteriores.³³⁸ Isto novamente vem a demonstrar que a questão da prisão dos cidadãos alemães era importantíssima para o governo alemão.

³³⁶ Relatório B5, Pol IX 875, datado de 26 de maio de 1938, arquivado dentro do *Auswärtiges Amt*, tanto no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA, quanto no *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (5.1938 a 7.1938, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-104940** do PAAA. Talvez exista em outros arquivos. Este mesmo documento foi arquivado no *Reichskanzlei*, dentro da pasta denominada *Betreffserien in der Ordnung des Aktenplans* (documentos relevantes) – *Auswärtige Angelegenheiten* (1918-1944), com o código de arquivamento: **R 43 II/1470b** no *Bundesarchiv Abteilung Reich*.

³³⁷ Telegrama nº 117, Pol IX 909, do AA para Rio de Janeiro, 7 de junho de 1938, arquivado no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*. Com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA.

³³⁸ Telegrama nº 95, Pol IX 949, do Rio de Janeiro para o AA, respondendo ao telegrama 117, de 8 de junho de 1938, arquivado no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*. Com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA.

No relatório de Ritter de 15 de junho, sobre a política interna brasileira e a prisão dos *Reichsdeutsche*, consta que após o término da crise gerada pela tentativa do golpe integralista de 10 de maio, para Ritter, persistiam dois pontos de atrito. O primeiro, conforme Ritter, seria a proibição da NSDAP. Neste sentido, perguntou como deveria ser encaminhada esta questão, já que não poderia ser substituída por organizações inofensivas e nem ilegais. A outra questão eram as medidas contra a vida cultural da população de origem alemã (*Vorgehen gegen das Kulturelle Eigenleben der Volksdeutschen*), pois Ritter considerou que era necessário proporcionar um alívio a este grupo de indivíduos. Também informou que era impossível o retorno do sistema educativo que há muito tempo havia sido desenvolvido, e que não seria mais possível o envio de professores vindos da Alemanha. Assim, seria necessário formar professores no Brasil entre os descendentes de imigrantes alemães, para preservar um pouco do sistema educativo existente até então. Neste sentido, entendia que as relações deveriam ser mais rígidas com o Brasil para evitar que outros países latino-americanos acabassem adotando as medidas tomadas pelo governo brasileiro. Este relatório, de 30 de junho de 1938, foi enviado a 7 diferentes órgãos governamentais, entre eles os ministérios das Forças Armadas e da Propaganda, ao AO e ao Volmi.³³⁹ Este documento, provavelmente, teve esta repercussão em função da proibição do partido nazista, que era um tema que, muitas vezes, foi reencaminhado para outros setores, pela possibilidade das ações brasileiras incentivarem outros países latino-americanos a fazerem o mesmo e pelo fato de não ser mais possível enviar professores alemães para o Brasil. Este documento foi uma discussão interna sobre o assunto.

Em 28 de junho, a central do partido nazista encaminhou um ofício ao AA e um projeto de resposta à nota do ministro das Relações Exteriores do Brasil, de 17 de maio (analisado no item 3.1.1). O intuito da correspondência era afirmar a importância da NSDAP dentro da estrutura do III *Reich* e respaldar as afirmações de Ritter.³⁴⁰ Esse documento acabou transitando dentro do AA, tanto que o partido, em 1º de julho, exigiu do *Staatssekretär* o

³³⁹ Relatório B5, Pol IX 1076, de 15 de junho de 1938, arquivado tanto dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (5.1938 a 7.1938, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-104940** do PAAA, quanto dentro do *Brasiliendeutsche in Brasilien*, na pasta *Verschiedenes* (1925 a 1938), com o código de arquivamento: **R-127503** do PAAA, quanto dentro do *Handelspolitische Abteilung IX* na pasta *Aktenzeichen: Wirtschaft - allgemeine wirtschaftliche Lage in Brasilien* (1936 a 1941), com o código de arquivamento: **R-115370** do PAAA.

³⁴⁰ Carta de 28 de junho de 1938, Pol IX 1145, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (5.1938 a 7.1938, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-104940** do PAAA.

envio da referida correspondência para Ritter.³⁴¹ No entanto, pela documentação, isto não ocorreu, pois o próprio partido o enviou, em 6 de julho de 1938.³⁴² Em 8 de julho, Weizsäcker escreveu ao partido nazista, justificando que a correspondência em questão havia sido encaminhada dois dias atrás.³⁴³ Observa-se que o partido apoiava as ações de Ritter e tentava sustentar a argumentação dele, ou então, este, já estava bem familiarizado com o discurso do partido adaptando-o aquilo que o partido esperava.³⁴⁴ O AA, provavelmente, estivesse sendo pressionado para realizar algumas ações, com os quais não concordava. A documentação do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha demonstra nitidamente que a NSDAP estava conseguindo obter uma maior interferência nas ações executadas pelos diplomatas. No entanto, Ritter e Cossel decidiram não encaminhar a nota em função da tensão do momento e da possibilidade de alguma retaliação em função do caso Kopp, assunto que será abordado no item 3.6.1.³⁴⁵

Ao longo dos meses de agosto a outubro de 1938, esse assunto continuou abandonado, provavelmente em função de todo o contexto diplomático, isto é, a ida de Ritter a Berlim e a declaração do mesmo como *persona non grata* no Brasil. Em função da organização e da própria estrutura das correspondências, a partir de dezembro de 1938, a proibição da NSDAP foi compreendida como parte da Campanha de Nacionalização, ou, em muitos casos, um paralelo, sendo que quando se abordava a proibição do partido se associava à campanha e vice-versa. Outro motivo é que a correspondência tratando deste tema passou a ser apenas informativa, porque este assunto passou a não ser mais abordado nas relações diplomáticas entre a Alemanha e o Brasil. Por estes motivos, a continuidade deste tema faz parte do item 3.6.3.

³⁴¹ Ofício de 1º de julho de 1938, do NSDAP para Weizsäcker, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland (7.1938 a 11.1938, Band 3)*, com o código de arquivamento: **R-104941** do PAAA.

³⁴² Carta do NSDAP para Ritter, 6 de julho de 1938, arquivada dentro do *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA.

³⁴³ Carta de Weizsäcker para Hess, 8 de julho de 1938, arquivada dentro do *Büro des Staatssekretärs*, pasta *Brasilien (4.1938 a 2.1942, Band 1)*, com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

³⁴⁴ Sobre esta seqüência de documentos, cabe fazer duas pequenas correções à interpretação de Müller (1997, p. 309). Primeiro ele achou estranho que o partido não tenha abordado a questão dos teuto-brasileiros, assunto que não poderia ser tratado, pois, como já foi dito, o documento em questão era uma resposta à nota de Osvaldo Aranha de 17 de maio, sendo assim, não poderia ser introduzido nenhum assunto novo. Segundo, o autor ao descrever esta documentação, acrescentou à análise da resposta à nota de 17 de maio, a documentação produzida em 5 de outubro de 1938, ambas elaboradas por Osvaldo Aranha, e que geraram diversas correspondências diplomáticas e partidárias, mas que não abordam o mesmo assunto. Isto é, acabou misturando a documentação de dois momentos históricos distintos como sendo parte de um único contexto.

³⁴⁵ Telegrama nº122, Pol IX 1231, de 12 de julho de 1938, do Rio de Janeiro ao AA, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX* na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland (7.1938 a 11.1938, Band 3)*, com o código de arquivamento: **R-104941** do PAAA.

3.4 EMBAIXADORES CONSIDERADOS *PERSONAE NON GRATAE*

O contexto, para a atuação diplomática de Ritter estava bem comprometida, tanto que, em junho de 1938, o próprio embaixador alemão já havia sugerido o seu afastamento. A situação foi tomando um rumo sem volta.

Conforme Seitenfus (2003, p. 136 e ss.), Osvaldo Aranha vinha, junto ao Embaixador Brasileiro em Berlim, tentando preparar o terreno para que Ritter fosse substituído no cargo de Embaixador Alemão no Rio de Janeiro. No entanto, ao saber da notícia de que, em 20 de setembro, Ritter retornaria ao Brasil, Aranha ordenou a Muniz de Aragão comunicar ao AA o pedido de sua substituição. Esta ação transformou Ritter em *persona non grata* e conseqüentemente o mesmo ocorreu com o embaixador brasileiro. A seguir serão detalhados os passos deste processo.

3.4.1 Ritter

No dia 21 de setembro de 1938, Muniz de Aragão teve uma audiência no AA; entretanto, nem o ministro, von Ribbentrop, e nem o *Staatssekretär*, Weizsäcker, puderam recebê-lo, então o *Unterstaatssekretär*, Ernst Enkel von Woermann³⁴⁶, o recebeu. Naquele momento, o alto escalão da diplomacia alemã estava envolvido na questão dos Sudetos, região da Tchecoslováquia. O Embaixador Brasileiro em Berlim aconselhou a diplomacia alemã, a mando do ministro das Relações Exteriores do Brasil, que fosse substituído o embaixador Ritter, pois este não seria bem vindo ao Brasil, por isto gostaria de encontrar uma maneira de

³⁴⁶ Von Woermann ocupava o cargo abaixo de Weizsäcker, desde abril de 1938. Este personagem fora conselheiro da embaixada de Londres no período que Ribbentrop ocupava o cargo máximo deste posto diplomático. A filiação ao partido nazista ocorreu em 1º de dezembro de 1937 e em 20 de abril ingressou na SS (LOPES, 2008, p. 367). Intrigante que foi Woermann quem atendeu Muniz de Aragão e não Bohle, que tinha um cargo com denominação de *Staatssekretär*. Com isto, confirma-se que, realmente, o cargo de Bohle tinha apenas *status*, mas efetivamente, pouco respondia pelas questões diplomáticas. O fato de Bohle não ter sido nem mencionado nesta entrevista, demonstra o papel fictício que seu cargo ocupava nas relações internacionais. Isto não quer dizer que ele não era informado e em alguns casos ouvido, mas o seu cargo não tem a importância que Ana Maria Dietrich (2007, p. 44) tentou mostrar na sua tese.

evitar sua volta. Conforme o registro da entrevista, Woermann afirmou que provavelmente não se seguiria este conselho e que se o governo brasileiro tivesse alguma coisa contra Ritter, o declarasse oficialmente. O embaixador brasileiro afirmou que tinha autorização para declarar que Ritter não era mais *persona grata*. Todavia, em função da ausência do ministro e do *Staatssekretär*, pessoas que tratavam de tal questão, foi definido que essa atitude seria informada em outra oportunidade.³⁴⁷

No dia 29 de setembro, Muniz de Aragão telefonou ao AA, informando que tinha ordens estritas do governo brasileiro para fazer uma *démarche* junto ao Ministério do Exterior, como nem o ministro e nem o *Staatssekretär* estavam, Woermann informou que verificaria o que seria possível fazer.³⁴⁸ No dia 30 de setembro, novamente houve outro contato, neste momento, o *Unterstaatssekretär* recebeu Muniz de Aragão e informou que, provavelmente, o AA reagiria com uma ação de reciprocidade. Ao ser informado do teor da *démarche*, Woermann, disse que a mesma desagradava ao *Auswärtiges Amt*, pois Ritter gozava de completa confiança do governo alemão nas atividades executadas no Brasil. Muniz de Aragão afirmou que Ritter não atendera a formalidades usuais de cortesia, como ter enviado uma nota indelicada ao governo brasileiro. Woermann acrescentou que o embaixador alemão retirara esta nota, sendo assim, a mesma não existia.³⁴⁹ Estavam se referindo à indelicadeza diplomática ocorrida em 21 de maio. Em 30 de setembro, Muniz de Aragão enviou ao ministro das Relações Exteriores da Alemanha a *démarche*.³⁵⁰ Neste contexto, percebe-se uma total incompatibilidade na compreensão das atitudes assumidas, pois para o governo alemão no momento em que Ritter retirou a nota não havia mais motivos para uma animosidade, não sendo necessário por isto retirar o embaixador do seu posto. No entanto, para o governo brasileiro, somente o fato de ter ocorrido referido episódio, não avaliando a retirada do mesmo, era motivo de incompatibilidade.

³⁴⁷ Memorando de 21 de setembro de 1938, assinado por Woermann, arquivado tanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA., quanto no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA. Há também no livro *III Reich* (1968, p. 111 e 113).

³⁴⁸ Memorando de 29 de setembro de 1938, assinado por Woermann, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

³⁴⁹ Memorando de 30 de setembro de 1938, assinado por Woermann, arquivado tanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA., quanto no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA. Há também no livro *III Reich* (1968, p. 119 e 120).

³⁵⁰ Ofício de 30 de setembro de 1938, de Muniz de Aragão a von Ribbentrop, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

3.4.2 Muniz de Aragão

O *Auswärtiges Amt*, como já havia informado, elaborou uma ação de reciprocidade. Em 3 de outubro, Weizäcker, após concluída a questão dos Sudetos, escreveu um telegrama para a embaixada brasileira no Rio de Janeiro solicitando que fosse entregue, sem discutir e nem responder a perguntas, uma nota ao ministro das Relações Exteriores do Brasil. Nela constava que o governo alemão solicitava o imediato retorno de Muniz de Aragão ao Brasil.³⁵¹ Vargas recebeu este comunicado no dia seguinte (VARGAS, 1995, p. 162).

Este passo ocasionou uma resposta de Osvaldo Aranha, em 6 de outubro. Este ofício, em 10 de outubro, foi enviado pela Embaixada Alemã no Rio de Janeiro para o AA, porque não sabiam o que fazer com este documento, tanto que questionava qual seria a resposta ao mesmo.

A carta do ministro das Relações Exteriores do Brasil comunicava o recebimento da ordem da retirada do embaixador Muniz de Aragão de Berlim. Também informava que a declaração de Ritter como *persona non grata* só ocorreu porque o AA havia se recusado a substituir amigavelmente o Embaixador Alemão no Rio de Janeiro. Este ato, nas palavras de Osvaldo Aranha, tinha o objetivo de “resguardar as boas relações entre os dois países”. Sobre a saída de Muniz de Aragão, afirmou-se que o Ministério já o havia chamado para exercer outras funções no Itamaraty. No entanto, foi considerada uma surpresa o pedido de saída do embaixador brasileiro da Alemanha, pois, até aquele momento, não havia sido alegado nada contra a maneira como eram exercidas as funções deste diplomata.³⁵²

³⁵¹ Telegrama nº 183, de 3 de outubro de 1938, de Berlim para a embaixada no Rio de Janeiro, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA. Há também no livro *III Reich* (1968, p. 121).

³⁵² Carta de 10 de outubro de 1938, Pol IX 1824/38 do Rio de Janeiro para o AA. Em anexo foi enviada a carta de Osvaldo Aranha para o encarregado de negócios, Werner von Levetzow, datada de 6 de outubro, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX* pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (7.1938 a 11.1938, *Band* 3), com o código de arquivamento: **R-104941** do PAAA.

3.4.3 Passos seguintes

A carta de Aranha ocasionou discussões sobre a resposta que deveria ser dada à mesma. Dentro do departamento de política do AA, foi redigido o primeiro documento sobre a correspondência de Aranha do dia 6 de outubro. O autor do documento foi Ritter, e no mesmo não consta data.³⁵³ Este documento expressa a opinião de que não deveria ser dada nenhuma resposta ao ministro das Relações Exteriores do Brasil. Nele, há um pequeno retrospecto de todos os acontecimentos que envolveram as relações entre Alemanha e Brasil no último ano. Interessante, que, novamente, foi expresso o fato de que a Campanha de Nacionalização brasileira não permitir a interferência da diplomacia alemã; no entanto, as ações advindas dela não agradaram o governo alemão, porque este não entendia como, durante mais de 100 anos, foi permitida a atuação de escolas e igrejas alemãs e agora, de uma hora para outra, tudo estava proibido.³⁵⁴ O documento, produzido por Ritter, serviu de base para a resposta enviada do AA, pelo departamento de política, tanto a do *LS Schubert*, quanto a do *Vortragender Legationsrat Freitag* para a embaixada no Rio de Janeiro.³⁵⁵

A partir de 14 de outubro de 1938, o AA passou a exigir uma declaração de que a retirada de Ritter da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro não fora motivada por uma prova de cumplicidade alemã na tentativa de golpe integralista.³⁵⁶ Inicialmente, o governo brasileiro aceitou redigir esta declaração na imprensa; no entanto, não houve acordo sobre o texto, e em 25 de outubro, Weizsäcker definiu que não seria mais tocado neste assunto.³⁵⁷

Em 5 de dezembro, novamente, foi retomada a discussão sobre a carta de Osvaldo Aranha, de 6 de outubro. Ritter, neste momento, considerou que deveria ser dada uma

³⁵³ Entretanto, pela discussão que se seguiu, este foi o primeiro documento.

³⁵⁴ Documento elaborado por Ritter dentro do departamento do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (7.1938 a 11.1938, *Band 3*) discutindo a carta de 10 de outubro de 1938, Pol IX 1824/38, com o código de arquivamento: **R-104941** do PAAA.

³⁵⁵ Documentos em resposta à carta de 10 de outubro de 1938, Pol IX 1824/38, do *LS Schubert* e *VLR Freitag*, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (7.1938 a 11.1938, *Band 3*), com o código de arquivamento: **R-104941** do PAAA.

³⁵⁶ Conforme o diário de Vargas (1995, p. 163), Osvaldo Aranha, em 5 de outubro de 1938, conversou com Vargas sobre esta *démarche*.

³⁵⁷ Correspondência de 14 a 25 de outubro de 1938, entre o AA e a embaixada do Rio de Janeiro, e vice-versa. Arquivada dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (05.1938 a 02.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

resposta por escrito e não oral, chegando a encaminhar uma redação para a mesma.³⁵⁸ Em 13 de dezembro, o gabinete do *Staatssekretär* também considerou que a referida carta exigia uma resposta, além de aceitar a redação de Ritter para a mesma, alterando a redação de um parágrafo e excluindo unicamente uma frase.³⁵⁹ Em 23 de dezembro, Woermann escreveu para a Embaixada Alemã no Rio de Janeiro, pedindo que fosse respondida a nota de Osvaldo Aranha, de 6 de outubro, com a redação que estava em anexo na carta.³⁶⁰ Comparando a documentação, verifica-se que a redação era a que foi redigida por Ritter com as alterações sugeridas por Weizsäcker. Neste contexto, percebe-se que Ritter, mesmo não estando mais no posto da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro, tinha influência nas ações efetuadas por ela. Em 4 de janeiro de 1939, von Levetzow³⁶¹ encaminhou uma carta a Osvaldo Aranha com a redação enviada pelo AA. Nela, afirmou-se o desejo alemão de manter e melhorar as relações com o Brasil, mas lembrou que a tensão diplomática havia sido iniciada pelo governo brasileiro, quando proibiu o partido nazista, efetuou prisões de cidadãos alemães e permitiu que a imprensa brasileira difamasse o governo alemão. Também foi informado que Ritter estava representando os interesses do governo alemão, e não uma posição pessoal. O documento finalizou desejando manter e melhorar as relações entre os dois países.³⁶² Novamente, reafirma-se que a Campanha de Nacionalização não foi um dos itens que complicou as relações diplomáticas entre Alemanha e Brasil.

³⁵⁸ Documento elaborado por Ritter, de 05 de dezembro de 1938, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland (7.1938 a 11.1938, Band 3)*, com o código de arquivamento: **R-104941** do PAAA.

³⁵⁹ Documento redigido por Woermann, em 13 de dezembro de 1938, Pol IX 1824/38, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland (7.38 a 11.38 - Band 3)*, com o código de arquivamento: **R-104941** do PAAA.

³⁶⁰ Carta de Woermann, de 23 de dezembro de 1938, Pol IX 1824/38, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland (7.1938 a 11.1938, Band 3)*, com o código de arquivamento: **R-104941** do PAAA.

³⁶¹ Existem poucas informações sobre este diplomata. Pela correspondência, ele já atuava no posto do Rio de Janeiro em princípio de 1937. Quando Ritter foi considerado *persona non grata*, em outubro de 1938, von Levetzow passou a responder pela embaixada alemã no Rio de Janeiro, como encarregado dos negócios da embaixada, cargo que ocupou até outubro de 1939, quando se apresentou o novo embaixador. Permaneceu atuando no Rio de Janeiro até 27 de julho de 1941, quando foi designado para assumir o posto diplomático de Assunção, no Paraguai.

³⁶² Carta da embaixada alemã no Rio de Janeiro a Osvaldo Aranha, nº 2077/38, de 4 de janeiro de 1938, arquivada dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland (12.1938 a 4.1939, Band 4)*, com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA.

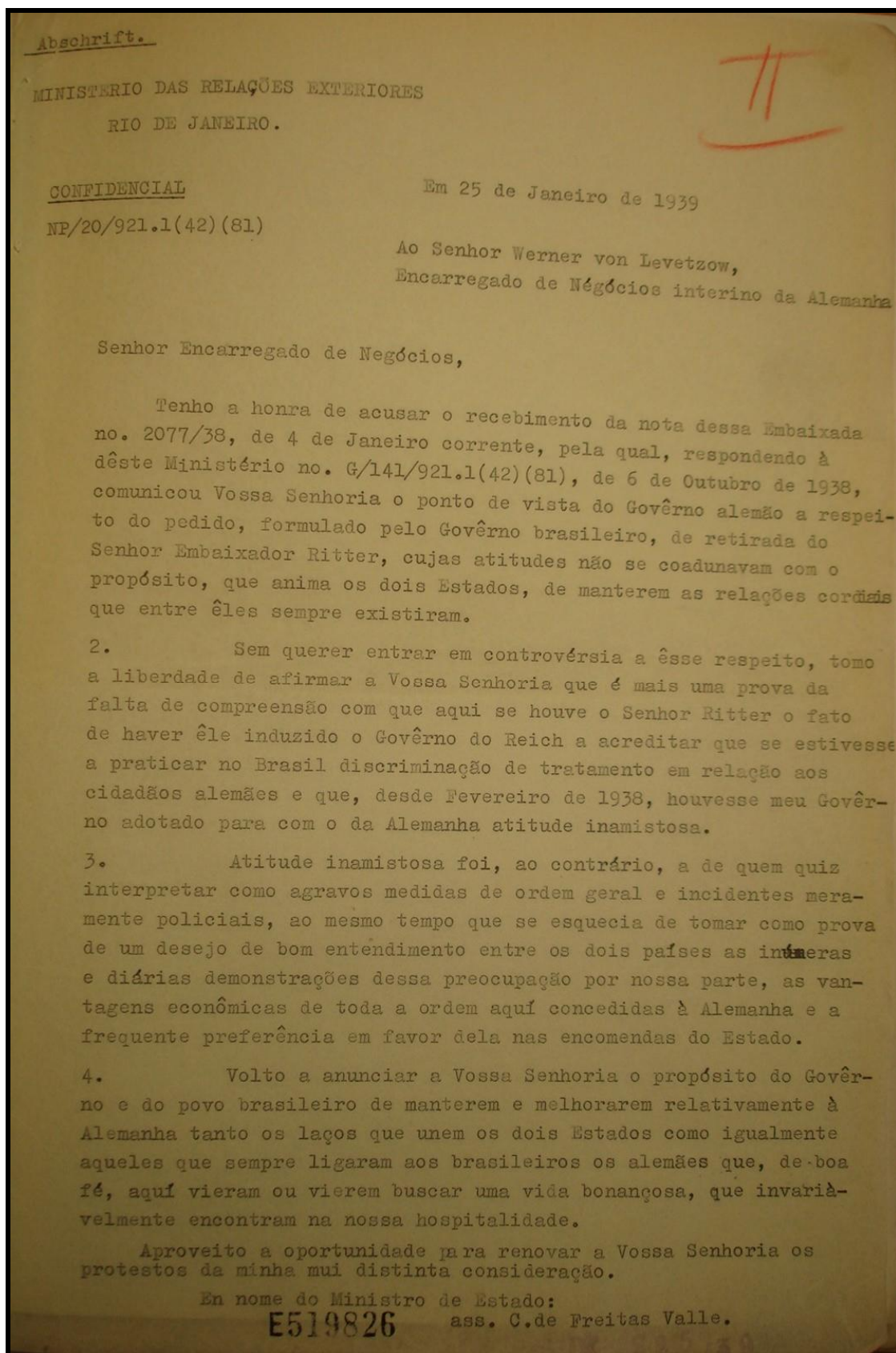


Figura 6 – Carta de 25 de janeiro de 1939

Fonte: documento arquivado dentro do departamento *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.38 – 4.39 - Band 4), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA.

Em 25 de janeiro de 1939, o governo brasileiro, na pessoa de Ciro de Freitas Valle, respondeu ao ofício da embaixada (Figura 6). Esta reencaminhou o documento ao AA em 31 de janeiro.³⁶³ Nela percebe-se que o governo brasileiro criou uma legítima aversão a Ritter. Parece que ele passou a ser o único culpado. Também fica explícito que o Embaixador Alemão no Rio de Janeiro atuou junto ao governo brasileiro em favor dos interesses dos cidadãos alemães e não das ações envolvendo a Campanha de Nacionalização. Outro dado, expresso no documento, era o entendimento do governo brasileiro de que as prisões de *Reichdeutsche* foram incidentes policiais. Mesmo assim, o governo brasileiro reafirmou o desejo de manter e melhorar as relações entre ambos os países. A Embaixada Alemã no Rio de Janeiro sugeriu que este assunto não tivesse prosseguimento.

3.5 EMBAIXADAS SEM EMBAIXADORES

A retirada dos embaixadores não inviabilizou o trabalho das embaixadas. Pela Embaixada Alemã no Rio de Janeiro, o encarregado dos negócios, von Levetzow, era a pessoa que respondia pelas ações diplomáticas, enquanto não fossem reatadas relações políticas plenas e nomeado o novo embaixador. Pela Embaixada Brasileira em Berlim, Themístocles da Graça Aranha³⁶⁴, encarregado dos negócios desempenhava a mesma função, de outubro de 1938 a outubro de 1939. No entanto, este contexto gerou algumas limitações, principalmente, nas questões políticas, como veremos a seguir.

No dia 4 de outubro, o representante do departamento de política comercial do AA, Carl Clodius³⁶⁵, redigiu um memorando destinado ao embaixador Ritter e aos departamentos de economia (*referate* W VIIIb) e política (Pol IX) do AA. Nele, o autor do texto informou que o Ministério da Economia estava preocupado com as relações entre Brasil e Alemanha,

³⁶³ Carta n° 2077/38, Pol IX 225, do Rio de Janeiro para o AA, de 31 de janeiro de 1939. Em anexo carta do Itamaty para a embaixada alemã no Rio de Janeiro, NP/20/921.1(42)(81), transcrita e arquivada dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band 4*), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA.

³⁶⁴ Nasceu em 1894, no Rio de Janeiro, não era parente direto de Osvaldo Aranha (DHBB). Em 11 de março de 1937 havia sido transferido do posto diplomático da Suécia para Berlim (LOPES, 2008, p. 299).

³⁶⁵ Carl Clodius nasceu em 1897, faleceu em 1952. Em 1933 filiou-se ao NSDAP. Diplomata desde 1921, a partir de 1937 passou a atuar no departamento comercial do AA (KEIPERT, 2000, Bd1).

visto que o Brasil era de longe o mais importante (*weit aus wichtigste*) parceiro na América, quer dizer, o país mais importante do ponto de vista econômico. Neste sentido, o ministro da economia informou esperar que as relações econômicas não fossem influenciadas pelas difíceis relações políticas, isto é, que não houvesse perturbação nas boas relações econômicas.³⁶⁶

Em 25 de outubro, von Levetzow fez um relatório político. Nele, descreveu que os sentimentos anti-alemães estavam presentes no dia-a-dia, sendo influenciados pelo elemento democrático-judaico, pelo catolicismo e pelos EUA. Um fator adicional era o medo diante da Alemanha, após os acontecimentos na Europa.³⁶⁷ As relações econômicas ainda não haviam sido atingidas pelo conflito político. Conforme afirmações de Osvaldo Aranha para von Levetzow, o Brasil não estava comprometido nem com os Estados Unidos, nem com a Europa, pois era forçado, em função das suas enormes dimensões e da sua política interna, a ficar a meio caminho, entre um estado autoritário e um democrático. O autor considerou bastante “surpreendente ouvir essas palavras de sabedoria de um ministro do Exterior servicial da América do Norte”. Observa, contudo, que a situação não iria se alterar enquanto permanecesse este governo. Ao final, afirmou que parecia haver dois caminhos para a política alemã. Um deles seria aproveitar, conforme sua leitura da realidade, a posição enfraquecida de Osvaldo Aranha para obter vantagens econômicas, evitando qualquer atrito ou resolvê-lo com um gesto amistoso. O outro seria agir firmemente junto ao governo brasileiro. Esse documento foi enviado em 9 de novembro de 1938 para os Ministérios das Forças Armadas, da Economia e da Propaganda, além do AO e do VOMI.³⁶⁸

A partir do mês de novembro, o consulado de São Paulo passou a fazer relatórios diretos ao AA. Uma interpretação seria de que a diplomacia que atuava na Embaixada Alemã no Rio de Janeiro não estava resolvendo os problemas que estavam surgindo, fato que exigiu do consulado de São Paulo correspondência direta com o AA. Outra seria que o consulado

³⁶⁶ Memorando nº W VIII b 3025, de 4 de outubro de 1938, assinado por Clodius, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (7.1938 a 11.1938, *Band 3*), com o código de arquivamento: **R-104941** do PAAA. No livro *III Reich* (1968, p. 123 e 124) há a tradução deste documento, no entanto, a data que consta na tradução não confere com o original.

³⁶⁷ Nos dias 29 e 30 de setembro foi assinado o Acordo de Munique, que retirou uma área de cerca de 30 mil quilômetros quadrados da Tchecoslováquia, sem que o Reino Unido e a França reagissem de modo efetivo.

³⁶⁸ Relatório B5, Pol IX 1844, de 25 de outubro de 1938, arquivado tanto dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (7.1938 a 11.1938, *Band 3*), com o código de arquivamento: **R-104941** do PAAA, quanto dentro do *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA, quanto dentro do *Völkerrecht – Verhandlungen mit fremde Länder über den Abschluss von Staatsverträgen (Brasilien, 1938)*, com o código de arquivamento: **R-42825** do PAAA. No livro *III Reich* (1968, p. 133 a 135) há a tradução deste documento.

não considerava a representação diplomática da embaixada neste momento como instância superior, pois os demais consulados estavam enviando correspondência à embaixada e esta, em alguns casos, a reencaminhava ao AA.³⁶⁹

Nestes tempos delicados, os ministros do Exterior, da Guerra, da Marinha e da Viação, os chefes do exército, do gabinete militar e de polícia apresentaram, em 2 de novembro de 1938, a Vargas, documentos sobre o plano político do nazismo no Brasil. Fato que desencadeou novas providências sobre a defesa e segurança (VARGAS, 1995, p. 169 e 170). No dia 8 de novembro, novamente foi discutido entre Vargas e o ministro da Guerra o serviço de contra-espionagem alemã (VARGAS, 1995, p. 171). Sendo assim, num período de tensão, outros fatores se somavam para temperar ainda mais as relações diplomáticas.

A conjuntura brasileira envolvendo a Alemanha, na visão diplomática, não era muito boa. O relatório político sobre o ano de 1938, elaborado pela embaixada alemã no Brasil, fez uma retrospectiva desta conjuntura. Novamente, abordou que havia uma campanha estadunidense no Brasil contra a Alemanha e que a Campanha de Nacionalização nos estados sulinos estava complicando as ações do *Deutschtum* e que a NSDAP estava proibido em todo o país.³⁷⁰ Quer dizer, apenas informou como estava o contexto político daquele momento.

Em 2 de janeiro de 1939, von Levetzow, escreveu uma carta no intuito de que um colega das suas relações pessoais, diplomata von Bismarck³⁷¹, averiguasse junto aos seus superiores hierárquicos dentro do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, se suas ações moderadas estavam condizendo com o esperado. Neste documento descreveu todo o contexto histórico da situação diplomática até aquele momento.³⁷² Este ato, provavelmente, foi fruto do fato de que seus questionamentos anteriores não tiveram resposta. Interessante que, ao comparar as correspondências de von Levetzow com Ritter, observa-se que o último

³⁶⁹ Ver correspondências de Santa Catarina e Paraná dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band 4*), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA.

³⁷⁰ Relatório B5, Pol IX 135, de 17 de janeiro de 1939, arquivado tanto dentro do *Politische Abteilung IX* pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band 4*), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA, quanto dentro do *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA.

³⁷¹ Otto Christian Archibald Fürst von Bismarck nasceu em 1897, neto de Otto von Bismarck, (Chanceler do Império Alemão entre 1871 e 1890). Em 1927 iniciou sua carreira diplomática no AA. Vale salientar que na tradução para o português, em alguns momentos, o título de príncipe foi utilizado no lugar de diplomata (III *REICH*, 1968, p. 143; *AKTEN*, s/d, *Band V*, p. 745 a 747). Uma avaliação que desqualifica este personagem é a feita por Roberto Lopes (2008, p. 132), pois o autor o qualificou como “um perfeito incapaz”.

³⁷² Carta da embaixada alemã no Rio de Janeiro para o AA, de 2 de janeiro de 1939, dentro do *Politische Abteilung IX* pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band 4*), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA. Tradução do documento em III *REICH* (1968, p. 143 a 146).

relatava as ações contra os descendentes de imigrantes alemães, demonstrava insatisfação, mas sem intenção de intervir. Von Levetzow também demonstrava estar insatisfeito; no entanto, questionava se deveria intervir. Fato que possibilita a conclusão de que o representante do posto diplomático alemão no Rio de Janeiro, em janeiro de 1939, não diferenciava as ações que deveria executar, como diplomata, em relação aos cidadãos alemães e aos de ascendência. No entanto, as intervenções de von Levetzow eram menos duras, porque ele não detinha a função de embaixador, então não poderia agir mais energicamente, e outra, porque este era um período muito tenso, em que todos os cuidados eram necessários.

3.5.1 Reaproximação

O documento de 2 de janeiro gerou, dentro do AA, uma declaração do departamento de política em 8 de fevereiro. Nela, foi definido que a política adotada por von Levetzow estava correta e que este era o momento de pensar em reconduzir um embaixador para o posto do Rio de Janeiro, pois só ele seria capaz de retomar as discussões sobre a proibição da NSDAP e da Campanha de Nacionalização efetivada entre os cidadãos alemães no sul do Brasil.³⁷³ Em 27 de fevereiro, o departamento de política novamente avaliou que seria o momento de examinar a questão de enviar um embaixador para o Rio de Janeiro. Joachim Freytag considerou isto em função da demonstração de apreço do Presidente Brasileiro pela Alemanha, pois Vargas iria enviar seu filho, Lutero Vargas, por seis meses, para estudar na Universidade de Berlim, conforme havia comunicado Graça Aranha, encarregado dos negócios da Embaixada Brasileira em Berlim.³⁷⁴ Além de que, o convite do governo alemão

³⁷³ Documento do conselheiro Schubert, Pol IX 397, de 8 de fevereiro de 1939, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX* pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band 4*), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA.

³⁷⁴ Em documento elaborado pelo próprio Freytag, de 28 de março de 1939, percebe-se que a afirmação de que Lutero Vargas iria estudar na Alemanha, feita em fevereiro, foi uma jogada na tentativa de conseguir alguma vantagem. Porque, em 28 de março, Graça Aranha, encarregado dos negócios da Embaixada Brasileira em Berlim, e Lutero Vargas tiveram uma audiência no AA. Nesta ocasião, Lutero afirmou que ficaria mais um mês no país, mas tinha interesse em seguir seus estudos na Alemanha. Na seqüência, Freytag ligou para o *Iberoamerikanisches Institut* e conseguiu uma bolsa de estudos para Lutero (documento interno do AA, de 28 de março de 1939, Pol IX 513, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* [12.1938 a 4.1939, *Band 4*], com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA). Lutero Vargas, em 27 de julho de 1939, já estava de volta ao Brasil, sendo entrevistado pelo *Jornal do Commercio-Rio* sobre sua viagem à Alemanha (comentário sobre a reportagem arquivada dentro da pasta *Auswärtiges Amt - Zeitungsausschnittsammlung - Brasilien - Bericht über... brasilianische* [1938 a 1940], com código de arquivamento **R 901/60383** do *Bundesarchiv Reich*).

para Góes Monteiro assistir às manobras do Exército (assunto desenvolvido no ponto 3.8.2) e o desenvolvimento das relações comerciais demonstravam que não havia divergências fundamentais. O governo brasileiro havia solicitado a retirada do embaixador alemão, então era necessário facilitar o passo inicial do governo brasileiro, informando que a Alemanha estava interessada em rever a questão.³⁷⁵

Em 10 de março, foi enviada a von Levetzow, a resposta de Bismarck, afirmando que o AA estava de acordo com o procedimento adotado e que estava considerando a nomeação de um embaixador para o posto no Rio de Janeiro. Não estava acordado qual seria o procedimento para informar o governo brasileiro desta decisão e do desejo de que este desse o primeiro passo. Também informou que um embaixador poderia esclarecer os pontos de divergência, além deste ser informado, antes de assumir o seu posto, da posição do AA frente a estes assuntos.³⁷⁶ A Embaixada Alemã no Rio de Janeiro considerou, em função da melhora nas relações, que para pôr um ponto final nesta situação, bastaria informar ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil a intenção alemã.³⁷⁷ No dia 18 de março de 1939, Graça Aranha comunicou ao departamento político do AA que Vargas estava feliz com a reaproximação entre os países.³⁷⁸ Em 30 de março, von Levetzow foi informado, por Weizsäcker, que poderia conversar com o governo brasileiro, tomando o cuidado para que a imprensa não apresentasse este fato de forma desvantajosa para a Alemanha.³⁷⁹

Von Levetzow telegrafou, em fevereiro, para Weizsäcker informando que a Missão Aranha (assunto desenvolvido no item 3.7) não conseguiu benefícios nas solicitações militares, mas intensificou a solidariedade americana. Avisou também que não haviam

³⁷⁵ Documento interno, gabinete Freytag, Pol IX 333, de 27 de fevereiro de 1939, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band 4*), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA. Neste, conta que Freytag foi informado, em de 25 de janeiro, da vontade de Vargas em enviar seu filho para a Alemanha; no entanto, tanto no documento original quanto na publicação em alemão (*AKTEN*, s/d, p. 749) consta 25 de fevereiro.

³⁷⁶ Telegrama de Bismarck ao Rio de Janeiro, Pol IX 397, de 10 de março de 1939, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX* pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band 4*), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA.

³⁷⁷ Carta da embaixada alemã no Rio de Janeiro para Bismarck, Pol IX 527, de 18 de março de 1939, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band 4*), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA.

³⁷⁸ Documento interno, de 18 de março de 1939, intitulado *Betr. Brasilien*, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX* pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band 4*), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA.

³⁷⁹ Telegrama, nº 58, Pol IX 527, de 30 de março de 1939, arquivado tanto dentro do *Politische Abteilung IX* pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band 4*), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA, quanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

ocorrido comentários contra a Alemanha e afirmou que suas relações com Aranha eram amistosas.³⁸⁰

Em 15 de abril de 1939, von Levetzow informou sobre sua conversa com Osvaldo Aranha em torno da nomeação dos novos embaixadores para o Rio de Janeiro e Berlim, além de aconselhar a realização de uma *démarche* pessoal a Weizsäcker. Aranha teria abordado a dificuldade em encontrar um nome para o posto de Berlim.³⁸¹ Em 19 de abril, Weizsäcker questionou von Levetzow se realmente o Brasil daria o primeiro passo e se este assunto não seria tratado via imprensa.³⁸² Em 25 de abril, foi informado que o ministro estava fora, mas que se acreditava que esta questão estava encerrada.³⁸³ Em 6 de maio, a embaixada informou que Osvaldo Aranha tinha instruções de Vargas para enviar um embaixador para Berlim e fazer uma *démarche*.³⁸⁴

Vale salientar que, neste contexto, ao analisar a documentação particular de Curt Prüfer, encontrou-se o certificado de que este passou de *Ministerialdirektor* a embaixador em 20 de abril de 1939, sendo esta nomeação assinada por Hitler e von Ribbentrop. Casualidade ou não, este ato ocorreu bem no período das constantes negociações para a nomeação do novo embaixador no Rio de Janeiro, que recaiu sobre Prüfer.³⁸⁵

Em 20 de maio, Graça Aranha foi dialogar com Weizsäcker para combinar os próximos passos de recondução dos embaixadores para os respectivos países. Ficou definido que em 1º de junho seria anunciado, simultaneamente no Rio de Janeiro e em Berlim, o acordo entre os governos da Alemanha e do Brasil. Neste mesmo documento, consta que Graça Aranha havia informado que o governo brasileiro agradecia a habilidade do von Levetzow no período de crise e na recondução da normalidade diplomática.³⁸⁶ Esta habilidade diplomática conferida a von Levetzow foi muito divulgada na historiografia, tanto por

³⁸⁰ Telegrama nº 18, de 12 de fevereiro, do Rio de Janeiro ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA..

³⁸¹ Telegrama 42 e carta pós-telegrama de von Levetzow, de 15 de abril de 1939, ambos dentro do *Büro des Staatssekretärs- Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

³⁸² Telegrama nº 70, Pol IX 741, de 19 de abril de 1939, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

³⁸³ Telegrama nº 49, Pol IX 741, de 25 de abril de 1939, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

³⁸⁴ Telegrama nº 60, de 06 de maio de 1939, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

³⁸⁵ Nomeação de Prüfer, dentro da pasta *Personalakten Prüfer, Curt*, com o código de arquivamento: **11523 bis 11525** do PAAA.

³⁸⁶ Correspondência interna, nº 446, de 20 de maio de 1939, arquivada tanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA, quanto dentro do registro das audiências, com o código de arquivamento: **R-29829** do PAAA.

Seitenfus (2003) quanto por Harms-Baltzer (1970, p. 113). No entanto, questiona-se se realmente este personagem teve uma habilidade de negociação, ou, se ele pouco poderia fazer, por ser um período de conflito, e com isto tornou-se aos olhos da diplomacia brasileira uma pessoa com habilidade diplomática. Outro dado que não deve ser esquecido é que o governo brasileiro criou uma verdadeira aversão a Ritter, sendo assim, precisavam também demonstrar que o problema surgiu em função deste diplomata e que com outro diplomata a situação seria diferente. Somando-se a este contexto, conforme Müller (1997, p. 147), Cossel, em 13 de junho de 1939, afirmou que o trabalho em conjunto com os representantes diplomáticos era promissor, quer dizer, von Levetzow estava trabalhando conjuntamente com o principal representante do partido nazista. Isto tudo demonstra que a atuação de Ritter não diferenciava da de von Levetzow.

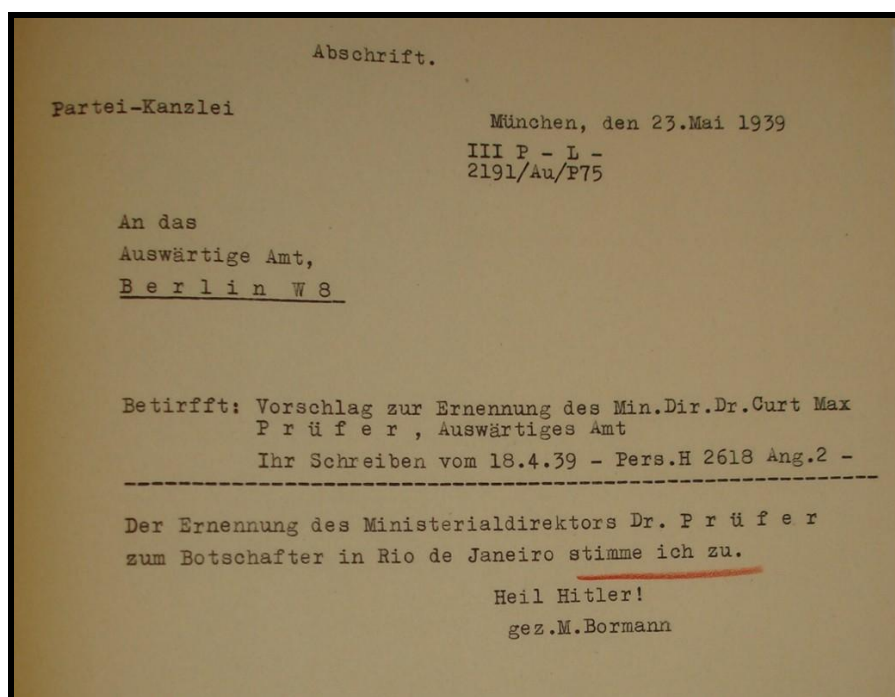


Figura 7 – NSDAP concorda com a nomeação de Prüfer

Fonte: documento arquivado dentro da pasta *Personalakten Prüfer, Curt*, com o código de arquivamento: **11523 a 11525**.³⁸⁷

³⁸⁷ Tradução Livre do documento:

Transcrição

Escritório do partido

Munique, 23 de maio de 1939

III P - L-

2191/Au/P75

Para o Ministério das Relações Exteriores

Berlim W8

Conteúdo: Proposta de nomeação do diretor de departamento Dr. Curt Max Prüfer, Ministério das Relações Exteriores - Carta de 18 de abril de 1939 - Pers. H 2618 Ang. 2

Concordo com a nomeação do diretor de departamento Dr. Prüfer como embaixador no Rio de Janeiro.

Heil Hitler

M. Bormann

Na recondução das negociações, no dia 23 de maio, o escritório do partido, pela pessoa de Martin Bormann³⁸⁸, concordou com a indicação de Prüfer como embaixador no Rio de Janeiro (Figura 7), demonstrando que a NSDAP estava controlando e até indicando ou ratificando diplomatas para o posto diplomático do Brasil. Conforme Bartel (1991, p. 168), Prüfer era amigo de Bohle. Neste sentido, surgem duas hipóteses para compreender o documento de concordância com o nome de Prüfer para o posto diplomático do Rio de Janeiro. Ou o partido estava atuando desta forma em todas as nomeações de embaixadores ou a embaixada brasileira era considerada estratégica a ponto de precisar da aprovação do partido.

3.6 ATUAÇÃO DIPLOMÁTICA SEM GRANDES IMPLICAÇÕES

Algumas atitudes da diplomacia alemã não influenciaram diretamente as relações entre Alemanha e Brasil. Por exemplo, o caso Kopp, assunto que proporcionou um grande temor, mas que não teve nenhuma consequência. Da mesma forma, a reunião dos chefes das missões diplomáticas dos países conhecidos como ABC (Argentina, Brasil, Chile) e do Uruguai, que apontou diretrizes e questionamentos que interferiam nas ações desempenhadas por estes diplomatas nos seus respectivos postos de trabalho.

A Campanha de Nacionalização e as questões jornalísticas foram assuntos abordados por von Levetzow na sua correspondência com o AA; no entanto, este não poderia agir como embaixador. Sendo assim, as ações neste período em nada alteraram as relações diplomáticas.

³⁸⁸ Martin Bormann nasceu em 17 de junho de 1900 e morreu em maio de 1945, na cidade de Berlim. Em 1927 filia-se ao NSDAP, em 1933 foi nomeado adjunto de Hess (FEST, 2006, 2º vol., p. 498; <http://www.dhm.de/lemo/html/biografien/BormannMartin/index.html>). Conforme Stackelberg (2002, p. 199), o poder se acumulava nas mãos de Heinrich Himmler, chefe da SS, e de Martin Bormann, que era chefe da chancelaria do partido e controlava o acesso direto a Hitler.

3.6.1 Caso Kopp

Em 27 de junho de 1938, Ritter relatou a morte de Kopp, secretário da Federação 25 de Julho. Baseando-se na documentação do AA, este fato seria um grande complicador nas relações diplomáticas. No entanto, conforme Seitenfus (2003, p. 135), no Itamaraty não existe nenhum vestígio de algum documento sobre este assunto, demonstrando que o mesmo não teve relevância nas relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha. Em função disto e desse assunto estar detalhado na obra de Seitenfus (2003), Bartel (1991) e de Harms-Baltzer (1970), além de que parte desta documentação está traduzida para o português na obra *III Reich e o Brasil* (1968), este assunto será aqui, abordado sucintamente.

Colin Kopp faleceu numa delegacia. Este acontecimento foi relatado por Ritter ao AA, principalmente porque o ocorrido poderia ter conseqüências mais complexas, pois existia o medo de que juntamente com a prisão teria sido apreendido um documento que comprometeria a embaixada alemã.³⁸⁹ Neste sentido, a correspondência enviada do Rio de Janeiro ao AA caracteriza este medo, pois foram três telegramas enviados entre 27 e 28 de junho, em todos estava o carimbo de “extremamente secreto”, e dentro do AA estes documentos foram enviados a vários departamentos. Quer dizer, foi criada uma expectativa negativa em relação a este fato. No relatório enviado em 29 de junho, o Embaixador Alemão no Rio de Janeiro detalhou quais seriam os dois documentos que estavam em posse de Kopp e que um deles, por mencionar que a embaixada tinha conhecimento, poderia desgastar ainda mais a tênue relação entre as diplomacias alemã e brasileira. Um deles, e o menos perigoso, tratava de um plano para uma nova revolta integralista nos estados sulinos. O outro, que mencionava que a embaixada alemã tinha conhecimento, era um rascunho da incorporação da Juventude Hitlerista nas atividades da Federação 25 de Julho. No último documento constava que a embaixada tinha uma cópia e seria, em caso de divergência entre os líderes, o árbitro. Interessante observar, que Ritter afirmou que tanto ele, quanto os membros da embaixada, não tinham tomado conhecimento da redação desse documento. Com certeza, o embaixador tinha conhecimento da intenção de incorporação da Juventude Hitlerista na Federação 25 de Julho,

³⁸⁹ Telegrama 110 e 111, de 27 de junho de 1938, e 112 de 28 de junho, Pol IX 1160, 1161 e 1163, arquivado tanto dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (7.1938 a 11.1938, *Band 3*), com o código de arquivamento: **R-104941** do PAAA, quanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA..

pois esta definição já havia sido relatada, dias antes, pela embaixada ao AA.³⁹⁰ Seitenfus (2003, p. 134) afirmou que a declaração de Ritter foi uma forma encontrada para proclamar sua inocência. Questiona-se esta interpretação, pois Ritter apenas afirmou que não conhecia o documento em questão, que pode ter sido redigido para posterior avaliação junto à embaixada. Importante esclarecer que o governo brasileiro não deveria saber deste documento, porque o mesmo demonstrava que a embaixada alemã estava apoiando idéias que iam de encontro às leis brasileiras. No dia 30 de junho, a embaixada Alemã no Rio de Janeiro já informava ao AA que a situação era tranqüila, e que nada havia sido publicado sobre a vinculação de Kopp com a Alemanha.³⁹¹ Em 2 de agosto foi feito um relatório conclusivo dentro do AA sobre este assunto, não apresentando nenhuma informação nova.³⁹² Neste contexto, a morte de Kopp e o medo de que fossem apreendidos documentos comprometedores gerou apenas preocupações na diplomacia alemã, tanto que se criou uma pasta com a documentação referente a este assunto, mas não interferiu nas relações diplomáticas entre ambos os países.³⁹³

3.6.2 Reunião dos chefes de missão diplomática da Argentina, do Brasil, do Chile e do Uruguai

Entre 28 e 29 de julho de 1938, houve uma reunião dos embaixadores que atuavam nos países conhecidos como grupo do ABC, von Thermann, Ritter, von Schoen, e do ministro (nome dado ao diplomata que atua num consulado) que atuava no Uruguai, Otto Langmann.³⁹⁴ Os diplomatas discutiram as questões que interferiam no seu trabalho. Como resultado, o embaixador alemão em Buenos Aires, von Thermann, redigiu um memorando ao

³⁹⁰ Relatório secreto 993/38, de 29 de junho de 1938, Pol IX 1167, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland (7.1938 a 11.1938, Band 3)*, com o código de arquivamento: **R-104941** do PAAA.

³⁹¹ Carta de 30 de junho de 1938, Pol IX 1168, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland (7.1938 a 11.1938, Band 3)*, com o código de arquivamento: **R-104941** do PAAA.

³⁹² Documento elaborado por Kund, de 2 de agosto de 1938 dentro do *Kulturabteilung IV*, na pasta *Brasilien - Nationslisierung ab 1934 Misshandlungen und Morde von Kopp (1938 a 1942, Band 3)*, com o código de arquivamento: **R-127506** do PAAA.

³⁹³ Departamento: *Kulturabteilung IV*, pasta *Brasilien - Nationslisierung ab 1934 Misshandlungen und Morde von Kopp*, com o código de arquivamento: **R-127506** do PAAA.

³⁹⁴ Otto Langmann não era diplomata de carreira, mas sim nazista. Foi pastor protestante em diversos templos da América Central, onde aprendera o espanhol. Em 1935 foi incorporado ao AA, sendo responsável pelo sistema educacional dos alemães no estrangeiro, dos movimentos juvenis e nomeado chefe da missão diplomática de Montevideú (LOPES, 2008, p. 375).

AA, apresentando as discussões e as sugestões.³⁹⁵ A seqüência do texto abordará algumas idéias ali sistematizadas, que possibilitam compreender a posição e as idéias que estes diplomatas tinham sobre e em relação à realidade local.

A atitude anti-estrangeira, principalmente a anti-germânica, na maioria dos países latino-americanos não era transitória, por isto a Alemanha deveria definir quais seriam os objetivos na América do Sul (seriam econômicos, culturais ou de poder). No Brasil, tinha-se a impressão de que a Alemanha estava perseguindo objetivos de poder. Os diplomatas consideraram que a atuação deveria ser limitada aos objetivos culturais e econômicos. Após esta afirmação, construída conjuntamente entre os diplomatas, neste caso, estando Ritter junto, o documento sugere que o Embaixador Alemão no Rio de Janeiro, também pensava desta forma. Fato que fornece subsídios para a hipótese de que a pressão política exercida por Ritter junto ao governo brasileiro, para que a NSDAP fosse permitida no Brasil, foi uma atividade orquestrada de Berlim. Os diplomatas expressaram a suspeita de que, na conferência de Lima, a realizar-se em dezembro de 1938, haveria uma tentativa de proibir as organizações do partido em toda a América do Sul.³⁹⁶ Estas afirmações demonstram que nem para os diplomatas alemães estava claro quais eram os objetivos do seu país na América do Sul.

As organizações que congregavam os e se destinavam aos cidadãos alemães deveriam ser separadas daquelas que congregavam os e se destinavam aos descendentes de alemães. Os diplomatas alemães em reunião consideraram que a ordem vindo da AO, em maio de 1938, de que o partido se conduzisse em público dentro de limites, atendia às exigências do momento. Também consideraram que a *Deutsche Arbeitsfront* - DAF (Frente de Trabalho) e a *Nationalsozialistische Frauenschaft* - NSF (Organização de Mulheres) deveriam ser apolíticas, pois assim conseguiriam sobreviver mesmo que o partido fosse banido.

As escolas dos de ascendência germânica deveriam ser reorganizadas para se autofinanciarem e deveria ser aceito o fechamento de pequenas escolas. A prioridade estaria na manutenção e a expansão de escolas para formação de professores com ascendência alemã; estes, quando formados em nível ginásial, deveriam ser enviados à Alemanha para completar

³⁹⁵ Memorando de Thermann ao AA, datado de 2 de agosto de 1938, arquivado tanto dentro do departamento *Rechts-abteilung*, na pasta *Staatsangehörigkeitsgesetze in Brasilien* (1938 a 1944, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-46125** do PAAA, quanto dentro do departamento *Politische Abteilung IX*, na pasta *Politische Beziehungen der mittel- und südamerikanischen Staaten zu Deutschland* (5.1936 a 7.1940), com o código de arquivamento: **R-104952** do PAAA. Este documento também se encontra no livro *III Reich* (1968, p. 103 a 109).

³⁹⁶ A conferência de Lima consagrou o princípio de não-intervenção extracontinental nos assuntos do continente americano.

os estudos. As diretorias das mais variadas associações deveriam ser ocupadas por pessoas de ascendência germânica e não de cidadania alemã. Através dessa leitura, pode-se dizer que, entendiam que a política do *Deutschtum* deveria enquadrar-se nas leis brasileiras, para ser aceito neste país e, nos demais, seguir o exemplo, para não propiciar motivos a questionamentos ou proibições.

O material de propaganda enviado da Alemanha, principalmente sobre assuntos religiosos e de política racial, não era apropriado para a América do Sul. Recomendaram, então, que fossem organizadas listas exclusivas para esta região, além de que os documentos políticos em língua estrangeira não deveriam circular na América do Sul. No caso do Brasil, a remessa de propaganda em língua estrangeira deveria parar completamente. Portanto, estavam apontando diretrizes para que a propaganda não interferisse na diplomacia.

Naquilo que diz respeito à repatriação, deveria levar-se em conta que a volta de trabalhadores especializados já estava sendo feita em grande escala, tanto que empresas alemãs na América do Sul estavam se queixando da falta de operários especializados. A repatriação, organizada pelo governo alemão, encontrava oposição dos governos sul-americanos. No Brasil, como apontado no capítulo anterior, a documentação sobre *Rückwanderung* passou a ser significativa, a partir de abril de 1938. No entanto, não se pretende entrar em detalhes sobre os motivos individuais, mas sim o coletivo que, conforme a documentação, foi gerado pelo interesse de deixar o Brasil em função do descontentamento com o contexto político brasileiro, principalmente após a implementação de leis trabalhistas que limitavam a cota de trabalhadores estrangeiros em cada empresa, dificultando, em alguns casos, para os cidadãos com nacionalidade diversa da brasileira, a permanência no emprego ou até mesmo conseguir um novo.³⁹⁷ Outro fator, já apontado por Harms-Baltzer (1970, p. 98), foi a confiança na reorganização trabalhista da Alemanha. A repatriação foi um processo, neste período, crescente também em outros países.³⁹⁸ No dia 18 de maio, Ritter informava que muitos cidadãos alemães que atuavam num trabalho especializado estavam pedindo para retornar à Alemanha. Neste sentido, perguntou ao AA quais eram as profissões em que havia interesse em ter mais mão-de-obra na Alemanha, para priorizar o financiamento da viagem

³⁹⁷ Este documento demonstra que o repatriamento não fez parte apenas do contexto brasileiro, como foi analisado por Kothe (1997; 2000), mas sim de um processo histórico que também ocorreu em outros países.

³⁹⁸ Cartas arquivadas dentro do *Rückwanderung* (repatriado), pasta *Brasilien – Allgemeines* (1938-1943), com o código de arquivamento: **R-67371** do PAAA.

destes profissionais.³⁹⁹ Em julho, o ministério do trabalho alemão não definiu profissões de interesse, mas, sim, características básicas que estes indivíduos deveriam ter.⁴⁰⁰ Entretanto, em 16 de agosto, o *Reichswirtschaftsminister* (Ministério do Comércio e da Indústria da Alemanha) informou que havia carência de mecânicos e na construção naval (*Maschinen-und Schiffbau*).⁴⁰¹ Considerando que havia um ambiente propício para o início de uma guerra, a necessidade nessa área era grande, vindo ao encontro do desejo de alguns trabalhadores em retornar à Alemanha. A cada mês surgiam novos pedidos de repatriamento, e tantos que foi necessário criar mais regras para o ordenamento dos mesmos. O repatriamento passou a ser constantemente solicitado pelos cidadãos alemães que viviam no Brasil.

Os diplomatas sugeriram, pela importância política do Exército no Brasil e no Chile, que fossem enviados adidos militares para as embaixadas alemãs destes países.

O último tema abordado no memorando foi a questão da dupla nacionalidade, pois as relações entre Alemanha e os países sul-americanos estavam se deteriorando, em função da indefinição sobre esta questão. Sugeriram que houvesse um esclarecimento por parte de instâncias jurídicas da Alemanha sobre a questão do passaporte e do serviço militar. Vale ressaltar que no departamento jurídico do AA está arquivado uma cópia do memorando abordando estas questões. Contudo, esta questão ficará indefinida, como foi abordado no capítulo anterior. Em função de todo o contexto diplomático de tensão existente em 1938 e 1939, e do posterior início da guerra na Europa, este assunto acabou no esquecimento, pois não foi mais ponto nas negociações diplomáticas entre Alemanha e Brasil.

Ao encerrar o documento, os diplomatas sugeriram que no ano seguinte houvesse uma reunião simultânea entre diplomatas e funcionários do partido dos quatro países em questão, culminando com uma reunião conjunta. Em outras palavras, os diplomatas sentiram falta de um diálogo com os partidários porque, provavelmente, sabiam que seria necessário o seu consentimento em algumas questões discutidas, demonstrando a subordinação diplomática, cada vez mais freqüente, aos ditames do partido nazista.

³⁹⁹ Carta de Ritter para o AA, datada de 18 de maio de 1938, arquivado dentro do *Rückwanderung*, pasta *Brasilien – Allgemeines* (1938-1943), com o código de arquivamento: **R-67371** do PAAA.

⁴⁰⁰ Carta do *Reichsarbeitsminister* ao AA, datada de 23 de junho de 1938, arquivado dentro do *Rückwanderung*, pasta *Brasilien – Allgemeines* (1938-1943), com o código de arquivamento: **R-67371** do PAAA.

⁴⁰¹ Carta do *Reichswirtschaftsminister* para o AA, datada de 16 de agosto de 1938, arquivado dentro do *Rückwanderung*, pasta *Brasilien – Allgemeines* (1938-1943), com o código de arquivamento: **R-67371** do PAAA.

3.6.3 Na Campanha de Nacionalização

No período de maio a setembro, talvez em função das complicações diplomáticas, quase não houve correspondência abordando a Campanha de Nacionalização. Em 26 de outubro, von Levetzow fez um novo relatório sobre a nacionalização no Brasil. Neste documento, constava que ela atingiu a NSDAP, as escolas e os professores com cidadania alemã, e a união das associações alemãs. Relevante neste documento é a informação de que as escolas para cidadãos alemães nas grandes cidades ainda não tinham sido atingidas.⁴⁰² Fato que se alterou no decorrer do mês de novembro, tanto que o consulado de São Paulo fez um relatório detalhado ao AA, no fim deste mês, de como a Campanha de Nacionalização estava atingindo os cidadãos alemães de São Paulo.⁴⁰³ Quer dizer, a diplomacia estava questionando as ações da Campanha de Nacionalização porque esta atingiu, principalmente, a educação dos cidadãos alemães.

Em 3 de novembro de 1938, von Levetzow informou que ainda era complicado tratar do problema da nacionalização, pois o governo brasileiro pretendia criar uma cultura nacional e para isto estava proibindo as manifestações culturais de outros países e que neste momento, não atingiu unicamente a Alemanha. Interessante que a correspondência passou a ser mais enfática ao tema da nacionalização, sendo que um dos pontos questionados foi a imposição, por parte dos governos dos estados de Santa Catarina e do Paraná, em utilizar termos brasileiras nos nomes dados aos estabelecimentos comerciais, mesmo que o nome original fosse o sobrenome do proprietário. Neste relatório, o autor abordou questões que considerava importantes e que deveriam ser examinadas.⁴⁰⁴ Esta correspondência chegou ao partido nazista, visto que, em 9 de março de 1939, a NSDAP enviou um ofício ao AA, onde sugeria

⁴⁰² Relatório B5, Kult 4590 ou Pol IX 2071, de 26 de outubro de 1938, arquivado tanto dentro do *Kulturabteilung IV*, na pasta *Brasilien – Nationslisierung ab 1934 Misshandlungen und Morde von Kopp* (1938 a 1942, *Band 3*), com o código de arquivamento: **R-127506** do PAAA, quanto dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band 4*), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA.

⁴⁰³ Relatório do consulado de São Paulo para o AA, Pol IX 2077, datado de 30 de novembro de 1938, dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band 4*), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA.

⁴⁰⁴ Relatório 0a, Pol IX 2079, do Rio de Janeiro ao AA, 3 de novembro de 1938, arquivado tanto dentro do departamento *Rechts-abteilung*, na pasta *Staatsangehörigkeitsgesetze in Brasilien* (1938 a 1944, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-46125** do PAAA, quanto dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band 4*), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA.

que fossem seguidas algumas posições, e deu encaminhamento para as referidas questões abordadas pela Embaixada Alemã no Rio de Janeiro, no relatório de 3 de novembro de 1938. Primeiro, afirmou que a situação política era inconstante, podendo mudar de um dia para o outro, além de que, nem tudo aquilo que estava no papel era executado. Segundo, sobre a nacionalidade, consta no documento que o Brasil se baseava no conceito de *jus soli* e a legislação determinou que, a partir de maio de 1938, quem adquirisse esta nacionalidade abriria mão de qualquer outra. A NSDAP sugeriu para as mulheres alemãs que estivessem grávidas, e que pudessem, ou dessem à luz a seus filhos em outro país, ou em navios alemães, com o intuito de não perder a cidadania alemã. Terceiro, sobre as atividades aos jovens, foi sugerida a criação de instituições legalizadas de teuto-brasileiros, para que estas incluíssem os jovens de nacionalidade alemã. Quarto, sobre as escolas, concordaram que a legislação brasileira impossibilitava o trabalho, não concebendo outra saída a não ser aceitar que o alemão fosse ensinado como língua estrangeira. Quinto, sobre as associações, o autor não soube o que responder.⁴⁰⁵ Este documento foi referendado pelo alto escalão do partido, em 17 de março de 1939.⁴⁰⁶ Isso demonstra explicitamente, que o partido nazista estava a par de todas as questões que envolviam a política externa alemã com o Brasil, e ditava algumas regras. Além de que, houve o entendimento, por parte do partido, de que as ações deveriam ser amenizadas.

Em 28 de dezembro, a diplomacia alemã no Rio de Janeiro informou novas prisões de cidadãos alemães e outras ações da Campanha de Nacionalização, como a já referida proibição de nomear estabelecimentos comerciais com palavras estrangeiras ou de utilizar a escrita em alemão nos túmulos. Este último assunto foi abordado em diversas correspondências de Santa Catarina. O autor, von Levetzow, demonstrou grande preocupação com a situação, tanto que chegou a perguntar ao AA o que deveria fazer, pois já havia conversado com o ministro do Exterior e com Góes Monteiro, mas estas ações não surtiram efeito. Von Levetzow tinha a impressão de que, desde o início de 1938, a Alemanha não estava disposta a enfrentar um conflito econômico com o Brasil. Agora ele precisava resolver os muitos pedidos de repatriamento. Nesse sentido, a retirada de 5.000 pessoas teria uma

⁴⁰⁵ Ofício do NSDAP, Pol IX 444, 9 de março de 1939, arquivado tanto dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band 4*), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA, quanto dentro do departamento *Rechts-abteilung*, na pasta *Staatsangehörigkeitsgesetze in Brasilien* (1938 a 1944, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-46125** do PAAA.

⁴⁰⁶ Ofício do NSDAP, Pol IX 450, 17 de março de 1939, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band 4*), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA.

significativa representação política, podendo ser uma forma de pressão.⁴⁰⁷ Seitenfus (2003, p. 142, nota 223), ao analisar esta correspondência, que estava arquivada dentro do departamento político, por isto com a assinatura do Monjow⁴⁰⁸, interpretou como sendo uma opinião diversa da de von Levetzow e que estava sendo sugerido este repatriamento. Provavelmente, por não ter tido acesso aos pedidos existentes nas pastas de *Rückwanderung*, Seitenfus não teve conhecimento de que este era um pedido que vinha sendo, cada vez mais, solicitado pelos cidadãos alemães que moravam no Brasil e que esta mesma carta havia sido enviada a este departamento com a assinatura de von Levetzow. Dentro do AA, após esta correspondência, foi registrada a opinião dos diplomatas responsáveis pelos departamentos de política e comércio, os conselheiros diplomáticos Freytag e Becker, que entenderam que esta não deveria ser uma política de represálias.⁴⁰⁹ Finalizando esta questão, em 27 de janeiro de 1939, foi elaborado um documento sobre esse assunto. Nele constava que o *Rückwanderung* deveria ser uma política para suprir a falta de mão-de-obra.⁴¹⁰ Encerrando as discussões sobre a sugestão de represálias políticas por parte do governo alemão as ações da Campanha de Nacionalização.

3.6.3.1 Prisões de *Reichsdeutsche*

A partir de dezembro de 1937, estavam ocorrendo prisões de cidadãos alemães em razão de sua vinculação política. No entanto, após a tentativa de golpe integralista, as prisões destes indivíduos, durante maio e junho de 1938, no Rio de Janeiro e em São Paulo, tiveram

⁴⁰⁷ Relatório N° K2/1 do Rio de Janeiro para o AA (transcrição), datada de 28 de dezembro de 1938, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band* 4), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA, este está assinado por Monjow. O mesmo relatório consta dentro do *Rückwanderung* (repatriamento), pasta *Brasilien – Allgemeines* (1938 a 1943), com o código de arquivamento: **R-67371** do PAAA. No entanto, está assinado pelo Levetzow e não foram arquivados os anexos.

⁴⁰⁸ Não foram encontrados maiores dados sobre este diplomata. A própria grafia deste nome pode ser diferente, pois somente foram achadas assinaturas, que não são claramente decifráveis.

⁴⁰⁹ Documentos assinados por Becker (6 de janeiro de 1939) e Freytag (4 de janeiro de 1939), Pol IX 10(12), arquivado dentro do departamento de *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band* 4), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA.

⁴¹⁰ Documento interno do departamento de política, Pol IX 10(12), de 27 de janeiro de 1939, arquivado dentro do departamento de *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band* 4), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA.

mais um argumento, o de participação no referido golpe. Sendo que a partir de julho estas ações não ocorreram mais.

Nos meses tensos, entre julho e outubro de 1938, não foram encontrados documentos comunicando novas detenções de cidadãos alemães. Fato que demonstra que durante o auge das tensões diplomáticas, principalmente nos estados sulinos, houve uma amenização das ações das autoridades brasileiras; todavia, a partir de novembro de 1938, quando a tensão diplomática não era mais tão intensa e as negociações continuaram, diversas correspondências passaram a relatar que novas ações, com o intuito de nacionalizar, estavam sendo executadas pelas autoridades brasileiras, nos estados sulinos. Os relatórios foram enviados tanto dos consulados alemães no Brasil para a hierarquia superior, a embaixada no Rio de Janeiro, quanto da embaixada ao AA.⁴¹¹ Em alguns casos, os diplomatas da embaixada enviaram apenas o relatórios dos consulados.⁴¹² Em outros, a embaixada elaborou relatórios sobre a prisão de *Reichsdeutsche* e sobre a situação da nacionalização, anexando também a correspondência dos consulados.⁴¹³ A partir de dezembro de 1938, começaram a ocorrer prisões de cidadãos alemães, principalmente nos estados de Santa Catarina e Paraná.⁴¹⁴

Em função da aparente reaproximação nas relações diplomáticas, isto é, a nomeação dos embaixadores para os postos diplomáticos de ambos os países, não ocorreram reações efetivas, nestas situações, por parte da Alemanha. Como já abordado, aguardou-se a nomeação e a posse do novo embaixador alemão para então ser feito algum encaminhamento.

⁴¹¹ Ver correspondência dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band 4*), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA.

⁴¹² Relatório B5, Pol IX 2207, de 12 de dezembro de 1938, que enviou dois relatórios de Florianópolis (de 30 de novembro e de 2 de dezembro). Ou Relatório K2/1, Pol IX 137, de 18 de janeiro de 1939, que enviou relatórios de 3, 5 e 6 de janeiro do consulado de Florianópolis. Ambos dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band 4*), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA. A correspondência de janeiro do consulado de Florianópolis também foi arquivada dentro do *Kulturabteilung IV* na pasta: *Brasilien - Nationslisierung ab 1934 Misshandlungen und Morde von Kopp* (1938 a 1942, *Band 3*), com o código de arquivamento: **R-127506** do PAAA.

⁴¹³ Relatório N° K2/1 do Rio de Janeiro para o AA (transcrição), datada de 28 de dezembro de 1938, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band 4*), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA, este está assinado por Monjow. O mesmo relatório consta dentro do *Rückwanderung*, pasta *Brasilien - Allgemeines* (1938 a 1943), com o código de arquivamento: **R-67371** do PAAA. No entanto, este está assinado pelo Levetzow e não foram arquivados os anexos.

⁴¹⁴ Esta documentação e outras, existentes do AA, trazem informações detalhadas sobre a colônia de Hammonia, em Santa Catarina.

3.6.4 Questões jornalísticas

As reportagens negativas sobre a Alemanha continuaram sendo publicadas. Em vários momentos, nos 10 primeiros meses de 1938, houve correspondência informando sobre reportagens que manchavam a imagem da Alemanha ou de cidadãos alemães.⁴¹⁵ Um exemplo foi o relato de 22 de setembro de 1938, momento em que a embaixada alemã informou que se estava divulgando a idéia de que a Alemanha estaria interessada em solicitar o direito à região sul do Brasil como sua área territorial, embasando-se na mesma teoria que estava sendo utilizada para a Alemanha incorporar os Sudetos, região da Tchecoslováquia.⁴¹⁶ Uma das hipóteses levantadas tanto pelos diplomatas alemães que atuavam no Rio de Janeiro, quanto em Washington, era que os EUA estavam inflando uma campanha contra os interesses econômicos alemães.⁴¹⁷

Um novo agravante a este contexto foi que, em 26 de setembro de 1938, o III *Reich* deu um ultimato à Tchecoslováquia, impondo suas pretensões na Conferência Européia, que resultou no Acordo de Munique, efetivado nos dias 29 e 30 de setembro.⁴¹⁸ Esse acordo, no dia 29 de setembro, já estava sendo divulgado e questionado pela imprensa brasileira.⁴¹⁹ Em 3 de novembro, a Embaixada Alemã no Rio de Janeiro fez um relatório da possível posição brasileira frente à ocupação dos Sudetos. Neste momento, não havia dúvidas de que o Brasil, em caso de guerra, ficaria do lado dos EUA, visto os compromissos assumidos, também em função da opção brasileira pelo conjunto de países democráticos e pelo medo, incentivado pela imprensa, de que a Alemanha desejava anexar o sul do Brasil, como havia feito com os Sudetos. O autor também afirmou que poucas eram as pessoas favoráveis à Alemanha, pois as reportagens eram todas contrárias a este país. Neste sentido, considerava que a única saída

⁴¹⁵ Documentos arquivados dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (Band 1, 2 e 3), com os seguintes códigos de arquivamento: **R-104939**, **R-104940** e **R-104941** do PAAA.

⁴¹⁶ Relatório B5, Pol IX 1664, do Rio de Janeiro ao AA, 22 de setembro de 1938, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX* pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (7.1938 a 11.1938, Band 3), com o código de arquivamento: **R-104941** do PAAA.

⁴¹⁷ Telegramas de Washington para o AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, Band 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁴¹⁸ No dia 1º de outubro, foi retirada uma área de cerca de 30 mil quilômetros quadrados da Tchecoslováquia, sem que o Reino Unido e a França reagissem de modo efetivo.

⁴¹⁹ Relatório B7/12, do Rio de Janeiro ao AA, 29 de setembro de 1938, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (7.1938 a 11.1938, Band 3), com o código de arquivamento: **R-104941** do PAAA.

para alterar este quadro seria que um ou dois jornais de renome fossem influenciados pela opinião alemã.⁴²⁰

Em 2 de junho de 1938, Ritter já havia escrito ao AA criticando o conteúdo das transmissões radiográficas em ondas curtas para a América Latina. No seu entendimento, elas deveriam ter informações sobre o território latino-americano, podendo apresentar enfoques geográficos, biográficos, agrários, entre outros. Ao final, informou que traduzir o termo “*deutsche Siedlungen*” como “colônias alemãs” nos textos em português era danoso para a imagem da Alemanha.⁴²¹ Interessante que, em anexo a este documento, estava descrita uma consulta a von Cossel, dirigente da célula do partido nazista no Brasil e novo adido cultural da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro. Ele considerou justa a observação de Ritter.⁴²² Percebe-se que Ritter fez uma leitura muito perspicaz da realidade brasileira, pois conseguiu observar como eram compreendidas certas notícias.

Em 21 de dezembro, von Levetzow elaborou um relatório da atmosfera política brasileira. Nele contava que não se deveria ter ilusões sobre a posição brasileira, porque a censura havia tornado as publicações mais amenas, mas isto não refletia a opinião pública brasileira sobre a situação na Europa. Neste documento, o autor, em síntese, demonstrou que a opinião sobre a Alemanha estava complicada.⁴²³

No relatório sobre o ano de 1938, von Levetzow afirmou que nos dois últimos meses, em função da censura, as reportagens negativas sobre a Alemanha haviam sido reprimidas, isto é, novembro e dezembro de 1938.⁴²⁴ No entanto, o consulado de Florianópolis informou,

⁴²⁰ Relatório 1628 2/38, Pol IX 1931, do Rio de Janeiro ao AA, 3 de novembro de 1938, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (7.1938 a 11.1938, *Band 3*), com o código de arquivamento: **R-104941** do PAAA.

⁴²¹ Relatório B 16/2, de 2 de junho de 1938, de Ritter para o AA, arquivado no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA.

⁴²² Talvez este tenha sido um movimento executado pelo AO, porque este documento está na pasta do departamento do AO dentro do AA. Documento acrescentado após o relatório anterior, datado de 23 de junho de 1938, arquivado dentro do *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA.

⁴²³ Relatório nº B5, de von Levetzow ao AA, Pol IX 2236, de 21 de dezembro de 1938, arquivado tanto dentro do *Kulturabteilung IV*, na pasta *Brasilien - Nationslisierung ab 1934 Misshandlungen und Morde von Kopp* (1938 a 1942, *Band 3*), com o código de arquivamento: **R-127506** do PAAA, quanto dentro do *Völkerrecht - Verhandlungen mit fremde Länder über den Abschluss von Staatsverträgen (Brasilien, 1938)*, com o código de arquivamento: **R-42825** do PAAA, quanto dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band 4*), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA.

⁴²⁴ Relatório B5, Pol IX 135, de 17 de janeiro de 1939, arquivado tanto dentro do *Politische Abteilung IX* pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band 4*), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA, quanto dentro do *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA.

em 2 de dezembro de 1938, que a justificativa para a intensificação da Campanha de Nacionalização teria sido o medo difundido por jornais catarinenses (*O Estado* e o *Diário Oficial de Santa Catarina*) de que a Alemanha tentaria anexar o sul do Brasil ao seu território, como havia feito com os Sudetos. O cônsul Steimer considerou a idéia de anexação uma tola alegação (*toerichte Behauptung*).⁴²⁵ Estas informações possibilitam a interpretação de que a tese de anexação do território sul-brasileiro foi criada e difundida pela imprensa brasileira. Na pesquisa atual, não foi encontrada, na documentação diplomática, nenhum dado que fornecesse algum subsídio a esta tese, além de que a historiografia alemã (GAUDIG e VEIT, 1995; MÜLLER, 1992; BARTEL, 1991; POMMERIN, 1977; HARMS-BALTZER, 1970) e brasileira (GERTZ, 1989) já vem, há alguns anos, negando a possibilidade do *III Reich* planejar ou idealizar a incorporação da região sul da América do Sul.

Conclui-se que este tema teve relevante interferência nas preocupações e ações da diplomacia alemã com o governo e a diplomacia brasileiros durante todo o ano de 1938, tanto que, após a censura imposta aos jornais brasileiros, este tema deixou de ser um dos complicadores nas relações diplomáticas.

Em junho de 1939, quando ainda não existia o DIP (Departamento de Imprensa Propaganda), mas sim o DPDC (Departamento de Propaganda e Difusão Cultural), que era vinculado ao Ministério da Justiça, Francisco Campos, o ministro da época mandou um telegrama aos governadores dos estados brasileiros permitindo publicar notícias das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha, frisando que não se deveriam consentir campanhas violentas contra este país.⁴²⁶ Era o momento em que se retomavam as nomeações dos embaixadores. Provavelmente tenha sido o motivador e considerada necessária para barrar ações que pudessem dificultar o fim desta tensão nas relações diplomáticas entre ambos os países.

Em 21 de setembro de 1939, quando iniciou o conflito mundial na Europa, outro telegrama do governo brasileiro para os governadores determinava que não poderiam ser publicadas nem matérias ofensivas nem caricaturas insultuosas aos países estrangeiros e às suas autoridades. Nesse momento, as relações diplomáticas haviam sido reestabelecidas,

⁴²⁵ Relatório B5, Pol IX 2207, de 12 de dezembro de 1938, que enviou dois relatórios de Florianópolis (de 30 de novembro e de 2 de dezembro). Arquivado dentro do *Politische Abteilung IX* pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band 4*), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA.

⁴²⁶ Telegrama de 15 de junho de 1939, na caixa CG Maço 131 - Telegramas recebidos de 1939, no **Fundo: Correspondência dos Governadores** no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

sendo necessário manter relações amistosas com os países estrangeiros.⁴²⁷ Nos períodos de crise diplomática com a Alemanha, foi tolerado que algumas informações fossem apresentadas ao público, mas assim que foram retomadas plenamente as negociações políticas com a Alemanha, as notícias sobre essa nação e seus súditos, ou não apareceram ou isso teve de ser feito de forma amena. Neste sentido, encerrou-se um dos problemas apontados, desde fevereiro de 1938, pela diplomacia alemã que atuava no Brasil, fato que foi informado ao AA, e este comunicou a outros postos diplomáticos alemães.⁴²⁸

3.7 RELAÇÕES COMERCIAIS

O comércio entre ambos os países continuou sendo um dos fatores que favoreceu as relações diplomáticas. Mesmo pequenos contra-tempos foram logo resolvidos. A situação mais delicada deste período foi o fato do Banco do Brasil, controlador das exportações e importações, ter executado uma pequena interferência no pagamento das exportações brasileiras em marcos compensados, isto é, por um pequeno período, de julho a outubro de 1938, não foram pagas as exportações brasileiras com marcos compensados, porque se possuía um amplo estoque desta moeda (HILTON, 1977c, p. 276).⁴²⁹ No entanto, em 22 de outubro de 1938 esta situação já estava resolvida.⁴³⁰

Para Hilton (1977c, p. 275), o governo alemão desejou impedir qualquer ruptura com o comércio brasileiro, porque este era fonte de matérias-primas vitais, principalmente do algodão, demanda que cresceu por causa do rearmamento e da mobilização para a guerra. Esta afirmação teve por base a documentação do gabinete de Hitler e a do AA, já citada neste

⁴²⁷ Telegrama de 21 de setembro de 1939, na caixa CG Maço 131 - Telegramas recebidos de 1939, no **Fundo: Correspondência dos Governadores** no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

⁴²⁸ Carta do AA para postos diplomáticos, principalmente na Europa, de 6 de outubro de 1939, arquivado dentro do departamento jurídico (*Rechts-abteilung*), na pasta *Kriegsrecht – Neutralität – Brasilien* (1939 a 1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-40223** do PAAA.

⁴²⁹ McCann (1995, p. 139) afirmou que a crise ocorreu no período de junho e julho de 1938.

⁴³⁰ Telegrama 180, de 12 de novembro de 1938, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien – Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (7.1938 a 11.1938, *Band 3*), com o código de arquivamento: **R-104941** do PAAA.

capítulo. Conforme Herbst (s/d, p. 63), um terço de toda a matéria-prima consumida pela Alemanha vinha do estrangeiro.

Mesmo no período mais tenso das relações diplomáticas, as relações comerciais se intensificaram. Em meados de novembro, Osvaldo Aranha e Sousa Costa informaram ao encarregado da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro que concordavam com um aumento de 15% na cota do algodão e de 10 % em todas as demais mercadorias (HILTON, 1977c, p. 277). Em seguida, dezembro de 1938, foi prorrogado o acordo de compensações por mais 6 meses. No entanto, todas estas negociações continuavam sendo executadas em acordos informais.⁴³¹

O Ministério das Relações Exteriores da Alemanha acompanhava todas as atividades que envolviam o comércio brasileiro. Uma destas atividades foi a Missão Aranha, que consistiu na visita do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Osvaldo Aranha, no início de 1939, aos Estados Unidos, atendendo ao convite pessoal do presidente Roosevelt. Esta viagem contou com outros integrantes do governo brasileiro, o diretor do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), Luís Simões Lopes, do Banco do Brasil, Marcos de Sousa Dantas, e os diplomatas Carlos Muniz e Sérgio de Lima e Silva. Estas autoridades mantiveram diversas conversações com autoridades estadunidenses. Durante a Missão Aranha, o ministro das Relações Exteriores teve consciência dos interesses norte-americanos, tanto que apontou a competição alemã para atingir seus objetivos. Conforme Gerson Moura (1980, p. 116), o governo norte-americano tinha certo consenso nas discussões internas sobre a relação com o Brasil, pois desejava vencer a competição comercial com a Alemanha, para firmar a ligação do Brasil ao seu sistema de poder, mas não havia unanimidade de qual seria a forma para atingir tal objetivo. O resultado da missão foi considerado pouco frutífero para o governo brasileiro. Um dos motivos foi o fato de não terem sido assinados os tão sonhados acordos militares. Em síntese, o resultado da missão foi o comprometimento de que o Brasil retomaria o pagamento da dívida externa e adotaria uma política cambial mais flexível, em troca de 19 milhões de dólares, destinados a liquidar atrasos comerciais. O desfecho da negociação foi um pouco diverso do seu objetivo, o qual visava ao financiamento mais geral para o desenvolvimento do país (CORSI, 1993, p. 10). A diplomacia alemã acompanhou e informou o AA dos rumos da Missão Aranha, tanto por

⁴³¹ Relatório B5, Pol IX 2104, de 5 de dezembro de 1938, dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band 4*), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA.

telegramas da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro, quanto da diplomacia alemã de Washington, que chegou a enviar cinco telegramas sobre este assunto.⁴³²

Todas estas medidas econômicas devem ser analisadas conjuntamente com as relações políticas que o governo brasileiro mantinha com estes dois países. A situação político-militar de 1938 na Europa gerou a convicção de que haveria uma guerra; para isto, era importante preparar o plano político, econômico e militar. Os EUA consideraram necessário estabelecer o controle estratégico da América Latina, para isto era importante eliminar a influência alemã. Também desejavam que o governo brasileiro tivesse controle da sua situação, por isto, em 1938, houve uma intensa troca de informações dentro do governo e entre os dois governos (MOURA, 1980, p. 113-114). A principal preocupação do governo estadunidense no comércio de compensação da Alemanha com o Brasil referia-se não à venda de produtos brasileiros para a Alemanha, mas sim, às compras brasileiras no mercado alemão, o qual competia com o mercado dos EUA (MCCANN, 1995, p. 137). Quer dizer, os Estados Unidos não se opunham ao Brasil exportar para a Alemanha, desde que importassem a maioria dos produtos de seu país, isto é, a política comercial liberal. Não admitiam os acordos comerciais tendo por base os *Marcos Askí*, porque estes determinavam que o comércio se basearia em trocas comerciais.

Conclui-se que, as relações comerciais continuavam sendo um dos principais elos de ligação entre a Alemanha e o Brasil.

3.8 QUESTÕES MILITARES

Após a assinatura do segundo contrato de compra de material bélico da Alemanha, março de 1938, houve um período de breves contatos militares. Em dezembro de 1938, aos poucos, os contatos militares foram se intensificando, principalmente após a Missão Aranha, quando se reafirmou, para o Brasil, que a Alemanha era o único país que poderia fornecer material bélico para reequipar o seu exército. Por parte da Alemanha, as relações militares

⁴³² Telegramas números 37, 48, 51, 56 e 67, do diplomata Thomsen que estava em Washington para o AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

foram incentivadas para fortalecer os laços diplomáticos com o Brasil. Quer dizer, ainda não havia um objetivo militar para as ações de proximidade com o Brasil.

3.8.1 Forças Armadas

Um dos primeiros passos, depois de março de 1938, foi o convite para que Góes Monteiro fosse assistir às manobras alemãs em 1939. No entanto, é interessante conhecer os bastidores até a formalização desse convite. Em 6 de dezembro, a embaixada alemã relatou a tentativa de estreitar relações com Góes Monteiro, considerado o segundo mais destacado oficial brasileiro, através de um almoço ocorrido 14 dias antes no Clube Germânia. Nesta ocasião, foi afirmado que se entendia que o Brasil tinha a necessidade de ter uma língua nacional, mas que era importante para os descendentes de imigrantes alemães aprenderem o alemão, pois, assim, constituiriam uma ponte entre as duas nações, e não um muro. Neste momento da conversa, Góes Monteiro teria demonstrado interesse em ser convidado para, no próximo ano, assistir às manobras alemãs.⁴³³ Em 10 de dezembro, a embaixada informou ao AA, que Góes Monteiro tinha recebido um convite do exército dos EUA, logo, considerava importante, para garantir a disposição deste oficial, que fosse efetivado um convite por parte das forças armadas alemãs. Em 15 de dezembro, foi elaborado um documento entre o diretor do departamento de política e do *Unterstaatssekretär*, sugerindo que se entrasse em contato com Göring para efetivar o convite.⁴³⁴ Em 27 de dezembro de 1938, o AA encaminhou para o *Oberkommando der Wehrmacht* a documentação anteriormente citada.⁴³⁵ Em 19 de janeiro de 1939, von Levetzow informou ao AA que havia feito o convite ao general Góes Monteiro, momento em que havia sido concluído todo o trâmite burocrático para ser efetivado o

⁴³³ Relatório M2, Pol IX 2105, de 6 de dezembro de 1938, dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band 4*), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA.

⁴³⁴ Documento interno do AA, Ref: LS v. Schubert, Pol IX 2105, de 15 de dezembro de 1938, dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band 4*), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA.

⁴³⁵ Carta do AA para o *Oberkommando*, Pol IX 2105, de 27 de dezembro de 1938, dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band 4*), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA.

convite.⁴³⁶ Em 3 de fevereiro, Góes Monteiro agradeceu formalmente ao convite, e informou que foi autorizado por Vargas para visitar a Alemanha no outono.⁴³⁷ Todavia, esta viagem foi cancelada em função da suspensão das manobras militares por causa do início da guerra na Europa.

Percebe-se que a formalização deste convite foi um ato discutido entre os diplomatas e os militares, ou seja, não foi um ato meramente de convite, mas sim uma proposta para estreitar as relações, e para se contrapor aos EUA.

3.8.1.1 Aquisição de armas

A assinatura do contrato de compra de armamentos da Alemanha, de março de 1938, exigiu que militares brasileiros fossem acompanhar a fabricação das armas. Em 25 de junho de 1938, o major Delso Mendes da Fonseca era apresentado ao AA como membro da comissão militar incumbida da fiscalização e do recebimento do material bélico.⁴³⁸ O chefe da missão militar brasileira era o tenente-coronel Zeno Estilão Leal. Em 8 de julho, foi solicitado que o referido tenente-coronel tivesse a autorização para estudar os tipos mais modernos de lança-chamas, para uma eventual aquisição por parte do governo brasileiro, além de que fosse fornecida a relação das fábricas alemãs que constroem este armamento.⁴³⁹ Em 4 de outubro de 1938, momento de intensas tensões diplomáticas, a Embaixada Brasileira em Berlim informou que os oficiais, major Amaury Gentil de Araújo, e os capitães Orlando da Fonseca Rangel Sobrinho e Edgard de Abreu e Lima haviam chegado para assumir suas funções na Comissão

⁴³⁶ Relatório M5, Pol IX 194, de 19 de janeiro de 1939, dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band 4*), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA.

⁴³⁷ M5, Pol IX 267, 6 de fevereiro de 1939, em anexo consta a Carta de Góes Monteiro para a Embaixada alemã no Rio de Janeiro, de 3 de fevereiro de 1939. Documento arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* (12.1938 a 4.1939, *Band 4*), com o código de arquivamento: **R-104942** do PAAA.

⁴³⁸ Carta nº 112 da Embaixada Brasileira em Berlim para o AA, de 25 de junho de 1938, arquivada dentro do *Handelspolitische Abteilung Kriegsgerat*, pasta *Brasilien* (1937 a 1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-106424** do PAAA.

⁴³⁹ Carta nº 121 da Embaixada Brasileira em Berlim para o AA, de 8 de julho de 1938, arquivada dentro do *Handelspolitische Abteilung Kriegsgerat*, pasta *Brasilien* (1937 a 1938, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-106424** do PAAA. No livro *III Reich* (1968, p. 151 e 152) há a tradução do documento.

Militar Brasileira instalada em Essen.⁴⁴⁰ Em 12 de outubro, foi solicitada permissão para que o tenente-coronel Lacerda d'Almeida pudesse transitar pela fronteira com a França. Neste documento, afirmou-se que “o tenente-coronel Almeida, como é de conhecimento desse ministério, está especialmente encarregado de receber material bélico encomendado pelo Governo Brasileiro a diversas fábricas alemãs”. Percebe-se que os oficiais brasileiros estiveram visitando e fiscalizando a produção do material bélico encomendado. Outro fato que está explícito é que os contratos eram feitos para um grupo de fábricas que, no caso brasileiro, estava encabeçado pela fábrica Krupp.⁴⁴¹ Em 11 de novembro, foram informados dados complementares dos sete oficiais da Missão Militar brasileira daquele momento (os já citados, major Amaury Gentil de Araújo, os capitães Orlando da Fonseca Rangel Sobrinho e Edgard de Abreu e Lima, o tenente-coronel Lacerda d'Almeida, além do major Gellio de Araújo Lima, do major Heitor Bianco de Almeida Pedroso e do 1º tenente Moacyr Tavares do Carmo). Também foi solicitado que os referidos oficiais pudessem frequentar, durante os meses de novembro e dezembro, as usinas Reichert, em Colônia, e Krupp Rheinhausen, perto de Duisburg.⁴⁴² No entanto, o *Reichswirtschaftsminister* informou, em 18 de novembro, ao AA, a impossibilidade desta autorização.⁴⁴³ Em 16 de março de 1939, três novos oficiais (coronel Gustavo Cordeiro de Farias⁴⁴⁴, capitão Herschell de Proença Borralho e capitão Mario Guimarães Carneiro) passaram a servir na Comissão militar.⁴⁴⁵

Em 23 de março de 1939, havia chegado material de artilharia da Alemanha (VARGAS, 1996, p. 210), encomendado em 18 de fevereiro de 1937. Após a entrega do material de artilharia, as negociações para um terceiro contrato das forças armadas do Brasil com empresas alemãs se intensificaram. Entre as diversas negociações do governo brasileiro,

⁴⁴⁰ Carta nº 162 da Embaixada Brasileira em Berlim para o AA, de 4 de outubro de 1938, arquivada dentro do *Handelspolitische Abteilung Kriegsgerat*, pasta *Brasilien (1937 a 1938, Band 1)*, com o código de arquivamento: **R-106424** do PAAA.

⁴⁴¹ Carta nº 170 da Embaixada Brasileira em Berlim para o AA, de 12 de outubro de 1938, arquivada dentro do *Handelspolitische Abteilung Kriegsgerat*, pasta *Brasilien (1937 a 1938, Band 1)*, com o código de arquivamento: **R-106424** do PAAA.

⁴⁴² Carta nº 191 da Embaixada Brasileira em Berlim para o AA, de 11 de novembro de 1938, arquivada dentro do *Handelspolitische Abteilung Kriegsgerat*, pasta *Brasilien (1937 a 1938, Band 1)*, com o código de arquivamento: **R-106424** do PAAA.

⁴⁴³ *Schnellbrief*, de 18 de novembro de 1938, do *Reichswirtschaftsministe* ao AA, arquivada dentro do *Handelspolitische Abteilung Kriegsgerat*, pasta *Brasilien (1937 a 1938, Band 1)*, com o código de arquivamento: **R-106424** do PAAA.

⁴⁴⁴ Gustavo Cordeiro de Farias, irmão de Osvaldo Cordeiro de Farias (interventor do Rio Grande do Sul de 1938 a 1943), nasceu em 20 de junho de 1893. De 1937 a 1939 foi chefe do gabinete do Estado Maior do Exército. De 1939 a 1941 foi designado para a Diretoria de Material Bélico, chefiando a comissão militar em Essen (DHBB).

⁴⁴⁵ Carta nº 38 da Embaixada Brasileira em Berlim para o AA, de 16 de março de 1939, arquivada dentro do *Handelspolitische Abteilung Kriegsgerat*, pasta *Brasilien (1939 a 1939, Band 2)*, com o código de arquivamento: **R-106425** do PAAA.

cita-se a solicitação, efetuada em 8 de maio de 1939, para que dois majores e dois capitães⁴⁴⁶ pudessem visitar as usinas das fábricas *Bochumer Vereine*⁴⁴⁷ e *Deutsche Edel-Stahlwerke*.⁴⁴⁸ Outra tratativa interessante, mas que foi descartada pelas fábricas alemãs, foi a compra de submarinos.⁴⁴⁹

Em 28 de julho de 1939, foram assinados mais 5 contratos para compra de material de transporte de artilharia. Para o pagamento, poderia ser utilizado 85% de marcos compensados. Novamente, os contratos tinham como principal fábrica a Krupp, mas outras 5 empresas faziam parte do contrato.⁴⁵⁰

Neste contexto, pode-se afirmar que as relações militares ajudaram a estreitar, consideravelmente, as relações políticas.

3.9 CONCLUSÃO PARCIAL

De maio de 1938 a junho de 1939, o contexto histórico foi muito instável, principalmente em função da tensão diplomática existente entre Alemanha e Brasil. Sendo assim, analisar este período exige conhecer os trâmites legais de organização e de estruturação do próprio AA, com o fim de avaliar a importância de cada documento produzido, além de compreender o contexto de cada momento das relações diplomáticas. Neste sentido, a reestruturação do AA, ocorrida nos primeiros meses de 1938, também demonstra a preponderante presença de indivíduos vinculados ao partido nazista. Deste modo, tentar fazer uma análise dos fatos deste período como sendo um único contexto ou, ainda, analisar os

⁴⁴⁶ Sendo que o único que ainda não havia sido mencionado na documentação foi o capitão Cid Maciel Monteiro de Oliveira.

⁴⁴⁷ Provavelmente este nome esteja errado, pois *Verein* significa clube, mas na documentação é este o termo que está expresso.

⁴⁴⁸ Carta nº 64 da Embaixada Brasileira em Berlim para o AA, de 8 de maio de 1939, arquivada dentro do *Handelspolitische Abteilung Kriegsgerat*, pasta *Brasilien (1939 a 1939, Band 2)*, com o código de arquivamento: **R-106425** do PAAA.

⁴⁴⁹ Carta do *Reichsgruppe Industrie* (grupo de indústrias alemãs) ao AA, de 5 de junho de 1939, arquivada dentro do *Handelspolitische Abteilung Kriegsgerat*, pasta *Brasilien (1939 a 1939, Band 2)*, com o código de arquivamento: **R-106425** do PAAA.

⁴⁵⁰ Carta do *Reichsgruppe Industrie* (grupo de indústrias alemãs) ao AA, de 4 de agosto de 1939, arquivada dentro do *Handelspolitische Abteilung Kriegsgerat*, pasta *Brasilien (1939 a 1939, Band 2)*, com o código de arquivamento: **R-106425** do PAAA.

acontecimentos ocorridos entre maio de 1938 a junho de 1939 como fazendo parte do período imediatamente anterior ou posterior, induz a incoerências e generalizações, minimizando o intenso e rico contexto histórico.

Após a proibição do partido nazista no Brasil, em 18 de abril de 1938, as relações diplomáticas entre Alemanha e Brasil, aos poucos, foram ficando mais tensas, principalmente, porque na América Latina, o governo brasileiro foi o precursor de ações de proibição das atividades da NSDAP. As suspeitas divulgadas na imprensa, a partir da tentativa de golpe integralista, apimentaram ainda mais esta situação. Este clima complicado, e o delicado trabalho de Ritter em defender os cidadãos alemães que estavam sendo presos, ou por motivos políticos, ou pela suspeita de participação na ação de 10 de maio, desgastaram ainda mais as relações políticas.

Sobre a participação do governo alemão ou da organização partidária nazista na tentativa de golpe integralista não existe nenhum documento arquivado no AA, nas pastas sobre o Brasil, que pudesse dar algum subsídio a esta possibilidade, tanto na documentação produzida internamente, quanto na remetida pela Embaixada Alemã no Rio de Janeiro ao AA. Nem mesmo a prisão de Kopp, por alegação da participação na ação de 10 de maio, que foi visto pela historiografia, como um indício de participação do governo alemão no referido atentado, fornece elementos para tal interpretação. A prisão de Kopp gerou muita preocupação na diplomacia alemã, porque ele tinha um documento em que estava expressa a intenção diplomática alemã de burlar as leis brasileiras, transformando uma organização partidária ilegal em um grupo cultural legalizado. No entanto, essa prisão em nada interferiu nas relações entre ambos os países, porque o referido documento não se tornou público, e como este indivíduo não era cidadão alemão e sim descendente, diplomaticamente a embaixada alemã nada fez em prol dele.

Este contexto de tensão diplomática, gerada pelas suspeitas de participação alemã na tentativa de golpe integralista, foi considerado uma questão grave pelo Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, pois até o *Staatssekretär*, Weizsäcker, segundo na hierarquia diplomática alemã, passou a ser informado e a discutir este tema. Chegando a argumentar, junto ao Embaixador Brasileiro em Berlim, em defesa dos posicionamentos de Ritter. Esta situação foi concluída com um comunicado do governo brasileiro informando que não havia provas da participação alemã na referida tentativa de golpe.

Em fins de maio, Ritter acabou cometendo uma indelicadeza. Esta, para o governo brasileiro, mesmo depois de ter sido desdita, impossibilitou as negociações do embaixador

alemão com o ministro das Relações Exteriores do Brasil. A indelicadeza de Ritter não foi respaldada pelo AA, tanto que ele teve de desdizer suas palavras. Este foi o único fato das ações executadas pelo embaixador que teve contestação do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. Mesmo depois de ter sido considerado *persona non grata*, Ritter exerceu grande influência nas decisões da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro, tanto que chegou a redigir, em dezembro de 1938, a resposta encaminhada pela diplomacia alemã, em janeiro de 1939, a Osvaldo Aranha. Também se percebe que Ritter tinha uma boa leitura da realidade, tanto que, em junho de 1938, avaliou que seria aconselhável seu afastamento do posto diplomático no Brasil.

Outro fator que vem somar-se a este contexto é que, a partir de maio de 1938, a NSDAP passou a repensar sua atuação nos países latino-americanos, tanto que foi remetida uma correspondência dando orientações para que as células nazistas destes países não fossem mais tão visíveis e agressivas.

No final de setembro, foi declarado que Ritter não era bem-vindo ao Brasil. Como consequência, o AA reagiu com uma ação de reciprocidade, isto é, Muniz de Aragão foi considerado *persona non grata* na Alemanha. A retirada dos embaixadores criou um problema nas relações políticas entre ambos os países. Mesmo havendo um temor de que fossem cortadas as relações diplomáticas, não houve interferência nas relações comerciais ou militares, estas até tiveram um significativo desenvolvimento. No comércio, houve um acordo para a Alemanha comprar mais algodão e outros gêneros do Brasil. Nas relações militares, houve por parte da Alemanha, a entrega do material bélico encomendado em 1937 e o convite para Góes Monteiro assistir às manobras do exército alemão. Isto é, as relações militares, neste período, foram incentivadas, para fortalecer os laços diplomáticos com o Brasil, não havendo um objetivo militar para as ações de proximidade deste país. Do lado brasileiro, o interesse em comprar mais material bélico intensificou-se, principalmente após a Missão Aranha não ter obtido os resultados esperados neste assunto nos Estados Unidos. Fruto deste contexto foram os cinco contratos assinados, em julho de 1939, para a compra de material bélico com empresas alemãs.

A Campanha de Nacionalização não foi um complicador decisivo nas relações diplomáticas entre Alemanha e Brasil. No entanto, é preciso afirmar que as ações advindas desta Campanha não foram benquistas pela diplomacia alemã.

A partir de novembro de 1938, a proibição da NSDAP, a prisão de cidadãos alemães e as ações da Campanha de Nacionalização que atingiram a educação dos filhos de cidadãos

alemães foram temas abordados em diversas correspondências da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro com o AA. No entanto, estes assuntos, em raras ocasiões, foram tratados entre a embaixada alemã e o governo brasileiro. O encarregado dos negócios da embaixada alemã preferia abordar, de forma mais informal, os casos em que cidadãos alemães haviam sido presos, e isso com pessoas com as quais havia adquirido maior proximidade, principalmente os militares. Isto ocorreu por dois motivos: primeiro, porque não se pretendia tensionar ainda mais os frágeis elos políticos, e von Levetzow usou-se de algumas relações pessoais para intervir; segundo, porque ele tinha pouca representatividade para discutir tais temas. Interessante que, neste período, o AA recebeu cartas de diversos partidários nazista descrevendo a situação no Brasil, provavelmente, porque consideravam que a diplomacia alemã no Brasil não estava se importando com o contexto existente.

O Brasil, por seu lado, estava exercendo uma maior censura nos jornais, a fim de coibir reportagens que difamavam a Alemanha, solicitação efetivada desde fevereiro de 1938. Todavia, Vargas recebia informações sobre ações clandestinas de partidários da NSDAP no Brasil. O último comunicado registrado neste período foi de 3 de abril de 1939, momento em que foi solicitada vigilância na correspondência dos cônsules e de outros agentes do governo alemão em Santa Catarina e no Paraná (VARGAS, 1996, p. 213 e 214).

Analisando os documentos arquivados na pasta do *Staatssekretär*, percebe-se que os assuntos que o preocuparam eram a suspeita de participação no golpe integralista, a declaração de Ritter como *persona non grata*, a Missão Aranha e a possibilidade de nomeação do novo embaixador para o posto do Rio de Janeiro, quer dizer, o alto escalão do AA envolveu-se na discussão diplomática quando houve indícios de ruptura nas relações entre os países e na tentativa de restabelecer as mesmas. Já as correspondências enviadas a outros departamentos do AA tratavam da proibição do partido nazista, das reportagens sobre a possível tentativa de golpe integralista, das prisões de cidadãos alemães, da tensão diplomática e da prisão de Kopp. Para outros ministérios, foram enviados documentos sobre a proibição da NSDAP, ações da Campanha de Nacionalização, que atingiram também italianos e poloneses, a proibição de professores alemães serem enviados ao Brasil (junho de 1938)⁴⁵¹, o medo de que ações brasileiras incentivassem ações similares em países latino-americanos, a

⁴⁵¹ Os professores com cidadania alemã, que eram enviados ao Brasil e mantidos por algum órgão do governo alemão, tiveram como destino as escolas dos centros urbanos, principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro. Isto se deve ao fato de que nestas regiões se concentravam os maiores números de cidadãos alemães. As escolas interioranas e que atendiam descendentes de imigrantes alemães, há alguns anos, precisavam buscar outras formas de sobreviver. Uma delas foi conseguir subsídios dos governantes brasileiros (PETRY, 2003).

prisão de Plínio Salgado e a análise do contexto das relações políticas do Brasil com a Alemanha. Isto demonstra que o AA encaminhou para outras autoridades assuntos relacionados às relações diplomáticas ou sobre a proibição do partido nazista, isto é, dados de como estavam sendo encaminhadas as relações diplomáticas. Neste sentido, é importante a informação de que, em 8 de outubro de 1938, o AA mandou uma correspondência a todas as missões diplomáticas latino-americanas para que estas fizessem um relatório informando qual era a posição do país em que estava localizado o posto diplomático (POMMERIN, 1977, p. 50). Isto ocorreu em função da necessidade de analisar a repercussão da anexação de parte da Tchecoslováquia, provavelmente, para avaliarem como seriam encaminhados os próximos atos.

A NSDAP, até 1938, estava construindo uma união com a diplomacia alemã.⁴⁵² No entanto, no Brasil, a lei de 18 de abril de 1938, que proibia os partidos estrangeiros, acelerou o processo de união entre a diplomacia e o partido nazista, neste momento histórico. Isto se tornou explícito quando von Cossel, em junho de 1938, retornou ao Brasil com o cargo de adido cultural da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro, isto é, adquiriu imunidade diplomática, podendo assim exercer, na clandestinidade, seu papel de chefe da NSDAP no Brasil. Outro fato que alterou os rumos diplomáticos, no ano seguinte, foi que o próprio partido nazista, em março de 1939, definiu que a organização partidária deveria, enquanto não houvesse mudanças no governo brasileiro, enquadrar-se nas principais leis deste país.

A documentação pesquisada questiona a rotulação de von Levetzow como um diplomata com muito tato em negociações, e Ritter como o oposto. Para analisar estes dois diplomatas, precisamos entender as funções de cada um e também o contexto em que cada um esteve atuando. Outro fato que não pode ser esquecido é que estavam em contato duas culturas muito diferentes: a alemã, na qual a diplomacia já era concebida como uma atividade profissional e a brasileira que, conforme McCann (1995, p. 89) e Seitenfus (2003), tinha como principal fundamento fazer amigos. Neste sentido, Ritter ignorou esta característica, e von Levetzow soube utilizar-se dela muito bem.

No segundo semestre de 1939, a situação diplomática entre Brasil e Alemanha se normalizou, mas o contexto mundial se alterou com o início da guerra na Europa. Sendo

⁴⁵² Para Pommerin (1977, p. 58), as relações entre Alemanha e América Latina eram mais representadas pela conduta do AO do que pela atividade ou iniciativa da política tradicional do AA, fato que não se comprova na relação Alemanha e Brasil.

assim, surgiu um novo contexto para as relações diplomáticas entre os dois países, assunto que será abordado no próximo capítulo.

II Parte
OS PRIMEIROS ANOS DA II GUERRA MUNDIAL
(1939 A 1942)

4. TEMPOS DE REAPROXIMAÇÃO DIPLOMÁTICA

Em meados de 1939, as relações diplomáticas entre Alemanha e Brasil estavam retornando à normalidade. Efetivamente, o processo foi concluído, por parte do Brasil, em 25 de agosto de 1939, quando o novo embaixador, Ciro de Freitas Vale⁴⁵³, apresentou-se ao AA.⁴⁵⁴ Neste contexto de retomada plena das relações diplomáticas, a intenção descrita por Graça Aranha, em 16 de junho de 1939, de que o novo Embaixador Brasileiro em Berlim desejava participar das atividades do *Parteitag* (congresso do partido nazista), que iria ocorrer entre 2 e 11 de setembro de 1939⁴⁵⁵, demonstra que a diplomacia brasileira pretendia mostrar-se benevolente aos olhos do governo alemão. Por parte da Alemanha, efetivamente, foi posto um ponto final na crise diplomática, em 10 de outubro, quando o novo Embaixador Alemão no Rio de Janeiro, Curt Max Prüfer⁴⁵⁶, entregou sua credencial a Vargas (1995, p. 261).⁴⁵⁷ O desfecho desta situação ocorreu justamente no momento em que iniciou na Europa uma guerra, sendo um dos beligerantes a Alemanha. Em 1º de setembro de 1939, a Alemanha atacou a Polônia devido a questões de soberania sobre a região. Dois dias após, em 3 de

⁴⁵³ Ciro de Freitas Vale nasceu em 1896 e faleceu em 1969. Iniciou a carreira diplomática em 1918. Era primo de Osvaldo Aranha (DHBB).

⁴⁵⁴ Memorando de 25 de agosto de 1939, assinado por Mohr, sobre a entrega das credencias de Freitas Vale, arquivado no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA. Este documento, pela sua importância, foi enviado para 8 diferentes departamentos dentro do AA.

⁴⁵⁵ Registro de audiência de Graça Aranha no AA, de 16 de junho de 1939, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁴⁵⁶ Existem poucas informações deste personagem. Pela documentação, sabe-se que antes de 1939, era diretor de departamento. Disso se deduz que ele já atuava na carreira diplomática há muitos anos.

⁴⁵⁷ No entanto, em 3 de outubro de 1939, Prüfer já estava enviando correspondência da embaixada alemã no Rio de Janeiro. Documentação arquivada dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

setembro, a França e o Reino Unido declaram guerra à Alemanha. Os britânicos utilizaram o bloqueio naval como principal modalidade de guerra, que pouco efeito teve na economia alemã, pois esta tinha como intensificar o comércio com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A conjuntura deste momento, porém, transformou-se num novo complicador nas relações diplomáticas entre ambos os países, pois o bloqueio atingiu a economia latino-americana e brasileira.

No contexto de guerra, aos poucos, surgiram três elementos que estavam intimamente entrelaçados: a violência; a arte militar; a subordinação da condução da guerra à diplomacia dos Estados (AZÉMA, 1996, p. 400-411). Quer dizer, a diplomacia e o alto comando das forças armadas eram duas organizações que passaram a ter seus interesses totalmente entrelaçados. Fato perceptível numa análise quantitativa do armazenamento de documentos sobre o Brasil nos arquivos militares alemães. Já nos primeiros dias após o início do conflito, na Europa, isto é, setembro de 1939, os funcionários das forças armadas alemãs criaram uma pasta específica sobre o Brasil, em função do aumento considerável da documentação sobre este país.⁴⁵⁸ Com o passar dos anos, isto se intensificou. Percebe-se que a documentação militar alemã sobre o Brasil, entre 1939 e 1940, tem um caráter de acompanhamento dos fatos ocorridos dentro deste país, das mudanças na legislação em função da guerra e de suas relações com a Alemanha. Neste momento, algumas correspondências dos diplomatas alemães no Brasil foram enviadas diretamente para as forças armadas, quebrando assim as regras de protocolo vigentes no Ministério das Relações Exteriores, segundo as quais a correspondência diplomática deveria ser enviada ao AA e este a reencaminharia para os devidos setores/ministérios do III *Reich*.

O *Oberkommando der Wehrmacht* – OKW (Comando Supremo das Forças Armadas) foi o responsável pela elaboração e divulgação de um documento com alguns trechos selecionados da correspondência diplomática, que, em média, tinha duas folhas, e que chegou a ser elaborado em dias consecutivos, não tendo uma periodicidade regular. Este documento era encaminhado para 19 diferentes chefias das forças armadas. Sobre o Brasil, durante o ano 1939, constam somente três documentos abordando a neutralidade. Em 1940, houve um aumento de trechos de telegramas selecionados sobre o Brasil – passaram a ser mais de 12 –, o principal assunto continuou sendo a neutralidade. Já no primeiro semestre de 1941, existem mais de 10 trechos de telegramas reproduzidos enviados da Embaixada Alemã no Rio de

⁴⁵⁸ Departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento **RM/7 – 1298** do *Bundesarchiv – Militärarchiv in Freiburg* (BA MA).

Janeiro. Neles era abordada a questão da neutralidade, das ações estadunidenses e dos aeroportos brasileiros.⁴⁵⁹

No período aqui analisado, setembro de 1939 a junho de 1941, ainda persistiu o domínio das relações diplomáticas entre Alemanha e Brasil. Neste sentido, este foi um período de certa calma, com intensa comunicação diplomática sobre a posição política internacional do Brasil, possibilidades de acordos comerciais para serem efetuados depois da guerra e o transporte das mercadorias negociadas antes da eclosão do conflito. Por outro lado, os militares alemães começaram a registrar, sistematicamente, informações, principalmente sobre os navios cargueiros, tanto dos países neutros, quanto dos inimigos e dos aliados. Este registro, na grande maioria, não era individual de cada país, mas sim de regiões específicas, como, por exemplo, a América do Sul.⁴⁶⁰ Ao analisar a documentação, verificou-se que os dados foram produzidos a partir de observações levadas a efeito nos portos, tanto por pilotos da força aérea, quanto por pessoas/espíões, que telegrafavam de diversos países, além de reportagens jornalísticas enviadas tanto pelos postos diplomáticos quanto por cidadãos alemães que lá moravam. Nem toda a documentação arquivada é compreensível, pois muita foi escrita em códigos, principalmente quando se tratava de telegramas.

Paralelamente, o período foi marcado pela consolidação das relações entre Brasil e Estados Unidos, em função da necessidade de preencher lacunas econômicas deixadas pela impossibilidade da Alemanha em fornecer os produtos até então comercializados, em virtude do bloqueio marítimo efetuado pelo governo britânico e, por outro lado, pela força da pressão estadunidense sobre os ideais pan-americanos. Para caracterizar este momento de proximidade entre Brasil e EUA, tem sido utilizada a expressão “condescendência pragmática”, difundido por Letícia Pinheiro (1995, p. 108 a 119). Isto é, a proximidade entre os países americanos, neste momento, foi marcada pela habilidade dos governantes brasileiros em conciliar os interesses internos do Brasil, viabilização do projeto da siderurgia, a aquisição

⁴⁵⁹ Estes documentos estão arquivados na pasta *Gruppe Ausland – Ausland – allgemein – Aussenpolitische und militärpolitische Nachrichten – Geheim (Band 1 a 3, 1939 a 1941)*, com código de arquivamento: **RW/5 352 a 354** do BA MA.

⁴⁶⁰ No *Bundesarchiv – Militärarchiv in Freiburg* existem documentos esparsos sobre o Brasil antes de 1939; no entanto, no período posterior existem diversas encadernações sobre a temática: *Handelsschiffahrt* (cargueiros) *und Wirtschaftskrieg* (guerra econômica). Nelas encontramos muitas informações sobre o trânsito dos navios nos portos brasileiros. Foram elaboradas 110 encadernações sobre observações de navios cargueiros entre os anos de 1938 e 1944, sendo que cada uma das encadernações tem no mínimo 200 e no máximo 500 folhas. Outra informação importante, com o passar dos anos percebe-se que as informações cresceram em volume. Um exemplo destas encadernações é a pasta *Handelskrieg* (comércio de guerra) *und Handelsschiffsangelegenheiten* (assuntos sobre cargueiros) – *Deutsche Handelsschiffahrt – Schiffsbewegungen* (rota dos navios) – *nur Süd/Mittelamerika* (somente América do Sul e Central) que consta dentro do setor *Handelsschiffahrt und Wirtschaftskrieg*, com código de arquivamento: **RM7 2540** do BA MA.

de armas e o comércio em geral, aos ideais pan-americanos. Esta “condescendência pragmática” vai se tornar visível para a Alemanha em julho de 1941, quando os relatórios sobre a posição brasileira passaram a ser pessimistas, em virtude de algumas declarações das autoridades brasileiras, assunto que será aprofundado no próximo capítulo.

Entretanto, ao retomar as relações diplomáticas, em setembro de 1939, esperava-se resolver alguns assuntos que estavam pendentes, porque como já abordado no capítulo anterior, a partir de novembro de 1938, a proibição da NSDAP, a prisão de cidadãos alemães e a Campanha de Nacionalização foram temas que, cada vez mais, estavam sendo relatados ao AA. A partir de 1939 não foram mais abordados, entre a diplomacia alemã e o governo brasileiro, porque evitou-se qualquer assunto que poderia dificultar a retomada das relações diplomáticas. Além do que, cada vez mais, surgiram novos complicadores para os partidários do nazismo no Brasil, tanto que até Vargas passou a registrar, em seu diário, os comunicados das ações clandestinas destes partidários. A dimensão desta situação, pelo olhar do governo brasileiro, era um fato complicador, tanto que Vargas solicitou, em 3 de abril de 1939, vigilância na correspondência dos cônsules e de outros agentes do governo alemão em Santa Catarina e Paraná (VARGAS, 1995, p. 213 e 214). Esta mesma vigilância passou a ser efetuada, em novembro de 1939, pela Gestapo na correspondência da diplomacia brasileira na Alemanha.⁴⁶¹ Em dezembro de 1940, a *Sicherheitspolizei* (Polícia de Segurança) e o *Sicherheitsdienst* – SD – (Serviço de Segurança)⁴⁶², numa carta conjunta, reencaminharam ao AA informações de algumas correspondências apreendidas ou interceptadas da diplomacia brasileira na Alemanha para o Itamaraty.⁴⁶³ Quer dizer, os dois países estavam atuando no mesmo sentido. Ao longo do segundo semestre de 1941, esta atitude foi intensificada.

Nesta conjuntura, o novo Embaixador Alemão no Rio de Janeiro, além de ter de atuar num contexto brasileiro de suspeita e vigilância, ainda precisou lidar com o ambiente internacional de guerra. O conflito na Europa acabou alterando os rumos da política externa alemã e brasileira.

⁴⁶¹ Conforme carta de 7 e 20 de novembro de 1939, do chefe de política ao ministro das Relações Exteriores, von Ribbentrop, documentação arquivada dentro do departamento de comércio *Handelspolitische Abteilung* na pasta *Kriegsgerat – Brasilien* (11.1939 a 12.1941, *Band 3*), com o código de arquivamento: **R-106426** do PAAA.

⁴⁶² A SD iniciou sua existência vinculada ao partido nazista, e mais tarde tornou-se parte da rede da polícia alemã (KERSHAW, 2008, p. 456).

⁴⁶³ Carta da SS ao AA. A primeira é de dezembro de 1940, arquivada dentro do *Inland II G* pasta *Südamerika: Abgefängene Berichte brasilianischer Diplomaten* (1940 a 1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-101150** do PAAA.

4.1 POLÍTICA EXTERNA ALEMÃ

A política externa alemã para a América Latina, conforme Pommerin (1977), não havia sido definida até 1939. Para solucionar esta questão, em junho de 1939, foram convocados os chefes das missões diplomáticas e os líderes partidários que atuavam na América Latina para participar, em Berlim, da *Iberoamerika-Konferenz*. Esta atividade ocorreu nos meses em que a Alemanha se preparava para a invasão da Polônia.

4.1.1 *Iberoamerika-Konferenz*

Em 12 de junho de 1939, começou a *Iberoamerika-Konferenz* (conferência Ibero-Americana) em Berlim. Esta conferência tinha por objetivo elaborar a política externa alemã para a América Latina, definindo as competências partidárias e diplomáticas. Para isto foram reunidos os chefes das missões diplomáticas alemãs e das células partidárias localizadas na Ibero-América. Possivelmente, o diplomata para ocupar o cargo no Rio de Janeiro, então já nomeado, participou da conferência. O chefe nazista que oficialmente para o governo brasileiro era o adido cultural da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro, von Cossel participou desta conferência, pois neste período estava na Alemanha.⁴⁶⁴ Os coordenadores das atividades foram Weizsäcker e Bohle, demonstrando ser esta uma tentativa de trabalho em conjunto, entre o partido e a diplomacia. Na abertura da conferência, von Ribbentrop, ministro das Relações Exteriores do *Reich*, afirmou que, numa eventual guerra, o fundamental para a política externa alemã seria conseguir a neutralidade dos países latino-americanos (HARMS-BALTZER, 1970, p. 132).

Entretanto, o contexto histórico transformou esta conferência em relatos do contexto político de cada posto diplomático. Ao final do segundo dia, a conferência foi interrompida e

⁴⁶⁴ Em 26 de julho de 1939, fez um memorando interno, redigido dentro do AA. Memorando de 26 de julho de 1939, zu W I 2429/39, arquivado dentro do *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA.

os diplomatas ficaram em Berlim durante mais de dois meses, aguardando o desfecho da mesma. No entanto, a partir de 19 de agosto, provavelmente em função do fato de que nos próximos 13 dias ocorreria a invasão da Polônia, regressaram para seus postos diplomáticos, esperando o chamado do AA para retornarem e concluírem a conferência. Em função da invasão alemã na Polônia em 1 de setembro de 1939, e a conseqüente declaração de guerra, dois dias depois, da França e da Inglaterra, não foi possível o retorno para encerrar esta discussão (POMMERIN, 1977, p. 67 e ss.).

Esta atividade, que foi interrompida e não concluída, em síntese, definiu que, em caso de conflito, a política externa alemã em relação aos países latino-americanos deveria concentrar-se na tentativa de garantir a sua neutralidade. Com o início do conflito na Europa, houve alterações nos encaminhamentos dos assuntos, e constantes correspondências relatando a posição de autoridades brasileiras.⁴⁶⁵ Havia a necessidade de reafirmar a neutralidade dos países americanos após cada nova conquista territorial da Alemanha.

Somando-se a isto, conforme Bartel (1991, p. 174), em 3 de setembro de 1939, Hitler definiu que as atividades partidárias no estrangeiro seriam centradas nas missões diplomáticas e que os relatórios seriam controlados pelos diplomatas, como passou a ocorrer com a correspondência de von Cossel para o AA.

4.1.2 Apresentações dos embaixadores

Os embaixadores da Alemanha e do Brasil, que foram destinados para o Rio de Janeiro e para Berlim, começaram a atuar efetivamente após o início do conflito na Europa. Ciro de Freitas Vale apresentou-se, formalmente, no dia 13 de setembro, quando teve a primeira audiência no AA, sendo recebido por Woermann. Este foi um momento mais formal, sendo registradas somente as informações sobre os tipos de propaganda que estavam sendo publicadas no Brasil sobre os alemães.⁴⁶⁶ O embaixador brasileiro estava em Berlim desde

⁴⁶⁵ Telegramas arquivados em diversos departamentos, por exemplo, o telegrama de 22 de dezembro de 1939, nº 594, de Prüfer ao *Staatssekretär*, arquivado dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA como dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁴⁶⁶ Memorando interno de Woermann, destinado a 6 departamentos diferentes, de 13 de setembro de 1939, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

fins de agosto de 1939, pois pretendia participar do *Parteitag*, entre 1 e 11 de setembro; entretanto, esta atividade não ocorreu em função do início do conflito na Europa. No dia 21 de setembro, Freitas Vale teve a primeira audiência com Bohle. Nela afirmou que o problema das comunidades alemãs seria facilmente resolvido, pois antes de viajar para Berlim havia feito uma viagem pelos estados do sul do Brasil para conhecer bem a realidade, e observou que tudo estava tranqüilo e em ordem.⁴⁶⁷ Neste momento, percebe-se que todos os assuntos relacionados à proibição da NSDAP e da Campanha de Nacionalização eram abordados de forma tranqüila.

Curt Max Prüfer estava atuando como diplomata já nos primeiros dias do mês de outubro de 1939, pois existe correspondência assinada por ele desde o dia 4. Entretanto, entregou suas credenciais para o presidente do Brasil apenas em 10 de outubro de 1939. Não foram encontrados maiores detalhes sobre a viagem e a chegada deste diplomata ao Brasil.

A atuação de ambos os embaixadores se norteou pela observação acurada das conseqüências da invasão na Polônia.

4.1.3 Conseqüências da invasão na Polônia

Como já foi afirmado, o principal objetivo dos postos diplomáticos da Alemanha era garantir a neutralidade nos países em que estavam atuando. As nações latino-americanas, até 14 de setembro de 1939, já haviam declarado neutralidade no conflito europeu (POMMERIN, 1977, p. 82).

No caso brasileiro, Levetzow, que ainda era o encarregado dos negócios da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro, informou, em 4 de setembro, que o governo brasileiro lhe havia comunicado a neutralidade no conflito europeu.⁴⁶⁸ Em função da neutralidade brasileira, em 20 de setembro de 1939, Freitas Vale protestou contra o bombardeio do posto diplomático do

⁴⁶⁷ Memorando interno de Bohle para Weizsäcker, Woermann e o departamento IX de política, de 21 de setembro de 1939, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁴⁶⁸ Telegrama n° 145, do Rio de Janeiro ao AA, de 04 de setembro de 1939, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

seu país em Varsóvia, na Polônia.⁴⁶⁹ No entanto, na documentação alemã só há um único registro deste fato, sendo assim, não teve grandes conseqüências.

No intuito de informar as medidas relacionadas com o conflito na Europa, em 26 de setembro de 1939, foi enviado um telegrama do Rio de Janeiro, assinado por von Levetzow, informando que o Ministério do Interior havia imposto, através de uma circular secreta, censura em todas as publicações contendo apreciação ofensiva aos países estrangeiros, inclusive a caricaturas insultuosas, quer relativas a pessoas ou a coisas. Este telegrama, em 28 de setembro, foi enviado a vários setores das forças armadas⁴⁷⁰ e, em 6 de outubro de 1939, ele foi enviado para 17 postos diplomáticos da Alemanha na Europa e na Ásia.⁴⁷¹ Provavelmente, o telegrama estivesse se referindo a uma circular, enviada em 21 de setembro, aos interventores, que abordava especificamente este assunto.⁴⁷² Em 7 de outubro, Prüfer enviou um telegrama secreto informando mais detalhes da censura imposta à imprensa. O mesmo foi reenviado às forças armadas e estas o reenviaram, em 10 de outubro, a 2 departamentos militares.⁴⁷³ Este tema teve grande repercussão dentro dos órgãos diplomáticos e militares da Alemanha, pois não apenas um comunicado ao AA, mas sim a informação foi

⁴⁶⁹ Registro da conversa entre Woermann e Freitas Vale, 20 de setembro de 1939, arquivado tanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA, quanto do *Büro des Chefs der Auslandsorganisation* com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA.

⁴⁷⁰ Telegrama Nº 227 de 26 de setembro de 1939, do Rio de Janeiro, arquivado dentro do departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht-Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 - 1298** do BA MA.

⁴⁷¹ Carta, Pol IX 2010/39, de 06 de outubro de 1939, do AA para postos diplomáticos. Arquivado dentro do departamento jurídico (*Rechts-abteilung*), na pasta *Kriegsrecht - Neutralität - Brasilien* (1939 a 1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-40223** do PAAA.

⁴⁷² (Cópia) Telegrama URGENTE – Oficial

Do RIO, em 21.09.1939. – 13,40

Interventor Oswaldo Cordeiro de Farias – Porto Alegre

20.09.1939 – Devendo ser rigorosamente observadas, todo território nacional, regras gerais neutralidade constantes Circular Ministério Relações Exteriores, aprovada Decreto-Lei 1.561 de 2 setembro 1939, solicito Vossência providências urgentes sentido serem censuradas todas publicações contemham apreciação ofensivas países estrangeiros, suas formas governo, seus chefes, membros governo, altas personalidades. São ainda passíveis censura todos artigos, embora não enquadrados ditas providências, sejam acompanhados caricaturas insultuosas, quer relativas pessoas e coisas, quer fatos relacionados países estrangeiros. Outrossim, deve ser adotado, como norma geral, critério vedar difusão imprensa, cinema e rádio conceitos não desejaríamos fosse emitidos respeito nosso país e governº Evitaremos, assim, incidentes desagradáveis países Brasil mantém, fazem empenho manter, boas relações amizade. Atenciosas saudações.

Francisco Campos (Telegrama de 21 de setembro de 1939, arquivado no CG Maço 132 – Telegramas recebidos – 1939, com o código de arquivamento: **Fundo: Correspondência dos Governadores** do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - AHRS)

⁴⁷³ Telegrama Nº 272 de 7 de outubro de 1939, do Rio de Janeiro, arquivado dentro do departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrech-Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 - 1298** do BA MA.

reencaminhada a vários setores destes órgãos, demonstrando nitidamente a importância das ações brasileiras para manter as boas relações e para reafirmar a neutralidade no conflito.

Neste sentido, em 3 de outubro de 1939, foi enviado um telegrama informando as ações levadas a efeito para influenciar o Brasil no sentido de manter a neutralidade no conflito europeu. Um dos movimentos executados por Prüfer ocorreu junto à direção da *Condor-Syndikat*, para que uma companhia de nacionalidade sul-americana assumisse suas atividades.⁴⁷⁴ Outra ação de Prüfer, neste sentido, foi de se aproximar de alguns dirigentes brasileiros, entre eles, Góes Monteiro. Para reforçar esta intenção, foi sugerido, secretamente, que o governo alemão concedesse uma medalha de mérito militar.⁴⁷⁵

Um dos procedimentos executados, após o início do conflito na Europa e após algumas ações da Alemanha, foi convocar e executar reuniões entre representantes dos países americanos, denominados de conferências. Em setembro de 1939, ocorreu a Conferência do Panamá.

4.1.3.1 Conferência do Panamá

Todas as conferências dos países americanos geraram intensa preocupação na diplomacia alemã. Neste sentido, qualquer informação coletada antes do evento era muito importante. Por exemplo, a reafirmação de neutralidade brasileira, mesmo que os EUA entrassem na guerra, e a observação de que a Conferência do Panamá não traria nenhum significado novo, fornecido por Osvaldo Aranha, em 8 de setembro de 1939, foi considerada importante, tanto que foi enviada a 19 diplomatas que atuavam dentro do AA.⁴⁷⁶ Reforçando a tese de que o importante era a neutralidade, a informação sobre a posição brasileira, mesmo com a entrada dos EUA na guerra, serviu de base para uma nova correspondência enviada

⁴⁷⁴ Telegrama nº 248, de 3 de outubro de 1939, do Rio de Janeiro ao AA, arquivado no departamento *Politische Abteilung IX*, dentro da pasta *Politische Beziehungen der mittel- und südamerikanischen Staaten zu Deutschland* (5.1936 a 7.1940), com o código de arquivamento: **R-104952** do PAAA.

⁴⁷⁵ Telegrama de 22 de dezembro de 1939, nº 594, de Prüfer ao *Staatssekretär*, arquivado tanto dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA como dentro do *Büro des Staatssekretärs – Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁴⁷⁶ Telegrama nº 158, do Rio de Janeiro ao AA, de 08 de setembro de 1939, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs – Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

para 7 postos diplomáticos alemães na Europa e na Ásia.⁴⁷⁷ O fato de o AA reenviar informações sobre a posição brasileira aos diplomatas de outros países europeus e asiáticos demonstra a preocupação alemã com o posicionamento brasileiro. Todas essas informações levam a um questionamento: este procedimento foi efetuado com todos os informes referentes às posições políticas dos países latino-americanos? Ou somente a posição brasileira gerou tal ação? Ou ainda, esta informação teve importância em função de referir-se aos EUA? Da resposta a essas perguntas se poderia tirar inferências sobre a importância atribuída às relações com o Brasil, neste momento. Mas, não é possível responder a estas perguntas, pois isto exigiria uma comparação com a documentação de outros países latino-americanos, tarefa que não foi plausível levar a efeito.

Freytag registrou, num memorando interno, de 17 de setembro de 1939, as orientações que a diplomacia alemã deveria executar para manter a neutralidade dos países latino-americanos. Entre as medidas, consta a necessidade de providências junto às missões diplomáticas alemãs⁴⁷⁸ para que persuadissem os governos latino-americanos a conservar a neutralidade e sobre as negociações para a manutenção do comércio dos países latino-americanos com a Alemanha na Conferência do Panamá.⁴⁷⁹

A Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Américas, também conhecida como Conferência do Panamá, ocorreu de 23 de setembro a 3 de outubro de 1939, na cidade do Panamá. Da Conferência, surgiram três documentos: a Declaração Geral de Neutralidade, a Declaração de Princípios de Solidariedade Continental e a Declaração do Panamá. A última definiu que as 300 milhas marítimas da costa dos países americanos era a Zona de Segurança Continental, isto é, não seriam permitidas ações entre os beligerantes dentro desta área. Em outras palavras, permitiria que os países americanos mantivessem uma navegação marítima costeira sem receios de serem envolvidos nas operações de guerra.

⁴⁷⁷ Carta, Pol IX 1930/39, de 23 de setembro de 1939, do AA para as embaixadas alemãs de Roma, São Sebastião (Espanha), Moscou, Bruxelas e Ancara (Turquia), e os consulados de Berna (Suíça) e Lisboa. Arquivado dentro do departamento jurídico (*Rechts-abteilung*), na pasta *Kriegsrecht – Neutralität – Brasilien* (1939 a 1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-40223** do PAAA.

⁴⁷⁸ Cabe aqui uma pequena correção a Seitenfus (2003, p. 167), quando ele afirma que Freytag, em função da necessidade em influenciar a diplomacia brasileira, sugeriu, neste documento, uma ação conjunta com a diplomacia Italiana. Informação que não está expressa no documento desta forma, pois no documento consta a necessidade de um trabalho em conjunto com os italianos em todos os países latino-americanos, não restrito a um único país.

⁴⁷⁹ Memorando interno de 17 de setembro de 1939, assunto Conferência do Panamá. Consta no livro *III REICH*, (1968, vol. II, p. 7 a 9).

4.1.3.1.1 Zona de Segurança Continental

A Conferência definiu a Zona de Segurança Continental; no entanto, esta definição deveria ser ratificada pelos países beligerantes. A posição alemã no referente à Zona de Segurança Continental, desde o encerramento da conferência, era indefinida. As instruções enviadas às missões diplomáticas, em princípio de outubro, declararam que ainda seria elaborada uma posição (III *REICH*, 1968, vol. II, p. 13). Esta começou a ser definida em 18 de outubro de 1939, no AA, com representantes do exército, da marinha e da aeronáutica, do ministro da justiça e do departamento de economia. Esta reunião determinou que se esperaria pelas reações dos inimigos e se ouviria a opinião da Espanha e da Itália (POMMERIN, 1977, p. 92 e 93).

No entanto, a criação da Zona de Segurança Continental não foi o suficiente para evitar que houvesse atos de guerra nesta área. Em dezembro de 1939, o ato de maior repercussão foi a destruição do navio alemão *Graf Spee*, na zona de segurança do Uruguai.⁴⁸⁰ Conforme Pommerin (1977, p. 112), para alguns diplomatas alemães, o fato do governo uruguaio não ter auxiliado na tentativa de resolver a situação deste navio seria motivo suficiente para o corte das relações diplomáticas. No entanto, o autor afirma que isto não ocorreu porque havia a necessidade de preservar a neutralidade dos países americanos.

Depois deste acontecimento, em 26 de janeiro de 1940, representantes das forças armadas, marinha e das relações exteriores da Alemanha se reuniram para discutir a posição que seria adotada sobre a Zona de Segurança Continental. Não chegaram a um consenso, mas mostraram-se tendencialmente contrários à mesma. Efetivamente não foi produzida nenhuma nota (POMMERIN, 1977, p. 112 e ss.).

Outro incidente com navios alemães foi a destruição do *Wakama*. Este navio ficou ancorado no porto do Rio de Janeiro, de agosto de 1939 a janeiro de 1940, em função da guerra iniciada em setembro e de conversações sobre a possibilidade de compra do mesmo pelo governo brasileiro.⁴⁸¹ Em janeiro de 1940, definiu-se que a referida embarcação retomaria sua atividade. Em 11 de fevereiro daquele ano, *Wakama* partiu em direção à Alemanha, carregada de banha, cacau, algodão e peles. No dia 12 de fevereiro, estava

⁴⁸⁰ Maiores detalhes ver em Pommerin (1977) e Seitenfus (2003).

⁴⁸¹ Assunto abordado no item 4.3.2.

navegando no litoral carioca, a 18 milhas de Cabo Frio, quando foi afundado, isto é, estava dentro da Zona de Segurança Continental brasileira.⁴⁸² Inicialmente, havia poucas informações; no entanto, com o passar dos dias, foi confirmado que o navio foi abundado em função do bloqueio inglês. Por algum tempo, ficou indefinida a forma como isto ocorreu. Este fato gerou na imprensa brasileira 16 reportagens, entre 13 e 17 de fevereiro de 1940⁴⁸³, as quais foram enviadas para a marinha alemã pelo adido militar daquele país, que estava atuando no posto diplomático do Rio de Janeiro.⁴⁸⁴ Sobre a forma do afundamento da embarcação, surgiram algumas versões, entretanto, para esta tese, o importante foi que este fato gerou uma nota de protesto do governo brasileiro junto ao governo do Panamá, que era responsável pela execução do Tratado de Neutralidade do Panamá.⁴⁸⁵ Esta nota estava em mãos do governo do Panamá e passou a ser de conhecimento da diplomacia alemã, que atuava naquele país, e em 17 de fevereiro foi encaminhada por esta para o AA, isto é, cinco dias depois do fato ocorrido,⁴⁸⁶ demonstrando que as ações de protesto passaram a ser mais rapidamente executadas. Interessante é que o telegrama que foi do Panamá para o AA, informando sobre a nota brasileira, foi enviado deste para o comando de guerra, o comando do Exército e o ministro dos Transportes da Alemanha.⁴⁸⁷ Diversas correspondências foram trocadas entre a embaixada do Rio de Janeiro e o *Staatssekretär* sobre a nota de protesto do governo brasileiro.⁴⁸⁸ Talvez, a rapidez do protesto brasileiro tenha levado a diplomacia alemã a ver este ato como um apoio ao seu governo. A questão dos conflitos dos beligerantes na

⁴⁸² Carta do adido militar alemão no Rio de Janeiro às forças armadas alemãs, de 21 de fevereiro de 1940, arquivado dentro do departamento *Marineattachégruppe – Marineattachéabteilung*, na pasta 2. *Länderakten - Brasilien - Marineattaché Rio de Janeiro: Bericht über deutschen Dampfer "Wakama", Februar 1940*, com código de arquivamento: **RM 11 – 50** do BAMA.

⁴⁸³ As reportagens foram publicadas nos jornais: *A Noite*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Diário da Noite*, *O Jornal*, *A Notícia* e *Meio Dia*.

⁴⁸⁴ Documentação arquivada dentro do departamento *Marineattachégruppe – Marineattachéabteilung*, na pasta 2. *Länderakten - Brasilien - Marineattaché Rio de Janeiro: Bericht über deutschen Dampfer "Wakama", Februar 1940*, com código de arquivamento: **RM 11 – 50** do BAMA. São 48 folhas do relatório do caso do navio Wakama.

⁴⁸⁵ Para maiores detalhes sobre as versões do ocorrido ver documentação arquivada dentro do departamento *Marineattachégruppe – Marineattachéabteilung*, na pasta 2. *Länderakten -Brasilien - Marineattaché Rio de Janeiro: Bericht über deutschen Dampfer "Wakama", Februar 1940*, com código de arquivamento: **RM 11 – 50** do BAMA.

⁴⁸⁶ Telegrama nº 23, Panamá para o AA, de 17 de fevereiro de 1940, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs – Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁴⁸⁷ Carta do AA para órgãos alemães, Pol IX 282/40, de 21 de fevereiro de 1940, arquivado dentro do departamento jurídico (*Rechts-abteilung*), na pasta *Kriegsrecht – Neutralität – Brasilien* (1939 a 1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-40223** do PAAA.

⁴⁸⁸ Telegramas dos meses de fevereiro e março de 1940, arquivados no *Büro des Staatssekretärs – Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

zona de segurança, durante todo o ano de 1940, gerou protestos de países latino-americanos (SEITENFUS, 2003, p. 174).

Dentro do governo de Hitler, a questão da Zona de Segurança Continental foi abordada novamente a partir de novembro de 1940. Em dezembro deste ano, ainda havia divergências. A marinha de guerra entendia que não precisava ter cuidado com esta determinação, mas Hitler pensava diferente, pois não queria dar motivos para os Estados Unidos entrarem na guerra. Em março de 1941, foi definido que a Alemanha respeitaria a Zona de Segurança Continental. Situação que só se alterou com o envolvimento da URSS e dos EUA na guerra (POMMERIN, 1977, p. 197 e 198), assunto abordado no próximo capítulo. Entretanto, em função do contexto envolvendo navios estadunidenses que estavam transportando armas para a Grã-Bretanha, em 25 de março de 1941, Hitler ampliou a zona de combate. Assim, a partir dessa data, os submarinos poderiam atuar nas águas em torno da Islândia e nos limites da Zona de Segurança Continental. Entretanto, em fins de maio daquele ano, em função da preparação para a invasão na URSS, foram expedidas instruções para evitar qualquer incidente com os Estados Unidos (KERSHAW, 2008, p. 475 e 476). Quer dizer, a Alemanha respeitava a Zona de Segurança Continental, e por algum tempo passou a autorizar ataques em áreas próximas ao território estadunidense, mas que o contexto de guerra de 1940 e 1941 impossibilitou tais ações.

4.1.4 Conseqüências das invasões ocorridas entre abril e junho de 1940

Em 9 de abril de 1940, o exército nazista iniciou a ocupação da Dinamarca e invadiu a Noruega. Franceses e britânicos intervieram, mas foram derrotados ao final daquele mês. Em 10 de maio de 1940, o exército alemão lançou uma ofensiva contra os Países Baixos e a Bélgica, visando contornar as poderosas fortificações francesas da Linha Maginot, construídas, anos antes, na fronteira da França com a Alemanha. Os britânicos e franceses julgaram que se repetiria a guerra de trincheiras da Primeira Guerra Mundial; no entanto, houve uma combinação de ofensivas de pára-quedistas com rápidas manobras de blindados em combinação com rápidos deslocamentos de infantaria motorizada, ação denominada de *Blitzkrieg* (guerra-relâmpago). Os alemães derrotaram sem grande dificuldade as forças

franco-britânicas, destacadas para a defesa da França.⁴⁸⁹ Na seqüência, o Marechal Pétain assumiu a chefia do governo da França, que ficou conhecido como o governo de *Vichy*. Em 22 de junho de 1940, Pétain assinou o acordo de rendição com a Alemanha, e começou a colaborar com o governo de Adolf Hitler.

Este fato criou na América Latina dois movimentos distintos. A Argentina propôs aos estados americanos adotarem o estado de “não-beligerância” em substituição ao de neutralidade.⁴⁹⁰ O Uruguai sugeriu que fosse feito um protesto das repúblicas americanas contra o ataque da Alemanha aos Países Baixos e à Bélgica e a violação da neutralidade destes países.

Baseando-se no fato ocorrido, e tendo conhecimento dos dois movimentos, Weizsäcker enviou, em 15 de maio de 1940, cinco dias depois da invasão dos Países Baixos, um telegrama urgentíssimo para os postos diplomáticos do Rio de Janeiro, de Santiago e do México. Este documento tinha como fim solicitar aos diplomatas que intervissem junto aos governos dos países em que estavam atuando, de forma secreta, para que fosse evitada uma ação em conjunto das nações americanas.⁴⁹¹ No dia seguinte, Weizsäcker enviou novo telegrama, solicitando o empenho dos diplomatas e fornecendo subsídios para esta intervenção.⁴⁹² Este documento reafirma a intenção alemã de manter a neutralidade dos países latino-americanos.

A posição brasileira, após a invasão dos Países Baixos e da Bélgica, foi esperada com expectativa pela diplomacia alemã, tanto que, em 29 de maio de 1940, num memorando sobre a audiência de Freitas Vale no AA, está expresso que o Brasil foi o último país latino-americano a oficializar a manutenção da neutralidade no conflito europeu, após os últimos acontecimentos.⁴⁹³ Prüfer somente informou sobre a posição brasileira em 21 de maio,

⁴⁸⁹ De 25 de maio a 4 de junho de 1940, ocorreu a famosa retirada das forças aliadas da França para a Inglaterra por Dunquerque.

⁴⁹⁰ Seitenfus (2003) interpretou esta ação como sendo elaborada em conjunto com a diplomacia alemã, mas em 14 de maio, Weizsäcker, informou num memorando interno do AA, que havia questionado o embaixador argentino em Berlim sobre a posição deste país, considerando este ato era totalmente contrário aos interesses alemães (III *REICH*, 1968, vol. II, p. 41 a 43).

⁴⁹¹ Telegrama de 15 de maio de 1940, urgentíssimo, de Weizsäcker para Prüfer, Santiago e México. Consta nos livros III *Reich* (1968, vol. II, p. 45 e 46) e *Akten* (s/d, p. 284).

⁴⁹² Telegrama de 16 de maio de 1940, Pol IX 757, de Weizsäcker para Prüfer, Santiago e México. Consta nos livros III *Reich* (1968, vol. II, p. 47 e 48) e *Akten* (s/d, p. 289 a 290). Nos livros há a observação que estas instruções foram enviadas por Ribbentrop, que estava fora de Berlim.

⁴⁹³ Memorando interno do AA, Pol IX 939, de 29 de maio de 1940, arquivado tanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA, quanto dentro do departamento *Politische Abteilung IX*, na pasta *Politische Beziehungen der mittel- und*

provavelmente porque não conseguiu falar com a diplomacia nem com o presidente, antes desta data, não podendo informar qual era a posição oficial do governo. Soube da posição política brasileira somente após ser decretada a lei determinando a neutralidade com os países beligerantes.⁴⁹⁴ Neste sentido, compreende-se a expectativa em que estava envolvida a diplomacia alemã no Brasil, porque somente 11 dias depois do início das hostilidades com a Bélgica e os Países Baixos o governo apresentou uma posição oficial. O embaixador alemão teve conhecimento da posição do governo brasileiro neste dia, tanto que após ter participado de um jantar na casa de Osvaldo Aranha, Prüfer enviou um telegrama informando que o ministro das Relações Exteriores havia afirmado que o presidente não tinha nenhum desejo de abandonar a neutralidade.⁴⁹⁵ Esta demora de uma manifestação sobre qual posição seria assumida, faz parte dos constantes encaminhamentos de Vargas, pois ele esperava o desenrolar dos acontecimentos para ver qual atitude os outros tomariam, para depois avaliar, e tomar a sua. Enfim, o que era muito importante para a Alemanha, não o era para o Brasil.

Confirmando as informações de Prüfer, em 4 de junho de 1940, Vargas registrou em seu diário que se discutiu a situação brasileira. Neste momento, desejava-se manter a neutralidade, mesmo que os EUA entrassem na guerra, pois só havia o compromisso de entrar na guerra caso fosse agredido um país americano (Vargas, 1995, p. 317). Mesmo com toda a apreensão alemã em confirmar a manutenção da neutralidade brasileira, esta não estava sendo afetada pelo contexto europeu.

Na historiografia brasileira, o discurso a bordo do encouraçado Minas Gerais, em 11 de junho de 1940, é apresentado como um ato de grande repercussão, tanto na Alemanha, quanto nos EUA e no próprio Brasil. No entanto, para as relações entre a Alemanha e o Brasil, este só foi informado, diplomaticamente, após o discurso de 29 de junho.⁴⁹⁶ Ambos os discursos foram resumidos, pelo Embaixador Alemão no Rio de Janeiro, em um telegrama ao AA. O primeiro discurso, conforme a diplomacia alemã, se distanciou dos ideais políticos norte-americanos. Na visão de Prüfer, o presidente, no discurso de 29 de junho, reafirmou as

südamerikanischen Staaten zu Deutschland (5.1936 a 7.1940), com o código arquivamento: **R-104952** do PAAA.

⁴⁹⁴ Telegrama nº 511, de 21 de maio de 1940, arquivado no *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA e dentro do departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA. Quer dizer, o mesmo documento arquivado dentro do órgão diplomático e do militar.

⁴⁹⁵ Telegrama nº 513, de 21 de maio de 1940, arquivado no *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁴⁹⁶ Para maiores detalhes das repercussões destes discursos no Brasil e nos EUA, ver trabalhos de Moura (1980), Seitenfus (2003), Alves (2002) e Hilton (1977).

idéias de 11 de junho. As principais idéias de Vargas seriam a manutenção da neutralidade brasileira e dos ideais pan-americanos, respeitando a liberdade de ação e a fidelidade à doutrina Monroe.⁴⁹⁷ Quer dizer, para os alemães este foi um discurso ambíguo, que pode ter gerado a necessidade de intensificar acordos comerciais para serem executados após o término da guerra e negociações sobre a implementação de uma usina siderúrgica no Brasil. Todavia, as vantagens econômicas que passaram a ser fornecidas fazem parte de um contexto mais amplo (que será abordado no item 4.3).

4.1.4.1 Conferência de Havana

A II Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Américas, também conhecida como Conferência de Havana, pois ocorreu na cidade de Havana, em Cuba, gerou novas apreensões, pois foi um novo momento de reafirmar e firmar posições na política pan-americana. O Ministério das Relações Exteriores da Alemanha estava preocupado com os rumos comerciais que esta atividade poderia definir para a América Latina. Tanto que, em 16 de julho de 1940, através de um memorando interno do diplomata alemão Pamperrien, argumentava-se que era aconselhável que os diplomatas tentassem intervir junto aos governos em que estavam atuando no sentido de impedir a concretização da formação de um cartel econômico, pois teria como verdadeiro fim destruir os laços econômicos entre a América Latina e a Alemanha.⁴⁹⁸ Este temor estava, provavelmente, baseado no desejo da Alemanha em manter a neutralidade dos países latino-americanos e garantir que, ao término da guerra, as relações comerciais com eles retornassem à normalidade. Este pensamento já havia sido expresso pelo próprio Ribbentrop, em 2 de julho de 1940, quando enviou um telegrama circular para todas as missões diplomáticas na América-Ibérica. Neste documento, havia orientações aos diplomatas para combaterem prováveis ações anti-alemãs dos EUA e da

⁴⁹⁷ Telegrama nº 653, do Rio de Janeiro ao AA, de 3 de julho de 1940, arquivados no *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁴⁹⁸ Memorando de Pamperrien, de 16 de julho de 1940. Transcrito no livro *Akten* (s/d, série D, *Band* X, p. 189) e *III Reich* (1968, vol. II, p. 71 a 72).

Inglaterra, e argumentarem que as vantagens oferecidas pela Alemanha antes da guerra poderiam ser ampliadas com a nova configuração geográfica.⁴⁹⁹

A Conferência ocorreu de 21 a 30 de julho de 1940. Conforme Gerson Moura (1980, p. 138; 1993, p. 181) e Wagner Alves (2002, p. 99 e ss.), ela foi além da neutralidade formal, pois ficou decidido que “qualquer tentativa de um Estado não-americano de violar a integridade territorial, a soberania ou a independência política de um Estado americano seria considerado um ato de agressão ao continente como um todo”, isto é, definiu-se regras de defesa. Essa posição derivava das invasões alemãs aos Países Baixos e à França, porque os participantes da conferência consideraram que as Guianas estavam em risco. Por essa razão, a Conferência de Havana firmou o princípio do não-reconhecimento de qualquer tentativa de transferir uma região geográfica do continente de uma potência não-americana para outra. É importante esclarecer o contexto em que o historiador Gerson Moura fez suas considerações, porque ele estava comparando o crescimento de importância dos EUA nas conferências americanas deste período.

Por outro lado, o telegrama de Weizsäcker a todas as missões diplomáticas, de 8 de agosto de 1940, onde informou as principais definições da conferência, expressou que a principal declaração tinha pouca importância para os interesses alemães, pois consta: “*Unsere Interessen werden hierdurch nicht berührt, weil wir keine Aspiration auf amerikanische Kolonien europäischer Mächte haben*“.⁵⁰⁰ Entretanto, os pontos definidos em três resoluções tiveram maior repercussão, tanto que foram desenvolvidos na correspondência em questão.⁵⁰¹ São eles: a resolução da defesa contra intrigas da “quinta-coluna”, que colocavam em risco a segurança americana; a resolução da supervisão de atividades políticas de diplomatas estrangeiros em território americano; e a resolução da cooperação econômica e financeira interamericana. Sobre a primeira, Weizsäcker afirmou que mesmo se os países americanos não tivessem aceitado todos os objetivos dos EUA, isto tornou-se um problema, pois ocorreu a conceitualização de quinta-coluna como um perigo comum. O segundo item abordado teve sua relevância, por comprovar a necessidade de cuidado nas ações diplomáticas. A última resolução, mesmo que na avaliação do AA tivesse poucos resultados, complicava futuras relações econômicas entre a Alemanha e os países latino-americanos. Na avaliação do AA,

⁴⁹⁹ Telegrama circular nº 142, de Ribbentrop para as missões diplomáticas na América-Ibérica, de 2 de julho de 1940. Transcrito no livro *III Reich* (1968, vol. II, p. 59 a 60).

⁵⁰⁰ Tradução: “nossos interesses não foram afetados, pois não temos aspirações sobre colônias americanas de potências européias”.

⁵⁰¹ Telegrama circular de Weizsäcker a todas as missões diplomáticas, de 8 de agosto de 1940 (*AKTEN*, s/d, p. 368 a 370; *III REICH*, 1968, vol. II, p. 75 a 77).

sobre a participação brasileira consta que foi dado apoio moderado à Argentina e não houve propostas próprias, além de tentar eliminar os prejuízos mais sérios contra os países europeus.

4.1.5 A partir de agosto de 1940

Em fins de 1940 e princípio de 1941, a diplomacia alemã no Rio de Janeiro começou a enviar telegramas informando e analisando as possibilidades para o futuro, depois de conversas com autoridades brasileiras e diplomáticas de outros países. Góes Monteiro, em 25 de agosto de 1940, informou à Vargas que os EUA se preparavam para entrar na guerra e queriam que o Brasil os acompanhasse (VARGAS, 1995, p. 333). Parte desta informação, a de que os Estados Unidos iriam tornar-se beligerantes, foi repassada a Prüfer por Osvaldo Aranha, em fevereiro de 1941, ocasião na qual o ministro reafirmou o desejo brasileiro de manter a neutralidade. Este dado foi encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha e depois reencaminhado para outras missões diplomáticas da América, além da distribuição deste documento a 11 departamentos do AA.⁵⁰² Em 26 de fevereiro, Prüfer informou ao *Auswärtiges Amt* sobre uma conversa com o embaixador italiano no Brasil, Ugo Sola, que conhecia bem a mentalidade brasileira. Sola afirmou que os políticos brasileiros eram impulsivos e sensíveis, podendo ofender-se com alguns encaminhamentos. Por outro lado, os demais países do grupo ABC poderiam sentir inveja se fossem feitas propostas vantajosas ao Brasil.⁵⁰³ Quer dizer, neste telegrama, o embaixador alemão estava analisando como as propostas vantajosas oferecidas ao Brasil poderiam também atrapalhar a tentativa de manter a neutralidade dos países latino-americanos.

Neste período, a cada nova entrevista com autoridades brasileiras, o embaixador alemão fazia uma nova perspectiva para o futuro, demonstrando a necessidade que havia de atualizar o AA dos rumos que a política americana tomava.⁵⁰⁴ Por exemplo, Osvaldo Aranha,

⁵⁰² Telegrama n° 158, do Rio de Janeiro ao AA, de 07 de fevereiro de 1941, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁵⁰³ Telegrama n° 259, do Rio de Janeiro ao AA, de 26 de fevereiro de 1941, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁵⁰⁴ Quem tem interesse em saber todas as análises feitas deve pesquisar a documentação a partir do mês de janeiro de 1941, arquivadas dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1),

em 9 de março de 1941, numa conversa com Prüfer, informou que não acreditava que os EUA entrassem na guerra, porque o objetivo deles era apenas barrar a interferência econômica e ideológica da Alemanha na América. Para Aranha, conforme Prüfer, a possibilidade da entrada na guerra ao lado da Inglaterra era algo incerto. Todavia, as dificuldades de relacionamento comercial seriam cada vez maiores. O embaixador alemão informou que havia respondido a Aranha que a Alemanha não havia tomado nenhuma medida hostil na área econômica e política.⁵⁰⁵ Em outro momento, 9 de maio de 1941, Osvaldo Aranha garantiu, ao embaixador alemão que mesmo que os EUA entrassem na guerra, o Brasil permaneceria neutro.⁵⁰⁶ As informações fornecidas pelas autoridades brasileiras, entre elas, Osvaldo Aranha, enviadas pela diplomacia alemã, do Brasil para o AA, eram inconstantes. Neste sentido, é importante conhecer o máximo possível da documentação para não fazer uma leitura do contexto histórico baseado em um único documento, que apresenta parte da discussão deste período. Outra constatação era a necessidade de relatar todas as informações, por menores que fossem, porque o caráter de neutralidade poderia ser alterado a qualquer momento.

Provavelmente em função deste contexto, Prüfer não pôde participar da reunião dos chefes de missões diplomáticas nos países do grupo ABC e do Uruguai. Estes se reuniram em fins de novembro de 1941. Este encontro foi similar ao de julho de 1938, tanto que foi produzido um documento sobre os resultados e as sugestões dos diplomatas.⁵⁰⁷ Após esta reunião, Thermann, embaixador alemão em Buenos Aires, viajou para Berlim, a fim de detalhar mais as questões discutidas entre os chefes das missões sul-americanas. No entanto, antes passou no Rio de Janeiro, para levar um relato de Prüfer ao AA (POMMERIN, 1977, p. 213 a 224). Quer dizer, as circunstâncias em que o Embaixador Alemão no Rio de Janeiro estava inserido exigiam sua permanência no Brasil.

A situação estava ficando mais tensa e complicada, a cada dia que se passava. Em 7 de junho de 1941, Prüfer relatou que teve mais um encontro secreto com Vargas. Neste momento, Vargas informou da pressão norte-americana para que fosse retribuir a visita que

com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA e dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

⁵⁰⁵ Telegrama nº 341, do Rio de Janeiro ao AA, de 9 de março de 1941, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁵⁰⁶ Telegrama nº 757, do Rio de Janeiro ao AA, de 9 de maio de 1941, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁵⁰⁷ O referido documento encontra-se traduzido no livro *III Reich* (1963, vol. II, p. 93 a 97).

Roosevelt fez ao Brasil em 1939. Vargas afirmou que sempre conseguiu fugir a todos os convites, entretanto, agora parecia difícil. Neste sentido, a visita seria interpretada e explorada como prova de apoio à política dos EUA. Para tirar o efeito propagandístico, o presidente tinha como proposta apresentar-se em Washington como um mediador entre Alemanha e Estados Unidos, de forma genérica, sem indicar que seguia orientações do governo alemão. Além de afirmar que esta sugestão era inteiramente particular, pois não sabia como isto iria se desenvolver.⁵⁰⁸ No entanto, Ribbentrop, em telegrama a Prüfer, disse que Vargas não deveria tomar esta iniciativa.⁵⁰⁹ Quando Prüfer informou a Vargas a posição do AA, o presidente afirmou que, considerando a crescente tensão entre os Estados Unidos e as potências do Eixo, também não considerava oportuna a mediação. Nesta ocasião, o embaixador alemão informou que teve de sair, a pedido do presidente, sem ser visto por Osvaldo Aranha.⁵¹⁰ Percebe-se que Vargas, com base na documentação diplomática alemã, estava jogando as suas últimas cartas, tanto que não desejava que Osvaldo Aranha interviesse e nem soubesse das tratativas realizadas com a diplomacia alemã.

4.2 ATUAÇÃO DIPLOMÁTICA SECUNDÁRIA

O cerne das relações diplomáticas, neste período, entre Alemanha e Brasil, conforme argumento até aqui, estava voltado para manter a neutralidade deste último. No entanto, as ações diplomáticas não se reduziram a isto, outras atividades continuaram a fazer parte das intervenções diplomáticas alemãs no Brasil. Entretanto, havia o cuidado para que estas ações não interferissem no principal ponto da política externa alemã, a manutenção da neutralidade dos países americanos. No contexto vivido neste período, a informação de que Lutero Vargas

⁵⁰⁸ Telegrama 1003, secretíssimo, do Rio de Janeiro ao AA, de 7 de junho de 1941, arquivados dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁵⁰⁹ Telegrama 534, do AA para o Rio de Janeiro, de 11 de junho de 1941, arquivados dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁵¹⁰ Telegrama 1087, secreto, do Rio de Janeiro ao AA, de 18 de junho de 1941 (em resposta ao telegrama nº 798, de 11 de junho) arquivados dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA. Também consta nos livros *Akten* (s/d) e *III Reich* (1968, vol. II, p. 123). Observação importante: foram enviados dois telegramas com o nº 1087, ambos do mesmo dia, diferenciando apenas o conteúdo.

casou-se com a estudante alemã Ingeborg ten Haeff, em 20 de setembro de 1939, foi muito divulgado dentro dos órgãos partidários.⁵¹¹

4.2.1 Propaganda

A imprensa e a propaganda, neste período, na Alemanha, foram muito importantes, tanto que se criou o Ministério da Propaganda. No Brasil, desde a década de 1930, os jornais apresentavam uma imagem negativa da Alemanha, fato que foi superado somente com a censura imposta pelo governo brasileiro em junho de 1939, assunto abordado nos capítulos dois e três. Com o início do conflito na Europa, este tema passou a ter um novo significado, pois a propaganda era fundamental para demonstrar a necessidade da continuidade da guerra.

Em função do contexto de guerra, em 10 de outubro de 1939, Prüfer solicitou que se evitasse mencionar em jornais ou na rádio que a Krupp entregaria os armamentos encomendados pelo governo brasileiro.⁵¹² Isto provavelmente foi sugerido com o intuito de que os ingleses não tivessem a confirmação desta entrega, e assim, talvez, o transporte deste material se tornasse mais fácil.

Durante o ano de 1940, a diplomacia alemã que estava atuando no Brasil enviou diversas correspondências relatando como estava transcorrendo a propaganda alemã e de outros países pelas ondas do rádio e pelos jornais brasileiros.⁵¹³ Percebe-se que havia um constante acompanhamento das reportagens e de como as mesmas eram recebidas. Em 13 de abril de 1940, Prüfer observou que eram poucas as informações jornalísticas que chegavam ao Brasil, solicitava que fossem enviadas mais reportagens e que as mesmas fossem recentes.⁵¹⁴

⁵¹¹ Carta do AA para o AO do NSDAP, de 24 de setembro de 1940, arquivada dentro do *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA

⁵¹² Telegrama nº 276, do Rio de Janeiro ao AA, de 09 de outubro de 1939, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁵¹³ Documentos arquivados dentro do departamento da política de rádio (*Rundfunkpolitische Abteilung*), na pasta *Deutsche Rundfunkpropaganda im Ausland* (1940 a 1941), com o código de arquivamento: **R-67490** do PAAA.

⁵¹⁴ Telegrama nº 413, de 13 de abril de 1940, do Rio de Janeiro ao AA, arquivado dentro do departamento da política de rádio (*Rundfunkpolitische Abteilung*), na pasta *Deutsche Rundfunkpropaganda im Ausland* (1940 a 1941), com o código de arquivamento: **R-67490** do PAAA.

Um tema jornalístico que passou a preocupar, tanto a diplomacia quanto as forças armadas alemãs, foi a idéia de quinta-coluna.⁵¹⁵ Esta questão também era um dos assuntos das correspondências dos diplomatas alemães que atuavam em outros países latino-americanos, pois entendia-se que esta idéia surgiu para fomentar uma disputa entre a Alemanha e os países latino-americanos (POMMERIN, 1977, p. 128 a 145).⁵¹⁶ Um exemplo latino-americano é um telegrama de von Thermann, embaixador alemão em Buenos Aires, que informou sobre a situação tensa em função de reportagens contra a quinta-coluna transmitidas pela rádio. A fim de amenizar a situação, este embaixador sugeriu que não houvesse sabotagens dentro da Zona de Segurança Continental da Argentina e dos países sul-americanos.⁵¹⁷ Percebe-se que a preocupação estava baseada no fato de que havia uma animosidade frente aos cidadãos alemães e aos de descendência alemã, além de criar a idéia de que a Alemanha pretendia invadir ou dominar a América. Em resposta a esta solicitação de von Thermann, em 18 de junho de 1940, as forças armadas alemãs comunicaram ao AA que estavam proibidas as sabotagens na Zona de Segurança Continental americana.⁵¹⁸ Esta determinação tinha um propósito específico, pois, até aquele momento, não havia uma posição oficial da Alemanha sobre a Zona de Segurança Continental.⁵¹⁹ Provavelmente, este propósito fosse o entendimento de que esta ação poderia demonstrar que a idéia de quinta-coluna era infundada. Conforme Prüfer e outros diplomatas, havia uma campanha estadunidense de criar uma animosidade brasileira contra a Alemanha.⁵²⁰

No entanto, a diplomacia alemã também fazia a propaganda que lhe convinha. Desde abril de 1940, a embaixada do Rio de Janeiro solicitava o envio de livros no idioma alemão para serem distribuídos.⁵²¹ Em outras correspondências, a diplomacia informava quanto foi

⁵¹⁵ Telegrama nº 511, de 21 de maio de 1940, arquivado no *Büro des Staatssekretärs*, na pasta (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA e dentro do departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA. Quer dizer, o mesmo documento arquivado dentro do órgão diplomático e do militar.

⁵¹⁶ Pommerin apresentou documentação não só dos países sul-americanos, como Brasil, Chile e Argentina, mas também de países da América Central e do Norte, como Guatemala e México.

⁵¹⁷ Telegrama nº 525, Pol IX 842, de 21 de maio de 1940, do Buenos Aires ao AA, arquivado no departamento *Politische Abteilung IX*, dentro da pasta *Politische Beziehungen der mittel- und südamerikanischen Staaten zu Deutschland* (5.1936 a 7.1940), com o código de arquivamento: **R-104952** do PAAA.

⁵¹⁸ Carta nº 12162/40 das forças armadas ao AA, de 18 de junho de 1940, transcritas no *Akten* (s/d, p. 509 a 510).

⁵¹⁹ Como já abordado no item 4.1.3.1.1.

⁵²⁰ Telegrama nº 537, de 28 de maio de 1940, arquivado no *Büro des Staatssekretärs*, na pasta (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁵²¹ No departamento *Kulturabteilung III* havia a pasta *Verteilung und Versand von Propagandamaterial im Ausland: Südamerika* (1940 a 1943, *Band 14*) (distribuição e envio de material de propaganda no exterior: América do Sul), com o código de arquivamento: **R-66689** do PAAA. A documentação corresponde a maio de

gasto na publicação de material explicativo do contexto da guerra, no idioma português.⁵²² Como exemplo, em 12 de julho de 1940, a Embaixada Alemã no Rio de Janeiro informou ao AA que foram publicados 50.000 exemplares do material de divulgação com o título: “O que justificou a ação alemã na Bélgica, Holanda e Luxemburgo”. Posteriormente, enviou a referida publicação (Figura 8).⁵²³ Este é apenas um dos exemplos das atitudes coordenadas pela embaixada, que ajuda a demonstrar o quanto, num contexto de guerra, a propaganda foi utilizada para os mais variados fins.

O governo brasileiro, com o fim de conter a propaganda em língua estrangeira e de efetivar um maior controle sobre aquilo que era publicado, determinou que até final de julho de 1941 todas as publicações deveriam ser em idioma nacional, sendo proibida qualquer publicação em língua estrangeira. Prüfer informou isto ao AA, em 10 de fevereiro de 1941, além de afirmar que esta medida não era discriminatória, pois atingia todos os demais idiomas estrangeiros. No entanto, entendia que esta medida era financeiramente pesada para os jornais em idioma alemão.⁵²⁴ O governo de Vargas cobrou o cumprimento da medida, sem novas prorrogações, enviando um telegrama, em 7 de julho de 1941, aos interventores, o qual determinava que no dia 31 daquele mês terminava o prazo para que todas as publicações fossem redigidas unicamente em português, sendo proibido qualquer meio de divulgação em língua estrangeira.⁵²⁵

Observa-se que a produção jornalística alemã tinha seus objetivos, mas o governo brasileiro tentou proibir a divulgação das idéias e dos ideais nazistas com leis restritivas. Por outro lado, a embaixada estadunidense no Rio de Janeiro também utilizou a propaganda, tanto que estabeleceu um programa de subsídios indiretos para estimular uma imprensa amistosa

1940 e outubro de 1941. Neste volume consta que a maioria dos países latino-americanos recebeu material de propaganda da Alemanha. Observa-se que, para o Brasil, também era enviado o material em espanhol.

⁵²²No departamento *Kulturabteilung III* havia a pasta *Verlag, Druck und Vertrieb sonstiger Broschüren im Ausland: Südamerika* (editora, impressão e venda de diversos materiais no exterior: América do Sul), (05 a 12.1940, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-66736** do PAAA. Interessante que a maior parte da correspondência desta pasta refere-se à Argentina. Documentos sobre o Brasil há alguns, e sobre outros países latino americanos, poucos. Neste volume também constam correspondências informando quais os livros proibidos pela censura e o preço de outros tantos. Observa-se que o AA era muito bem informado daquilo que era publicado e vendido no Brasil, além de receberem via correio os referidos livros.

⁵²³ Carta cifrada do Rio de Janeiro ao AA, P2 n° 1a, de 12 de julho de 1940, arquivada no departamento *Kulturabteilung III*, pasta *Verlag, Druck und Vertrieb sonstiger Broschüren im Ausland: Südamerika*, (05 a 12.1940, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-66736** do PAAA.

⁵²⁴ Telegrama n° 173, de 10 de fevereiro de 1941, arquivados no *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁵²⁵ Telegrama de 30 de julho de 1941. Telegramas recebidos, 1941, fundo: Correspondência dos Governadores, com código de arquivamento: **CG Maço 145** do AHRs.

com os Estados Unidos (MCCANN, 1995, p. 202). Neste sentido, pode-se dizer que todos os governos utilizaram-se da imprensa em seu benefício.

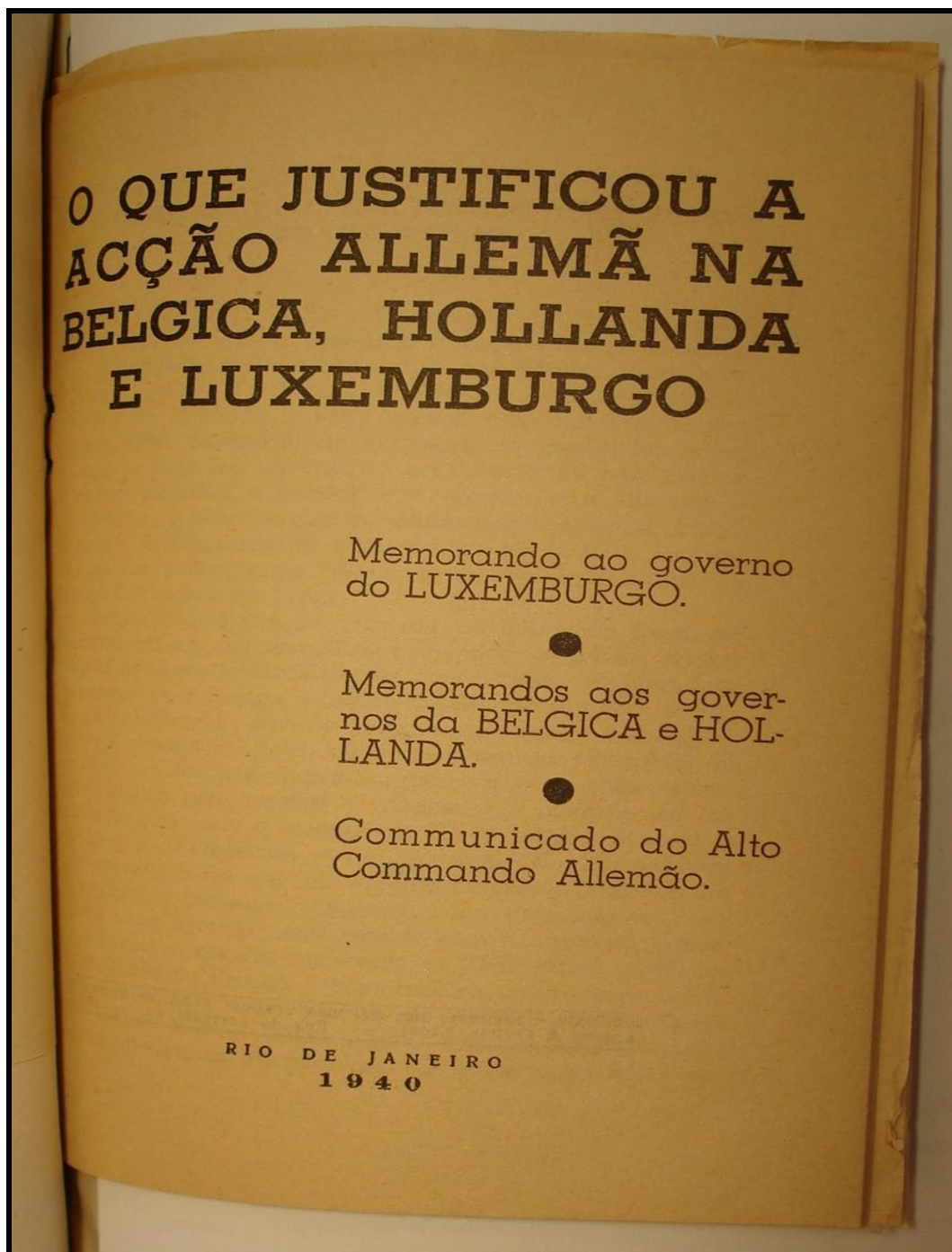


Figura 8 - Material de divulgação

Fonte: Documento arquivado dentro departamento *Kulturabteilung III*, pasta *Verlag, Druck und Vertrieb sonstiger Broschüren im Ausland: Südamerika* maio a dezembro de 1940 - *Band 1*, com o código de arquivamento: **R-66736** do PAAA.

4.2.2 Nacionalização e a Proibição da NSDAP

A Campanha de Nacionalização e a proibição do partido nazista continuaram em pauta; no entanto, com uma importância bem menor nas relações entre Alemanha e Brasil.

A correspondência diplomática regular silenciou sobre a política de nacionalização e a proibição do partido nazista. No entanto, em diversas correspondências percebe-se que este assunto estava proibido e que se mudou a tática. Por exemplo, em 26 de abril de 1940, Prüfer informou ao AA que um cidadão alemão, que estava com viagem marcada para Berlim, iria relatar, pessoalmente, como estava a situação política no Brasil.⁵²⁶ Além disso, em 16 de dezembro de 1939, Prüfer escreveu para Bohle, através de códigos que precisaram ser decifrados, que no futuro a correspondência do partido deveria ser enviada utilizando papel diplomático, não tendo nenhuma identificação partidária. Assim, a correspondência enviada do Brasil seria destinada ao AO a partir do AA. Esta definição foi elaborada por Prüfer e von Cossel, possivelmente em função da deliberação de Hitler, de 3 de setembro de 1939 (assunto abordado no item 4.1.1).⁵²⁷ Com certeza, o conteúdo desta carta foi motivado pela vigilância que estava sendo imposta à correspondência diplomática. Todavia, em 1 de abril de 1940, o partido questionou Bohle porque não havia sido informado sobre a correspondência da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro, de 16 de dezembro de 1939.⁵²⁸ A análise da documentação diplomática possibilita a conclusão de que Bohle estava perdendo poder dentro do partido, além de não ser possível compreender alguns documentos, em função de lacunas na correspondência arquivada e de prováveis códigos secretos. Neste sentido, considera-se que ainda falta produção historiográfica para entender a relação da NSDAP na América com Bohle e com a central do partido nazista, principalmente após 1939. Lembrando que o tema desta tese não é o partido nazista, mas sim a diplomacia alemã. Sendo assim, esta é uma nova possibilidade de pesquisa.

⁵²⁶ Telegrama nº 456, do Rio de Janeiro ao AA, de 26 de abril de 1940, arquivado tanto dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band* 2), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA, quanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁵²⁷ Carta cifrada de Prüfer ao AA, Pol 3 nº 6, de 16 de dezembro de 1939, arquivada dentro do *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA.

⁵²⁸ Carta do NSDAP a Bohle, de 1 de abril de 1940, arquivada dentro do *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA.

Em 22 e 23 de abril de 1940, Prüfer enviou duas cartas em código, nas quais foram retomadas as informações de 16 de dezembro do ano anterior, além de informar sobre a censura postal e da necessidade de que as atividades partidárias fossem mascaradas. A primeira carta tem a assinatura de Cossel e era em resposta a um telegrama de Bohle.⁵²⁹ Estas duas cartas demonstram, mais uma vez, que o líder partidário da NSDAP no Brasil e o Embaixador Alemão no Rio de Janeiro estavam de comum acordo com as medidas tomadas; entretanto, percebe-se que no AO e no partido nazista havia ações desencontradas. Prüfer e von Cossel, em 27 de junho de 1940, informaram que, cada vez mais, o trabalho partidário estava pesado e difícil.⁵³⁰ Menos de um mês depois, em 13 de julho de 1940, voltaram a destacar que a situação interna brasileira estava ocasionando pesadas complicações.⁵³¹

A visita de Getúlio Vargas, em 10 de março de 1940, à cidade de Blumenau, em Santa Catarina, foi relatada por Prüfer a Weizsäcker. Neste momento, Getúlio teria criticado os governos anteriores por terem abandonado as áreas coloniais, mas também afirmou que o *Deutschtum* inviabilizou a integração destes cidadãos. Reforçou que o Brasil é um país soberano e como tal não é inglês nem alemão.⁵³² Prüfer, provavelmente, tentou demonstrar o interesse do governo brasileiro em impor uma soberania e construir os ideais nacionais.

A primeira correspondência de Prüfer ao AA, referindo que havia atos de violência contra cidadãos alemães no sul do Brasil, foi enviada em 6 de junho de 1940, fato que o levou a ter uma audiência com Osvaldo Aranha sobre este assunto. Todavia, este telegrama apresenta esta informação em 4 linhas e nas demais 8 linhas aborda a questão da neutralidade, afirmando que o Brasil não seria precipitado em tomar medidas impensadas.⁵³³ No diário de Vargas, consta que antes de 20 de maio, o embaixador alemão já havia se queixado ao ministro da guerra que o Itamaraty não levava em conta suas reclamações (VARGAS, 1995, p. 313). Em 24 de maio, Vargas observa que o embaixador alemão “está se tornando um tanto impertinente nas suas reclamações, após os recentes êxitos militares” (Ibidem, p. 314). Quer

⁵²⁹ Cartas cifradas do Rio de Janeiro ao AA, Pol 3 n° 5, de 22 e 23 de abril de 1940, arquivadas dentro do *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA.

⁵³⁰ Carta cifrada do Rio de Janeiro a Bohle, de 27 de junho de 1940, arquivada dentro do *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA.

⁵³¹ Telegrama n° 693, do Rio de Janeiro a Bohle, de 13 de julho de 1940, arquivado dentro do *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA.

⁵³² Telegrama n° 302, de 12 de março de 1940, arquivado no *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁵³³ Telegrama n° 572, de 6 de junho de 1940, arquivado no *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA. É importante observar que Seitenfus (2003, p. 207), ao traduzir a frase citada no texto, utiliza expressão “medidas anti-alemãs”, que não consta no referido documento.

dizer, a embaixada alemã passou a não abordar mais este tema na correspondência diplomática com o AA, mas continuava a interceder contra as ações dos governantes brasileiros em relação aos cidadãos alemães. Constatou-se que a situação dos cidadãos alemães passou a ter uma importância secundária nas relações entre Alemanha e Brasil, pois o principal tema era a neutralidade brasileira.

Conforme Prüfer, na audiência de 21 de junho de 1940, da qual Osvaldo Aranha não teve conhecimento, o presidente, ao ser questionado sobre as ações contra cidadãos e descendentes de alemães, teria informado que elas derivavam de atos das autoridades locais.⁵³⁴ Tanto que Vargas registrou em seu diário que iria averiguar a situação (VARGAS, 1995, p. 321). Percebe-se, pela correspondência, que Prüfer não tinha tão definida a distinção entre *Reichsdeutsche* e descendentes de imigrantes quanto, por exemplo, Ritter. Entretanto, em função do contexto diplomático e histórico vivido em 1940, Prüfer foi pouco citado pela historiografia, tanto brasileira como alemã.

Na documentação do AO dentro do AA, verificou-se que na organização partidária da NSDAP também havia outro órgão com a nomenclatura de *Auslandsorganisation* - AO. Isto é, durante algum tempo, principalmente a partir de 1939, houve duas organizações com o mesmo fim e o mesmo nome, sendo uma que surgiu dentro do partido e foi encaminhada para o AA e outra que depois de 1937 ressurgiu dentro do partido. A documentação diplomática fornece indícios de que a partir de fins de 1939 houve diversos conflitos entre Bohle e personalidades do próprio partido. Além disso, os diplomatas, em diversas correspondências, apontam a possibilidade de Bohle não ter mais um cargo dentro do AA.⁵³⁵ Müller (1997, p. 69) afirmou que Bohle, desde junho de 1940, havia perdido importância e posição dentro da organização partidária.

No Uruguai, na Argentina, no Equador, no México e na América Central, a partir do segundo semestre de 1940, passaram a ocorrer prisões de cidadãos alemães. Algumas ocorreram em função de acusações de espionagem ou de quinta-coluna ou de manterem atividades políticas ilegais, situação similar a que havia ocorrido no ano de 1938 no Brasil. Na América Latina, a situação havia ficado bem crítica, tanto que a própria AO do AA solicitou

⁵³⁴ Telegrama nº 624, Rio de Janeiro ao AA, de 21 de junho de 1940, arquivado tanto dentro de *Handakten Wiehl*, na pasta *Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band* 2), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA, quanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA. Há também no livro *Akten* (s/d, p. 545).

⁵³⁵ Documentação do *Büro des Chefs der Auslandsorganisation* com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA. Maiores detalhes da tratativa de exclusão de Bohle do AA, por parte dos diplomatas, ver o trabalho de Müller (1996).

aos partidários que tivessem reserva nas suas posições e que enviassem correspondência somente sobre o estritamente necessário (POMMERIN, 1977, p. 186 e ss). Conforme Müller (1997, p. 69), a partir de abril de 1941, Bohle descartou o serviço postal entre Alemanha e América Latina.⁵³⁶ No caso brasileiro, a correspondência diplomática entre os partidários brasileiros e Bohle, foi encerrada em dezembro de 1940. Neste mês, também houve uma discussão entre Bohle e von Ribbentrop, tanto que, desde então, ambos passaram a não se falar (Müller, 1997, p. 76). Em 10 de maio de 1941, quando Rudolf Hess, o mentor de Bohle, voou para a Inglaterra, Bohle perdeu sua base de poder dentro do partido e da organização estatal (GAUDIG e VEIT, 1997, p. 50; Müller, 1997, p. 77).⁵³⁷ Bohle, aos poucos, foi perdendo todo o seu poder. Em 1943 seus auxiliares estavam sendo enviados para prestar serviços na guerra. Na metade de 1944, Bohle só tinha um auxiliar (Müller, 1997, p. 73). Em função do contexto de guerra e da própria Alemanha, no transcorrer dos anos, o trabalho do AO dentro do AA foi perdendo o sentido, entretanto com a América Latina isto já havia ocorrido desde início de 1941.

Na correspondência diplomática, o tema NSDAP e Campanha de Nacionalização passaram a não ser mais abordados; entretanto, por diversas formas, não diplomáticas, eram enviadas notícias sobre o Brasil ao AA, fato que se intensificou com o início da guerra na Europa.⁵³⁸

4.3 RELAÇÕES COMERCIAIS

Com o início do conflito, foram necessárias negociações para o transporte das mercadorias compradas e vendidas pela Alemanha, ficando acordado que as mesmas seriam transportadas por navios dos países neutros (POMMERIN, 1977, p. 83 e ss.). Esse assunto foi um dos temas de relevância, tanto entre a diplomacia, quanto dentro das forças armadas alemãs, porque estas atuavam no mar, através da sua marinha.

⁵³⁶ Neste período, a maioria dos países latino-americanos havia proibido os grupos nazistas.

⁵³⁷ Para maiores detalhes sobre o contexto histórico da disputa entre diplomatas e o AO dentro do AA, ver a obra de Müller (1997).

⁵³⁸ Principalmente no departamento *Kulturabteilung IV*, na pasta *Brasilien*, com código de arquivamento: **R-127508** do PAAA.

Em 1939 e 1940, por diversas vezes, o comércio foi abordado na correspondência diplomática alemã, principalmente porque a França e a Inglaterra estavam fazendo bloqueio marítimo, o qual necessitou, em alguns casos, a intervenção da diplomacia brasileira, por este ser um país neutro, junto aos países aliados com o intuito de liberar o transporte marítimo de algumas mercadorias. Diversas vezes, a diplomacia alemã, que atuava no Rio de Janeiro, relatou, tanto ao AA quanto às Forças Armadas Alemãs, situações desta categoria, a ponto de se tornar um dos principais temas nas correspondências saídas do Brasil.

A eclosão da guerra na Europa, em setembro de 1939, teve um grande impacto na economia brasileira, porque o país dependia basicamente do setor exportador. Em 1940, o bloqueio naval dos ingleses contra a Alemanha afastou, de um só golpe, a América Latina da esfera de ação comercial deste país. O Reino Unido conseguiu eliminar, de uma só vez, o temido comércio de compensação entre o Brasil e a Alemanha. No entanto, esse contexto gerou um novo problema, o suprimento de bens manufaturados para os países latino-americanos, porque nem os EUA nem o Reino Unido estavam em condições de substituir de imediato as fontes alemãs (MOURA, 1993, p. 180).⁵³⁹ Novos acordos foram sendo firmados, com o passar dos anos, entre os países neutros e os aliados. Sendo assim, foi suprida parte desta carência. Para a Alemanha a situação foi mais tranqüila, porque outros países do Leste Europeu e do Oriente passaram a fornecer a matéria-prima que antes era adquirida dos países americanos.

4.3.1 Durante a guerra

Ao analisar o comércio da Alemanha com o Brasil, Prüfer, em novembro de 1939, entendeu que a Inglaterra estava intensificando o comércio com o Brasil para formar um estoque e a suspensão da compra com marcos compensados. Esta atitude, conforme lhe havia sido informado secretamente, era uma ação efetuada por pessoas que atuavam no Banco do Brasil, e talvez até algumas pessoas do Ministério das Finanças, que estavam recebendo

⁵³⁹ Conforme Pommerin (1977, p. 179-180), os jornais alemães registraram a drástica mudança das relações comerciais ibero-americanas.

gratificações dos ingleses.⁵⁴⁰ Para Seitenfus (2003, p. 178 e ss.), a diplomacia alemã não percebeu a mudança de atitude do governo brasileiro, pois o Banco do Brasil suspendeu a compra em marcos compensados. Por outro lado, a diplomacia alemã, que atuava no Brasil, tinha como principal objetivo tentar manter o mesmo nível de negociações dos anos anteriores, todavia, em função do bloqueio continental inglês, isto não foi possível, havendo uma queda nas relações comerciais da Alemanha com o Brasil e vice-versa.

Vale ressaltar que, neste contexto, pré 1939, não existe correspondência arquivada sobre o Brasil junto ao chefe de departamento de economia do AA, Emil Wiehl,⁵⁴¹ fato que possibilita a interpretação de que as negociações comerciais, no período anterior ao início do conflito na Europa, eram tranqüilas, tanto que poderiam ser resolvidas por um subordinado. Entretanto, a partir de setembro de 1939, a situação se alterou. Iniciou-se o conflito na Europa e, então, o chefe do departamento de economia do AA passou a ter constante correspondência com a embaixada alemã do Rio de Janeiro, pois agora as relações diplomáticas exigiram maior cuidado na abordagem das questões.

Com o início da guerra na Europa, a Embaixada Alemã no Rio de Janeiro passou a enviar telegramas ao AA, relatando as tratativas comerciais do Brasil com os países inimigos⁵⁴² e com a Argentina.⁵⁴³ Esta atividade vai se intensificar em 1941, quando as relações comerciais entre Brasil e EUA aumentaram e se diversificaram.⁵⁴⁴ Outra situação que surgiu neste período foram as famosas listas negras. Desde outubro de 1939, os EUA boicotaram firmas panamenhas que tinham algum envolvimento com a Alemanha e criaram uma lista com o fim de excluir estas empresas das relações comerciais. Os ingleses e seus aliados intensificaram esta ação e criaram uma lista contendo firmas latino-americanas, sobre as quais seria realizado um controle maior. Esta lista foi denominada lista negra. Em

⁵⁴⁰ Telegrama nº 436, do Rio de Janeiro ao AA, de 22 de novembro de 1939, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA. No livro de Seitenfus (2003, p. 179, nota 26) constata-se que o telegrama era de 21 de novembro de 1940; no entanto, este telegrama é de 22 de novembro.

⁵⁴¹ Emil Wiehl assumiu o departamento de economia do AA em 29 de novembro de 1937; no entanto, somente a partir de outubro de 1939 foi arquivada a documentação sobre o Brasil. A documentação *Handakten Wiehl*, na pasta *Brasilien* compreende o período de outubro de 1939 a junho de 1942. Este é o segundo volume (*Band* 2), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA. O volume anterior (*Band* 1) possui correspondência somente até o ano de 1936, período em que atuou no AA, mas não com cargo de diretor.

⁵⁴² Telegramas de novembro de 1939, arquivados dentro de *Handakten Wiehl*, na pasta *Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band* 2), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

⁵⁴³ Telegrama nº 1038, do Rio de Janeiro ao AA, de 07 de outubro de 1940, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁵⁴⁴ Telegramas de janeiro e fevereiro de 1941, arquivados dentro de *Handakten Wiehl*, na pasta *Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band* 2), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

represália, o AA ordenou, em 13 de outubro de 1939, que suas missões diplomáticas na América Latina organizassem uma lista de firmas ligadas aos seus inimigos, franceses e ingleses (POMMERIN, 1977, p. 95 e ss.). Em 22 de novembro de 1939, Bohle encaminhou para as missões diplomáticas neutras uma correspondência sobre o mesmo assunto.⁵⁴⁵ Em agosto de 1940, Prüfer e von Cossel escreveram ao partido nazista⁵⁴⁶, informando às empresas que estavam sofrendo retaliação porque seus proprietários eram cidadãos alemães.⁵⁴⁷ Quer dizer, os dois lados passaram a utilizar as famosas listas negras.

No intuito de conseguir que fossem entregues algumas mercadorias comercializadas com países europeus, a partir de maio de 1940, o Brasil passou a solicitar junto ao AA, através do seu embaixador em Berlim, que a marinha alemã não atacasse determinados navios, fato que também era repetido junto ao governo britânico.⁵⁴⁸ No entanto, estas ações não amenizaram a contínua redução das relações comerciais entre Alemanha e Brasil.

A entrega das armas encomendas pelo governo brasileiro à Krupp foi definida em 9 de novembro de 1939, entre Freitas Vale e Ribbentrop, e seriam transportadas em navios brasileiros, como havia sido planejado pela Itália (POMMERIN, 1977, p. 98). A Itália, que só se tornou país beligerante em 10 de junho de 1940, serviu de país-trânsito para os produtos brasileiros chegarem à Alemanha, pois no princípio do conflito era considerado país neutro. Portanto, não sofria o embargo e o bloqueio inglês.⁵⁴⁹ Assim, esta informação é importante, quando se faz uma análise dos dados de exportação brasileira, deste período, pois alguns produtos que tinham como porto de desembarque a Itália, foram reencaminhados para a Alemanha. No entanto, a partir da declaração de que a Itália seria uma aliada de Hitler, e com o bloqueio continental inglês cada vez mais intenso, as relações comerciais entre Alemanha e América Latina foram definitivamente interrompidas (POMMERIN, 1977, p. 153).

⁵⁴⁵ Carta nº AO 9/39, de 22 de novembro de 1939, de Bohle para os postos diplomáticos neutros, arquivada dentro do *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA.

⁵⁴⁶ Em função do contexto do período, toda a correspondência ao partido era enviada ao AA, sem nenhuma característica partidária. Nela ficou claro que era para o partido, pois foi direcionada a Alfred Hess, personagem que assinou diversas cartas do NSDAP ao AA e às embaixadas.

⁵⁴⁷ Telegrama nº 815, de 13 de agosto de 1940, de Prüfer para Alfred Hess, partidário do NSDAP, arquivado dentro do *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: **R-27196** do PAAA.

⁵⁴⁸ Documentação arquivada dentro do departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA e dentro do departamento jurídico (*Rechts-abteilung*), na pasta *Kriegsrecht – Neutralität – Brasilien (1939 a 1942, Band 1)*, com o código de arquivamento: **R-40223** do PAAA, além de dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien (4.1938 a 2.1942, Band 1)*, com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁵⁴⁹ Telegrama de 20 de março de 1940, do AA para Prüfer, arquivado dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien (10.1939 a 06.1942, Band 2)*, com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

4.3.2 Perspectiva de futuros acordos comerciais

Com o fim de manter acesa a possibilidade das relações comerciais, em 18 de junho de 1940, Prüfer perguntou ao AA se poderia contar a Vargas que havia interesse alemão em adquirir grande quantidade de algodão e café, e que seria possível sinalizar para uma tratativa sobre uma usina siderúrgica, assunto que já havia sido abordado entre a diplomacia alemã e o governo brasileiro, em janeiro de 1938.⁵⁵⁰ Na referida correspondência, não consta nada que este telegrama possa ter sido incentivado pelas palavras pronunciadas por Vargas no famoso discurso no navio Minas Gerais. Não pode ser esquecido que em 2 de julho, isto é, 15 dias depois do telegrama de Prüfer, o próprio Ribbentrop enviou um telegrama a todas as missões diplomáticas da América-Ibérica, para que estas acentuassem junto aos governos em que atuavam a intenção alemã de regularizar as relações comerciais em níveis superiores aos existentes antes da guerra.⁵⁵¹ Neste contexto, as vantagens que Wiehl autorizou a Prüfer divulgar faziam parte de toda uma política alemã para manter, na América Latina, a possibilidade de futuras relações comerciais. O Brasil não foi um caso isolado, apenas foi o ponto inicial. O *Staatsekretär*, em 19 de junho, informou que o Embaixador Alemão no Rio de Janeiro poderia propor a aquisição de grande quantidade de algodão e café para depois do término da guerra, momento em que a Alemanha retomaria sua capacidade econômica. Sobre a questão da siderurgia seriam enviadas orientações posteriores. Para o diretor do departamento de economia do AA, era necessário esclarecer que para isto ocorrer não deveria haver mudanças na posição brasileira de neutralidade.⁵⁵² Em 20 de junho de 1940, um dia após ter recebido as orientações do AA, Prüfer procurou Vargas para propor aquisição de algodão e café, para ser entregue no pós-guerra, que se esperava ser breve (VARGAS, 1995, p. 321). No dia seguinte, dia 21 de junho, Vargas afirmou ao embaixador alemão que lamentava que as relações comerciais não pudessem continuar prosperando, e agradeceu a proposta de aquisição para depois do término da guerra. Ainda questionou por que não poderiam prosseguir com as relações comerciais mantidas até então, sendo informado que esta

⁵⁵⁰ Telegrama nº 615, de Prüfer ao AA, de 18 de junho de 1940, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA. Transcrito também no livro *Akten* (s/d, p. 494 a 495).

⁵⁵¹ Telegrama nº 142, de Ribbentrop a todas as missões diplomáticas ibero-americanas, de 2 de julho de 1940. Traduzido no livro *III Reich* (1968, vol. II, p. 59 e 60).

⁵⁵² Telegrama nº 543, do AA para o Rio de Janeiro, de 19 de junho de 1940. Documento no livro *Akten* (s/d, p. 521 a 522).

questão seria levada adiante.⁵⁵³ Em resposta ao questionamento de Vargas, Ritter, atuando no departamento econômico, respondeu que a Alemanha era favorável a um intercâmbio comercial intenso entre Alemanha e Brasil, mesmo que alguns órgãos do governo, principalmente o Banco do Brasil, dificultassem algumas ações.⁵⁵⁴ Assim, foram seguindo negociações para possíveis transações comerciais com entrega definida para após o término da guerra.⁵⁵⁵

A Alemanha, por sua vez, precisava manter a neutralidade dos países latino-americanos e garantir que, ao término da guerra, as relações comerciais com eles retornassem à normalidade. Por essa razão, Ribbentrop enviou um telegrama circular, de 2 de julho de 1940, para todas as missões diplomáticas na América-Ibérica, contendo orientações sobre como combater prováveis ações anti-alemãs dos EUA e da Inglaterra, bem como deveriam assegurar aos países latino-americanos em que atuavam que a Alemanha desejava manter relações comerciais em níveis superiores aos existentes antes da guerra.⁵⁵⁶ Além disso, Pamperrien enviou um memorando sobre a conferência de Havana, em 16 de julho de 1940, aconselhando os diplomatas para que tentassem intervir junto aos governos em que estavam atuando no sentido de impedir a concretização da formação de um cartel econômico, pois ele teria como verdadeiro fim destruir os laços econômicos entre a América Latina e a Alemanha. Também consta neste documento que o Brasil é particularmente importante para o suprimento de matérias-primas na Alemanha.⁵⁵⁷ A documentação alemã aponta esta necessidade como o motivo de ter havido diversas tratativas entre a diplomacia alemã e o governo brasileiro. No entanto, conforme Prüfer⁵⁵⁸, em 3 de julho de 1940, Vargas solicitou que estas negociações fossem tratadas pessoalmente com ele.⁵⁵⁹ Como as negociações estavam lentas, em 5 de julho, Prüfer pediu instruções do que deveria propor caso o governo brasileiro não fizesse nenhuma

⁵⁵³ Telegrama nº 624, de Prüfer ao AA, de 21 de junho de 1940, arquivado tanto dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA, quanto dentro do *Büro des Staatssekretärs - Brasilien* (4.38 a 2.42 *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA. Está também no livro *Akten* (s/d, p. 545).

⁵⁵⁴ Telegrama nº 568, do AA ao Rio de Janeiro, de 27 de junho de 1940, arquivado dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

⁵⁵⁵ Correspondência de junho e julho de 1940, arquivada dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

⁵⁵⁶ Telegrama circular nº 142, de Ribbentrop para as missões diplomáticas na América-Ibérica, de 2 de julho de 1940. Transcrito no livro *III Reich* (1968, vol. II, p. 59 a 60).

⁵⁵⁷ Memorando de Pamperrien, de 16 de julho de 1940. Transcrito no livro *Akten* (s/d, série D, *Band X*, p. 189) e *III Reich* (1968, vol. II, p. 71 a 72).

⁵⁵⁸ No livro de Seitenfus (2003, p. 225), consta que “Prüfer manteve conversações secretas com Vargas”.

⁵⁵⁹ Telegrama nº 655, de Prüfer ao AA, de 3 de julho de 1940, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

proposta concreta.⁵⁶⁰ Em 10 de julho de 1940, Wiehl lhe telegrafou, dando diversas opções, entre elas, inclusive a entrega de uma siderúrgica, com o fim de conseguir o efeito político desejado, isto é, a garantia de neutralidade brasileira.⁵⁶¹ Para Seitenfus (2003, p. 226), estas tratativas tinham duas razões, a excelente impressão dos discursos de Vargas (11 e 29 de junho) e o medo da “retomada de uma ofensiva econômica da América [EUA] no Brasil dirigida contra Vargas”. Provavelmente estas duas razões também tivessem influenciado, mas a necessidade da permanência da neutralidade e de garantir mercado para a compra de matéria-prima e a venda de manufaturas para depois do término da guerra, não pode ser descartada no rol de interesses alemães para toda a América Latina.

O governo brasileiro, conforme Prüfer, estava muito satisfeito com as vantagens que a Alemanha estava oferecendo, mas as negociações não progrediam. Uma das hipóteses levantadas era que as negociações não seguissem adiante em função dos rumos que a guerra estava tomando, isto é, que o fim da mesma não parecia próximo.⁵⁶² Esta situação se perpetuou ao longo do ano de 1941.⁵⁶³

4.3.3 A siderurgia

Desde 1939, havia negociações de cooperação entre EUA e o Brasil para a construção de uma siderurgia nacional no Brasil. Em 5 de agosto de 1939, foi criada a Comissão Preparatória do Plano Siderúrgico Nacional (DHBB).⁵⁶⁴ Em 16 de janeiro de 1940, Vargas teve a notícia de que a *United States Steel* (empresa estadunidense) negou cooperação financeira ao plano de criação de uma siderúrgica no Brasil (VARGAS, 1995 p. 287). Por estar em um período de guerra, as negociações em torno dos planos, para o complexo siderúrgico, levaram em conta a situação de conflito, e, devido às dificuldades, Vargas

⁵⁶⁰ Telegrama nº 669, do Rio de Janeiro ao AA, de 5 de julho de 1940, arquivado dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

⁵⁶¹ Telegrama nº 595, 3374, de 10 de junho de 1940, do AA para Prüfer, arquivado dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

⁵⁶² Telegrama nº 774, do Rio de Janeiro ao AA, de 7 de agosto de 1940, arquivado dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

⁵⁶³ Documentos arquivados dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

⁵⁶⁴ Presidida por Macedo Soares, era integrada ainda por Joaquim Arrojado Lisboa, João da Costa Pinto e por Plínio Cantanhede.

desistiu da associação com empresas estrangeiras, optando pela constituição de uma empresa nacional, na qual o capital estrangeiro entraria sob a forma de um empréstimo de 20 milhões de dólares. Desta forma, em 4 de março de 1940, Vargas assinou o Decreto-Lei nº 2.054, que criou a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, diretamente subordinada à Presidência da República (DHBB).⁵⁶⁵ Em 24 de maio de 1940, conforme diário de Vargas (1995, p. 314), foi retomado, junto aos EUA, o encaminhamento da comissão sobre a criação de uma siderúrgica nacional. Quer dizer, as negociações com os Estados Unidos já estavam encaminhadas, quando em 10 de julho de 1940, junto com outras tratativas comerciais, Prüfer foi orientado a informar que a Alemanha estaria pronta para entregar os meios para a criação de uma siderúrgica no Brasil após o término da guerra.⁵⁶⁶ Conforme Heloisa Machado da Silva (2000, p. 14), o interesse alemão pelo plano siderúrgico brasileiro, noticiado no *New York Times*, teria alvoroçado os círculos políticos e financeiros dos EUA.⁵⁶⁷ Não se sabe se foi em função desta notícia ou dos discursos pronunciados por Vargas, em 11 e 29 de junho de 1940, ou pelas duas razões juntas, fato é que o governo estadunidense, a partir de então, firmou acordos nas questões mais importantes para o Brasil, a criação de uma siderúrgica e a compra de armas. Em 24 de julho de 1940, Prüfer informou que o governo norte-americano estava viabilizando o projeto da siderúrgica junto ao governo brasileiro. Na tentativa de barrar esta tendência, o Embaixador Alemão no Rio de Janeiro questionou o que poderia ser oferecido pelo governo alemão.⁵⁶⁸ Na correspondência diplomática alemã, este assunto foi encerrado, provavelmente, por não ser possível fazer uma contra-proposta.⁵⁶⁹

Em fins de setembro de 1940, representantes do governo brasileiro e dos EUA assinaram um acordo que assegurava um crédito inicial de 20 milhões de dólares para a instalação da siderúrgica por uma empresa do Estado Brasileiro (SEINTENFUS, 2003, p. 238; MCCANN, 1995, p. 163).⁵⁷⁰ A diplomacia alemã, no início do mês de outubro de 1940, informou ao AA a efetivação do acordo firmado entre EUA e Brasil sobre o financiamento de

⁵⁶⁵ Integrada, entre outros, por Guilherme Guinle e o Macedo Soares.

⁵⁶⁶ Telegrama nº 595, 3374, de 10 de julho de 1940, do AA para Rio de Janeiro, arquivado dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band* 2), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA. Este telegrama não deixa dúvidas de que a proposta era para após o término da guerra.

⁵⁶⁷ O governo norte-americano resistia à idéia de financiar a construção de uma grande usina siderúrgica brasileira, porque na prática representaria a quebra do monopólio estadunidense e europeu da produção de aço.

⁵⁶⁸ Telegrama nº 722, de 24 de julho de 1940, do Rio de Janeiro para o AA, arquivado dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band* 2), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

⁵⁶⁹ McCann (1995, p. 163) informou que Aranha havia contado ao embaixador estadunidense no Rio de Janeiro, Jeferson Caffery, que em início de setembro a Krupp teria feito uma contra-proposta, mas na documentação alemã não consta nada.

⁵⁷⁰ Existe uma pequena divergência no tocante à data, pois Seitenfus afirma que a questão foi encerrada em 25 de setembro e McCann informa que foi em 26 de setembro.

uma siderúrgica em solo brasileiro. Nas correspondências de outubro de 1940, se percebe o medo que havia na intensificação das relações entre Brasil e EUA.⁵⁷¹ Em 30 de janeiro de 1941, Getúlio Vargas, através de um decreto-lei, determinou a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, e, em 9 de abril de 1941, realizou-se a assembléia geral de criação da mesma (DHBB).⁵⁷² Assim, se encerraram as possibilidades de tratativas alemãs para tentar financiar a criação de siderúrgica brasileira.

Ironildes Bueno (2006, p. 182 e ss.) apresentou as divergências, entre aqueles que entendem que a Alemanha teria sido capaz de fornecer condições para a criação da siderurgia brasileira durante a guerra (denominado por este autor como o grupo dos historiadores, entre eles, Gerson Moura, com a teoria da “equidistância pragmática”) e os que afirmam que isto não seria possível (encabeçado pelos economistas, principalmente Marcelo Abreu).⁵⁷³ Nesse sentido, como já apresentado, o AA havia autorizado o Embaixador Alemão no Rio de Janeiro a prometer a entrega de um complexo siderúrgico, para após o término da Guerra. Naquele momento histórico, não se sabia quanto tempo poderia durar a guerra, podendo ser dias ou anos. No entanto, o que importava não era se seria possível entregar ou não o material para a siderurgia, mas sim, se a proposta convenceria e levaria o Brasil a fazer aquilo que a proponente, a Alemanha, estava desejando, a manutenção da neutralidade sob qualquer condição. Não pode ser esquecido que o trabalho da diplomacia é interceder junto aos países estrangeiros em favor de seu país. Para isso, em algumas ocasiões, chegaram a ocorrer jogos de promessas e intrigas. Um exemplo disto ocorreu em junho/julho de 1940, quando foi ventilado junto à imprensa estadunidense a intenção alemã de bancar a criação de uma siderúrgica no Brasil. Esse procedimento gerou, entre autoridades estadunidenses, certo medo, ainda que nunca se poderá afirmar se foi o propulsor ou não do acordo firmando em setembro de 1940, porque não existe um documento esclarecendo os motivadores que levaram os Estados Unidos a firmar um acordo, logo após a última cartada alemã sobre a implementação da siderurgia no Brasil. Sendo assim, todas as afirmações são conjecturas que não podem ser confirmadas.

⁵⁷¹ Correspondência de outubro de 1940, arquivada dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

⁵⁷² A Companhia Siderúrgica Nacional que foi construída na cidade de Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, começou a operar em 1946, dois anos após os planos iniciais de término da construção da mesma.

⁵⁷³ O autor não analisou e nem citou a posição de Francisco Luiz Corsi.

4.3.4 Negociações para compra de navios alemães

Com o início do conflito, 25 navios alemães estavam nos portos brasileiros à espera de conseguir furar o bloqueio inglês e resolver alguns problemas mecânicos, além de ter de conseguir carvão e similares para reabastecer e seguir viagem.⁵⁷⁴ Na época, os principais fornecedores ou controladores desta distribuição eram os ingleses e os estadunidenses, tornando-se mais um agravante na situação destas embarcações.⁵⁷⁵ Uma prática adotada em grande parte da América Latina foi a compra dos navios alemães ancorados em alguns países. Os primeiros que compraram navios foram Honduras e Chile (POMMERIN, 1977, p. 116 e. 119).

Em 3 de outubro de 1939, Prüfer comunicou, por telegrama, que o Brasil tinha interesse em comprar dois navios, o *Brennstoff* e o *Landungsabgabe*, além de desejar negociar outros.⁵⁷⁶ Em 4 de outubro, este documento foi enviado pelo AA a cinco ministérios, entre eles às forças armadas.⁵⁷⁷ Estas o reenviaram para três de seus departamentos.⁵⁷⁸ Em 23 de outubro, Wiehl informou que, no caso dos navios solicitados, os proprietários não entraram em acordo para concretizar uma venda, mas que havia outros três navios que poderiam ser negociados, um deles seria o *Wakama*.⁵⁷⁹ Em 30 de novembro foi comunicada a possibilidade de compra do navio *Montevideo*.⁵⁸⁰ No entanto, nos meses subseqüentes, continuaram as negociações para a aquisição de outras embarcações.⁵⁸¹ Em 26 de abril de 1940, Prüfer

⁵⁷⁴ Documento de 15 de agosto de 1941, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA. Este documento relaciona 22 navios de propriedade alemã e que três estavam sendo adquiridos pelo governo brasileiro.

⁵⁷⁵ Seitenfus (2003, p. 182, nota 36) afirmou que 26 navios alemães estavam em portos brasileiros, já Pommerin (1977, p. 116) afirmou que 26 navios estavam nos portos latino-americanos. Nenhum dos dois explicitou a fonte.

⁵⁷⁶ Telegrama nº 247, de Prüfer ao AA, de 3 de outubro de 1939, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁵⁷⁷ Neste sentido, cabe uma nova ressalva a Seitenfus (2003, p. 182, nota 36), pois este, citando o documento da nota anterior, informa que Prüfer havia concordado com a venda, caso fossem liberados alguns barcos alemães para retornar ao seu país. No entanto, no referido documento, Prüfer somente informou o desejo do governo brasileiro em comprar navios alemães.

⁵⁷⁸ Carta secreta do AA às forças armadas, W XII 2895 I, de 4 de outubro de 1939, arquivado dentro do departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA.

⁵⁷⁹ Telegrama nº 416, de Wiehl para Prüfer, de 23 de outubro de 1939, arquivado tanto dentro de *Handakten Wiehl – Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band* 2), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA, quanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁵⁸⁰ Telegrama nº 463, de Pamperrien para Prüfer, de 30 de novembro de 1939, arquivado dentro de *Handakten Wiehl – Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band* 2), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

⁵⁸¹ Telegramas arquivados dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

comunicou a Wiehl que o governo brasileiro tinha interesse em comprar os navios *Norderney*, *Maceió*, *Bollwerk* e *Montevideo*, como segunda opção, seriam os navios *Babitonga* e *Rio Grande*. Na análise do diplomata alemão, isto se devia ao prestígio alemão junto ao governo brasileiro, especialmente por parte do presidente. Esta negociação também poderia servir de argumento para o governo brasileiro não entrar na guerra contra a Alemanha.⁵⁸² Entretanto, as negociações continuaram e, efetivamente, não houve nenhum acordo, até agosto de 1942.

4.4 QUESTÕES MILITARES

As relações militares deste período foram, inicialmente, intensas e aos poucos começaram a se distanciar. As Forças Armadas do Brasil aguardavam com ansiedade as armas encomendadas às empresas alemãs. Para que o armamento chegasse ao Brasil foram feitos diversos movimentos. Já as Forças Armadas Alemãs, a partir do início da guerra, passaram a ser informadas de diversos assuntos abordados pelo governo brasileiro, tanto internamente, principalmente sobre as leis que passaram a reger as regras de neutralidade, quanto externamente, sobre as negociações para compra de armas nos Estados Unidos. Para as Forças Armadas Alemãs, foram enviados da legislação brasileira os seguintes decretos-leis: nº 2.983 de 25 de janeiro de 1941, que dispõe sobre a internação de beligerantes; nº 2.985 de 27 de janeiro de 1941, que dispõe sobre o emprego de aparelhos de telecomunicação no território nacional, enquanto durar a guerra atual; e nº 2.986, também de 27 de janeiro de 1941, que dispõe sobre as normas que devem seguir os navios mercantes quando em águas jurisdicionais brasileiras.⁵⁸³

Um dos assuntos de ordem interna, que gerou diversas correspondências, foi um outro decreto-lei, o nº 2.947, assinado por Vargas, em 15 de janeiro de 1941, que passou a modificar as regras gerais de neutralidade (decreto-lei de setembro de 1939). O artigo 9º

⁵⁸² Telegrama nº 456, de Prüfer ao AA, de 26 de abril de 1940, arquivado tanto dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA, quanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁵⁸³ Documentos arquivados dentro do departamento militar *Rechtsangelegenheiten*, na pasta *Neutralitätsrecht - Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 - 1298** do BA MA.

ganhou uma nova redação, mas continuou com a mesma essência. Proibia a utilização de estações radiotelegráficas no território nacional, agora inclusive nos navios mercantes dos países beligerantes. A exceção seria em caso de perigo ou necessidade de piloto.⁵⁸⁴ As Forças Armadas Alemãs e o AA foram avisados destas alterações, em diferentes momentos, durante os meses de janeiro e março de 1941.⁵⁸⁵ Provavelmente, a grande proporção que este assunto tomou foi em função das conseqüências advindas da apreensão de um rádio transmissor de um navio alemão, fato relatado, em 5 de setembro de 1939, pelo cônsul alemão em Porto Alegre, Frederico Ried, às Forças Armadas Alemãs.⁵⁸⁶ No entanto, este é o único documento encontrado descrevendo o fato. A documentação brasileira apresenta mais detalhes, pois se trataria da tentativa de instalar um rádio transmissor no vapor alemão *Rio Grande*, que estava retido no porto de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. Nesta atividade, a empresa de aviação VARIG, e conseqüentemente seu diretor, Otto Ernst Meyer, foram considerados envolvidos, gerando um inquérito da polícia gaúcha para investigar a questão.⁵⁸⁷ Conforme Alexandre Fortes (2004, p. 189), as diligências foram aprofundadas em fins de 1940, em função da evolução da posição brasileira no conflito europeu e uma gradual aproximação com os Estados Unidos, assim como os relatórios produzidos pelos chefes de política dos três estados sulinos⁵⁸⁸ e as notícias de que a atuação nazista tivesse vínculos com as empresas aéreas sob influência alemã no Brasil.

As Forças Armadas Alemãs acompanharam todo o processo de entrega do material bélico encomendado pelo Brasil, além das tratativas em relação à possibilidade de compra de

⁵⁸⁴ Carta B nº 20/41, de Prüfer ao *Oberkommando der Kriegsmarine*, ao AA e ao *Marineattaché* de Buenos Aires, 21 de janeiro de 1941, arquivada dentro do departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA.

⁵⁸⁵ Além da correspondência citada na nota anterior, a carta de 31 de janeiro de 1941, Pol 2 nº 1ª, arquivada tanto dentro do departamento militar *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA, quanto a dentro do departamento jurídico do AA (*Rechts-abteilung*), na pasta *Kriegsrecht – Neutralität – Brasilien* (1939 a 1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-40223** do PAAA. Outros documentos foram o telegrama 84, de Prüfer ao AA, de 23 de janeiro de 1941, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA. A carta do AA para o *Oberkommando der Kriegsmarine*, de 8 de março de 1941, a carta de 28 de março do AA para o *Oberkommando der Kriegsmarine* e o telegrama nº 319, de 25 de março de 1941, todos arquivados dentro do departamento militar *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA.

⁵⁸⁶Telegrama nº 16, de 5 de setembro de 1939, assinado por Ried, arquivado dentro do departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA.

⁵⁸⁷ Maiores detalhes ver o livro de Fortes (2004, p. 188 e ss.).

⁵⁸⁸ Estes relatórios posteriormente viraram livros. Aurélio Py (1940; 1942), Antonio de Lara Ribas (1943) e Mario Martins (1942), chefes de polícia respectivamente dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

navios alemães, no decorrer do ano de 1940 e 1941 (assunto abordado no item 4.3.4).⁵⁸⁹ Este assunto chegou a ser pauta em uma das audiências secretas de Prüfer e Vargas.⁵⁹⁰

4.4.1 Aquisição de Armas

Uma das principais preocupações dos militares brasileiros foi com a entrega do armamento comprado da Alemanha em março de 1938 e julho de 1939. Com o início do conflito, a diplomacia brasileira se apressou em tentar averiguar como seria encaminhada esta questão. Em 8 de setembro, cinco dias depois da França e da Inglaterra terem entrado no conflito, Osvaldo Aranha já questionava ao encarregado dos negócios da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro se, com o início do conflito na Europa, seria possível a entrega do material militar encomendado da Krupp. Nesta ocasião Levetzow respondeu afirmativamente.⁵⁹¹

Em 9 de novembro de 1939, Freitas Vale teve audiência com Ribbentrop, momento em que novamente foi questionado, por um representante do governo brasileiro a uma autoridade alemã, sobre a entrega das armas encomendadas à firma Krupp. Neste momento definiu-se que a distribuição seria com navios brasileiros, como havia sido planejado pelo governo italiano (POMMERIN, 1977, p. 98). As tratativas sobre qual navio brasileiro teria capacidade de transportar as armas foi um assunto muito abordado pelo AA e pelas Forças Armadas Alemãs.⁵⁹² A pressão, durante o ano de 1939, possibilitou que, no dia 16 de janeiro de 1940, Vargas fosse visitar a artilharia antiaérea que tinha chegado da Alemanha (VARGAS, 1995, p. 287).

Nos primeiros meses de 1940, deveria ter sido efetuada uma nova entrega de armamentos produzidos na Alemanha, mas houve dificuldades no transporte e na fabricação

⁵⁸⁹ Telegramas arquivados dentro do *Büro des Staatssekretärs – Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁵⁹⁰ Telegrama n° 1003, do Rio de Janeiro ao AA, de 7 de junho de 1941, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs – Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁵⁹¹ Telegrama n° 158, do Rio de Janeiro ao AA, de 08 de setembro de 1939, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs – Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁵⁹² Documentos arquivados dentro do departamento militar *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA e dentro do *Büro des Staatssekretärs – Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

do referido material. As Forças Armadas Alemãs informaram tal dificuldade ao AA.⁵⁹³ Em 15 de março de 1940, foi definido pelas Forças Armadas Alemãs que a entrega destas armas seria efetuada em 4 partes, a primeira em final de março de 1940, e as seguintes seriam em fins de junho, setembro e dezembro.⁵⁹⁴ Em 20 de março de 1940, Prüfer informou ao AA, que o ministro da Guerra perguntava sobre a entrega das armas encomendadas, além deste ter dado a entender que poderia ser anulado o contrato, e ser aceita a oferta norte-americana de fornecer estes armamentos.⁵⁹⁵ Quer dizer, o governo brasileiro estava pressionando a Alemanha para que fosse efetuada a entrega do material bélico encomendado.

Outra forma de pressão foi uma conversa de Osvaldo Aranha com Prüfer, na noite de 25 de março de 1940, quando o ministro das Relações Exteriores do Brasil compartilhou com o Embaixador Alemão no Rio de Janeiro que a situação criada, a partir da não entrega do material bélico, havia tornado difícil o posicionamento de Vargas. O Presidente Brasileiro estava solicitando, por intermédio de Osvaldo Aranha, que fossem entregues alguns canhões. Prüfer observou que este procedimento era incomum por parte de Vargas.⁵⁹⁶ No dia seguinte, o Embaixador Brasileiro em Berlim, Freitas Vale, teve uma audiência com Woermann, para saber se seria possível a entrega das armas encomendadas da Krupp. Foi informado ao embaixador que, até aquele momento, a ordem era armar o exército alemão, por isto, parte das armas produzidas para o Brasil havia sido requisitada pelas forças armadas. Freitas Vale informou que este armamento estava sendo aguardado no seu país e que o desejo era de que fosse adquirido de empresas alemãs, pois se o governo soubesse que não seria entregue o material, teria efetuado a encomenda em outros países, além de que o material entregue anteriormente somente funcionaria com as peças que seriam entregues no decorrer de 1940.⁵⁹⁷

⁵⁹³ Carta nº 4858/40 de 14 de março de 1940, do *Oberkommando der Wehrmacht* ao AA, arquivada dentro do departamento de comércio *Handelspolitische Abteilung*, na pasta *Kriegsgerat – Brasilien* (11.1939 a 12.1941, *Band 3*), com o código de arquivamento: **R-106426** do PAAA.

⁵⁹⁴ *Schnellbrief*, de 15 de março de 1940, W 1439/40, do *Oberkommando der Wehrmacht* ao AA, arquivado dentro do departamento de comércio *Handelspolitische Abteilung*, na pasta *Kriegsgerat – Brasilien* (11.1939 a 12.1941, *Band 3*), com o código de arquivamento: **R-106426** do PAAA.

⁵⁹⁵ Telegrama nº 335, de Prüfer ao AA, de 20 de março de 1940, arquivado dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

⁵⁹⁶ Telegrama nº 245, W VIIIb 1122, de 26 de março de 1940, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA. Provavelmente este nº do telegrama esteja errado, pois há fortes indícios de ser 345. No entanto, no documento examinado consta 245.

⁵⁹⁷ Memorando interno de Woermann, datado de 27 de março de 1940, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

Estes documentos demonstram a pressão que o governo brasileiro estava fazendo para obter a entrega das armas encomendadas.⁵⁹⁸

Em 18 de julho de 1940, Prüfer retomou, junto ao AA, a questão da entrega do armamento e finalizou dizendo que ficaria muito agradecido se fosse completada a entrega dos canhões.⁵⁹⁹ Novamente em 19 de agosto de 1940, o Embaixador Alemão no Rio de Janeiro solicitou que lhe fossem dadas, urgentemente, informações sobre a entrega dos armamentos.⁶⁰⁰

Seitenfus (2003, p. 230 e 231, nota 10) apresentou a informação de que Olavo Egydio de Souza Aranha, primo de Osvaldo Aranha, havia dado ciência do interesse de Gaspar Dutra na compra do material de guerra francês tomado pela Alemanha.⁶⁰¹ Todavia, nem um mês antes, Prüfer havia informado ao AA que, em algumas ocasiões, Olavo Aranha havia tido, desde o início da guerra na Europa, um comportamento prejudicial às relações comerciais entre ambos os países, mesmo ele sendo um dos membros/associados do consórcio particular alemão-brasileiro, SOINC, Sociedade Internacional de Comércio.⁶⁰² Neste sentido, uma das hipóteses para o não prosseguimento da proposta pode ter sido o contexto em que atuou este personagem. Entretanto, não pode ser descartada a posição do AA, numa correspondência aos chefes das missões diplomáticas da Argentina, do Chile, do Uruguai e da Bolívia, de que as armas capturadas não poderiam ser classificadas e nem inspecionadas na conjuntura de guerra, sendo assim, não haveria como atender ao desejo destas autoridades.⁶⁰³ Posição que,

⁵⁹⁸ Sobre os documentos das duas notas anteriores, Seitenfus (2003, p. 182) fez uma leitura/interpretação diversa dos mesmos, provavelmente porque não teve contato com outros documentos diplomáticos sobre o mesmo assunto e por não ter um conhecimento mais aprofundado nos termos diplomáticos alemães, pois sua obra analisou documentação diplomática de três diferentes Ministério das Relações Exteriores (Brasil, Alemanha e Itália).

⁵⁹⁹ Telegrama nº 702, de Prüfer ao AA, de 18 de julho de 1940, arquivado tanto dentro do departamento de comércio *Handelspolitische Abteilung*, na pasta *Kriegsgerat – Brasilien* (11.1939 a 12.1941, *Band 3*), com o código de arquivamento: **R-106426** do PAAA, quanto dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

⁶⁰⁰ Telegrama nº 843, de Prüfer ao AA, de 19 de agosto de 1940, arquivado tanto dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA quanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁶⁰¹ Telegrama nº 791, de Prüfer ao AA, de 8 de agosto de 1940, arquivado dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

⁶⁰² Telegrama nº 69a, de Prüfer ao AA, de 12 de julho de 1940, arquivado tanto dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA, quanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁶⁰³ Telegrama do AA para Buenos Aires, Santiago, Montevideu e La Paz, de 23 de agosto de 1940. Documento traduzido no livro *III Reich* (1968, vol. II, p. 79 a 81). Este documento instrua os diplomatas alemães que atuavam nestas cidades de como poderiam encaminhar pedidos de compras de armas.

provavelmente, também já havia sido informada à diplomacia alemã no Brasil, mesmo que tal correspondência não tenha sido encontrada.

Prüfer também informava como andavam as negociações para a compra de material bélico dos Estados Unidos. Em 13 de setembro de 1940, enviou cópia do contrato que o governo brasileiro assinou com o estadunidense sobre o fornecimento de projetores antiaéreos, sendo que a entrega estava prevista em 5 lotes, o primeiro para novembro de 1940 e o último para maio de 1941.⁶⁰⁴ Conforme Michele de Oliveira (2008), Góes Monteiro, em carta de 21 de setembro de 1940, justificou esta ação, porque “apesar das casas alemãs pretenderem cumprir rigorosamente os contratos, houve prejuízos e delongas inevitáveis para a entrada das encomendas e o Brasil não conta com outros mercados para a satisfação de suas necessidades urgentes, senão nos EUA”.

Outra informação, provavelmente, enviada para a Alemanha sobre as ações das Forças Armadas Brasileira foi a da criação da Comissão Mista entre Brasil e EUA, em outubro de 1940, que tinha como fim estudar a melhoria das medidas comuns de defesa. Neste momento, os chefes militares, que duvidavam da capacidade dos EUA de proteger o Brasil, entregaram uma lista de armas necessárias para a defesa do país. Estas autoridades insistiram que antes de qualquer discussão sobre a defesa mútua, se deveria resolver a questão do fornecimento dessas armas. De outubro de 1940 a dezembro de 1941, todas as tentativas norte-americanas de obter qualquer concessão do Brasil encontraram uma rejeição decidida. Neste sentido, os esforços norte-americanos para a obtenção de definições e planos claros para a defesa esbarraram na necessidade brasileira de ter garantias concretas de que os EUA forneceriam armamento às Forças Armadas Brasileiras. O governo estadunidense não estava certo do apoio brasileiro em caso deles entrarem na guerra, mas considerava essencial proteger o nordeste brasileiro. Neste contexto, os militares norte-americanos protelaram a entrega de armamento ao Brasil, ao mesmo tempo em que formulavam planos para ocupar bases no Nordeste.⁶⁰⁵ Os militares brasileiros, que não entendiam as ações dos EUA, começavam a duvidar da dita intenção de enviar armamentos, conseqüentemente, mostravam-se cada vez menos propensos a fazer novas concessões aos Estados Unidos (MOURA, 1993, P. 183).⁶⁰⁶

⁶⁰⁴ Carta de 13 de setembro de 1940, W 4697/40, arquivada dentro do departamento de comércio *Handelspolitische Abteilung*, na pasta *Kriegsgerat – Brasilien* (11.1939 a 12.1941, *Band* 3), com o código de arquivamento: **R-106426** do PAAA.

⁶⁰⁵ McCann (1995, p. 165 e ss.) descreveu e nomeou estes planos de invasão e controle do litoral nordestino brasileiro.

⁶⁰⁶ Conforme Svartman (1999, p. 105), um dos resultados desta comissão foi um acordo secreto, de outubro de 1941. Nele, “os EUA se comprometiam em fornecer ajuda material e militar caso o Brasil fosse agredido por

Ainda mais que as forças armadas brasileiras ponderavam que a concentração militar deveria continuar a privilegiar o sul e o extremo sul do país, como sempre ocorria, porque consideravam que o inimigo poderia atacar pelo sul, e não pelo nordeste. Já para os EUA, o nordeste brasileiro era de suma importância, visto que esta região constituía um excelente trampolim geográfico para auxiliar as tropas inglesas no continente africano. Mesmo que o governo alemão não soubesse da comissão mista, desde 1º de novembro de 1940, já se informava ao AA o interesse estadunidense pelo nordeste brasileiro.⁶⁰⁷ Sobre a possibilidade de a Alemanha conhecer as intenções estadunidenses de ocupar bases brasileiras, existem poucas dúvidas, pois em 20 de novembro Prüfer informou ao *Auswärtiges Amt* que havia conversado com Osvaldo Aranha sobre as possibilidades de concessão de bases navais ou aéreas para os Estados Unidos. Neste momento, Aranha havia afirmado que “seria pouco provável que o Brasil permitisse que outro poder estabelecesse ou financiasse bases em seu território em tempo de paz”, situação que poderia mudar em caso de guerra.⁶⁰⁸

Neste contexto de aproximação militar entre Brasil e Estados Unidos, foi retomada a conversação sobre a entrega do armamento encomendado às fábricas alemãs. Nos primeiros dias de outubro de 1940, voltou-se a negociar a possibilidade de se transportar a metade da encomenda feita pelo Brasil, em março de 1938. Isto é, o carregamento seria referente às duas primeiras partes da encomenda daquele ano.⁶⁰⁹ Entretanto, nem todas as empresas alemãs que faziam parte do grupo encabeçado pela firma Krupp, que venceu o contrato de 1938, conseguiriam entregar o material para ser transportado em novembro de 1940. O AA solicitou que as respectivas empresas teriam que dar um jeito para o referido material bélico chegar ao Brasil.⁶¹⁰

Para este material ser transportado, precisava da confirmação de que este navio não seria atacado pela marinha inglesa. Para tanto, em 11 de outubro de 1940, o Itamaraty enviou um telegrama ao embaixador brasileiro em Londres, para que este obtivesse junto ao governo

outra república americana que, na opinião do governo dos Estados Unidos, fosse simpática ao Eixo. Tratava-se, obviamente de uma defesa contra a Argentina”.

⁶⁰⁷ Telegrama nº 1175, de Prüfer ao AA, de 1º de novembro de 1940, arquivado dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band* 2), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

⁶⁰⁸ Telegrama nº 1263, de Prüfer ao AA, de 20 de novembro de 1940, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA. Também se encontra nos livros *III Reich* (1968, vol. II, p. 91 e 92) e *Akten* (s/d, série D, *Band* XI, p. 525 a 526).

⁶⁰⁹ Telegrama nº 1057, de Prüfer ao AA, de 11 de outubro de 1940, arquivado dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band* 2), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

⁶¹⁰ Telegrama nº 1047, de Prüfer ao AA, de 9 de outubro de 1940, e outros, arquivados dentro do departamento de comércio *Handelspolitische Abteilung*, na pasta *Kriegsgerat - Brasilien* (11.1939 a 12.1941, *Band* 3), com o código de arquivamento: **R-106426** do PAAA.

britânico o livre-trânsito do cargueiro *Siqueira Campos*, que iria transportar o material bélico adquirido da Alemanha. No dia 30 do referido mês, o embaixador brasileiro em Londres informou que o Comitê Britânico do Bloqueio Econômico não permitiu que o *Siqueira Campos* transportasse material bélico. Em 1º de novembro de 1940, Osvaldo Aranha solicitou à diplomacia estadunidense que intercedesse para que o navio brasileiro pudesse trazer de Lisboa o material encomendado da Alemanha. Em 19 de novembro, o cargueiro partiu do Porto de Lisboa sem a devida autorização inglesa. Dois dias depois, o navio foi aprisionado pela marinha britânica. O governo brasileiro, através do Ministério das Relações Exteriores fez diversos protestos junto ao governo inglês (SILVA, 1998, p. 9-10). Todos estes passos foram acompanhados e relatados pelo Embaixador Alemão no Rio de Janeiro ao AA.⁶¹¹ No entanto, este nada poderia fazer, somente acompanhar os acontecimentos. Em 29 de novembro de 1940, Prüfer informou ao AA que o governo estadunidense apoiou as ações do governo brasileiro.⁶¹² No decorrer dos meses de novembro e dezembro, foram constantes os telegramas informando a situação do navio *Siqueira Campos* e as ações brasileiras para conseguir a liberação do mesmo. No AA, esta situação foi acompanhada de perto pelo *Staatssekretär*, Weizsäcker, demonstrando claramente a importância que os protestos brasileiros, e possíveis represálias, tinham na política externa alemã.⁶¹³ Em 15 de dezembro de 1940, o governo inglês liberou para navegação o cargueiro *Siqueira Campos* e a carga de armamentos encomendados da Alemanha.

Seitenfus (2003, p. 241, nota 40) e McCann (1995, p. 172 e ss.) fornecem dados de que o navio *Siqueira Campos* foi liberado pela interferência da diplomacia estadunidense em função da crise criada. No entanto, não pode ser esquecido que, caso o governo inglês continuasse impedindo a navegação do referido navio, a posição brasileira poderia tomar outro rumo, pois até se chegou a falar em corte das relações diplomáticas. Efetivamente, foi decretado pelo governo brasileiro a expropriação de empresas britânicas e a proibição de matérias na imprensa e no cinema em favor da Inglaterra (MCCANN, 1995, p. 172).

⁶¹¹ Telegramas do mês de novembro e dezembro de 1940, arquivados dentro do departamento de comércio *Handelspolitische Abteilung*, na pasta *Kriegsgerat – Brasilien* (11.1939 a 12.1941, *Band 3*), com o código de arquivamento: **R-106426** do PAAA,

⁶¹² Telegrama n° 1307, do Rio de Janeiro ao AA, de 29 de novembro de 1940, arquivado tanto dentro do departamento de comércio *Handelspolitische Abteilung*, na pasta *Kriegsgerat – Brasilien* (11.1939 a 12.1941, *Band 3*), com o código de arquivamento: **R-106426** do PAAA, quanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁶¹³ Correspondência do mês de novembro e dezembro de 1940, arquivada dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

A situação do gabinete governamental de Vargas estava difícil, tanto que em 21 de dezembro de 1940, Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, numa audiência com Vargas, pediu demissão do seu cargo. Justificou que estava sendo impedido de exercer a sua função, pois não conseguia armar as forças armadas, porque dos Estados Unidos nada esperava e estava “desesperançado” em receber o restante do material encomendado da Alemanha. Vargas não aceitou o pedido de demissão. Ao final de 1940, um segundo carregamento de material bélico estava sendo preparado para ser transportado da Europa para o Brasil, no cargueiro *Bagé*. Este fato criou divergências entre os militares e os diplomatas brasileiros. Numa reunião ministerial do gabinete de Vargas, em 8 de janeiro de 1940, Dutra insistiu que o navio, com o material bélico encomendado deveria seguir seu itinerário, mesmo sem a autorização de livre trânsito do governo inglês. Osvaldo Aranha considerou que o cargueiro deveria descarregar o material bélico em Lisboa e aguardar um momento melhor. Ao final da reunião, prevaleceu a posição do ministro das Relações Exteriores (VARGAS, 1995, p. 360 e 368).⁶¹⁴ Observa-se que as concepções militares, para conseguir o armamento bélico necessário às forças armadas, entraram em choque com os interesses diplomáticos de manter a neutralidade e as relações cordiais com a Inglaterra.

A diplomacia alemã no Rio de Janeiro, em 10 de Janeiro de 1941, isto é, dois dias após a reunião ministerial de Vargas, informou ao AA que o ministro brasileiro da Guerra havia sido avisado que, para ocorrerem as novas entregas do material encomendado pelo Brasil na Alemanha, deveria ser negociada a liberação dos mesmos pela diplomacia do seu país, junto ao governo inglês.⁶¹⁵ Esta informação foi remetida ao Comando das Forças Armadas no dia seguinte.⁶¹⁶ Quer dizer, o governo alemão não tinha como auxiliar na liberação deste carregamento. No dia 14, Prüfer informou que Dutra havia comentado sobre um possível corte de relações com a Inglaterra, em função das dificuldades de transportar as armas encomendadas. Entretanto, pelas informações do embaixador alemão, nem o presidente nem o ministro das Relações Exteriores do Brasil compartilhavam desta posição. Todavia, no seu diário, Vargas deixou transparecer que, caso necessário, faria o corte de relações diplomáticas

⁶¹⁴ No entanto, Clodius enviou um documento, apenas informando ao Embaixador Alemão no Rio de Janeiro de que o material encomendado não poderia ficar no porto de Lisboa, mas sim retornar para o *Reich* até obter autorização. (Fonte: Telegrama, do AA ao Rio de Janeiro, de 7 de março de 1941, arquivado dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* [10.1939 a 06.1942, *Band* 2], com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA). Entretanto, pelas demais correspondências parece que esta definição não foi seguida.

⁶¹⁵ Telegrama nº 26, de Prüfer ao AA, de 10 de janeiro de 1941 arquivado dentro do departamento de comércio *Handelspolitische Abteilung* na pasta *Kriegsgerat – Brasilien* (11.1939 a 12.1941, *Band* 3), com o código de arquivamento: **R-106426** do PAAA.

⁶¹⁶ Carta nº Ha Pol 135g, do AA para as forças armadas, de 11 de janeiro de 1941, arquivada dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band* 2), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

com a Inglaterra, mesmo não sendo do seu interesse (Ibidem, p. 359). O contexto do momento fez Prüfer suspeitar que estivesse surgindo uma crise ministerial e que Dutra tivesse pedido demissão.⁶¹⁷ Três dias depois, Prüfer informou que a crise ministerial havia sido confirmada.⁶¹⁸

A última remessa de material bélico ficou no porto de Lisboa esperando a liberação inglesa para o transporte. No decorrer dos meses de janeiro a junho de 1941, a diplomacia alemã no Brasil enviava telegramas informando como estava sendo negociada a situação e a necessidade de entrega deste material. Entretanto, também apontava dificuldades para as novas entregas do restante do armamento encomendado.⁶¹⁹

Ribbentrop entendia que a entrega do material bélico encomendado era prioridade, tanto que escreveu ao *Oberbefehlshaber der Wehrmacht*, pedindo encaminhamentos para solucionar estas dificuldades.⁶²⁰

A aproximação militar entre Brasil e Estados Unidos estava cada vez mais consistente, e era acompanhada pela diplomacia alemã, tanto que, em junho de 1941, Prüfer apontava para a possibilidade de os EUA assinarem novos acordos militares para o fornecimento de armas para o Brasil.⁶²¹ Aos poucos, a diplomacia alemã percebeu que o principal elo de união diplomático, entre Brasil e Alemanha, em 1941, que eram as encomendas militares, estava sendo aos poucos desfeito. Esta situação se agravou no segundo semestre de 1941, assunto do próximo capítulo.

⁶¹⁷ Telegrama nº 33, de Prüfer ao AA, de 14 de janeiro de 1941, arquivado tanto dentro do departamento de comércio *Handelspolitische Abteilung*, na pasta *Kriegsgerat – Brasilien* (11.1939 a 12.1941, *Band 3*), com o código de arquivamento: **R-106426** do PAAA, quanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁶¹⁸ Telegrama nº 44, do Rio de Janeiro ao AA, de 17 de janeiro de 1941, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁶¹⁹ Telegramas dos meses de janeiro a fevereiro de 1941, arquivados dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA, dentro do departamento de comércio *Handelspolitische Abteilung* na pasta *Kriegsgerat – Brasilien* (11.1939 a 12.1941, *Band 3*), com o código de arquivamento: **R-106426** do PAAA, e dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

⁶²⁰ Carta de Ribbentrop para o *Wehrmacht*, de junho de 1941, arquivado dentro do departamento de comércio *Handelspolitische Abteilung*, na pasta *Kriegsgerat – Brasilien* (11.1939 a 12.1941, *Band 3*), com o código de arquivamento: **R-106426** do PAAA.

⁶²¹ Telegrama 1057, secreto, do Rio de Janeiro ao AA de 13 de junho de 1941, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

4.5 CONCLUSÃO PARCIAL

A partir de setembro de 1939, as relações diplomáticas entre a Alemanha e o Brasil foram plenamente retomadas. O novo Embaixador Brasileiro em Berlim, Ciro de Freitas Vale, iniciou suas atividades em 25 de agosto e o novo Embaixador Alemão no Rio de Janeiro, Curt Max Prüfer, já estava no Brasil. Entretanto, o desfecho desta situação ocorreu, simultaneamente, com o início do conflito na Europa. Entre os beligerantes estavam a Alemanha, a França e o Reino Unido. Este último país tinha como principal modalidade de guerra o bloqueio naval, que pouco efeito teve sobre a economia alemã, mas atingiu a economia latino-americana.

O contexto de guerra obrigou a diplomacia e o alto comando das Forças Armadas da Alemanha a entrelaçarem seus interesses. Tanto que, a partir dos primeiros dias do conflito na Europa, os funcionários das Forças Armadas Alemãs também criaram uma pasta específica sobre o Brasil que, com o passar dos anos, aumentou consideravelmente a documentação arquivada. Entre 1939 e 1940, os militares alemães, essencialmente, acompanharam as mudanças na legislação brasileira em função da guerra, e as relações com a Alemanha e outros países, além de terem sistematizado, através de diversas fontes, informações sobre o transporte marítimo e a movimentação dos portos latino-americanos. No período analisado nesse capítulo, setembro de 1939 a junho de 1941, ainda persistia o predomínio das relações diplomáticas entre Alemanha e Brasil, mesmo havendo um crescente aumento de dados sobre o Brasil nas forças armadas.

A política externa alemã para a América Latina, até 1939, não havia sido definida. Com o intuito de encaminhar esta questão, foram convocados os chefes das missões diplomáticas e os líderes partidários que atuavam na América Latina, para realizarem, em Berlim, a *Iberoamerika-Konferenz*. Esta atividade poucos resultados obteve, mas o ministro das Relações Exteriores daquele país informou que, em caso de conflito, a política externa alemã, em relação aos países latino-americanos, deveria concentrar-se em garantir sua neutralidade. Quer dizer, forneceu as bases para as relações diplomáticas durante o conflito que estava por iniciar-se.

Com o início efetivo da guerra na Europa, houve a necessidade de que todas as missões diplomáticas na América Latina confirmassem a neutralidade destes governos, após

cada nova conquista territorial da Alemanha. Os avanços da Alemanha geraram, até 1941, duas reuniões de Consulta aos Ministros das Relações Exteriores das Américas, também denominadas de conferências; a primeira no Panamá, em setembro de 1939, e a segunda em Havana, em julho de 1940. Elas provocaram intensa preocupação diplomática por parte da Alemanha. No Panamá, a definição da Zona de Segurança Continental foi o assunto que mais gerou discussões entre autoridades governamentais. No entanto, até a metade de 1941, não havia um posicionamento oficial sobre esta definição.

As ações diplomáticas não se reduziram à necessidade de manter a neutralidade brasileira, pois outras atividades continuaram a fazer parte das intervenções diplomáticas alemãs no Brasil. Apesar disso, havia o cuidado para que estas ações não fossem muito agressivas e interferissem na manutenção da neutralidade. Sendo assim, a Campanha de Nacionalização e a proibição do partido nazista continuaram em pauta nas relações entre Alemanha e Brasil; no entanto, com uma atuação secundária do Embaixador Alemão no Rio de Janeiro frente ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Inclusive na correspondência diplomática regular este tema foi pouco abordado. A primeira correspondência de Prüfer ao AA informando de atos violentos contra cidadãos alemães foi em 6 de junho de 1940; entretanto, o diplomata já havia abordado este assunto com autoridades brasileiras em maio daquele ano.

Uma informação que, muitas vezes, passa despercebida é a análise das próprias concepções dos diplomatas alemães que respondiam pela Embaixada Alemã no Rio de Janeiro, neste período. Ritter foi considerado o mais intransigente e o maior partidário da NSDAP, mas foi aquele que maior clareza tinha na compreensão de que seu trabalho consistia em defender os interesses dos cidadãos alemães e não dos descendentes. Tanto von Levetzow, quanto Prüfer, não faziam diferenciação, na correspondência diplomática, entre os interesses dos *Reichsdeutsche* e dos descendentes de imigrantes alemães. Se não diferenciavam na correspondência diplomática, onde tinham maior liberdade, imagine-se no discurso com autoridades brasileiras! Entretanto, em função do contexto diplomático e histórico vivido, tanto por von Levetzow quanto por Prüfer, ambos não foram caracterizados como indivíduos plenamente envolvidos com os ideais pan-germanista e nazistas de dominação do mundo.

Por um lado, verificou-se que, neste período, quase todas as informações enviadas do Rio de Janeiro para o AA consistiram de telegramas. O envio de relatórios ou cartas foi quase nulo, talvez porque tanto a polícia brasileira quanto a alemã estavam exercendo vigilância na correspondência diplomática de ambos os países. Em função de a prioridade ser a manutenção

da neutralidade, para outros assuntos foram encontradas formas variadas de apresentar as informações no AA. Uma destas formas foram relatos de pessoas que foram para a Alemanha. Por outro lado, não pode ser descartada a possibilidade de que, talvez, tenham sido enviados relatórios que foram interceptados ou pelo próprio governo brasileiro ou por agentes dos países aliados.

Neste período, a documentação do partido nazista brasileiro com a Alemanha toma novos rumos. Primeiro, o próprio Hitler definiu, em 3 de setembro de 1939, que as atividades partidárias no estrangeiro seriam acumuladas às missões diplomáticas e que os relatórios seriam controlados pelos diplomatas. Depois, em dezembro de 1939, Prüfer e von Cossel solicitaram a Bohle e à NSDAP que a correspondência do partido utilizasse papel diplomático, não tendo nenhuma identificação partidária. O conteúdo deste pedido foi motivado pela vigilância que estava sendo imposta pelo governo brasileiro à correspondência diplomática alemã. Por último, Bohle, no decorrer do ano de 1940 e 1941, vai perdendo importância dentro do AA e do partido, tanto que em dezembro de 1940 tem-se o registro da última correspondência dele com a Embaixada Alemã no Rio de Janeiro e com von Cossel. Além de que, em vários países latino-americanos, a partir do segundo semestre de 1940, ocorreram prisões de cidadãos alemães, alguns por serem acusados de espionagem ou de quinta-coluna ou de manterem atividades políticas ilegais, situação similar à que havia ocorrido, no ano de 1938, no Brasil.

A Alemanha, o Brasil e os EUA tentavam criar e divulgar idéias pelos meios de comunicação, fazendo a propaganda que lhe convinha. A idéia de quinta-coluna foi um dos temas jornalísticos que passou a preocupar, tanto a diplomacia quanto as Forças Armadas Alemãs, pois compreendiam que esta idéia surgira para fomentar a disputa entre a Alemanha e os países latino-americanos. No Brasil, a partir de 1941, tentou-se barrar os ideais nazistas divulgados em outro idioma além do nacional; no entanto, desde abril de 1940, a Embaixada Alemã no Rio de Janeiro publicava algumas idéias em edições na língua portuguesa.

O principal interesse da Alemanha consistia em manter a neutralidade dos países latino-americanos e em garantir que, ao término da guerra, as relações comerciais retornassem à sua plena normalidade. Para assegurar isto, Ribbentrop enviou, para todas as missões diplomáticas na América-Ibérica, uma correspondência reafirmando esta necessidade. Fato que inclui as negociações com o governo brasileiro neste rol de interesses. Descaracterizando a idéia, até então difundida na historiografia, de que as propostas alemãs foram fruto dos discursos de Vargas de 11 e 28 de junho de 1940 e não de uma proposta comercial para ser

efetivada após o término da guerra e de um auxílio na implementação da siderurgia brasileira. Concorde-se que estes discursos podem ter agilizado o processo de efetivação destas propostas. As relações na área comercial, em 1939, passaram a exigir maior cuidado na abordagem das questões, tanto que este assunto passou a ser tratado, dentro do AA, por Weizsäcker e por Wiehl, chefe do departamento de economia do AA.

O espaço temporal deste capítulo, o início da guerra na Europa até junho de 1941, foi marcado pela consolidação do relacionamento entre Brasil e Estados Unidos, em função da necessidade de preencher lacunas econômicas deixadas pela impossibilidade da Alemanha em fornecer os produtos até então comercializados, em virtude do bloqueio marítimo inglês, e por outro lado, por força da pressão estadunidense em favor dos ideais pan-americanos. Adotou-se a terminologia de “condescendência pragmática” para caracterizar este momento, pois esta foi marcada pela habilidade do governo brasileiro em conciliar os interesses internos do Brasil, viabilização do projeto da siderurgia, a aquisição de armas e o comércio em geral, aos ideais pan-americanos. Esta “condescendência pragmática” vai se tornar visível para a Alemanha em julho de 1941, quando os relatórios sobre a posição brasileira em relação à Alemanha passaram a ser pessimistas e se confirmaram com o fechamento dos acordos comerciais, de criação da siderurgia e de compra de armamentos do Brasil dos Estados Unidos.

As relações militares, deste período, entre Alemanha e Brasil, foram de intensas até o quase total distanciamento. Os militares brasileiros aguardavam com ansiedade as armas encomendadas às empresas alemãs. Para que o armamento chegasse ao Brasil, foram feitos diversos movimentos. Já os militares alemães, além do acompanhamento da entrega das armas encomendadas pelo governo brasileiro, passaram a armazenar informações sobre diversos assuntos referentes ao governo brasileiro, tanto de caráter interno, principalmente as leis que passaram a reger as regras de neutralidade, quanto externo, nas negociações para compra de armas nos Estados Unidos e do interesse destes no território nordestino.

A diplomacia alemã percebeu a importância que a entrega das armas encomendadas tinha nas relações entre ambos os países, pois para o Brasil ela atenderia aos interesses militares de rearmamento das forças armadas, e para a Alemanha era uma garantia da manutenção da neutralidade brasileira no conflito. Tanto esta ação era importante que o próprio ministro das Relações Exteriores da Alemanha, von Ribbentrop, interveio junto ao *Oberbefehlshaber der Wehrmacht*, para tentar solucionar o problema.

Constata-se que Vargas pretendia manter a política externa em duas frentes, deixando abertas as possibilidades de negociação com EUA e a Alemanha. No entanto, em seu governo havia posições divergentes. Os militares acreditavam mais na possibilidade de aquisição de armas junto à Alemanha, em função da sua superioridade militar e das demonstrações em querer entregar o material encomendado, por outro lado, Oswaldo Aranha defendia uma aproximação com os Estados Unidos, desenvolvendo uma política externa de aproximação com estes e de apoio ao pan-americanismo. No entanto, os rumos da guerra demonstraram que as armas encomendadas na Alemanha não teriam como chegar aos portos brasileiros em função da guerra e que os EUA passaram a repensar a possibilidade de atender à demanda brasileira, tanto que, em junho de 1941, Prüfer descreveu a possibilidade de os EUA assinarem novos acordos militares com o Brasil, a fim de fornecerem armamento. Todo este contexto, a partir da metade de 1941, tornara visível a distância, cada vez mais profunda, entre o Brasil e a Alemanha, assunto do próximo capítulo. Isto porque os elos que uniam estes dois países foram se diluindo, as relações comerciais e militares estavam sendo barradas pelo bloqueio continental inglês. As relações políticas, ainda estavam acesas, mas baseadas em elos muito frágeis. Ou seja, Estados Unidos e Alemanha procuraram, cada qual, ocupar o espaço em relação ao qual o Brasil tinha interesse, e Vargas soube valer-se disso e manter a neutralidade, negociando com ambos, até onde foi possível.

5 TEMPOS DE INCERTEZAS

A partir do segundo semestre de 1941, a diplomacia alemã começou a ter dúvidas em relação à posição brasileira de neutralidade frente ao conflito na Europa, atitude reforçada em função de algumas entrevistas de autoridades brasileiras, e agravadas após o ataque japonês a ilha de *Pearl Harbor*, pertencente aos EUA. A diplomacia alemã fez um esforço enorme para impedir que o Brasil se posicionasse ao lado dos EUA, na conferência do Rio de Janeiro, pois sabia das definições de solidariedade acordadas nas conferências americanas do Panamá e de Havana, que articularam a adesão das nações deste continente aos ideais pan-americanos, além de não ter certeza do desejo brasileiro de permanecer como país neutro. O clima de incertezas foi encerrado com o corte das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo, em 28 de janeiro de 1942, ao final da III Reunião dos Chanceleres, ocorrida no Rio de Janeiro. Entretanto, o caminho até este ponto foi bem mais amplo e intenso, como será visto no decorrer deste capítulo, que começará com um detalhamento das ações diplomáticas e militares da Alemanha referentes ao Brasil.

Em função do contexto histórico, a correspondência diplomática alemã continuou sendo feita principalmente por telegramas. Estes se tornavam cada vez mais complexos. Assim, por exemplo, passaram a citar o número dos telegramas anteriores sem indicar o assunto. Se o pesquisador não teve acesso ou desconhece o referido telegrama, não compreende o que estava sendo abordado. Esta forma de escrita, em alguns casos, tornou inviável a compreensão daquilo que estava sendo relatado ou debatido, pois em virtude do arquivamento ou até do extravio de alguns documentos nem sempre foi possível o acesso a toda a correspondência. As cartas eram raríssimas. Para se ter uma idéia, na pesquisa realizada

no arquivo do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, uma das poucas cartas encontradas refere-se à solicitação de Prüfer em continuar recebendo alguns jornais alemães pelo correio aéreo, para poder acompanhar os acontecimentos na Alemanha e na Europa.⁶²² Esta carta é de nº 169 e foi remetida em 21 de novembro, quer dizer, até quase o final do ano de 1941 foram redigidas 169 cartas, como a numeração segue uma ordenação para arquivo, incluem-se nesta contagem as cartas enviadas para o governo brasileiro. Outra forma de comunicação, deste período, foi a escrita de cartas em códigos, que necessitavam ser decifradas. Até 8 de setembro de 1941, foram enviados 290 documentos deste tipo pela Embaixada Alemã no Rio de Janeiro, quase o dobro em relação às cartas normais. Na pesquisa foram localizadas somente algumas destas cartas, talvez porque houvesse o extravio ou a apreensão das mesmas pelos aliados ou, ainda, não foram enviadas nem para o AA e nem para as forças armadas, arquivos que foram pesquisados para esta tese.⁶²³ Outra característica, junto à correspondência do *Staatssekretär* do *Auswärtiges Amt*, a partir de julho de 1941, foi o arquivamento de documentos produzidos pela rede de espionagem denominada *Deutsche Inf. Stelle III*⁶²⁴, que tinha agentes secretos agindo em Santos.⁶²⁵ Isto alterou uma das características da documentação, pois até metade de 1941 havia correspondências de pessoas que não eram diplomatas, podendo até ter dados de espões, mas isto não estava explícito na documentação.

O *Oberkommando der Wehrmacht* (Comando Supremo das Forças Armadas), através do departamento *Ausland/Abwehr* (exterior/espionagem) elaborou relatórios, no período de 1939 a 1941, sobre o Brasil. A base dessas informações eram trechos selecionados da correspondência diplomática, citando até o número dos telegramas. Com o passar dos anos, aumentaram consideravelmente os dados diplomáticos divulgados entre as forças armadas sobre o Brasil.⁶²⁶ Por exemplo, em um único tipo de encadernação, em 1940, foram mais de

⁶²² Carta nº 169/41, de 21 de novembro de 1941, arquivada dentro do *Referat DIV* na pasta *Verlag, Druck und Vertrieb sonstiger Broschüren im Ausland: Südamerika* (01.1941 a 03.1943, *Band 2 /59*), com o código de arquivamento: **R-66737** do PAAA.

⁶²³ Carta decifrada nº 290/41 de 8 de setembro de 1941, enviada do Rio de Janeiro ao AA e este reenviou na íntegra ao OKM. Documento arquivado no Departamento *Rechtsangelegenheiten, pasta Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA.

⁶²⁴ Na documentação é assim que esta expresso, sendo assim, não é possível saber o termo completo.

⁶²⁵ O primeiro relatório da rede de espionagem *Deutsche Inf. Stelle III*, enviado de Santos em 9 de julho de 1941 e enviado ao AA três dias depois, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs – Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁶²⁶ Este relatório tinha em média duas folhas e chegou a ser elaborado em dias consecutivos. O documento sempre era encaminhado para 19 diferentes chefias das forças armadas.

10 vezes citados documentos encaminhados do Brasil.⁶²⁷ Em 1941, só no primeiro semestre, já se atingira esse número.⁶²⁸ No segundo semestre de 1941, foram citados mais de 20 trechos de telegramas diplomáticos enviados do Brasil⁶²⁹, demonstrando que as relações diplomáticas estavam sendo cada vez mais observadas e acompanhadas pelos órgãos militares da Alemanha. Os dados destes relatórios não diferem da documentação diplomática analisada para a elaboração deste capítulo, por este motivo não foi esmiuçado o conteúdo destes documentos. Entretanto, demonstra o acompanhamento sistemático das forças armadas alemãs no rumo das negociações diplomáticas, evidenciando a intensa relação entre diplomatas e militares no contexto de guerra.

A marinha alemã que, entre as forças armadas, era a que maior contato teria com o continente americano, tinha informantes em diversos portos brasileiros. No relatório referente aos meses de maio a setembro de 1941, mas elaborado em 1942, pelo *Oberkommando der Kriegsmarine* (Comando Supremo da Guerra Marinha), consta que, na costa leste da América do Sul, em 9 portos diferentes havia observadores/espíões, sendo que destes, 8 estavam em território brasileiro.⁶³⁰ Nestes portos foram observados ao total 142 navios, dos quais consta o nome, a numeração, o tipo de motor, e outras especificações.

No período aqui analisado, iniciou-se a elaboração pelas forças armadas e o AA de relatórios periódicos que abordavam a situação dos países latino-americanos. Estes relatórios foram feitos por departamentos específicos dentro dos órgãos militares e diplomáticos e, em ambos os casos, eram divididos por assunto temático ou por países, variando conforme aquilo que se pretendia apresentar. Importante observar que, até início de 1942, estes relatórios não eram os mesmos e nem abordavam os mesmos assuntos. No *Auswärtiges Amt*, os relatórios abrangiam três semanas ou em alguns períodos foram mensais, além de serem específicos da Ibero-América ou sobre o Brasil.⁶³¹ O primeiro relatório arquivado com dados sobre o Brasil é

⁶²⁷ Documentos arquivados pelo *Oberkommando der Wehrmacht*, na pasta *Gruppe Ausland – Ausland – allgemein – Aussenpolitische und militärpolitische Nachrichten – Geheim (Band 2 e 3, 1.1940 a 8.1941)*, com código de arquivamento: **RW/5 353** e **RW/5 354** do BA MA.

⁶²⁸ Documentos arquivados pelo *Oberkommando der Wehrmacht*, na pasta *Gruppe Ausland – Ausland – allgemein – Aussenpolitische und militärpolitische Nachrichten – Geheim (Band 3, 6.1940 a 8.1941)*, com código de arquivamento: **RW/5 354** do BA MA.

⁶²⁹ Documentos arquivados pelo *Oberkommando der Wehrmacht*, na pasta *Gruppe Ausland – Ausland – allgemein – Aussenpolitische und militärpolitische Nachrichten – Geheim (Band 4 a 5, 8.1941 a 5.1942)*, com código de arquivamento: **RW/5 355** e **RW/5 356** do BA MA.

⁶³⁰ Conforme a documentação, os portos localizavam-se: na Argentina (La Plata) e no Brasil (nos estados do Rio de Janeiro, de São Paulo [Santos], Pernambuco, Rio Grande do Sul, Espírito Santo [Vitória], Bahia, Paraná [Paranaguá] e Pará).

⁶³¹ Provavelmente houvesse também de outros países, mas não constituem o foco de pesquisa desta tese.

de junho de 1941, quer dizer, bem no período em que começaram as dúvidas sobre a permanência da neutralidade dos países latino-americanos.⁶³² Os relatórios militares eram semanais e abordavam a situação mundial. A maioria das informações referia-se aos EUA, aos países europeus e aos asiáticos. Sobre a América Latina, somente no final de 1941, consta alguma informação com relativa relevância. A primeira informação envolvendo o Brasil é datada de 17 de abril de 1941, e referia-se à zona de segurança pan-americana. Os documentos militares sobre outros países eram elaborados pelo *Geheime Kommandosache* da *SeeKriegsleitung* (assuntos secretos do comando de guerra da marinha) e pelo departamento *Ausland/Abwehr*.⁶³³ Estes dados demonstram que somente no segundo semestre de 1941 a posição dos países latino-americanos passou a ter importância na elaboração de relatórios, tanto entre os diplomatas quanto entre autoridades militares alemãs.

Só para uma maior compreensão, convém destacar que os relatórios com a divulgação de trechos de telegramas era de responsabilidade do *Oberkommando der Wehrmacht* departamento *Ausland/Abwehr*. Neles constava a data, o número do telegrama e de onde havia sido enviado, além de sua periodicidade ser variada. Já os relatórios semanais eram elaborados pelo *Geheime Kommandosache* da *SeeKriegsleitung* e pelo departamento *Ausland/Abwehr*, sendo na realidade apenas um resumo da situação mundial, tanto que o Brasil só vai ser citado em 1941. Antes deste período não consta nada. Quer dizer, os funcionários do departamento *Ausland/Abwehr*, tanto o vinculado ao *Oberkommando der Wehrmacht* quanto ao *Geheime Kommandosache* eram responsáveis pela elaboração de documentação sobre e de outros países, incluindo o Brasil, para ser divulgado entre as forças armadas.

A polícia alemã nos departamentos, *Sicherheitspolizei* – SiPo – (Polícia de Segurança) e *Sicherheitsdienst* – SD – (Serviço de Segurança), desde dezembro de 1940, estava espionando a correspondência da diplomacia brasileira na Alemanha.⁶³⁴ Além de interceptar a mesma, ainda passou a fazer uma versão desta documentação em alemão e encaminhá-la ao *Auswärtiges Amt*. Talvez, inicialmente, a polícia alemã repassasse a versão de alguns documentos apreendidos para o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha.

⁶³² Relatórios arquivados no *Rundfunkpolitische Abteilung*, na pasta *Deutsche Rundfunkpropaganda nach Portugal und Brasilien (Band 3, Länderberichte Brasilien, Portugal 1941)*, com o código de arquivamento: **R-67543** do PAAA.

⁶³³ Relatórios semanais do *SeeKriegsleitung* (SKL), *Teil B VIII*, temática *Völkerrecht, Politik, Propaganda*, denominado *Lageübersicht zu Politik, Völkerrecht und Propaganda* (de janeiro a dezembro de 1941), com código de arquivamento: **RM/7-112** do BA MA.

⁶³⁴ Como abordado no capítulo 4.

Provavelmente, ou porque as autoridades policiais consideravam que havia poucas informações que deveriam ser reenviadas, ou, ainda, poucas foram as correspondências apreendidas pela polícia secreta alemã, até novembro de 1941, pois somente três lotes de correspondências foram enviados. A partir de 3 de dezembro, a situação se alterou. A polícia passou a repassar a versão em alemão de diversas correspondências apreendidas da diplomacia brasileira em Berlim, num total de 8 lotes durante este mês. O processo de reenvio entre a polícia alemã e o AA era lento. Por exemplo, em 3 de dezembro estavam encaminhando correspondência de agosto daquele ano. Entretanto, na segunda quinzena de dezembro, a polícia alemã já estava encaminhando ao Ministério das Relações Exteriores as correspondências daquele mês. Provavelmente, isto foi agilizado em função da necessidade, a cada dia maior, de saber as discussões brasileiras e tentar impedir o posicionamento do país junto aos Estados Unidos após o ataque a *Pearl Harbor*. A pasta contendo as correspondências diplomáticas brasileira apreendidas, a partir de 3 de dezembro de 1941, ganhou consistência. Se antes disto não havia nem bem uma dezena de cartas interceptadas, traduzidas e enviadas ao AA, desta data em diante passaram a ser arquivadas centenas de versões em alemão das correspondências entre Ciro de Freitas Valle e o Itamaraty.⁶³⁵ A polícia alemã, em dezembro de 1941, passou a agilizar a entrega do conteúdo da correspondência apreendida, mas ainda havia uma morosidade no correio interno, principalmente nos lotes enviados na segunda quinzena de dezembro. Sendo assim, alguns lotes chegaram a levar 20 dias entre serem enviados da polícia e protocolados no *Auswärtiges Amt*. Se fosse em tempos normais, se diria que isto ocorreu em função das festividades de natal e de fim de ano, mas num contexto de guerra, acredita-se que os motivos tenham sido outros.

Neste sentido, percebe-se que a diplomacia e as forças armadas da Alemanha estavam procurando formas de acompanhar, sempre que possível, o encaminhamento da política externa brasileira.

⁶³⁵ Documentação arquivada dentro do *Inland II G*, pasta *Südamerika: Abgefangene Berichte brasilianischer Diplomaten* (1940 a 1942, *Band I*), com o código de arquivamento: **R-101150** do PAAA.

5.1 SITUAÇÃO LATINO-AMERICANA

Normalmente, na historiografia, analisam-se as relações da Alemanha com o Brasil de forma isolada. Fato que induz o leitor a acreditar que a conjuntura entre estes dois países foi única. Neste sentido, pretende-se fazer um exercício, ainda que pouco aprofundado para demonstrar que na América Latina os acontecimentos não transcorreram muito diferentes do que no Brasil. A partir de junho de 1941, foram sendo fechados consulados alemães nos EUA, em Cuba, em Honduras, no Haiti, no México, na Guatemala, na Costa Rica, em El Salvador e na Nicarágua. Em cada um destes países, o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha teve ações diferenciadas (POMMERIN, 1977, p. 264 e ss.). Pressupõe-se que, neste conjunto de acontecimentos se insira o comunicado de Freitas Valle de que iriam ser fechados, a partir de 1º de setembro de 1941, os consulados brasileiros existentes nos Países Baixos e na Bélgica.⁶³⁶ Vale ressaltar que, num telegrama secreto, de 13 de agosto, de Freitas Valle ao Itamaraty, apreendido pela polícia alemã, o embaixador brasileiro sugeriu o fechamento dos postos consulares, tanto brasileiros nos territórios ocupados pela Alemanha, quanto alemães em território brasileiro.⁶³⁷ Este telegrama chegou ao AA em 22 de setembro de 1941, isto é, mais de um mês após ocorrerem as tratativas de fechamento de consulados brasileiros no território que corresponde aos domínios do III *Reich*. Entretanto, a polícia alemã, ao escrever a carta reenviando quatro telegramas, destacou a sugestão de Freitas Valle em fechar os consulados alemães no Brasil.⁶³⁸

Outro agravante na situação foi que a partir de julho de 1941, em Cuba, na Bolívia, na Colômbia, no Chile e na Argentina foram presos cidadãos alemães acusados de ações contrárias à segurança nacional. Fato que já havia ocorrido no Brasil, nos anos anteriores, mas que neste período não estava ocorrendo. Conforme Pommerin (1977, p. 267 e ss.), o AA não criou ilusões, pois o Brasil seguia os desejos estadunidenses, quer dizer, esta era uma situação ocasional e não fazia parte da característica das ações executadas no país.

⁶³⁶ Relatório de audiência nº 530, de 18 de agosto de 1941, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs – Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁶³⁷ Telegrama nº 299, de 13 de agosto de 1941, de Freitas Valle ao Itamaraty, arquivado dentro do *Inland II G* pasta *Südamerika: Abgefangene Berichte brasilianischer Diplomaten* (1940 a 1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-101150** do PAAA.

⁶³⁸ Carta de 5 de setembro de 1941, protocolada no AA em 22 de setembro, da polícia ao ministro das relações exteriores da Alemanha, arquivada dentro do *Inland II G* pasta *Südamerika: Abgefangene Berichte brasilianischer Diplomaten* (1940 a 1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-101150** do PAAA.

Um outro foco de pressão ocorreu em 20 de julho de 1941, quando o diplomata alemão na cidade de La Paz, na Bolívia, Ernst Wendler foi considerado *persona non grata*. No dia seguinte, Woermann, inicialmente, chamou o diplomata boliviano responsável pela missão diplomática em Berlim e declarou que, nesta situação, também estavam declarando-o *persona non grata*, isto é, estavam tomando uma medida de reciprocidade. No entanto, no mesmo dia, houve novo encontro, no qual Woermann afirmou que a rejeição de Wendler não era motivo suficiente para um corte de relações diplomáticas, por isto, estava sendo afirmando que o diplomata boliviano continuava sendo bem vindo a Berlim (POMMERIN, 1977, p. 250 e ss.).⁶³⁹

Neste contexto de alterações diplomáticas, em julho de 1941, foi necessário enviar novo diplomata alemão para assumir o posto de Assunção no Paraguai. Em 27 de julho de 1941, Woermann informou a von Levetzow que ele havia sido designado para assumir este posto diplomático.⁶⁴⁰ Na correspondência pesquisada, encontramos somente esta carta, fato que necessitaria uma pesquisa mais aprofundada para chegar aos motivos que levaram à troca diplomática e à própria indicação de von Levetzow.

A conjuntura diplomática de toda a América Latina estava tensa antes mesmo do ataque a *Pear Harbor*. Por tudo isto, não é possível que análises da situação diplomática e militar entre a Alemanha e o Brasil descontextualizem a mesma da conjuntura latino-americana.

5.2 A POSIÇÃO BRASILEIRA

A partir do primeiro semestre de 1941, o contexto histórico e político das relações entre Alemanha e Brasil começou a se alterar, porque a diplomacia alemã passou a não ter mais certeza da neutralidade brasileira. Inicialmente, alguns atos sugeriram uma possível mudança na posição brasileira. Com o passar dos meses, as ações dos dirigentes brasileiros tornavam-se, cada vez mais, inconstantes e passaram a gerar dúvidas na tão almejada

⁶³⁹ Para maiores detalhes ver o trabalho de Pommerin (1977).

⁶⁴⁰ Telegramas de 27 de julho de 1941, de Woermann a von Levetzow, arquivados dentro do *Büro des Staatssekretärs – Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

manutenção da neutralidade. Após o ataque japonês a *Pearl Harbor*, o temor da alteração da posição brasileira tornou-se ainda maior, fato que foi confirmado ao término da Conferência do Rio de Janeiro.

5.2.1 Os primeiros sinais de dúvida

Em abril de 1941, Prüfer já informou ao AA que a cada insinuação alemã de uma proposta de negociação para depois da guerra, os EUA faziam uma nova proposta, como, por exemplo, a questão da siderurgia.⁶⁴¹ Quer dizer, já em abril, a diplomacia alemã percebeu que estava fazendo parte de um jogo de interesses. Essa situação caracteriza a “condescendência pragmática”, isto é, o governo brasileiro passou a utilizar-se das ofertas vantajosas propostas pela Alemanha, para barganhar vantagens junto aos EUA. Vargas sabia que, naquele momento, não poderia esperar nada da Alemanha, em função do bloqueio continental, e em caso de precisar assumir uma posição, que esta lhe trouxesse pelo menos algum ganho vantajoso.

Em junho e julho de 1941, diversos telegramas informavam sobre a pressão estadunidense em questões de defesa brasileira, principalmente na área marítima e aérea do litoral nordestino, e das vantagens econômicas que estavam sendo oferecidas ao Brasil. Prüfer em diversas correspondências descreveu que o Brasil estava cedendo aos interesses dos EUA.⁶⁴² Quer dizer, a correspondência ponderava que o governo brasileiro estava sendo influenciado pelos Estados Unidos, principalmente, em muitas ações efetuadas pela Campanha de Nacionalização. Entretanto, passaram também a acreditar que o Brasil estava cedendo aos desejos e aos ideais de defesa daquele país e não apenas sendo influenciado.

Em 27 de junho, conforme Prüfer, na entrevista de Vargas, publicada no dia anterior, no jornal argentino *La Nacion*, constava que o Brasil permaneceria neutro enquanto não fosse

⁶⁴¹Telegrama nº 599, de 19 de abril de 1941, secreto, do Rio de Janeiro ao AA, arquivado dentro do *Handelspolitische Abteilung IX*, na pasta *Aktenzeichen: Wirtschaft – allgemeine wirtschaftliche Lage in Brasilien* (1936 – 1941), com o código de arquivamento: **R-115370** do PAAA.

⁶⁴²Telegramas do mês de junho e julho de 1941, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

atacado ou não fossem violados os ideais pan-americanos de solidariedade.⁶⁴³ A partir deste momento, discursivamente, Vargas passou a pôr os ideais pan-americanos acima da posição de neutralidade. Sendo assim, as incertezas passaram a fazer parte do dia-a-dia do trabalho diplomático alemão.

Em julho de 1941, o governo uruguaio sugeriu que as nações americanas substituíssem o estado de neutros pelo de não-beligerantes. Em teoria, continuariam com as vantagens da neutralidade, isto é, a manutenção do intercâmbio comercial e, ainda, poderiam auxiliar os países beligerantes. Não se pode esquecer que, em 1940, a Argentina já havia proposto esta mudança.⁶⁴⁴ Em 5 de julho de 1941, Prüfer informou que o governo brasileiro ainda não havia se posicionado sobre a sugestão do Uruguai.⁶⁴⁵ Dez dias depois, Prüfer enviou um longo telegrama ao AA, informando que a posição brasileira estava se alterando, fato que se tornava perceptível através de algumas atitudes. Entre elas, a adesão ao projeto do governo uruguaio, a construção de portos e aeroportos no norte e nordeste brasileiro, com incentivos estadunidenses, a utilização destes campos de pouso por aviões dos EUA pilotados por cidadãos canadenses e ingleses em direção à África, as visitas de navios de guerra estadunidenses aos portos do nordeste brasileiro, o fortalecimento das relações pessoais entre políticos, militares e economistas estadunidenses e brasileiros. Além do aumento nas relações comerciais, tanto nas compras de produtos, quanto no auxílio financeiro na construção da indústria siderúrgica. Isto é, os EUA concederam condições vantajosas para participarem do desenvolvimento brasileiro. No entanto, Prüfer afirmava que Vargas e Dutra tentavam resistir a estas pressões.⁶⁴⁶ Este telegrama foi transcrito na íntegra pelo AA numa carta enviada para os comandantes do exército, da marinha e da aeronáutica, e ao ministro da economia da Alemanha,⁶⁴⁷ demonstrando que os governantes alemães estavam acompanhando os posicionamentos políticos do Brasil.

⁶⁴³ Telegrama nº 1168, de 27 de junho de 1941, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁶⁴⁴ Conforme abordado no capítulo anterior.

⁶⁴⁵ Telegrama nº 1242, de 5 de julho de 1941, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁶⁴⁶ Telegrama nº 1309, de 15 de julho de 1941, de Prüfer ao AA, arquivado tanto dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band* 2), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA, quanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁶⁴⁷ *Schnellbrief*, Pol IX 1654/41 de 16 de julho de 1941, arquivado dentro do Departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht - Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 - 1298** do BA MA.

Em 18 de julho de 1941, Pamperim escreveu para os ministros das Finanças, da Economia, da Agricultura, da Aviação e dos Transportes, aos comandantes do exército e da marinha, e a outras autoridades, informando que o Embaixador Alemão no Rio de Janeiro havia telegrafado avisando que as atividades econômicas entre Alemanha e Brasil não seriam mais possíveis, pois o Brasil estava dependente dos EUA.⁶⁴⁸ No documento, não estava explícito se houve um novo telegrama, mas novamente torna-se visível que os governantes alemães eram informados da posição brasileira na política externa.

As incertezas era claras, tanto que em 18 de julho de 1941, Prüfer informou que o Presidente Brasileiro havia confirmado que o país permaneceria neutro, e não adotaria a situação de não-beligerante.⁶⁴⁹ No entanto, em seu diário, na data de 16 de julho de 1941, Vargas registrou que o Brasil e os EUA já tinham assumido a posição de não-beligerante (VARGAS, 1995, p. 433). O cruzamento das fontes sinaliza que Vargas estava fazendo um jogo de interesse, que aos poucos passou a ser percebido pela diplomacia alemã. Com o passar do tempo, a Alemanha soube da posição de não-beligerância e não protestou.⁶⁵⁰

Prüfer continuou a informar todos os passos do presidente e de todas as discussões políticas.⁶⁵¹ Também foram feitos novos relatórios dentro do AA sobre a situação brasileira. Neles, concluiu-se que o Brasil estava se curvando aos interesses estadunidenses.⁶⁵²

Com o intuito de saber mais sobre a posição brasileira, Freitas Valle foi recebido por Ribbentrop e Weizsäcker, em 18 de agosto de 1941. Neste momento, no relato da audiência consta que o Embaixador Brasileiro em Berlim não falou tudo aquilo que pensava sobre a situação alemã na guerra.⁶⁵³ Quer dizer, não foi possível tirar conclusões desta entrevista. Seitenfus (2003, p. 258) afirmou que este documento foi enviado para Prüfer; no entanto, toda a correspondência neste período era efetuada por telegramas, e como não foi encontrado

⁶⁴⁸ *Schnellbrief*, Pol 4715/41g de 18 de julho de 1941, arquivado dentro do Departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA.

⁶⁴⁹ Telegrama nº 1325, de 18 de julho de 1941, de Prüfer ao AA, arquivado tanto dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

⁶⁵⁰ Telegrama da Embaixada Brasileira em Berlim para o Itamaraty, de 22 de janeiro de 1942. Transcrito no livro *Brasil* (1944, p. 20 e 21).

⁶⁵¹ Telegramas arquivados no *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁶⁵² Relatório interno do AA, de 16 de agosto de 1941, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁶⁵³ Relatório nº 531, da audiência de Freitas Vale no AA, de 18 de agosto de 1941, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

telegrama para o Brasil com o teor desta audiência, e o próprio Seitenfus cita apenas este relatório, dificilmente o Embaixador Alemão no Rio de Janeiro teve acesso a tal documento.

No relatório diplomático, do período de 1º a 21 de agosto de 1941, o redator afirmou que a posição de Vargas não era tão estável quanto se imaginava na Europa.⁶⁵⁴ Quer dizer, a incerteza sobre a posição brasileira no conflito europeu não só fazia parte da opinião dos diplomatas alemães do posto brasileiro, mas, aos poucos, foi percebida pela diplomacia que atuava dentro do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha.

Em 24 de agosto de 1941, em novo relatório da rede de espionagem *Deutsche Inf. Stelle III*, o agente secreto que atuava em Santos informou que a situação estava se complicando, pois a simpatia que se demonstrava pela Alemanha estava sumindo, inclusive nas forças armadas, além de que as firmas com capital dos países do Eixo ou com nomes alemães passaram a figurar na lista negra elaborada pelos aliados, e por isto não estavam conseguindo comercializar seus produtos.⁶⁵⁵

Os indícios de dúvidas sobre a permanência do governo brasileiro na posição de neutralidade passaram a fazer parte de todas as correspondências entre os representantes de postos diplomáticos na América e que atuavam dentro do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha.

5.2.2 A dúvida

Quanto mais perto do final do ano de 1941 se chegava, mais aumentava a dúvida sobre a posição de neutralidade do Brasil. Prüfer, em 14 de novembro de 1941, enviou um telegrama secreto informando que a garantia de neutralidade brasileira estava se enfraquecendo. Relatou que foram criados consulados estadunidenses nos estados do Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Bahia. Também telegrafou que tinha como certo o corte de relações entre EUA e Alemanha, e que o Brasil e o Uruguai poderiam

⁶⁵⁴ Relatório de 1º a 21 de agosto de 1941, arquivado no *Rundfunkpolitische Abteilung*, na pasta *Deutsche Rundfunkpropaganda nach Portugal und Brasilien (Band 3, Länderberichte Brasilien, Portugal 1941)*, com o código de arquivamento: **R-67543** do PAAA.

⁶⁵⁵ Relatório da rede de espionagem *Deutsch Inf. Stelle III*, enviado do Brasil em 24 de agosto de 1941 e reenviado ao AA em 27 de agosto de 1941, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs – Brasilien (4.1938 a 2.1942, Band 1)*, com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

se declarar como países não-beligerantes frente aos Estados Unidos. Neste caso, as forças armadas estadunidenses poderiam usar os portos e aeroportos destes países como apoio. Reafirmou que a Panair estava conduzindo a construção de aeroportos no norte do Brasil.⁶⁵⁶ A dúvida em relação à posição brasileira de neutralidade era constante. Entretanto, naquele momento, Prüfer desconhecia que o Brasil já havia se declarado frente aos EUA como país não-beligerante.

A diplomacia alemã em outros países, principalmente os do continente americano, sempre que possível, também informava ao seu Ministério das Relações Exteriores os indícios que poderiam apontar qual seria a futura atitude brasileira. Durante o mês de novembro, Osvaldo Aranha visitou a Argentina e o Chile. Neste momento, foram enviados telegramas de Buenos Aires, de Santiago e do Rio de Janeiro, informando que o ministro das Relações Exteriores do Brasil havia afirmado que seu país preservaria a solidariedade pan-americana.⁶⁵⁷ Estes telegramas demonstram a preocupação que havia em saber e em poder informar às forças armadas alemãs qual era a posição, naquele momento, do governo brasileiro, e quais as expectativas. Em 16 de novembro, Prüfer informou ao AA que Aranha, em uma entrevista que ocorreu antes de viajar ao Chile, afirmou: “*Wir werden nicht neutral sein im Falle [einer] Teilnahme eines amerikanischen Landes am Kriege*”.⁶⁵⁸ Esta afirmação, para muitos latino-americanos, foi natural, pois nenhum país da América estava em guerra. Entretanto, para a marinha alemã, que desde início de 1941 pretendia revidar certas ações dos Estados Unidos e que neste caso provocaria a entrada deste país na guerra, esta afirmação com certeza tinha um outro significado.

Após este acontecimento, conforme o mesmo documento, Prüfer solicitou que um homem de sua confiança fosse conversar com o Presidente, pois agora a dúvida estava instalada. Não era apenas indício de uma possível alteração, mas sim se tratava de uma afirmação. Vargas teria informado que, ou Aranha teria se expressado mal, ou teria sido mal interpretado, pois quem decide qual a posição do governo brasileiro era o presidente e

⁶⁵⁶ Telegrama nº 2260, de 14 de novembro de 1941, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA. Este telegrama foi enviado do AA para o *Oberkommando der Kriegsmarine* - OKM dois dias depois, está também arquivado dentro do departamento *Marineattachégruppe*, na pasta *Marineattachéabteilung* - 2. *Länderakten Brasilien* (3.1940 a 9.1942), com o código de arquivamento: **RM11-49** do BA MA. Nesta pasta consta essencialmente material sobre os navios que tiveram dificuldades de sair dos portos brasileiros após o início do bloqueio continental.

⁶⁵⁷ Telegramas de novembro, arquivadas dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁶⁵⁸ Tradução livre: “Nós não ficaremos neutros se um país americano for forçado a entrar na guerra”.

ninguém mais.⁶⁵⁹ Em 21 de novembro, novamente Prüfer relatou as afirmações de Aranha em Porto Alegre e nas capitais dos demais países do grupo ABC. Neste momento, foi informado que Vargas iria chamar a atenção de Aranha. Além de que o embaixador japonês iria questionar Aranha sobre estas afirmações, no dia 24 de novembro.⁶⁶⁰ Conforme relato do embaixador japonês no Brasil a Prüfer, na audiência com Aranha, este teria negado que houvesse intenção de abandonar a neutralidade.⁶⁶¹ Sobre este assunto, o Embaixador Alemão no Rio de Janeiro não conversou diretamente com Vargas, e todas estas informações foram ditas por um emissário.⁶⁶² Fica no ar um pergunta, por que Prüfer não tratou pessoalmente com Vargas sobre este assunto? Se em outros momentos e sobre outras questões conseguiu audiências secretas.

Em 2 de dezembro de 1941, a *Seekriegsleitung* (Comando de Guerra da Marinha) recebeu uma carta do *Oberkommando der Marine* (Comando Supremo da Marinha), onde foram transcritas informações vindas do Brasil.⁶⁶³ No documento, consta que os EUA estavam criando consulados novos no nordeste brasileiro e que Natal se transformaria na base militar e aérea. Além de que os Estados Unidos estavam aumentando, cada vez mais, a pressão junto ao Brasil.⁶⁶⁴ Quer dizer, a dúvida sobre a posição brasileira estava instalada em todos os órgãos militares e diplomáticos da Alemanha.

⁶⁵⁹ Telegrama nº 2270, de 16 de novembro de 1941, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁶⁶⁰ Telegrama nº 2317, de 21 de novembro de 1941, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁶⁶¹ Telegrama nº 2403, de 03 de dezembro de 1941, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁶⁶² Seitenfus (2003, p. 258) também analisou esta documentação, talvez em função do seu enfoque de pesquisa, tenha apenas citado este telegrama e acabou misturando fatos diversos, conseqüentemente não apresentou todo o contexto da situação criada pelas afirmações de Osvaldo Aranha.

⁶⁶³ A carta não informava quem a havia enviado; pela seqüência numérica parece que não se trata de uma correspondência de Prüfer.

⁶⁶⁴ Carta de 2 de novembro de 1941, enviada do OKM ao *Seekriegsleitung*. Documento arquivada no Departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA.

5.2.3 Ataque a *Pearl Harbor*

Na manhã de 7 de Dezembro de 1941, a marinha japonesa atacou a base estadunidense de *Pearl Harbor*, na ilha de Oahu, Havaí. O ataque foi executado sem uma declaração formal de guerra. Isto é, a frota do Pacífico da Marinha dos Estados Unidos e as suas forças de defesa não esperavam que ocorresse tal ataque.⁶⁶⁵

Neste contexto, o conflito que estava concentrado na Europa e na Ásia vai englobar novos atores. Ainda durante o mês de dezembro, alterou as relações da diplomacia alemã com o governo brasileiro.

Em 8 de dezembro de 1941, o Congresso dos Estados Unidos declarou guerra ao Japão. Neste mesmo dia, Getúlio Vargas enviou um telegrama para o presidente dos EUA, com a seguinte redação:

Ao tomar conhecimento da agressão sofrida por parte do Japão, convoquei membros do governo e tenho a honra de informar a V. Ex^a que ficou resolvido, por unanimidade, que o Brasil se declarasse solidário com os EUA, coerente com as tradições e compromissos na política continental.⁶⁶⁶

No mesmo dia, Vargas reafirmou os ideais pan-americanos e tomou medidas que vieram ao encontro destes ideais. Em 9 de dezembro, Prüfer informou que estavam proibidas as críticas de jornais estrangeiros, os comentários e os telegramas sobre personalidades e o governo dos Estados Unidos. Fato que foi classificado, pelo diplomata, como declaração de solidariedade moral e material do governo brasileiro aos EUA.⁶⁶⁷ No decorrer de dezembro, esta determinação, conforme Prüfer, acabou fazendo com que fossem publicadas informações incorretas sobre o exército alemão.⁶⁶⁸ Assim, a proibição brasileira não só impediu comentários sobre o novo inimigo da Alemanha, como, para Prüfer, gerou publicações inverídicas sobre a situação do seu país.

⁶⁶⁵ O ataque danificou ou destruiu 11 navios e 188 aviões e matou 2.403 militares e 68 civis.

⁶⁶⁶ Documento da coletânea: **Textos Políticos da História do Brasil**, tema Envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, nº 221.3.

⁶⁶⁷ Telegrama nº 2455, de 9 de dezembro de 1941, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁶⁶⁸ Telegrama nº 2548, de 18 de dezembro de 1941, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

Um novo ponto de estranheza foi a promulgação do decreto-lei 3.911 pelo governo brasileiro, neste mesmo dia, no qual determinava que as operações bancárias que envolvessem cidadãos dos países beligerantes passariam a depender de licença do Banco do Brasil.⁶⁶⁹ A diplomacia alemã, imediatamente, transcreveu o decreto ao AA, tanto que informou não saber se estava sendo aplicado da mesma forma junto aos cidadãos ingleses e de outros países inimigos. No entanto, no dia 9 de dezembro, depois do meio-dia, o Banco do Brasil já estava aplicando esta lei nas transações bancárias alemãs, Prüfer se questionava se esta não era uma ação exclusiva aos países do Eixo, e chegou a sugerir que fosse feita uma retaliação.⁶⁷⁰ Neste mesmo período, outros países sul-americanos também tomaram medidas semelhantes (POMMERIN, 1977, p. 310). Fato que provavelmente acalmou os ânimos de Prüfer, pois a sugestão de retaliação não foi mais abordada na documentação.

A Alemanha não havia planejado um conflito com os EUA para fins de 1941, pois isto implicaria criar mais uma frente de batalha marítima e, oficialmente também não estava obrigada a declarar guerra aos mesmos em função do pacto Tripartite, porque foram os militares japoneses que atacaram o território estadunidense (POMMERIN, 1977, p. 306 e KERSHAW, 2008, p. 455 e ss.).⁶⁷¹ Conforme Kershaw (2008, p. 498 e ss), a decisão de Hitler foi motivada pelo desejo de revidar as ações de “guerra não declarada” dos Estados Unidos e em função da sensação de segurança sentida pelos alemães após o ataque japonês a *Pearl Harbor*.⁶⁷² Posição reforçada por Shirer (2008, p. 377).

No dia 10 de dezembro de 1941, isto é, três dias após o ataque japonês a uma base estadunidense, Ribbentrop enviou um telegrama às missões diplomáticas da Argentina, do Brasil, do Chile e do Peru, comunicando que os diplomatas responsáveis deveriam, por volta

⁶⁶⁹ Decreto-Lei 3.911, “art. 1 Todas as operações em que intervenham pessoas naturais ou jurídicas de países não pertencentes ao Continente Americano e que se acham em estado de guerra, dependerão de licença prévia da fiscalização bancária do Banco do Brasil.

Art.2 Fica o Ministério do Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a baixar as instruções necessárias ao cumprimento desse decreto-lei”.

⁶⁷⁰ Telegrama nº 2460, de 9 de dezembro de 1941, de Prüfer ao AA, arquivado tanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA, quanto no departamento *Kriegsrecht*, na pasta *Behandlung deutschen Eigentums im Ausland – Brasilien* (tratamento dado as propriedades alemãs no estrangeiro) (12.1941 a 11.1942 *Band* 1), com código de arquivamento: **R-40578** do PAAA.

⁶⁷¹ O Pacto Tripartite foi assinado por representantes da Alemanha, da Itália e do Japão, em Berlim, no dia 27 de Setembro de 1940. Ato que formalizou a criação da aliança conhecida como Eixo. Este pacto definia que em caso de um dos países ser atacado por terceiros, os demais deveriam ajudar. Em fins de novembro de 1941, começou-se a discussão para a redação de um novo acordo. Nele, os países do Eixo iriam se comprometer em “entrar no conflito caso estourasse uma guerra entre qualquer um deles e os Estados Unidos, e a não concluir nenhum armistício ou paz com os EUA ou Grã-Bretanha a não ser por consenso mútuo total” (KERSHAW, 2008, p. 493).

⁶⁷² Para maiores detalhes da decisão de Hitler ver a obra de Kershaw (2008, capítulo 9).

do meio-dia, do dia 11, falar com o ministro do exterior do posto diplomático e informar que a política do presidente estadunidense levou a um estado aberto de guerra entre os Estados Unidos de um lado, e o Japão, a Alemanha e a Itália, de outro.⁶⁷³ Também deveriam lembrar aos referidos governos que os EUA há algum tempo efetivavam atos verdadeiramente bélicos contra a Alemanha e a Itália. Além disso, os diplomatas deveriam afirmar o desejo de que o respectivo governo permanecesse neutro no conflito.⁶⁷⁴ Deste modo, os diplomatas estariam anunciando esta decisão mais ou menos no mesmo horário do discurso de Hitler em que ele anunciava esta decisão.⁶⁷⁵ No dia seguinte, Prüfer informou ao AA, que fez conforme solicitado, isto é, foi ao ministério e teve uma audiência com Maurício Nabuco, secretário geral do ministério, o qual, na ausência de Osvaldo Aranha, era o encarregado.⁶⁷⁶ Nabuco teria expressado com pesar que era necessário manter os compromissos pan-americanos e que as relações entre Alemanha e Brasil entravam numa nova condição, neste momento desfavorável. Conforme Prüfer, ao questionar até onde iria a solidariedade pan-americana, Nabuco teria afirmado ainda não saber, mas que não havia intenções de cortar as relações diplomáticas. Lembrou que em janeiro iria acontecer a III Conferência dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, onde seriam definidos alguns pontos.⁶⁷⁷ No dia 12 de dezembro, o Itamaraty avisou ao Embaixador Brasileiro em Berlim, que Prüfer havia informado que a Alemanha declarou guerra aos EUA e que o Brasil reafirmava os ideais de solidariedade americana. Convém destacar que este documento foi apreendido pela polícia alemã, feito uma versão em alemão e repassado para o AA, sendo protocolado no dia 13 de janeiro de 1942, isto é, foi recebido pelo ministro das Relações Exteriores da Alemanha, um pouco antes de iniciar os trabalhos da Conferência Pan-americana do Rio de Janeiro.⁶⁷⁸

⁶⁷³ Conforme Pommerin (1977, p. 306), somente estes países do continente americano foram avisados da declaração de guerra da Alemanha com os EUA.

⁶⁷⁴ Telegrama nº 2334, de Ribbentrop para Rio de Janeiro, de 10 de dezembro de 1941. Transcrito no livro *III Reich* (1968, vol. II, p. 145 a 146).

⁶⁷⁵ Conforme Kershaw (2008, p. 459), Weizsäcker teria revelado grande surpresa diante do discurso de Hitler, do dia 11 de dezembro de 1941, de que a Alemanha tinha sido obrigada pelo Pacto Tripartite a declarar guerra aos EUA. O alegado desconhecimento do teor do discurso é pouco provável, pois, um dia antes, o AA enviou telegramas para os postos diplomáticos no Brasil, na Argentina, no Chile e no Peru repassando esta informação.

⁶⁷⁶ Maurício Hilário Barreto Nabuco de Araújo, nasceu em 10 de maio de 1891, filho de Joaquim Nabuco. Iniciou carreira diplomática em 1913. Entre 1939 e 1944 foi secretário geral do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, isto é, era o segundo na hierarquia ministerial (DHBB).

⁶⁷⁷ Telegrama nº 2481, de 11 de dezembro de 1941, secreto, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs – Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁶⁷⁸ Telegrama nº 203, de 12 de dezembro de 1941, do Itamaraty para Freitas Valle, arquivada dentro do *Inland II G* pasta *Südamerika: Abgefangene Berichte brasilianischer Diplomaten* (1940 a 1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-101150** do PAAA.

O contexto histórico do mês de dezembro de 1941 foi totalmente inesperado, porque o governo do III *Reich* não havia planejado esta nova ofensiva. Sendo assim, não puderam empregar uma de suas principais táticas de guerra, o elemento-surpresa. Nem mesmo Karl Dönitz, comandante-em-chefe da frota de submarinos, e futuro articulador do principal palco de batalhas no Atlântico e no litoral do continente americano, os famosos ataques aos navios de diversos países deste continente, soube desta mudança nos rumos da guerra, antes de 11 de dezembro de 1941. Fato que não o agradou, pois, conforme Kershaw (2008, p. 457), Karl Dönitz havia solicitado, em setembro daquele ano, que no caso dos Estados Unidos passarem a participar da guerra, ele fosse avisado com certa antecedência para poder posicionar seus submarinos de forma adequada para tirar proveito do elemento-surpresa.

A partir desta nova situação, era preciso averiguar a posição dos países latino-americanos. Para tanto, no dia 10 de dezembro de 1941, o AA enviou um memorando a todas as missões diplomáticas da América Latina, questionando como estava sendo o comprometimento com as decisões da conferência de Havana (POMMERIN, 1977, p. 306). Deve ser lembrado que esta conferência definiu as regras de defesa e de que quando um país americano fosse atacado seria considerado um ato de agressão a todo o continente. Prüfer respondeu ao referido telegrama em 18 de dezembro. Neste momento, afirmou que o Brasil ratificou a decisão de Havana. Todavia, o Brasil, a Argentina e o Chile, conforme o embaixador, desejavam autonomia, pois não faziam parte, como os pequenos países, do perímetro de influência dos Estados Unidos. Considerou que o Brasil se declararia junto aos Estados Unidos como país não-beligerante, o que permitiria que fosse auxiliado. Entretanto, somente na Conferência Pan-Americana haveria uma posição final.⁶⁷⁹ Prüfer utilizou a expressão “pequenos países do perímetro de influência”, porque no continente americano houve por parte dos países da América Central movimentos de apoio declarado aos Estados Unidos. Tanto que entre 11 e 13 de dezembro de 1941, oito países da região declararam guerra à Alemanha⁶⁸⁰, e o México rompeu as relações diplomáticas, em 12 de dezembro.⁶⁸¹ Quer dizer, a América Central e o México não hesitaram em referendar as decisões da

⁶⁷⁹ Telegrama n° 2542, de 18 de dezembro de 1941, de Prüfer ao AA, arquivado tanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA, quanto dentro do departamento jurídico (*Rechts-abteilung*), na pasta *Kriegsrecht – Neutralität – Brasilien* (1939 a 1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-40223** do PAAA.

⁶⁸⁰ Os países da América Central que declararam guerra à Alemanha, Cuba e Nicarágua, em 11.12.41, Costa Rica e Guatemala, em 12.12.41, Honduras, San Salvador, Haiti e Panamá, em 13.12.41.

⁶⁸¹ Documento, com 10 páginas, que apontou as datas de corte das relações diplomáticas e declarações de guerra. Único documento arquivado na pasta *Völkerrecht - Kriegs- und Neutralitätserklärungen*, 1942 a 1944, com o código de arquivamento: **RM/7-1884** do BA MA.

Conferência de Havana, com isto também demonstraram apoio aos Estados Unidos, fato diverso da América do Sul, pois somente dois países alteraram a situação diplomática com a Alemanha antes da Conferência do Rio, a Colômbia e a Venezuela, respectivamente, em 19 e 31 de dezembro.⁶⁸²

A afinidade entre o embaixador alemão e autoridades brasileiras favoráveis ao estreitamento de relações entre ambos passaram a ser mais próximas, tanto que, em 15 de dezembro de 1941, Prüfer informou ao AA que o Chefe de Polícia visitou, espontaneamente, o adido militar alemão, no dia anterior. Neste momento, entre outras informações, Filinto Müller afirmou que Vargas teria dito claramente que não havia interesse em cortar relações com os países do Eixo, posição compartilhada por outros ministros brasileiros.⁶⁸³

A nova conjuntura exigia uma constante solicitação de informações sobre a posição de neutralidade, tanto que, em 17 de dezembro, Woermann requereu aos diplomatas que atuavam na América do Sul que fizessem um relatório informando a posição destes governos. As respostas proporcionaram ao AA a idéia de que, com exceção do Equador e do Peru, todos os demais países sul-americanos declarar-se-iam como não-beligerantes frente aos Estados Unidos (POMMERIN, 1977, p. 309). Fato que já ocorria entre Brasil e Estados Unidos, mas do qual a diplomacia alemã ainda não tinha tomado conhecimento, ou se tinha, não o divulgou.

Numa guerra era necessário ter informações de antemão sobre as posições que poderiam se alterar. Este novo contexto, a entrada dos EUA na guerra, fez com que a diplomacia alemã procurasse ter o máximo de informações possíveis para saber dos indícios da futura posição dos governos sul-americanos, porque os países da América Central e do Norte ou, declararam guerra, ou, cortaram relações diplomáticas. A Alemanha, em função da necessidade de parceiros e dos interesses comerciais na América, buscou aliados, para tentar convencer os países sul-americanos das vantagens da neutralidade, junto aos governos da Espanha, de Portugal e dos demais países do Eixo.⁶⁸⁴

⁶⁸² Dados do documento arquivado dentro do departamento *Rechtsangelegenheiten (Völker und Seekriegsrecht)* na pasta *Völkerrecht - Kriegs- und Neutralitätserklärungen*, 1942 a 1944, com o código de arquivamento: **RM/7-1884** do BA MA.

⁶⁸³ Telegrama nº 2526, de 15 de dezembro de 1941, secreto, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs - Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁶⁸⁴ Diversas cartas do mês de dezembro de 1941 e janeiro de 1942, arquivadas dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

5.2.3.1 Correspondência da Embaixada Brasileira em Berlim apreendida e repassada para o AA

A ânsia por informações consistentes e não-declaradas sobre o posicionamento brasileiro encontrou na ação da SS, de apreender correspondência diplomática e de fazer uma versão em alemão, um atalho. O lote de cartas apreendidas enviado em 20 de dezembro de 1941, mas que foi protocolado no AA no dia 13 de janeiro de 1942, contém 17 telegramas da diplomacia brasileira do período de 12 a 16 de dezembro de 1941. As correspondências demonstram a intenção de concluir o trabalho diplomático na Alemanha. O telegrama do Itamaraty à Embaixada Brasileira em Berlim, em 15 de dezembro, autorizava destruir alguns documentos deste posto.⁶⁸⁵ No mesmo dia, Freitas Valle questionava se poderia vender o mobiliário da embaixada, porque conseguiria um bom preço.⁶⁸⁶ Também questionou as instruções para os oficiais da missão militar em Essen, e diretor do serviço de propaganda, entre outras questões.⁶⁸⁷ Ribbentrop tomou conhecimento deste conjunto de telegramas no dia 12 de janeiro.⁶⁸⁸ Isso significa que, ao começar a Conferência do Rio de Janeiro, o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha já sabia da intenção da diplomacia brasileira de fechar a Embaixada Brasileira em Berlim.⁶⁸⁹

Após este lote de correspondência enviado, contendo as informações de fechamento da Embaixada Brasileira em Berlim, houve uma intensificação do recebimento pelo AA da correspondência apreendida. Notou-se que o distanciamento, entre a data de elaboração do lote e a data de protocolo no AA diminuiu, provavelmente em função do significado que estas

⁶⁸⁵ Telegrama nº 205, de 15 de dezembro de 1941, do Itamaraty para Freitas Valle, arquivada dentro do *Inland II G*, pasta *Südamerika: Abgefangene Berichte brasilianischer Diplomaten* (1940 a 1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-101150** do PAAA.

⁶⁸⁶ Telegrama nº 477, de 15 de dezembro de 1941, de Freitas Valle para o Itamaraty, arquivado dentro do *Inland II G* pasta *Südamerika: Abgefangene Berichte brasilianischer Diplomaten* (1940 a 1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-101150** do PAAA.

⁶⁸⁷ Telegrama nº 479, de 15 de dezembro de 1941, de Freitas Valle para o Itamaraty, arquivado dentro do *Inland II G* pasta *Südamerika: Abgefangene Berichte brasilianischer Diplomaten* (1940 a 1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-101150** do PAAA.

⁶⁸⁸ Documento de 12 de Janeiro de 1941, anexado ao final do lote de correspondências. Arquivado dentro do *Inland II G* pasta *Südamerika: Abgefangene Berichte brasilianischer Diplomaten* (1940 a 1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-101150** do PAAA.

⁶⁸⁹ Cabe aqui uma pequena correção a Seitenfus (2003, p. 266), conforme a documentação pesquisada por este historiador, em 6 de janeiro de 1942, Aranha teria ordenado que a Embaixada Brasileira em Berlim se preparasse “para fazer as malas”. Pelos documentos apreendidos pela polícia alemã Freitas Valle já estava preparando tudo para fechar a embaixada a partir de 15 de dezembro de 1941.

correspondências passaram a ter na compreensão das atitudes do governo brasileiro e na tentativa de influenciar a permanência deste governo como país neutro.

5.2.4 Conferência do Rio de Janeiro

Logo após o ataque japonês a *Pearl Harbor*, Washington convocou a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, também conhecida como Conferência do Rio de Janeiro. Ela ocorreu entre 15 e 28 de janeiro de 1942, no Rio de Janeiro, reunindo os 20 países latino-americanos e os EUA. O principal objetivo da reunião, para os Estados Unidos, era a aprovação unânime de uma resolução de rompimento imediato de relações diplomáticas e comerciais dos países americanos com o Eixo. Este projeto, em 30 de dezembro de 1941, foi apresentado por Osvaldo Aranha para Vargas (VARGAS, 1995, p. 445).

O governo estadunidense sabia que, para ter apoio ao seu objetivo, teria de negociar e ceder em algumas exigências brasileiras. Para tanto, antes do início da conferência, Roosevelt, em carta pessoal a Vargas, garantiu o envio de equipamento militar, apesar das necessidades das forças armadas estadunidenses (ALVES, 2002, p. 129; MOURA, 1993, p. 185 e ss.). Fato que por si só ainda não garantiu a concordância brasileira no intento dos Estados Unidos. Provavelmente, para barrar algumas ações da diplomacia estrangeira, o governo brasileiro precisou limitar as negociações dos diversos postos diplomáticos, tanto que, no dia 15 de janeiro de 1942, Prüfer informou que as missões diplomáticas não-americanas só poderiam comunicar-se com o Ministério das Relações Exteriores do seu país, não podendo mais haver comunicações entre as diferentes representações diplomáticas na América.⁶⁹⁰ Portanto, não se inviabilizava o trabalho diplomático, mas se restringiu sua ação. No dia seguinte, a embaixada do Rio de Janeiro, novamente, informou que estava proibida a comunicação entre a embaixada e outros postos diplomáticos na América e mesmo no Brasil, até com o adido

⁶⁹⁰ Telegrama nº 185, de 15 de janeiro de 1942, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

militar que respondia pelas embaixadas do Rio de Janeiro e de Buenos Aires, que neste momento estava na Argentina.⁶⁹¹ Este telegrama foi reenviado para o comando da marinha.⁶⁹²

Em função das incertezas, a correspondência diplomática alemã, durante a conferência, passou a analisar as dificuldades na remoção dos funcionários alemães no Brasil, em caso de ruptura diplomática, tanto que Prüfer chegou a afirmar que havia bem mais funcionários alemães nos postos diplomáticos alemães no Brasil do que nos postos diplomáticos brasileiros na Alemanha.⁶⁹³ O estilo de comparação, neste contexto, possibilita a hipótese de que Ribbentrop havia informado o Embaixador Alemão no Rio de Janeiro do teor das correspondências da diplomacia brasileira apreendidos pela polícia alemã, isto é, os questionamentos de como agilizar a saída do corpo diplomático brasileiro da Alemanha.

Em 16 de janeiro de 1942, conforme Prüfer, o secretário de Vargas teria informado que o secretário de estado dos Estados Unidos, Welles, desejava que todos os países sul-americanos rompessem relações com os países do Eixo. Getúlio Vargas estaria coagido e em dúvida.⁶⁹⁴ No dia seguinte, Prüfer informou que Getúlio Vargas e Dutra estavam temerosos em função da enorme costa brasileira. E, neste momento, também informou que o embaixador japonês teria comunicado ao embaixador chileno que se fossem cortadas as relações diplomáticas na costa ocidental, o Pacífico seria palco da guerra entre Japão e EUA.⁶⁹⁵ Esse fato, provavelmente, auxiliou na decisão do Chile em não cortar relações diplomáticas com os países do Eixo, pois as forças armadas nacionais não tinham como proteger seu litoral e as forças armadas dos EUA também não. No entanto, o Chile teve uma relação bem próxima com os EUA e com os demais países que cortaram relações com o Eixo, pois todos eles tiveram *status* de não-beligerante, fato que não foi idêntico com os países do Eixo (ALVES, 2002, p. 130).

⁶⁹¹ Telegrama nº 198, de 16 de janeiro de 1942, secreto, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁶⁹² Telegrama nº 335, de 17 de janeiro de 1942, do AA para o comando da marinha, secreto, contendo o telegrama nº 198, de 16 de janeiro de 1942, secreto, de Prüfer ao AA. Documento arquivado dentro do Departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM7-1298** do BA MA,

⁶⁹³ Telegrama nº 189, de 16 de janeiro de 1942, secreto, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁶⁹⁴ Telegrama nº 199, de 16 de janeiro de 1942, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁶⁹⁵ Telegrama nº 227, de 17 de janeiro de 1942, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

Neste mesmo dia, os embaixadores da Alemanha, do Japão e da Itália encaminharam, individualmente, uma correspondência pessoal às autoridades diplomáticas brasileiras. Os três documentos tiveram em comum a afirmação de que em caso do Brasil ou de qualquer outro país sul-americano romper as relações diplomáticas e comerciais com o Eixo, seria a eclosão da guerra efetiva (BRASIL, 1944, p. 19 e ss.). É interessante notar que, no documento de Prüfer, consta que, naquele momento, ele estava expressando sua posição pessoal e não a do seu governo (Figura 9).

*Correspondência recebida da Embaixada da
Alemanha no Rio de Janeiro — 16 de Ja-
neiro de 1942*

Mui estimado Senhor Ministro,

Julgo justificado concluir das publicações da imprensa a respeito da sessão inaugural da Conferência dos Chanceleres Americanos, que o perigo de ruptura das relações diplomáticas entre os nossos dois países tornou-se grande.

Asseverando estar escrevendo a Vossa Excelência somente em meu próprio nome e não no do meu govêrno, e considerando as relações pessoais amistosas sempre mantidas entre nós, creio que é do meu dever expressar a Vossa Excelência quanto me preocupa tal desenvolvimento da situação.

A ruptura das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha significaria, indubitavelmente, o estado de guerra latente, acarretando, provavelmente, ocorrências que equivaleriam à eclosão da guerra efetiva. Nas numerosas conversações entretidas com Vossa Excelência, concordámos sempre em que uma guerra entre os nossos dois países, aos quais nenhuma divergência de interesses separa, careceria em absoluto de sentido.

Rogando a Vossa Excelência, em face da gravidade do momento, fazer valer as circunstâncias acima expostas, nas suas resoluções, aproveito o ensejo de apresentar a Vossa Excelência os meus mais respeitosos cumprimentos.

PRUEFER

*Embaixador da Alemanha no
Rio de Janeiro*

Figura 9 - Carta de Prüfer de 16 de janeiro de 1942

Fonte: BRASIL, 1944. 2 v., p. 19.

Aranha respondeu a este documento que desejava

ponderar que o rompimento de relações diplomáticas e comerciais é medida de alcance restrito que não implica, de acordo com direito das gentes, no estado de guerra. Se o governo da Alemanha entender, porém, levar tão longe a reação, o governo brasileiro muito o lamentará, seguro, entretanto, de que os seus atos o exoneram de tal responsabilidade (BRASIL, 1944, p. 20).

No arquivo diplomático pesquisado não foi encontrada correspondência abordando este assunto; entretanto, no relatório militar de 17 de janeiro, consta que Prüfer havia sinalizado o perigo de o corte de relações diplomáticas tornar-se uma situação de guerra.⁶⁹⁶ Neste sentido, permanece a incerteza, se esta foi uma ação isolada do embaixador ou se foi ordenada pelo III *Reich*.

Em função do fato de que, a cada dia, se tornava mais possível o corte das relações diplomáticas entre os países sul-americanos com os países do Eixo, foram efetuadas diversas ações para obter informações. Era necessário antecipar as posições que cada país poderia assumir. Com o fim de tentar prever o rumo das ações brasileiras houve a troca de informações entre a diplomacia dos países do Eixo com diferentes interlocutores de diferentes países.⁶⁹⁷ Prüfer⁶⁹⁸ sugeriu que faria o contato com o embaixador espanhol para que este intercedesse junto ao governo brasileiro, fazendo uma *démarche* em apoio aos países do Eixo.⁶⁹⁹ Entretanto, em função de desencontros esta sugestão não foi efetivada.⁷⁰⁰

Durante o período da Conferência do Rio de Janeiro, o AA recebeu dois lotes de correspondências da diplomacia brasileira em Berlim apreendidas pela polícia alemã. Um no dia 19 de janeiro e outro no dia 20 de janeiro de 1942. Neste momento, somente uma correspondência apontou novos indícios de ruptura. Em 11 de dezembro de 1941, o Itamaraty

⁶⁹⁶ Documentos arquivados pelo *Oberkommando der Wehrmacht*, na pasta *Gruppe Ausland – Ausland – allgemein – Aussenpolitische und militärpolitische Nachrichten – Geheim (Band 5, 7.1941 a 5.1942)*, com código de arquivamento: **RW/5 356** do BA MA.

⁶⁹⁷ Diversos telegramas do mês de janeiro de 1942, arquivados dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien (4.1938 a 2.1942, Band 1)*, com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁶⁹⁸ Seitenfus (2003, p. 269) afirma que foi a diplomacia alemã que fez a sugestão; no entanto, no documento está explícito que a idéia foi de Prüfer.

⁶⁹⁹ Telegrama n° 230, de 17 de janeiro de 1942, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien (4.1938 a 2.1942, Band 1)*, com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁷⁰⁰ Telegrama n° 313, de 21 de janeiro de 1942, secreto, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien (4.1938 a 2.1942, Band 1)*, com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

informou que instruções sobre a saída dos diplomatas brasileiros da Alemanha seriam fornecidas somente de forma oral, não seria enviado nada por escrito.⁷⁰¹

Conforme Prüfer, em 20 de janeiro, o secretário de Vargas o havia procurado e compartilhado que a situação havia se complicado, que agora os EUA estavam pressionando por meio de um boicote comercial.⁷⁰² Se esta informação for verdadeira, ou o secretário era um germanista dentro do governo brasileiro e foi avisar da nova atitude estadunidense, ou estava a mando de Vargas. No segundo caso, o intuito poderia ser o de demonstrar para a diplomacia alemã que se Vargas fosse optar em romper as relações era porque tinha um motivo, em outras palavras, estava tentando fazer o III *Reich* aceitar com mais facilidade a decisão brasileira.

Seguindo a lógica de ter o máximo de informações, no dia 22 de janeiro de 1942, Freitas Valle teve audiência com Ribbentrop e Weizsäcker. Os alemães desejavam saber se o Brasil cortaria as relações diplomáticas. Questionaram se seria do seu conhecimento que, em caso do Brasil cortar relações diplomáticas com a Alemanha, este passo “*nur die Öffnung des Weges zum Kriege bedeuten könne*”.⁷⁰³ O embaixador brasileiro informou que considerava que poderia haver o corte nas relações diplomáticas, mas, pessoalmente, considerou isto pouco provável. Afirmou que quem definiria isto seria o seu governo.⁷⁰⁴ Conforme relato de Freitas Valle sobre esta audiência, Weizsäcker também teria conversado de forma informal e questionado após ler alguns tópicos de telegramas e de diários se não se estaria encaminhando para uma ruptura diplomática.⁷⁰⁵ Esta audiência serviu para tentar obter informações da atitude brasileira junto ao seu embaixador em Berlim, além de ser uma outra forma de pressionar o governo brasileiro para que não rompesse as relações diplomáticas com a Alemanha. Os chefes das missões diplomáticas do Chile e da Argentina, também foram chamados, neste mesmo dia, para uma audiência com Ribbentrop, momento em que foi

⁷⁰¹ Telegrama nº 202, de 11 de dezembro de 1941, do Itamaraty para Freitas Valle, arquivado dentro do *Inland II G*, pasta *Südamerika: Abgefangene Berichte brasilianischer Diplomaten* (1940 a 1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-101150** do PAAA.

⁷⁰² Telegrama nº 298, de 21 de janeiro de 1942, secreto, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁷⁰³ Tradução livre: “significaria o caminho aberto para o estado de guerra”.

⁷⁰⁴ Relato de audiência nº 31 de 22 de Janeiro de 1942, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, tanto na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA, quanto na pasta *Brasilien - Botschafter: Freitas Valle*, com o código de arquivamento: **R-29836** do PAAA.

⁷⁰⁵ Relatório do embaixador do Brasil em Berlim, de 12 de fevereiro de 1942 (BRASIL, 1944, p. 39 a 43).

reafirmado que o corte de relações diplomáticas seria o caminho para a guerra.⁷⁰⁶ Quer dizer, a Alemanha estava pressionando de todas as formas para que o Brasil, o Chile e a Argentina permanecessem como países neutros.

No dia 21 de janeiro, Aranha solicitou que o embaixador brasileiro em Lisboa averiguasse junto ao governo português se este poderia ser o encarregado dos interesses brasileiros junto aos governos da Alemanha, da Itália e do Japão em caso de guerra. No dia seguinte, o embaixador telegrafou ao Itamaraty informando que o governo português aceitaria esta tarefa após o rompimento das relações diplomáticas (BRASIL, 1944, p. 36). No dia 23 de janeiro, Freitas Valle foi comunicado que a Conferência havia aprovado a resolução que recomendava a ruptura nas relações diplomáticas (BRASIL, 1944, p. 21 e 22). Quer dizer, Aranha já estava articulando os detalhes para o corte das relações diplomáticas, enquanto a Alemanha ainda tinha esperanças de que isto não fosse ocorrer.

Com o passar dos dias, os relatos de Prüfer eram cada vez mais pessimistas, porque os indícios estavam confirmando a possibilidade do Brasil cortar relações com os países do Eixo.⁷⁰⁷

Em 27 de janeiro de 1942, em função das informações do telegrama nº 409, de 25 de janeiro⁷⁰⁸, o Comando das Forças Armadas Alemãs autorizou, através de um telegrama destinado a Buenos Aires, ao adido militar que atendia Buenos Aires e Rio de Janeiro, a queimar os telegramas, a documentação secreta, os livros caixa e de registro.⁷⁰⁹ É interessante que, neste mesmo dia, foram enviados mais dois telegramas a capital da Argentina para o adido militar, entre outras instruções consta, o pagamento de três espões, Alfredo⁷¹⁰, Iwan e Laura.⁷¹¹

⁷⁰⁶ Dado encontrado na documentação alemã. Telegrama *Multex* nº 101, de 22 de janeiro de 1942, Pol IX 5153, de Woermann para as missões diplomáticas, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA. Também consta no *Akten* (s/d, série E, *Band* 1, p. 284 a 285). Dado reafirmado pela documentação brasileira. Relatório do embaixador do Brasil em Berlim, de 12 de fevereiro de 1942 (BRASIL, 1944, p. 39 a 43).

⁷⁰⁷ Telegramas a partir de 22 de janeiro de 1942, arquivados dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁷⁰⁸ Não foi localizado este telegrama.

⁷⁰⁹ Telegrama nº 365, do comando das forças armadas, de 27 de janeiro de 1942, arquivado dentro do departamento *Marineattachégruppe*, na pasta *Marineattachéabteilung – 2. Länderakten Brasilien* (3.1940 a 9.1942), com o código de arquivamento: **RM11-49** do BA MA.

⁷¹⁰ Alfredo era o codinome de Albrecht Gustav Engels. Para maiores detalhes sobre a espionagem, ver as obras de Perazzo (1999) e Hilton (1977).

⁷¹¹ Telegrama nº 335 e 348, do comando das forças armadas, de 27 de janeiro de 1942, arquivado dentro do departamento *Marineattachégruppe*, na pasta *Marineattachéabteilung – 2. Länderakten Brasilien* (3.1940 a 9.1942), com o código de arquivamento: **RM11-49** do BA MA.

Depois de duas semanas de intensas negociações, os 20 países sul-americanos e os EUA concordaram com uma resolução capaz de conseguir apoio unânime. Apenas recomendava o rompimento de relações, porque a Argentina e o Chile se recusaram a firmar o rompimento imediato das relações com os países do Eixo. De toda forma, na Conferência foram aprovadas outras resoluções que consolidaram a colaboração dos países do continente com os esforços de guerra dos Estados Unidos, principalmente ao fornecer matérias-primas e estratégicas à indústria bélica, ao manter a ordem interna para evitar alterações nos compromissos assumidos (MOURA, 1980, P. 167). Conforme análise de Gerson Moura,

uma série de resoluções de longo prazo relativas a declarações políticas, coordenação econômica e jurídica, controle da polícia e políticas de saúde abriu caminho para uma ampla coordenação das políticas interamericanas sob a liderança dos EUA. A maioria dessas resoluções era consistente com as iniciativas norte-americanas anteriores e com a definição do papel a ser desempenhado pelas nações latino-americanas na parceria com os EUA (MOURA, 1993, p. 184).

O desfecho da Conferência foi uma vitória para os EUA, mesmo não havendo um rompimento imediato de todos os países americanos.

Parte da estratégia de negociação de Vargas foi não ter se posicionado formalmente antes do término da conferência. Os quinze dias desta reunião serviram para que o Presidente Brasileiro negociasse com autoridades estadunidenses detalhes para posicionar-se ao seu lado. A área militar era o grande problema nas relações entre Brasil e Estados Unidos, até este período, porque os militares brasileiros exigiam o fornecimento de armamentos para re-aparelhar as forças armadas nacionais e os militares estadunidenses consideravam primordial defender o Nordeste brasileiro com tropas do seu país. Quer dizer, as forças armadas de ambos os países não confiavam uma na outra. O governo brasileiro, desde o início de 1941, já havia concedido diversos privilégios às forças armadas dos EUA; no entanto, o desejado armamento que, desde outubro de 1941, estava ratificado não chegava às mãos dos militares brasileiros. Em 19 de janeiro de 1942, Vargas registrou em seu diário que teve uma conversa reservada e franca com Welles. Sobre o teor da conversa consta:

Eu não me queria valer das circunstâncias para pedir vantagens, mas para pesar bem as minhas responsabilidades e não arriscar meu país sem garantias de segurança. E a principal destas era a entrega do material bélico, que até agora o governo americano protelara (VARGAS, 1995, p. 453 e 454).

Neste momento, Welles deu garantias, e recebeu novamente a lista de armamentos. No dia seguinte, Vargas recebeu o comunicado de Welles que o presidente estadunidense assegurou o envio imediato das remessas de equipamento militar (VARGAS, 1995, p. 455).⁷¹² A situação até então relatada demonstra que as autoridades estadunidenses deram uma atenção especial ao governo brasileiro, além de que o presidente do *Eximbank* iniciou as discussões com as autoridades brasileiras sobre a aquisição deste equipamento. Neste sentido, Vargas tinha obtido garantias suficientes para neutralizar a oposição dos militares brasileiros a um alinhamento com os EUA. Vargas somente se posicionou quando teve garantias do reequipamento das forças armadas nacionais. Isto é, o Brasil anunciou sua decisão de romper relações diplomáticas com a Alemanha, a Itália e o Japão, no dia de encerramento da Conferência (MOURA, 1993, p. 185 e ss.).⁷¹³

A decisão de corte das relações diplomáticas, conforme o diário de Vargas (1995, p. 457), foi ratificada após uma reunião entre Vargas e seus ministros, que ocorreu no dia 27 de janeiro de 1942, às 15 horas. Neste momento, definiu-se o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e os países do Eixo, fato que seria comunicado no encerramento da Conferência por Osvaldo Aranha. Vargas também registrou que Dutra era contra esta decisão, mas em consideração ao presidente teria aceitado a definição.

Entretanto, já no dia 26 de janeiro, a Embaixada Alemã no Rio de Janeiro telegrafou a Ribbentrop informando que notícias de fonte segura afirmavam que Vargas iria romper as relações diplomáticas com os países do Eixo.⁷¹⁴ Em 27 de janeiro, Prüfer informou que diversas autoridades brasileiras, entre elas, Dutra, Góes e Filinto Müller, informaram do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha e de que provavelmente, às 18 horas, ao término da Conferência, Osvaldo Aranha iria pronunciar esta decisão.⁷¹⁵ Dutra e Góes Monteiro participaram da reunião em que foi ratificado o corte das relações diplomáticas, sendo informantes confiáveis. A tensão causada por todos os acontecimentos daqueles dias criou uma confusão de registros, pois dois telegramas consecutivos foram

⁷¹² Gerson Moura (1980, p. 164 e ss.), que trabalhou com a documentação de Welles, descreve a audiência de Vargas e Welles da mesma forma.

⁷¹³ Em fevereiro de 1942, o ministro da Fazenda, Sousa Costa, foi enviado para Washington com o intuito de acelerar a entrega do armamento estadunidense ao Brasil e finalizar acordos econômicos e financeiros.

⁷¹⁴ Telegrama nº 450, de 27 de janeiro de 1942, sem assinatura, do Rio de Janeiro ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁷¹⁵ Telegrama nº 450, de 27 de janeiro de 1942, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

enviados com o mesmo número, mas em horas diferentes de transmissão e com redações diferentes, fato que ainda não havia ocorrido na documentação pesquisada.

No dia 28 de janeiro de 1942, o secretário de Osvaldo Aranha informou, às 11 horas e 30 minutos, que às 18 horas seriam declaradas rompidas as relações entre Brasil e Alemanha. Prüfer teria afirmado que não estava autorizado a tomar nenhuma atitude se não recebesse uma nota oficial da posição brasileira.⁷¹⁶ Às 18 horas do mesmo dia, Prüfer recebeu uma nota informando o corte das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha e que já estavam sendo tomadas medidas para fechar os postos diplomáticos brasileiros na Alemanha.⁷¹⁷ Logo após, informou que as atividades da embaixada foram encerradas às 18 horas, do dia 28 de janeiro de 1942, e que possivelmente em 8 de fevereiro iria a Buenos Aires.⁷¹⁸

No dia 29 de janeiro de 1942, às 11 horas e 30 minutos, o Embaixador Brasileiro em Berlim comunicou o AA de que estavam cortadas as relações diplomáticas entre ambos os países e entregou uma nota com este teor (Figura 10).⁷¹⁹

Assim encerraram-se as relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha.

⁷¹⁶ Telegrama nº 479, de 28 de janeiro de 1942, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA. Relevante observar que sobre este telegrama e o do nº 500 Seitenfus (2003, p. 279) utiliza informações que não constam nos mesmos.

⁷¹⁷ Telegrama nº 495, de 28 de janeiro de 1942, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁷¹⁸ Telegrama nº 500, de 28 de janeiro de 1942, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁷¹⁹ Audiência de Freitas Valle com Freytag, nº Pol IX 315, de 29 de janeiro de 1942, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

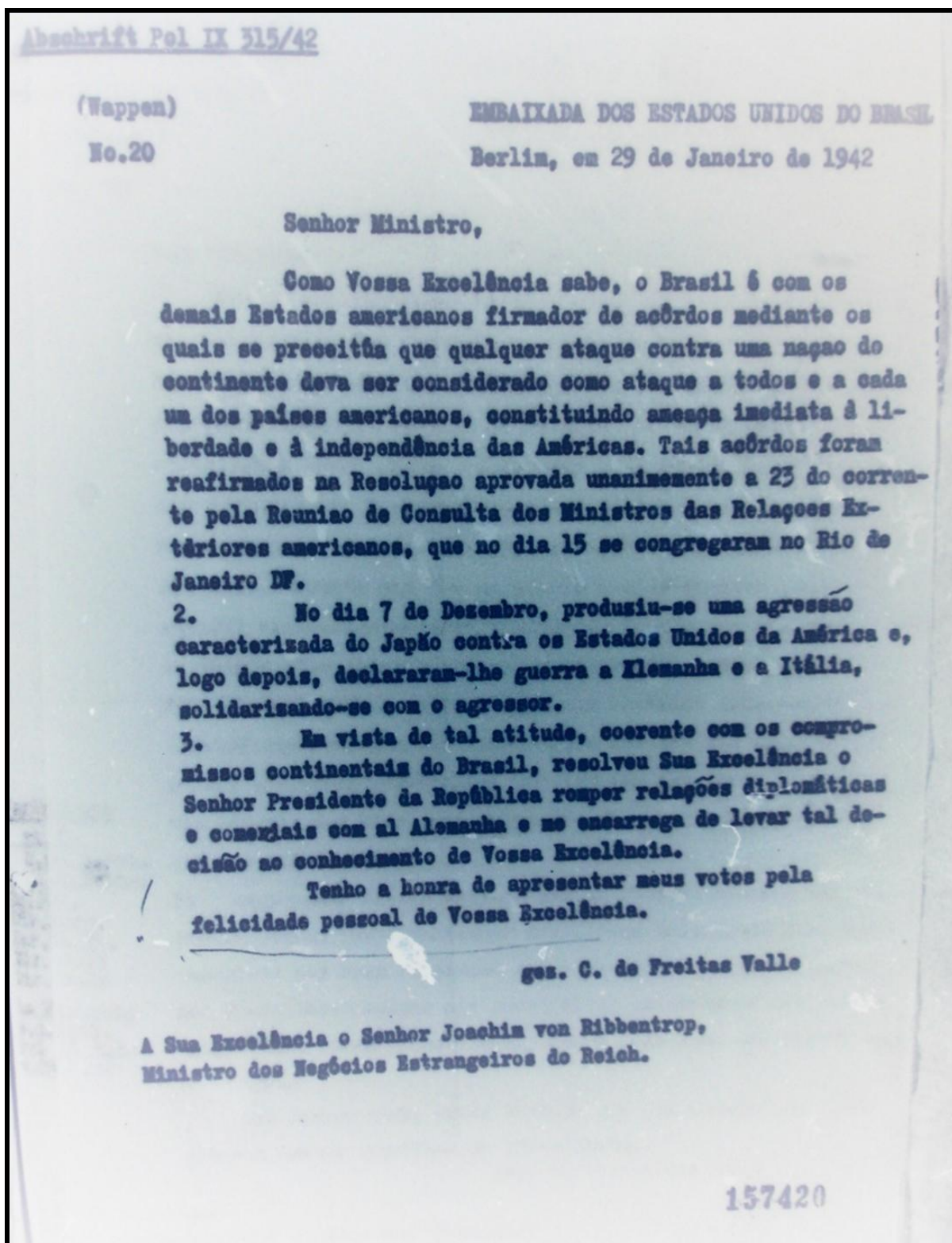


Figura 10 - Carta brasileira do corte das relações diplomáticas

Fonte: anexado a Audiência de Freitas Valle com Freytag, nº Pol IX 315, de 29 de janeiro de 1942, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.⁷²⁰

⁷²⁰ Este documento teve uma versão em alemão. Encontra-se na mesma pasta e no departamento *Rechtsabteilung* (1919-1945), na pasta *Volkerrecht-Kriegerecht - Brasilien* (1942 a 1943), com o código de arquivamento: **R-40018** do PAAA. Também consta do livro *Akten* (s/d, série E, *Band 1*, p.337).

5.3 QUESTÕES COMERCIAIS

A partir dos dados levantados neste trabalho, considera-se apropriada a definição de Letícia Pinheiro (1995, p. 108 a 119) de “condescendência pragmática”. Essa autora entende que a proximidade entre Brasil e Estados Unidos intensificou-se a partir da impossibilidade de comércio entre Brasil e Alemanha, em função do bloqueio continental, desde fins de 1939. Outra característica foi a crescente habilidade dos governantes brasileiros em conciliar os interesses internos (viabilização do projeto da siderurgia, a aquisição de armas e o comércio em geral) aos ideais pan-americanos e aos objetivos dos EUA. Isso ocorreu por causa do surgimento de uma nova conjuntura, a guerra. Após 1941, a “condescendência pragmática” foi intensificada, dando sinais a um alinhamento militar entre Brasil e EUA, este processo foi energizado pelos rumos comerciais e militares que estavam sendo efetivados.

Nesse sentido, nesta tese, estão sendo utilizadas terminologias de dois autores. A “equidistância pragmática” de Gerson Moura, segundo a qual o autor aponta que a Missão Aranha, em fevereiro e março de 1939, representou a primeira quebra da equidistância e que “os maiores ganhos da política externa do governo de Vargas tenham ocorrido no período de quebra da “equidistância pragmática” e não durante sua vigência” (MOURA, 1980, p. 115 e 185). Gerson Moura entende que tanto a Alemanha quanto os Estados Unidos tinham iguais condições em atender às necessidades brasileiras de armamentos e siderurgia (MOURA, 1980). Entretanto, pela documentação, a diplomacia alemã não tinha essa pretensão, sabia das suas limitações e todas as suas promessas eram para serem executadas depois do término da guerra. Acredita-se que o governo brasileiro, sabedor das limitações alemãs, tenha induzido as negociações com os Estados Unidos, distorcendo um pouco as intenções alemãs, para barganhar mais benefícios. Nesse sentido, a definição de “condescendência pragmática”, de Letícia Pinheiro, ajuda no entendimento do período em questão. A segunda terminologia se pretende como um aperfeiçoamento da primeira.⁷²¹ Para Gerson Moura (1983, p. 576 e ss.), a partir de 1941 houve o início de um realinhamento brasileiro com os EUA, pois estes intensificaram as negociações no esforço de estabelecer o seu sistema de poder. Tanto que a

⁷²¹ Letícia Pinheiro conseguiu desenvolver e aprofundar a conceituação de “equidistância pragmática”, bem conhecida pela historiografia. A própria autora, ao criar esta nova terminologia, sentiu muito não poder ter discutido com Gerson Moura, em função deste ter falecido no auge da sua produção historiográfica.

política externa brasileira teve maiores ganhos, a partir de 1941, na fase de realinhamento, em função das necessidades advindas do rumo que a guerra estava tomando. Entretanto, acreditava-se que houve uma intensificação de um processo iniciado anteriormente, que cabe melhor na definição de “condescendência pragmática”, porque o governo brasileiro não tinha muitas escolhas, mas, mesmo assim, conseguiu impor algumas condições para um alinhamento com os Estados Unidos.

As questões comerciais envolvendo o Brasil e a Alemanha, neste momento, se reduziram às negociações para a compra de navios alemães ancorados nos portos brasileiros, desde o início do conflito na Europa. Também houve reclamações referentes aos interesses de cidadãos brasileiros com ascendência alemã, que estavam sendo prejudicados porque suas empresas constavam na lista negra elaborada pelos Aliados. Conforme Prüfer, até Osvaldo Aranha teria lastimado o método brutal desenvolvido no Brasil pelos estadunidenses, isto é, o boicote às empresas que eram de propriedade de alemães ou de descendentes, ou ainda que apoiaram o governo alemão.⁷²²

5.3.1 Compra de navios alemães

Desde o início do conflito na Europa, houve negociações entre os governos brasileiro e alemão para a venda de navios alemães. No entanto, em julho de 1941, Prüfer informou que ainda não havia uma posição definida sobre a compra de navios alemães. Neste momento, estavam sendo negociados os navios *Windhuk*, *Montevideo*, *Bollwerk*, *Maceió* e *Norderney*.⁷²³ As negociações para a compra destes navios continuaram no decorrer dos meses. Em agosto, Prüfer questionou qual era o procedimento se as embarcações *Norderney* e *Windhuk* tivessem de voltar a navegar.⁷²⁴ O próprio Ribbentrop respondeu a este questionamento, informando

⁷²² Telegrama nº 1718, de 3 de setembro de 1941, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁷²³ Telegrama nº 1357, de 22 de julho de 1941 e nº 1393, de 25 de julho de 1941, de Prüfer ao AA, arquivados dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁷²⁴ Telegrama secreto nº 1508, de 8 de agosto de 1941, de Prüfer ao AA, arquivado tanto dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band* 2), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA, quanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

que o navio *Windhuk* não estava à venda, mas era conveniente que ele continuasse nos portos brasileiros em segurança, e que estava certa, por parte dos proprietários, a venda dos navios *Montevideo*, *Bollwerk* e *Maceió*.⁷²⁵ Confirmou que ainda permanecia a ordem de afundar os navios no caso de um conflito com embarcações inglesas e estas serem vitoriosas.⁷²⁶ No dia 16 de agosto, o navio *Norderney*, 7 dias após ter deixado o porto brasileiro, foi afundado pela própria tripulação na fuga de um conflito com a marinha inimiga (POMMERIN, 1977, p. 294). A questão da compra de navios alemães foi se arrastando, o tempo passava, e o fechamento da venda sempre encontrava um empecilho, tanto que Weizsäcker, conversou diretamente com o Embaixador Brasileiro em Berlim sobre este assunto, na metade de agosto.⁷²⁷ Em 15 de agosto de 1941, foi feito um levantamento da situação de todos os 25 navios alemães que estiveram nos portos brasileiros no início da guerra.⁷²⁸ Nesta relação constava que os navios *Montevideo*, *Bollwerk* e *Windhuk* estavam sendo negociados com o governo brasileiro.⁷²⁹ A negociação sobre a possível compra dos navios alemães se arrastava desde 1939.

Com a saída do navio *Norderney*, após agosto de 1941, continuaram nos portos brasileiros os navios *Montevideo*, *Bollwerk*, *Maceió* e *Windhuk*. A partir de 12 de dezembro, Prüfer começou a preocupar-se em função da nova situação criada com a declaração de guerra alemã aos EUA e a possibilidade de corte das relações entre Brasil e Alemanha. Primeiro, perguntou se a situação justificaria o risco de fazer o *Windhuk* voltar a navegar.⁷³⁰ Depois, se deveriam ser destruídas as máquinas do *Montevideo* e do *Windhuk*.⁷³¹ Em 24 de dezembro, Vargas (1995, p. 444) registrou em seu diário que tratou de providências para o tráfego dos

⁷²⁵ Pommerin (1977, p. 293) afirma que houve uma troca de navios entre Alemanha e Brasil; no entanto, na documentação diplomática pesquisada não consta esta informação.

⁷²⁶ Telegrama secreto nº 831, de 13 de agosto de 1941, do AA para Prüfer, arquivado tanto dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA, quanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁷²⁷ Registro de audiência, nº 528, de 18 de agosto de 1941, arquivado tanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA, quanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Aufzeichnungen über Diplomatenbesuche* (*Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29834** do PAAA.

⁷²⁸ Dos 22 navios, 11 foram afundados em alto mar (entre eles, *Wakama* e *Norderney*), dois foram raptados pela marinha inimiga, 8 conseguiram retornar para os portos alemães e o navio *Maceió* continuava no porto da Bahia.

⁷²⁹ Documento produzido em 15 de agosto de 1941, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁷³⁰ Telegrama nº 2493, de 12 de dezembro de 1941, de Prüfer ao AA, arquivados dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁷³¹ Telegrama nº 2502, de 13 de dezembro de 1941, de Prüfer ao AA, arquivados dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

navios adquiridos da Alemanha. Em janeiro, Prüfer fez novos questionamentos sobre o que fazer com o navio *Windhuk*.⁷³² Em 6 de janeiro, informou que o ministro brasileiro garantiu que os navios *Bollwerk* e *Maceió* seriam comprados pelo governo brasileiro.⁷³³ Em 15 de janeiro, Prüfer informou que o navio *Montevideo* havia sido comprado pelo governo brasileiro, faltando alguns ajustes no pagamento. O navio *Windhuk* seria alugado pelo governo para transformar em hospital ou moradia.⁷³⁴ A correspondência não esclarece por que o *Windhuk* não foi comercializado; entretanto, conforme Camões Filho (1995), foram os próprios tripulantes que sabotaram o navio, para que ele não fosse entregue aos EUA.⁷³⁵

Os governos do Brasil e da Alemanha tiveram interesse na comercialização dos navios em questão, mas a condução desse processo não foi concluída até o corte das relações diplomáticas. O pagamento dos navios *Bollwerk* e *Maceió* foi depositado na conta da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro; entretanto, com o corte das relações diplomáticas e das leis referentes a isso, a embaixada não pode utilizar-se deste dinheiro.⁷³⁶ A compra dos navios *Montevideo* e *Windhuk* foi acordada dias antes do corte das relações diplomáticas e, em função do novo contexto, não se efetivou.⁷³⁷ Nesse sentido, em 24 de agosto de 1942, através do Decreto-Lei nº 4.611 – que visava amenizar os prejuízos brasileiros pelos afundamentos dos seus navios pela marinha alemã e italiana – o governo federal incorporou ao Patrimônio Nacional os navios de nacionalidade alemã e italiana. Conforme documentação oficial do Ministério das Relações Exteriores (BRASIL, 1944, 208 e ss.), foram incorporados 19 navios, destes, 11 eram italianos, 5 dinamarqueses e 3 alemães. Os navios alemães incorporados foram *Montevideo*, *Bollwerk* e *Maceió*. Durante longo período houve interesse e tratativas do governo brasileiro em adquiri-los, mas as negociações não foram concluídas, isto é, não foi efetivado o pagamento até fim de janeiro de 1942. Estes navios alemães receberam os seguintes nomes ao serem incorporados à marinha brasileira: Sulóide, Nortelóide e

⁷³² Telegramas de janeiro de 1942, de Prüfer ao AA, arquivados dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁷³³ Telegrama nº 42, de 6 de janeiro de 1942, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁷³⁴ Telegrama nº 171, de 14 de janeiro de 1942, de Prüfer ao AA, arquivado dentro de *Handakten Wiehl*, na pasta *Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band* 2), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

⁷³⁵ Camões Filho (1995) relata a história do *Windhuk* e do internamento da tripulação em campos de concentração no Brasil. A fonte desta obra foram os depoimentos da equipe de bordo do navio.

⁷³⁶ Não foram encontrados dados sobre o que foi feito com este dinheiro.

⁷³⁷ Documento datado de 19 de março de 1942, assinado por Moraht destinado para Albrecht, arquivado no departamento *Kriegsrecht*, na pasta *Deutsche Zivilgefangene im Ausland - Brasilien* (jan a jun de 1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-41781** do PAAA.

Brasilóide.⁷³⁸ Parte da tribulação dos navios *Montevideo* e *Windhuk*, logo após o corte das relações diplomáticas, foi presa e internada em campos de concentração, os demais tripulantes desses navios tiveram o mesmo destino, até o final de 1942 (PERAZZO, 2002, p. 267 e ss.). Sobre a tripulação dos navios *Bollwerk* e *Maceió* não foram encontrados dados.

5.4 QUESTÕES MILITARES

No período aqui analisado, a diplomacia e as forças armadas alemãs passaram a acompanhar a intensificação das relações militares entre Brasil e Estados Unidos. Em abril de 1941, foi permitida à Marinha dos EUA que fizesse operações na costa brasileira. Este e outros fatos relacionados à posição brasileira na evolução do conflito europeu e das facilidades garantidas aos EUA eram constantemente informadas ao comando das forças armadas alemãs. Neste quadro de relatos, outro assunto foi o do transporte das armas brasileiras adquiridas do conjunto de fábricas liderada pela Krupp, que estavam no porto de Lisboa, por navios estadunidenses.

Prüfer também informava ao AA, e este repassava o telegrama para as forças armadas alemãs, quando havia alterações no comando das forças armadas brasileiras, como, por exemplo, a troca de comando ocorrida em fins de agosto e início de setembro de 1941.⁷³⁹ Esta carta foi escrita em código e, provavelmente, por isto tenha demorado muito para chegar ao seu destino, pois foi arquivada junto à correspondência de fins de outubro, demonstrando que foi neste período que as forças armadas receberam esta carta.

Para analisar as questões militares optou-se em cruzar as informações da historiografia e da documentação brasileira com os dados que foram enviados pela diplomacia alemã ao III *Reich*, sobre as relações militares entre Brasil e EUA.

⁷³⁸ Nomes que correspondiam respectivamente aos navios *Montevideo*, *Maceió* e *Bollwerk*.

⁷³⁹ Carta decifrada nº 290/41 de 8 de setembro de 1941, enviada do Rio de Janeiro ao AA e este a reenviou na íntegra ao OKM. Documento arquivado no Departamento *Rechtsangelegenheiten*, na pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA.

5.4.1 Brasil e EUA

Desde outubro de 1940, passou-se a pensar na criação da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Oficiais de Estado Maior.⁷⁴⁰ No entanto, esta só foi criada, efetivamente, em 24 de junho de 1941, e sua primeira reunião ocorreu no mês seguinte (SVARTMAN, 2008, p. 85). Em janeiro de 1941, um acordo assinado entre os dois países previu a instalação, no Rio de Janeiro, das missões militares estadunidense do exército e da aeronáutica.

Em 24 de julho de 1941, foi feita a regulamentação das atividades da Comissão Mista, documento assinado pelo General Eurico Gaspar Dutra e pelo Brigadeiro Lehman W. Miller. Nela estavam expressas as promessas dos dois governos. O Brasil prometia basicamente auxiliar a defesa comum do continente e construir bases aéreas e navais, e autorizar os demais países americanos a utilizá-las. Os EUA auxiliariam na aquisição de armamentos e de técnicos.⁷⁴¹ Para Frank McCann (1995, p. 199) esta regulamentação “afirmava expressamente que o Brasil, sozinho, definiria quando, onde e por quanto tempo a assistência militar seria necessária”. Quer dizer, novamente, percebe-se uma “condescendência pragmática”, pois era necessário este acordo, mas o governo que definiria como seria a condução deste processo. Efetivamente, o Brasil, no dia seguinte, decretou que a Panair poderia construir e melhorar campos de pouso em alguns estados do norte/nordeste brasileiro (tema abordado no item 5.4.2.3), e os Estados Unidos passaram a transportar de Lisboa a *New York* o armamento encomendado da Krupp, em 1938 (assunto desenvolvidos no item 5.4.2).

Em agosto de 1941, conforme Moura (1980, p. 159), Lehman Miller escreveu um texto expondo iniciativas americanas que foram bloqueadas ou adiadas no interior da comissão, entre elas, o envio de técnicos americanos para as bases do nordeste, a negativa para auxiliar na ocupação conjunta das Guianas, dos Açores e de Cabo Verde. Em 12 de julho, havia sido feita, pela diplomacia estadunidense, a proposta de cooperação na ocupação da Guiana Holandesa, de Cabo Verde e dos Açores (VARGAS, 1995, p. 430).

Em 26 de agosto de 1941, Prüfer comunicou que a Comissão Mista estava trabalhando sob o comando de Lehman Miller e que os Estados Unidos estavam utilizando as bases de Natal e de Fernando de Noronha para seus aviões, além disso, houve a solicitação ao Brasil

⁷⁴⁰ Para maiores detalhes sobre o trabalho desta Comissão Mista, ver o texto de Svartman (2008, p. 76-91).

⁷⁴¹ Documento da coletânea: **Textos Políticos da História do Brasil**, tema: Envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, nº 221.1.

para que auxiliasse na ocupação da Guiana Holandesa e dos Açores.⁷⁴² Quer dizer, Prüfer estava acompanhando e sendo informado dos rumos que a política militar estava assumindo.

Prüfer demonstrou, na correspondência mantida com as autoridades na Alemanha, que conhecia alguns detalhes das negociações da Comissão Mista, do próprio Lehman Miller com o governo brasileiro e das intenções estadunidenses de enviarem tropas ao território nordestino. Também informava que as autoridades militares⁷⁴³ e o presidente eram contrários à entrada de tropas militares dos Estados Unidos em território brasileiro.⁷⁴⁴ Quer dizer, a diplomacia alemã no Brasil tinha informantes militares, e do alto escalão. Este ou estes informaram sobre algumas discussões que deveriam ser mantidas em segredo entre militares brasileiros e estadunidenses. No caso, uma rede de informações, construída a partir de uma rede de relações. Numa das correspondências, Prüfer informou ao AA que as informações repassadas tinham sido transmitidas pelo Chefe de Polícia e por dois oficiais.⁷⁴⁵ Este documento confirma que alguns militares tiveram simpatia pelo governo alemão, e até estavam repassando informações secretas à diplomacia alemã, não sendo uma atividade esporádica.

Observa-se que o diplomata alemão estava muito bem informado das ações brasileiras junto ao governo estadunidense. Numa das correspondências, o Embaixador Alemão no Rio de Janeiro chegou a afirmar que o presidente estava tentando deixar o mais elástico possível sua posição na política externa, porque desejava manter boas relações com a Alemanha e

⁷⁴² Telegrama nº 1642, de 16 de agosto de 1941, de Prüfer ao AA e às forças armadas, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁷⁴³ Em 17 de setembro de 1941, Gaspar Dutra, ministro da Guerra, enviou um ofício secreto para Getúlio Vargas, onde apresentou e fez considerações ao projeto dos EUA de enviar tropas para ocupar o norte e nordeste brasileiro. Conforme o documento, os militares estadunidenses entendiam que no nordeste brasileiro deveria haver uma forte força aérea, com ampla organização, pois nesta região as vias de transporte eram precárias, com exceção dos aeroportos que estavam sendo melhorados pela Panair, com previsão de término para janeiro de 1942. Dos 8 aeroportos que a Panair foi autorizada a melhorar ou construir, apenas dois poderiam ser utilizados como bases militares, o de Natal e o de Recife. Dutra não era contra a construção ou reforma dos campos de pouso, mas, no referente à entrada de tropas estadunidenses no Brasil, considerava “absolutamente injustificável a hipótese e até mesmo inconcebível, visto como pelo ajuste não só a nós cabe a defesa do território brasileiro, como a ulterior iniciativa de solicitar reforços americanos”. Também afirmou que não se deveria anular os esforços de organização e defesa do nordeste, mas sugere que se solicitasse aos Estados Unidos que estes enviassem material militar da aeronáutica para que pudessemos preparar nossos pilotos e técnicos, “visando exatamente nossa direta cooperação na defesa continental em causa” (Documento da coletânea: **Textos Políticos da História do Brasil**, tema: Envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, nº 221.2.).

⁷⁴⁴ Telegramas nº 2186, nº 2203, nº 2208, respectivamente de 6, 8 e 9 de novembro de 1941, entre outros durante o mês de novembro, de Prüfer ao AA e às forças armadas, arquivados dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁷⁴⁵ Telegrama nº 2186, de 6 de novembro de 1941, de Prüfer ao AA e às forças armadas, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

impedir que os Estados Unidos tivessem motivos para uma intervenção ilegal na soberania nacional.⁷⁴⁶ Percebe-se, através dessa leitura, que o período era de grande tensão. O governo brasileiro tinha dados de que os EUA teriam planos de invadir o nordeste caso não houvesse uma parceria. Neste momento, fica evidente que as decisões dos governantes seguiam conforme a flexibilidade que o contexto de guerra permitia.

Em 23 de dezembro de 1941, chegaram os primeiros oficiais estadunidenses para as bases militares do nordeste brasileiro (SEITENFUS, 2003, p. 261). Em 6 de janeiro de 1942, Prüfer comunicou que cerca de 30 oficiais estadunidenses chegaram ao Pará e a Natal. Neste momento, também informava que os navios dos EUA estavam fazendo a patrulha do litoral brasileiro.⁷⁴⁷ Quer dizer, 14 dias após a chegada dos militares, a diplomacia alemã e as forças armadas tinham sido avisadas. No dia 10 de janeiro, Prüfer comunicou que em Natal e em Belém havia entre 300 e 400 soldados estadunidenses.⁷⁴⁸

A diplomacia alemã acompanhou e relatou aos militares do seu país cada nova aproximação entre as forças armadas estadunidenses e brasileira.

5.4.2 Armamentos

Por causa da guerra, a Krupp continuou enviando as encomendas de armas feitas pelo governo brasileiro para Lisboa, sendo que o restante do trajeto era de responsabilidade do governo brasileiro. Durante os sete primeiros meses de 1941, o Itamaraty não conseguiu obter a autorização inglesa para transportar este material. Em função da necessidade dos Estados Unidos em agradar os militares brasileiros e de não conseguir fornecer armas ao Brasil, em 23 de agosto de 1941, o navio estadunidense *Excambion* transportou de Lisboa a *New York* parte da encomenda brasileira de armamentos feita a Krupp, em 1938. De *New York* ao Brasil, este

⁷⁴⁶ Telegrama nº 2362, de 29 de novembro de 1941, de Prüfer ao AA e as forças armadas, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁷⁴⁷ Telegrama nº 107 de 7 de janeiro de 1942, do AA para o exército, que encaminhava o telegrama nº 37, de 6 de janeiro de 1942, de Prüfer ao AA, arquivado tanto dentro do Departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM7-1298** do BA MA, quanto dentro do departamento *Marineattachégruppe*, na pasta *Marineattachéabteilung – 2. Länderakten Brasilien* (3.1940 a 9.1942), com o código de arquivamento: **RM11-49** do BA MA.

⁷⁴⁸ Telegrama nº 107, de 10 de janeiro de 1942, de Prüfer ao AA, arquivados dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

material seria transportado por um navio brasileiro.⁷⁴⁹ Esta foi a forma encontrada para que o governo inglês autorizasse o transporte do material bélico brasileiro adquirido da Alemanha. Conforme Prüfer, em 22 de setembro, o referido material foi carregado em um navio brasileiro, que iria ao Rio de Janeiro.⁷⁵⁰ Esta forma de transportar o armamento da Krupp ainda ocorreria mais uma vez durante o mês de setembro.

Os EUA enfrentaram diversas dificuldades para fornecer armamentos para o Brasil, e este também foi um dos motivadores para auxiliarem na entrega do material bélico encomendado da Krupp. Em 14 de maio de 1941, Vargas assinou um acordo, com representantes dos Estados Unidos, de 12 milhões de dólares para adquirir material bélico; entretanto, somente em 1º de outubro foi assinado o primeiro contrato (VARGAS, 1995, p. 393). Conforme Alves (2002, p. 132), o governo norte-americano abriria um crédito no *Export and Import Bank* de 100 milhões de dólares destinados à compra de material bélico através do *lend-lease*.⁷⁵¹ Em 27 de outubro de 1941, alguns dados do contrato efetivado entre Brasil e Estados Unidos já constavam num relatório elaborado dentro do AA sobre as notícias brasileiras.⁷⁵² Entretanto, houve diversos atrasos na remessa do material bélico, fato que fez os militares brasileiros começarem a duvidar das intenções americanas sobre o fornecimento de armamentos. Efetivamente, somente na Conferência do Rio, o governo estadunidense se comprometeu a fornecer armamentos para reequipar as forças armadas brasileiras (MOURA, 1991, p. 12).⁷⁵³

O contexto das relações militares em 1941 tranquilizava a diplomacia alemã, pois a insatisfação dos militares brasileiros com os estadunidenses era considerável, pois estes não estavam atendendo aos seus mais preciosos anseios. Entretanto, esta situação se alterou durante a Conferência Pan-americana do Rio de Janeiro, quando Vargas conseguiu garantias

⁷⁴⁹ Telegrama nº 1764 de 10 de setembro de 1941, do Rio de Janeiro ao AA, arquivado dentro do departamento de comércio *Handelspolitische Abteilung* na pasta *Kriegsgerat – Brasilien* (11.1939 a 12.1941, *Band 3*), com o código de arquivamento: **R-106426** do PAAA.

⁷⁵⁰ Telegrama nº 1875 de 25 de setembro de 1941, do Rio de Janeiro ao AA, arquivado dentro do departamento de comércio *Handelspolitische Abteilung* na pasta *Kriegsgerat – Brasilien* (11.1939 a 12.1941, *Band 3*), com o código de arquivamento: **R-106426** do PAAA.

⁷⁵¹ Alguns autores, que descrevem a aquisição de material bélico nos EUA, apresentam outros dados. Para Gama (1982), este acordo foi assinado em 1º de outubro de 1941, e os EUA cediam ao Brasil 200 milhões de dólares em materiais. Já conforme Silva (2000, p. 17-18), o acordo foi assinado em agosto e seria de 200 milhões de dólares.

⁷⁵² Relatório de 6 a 27 de outubro de 1941 sobre o Brasil, arquivado no *Rundfunkpolitische Abteilung*, na pasta *Deutsche Rundfunkpropaganda nach Portugal und Brasilien* (*Band 3, Länderberichte Brasilien, Portugal* 1941), com o código de arquivamento: **R-67543** do PAAA.

⁷⁵³ Conforme acordos refeitos em fevereiro/março de 1942, aumentando para 200 milhões de dólares, a juros de 4% ao ano, com prazo de 5 anos para amortizações. O governo de Washington receberia os pagamentos nos dois primeiros anos sob forma de minérios e outras matérias-primas (ALVES, 2002, p. 132).

de que o material bélico poderia ser adquirido nos Estados Unidos e estes realmente entregariam o material solicitado. Neste sentido, o Presidente Brasileiro soube muito bem que o alinhamento era inevitável. Então, era necessário conseguir algumas vantagens, e isto de fato foi realizado.

5.4.3 Linhas Aéreas e Aeroportos no Brasil

As linhas aéreas e os aeroportos do nordeste brasileiro eram de vital importância para as táticas de guerra dos EUA. Conforme McCann (1995, p. 175 e ss.), o principal objetivo da política internacional e militar dos EUA, de 1938 a dezembro de 1941, era evitar o estabelecimento de bases do Eixo no continente, principalmente na região chamada de Saliente Brasileiro, que era a região nordestina. Desde setembro de 1940, Washington já tinha obtido a locação temporária das bases aéreas e navais britânicas em Terra Nova, Bermudas, Bahamas, Antilhas e Guiana Britânica.⁷⁵⁴ Neste sentido, para os EUA terem o controle da defesa do Atlântico Norte até o extremo sul da América do Sul, era necessário o domínio do litoral nordestino brasileiro (SEITENFUS, 2003, p. 247). Para que tal fato ocorresse, desejaram que grandes efetivos militares, tanto brasileiros quanto estadunidenses, ocupassem a região. Como tal objetivo não pôde ser alcançado em negociações militares entre os países, tanto porque o exército brasileiro acreditava que a região vulnerável era a sul, onde estava a maioria do efetivo militar brasileiro, quanto por não aceitarem a tentativa dos EUA em impor guarnições do seu exército em território brasileiro.

Nesta conjuntura, o exército estadunidense procurou formas de construir campos de pouso e futuras bases militares no nordeste brasileiro. Para isto utilizou-se da companhia aérea *Pan-American Airways*, através da sua filial no Brasil, Panair, que atuava na região desde a década de 1920.⁷⁵⁵ A Panair voava de Miami a Buenos Aires, passando pelos campos de pouso brasileiros de Belém, Natal, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre. A *Pan-American* construiu cerca de 55 campos de pouso e bases na América Central e do Sul. Isto tudo, porque ao esconder atividades e intenções militares nas ações de uma empresa aérea,

⁷⁵⁴ Em troca, os EUA forneceram para Londres 50 contratorpedeiros.

⁷⁵⁵ Panair do Brasil S. A. surgiu em 1929, quando a *Pan-American Airways* adquiriu a empresa NYRBA - New York-Rio-Buenos Aires (FAY, 2001, p. 25).

evitariam o despertar de sentimentos antiestadunidenses (McCann, 1995, p. 182). Quer dizer, aos olhos dos brasileiros deveria parecer que os aeroportos e as instalações envolvidas eram para utilização da Panair, sem menção pública de que era para uma possível utilização militar internacional.

No entanto, a diplomacia alemã suspeitava e até chegou a expressar o conhecimento de alguns detalhes, como veremos na seqüência deste subcapítulo.

5.4.3.1 Linhas aéreas com a Europa

Se a *Pan-American* estava representando os interesse do governo estadunidense, ela precisava ser fortalecida e, conseqüentemente, eliminar algumas linhas aéreas pertencentes a outras companhias em todas os países americanos.⁷⁵⁶ No Brasil, antes da guerra, três companhias tinham linhas aéreas que ligavam a América do Sul com a Europa, a *Lufthansa* (alemã), a *Air France* (francesa) e a *Linhas Aéreas Transcontinentais Italianas - Lati*. Com o início da guerra, somente a *Lati* continuou fazendo este trajeto, com isto, ela aumentou o número de vôos, mas continuou carregando poucos passageiros. As linhas da *Lati* tornaram-se um veículo útil para o transporte da correspondência diplomática e de produtos estratégicos e leves, como, por exemplo, diamantes industriais, para os países formadores do bloco do Eixo. No entanto, Prüfer informou, após a queda de um avião em que estava o mensageiro Safarowski, que o equipamento da *Lati* era antiquado, impróprio para a travessia do Atlântico, em segurança.⁷⁵⁷

No segundo semestre de 1941, houve indícios da intenção brasileira de tirar a concessão da *Lati* para operar no Brasil, tanto que, em 16 de agosto de 1941, Prüfer escreveu que já estava sendo discutido entre os ministros brasileiros do exterior e o da aeronáutica a possibilidade de retirar a concessão da *Lati* voar no Brasil.⁷⁵⁸ Dado reforçado, no relatório sobre a posição da Ibero-América do período de 1º a 21 de agosto de 1941. Nele, o relator

⁷⁵⁶ Pommerin (1977, p. 234 e ss.) e Fay (2001 e 2004) descreveram como foi o processo em outros países latino-americanos.

⁷⁵⁷ Telegrama nº 73, de 21 de janeiro de 1941, de Prüfer ao AA, arquivado dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band* 2), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

⁷⁵⁸ Telegrama nº 1565, de 16 de agosto de 1941, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

informou que os Estados Unidos estavam construindo aeroportos em diversos países, a *Pan-American Airways* estava adquirindo novas linhas na região, fato que, mais cedo ou mais tarde, levaria à substituição da *Lati*.⁷⁵⁹ Ao final de dezembro de 1941, por exigência dos EUA, o governo brasileiro determinou que a *Lati* não poderia mais realizar vôos no Brasil, conseqüentemente, implicou no fechamento da filial no Brasil.⁷⁶⁰ A partir de início de janeiro de 1942, a *Pan-American* passou a fazer a linha com a Europa. O trajeto passou a ser Natal/África portuguesa ocidental/Lisboa.⁷⁶¹ Conforme Silva (2000, p. 17-18), foi o governo em Washington que providenciou para que a *Pan American Airways* ocupasse o lugar da *Lati* e estabelecesse comunicação entre o Brasil e a Europa.

A análise da diplomacia alemã, no tocante às linhas aéreas do Brasil com a Europa, chegou bem próxima das ações executadas pelo governo brasileiro.

5.4.3.2 Linhas internas

As linhas aéreas domésticas, na segunda metade da década de 1930, estavam distribuídas entre a Condor ou Sindicato Condor (que era de propriedade da *Lufthansa*)⁷⁶², a Varig⁷⁶³, a Vasp (estas duas estavam sob controle de cidadãos alemães) e a Panair.⁷⁶⁴ Em 17 de outubro de 1939, Vargas decretou que somente brasileiros natos poderiam pilotar “aeronaves de empresas nacionais” (decreto-lei nº 1.687, art. 9), isto é, somente cidadãos nativos poderiam pilotar aeronaves que faziam o trajeto interno, não sendo mais permitido a cidadãos alemães naturalizados ou de qualquer outra nacionalidade. Esta foi uma forma de controlar essas empresas e de nacionalizar a mão-de-obra que trabalhava nas concessões

⁷⁵⁹ Relatório de 1º a 21 de agosto de 1941, arquivado no *Rundfunkpolitische Abteilung*, na pasta *Deutsche Rundfunkpropaganda nach Portugal und Brasilien (Band 3, Länderberichte Brasilien, Portugal, 1941)*, com o código de arquivamento: **R-67543** do PAAA.

⁷⁶⁰ Os funcionários da *Lati* não puderam sair do Brasil, pois a empresa estava proibida de voar, e a situação legal não foi resolvida até o corte das relações diplomáticas. Sendo assim, foram internados em campos de concentração (PERAZZO, 2002, p. 270 e ss.).

⁷⁶¹ Notícias secretas da SPN, de 2 de abril de 1942, p. 50, arquivadas dentro do departamento *Kriegsrecht*, na pasta *Behandlung deutschen Eigentums im Ausland – Brasilien* (tratamento dado as propriedades alemãs no estrangeiro) (12.1941 a 11.1942, *Band 1*), com código de arquivamento: **R-40578** do PAAA.

⁷⁶² A partir do decreto nº 2627, de 26 de setembro de 1940, todas as empresas de aviação deveriam ser convertidas a sociedade anônima, e das dificuldades geradas pela guerra, a Condor em janeiro de 1943 altera a designação para Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda (RIBEIRO, 2008, p. 57; FAY, 2001, p. 28).

⁷⁶³ Para maiores detalhes sobre a história da Varig, ver o livro de Fortes (2004) e a tese de Ribeiro (2008).

⁷⁶⁴ Para maiores detalhes sobre a aviação civil brasileira, ver a tese de Fay (2001).

destas linhas aéreas. Neste caso, a Condor teve de suspender algumas linhas, porque não tinha muitos pilotos brasileiros, e estas linhas foram transferidas para a *Pan-American* (MCCANN, 1995, p. 177 e ss.). A Varig conseguiu, em janeiro de 1940, um acordo permitindo que, por mais algum tempo, os pilotos naturalizados pudessem atuar na companhia, provavelmente porque não havia interesse da Panair em adquirir as linhas na região sul.⁷⁶⁵ Entretanto, por não haver mão-de-obra brasileira especializada, em 14 de fevereiro de 1940, através do decreto-lei nº 2.018, estendeu-se por dois anos o prazo para as empresas cumprirem a determinação do artigo 9 do decreto-lei nº 1.687, de 1939, isto é, somente a partir de fevereiro de 1942 seria exigido que todos os pilotos das linhas nacionais deveriam ser brasileiros natos.⁷⁶⁶ Em começo de 1941, o governo estadunidense ofereceu aeronaves, créditos e assistência técnica em troca da “desgermanização”, para isso a Varig e a Vasp, a partir de agosto de 1941, dispensaram todos os funcionários alemães. Na Varig, Otto Ernst Meyer, cidadão alemão, entregou em dezembro de 1941 o controle da empresa ao primeiro funcionário, Ruben Berta, cidadão brasileiro (RIBEIRO, 2008, p. 78).⁷⁶⁷

Em 20 de janeiro de 1941, Getúlio Vargas criou o Ministério da Aeronáutica, através do decreto-lei nº 2.961. Este ministério passou a ser comandado por Joaquim Pedro Salgado Filho, que não era militar.⁷⁶⁸ Prüfer, 11 dias depois, informou desta nova reorganização dos ministérios e da proximidade das relações entre militares brasileiros e estadunidenses.⁷⁶⁹

A diplomacia alemã, que atuava no Rio de Janeiro, demonstrou que neste período crítico havia pouco interesse nas linhas nacionais.⁷⁷⁰ Entretanto, para a historiografia brasileira este sempre foi considerado um dos pontos estratégicos do interesse do III *Reich* no

⁷⁶⁵ A seguir segue o texto de um telegrama da Varig para S. Ex^a. Cel Cordeiro de Farias, de 17/01/1940.

“Apresentando Vossência sinceros agradecimentos por interesses tomado assunto suspensão pilotos naturalizados temos honra comunicar Vossência que acordo ordem Exmo. Sr. ministro da Viação recebidas ontem noite hoje restabelecemos todos serviços até ulterior deliberação benemérito Governo Federal. Saudações respeitadas. Varig” (Telegrama de 17 de janeiro de 1940, da Varig para Cordeiro de Farias, arquivado na Pasta: Documentação dos Governantes, no Fundo: Correspondência dos Governadores, Nº 135 [Telegramas Recebidos 1940 – Janeiro], no Arquivo Histórico Do Rio Grande Do Sul – AHRGS).

⁷⁶⁶ Cabe uma correção nas informações de McCann (1995, p. 178) sobre esta lei. Em seu livro consta que esta lei começou a vigorar em outubro de 1940, porque sua fonte foi uma correspondência da diplomacia estadunidense, que por algum motivo estava comunicando a situação dos pilotos brasileiros somente nesta data. Entretanto, a lei foi editada em outubro de 1939.

⁷⁶⁷ Ruben Berta presidiu a Varig de 1941 até sua morte, em 1966.

⁷⁶⁸ Anteriormente, as atribuições referentes à navegação e à indústria aeronáutica eram de responsabilidade do departamento de Aviação Civil, que estava subordinado ao Ministério de Viação e Obras Públicas (RIBEIRO, 2008, p. 48).

⁷⁶⁹ Telegrama nº 117, de 31 de janeiro de 1941, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs – Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁷⁷⁰ O interesse maior da diplomacia alemã foi quando os cidadãos alemães que eram funcionários da *Condor* e da *Lati* foram presos em 1942.

Brasil, porque a Condor era de propriedade da *Lufthansa* e a Vasp e a Varig eram controladas por cidadãos alemães.

5.4.3.3 Aeroportos

Os aeroportos brasileiros já estavam sendo utilizados, desde junho de 1941, para abastecer bases dos países Aliados na África. A Panair, por ter adquirido linhas aéreas no nordeste brasileiro, já estava construindo ou implementando campos de pouso no nordeste brasileiro. Prüfer, em 26 de junho de 1941, afirmou ao AA que Osvaldo Aranha, ao ser confrontado com a informação do embaixador brasileiro em Washington de que a intenção dos militares estadunidenses era tornar o nordeste brasileiro uma de suas bases militares, desmentiu a mesma. Entretanto, o Embaixador Alemão no Rio de Janeiro informou que, na realidade, bases aéreas e marinhas estavam sendo construídas no norte brasileiro. Não se sabia ao certo se, no caso dos EUA entrarem na guerra, estes continuariam ou não usando estas bases.⁷⁷¹ Em 2 de julho, o telegrama de Prüfer, citado anteriormente, juntamente com mais uma carta foi repassado pelo AA para o comando da marinha alemã, quer dizer, tanto a diplomacia quanto os militares alemães estavam sendo informados de todos os encaminhamentos do governo brasileiro com os EUA, principalmente no tocante aos campos de pouso no Brasil.⁷⁷² Em 15 de julho, Prüfer mandou um telegrama secreto. Nele novamente aponta a questão da construção de campos de pouso e portos no litoral nordestino.⁷⁷³ As ações brasileiras não passaram despercebidas pela diplomacia alemã.

Efetivamente, em 25 de julho de 1941, através do decreto-lei nº 3.462, o governo brasileiro autorizou a Panair do Brasil a construir, melhorar e aparelhar os aeroportos em Amapá, Belém, São Luiz, Fortaleza, Natal, Recife, Maceió e Salvador. Isto é, dos 9 estados brasileiros da região nordeste, somente em três (Paraíba, Piauí e Sergipe) a Panair não

⁷⁷¹ Telegrama 1169, de 26 de junho de 1941, de Prüfer ao AA, mas que foi reencaminhado e arquivado no Departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA.

⁷⁷² Carta nº 5810, de 2 de julho de 1941, do AA para o comando da marinha alemã, juntamente com o telegrama 1169, de 26 de junho de 1941, de Prüfer ao AA, mas que foi reencaminhado e arquivado no Departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA.

⁷⁷³ Telegrama secreto nº 1309, de 17 de julho de 1941, de Prüfer ao AA, arquivado dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien (10.1939 a 06.1942, Band 2)*, com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

construiu e ou reaparelhou, reformou algum aeroporto, além de ter a autorização de construir aeroportos na região norte, no estado do Pará e no território federal do Amapá, que estava sendo criado (figura 11).⁷⁷⁴ Percebe-se que a intenção estadunidense pelo nordeste e norte brasileiro é bem expressiva, pois a Panair não solicitou e nem recebeu autorização para atuar ou construir aeroportos na região sul e sudeste. Demonstrando que as intenções da Panair estavam intimamente ligadas com a intenção dos militares estadunidenses, de utilizar futuramente estes campos de pouso. Conforme McCann (1995, p. 186), “se os brasileiros não tivessem emitido o decreto, os Estados Unidos teriam sido compelidos a ‘ocupar o Nordeste pela força das armas’ para garantir a segurança”.

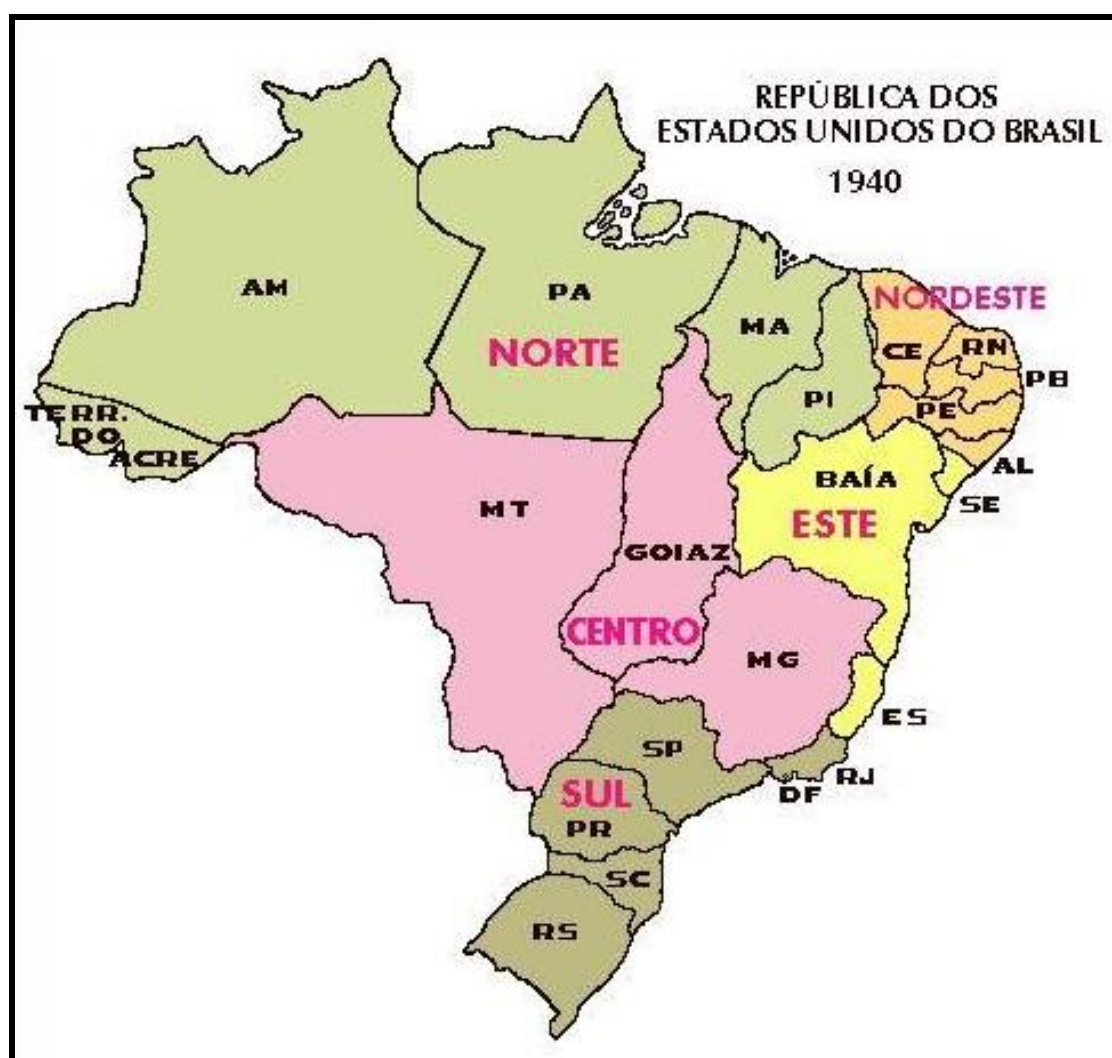


Figura 11 – Mapa do território brasileiro, 1940

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Estruturas Territoriais.

⁷⁷⁴ Em 1889, em função da criação da república, houve a reorganização e a divisão política do território brasileiro. Em 1943, em função da guerra foram criados 4 territórios, Amapá, Ponta Porã, Foz de Iguaçu e Fernando de Noronha.

Em 3 de agosto de 1941, o adido alemão em Washington, Hans Thomsen⁷⁷⁵ informou ao AA sobre a autorização do governo brasileiro para a Panair construir ou reformar os campos de pouso do Amapá, de Belém, de São Luiz, de Fortaleza, de Natal, de Pernambuco, de Maceió e de Salvador. Também sinalizou que esta poderia ser uma forma para que, no futuro, os militares estadunidenses pudessem utilizar estes aeroportos.⁷⁷⁶ As informações transmitidas por Thomsen conferem com o decreto brasileiro de 25 de julho de 1941 e com as intenções dos Estados Unidos. Em 4 de setembro de 1941, Prüfer informou que foi questionar oralmente no Itamaraty sobre as informações de Thomsen, mas não obteve sucesso, pois os funcionários não tinham nenhum detalhe sobre o assunto.⁷⁷⁷

As correspondências deste período e sobre este assunto possibilitam duas conclusões. Primeiro, a diplomacia alemã que atuava em vários países americanos, principalmente em Washington, estava analisando os acontecimentos no Brasil. Segundo, a diplomacia alemã no Rio de Janeiro nem sempre lia o *Diário Oficial*, pois se assim tivesse feito, teria tido acesso ao decreto de julho, e não precisaria tentar conseguir informações junto ao Itamaraty sobre a questão da Panair.

5.5 CONCLUSÃO PARCIAL

A partir de agosto de 1941 a diplomacia alemã, em função dos diversos indícios que estavam sendo observados, começou a ter dúvidas da posição brasileira de neutralidade. Em função da necessidade de buscar aliados, tanto a diplomacia dos Estados Unidos quanto da Alemanha estavam tentando coagir as autoridades brasileiras a seu favor.

⁷⁷⁵ Hans Thomsen, conforme Shirer (2008, p. 99), encarregado dos negócios da Alemanha em Washington, respondia, em final de dezembro de 1939, pela embaixada alemã.

⁷⁷⁶ Telegrama nº 2.560, de 3 de agosto de 1941, de Washington ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁷⁷⁷ Telegrama nº 1.721, de 4 de setembro de 1941, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

Este período teve características que se perpetuaram e intensificaram, como o fato de a correspondência diplomática ter sido efetuada principalmente por telegramas. Durante o ano 1941, foram enviados mais de 2.500 telegramas, enquanto em 1940 não chegaram a ser emitidos 1.500 telegramas. Este dado demonstra a necessidade de utilização deste meio de comunicação em função da conjuntura de guerra, por ser o mais seguro e também em função dos novos rumos que a situação estava tomando, a qual deveria ser informada constantemente. As cartas codificadas tinham uma maior segurança, mas demoravam mais a chegar ao seu destino, fato que provavelmente impossibilitava o trabalho da diplomacia que, neste momento, deveria ser o mais ágil possível. Em função da guerra, foram dificultadas as viagens entre a Europa e a América, fato que restringiu ainda mais o recebimento de informações sobre a situação no Brasil, tornando-se necessário, a partir de julho de 1941, o arquivamento de documentos produzidos pela rede de espionagem denominada *Deutsche Inf. Stelle III*, que tinha agentes secretos agindo em Santos.

A espionagem na correspondência da diplomacia brasileira na Alemanha, que ocorreu desde 1940, provavelmente não era uma exclusividade, mas fazia parte das ações da polícia com todas as diplomacias que atuavam naquele país. O armazenamento desta correspondência dentro do AA passou a ser consistente a partir do momento em que a Alemanha declarou guerra aos Estados Unidos, e que os países da América Central cortaram relações com a Alemanha. Esse fato demonstra a necessidade de ter o máximo de informações sobre os países sul-americanos, para tentar que esta região permanecesse neutra. A correspondência apreendida, e que era repassada ao AA esporadicamente antes de dezembro de 1941, não seguia uma seqüência cronológica. Por exemplo, em fins de janeiro de 1942, foram enviados os telegramas de setembro de 1941, enquanto em dezembro de 1941 os diplomatas já tinham tido acesso à documentação daquele mês. Isso provavelmente foi gerado porque alguém estava repassando estes telegramas, sendo assim, a polícia alemã enviava as informações que tinha obtido até aquele momento.

O *Oberkommando der Wehrmacht* intensificou a divulgação de trechos de telegramas enviados pela diplomacia alemã no Rio de Janeiro a outros departamentos militares, principalmente para informar sobre a permanência ou não da neutralidade brasileira.

A diplomacia e os militares alemães passaram a noticiar, entre seus pares, o que estava acontecendo em diversos locais do mundo. A partir do segundo semestre de 1941, os relatórios elaborados pelo *Auswärtiges Amt* e pelo *Geheime Kommandosache* do *SeeKriegsleitung*, passaram a incluir os países do continente americano. O Brasil estava

inserido neste contexto, como todas as demais nações com as quais a Alemanha tinha algum tipo de relação. Com certeza, houve uma atenção maior quando se passou a ter dúvidas sobre qual seria a posição que o governo brasileiro adotaria no futuro, nas diferentes conjunturas de guerra.

Neste sentido, percebe-se que a diplomacia e as forças armadas da Alemanha estavam procurando formas de acompanhar e se informar, sempre que possível, sobre o rumo da política externa de diversos países, inclusive da situação brasileira.

As relações da Alemanha com o Brasil fazem parte de uma conjuntura de pré-guerra e, em seguida, de guerra, e as medidas em relação ao restante da América Latina foram semelhantes. Uma análise breve permite afirmar que a América Central e o México tinham uma relação de proximidade maior com os EUA, principalmente, porque, a partir de junho de 1941, foram fechados consulados alemães, nesta região. Entretanto, em setembro deste ano, o governo brasileiro fechou alguns consulados seus no território do III *Reich* e, posteriormente, em novembro, foram criados consulados estadunidenses no nordeste brasileiro. Todas estas alterações demonstram que estava havendo mudanças nas relações dos países americanos para com a Alemanha. Isso gerou dúvidas e incertezas.

A partir do primeiro semestre de 1941, o contexto histórico e político das relações entre Alemanha e Brasil, aparentemente, continuou o mesmo, mas a diplomacia alemã passou a não ter mais a certeza da neutralidade brasileira. Inicialmente, alguns atos das autoridades brasileiras sinalizaram para uma possível mudança de posição, tanto que estas preocupações passaram a fazer parte de quase todas as correspondências diplomáticas. Quanto mais próximo do final do ano de 1941, maiores eram as dúvidas sobre a posição brasileira, porque as ações dos dirigentes tornavam-se, cada vez mais, inconstantes. Mesmo assim, chama a atenção que num momento tão crítico, Prüfer não se utilizasse das famosas reuniões secretas com o presidente do Brasil. Provavelmente, estas audiências só ocorriam quando Vargas tinha interesse. Em todo caso, percebe-se que a influência de Prüfer sobre Vargas era mínima, tanto que não teve espaço para interferir sobre as decisões tomadas, muito menos questionar os limites da neutralidade manifestada até então. Seitenfus (2003, p. 279) dá a entender que Prüfer conseguia audiências com Vargas, tanto que o historiador afirma que o embaixador alemão iria falar com o presidente em 27 de janeiro, para “dissuadir o governo brasileiro de sua atitude”. Tal atitude teria sido desautorizada por Ribbentrop. Entretanto, ao analisar a seqüência da documentação, conclui-se que Prüfer afirmou, em 26 de janeiro, que pretendia

conseguir uma audiência com Vargas.⁷⁷⁸ Esta não estava encaminhada e com a confirmação dos indícios de ruptura diplomática foi desautorizada pelo ministro das Relações Exteriores da Alemanha.⁷⁷⁹

É intrigante, nesse contexto, que Prüfer, durante os meses de outubro, novembro, dezembro de 1941 e janeiro de 1942, não tivesse audiências nem com Vargas nem com Osvaldo Aranha. Na documentação analisada, o embaixador alemão não estranhou nem comentou esta situação, talvez tenha feito isto em algum telegrama extraviado ou até por telefone. Entretanto, ao pesquisador este detalhe sugere indagações, entre elas, por que Vargas e Prüfer estavam trocando recados? Por que não houve audiências secretas para tratar dos rumos que poderiam ser assumidos após a conferência? Ou será que a famosa proximidade entre o diplomata alemão e Vargas somente ocorria quando havia interesse por parte do governo brasileiro?

Quando a guerra ultrapassou os limites da Europa e da Ásia, onde até então estava concentrada, o clima de incerteza sobre os destinos da América tornou-se evidente. O ataque japonês a *Pearl Harbor* teve várias conseqüências durante o mês de dezembro de 1941, entre elas, a declaração de guerra da Alemanha aos Estados Unidos, diversos países da América Central e o México, ou cortaram relações diplomáticas com a Alemanha, ou declararam guerra. A Alemanha teve de abrir uma nova frente de batalha, que não tinha sido planejada, mas que era desejada por diversos militares alemães. No Brasil, a diplomacia alemã viu-se na contingência de anunciar a declaração de guerra da Alemanha com os EUA e, simultaneamente, tentar convencer as autoridades brasileiras que isto não deveria mudar em nada a posição de neutralidade entre ambos. Entretanto, a seqüência dos fatos fez com que mais dúvidas surgissem sobre a permanência da neutralidade brasileira.

A proximidade de alguns militares brasileiros com a diplomacia alemã era explícita, tanto que foram informantes de várias tratativas entre Brasil e Estados Unidos, indício de que havia um grupo germanófilo em seu interior. Entretanto, esta proximidade pode ter diversos motivos, os quais, por não haver uma documentação que apresente mais detalhes, tornam-se apenas especulações.

⁷⁷⁸ Telegrama nº 450, de 26 de janeiro de 1941, de Prüfer ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁷⁷⁹ Telegrama nº 456, de 27 de janeiro de 1941, do AA para Prüfer, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

Nota-se que, com a entrada dos EUA na guerra e o corte de relações diplomáticas pelo México e a declaração de guerra de países da América Central, a diplomacia alemã passou a acompanhar os mínimos movimentos dos países sul-americanos, naquilo que se refere à manutenção de sua posição de neutralidade.

Com o início da Conferência do Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1942, as ações diplomáticas da Alemanha se intensificaram junto a autoridades brasileiras, no intuito de que o país continuasse sendo neutro no conflito. Entretanto, a diplomacia alemã somente conseguiu interceder pessoalmente junto aos militares e aos secretários de Vargas e Aranha. Também buscaram parceiros neste intento, principalmente, junto aos governos espanhol, português e nos demais países do Eixo. A diplomacia alemã, em outros países sul-americanos, principalmente no Chile e na Argentina, também tentou auxiliar Prüfer. Quer dizer, tentou-se um trabalho em equipe para conseguir a tão desejada declaração de neutralidade brasileira.

Mesmo durante a Conferência, a diplomacia alemã estava averiguando como proceder em caso de corte de relações diplomáticas. Quando já estavam surgindo rumores de que se efetivaria a ruptura diplomática brasileira, foi autorizado, pelas forças armadas alemãs, que o adido militar que atuava no Rio de Janeiro e em Buenos Aires queimasse alguns tipos de documentos e efetuasse o pagamento a três espões alemães.

O clima de indefinições foi encerrado com o corte das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo, em 28 de janeiro de 1942, ao final da III Reunião dos Chanceleres, ocorrida no Rio de Janeiro. Entretanto, esta notícia já havia sido ventilada pela diplomacia alemã dois dias antes, e reafirmada logo após a reunião ministerial de Vargas, no dia 27 de janeiro, que ratificou a resolução. Inicialmente, o Itamaraty, através do secretário de Aranha, comunicou, de forma informal, a decisão, entretanto, Prüfer, não aceitou uma declaração sem uma nota oficial. Fato que foi efetivado seis horas depois, juntamente com o pronunciamento de Osvaldo Aranha, ao término da Conferência. Provavelmente, o embaixador alemão agiu assim porque, sem uma nota oficial, ele saberia do corte das relações, mas poderia agir por mais algum tempo como diplomata e encaminhar situações que, após o corte, seriam complicadas de serem efetuadas.

Contudo, essa situação não atingiu as relações comerciais e militares, pois estas, em função do bloqueio continental, já estavam praticamente encerradas. O único assunto comercial abordado em 1941 foi a tentativa de compra, por parte do governo brasileiro, de navios alemães. Entretanto, esta não se consumou pela via comercial, mas se efetivou em agosto de 1942, como forma de amenizar os prejuízos brasileiros com o afundamento de seus

navios por submarinos alemães. A entrega das armas encomendadas ao governo alemão, antes do início da guerra, acabou sendo uma forma de aproximar EUA e Brasil, porque o bloqueio continental inglês somente permitiu que navios estadunidenses transportassem este armamento do continente europeu ao americano, isso ocorreu em setembro de 1941. As demais situações de aproximação militar entre Brasil e EUA somente puderam ser relatadas às forças armadas alemãs, mas, efetivamente, a diplomacia não tinha força de pressão para que algo fosse modificado.

A diplomacia alemã acompanhou de muito perto todas as ações do governo brasileiro, sem poder interagir diretamente, naquele momento, em função do contexto de guerra, mas foi possível fazer algumas ameaças de que a decisão de ruptura seria o início do conflito. Neste sentido, a análise de Gerson Moura é muito pertinente, pois, para ele,

o alinhamento não é um resultado automático da economia ou da geografia: é um processo longamente negociado e isso supõe alguma força por parte do aliado subordinado. Se é verdade que os EUA determinaram o momento das decisões estas não se realizaram segundo sua exclusiva vontade (MOURA, 1980, p. 188).

Durante essas negociações, o governante brasileiro conseguiu barganhar algumas vantagens em função da necessidade dos Estados Unidos e da Alemanha de procurarem aliados. Pode-se caracterizar este período como uma “condescendência pragmática”, porque o Brasil sabia que pouco poderia esperar das relações com a Alemanha, mas se utilizou delas para conseguir vantagens junto aos Estados Unidos, mesmo que para isto teve que possibilitar que estes criassem bases aéreas e estabelecessem efetivos militares no seu litoral. Entretanto, após o final da Conferência do Rio de Janeiro, o governo brasileiro já estava alinhado aos interesses estadunidenses, não tendo mais tanto poder de barganha, isto é, acabou-se o período de “condescendência pragmática”, pois a situação já estava definida. Tal opção teve conseqüências dentro das definições estratégicas das forças armadas da Alemanha, assunto do próximo capítulo.

6 CORTE DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS

No início do ano de 1942, o contexto de guerra já tinha se alterado. A partir de 8 de dezembro de 1941, dias antes da Alemanha declarar guerra aos Estados Unidos, Hitler autorizou seus submarinos a atacarem carregamentos estadunidenses que estavam navegando pelo Mediterrâneo e pela costa norte da Europa (KERSHAW, 2008, p. 497). Logo após a declaração de guerra, passou a existir uma nova frente de batalha: o oceano Atlântico, principalmente a região norte. Os alemães utilizaram-se da estratégia conhecida como guerra de tonelagem, isto é, impedir que os Aliados transportassem pelos oceanos matérias-primas, sobretudo o material necessário para o esforço de guerra, como petróleo, munições e efetivos militares.

Torna-se relevante esclarecer que, em 1942, as principais batalhas navais ocorreram na Europa e no Atlântico Norte. O Atlântico Sul foi palco secundário nos atos de guerra (ROHWER, 1982, p. 4). Desde o início da guerra, o *Oberkommando der Kriegsmarine* (o comando superior de guerra marinha) registrava diariamente as ações levadas a cabo pelos submarinos, entre 1939 e 1941. Foram elaboradas duas encadernações, cada qual contendo mais de 300 páginas.⁷⁸⁰ Com este novo campo de batalha marítimo, os registros aumentaram, tanto que entre janeiro e maio de 1942 foi elaborada uma encadernação⁷⁸¹ e, entre junho e setembro do mesmo ano uma nova.⁷⁸² No ano de 1942, os relatórios diários tinham no mínimo

⁷⁸⁰ Os dados das ações dos submarinos entre 1939 e 1940 estão arquivados no departamento *Kriegstagebuch der Seekriegsleitung*, na pasta *Lageübersicht U-Bootkrieg* (diário dos submarinos em guerra) – *Ergänzung Zur Lage U-Boote*, com código de arquivamento: **RM/7 – 839** e **RM/7 – 840** do BA MA.

⁷⁸¹ *Kriegstagebuch der Seekriegsleitung*, na pasta *Lageübersicht U-Bootkrieg – Ergänzung Zur Lage U-Boote*, com código de arquivamento: **RM/7 – 841** do BA MA.

⁷⁸² *Kriegstagebuch der Seekriegsleitung*, na pasta *Lageübersicht U-Bootkrieg – Ergänzung Zur Lage U-Boote*, com código de arquivamento: **RM/7 – 842** do BA MA.

duas páginas. Estes dados somados ao número de embarcações afundadas no Atlântico demonstram as alterações e a importância que este campo de batalha tinha para o esforço de guerra do III *Reich*, durante o ano de 1942.

A ruptura das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo, em 28 de janeiro de 1942, ocorreu concomitantemente ao contexto da guerra naval. Após a declaração de ruptura, houve a necessidade tanto por parte da Alemanha quanto pelo lado brasileiro de procurar parceiros para interceder pelos seus cidadãos no outro país. No caso do Brasil, já havia um planejamento estratégico traçado no início de janeiro. Na Alemanha a situação foi diversa, pois esta precisou se reorganizar, procurar uma representação diplomática que atuasse no Brasil, para interceder junto ao governo em favor dos seus cidadãos. Neste caso, a diplomacia espanhola que atuava no Rio de Janeiro passou a representar os interesses do governo alemão.

No novo contexto, as informações enviadas do Brasil para o AA faziam um novo percurso. O embaixador espanhol no Rio de Janeiro se comunicava com o seu Ministério das Relações Exteriores, este por sua vez entrava em contato com o embaixador alemão em Madri, Schroetter⁷⁸³, e este informava ao AA. Neste sentido, as informações demoravam mais tempo para chegar ao seu destino, o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. Os telegramas do embaixador alemão de Buenos Aires, Meynen⁷⁸⁴, se constituiu em uma outra fonte de informações sobre a situação brasileira, principalmente, porque eram enviadas informações encaminhadas por Prüfer, através da rede de espionagem, e de reportagens. Muitos dados enviados da Argentina chegaram antes que os oficiais do posto diplomático espanhol, que representava os interesses da Alemanha no Brasil.

As forças armadas alemãs passaram a ter um número superior de apontamentos sobre o Brasil. Consistiam no repasse oficial de informações enviadas do AA, no registro de discussões internas e de reportagens. Somado a isto, ainda houve relatórios elaborados de forma geral, nos quais há informações sobre o Brasil. O *Oberkommando der Wehrmacht* (Comando Supremo das Forças Armadas) no departamento *Ausland/Abwehr* (exterior/espionagem) setor *Ausland* elaborou dois tipos de relatórios em que constavam dados sobre o Brasil. Um dos relatórios abordava a situação mundial sobre a política militar e

⁷⁸³ Não foram encontrados maiores detalhes sobre este diplomata. Na documentação não consta seu nome completo.

⁷⁸⁴ Deste diplomata só encontramos o sobrenome na documentação alemã.

externa, como já acontecia nos anos anteriores.⁷⁸⁵ Se entre 1939 a 1941, referente à fonte dos dados sobre o Brasil neste registro, constava que eram retirados da correspondência diplomática, a partir de 1942, não aparece mais a fonte, demonstrando que, em função do corte das relações diplomáticas, as informações eram obtidas das mais variadas formas, entre elas, aquelas que provinham de espionagem. A encadernação deste período passou a ter uma nova estrutura organizacional.⁷⁸⁶ O outro relatório elaborado pelo *Ausland/Abwehr* era sobre as ações dos submarinos, que a partir de fevereiro de 1942, após o ataque aos navios Olinda e Buarque, passou a incluir informações sobre navios brasileiros. Os dados desta encadernação não são muito extensos.⁷⁸⁷

Neste período, o relacionamento entre Alemanha e Brasil não foi muito influenciado pelas relações brasileiras com os Estados Unidos. Por este motivo, a tese não abordará com detalhes esta relação, mas apenas algumas informações esparsas.⁷⁸⁸

6.1 AS PRIMEIRAS AÇÕES

Logo após a ruptura das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo, houve a necessidade dos países envolvidos de encontrarem, além de formas de representarem o interesse de seus cidadãos em solo estrangeiros, meios de viabilizar o repatriamento dos diplomatas.

Este contexto por si só já era complicado; entretanto, entre a Alemanha e o Brasil, somou-se ainda o ataque alemão a navios brasileiros e a prisão de cidadãos alemães em solo brasileiro. Duas situações que passaram a ser alvo de pedidos de explicação e de relatórios

⁷⁸⁵ Relatórios anteriores a 1942 foram detalhados no capítulo anterior.

⁷⁸⁶ Documentos arquivados pelo *Oberkommando der Wehrmacht*, setor *Gruppe Ausland*, pasta *allgemein – Aussenpolitische und militärpolitische Nachrichten – Geheim (Band 5, 7.1941 a 5.1942)*, com código de arquivamento: **RW/5 356** do BA MA.

⁷⁸⁷ Documentos arquivados pelo *Oberkommando der Wehrmacht*, setor *Gruppe Ausland*, pasta *allgemein – ND – Mitteilung zur Unterrichtung des Attachés (Band 4 e 5, 11.1941 a 10.1942)*, com código de arquivamento: **RW/5 369** e **RW/5 370** do BA MA.

⁷⁸⁸ Para maiores detalhes sobre a relação entre Brasil e Estados Unidos ver os trabalhos de Gerson Moura (1982), Alves (2002), Hilton (1977), entre outros.

tanto para o Itamaraty quanto para o AA, além de relatórios internos sobre este assunto dentro dos órgãos governamentais alemães.

6.1.1 Representação e situação dos brasileiros na Alemanha

O Itamaraty, desde 21 de janeiro de 1942, estava negociando junto ao governo português a possibilidade deste ser o representante dos seus interesses junto aos países do Eixo (BRASIL, 1944, p. 36). No dia seguinte ao comunicado verbal e escrito do Embaixador Brasileiro em Berlim de que seu país estava cortando as relações diplomáticas com a Alemanha, isto é, 30 de janeiro, o diplomata responsável pela legação portuguesa em Berlim, Graf Tovar de Lemos⁷⁸⁹, se apresentou e entregou um comunicado como encarregado dos interesses brasileiros na Alemanha e nos países ocupados por esta.⁷⁹⁰ O documento tinha a data de 28 de janeiro de 1942, isto é, foi elaborado e assinado no dia do anúncio brasileiro do corte das relações diplomáticas.⁷⁹¹ O Brasil, com este documento, demonstrou para o governo alemão que o corte das relações diplomáticas foi uma ação que estava planejada há mais tempo, porque no dia da declaração de ruptura, já havia sido definido o país que iria representar os interesses dos seus cidadãos em território alemão.⁷⁹² Em 30 de janeiro de 1942, Graf Tovar teve uma audiência no AA para tratar do interesse de brasileiros na Alemanha. Entre os assuntos, tem relevância a situação dos diplomatas brasileiros na Alemanha e o caso do conselheiro diplomático António de São Clemente, que havia se acidentado de carro e estava hospitalizado. Das seis situações abordadas pelo diplomata português, somente a questão de António de São Clemente foi encaminhada, para as demais foi solicitado que se

⁷⁸⁹ É importante frisar que na documentação alemã consta apenas o nome Graf Tovar.

⁷⁹⁰ Carta entregue durante a audiência de Freitas Valle com Freytag, nº Pol IX 315, de 29 de janeiro de 1942, arquivada dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA. Este documento também foi arquivado dentro do departamento *Rechtsabteilung* (1919-1945), na pasta *Völkerrecht-Kriegsrecht – Brasilien* (1942 a 1943), com o código de arquivamento: **R-40018** do PAAA.

⁷⁹¹ A audiência foi registrada como nº 82, assinada por Woermann, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA. O comunicado datado de 28 de janeiro de 1942, da Legação portuguesa a Ribbentrop, foi arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Politischer Schriftwechsel*, com o código de arquivamento: **R-29848** do PAAA.

⁷⁹² Portugal também representou os interesses brasileiros em território japonês e italiano.

esperasse a resposta pelo protocolo do ministério.⁷⁹³ Existe a probabilidade de que isto tenha sido encaminhado desta forma em função de o *Unterstaatssekretär* Woermann não saber o que responder nesta nova conjuntura, tanto que ainda não havia sido encaminhado quem responderia pelos interesses alemães no Brasil. Carmem Schiavon (2007, p. 246) afirmou que em 4 de fevereiro de 1942, o AA “acusa[ou] a recepção ao ofício do representante português dos interesses brasileiros junto à Alemanha”. O documento, provavelmente, tinha o sentido de que a diplomacia alemã reconheceu a representação portuguesa como encarregada dos interesses brasileiros, porque o movimento de apresentação já havia ocorrido no dia 29 de janeiro.

Mesmo que na documentação alemã esteja expresso que não havia sido regulamentada a situação dos brasileiros em território alemão, em 29 de janeiro, pela documentação de Freitas Valle, já havia sido comunicado a Buarque Macedo, secretário deste, “que todos se deveriam recolher ao anoitecer”, não deveriam sair do perímetro urbano, não telefonar nem telegrafar para fora da cidade, e que todos deveriam ter a bagagem preparada para a partida (BRASIL, 1944, p. 43). Priscila Perazzo (2002, p. 313), que teve acesso a outro documento de Freitas Valle, refere-se a limitações maiores às ações dos diplomatas brasileiros, pois estes não poderiam se comunicar com cidadãos alemães, “inclusive para deles despedir-se”, e não telegrafar. Era preciso deixar seu “paradeiro momentâneo no hotel de alojamento, a fim de poder ser encontrado em caso de saída rápida de Berlim”. Cabe destacar, que o documento analisado por Perazzo é de 29 de janeiro e aquilo que consta no livro do Ministério das Relações Exteriores do Brasil é de 12 de fevereiro de 1942. Quer dizer, um dos documentos foi elaborado ainda quando a situação estava se concretizando, enquanto o outro foi elaborado com mais calma, sem a agitação daquele momento. Entretanto, não foi encontrado motivo para a discrepância de informações. Fato é que os atos brasileiros demonstram que a ruptura das relações diplomáticas não foi uma atitude impensada, efetuada sem um planejamento prévio, pelo contrário, já estava sendo planejada e estruturada dias antes da declaração oficial de ruptura diplomática com a Alemanha.

O AA somente em 30 de janeiro de 1942, dois dias depois de receber o comunicado oficial do Brasil, conseguiu avisar para 23 setores do governo e ao chefe do partido nazista que este país e a Bolívia haviam cortado relações diplomáticas com a Alemanha. Este mesmo

⁷⁹³ A audiência foi registrada como nº 81, assinada por Woermann, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

documento foi encaminhado para 23 diplomatas dentro do AA.⁷⁹⁴ Interessante que, em 3 de fevereiro, novo documento foi elaborado informando as datas dos comunicados do corte das relações diplomáticas do Peru, do Uruguai, da Bolívia, do Brasil, do Equador e do Paraguai. Este documento só foi remetido aos 23 diplomatas dentro da AA. Nada consta sobre envio aos setores do governo e nem ao partido nazista, fato que permite pelo menos duas interpretações; Primeira, foi feito um documento exclusivo aos setores do governo e arquivado numa pasta não pesquisada; Segunda, a ruptura diplomática do Brasil e da Bolívia, entre os países sul-americanos, tinha importância significativa, o que teria tornado necessária a redação de um documento a setores do governo e do partido.⁷⁹⁵

Entre os meses de fevereiro a abril, a polícia alemã, através de seus departamentos, *Sicherheitspolizei* (Polícia de Segurança) e *Sicherheitsdienst* – SD – (Serviço de Segurança), continuou enviando a tradução da correspondência apreendida da diplomacia brasileira que estava atuando na Alemanha, isto é, enviou ao AA documentos elaborados até 28 de janeiro de 1942. De 2 de fevereiro a 23 de março foram encaminhados ao *Auswärtiges Amt* mais de 90 documentos, entre relatórios e telegramas. A maioria dos documentos era de dezembro de 1941 e janeiro de 1942, mas havia também correspondência anterior. Os assuntos abordados nesta documentação foram os mais variados, desde análises do contexto de guerra até informações que demonstravam a intenção brasileira no corte das relações diplomáticas; como, por exemplo, em 2 de fevereiro, foi enviado o telegrama nº 27, de Freitas Valle ao Itamaraty, redigido em 11 de janeiro, informando que haviam sido fechados os departamentos de propaganda em Berlim e Paris.⁷⁹⁶ Ainda, o telegrama nº 29, enviado do Itamaraty em 22 de janeiro de 1942, informando que Portugal seria o representante dos interesses brasileiros na Alemanha.⁷⁹⁷ Neste conjunto de documentos, ficou expressa a intenção brasileira na ruptura das relações diplomáticas. Fato que, provavelmente, pode ter complicado um pouco mais as

⁷⁹⁴ *Schnellbrief*, Pol IX 322/42, 30 de janeiro de 1942, do AA para diversos ministérios e para diversos diplomatas dentro do ministério das relações exteriores. Arquivado dentro do departamento *Rechts-abteilung* (1919-1945), na pasta *Volkerrecht-Kriegerecht – Brasilien* (1942-1943), com o código de arquivamento: **R-40018** do PAAA.

⁷⁹⁵ Pol IX 363/42, 3 de fevereiro de 1942, do AA para 23 diplomatas dentro do ministério das relações exteriores. Arquivado dentro do departamento *Rechts-abteilung* (1919-1945), na pasta *Volkerrecht-Kriegerecht – Brasilien* (1942-1943), com o código de arquivamento: **R-40018** do PAAA.

⁷⁹⁶ Conjunto de telegramas enviados ao AA junto com a carta de 30 de janeiro de 1942, nº 97/42, arquivado dentro do *Inland II G* pasta *Südamerika: Abgefängene Berichte brasilianischer Diplomaten* (1940 a 1942, *Band I*), com o código de arquivamento: **R-101150** do PAAA.

⁷⁹⁷ Conjunto de telegramas enviados ao AA junto com a carta de 11 de fevereiro de 1942, nº 237/42, arquivado dentro do *Inland II G*, na pasta *Südamerika: Abgefängene Berichte brasilianischer Diplomaten* (1940 a 1942, *Band I*), com o código de arquivamento: **R-101150** do PAAA.

negociações seguintes, e influenciado o posicionamento de autoridades alemãs, pois todo este contexto demonstrou que a ruptura das relações diplomáticas foi uma ação planejada.

A etapa seguinte, no contexto do corte das relações diplomáticas, foi a condução do processo de repatriação dos diplomatas, dos funcionários dos postos diplomáticos e suas respectivas famílias. Em 14 de fevereiro, o diplomata português em Berlim, em audiência no AA com Woermann, mostrou preocupação sobre a repatriação dos cidadãos que atuavam nos postos diplomáticos no Brasil e na Alemanha. Neste momento, o *Unterstaatssekretär* informou que seria consultado o governo italiano, para em seguida tomar uma posição.⁷⁹⁸ No dia 28 de fevereiro, um representante do AA informou a legação portuguesa que o governo alemão estaria pronto para autorizar as pessoas de nacionalidade brasileira o regresso a seu país de origem, acompanhando ou não o grupo de diplomatas sul-americanos. Entretanto, em contra-partida o governo brasileiro deveria permitir que pessoas de nacionalidade alemã, mesmo que detidas ou internadas, pudessem também alcançar um porto europeu neutro, acompanhando ou não o grupo de diplomatas alemães, sem complicações e sob a garantia de salvo-conduto por parte dos poderes inimigos.⁷⁹⁹

6.1.2 Representação e situação dos alemães no Brasil

O Ministério das Relações Exteriores da Alemanha levou alguns dias para se estruturar frente a nova situação. Em 31 de janeiro de 1942, o embaixador espanhol no Rio de Janeiro encaminhou correspondência comunicando que era o representante dos interesses alemães no Brasil (BRASIL, 1944, p. 36).⁸⁰⁰ Em 12 de fevereiro de 1942, a embaixada alemã de Madri informou que o embaixador e os cônsules alemães no Brasil tinham liberdade de movimento dentro da cidade em que moravam, sendo que cada um estava custeando os gastos de suas antigas residências. O embaixador estava autorizado a dirigir-se tanto ao Rio de Janeiro

⁷⁹⁸ A audiência n° 117, de 14 de fevereiro de 1942, assinada por Woermann, arquivada dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁷⁹⁹ Nota verbal que foi registrada como R 5915, de 28 de fevereiro de 1942, sem assinatura, arquivada dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁸⁰⁰ O governo espanhol também se tornou o representante dos interesses japoneses e alemães no território brasileiro.

quanto a Petrópolis.⁸⁰¹ Entretanto, em 28 de fevereiro, o embaixador alemão em Buenos Aires forneceu novos dados sobre a situação de cidadãos alemães no Brasil. Neste momento, os diplomatas deveriam recolher-se ao escurecer e os funcionários que atuavam no norte do país haviam sido transferidos para o Rio de Janeiro. Nos três estados do sul do Brasil, cidadãos provenientes dos países do Eixo estavam proibidos de se expressarem no idioma de seu país e houve prisão de *Reichsdeutsche*. Em todos os lugares, as firmas estrangeiras e os cidadãos do Eixo estavam sendo controlados.⁸⁰² Na documentação alemã não consta, mas na brasileira, a partir de 3 de fevereiro, já estava proibido aos diplomatas dos países do Eixo ligações telefônicas interurbanas e o envio de telegramas com destinatário diverso da respectiva embaixada, neste caso, a espanhola.⁸⁰³

Durante fevereiro e março de 1942, diversas informações foram enviadas de Buenos Aires e de Madri sobre a prisão de cidadãos alemães no Brasil, principalmente de alguns agentes dos postos diplomáticos e dos tripulantes do navio *Windhuk*.⁸⁰⁴ Neste período, também se iniciou a negociação sobre os procedimentos para o repatriamento.⁸⁰⁵ O Rio de Janeiro tornar-se-ia o ponto de partida para os diplomatas dos países do Eixo que atuavam no Brasil e em outros pontos da América do Sul.

⁸⁰¹ Telegrama nº 846, de Madri para o AA, de 12 de fevereiro de 1942, arquivado dentro do *Heimschaffungen (Austausch) von Zivilinternierten*, pasta *Argentinien und Brasilien* (1942 a 1945, *Band* 17), com o código de arquivamento: **R-127863** do PAAA.

⁸⁰² Telegrama nº 571, de Buenos Aires ao AA, de 28 de fevereiro de 1942, arquivado dentro do departamento *Kriegsrecht*, na pasta *Behandlung deutschen Eigentums im Ausland* (Tratamento dado as propriedades alemãs no estrangeiro) *Brasilien* (*Band* 1, 12.1941 a 11.1942), com código de arquivamento: **R-40578** do PAAA.

⁸⁰³ A seguir segue transcrição do Telegrama de 3 de fevereiro de 1942 (consta no Fundo: Correspondência dos Governadores – Correspondência Recebida – 1942. Com código de arquivamento: **CGM Maço 150** do AHRGS):

Telegrama do RIO, em 3/2/1942.

Gal. Cordeiro de Farias

Interventor Federal Rio Grande Sul

P ALEGRE

GS/184. – Solicito manter contacto autoridade regional Correios Telégrafos para que cónsules alemães, italianos e japoneses somente expeçam telegramas para respectivas Embaixadas, sujeitos censura Itamarati. Ligações telefônicas interurbanas são-lhes proibidas.

Cordiais saudações.

Vasco Leitão da Cunha

⁸⁰⁴ Telegramas de março a junho de 1942, de Buenos Aires e Madri, arquivados tanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band* 2), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA, quanto dentro do *Heimschaffungen (Austausch) von Zivilinternierten*, pasta *Argentinien e Brasilien* (1942 a 1945, *Band* 17), com o código de arquivamento: **R-127863** do PAAA.

⁸⁰⁵ Para maiores detalhes ver a tese de Perazzo (2002).

6.1.3 Ações dos submarinos alemães

Um dos principais campos de batalha da Alemanha, em 1942, passou a ser os mares, através de seus submarinos. Conforme Churchill (2005, p. 617), entre 1940 e 1941, 14 submarinos afundaram 973 navios, nas principais áreas de combate, Mediterrâneo e Costa Norte da Europa. Isto se confirma, tanto ao analisar os dados produzidos em janeiro de 1943, pelo *Oberkommando der Kriegsmarine* (Comando Supremo da Guerra Marinha), sobre os sucessos dos submarinos alemães e as perdas dos inimigos, quanto os números utilizados por Churchill, constata-se que o ano de 1942 foi de intensa atividade dos submarinos.⁸⁰⁶ Conforme os dados alemães, até 31 de dezembro de 1942, foram atacadas embarcações que chegaram a atingir o peso de 24.748.401 *BRT* (*Brutto-Register-Tonnen* - registro bruto por tonelada). Com o fim de exemplificar parte da ação da marinha alemã, foram copiados os dados sobre o afundamento dos navios ingleses e dos países do continente americano (Quadro 7).

Nacionalidade	Navio de carga		Navio tanque		Total	
	Anz.	BRT	Anz.	BRT	Anz.	BRT
Inglaterra	2.830	11.208.244	294	1.994.213	3.124	13.202.457
EUA	522	2.331.748	147	1.019.295	669	3.351.043
Argentina	5	16.069	-	-	5	16.069
Brasil	29	107.161	3	13.886	32	121.047
Chile	4	4.027	-	-	4	4.027
Colombia	2	291	-	-	2	291
República Dominicana	2	3.641	-	-	2	3.641
Honduras	6	13.740	-	-	6	13.740
Cuba	3	3.410	-	-	3	3.410
México	8	33.727	1	6.511	9	40.238
Nicarágua	3	3.299	-	-	3	3.299
Panamá	77	276.505	39	343.089	116	619.594
Uruguai	2	11.070	-	-	2	11.070
Venezuela	1	150	3	14.657	4	14.807

Quadro 7 - Perdas dos inimigos do começo da guerra até 31.12.1942

Fonte: Documentação do departamento *Akten der Abteilungen und Amtsgruppen*, pasta *Gruppe Fremde Handelsschiffart*, com o código de arquivamento: **RM/7 – 2790** do BA MA.

O Quadro 7 demonstra que a maioria dos navios atacados pelos submarinos alemães era da frota inglesa. Entre as embarcações afundadas dos países do continente americano, o Brasil, em questão de perdas, só ficou atrás dos Estados Unidos e do Panamá. Neste mesmo

⁸⁰⁶ Documentação do departamento *Akten der Abteilungen und Amtsgruppen*, pasta *Gruppe Fremde Handelsschiffart – Feindliche Handelsschiffstonnage – Handelsschiffsverluste*, com o código de arquivamento: **RM/7 – 2790** do BA MA.

documento, que totaliza 20 páginas, constam dados sobre as perdas dos diversos países durante o ano de 1942, possibilitando o registro em separado deste ano (Quadro 8).

Nacionalidade	Navio de carga		Navio tanque		Total	
	Anz.	BRT	Anz.	BRT	Anz.	BRT
Inglaterra	1.227	4.401.937	129	827.015	1356	5.228.952
EUA	444	2.009.062	140	945.302	583	2.954.364
Argentina	4	13.444	-	-	4	13.444
Brasil	25	96.767	2	6.816	27	103.583
Chile	2	3.054	-	-	2	3.054
Colombia	2	291	-	-	2	291
República Dominicana	2	3.641	-	-	2	3.641
Honduras	5	10.756	-	-	5	10.756
Cuba	3	3.410	-	-	3	3.410
México	4	28.135	1	6.511	5	34.646
Nicarágua	2	2.653	-	-	2	2.653
Panamá	60	232.548	32	289.525	92	522.073
Uruguai	2	11.070	-	-	2	11.070
Venezuela	1	150	1	2.651	2	2.801

Quadro 8 - Perdas dos inimigos no ano de 1942

Fonte: Documentação do departamento *Akten der Abteilungen und Amtsgruppen*, pasta *Gruppe Fremde Handelsschiffart*, com o código de arquivamento: **RM/7 – 2790** do BA MA.

Comparando os dados totais de perdas do inimigo por toneladas de 1939 a 1942 foram afundados 24.748.401 toneladas e somente durante 1942 os submarinos alemães destruíram 10.972.216 toneladas, conclui-se que em 1942 ocorreu quase a metade dos afundamentos executados nos três anos anteriores (1939 a 1941), demonstrando que no ano de 1942 a guerra marítima teve o seu período auge.

Em 1942, também foram atacados navios da frota naval de países neutros como Argentina e Chile. Entre as destruições de navios dos países americanos, novamente se destacam os Estados Unidos com 583 embarcações torpedeadas, o Panamá com 92 embarcações e o Brasil com 27. Os ataques dos submarinos alemães tinham por objetivo barrar a chegada de navios com suprimentos destinados ao consumo humano e para a indústria dos EUA.

Um outro dado chama atenção: antes de 1942, foram atacados 5 navios brasileiros.⁸⁰⁷ Os dados oficiais do governo brasileiro, para o período anterior a 1942, confirmam apenas o ataque, em março de 1941, do navio Taubaté. Talvez, houvesse, por parte dos alemães a ampliação dos números ou outros afundamentos que o governo brasileiro considerou acidentes, mas que, na verdade, haviam sido atacados por submarinos alemães. O fato de que

⁸⁰⁷ Nos registros não constam o nome dos navios, apenas a quantidade e o tipo de embarcação, carga ou tanque.

os dados da marinha alemã, ao comparar com os apresentados por Churchill (2005), são diferentes e superiores, possibilita pelo menos duas hipóteses: uma que esta diferença tenha ocorrido porque o Primeiro Ministro inglês da época não teve acesso aos números de afundamento de todos os demais países; outra que os números alemães foram ampliados para levantar a auto-estima da marinha.

Com a declaração de guerra da Alemanha aos Estados Unidos, o Atlântico Norte se tornou uma nova área de combate. Durante o mês de janeiro de 1942, conforme Churchill (2005, p. 617), foram afundados 31 navios (quase 200 mil toneladas) perto da costa dos Estados Unidos e do Canadá.⁸⁰⁸ Em fevereiro, foram afundadas 71 embarcações (384 mil toneladas), sendo que destas apenas duas não estavam na zona continental americana.⁸⁰⁹ Entre os 71 navios afundados no Atlântico, durante o mês de fevereiro, estavam os navios brasileiros Buarque e Olinda.⁸¹⁰

O Ministério das Relações Exteriores da Alemanha passou a ser informado, de forma secreta, das notícias publicadas no Rio de Janeiro, em Buenos Aires, em Washington e em Madri sobre os ataques dos submarinos alemães aos navios brasileiros.⁸¹¹

O governo brasileiro tentou, pela via diplomática, obter informações daquilo que estava ocorrendo com seus navios. Com este fim, em 26 de fevereiro de 1942, o diplomata português Graf Tovar, representante dos interesses brasileiros em Berlim, teve uma audiência com Woermann. Nela, por solicitação do *Unterstaatssekretär*, foram abordados de forma não oficial, os ataques aos navios brasileiros Olinda e Buarque.⁸¹² No dia seguinte, Graf Tovar telefonou para Woermann informando que não poderia adiar o encaminhamento de uma nota

⁸⁰⁸ Ray (1999) afirma que durante o mês de janeiro foram atacados 35 navios e que até final de março, o número ascendeu para 216 navios.

⁸⁰⁹ Gama e Martins (1980, p. 314) afirmam que foram torpedeados 120 navios nos dois primeiros meses. Entretanto, não deixa claro se estes dados se referem a todos os ataques efetuados pelos submarinos ou apenas os do Atlântico.

⁸¹⁰ Para maiores detalhes sobre o afundamento dos navios brasileiros ver trabalhos de Gama (1982), Seitenfus (2003), Brasil (1944). Também existe o trabalho de Sander (2007), que faz uma abordagem jornalística sobre o tema.

⁸¹¹ Documentos de fevereiro e março de 1942, dos escritórios de notícias, arquivados no departamento *Kriegsrecht*, dentro da pasta *Aufbringung und Versenkung von Handelsschiffen durch Deutschland - Brasilien (Band 1, 1940 a 1942)*, com código de arquivamento: **R-40323** do PAAA. Os documentos de 1940 e 1941 referem-se a pedidos de livre passagem para navios cargueiros. Os atos de 1942 restringem-se à reportagem sobre o torpedeamento de navios brasileiros.

⁸¹² Registro nº 151 da audiência, entre diplomata português e Woermann, de 26 de fevereiro de 1942, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien (4.1938 a 2.1942, Band 1)*, com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA. Também consta no *Akten* (s/d, serie E, *Band 1*, p. 542 e 543).

de protesto do governo brasileiro.⁸¹³ Provavelmente, em função da pressão brasileira, no dia 28 de fevereiro, o *Legationssekretär*, diplomata alemão atuando no Chile, telegrafou ao AA informando que o ministro das relações exteriores daquele país estava questionando as ações alemãs contra os países americanos que formalmente não haviam declarado guerra à Alemanha.⁸¹⁴ Quer dizer, um dos países neutros da América estava questionando as ações militares do III *Reich*. Não foi possível averiguar se o ato chileno foi influenciado ou não pela diplomacia brasileira.

Em 2 de março de 1942, a diplomacia portuguesa em Berlim encaminhou uma nota solicitando explicações sobre o torpedeamento dos navios Olinda e Buarque. Esta foi enviada para o comando de guerra da marinha.⁸¹⁵ Este comando, em 6 de março, redigiu uma minuta de resposta.⁸¹⁶ Entretanto, o governo alemão não enviou resposta oficial à nota brasileira (SILVA, 1998, p. 145). Este fato talvez se deva, porque os registros da marinha alemã, sobre as ações dos submarinos, nem sempre continham dados precisos sobre a nacionalidade ou o nome do navio que era atingido. Nos dois primeiros meses, na pasta *Lageübersicht U-Bootkrieg*, sobre as ações dos submarinos no Atlântico não apresentam uma exatidão nos dados, tanto que não está expresso o registro do torpedeamento dos navios Buarque e Olinda, porque, em muitos casos, só registraram dados técnicos, fato que passou a se alterar a partir de março.⁸¹⁷ Em alguns casos, os comandantes dos submarinos não tinham conhecimento do navio, da nacionalidade e da carga que o mesmo transportava, como comprova o depoimento do rádio-telegrafista Francisco Lustosa Nogueira sobre o afundamento do navio Olinda. Este indivíduo afirmou que o capitão alemão do submarino o escolheu para ir a bordo da nave alemã e lhe havia feito diversas perguntas, entre elas: “de onde vínhamos, para onde íamos, qual a carga do navio, se levávamos material de guerra”.⁸¹⁸ Até março de 1942, a maioria dos registros da pasta *Lageübersicht U-Bootkrieg* não informava o nome do navio, apontando

⁸¹³ Registro nº 153 da conversa telefônica, entre diplomata português e Woermann, de 27 de fevereiro de 1942, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-29548** do PAAA.

⁸¹⁴ Telegrama nº 233, de 28 de fevereiro de 1942, de Santiago para o AA, transcrito no livro *Akten* (s/d, série E, *Band* 1, p. 548 e 549).

⁸¹⁵ Transcrição da tradução da nota, de 2 de março de 1942, enviada do AA para o SkI, arquivado no Departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA.

⁸¹⁶ Projeto de resposta de 6 de março de 1942, arquivado no Departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA.

⁸¹⁷ *Kriegstagebuch der Seekriegsleitung*, na pasta *Lageübersicht U-Bootkrieg – Ergänzung zur Lage U-Boote*, com código de arquivamento: **RM/7 – 841** do BA MA.

⁸¹⁸ Documento da coletânea: **Textos Políticos da História do Brasil**, tema: Envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, nº 221.5.

apenas quantas toneladas transportava e outros dados técnicos. Talvez, em função de ser uma nova área de combate e da enorme quantidade de ataques, nem todos os apontamentos foram feitos, e em alguns casos não apresentavam a exatidão que posteriormente caracterizou estes registros. Entretanto, nos registros do *Kriegstagebuch des Befehlshabers* – KTB (que estavam com Karl Dönitz, e foram repassados para o *Bundesarchiv*, em 29 de maio de 1964) encontram-se maiores detalhes sobre o torpedeamento dos navios, talvez porque este era o documento mais oficial, e por isto houve cruzamento de informações de diferentes departamentos e setores.⁸¹⁹ Neste documento também há muitos termos técnicos, algumas anotações manuscritas que, percebe-se, foram acrescentadas dias depois. Como por exemplo, em 10 de março, consta que o U-94 torpedeou e afundou um navio brasileiro no dia anterior, a punho está escrito “Cayru”.⁸²⁰ Possivelmente, foi somente alguns dias depois que se descobriu o nome do navio. Outro exemplo é que neste mesmo dia consta que o submarino U94 também teria afundado o navio brasileiro “Arabutan”. No dia seguinte, consta que foi afundado um navio pelo submarino U-155, mas não foram especificados o nome nem a nacionalidade. Mas a punho existe uma observação de que era o “Arabutan”. Quer dizer, as informações militares nos primeiros meses de 1942 nem sempre eram exatas, fato que pode levar o pesquisador que se detém em uma única fonte a fazer diversas indagações que talvez em outro documento fossem esclarecidas, possibilitando uma resposta mais confiável.

Em 17 de março de 1942, o *Auswärtiges Amt* não tinha a informação de quem havia torpedeado os navios brasileiros depois da ruptura diplomática entre ambos os países. Neste ínterim da documentação produzida para obter confirmações sobre quantos e quais os navios brasileiros que haviam sido afundados, foi retomado o incidente com o navio Taubaté, que havia sido resolvido sem grandes complicações.⁸²¹ Em 4 de abril, este assunto foi relembado, de forma detalhada.⁸²² Este contexto demonstra que havia uma confusão de informações. Para obter mais detalhes, em primeiro de abril, a *Seekriegsleitung* (Comando de Guerra Marítima) solicitou ao *Befehlshaber der Unterseeboote* - BdU (Comandante dos Submarinos), capitão

⁸¹⁹ Dados retirados dos *Findbuch* do arquivo militar e do conjunto documental: **RM 87/ 5** a **RM 87/ 7** do BA MA.

⁸²⁰ Dia 10 de março de 1942, p. 324 do original, arquivado dentro do *Kriegstagebuch des Befehlshabers*, que estava com o *Führer der Unterseeboote/ Befehlshaber der Unterseeboote* (2.1 a 30.04.1942), com o código de arquivamento: **RM 87/5** do BA MA.

⁸²¹ Documento interno elaborado por Rüter, Pol II b 765, de 17 de março de 1942, arquivado dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

⁸²² Documento interno elaborado por Rüter, de 4 de abril, arquivado dentro do departamento *Kriegsrecht*, na pasta *Behandlung deutschen Eigentums im Ausland – Brasilien* (tratamento dado as propriedades alemãs no estrangeiro) (12.1941 a 11.1942, *Band 1*), com código de arquivamento: **R-40578** do PAAA.

Hessler⁸²³, que fizesse um levantamento se navios brasileiros foram afundados por submarinos alemães.⁸²⁴ No dia seguinte, foi respondido que o U432, nos dias 15 e 19 de fevereiro, afundou os navios Buarque e Olinda, sendo que o primeiro foi reconhecido no último momento e o segundo não apresentou a documentação das mercadorias.⁸²⁵ Neste mesmo dia, informou-se que o U94 afundou, em 9 de março, um navio brasileiro que navegava em ziguezigue.⁸²⁶ Com estes dados, a *Seekriegsleitung* encaminhou para o AA um documento contendo a confirmação de que os submarinos alemães afundaram os navios Buarque e Olinda em fevereiro, e em março afundaram uma fragata brasileira da qual, naquele momento, não sabiam o nome.⁸²⁷ Os dados da documentação militar e diplomática alemã permitem confirmar as informações já apontadas por alguns pesquisadores brasileiros, Silva (1998), Seitenfus (2003) e Gama (1982), mas que não apresentavam suas fontes (Quadro 9).

Seqüência de afundamentos	Data do ataque	Nome do navio atingido	Submarino que atacou	BRT
1.	15/02/1942	Buarque	U-432	5.152
2.	18/02/1942	Olinda	U-432	4.053
3.	25/02/1942	Cabedelo	Sem informações	3.557
4.	07/03/1942	Arabutan	U-155	7.874
5.	07/03/1942	Cairú	U-94	5.152

Quadro 9 - Navios brasileiros atacados em fevereiro e março de 1942

Fonte: Autora (2009).⁸²⁸

O contexto deste período, fevereiro e março de 1942, permite afirmar que havia informações desencontradas dentro das forças armadas alemães sobre os ataques no Atlântico

⁸²³ Na documentação pesquisada só consta este sobrenome. Não foram encontradas mais referências sobre este militar.

⁸²⁴ Documento c 12578/42 secreto, de 1º de abril de 1942, do SkI ao BdU, arquivado no Departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA.

⁸²⁵ Documento em resposta ao c 12578/42 secreto, de 2 de abril de 1942, do BdU ao SkI, arquivado no Departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA.

⁸²⁶ Documento em resposta ao c 12578/42 secreto, de 2 de abril de 1942, do BdU ao SkI, arquivado no Departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA.

⁸²⁷ *Schenllkurzbrief* Bnr. 1 Abt SkI 1c 7838/42 secreto, de 4 de abril de 1942, do SkI ao AA, arquivado tanto dentro do Departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA, quanto dentro do departamento *Marineattachégruppe*, na pasta *Marineattachéabteilung – 2. Länderakten Brasilien* (3.1940 a 9.1942), com o código de arquivamento: **RM11-49** do BA MA.

⁸²⁸ Dados retirados do *Kriegstagebuch des Befehlshaber, Führer der Unterseeboote/ Befehlshaber der Unterseeboote* (1939 a 1942), com o código de arquivamento: **RM 87** do BA MA.

Norte, fato ampliado entre os demais órgãos do governo do III *Reich*. Esta situação, provavelmente, foi gerada pela incorporação de um novo campo de batalha marítimo, o Atlântico, mais especificamente a Costa Atlântica dos Estados Unidos, com uma estrutura militar sem ampliações e com dificuldades técnicas de reconhecimento dos navios e de seus registros.

6.2 AS PRIMEIRAS REAÇÕES

O governo brasileiro reagiu rapidamente, após o torpedeamento de quatro de seus navios em 11 de março já havia entrado em vigência o decreto-lei nº 4.166 (que se refere às indenizações por atos de agressão contra bens brasileiros), além de haver intensificado a prisão de cidadãos alemães, fato que pode ter ocorrido em função dos ataques aos navios brasileiros, como também pode ter sido uma continuidade de ações anteriormente planejadas. Entretanto, na leitura da situação feita pelo AA, a prisão dos cidadãos alemães foi percebida como uma ação de represália.

A Alemanha, na tentativa de reagir, começou a avaliar ações em represália à prisão de cidadãos alemães e ao decreto-lei nº 4.166, mas percebeu que a mesma não teria como ser efetivada. A circunstância foi considerada crítica, tanto que a diplomacia alemã procurou formas para amenizar as condições dos *Reichsdeutsche*, entre elas houve contato com a Cruz Vermelha Internacional, para que esta intercedesse junto ao governo brasileiro.

6.2.1 No Brasil

Em fevereiro de 1942, houve prisões de cidadãos alemães, mas foram casos isolados ou tratava-se dos tripulantes do navio *Windhuk*. Entretanto, a partir de março a situação alterou-se. O contexto brasileiro foi discutido por diplomatas dentro do AA. Neste momento, foi produzido um documento, assinado por Moraht e referendado por Weizsäcker e por

Ribbentrop. Conforme o documento, o governo brasileiro efetuou diversas ações. Contra as propriedades alemãs no Brasil, em 11 de março, através do decreto-lei nº 4.166, e, em 16 de março, 7 firmas alemãs (Schering, Bayer, Zeiss, Humboldt-Deutz, Bromberg [Krupp], Siemens e AEG) sofreram intervenção do governo brasileiro. Aos cidadãos alemães foi proibido, a partir de 12 de março, telegrafarem ou telefonarem para a Alemanha. Também houve um aumento das detenções de cidadãos alemães. Este documento foi produzido em fins de março, momento que foi considerado pelo AA como complicado, para os cidadãos alemães que estavam no Brasil ou que aqui tinham negócios.⁸²⁹ Entretanto, a situação dos cidadãos alemães no Brasil se complicaria ainda mais.

6.2.1.1 Decreto-lei nº 4.166

O decreto-lei nº 4.166 conforme sua redação “dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do estado brasileiro contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros no Brasil”. Esta lei, nas suas justificativas, demonstra que foi uma reação aos ataques aos navios brasileiros, como se pode observar nas “considerações” da mesma:

Considerando que atos de guerra são praticados contra o continente americano;

Considerando que, ao passo que o Brasil respeitava, com a máxima exatidão e lealdade, as regras de neutralidade universalmente aceitas no direito internacional, o navio brasileiro “Taubaté” foi atacado, no mar Mediterrâneo, por forças de guerra da Alemanha;

Considerando que, assumindo solenemente a obrigação de reparar o dano causado por esse ato o governo alemão até hoje não cumpriu esse compromisso;

Considerando que, após a conjugação dos esforços das repúblicas americanas para a defesa da sua soberania, da sua integridade territorial e dos seus interesses econômicos, unidades desarmadas da marinha mercante brasileira, viajando com fins de comércio pacífico, foram atacadas e afundadas com infração de normas jurídicas consagradas;

Considerando que tais atos constituem uma agressão não provocada de que resultam ameaça à navegação brasileira e prejuízo direto aos interesses vitais do Brasil;

Considerando que as informações que possui o governo denotam que a responsabilidade dos atentados deve ser atribuída as forças armadas alemãs, mas que, por outro lado, a aliança, para fins de guerra, existentes entre

⁸²⁹ Documento interno datado de 23 de março de 1942, assinado por Moraht, arquivado no departamento *Kriegsrecht*, na pasta *Deutsche Zivilgefangene im Ausland - Brasilien* (janeiro a junho de 1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-41781** do PAAA.

Alemanha, o Japão e a Itália, torna estas potências necessariamente solidárias na agressão;
 Considerando que, durante mais de um século, o Brasil ofereceu, aos nacionais daqueles Estados, uma íntima participação na sua economia;
 Considerando que, nas condições da guerra moderna, as populações civis se acham estreitamente ligadas à sorte das armas e que a sua atividade é, mais do que em qualquer outra época da história, um elemento determinante do êxito das operações de guerra;

Como se pode perceber, um dos assuntos abordados é o caso do navio Taubaté, que até 1942 não havia sido mencionado na documentação pesquisada, provavelmente porque a diplomacia alemã logo reconheceu sua culpa e havia se comprometido a corrigir o erro, como a transcrição anterior confirma.

Em 13 de março de 1942, as forças armadas alemãs receberam, através da *Transocean* de Buenos Aires, a tradução do decreto-lei, juntamente com suas “considerações”.⁸³⁰ Esse fato demonstra a rapidez com que algumas informações chegavam à Alemanha, pois levou apenas dois dias entre a publicação da lei, a tradução e o envio do documento da capital da Argentina ao AA. A primeira ação alemã foi uma pesquisa, para saber o desfecho sobre o caso do navio Taubaté. Um diplomata alemão que atuava dentro do ministério, Rüter, elaborou dois relatórios internos sobre o caso.⁸³¹ Em 14 de abril de 1942, o caso foi dado por encerrado, porque o embaixador alemão em Madri, Schroetter, telegrafou ao AA informando que, em 11 de abril, o embaixador espanhol no Rio de Janeiro havia dado ciência de que a consideração do decreto-lei 4.166 referente ao navio Taubaté estava incorreta, sendo assim, este assunto já havia sido esclarecido junto a Osvaldo Aranha.⁸³² Quer dizer, as considerações da lei continuaram existindo, mas formalmente o governo brasileiro, na pessoa de Osvaldo Aranha, em abril de 1942, havia reconhecido que referente ao navio Taubaté havia exageros.

A lei em essência referia-se a formas de indenizar empresas brasileiras por perdas em função dos afundamentos dos navios brasileiros. Para isto definia:

⁸³⁰ Documento da *Transocean*, de 13 de março de 1942, arquivado no Departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA.

⁸³¹ O primeiro documento elaborado por Rüter, Pol II b 765, de 17 de março de 1942, arquivado tanto dentro de *Handakten Wiehl - Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA. O segundo documento interno elaborado por Rüter, de 4 de abril, arquivado dentro do departamento *Kriegsrecht*, na pasta *Behandlung deutschen Eigentums im Ausland – Brasilien* (tratamento dado às propriedades alemãs no estrangeiro) (12.1941 a 11.1942, *Band 1*), com código de arquivamento: **R-40578** do PAAA.

⁸³² Telegrama nº 2087, de 14 de abril de 1942, de Madri ao AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA.

Art. 1º Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália.

Art. 2º Será transferida para o Banco do Brasil, ou, onde este não tiver agência, para as repartições encarregadas da arrecadação de impostos devidos à União, uma parte de todos os depósitos bancários, ou obrigações de natureza patrimonial superiores a dois contos de réis, de que sejam titulares súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas.

A parte dos depósitos ou obrigações, a qual se refere este artigo será:

10% dos depósitos e obrigações até 20:000\$000;

20% dos depósitos e obrigações até 100:000\$000;

30% dos depósitos e obrigações cuja importância excede de 100:000\$000;

[...]

Os demais artigos abordavam formas de implementar esta lei. Esta ação gerou diversas discussões dentro do AA, sendo uma delas a possibilidade de uma ação similar aos cidadãos brasileiros na Alemanha, assunto que será desenvolvido a seguir.

6.2.1.2 Prisão de cidadãos alemães

Em 28 de março de 1942, o embaixador alemão de Buenos Aires, Meynen, informou que, de forma secreta, Prüfer enviou notícias de que mais de 50 pessoas haviam sido presas no Rio de Janeiro, entre elas diversas pessoas de influência. Também estavam ocorrendo demonstrações de inimigos da Alemanha, como ocorreu em 12 de março no Rio de Janeiro, depois na Bahia, no Recife e sul do país.⁸³³ Numa análise rápida no jornal *Correio do Povo* deste mês, editado no Rio Grande do Sul, consta que ocorreram manifestações em 14 de março. As manchetes do jornal eram:

O povo de Porto Alegre protesta publicamente contra o afundamento dos navios brasileiros pelo Eixo [...].

Uma grande e entusiasta passeata foi realizada ontem nesta capital, falando vários oradores [...]. Arrancadas as placas dos bancos Alemão Transatlântico e Pfeifer [...]. Intervenção das autoridades policiais [...] As manifestações em

⁸³³ Telegrama nº 915, de 28 de março de 1942, de Buenos Aires para o AA, arquivado tanto dentro do departamento *Kriegsrecht*, na pasta *Deutsche Zivilgefangene im Ausland - Brasilien* (janeiro a junho de 1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-41781** do PAAA, quanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA.

São Leopoldo [...]. A mudança de nome de ruas do 4º distrito (*Correio do Povo*, 15 de março de 1942 – N.º 63 - Ano XLVIII, p. 5).

As seis manchetes que encheram a página 5 desta edição demonstram que as informações de Prüfer condiziam com a realidade vivenciada.

Em 30 de março, continuaram as notícias sobre mais prisões de cidadãos alemães suspeitos de serem espões, tanto que o AA solicitou que o governo espanhol averiguasse estas acusações.⁸³⁴ No dia seguinte, Schroetter, diplomata alemão em Madri, respondeu que os diplomatas não foram presos, mas haviam mudado de endereço. A maioria das prisões dos cidadãos alemães era porque foram encontrados rádio-transmissores nas suas residências. Conforme o diplomata, somente o filho de Hans Uebele foi preso em Santos porque tinha documentos, no telegrama não está explícito que tipo de documentos eram estes.⁸³⁵ Entre 10 de março e 8 de abril de 1942, foram presas, conforme dados arquivados no AA, 57 cidadãos alemães na cidade do Rio de Janeiro.⁸³⁶ No transcurso dos dias, foram enviados novos documentos com nomes e quantidade de cidadãos alemães que estavam sendo presos em várias cidades. Estes documentos não estão ordenados; na maioria, não há dados de quem os enviou. Duas listas dos cidadãos alemães presos enviadas para o AA foram produzidas pela embaixada espanhola no Rio de Janeiro. Nos meses de abril, maio e junho foram enviados para o AA dezenas de telegramas de Buenos Aires ou Madri que informavam sobre números, cada vez maiores, de cidadãos alemães que estavam sendo presos, além de relatarem as difíceis condições de sobrevivência no sistema carcerário brasileiro. Os telegramas, principalmente da capital da Argentina, descreviam as ações e proibições executadas nas diferentes regiões do Brasil, como, por exemplo, ser proibido falar uma língua estrangeira, ou o fato de que em Blumenau era proibido aos alemães andarem na rua após as 22 horas.⁸³⁷ Geralmente, os telegramas de Buenos Aires, sobre este assunto, apresentavam informações

⁸³⁴ Telegrama de 30 de março de 1942, do AA para Madri, arquivado dentro do departamento *Kriegsrecht*, na pasta *Deutsche Zivilgefangene im Ausland - Brasilien* (janeiro a junho de 1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-41781** do PAAA.

⁸³⁵ Telegrama n° 1850, de 31 de março de 1942, de Madri para o AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA.

⁸³⁶ Dados em português, com título “Relação dos presos recolhidos à sala de detidos”, 9/4/42. O documento contém local, nome, profissão e data da prisão. Este se encontra arquivado dentro do *Heimschaffungen (Austausch) von Zivilinternierten*, pasta *Argentinien e Brasilien* (1942 a 1945, *Band 17*), com o código de arquivamento: **R-127863** do PAAA.

⁸³⁷ Documentos arquivados dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA e no *Heimschaffungen (Austausch) von Zivilinternierten*, pasta *Argentinien e Brasilien* (1942 a 1945, *Band 17*), com o código de arquivamento: **R-127863** do PAAA.

que eram enviadas por Prüfer de forma secreta, utilizando a rede de espionagem montada. Consta-se que, as informações oficiais e de espionagem não divergiam.

Na tentativa de buscar uma solução, em 8 de maio de 1942, o diplomata Albrecht, do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, escreveu para o Comitê Internacional da Cruz Vermelha informando que, no Brasil, muitos cidadãos alemães estavam sendo presos. Os dados apresentados referentes à prisão de *Reichsdeutsche* eram os seguintes: no presídio Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, estavam 200; em Curitiba outras 100 pessoas; no presídio Daltro Filho, no Rio Grande do Sul, mais 100 pessoas, entre elas os tripulantes do navio *Montevideo*; em Goiás estavam mais ou menos 1.000 pessoas. Pelas informações obtidas, o número de cidadãos alemães e descendentes de alemães ultrapassava a 8.000 pessoas presas. Neste documento, também se afirma que na Alemanha e nos territórios conquistados havia apenas um brasileiro preso.⁸³⁸

Logo após o corte das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo, a Cruz Vermelha Internacional entrou em contato com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e ofereceu uma delegação neutra que teria como finalidade visitar os estrangeiros internados (PERAZZO, 2002, p.346 e ss.). O Itamaraty, inicialmente, consultou a Cruz Vermelha Brasileira e esta não aceitava tal intermediação. Entretanto, após diversas negociações, o Itamaraty, a partir do segundo semestre de 1942, aceitou uma delegação internacional e reconheceu o suíço Eric Haegler como delegado da instituição no Brasil. A missão do representante da Cruz Vermelha Internacional era de visitar os presídios brasileiros onde se encontravam cidadãos alemães, italianos e japoneses. O Ministério da Justiça e Negócios Interiores e o Ministério da Guerra eram responsáveis pela liberação para que fossem autorizados a visitar os presídios e campos. Perazzo (2002) observou que houve atrasos na liberação das autorizações.⁸³⁹ Cruzando as informações alemãs e brasileiras, percebe-se que a intensificação das negociações da Cruz Vermelha Internacional ocorreu após a carta do AA para a mesma. Quer dizer, houve uma pressão alemã para que houvesse um acompanhamento nas prisões do governo brasileiro contra os seus súditos.

Em 10 de julho, novo relatório sobre a situação dos cidadãos alemães no Brasil foi elaborado. Neste momento, o AA tomou conhecimento de alguns relatórios de Prüfer que haviam sido transportados junto com o conselheiro diplomático Levezow (em 1941 e janeiro

⁸³⁸ Carta R 11651, de 8 de maio de 1942, assinado por Albrecht do AA para a Comitê da Cruz Vermelha Internacional de Genf, arquivado dentro do departamento *Kriegsrecht*, na pasta *Deutsche Zivilgefangene im Ausland - Brasilien* (jan a jun de 1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-41781** do PAAA.

⁸³⁹ Maiores detalhes sobre as internações e sobre o trabalho da Cruz Vermelha ver a tese de Perazzo (2002).

de 1942, havia atuado no posto diplomático do Paraguai), que foi repatriado. No documento elaborado, consta toda a dificuldade dos cidadãos alemães, principalmente nas cidades em que não havia representação diplomática do governo espanhol, como, por exemplo, em Paranaguá.⁸⁴⁰ Entretanto, é preciso imaginar que estas notícias haviam sido redigidas, provavelmente, um mês antes, tempo que no mínimo deva ter durado a viagem de Levetzow.

Neste contexto, em junho de 1942, o ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Ribbentrop, telegrafou para a embaixada alemã em Madri solicitando que o governo brasileiro apaziguasse suas ações, porque senão seriam executadas ações de represália a cidadãos brasileiros em território alemão.⁸⁴¹ Isso significa que, depois de receber inúmeras notícias sobre a difícil situação dos cidadãos alemães no Brasil, a diplomacia alemã, exigiu mudanças.

Resultados efetivos obtidos em julho de 1942, ou pela interferência da Cruz Vermelha Internacional, ou pela ameaça sugerida por Ribbentrop, ou ambas as ações. O embaixador alemão em Madrid, em 8 de julho telegrafou informando que o embaixador espanhol no Rio de Janeiro averiguou que a situação dos cidadãos alemães presos havia melhorado.⁸⁴² No dia seguinte, chegou um novo telegrama do embaixador alemão em Buenos Aires com informações transmitidas por Prüfer em diversos dias. Vale ressaltar que, dos fatos mencionados, em julho, foi reafirmado que a situação dos presos de cidadania alemã havia melhorado e estava mais organizada.⁸⁴³ Em 14 de julho, Schoroetter, retransmitindo informações do diplomata espanhol no Brasil, reafirmou, entre outras coisas, que a situação dos cidadãos alemães presos havia melhorado e que muitos haviam sido soltos.⁸⁴⁴

⁸⁴⁰ Relatório Kult E/Nf (Zv) 5758, de 10 de julho de 1942, elaborado por Kundt, arquivado tanto dentro do departamento *Kriegsrecht*, na pasta *Deutsche Zivilgefangene im Ausland - Brasilien* (janeiro a junho de 1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-41781** do PAAA, quanto dentro do *Brasiliendeutsche in Brasilien*, com o código de arquivamento: **R-127503** do PAAA (esta é uma das pastas mais desorganizadas dentro do AA).

⁸⁴¹ Telegrama n° 2541, de 18 de junho de 1942, do AA para Madri (AKTEN, s/d, série E, *Band 3*, p. 15 e 16). Na documentação do AA, há este documento, mas não consta o n° do telegrama. Está arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA.

⁸⁴² Telegrama n° 3677, de 8 de julho de 1942, de Madri para o AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA.

⁸⁴³ Telegrama n° 2340, de 9 de julho de 1942, de Buenos Aires para o AA, arquivado dentro do departamento *Kriegsrecht*, na pasta *Deutsche Zivilgefangene im Ausland - Brasilien* (janeiro a junho de 1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-41781** do PAAA.

⁸⁴⁴ Telegrama n° 3788, de 14 de julho de 1942, de Madri para o AA, arquivado tanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA, quanto dentro do departamento *Kriegsrecht*, na pasta *Deutsche Zivilgefangene im Ausland - Brasilien* (jan a jun de 1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-41781** do PAAA, e ainda no *Kriegsrecht - Fremde Zivilgefangene in Deutschland - Brasilien* (1.1942 a 1944, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-41406** do PAAA.

Prüfer relatou, em 9 de julho, que ao terceiro dia do mesmo mês, Filinto Müller tentou proibir uma manifestação e, como consequência, teve a prisão domiciliar decretada por Vargas.⁸⁴⁵ Isso ocorreu porque a manifestação que ele tentou proibir era pró-Aliados promovida pela União Nacional dos Estudantes (UNE), e que já estava autorizada por Vasco Leitão da Cunha, que respondia interinamente pelo Ministério da Justiça. Este fato teve grande repercussão, gerando uma crise no governo brasileiro, e, em 18 de julho, foram exonerados, em nível federal, três integrantes do governo: o major Filinto Müller, Francisco Campos e Lourival Fontes. Sendo assim, percebe-se que, mesmo não tendo mais representação diplomática no Brasil, o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha era informado de diversas definições da política interna e externa do país. Entretanto, algumas situações regionais não tiveram a mesma divulgação que atos de âmbito nacional, como, por exemplo, não consta nada na documentação alemã sobre o fato de que, a partir de 21 de julho, os cidadãos do Eixo domiciliados no Rio Grande do Sul tiveram seus bens fiscalizados pela Fazenda Nacional.⁸⁴⁶

O contexto vivenciado no Brasil não era muito diferente do existente no restante da América Latina, entretanto, aqui houve uma maior intensidade, como pode ser constatado no documento de 14 de maio de 1942, quando o AA afirma que várias pessoas foram presas nos países sul-americanos que romperam relações diplomáticas com a Alemanha.⁸⁴⁷

6.2.2 Na Alemanha

O governo brasileiro elaborou e pôs em prática reações aos ataques dos submarinos alemães aos navios brasileiros. Com o intuito de fazer o mesmo, em 14 de março de 1942, Ribbentrop solicitou que fosse efetuado um levantamento de quantos brasileiros estavam na

⁸⁴⁵ Telegrama nº 2340, de 9 de julho de 1942, de Buenos Aires para o AA, arquivado dentro do departamento *Kriegsrecht*, na pasta *Deutsche Zivilgefangene im Ausland - Brasilien* (janeiro a junho de 1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-41781** do PAAA.

⁸⁴⁶ Jornal *Correio do Povo*, de 21 de julho de 1942, nº 168, p. 4.

⁸⁴⁷ Documento de 14 de maio de 1942, assinado pelo ministro das Relações Exteriores da Alemanha, arquivado dentro do *Kulturabteilung IV*, na pasta *Brasilien* (1938 a 1942, *Band 3*), com o código de arquivamento: **R-127506** do PAAA.

Alemanha e de possíveis retaliações a eles.⁸⁴⁸ Neste mesmo dia, foi informado de que na Alemanha havia 695 brasileiros, entre eles 502 descendentes de alemães e 88 detidos. Na França, Holanda, Bélgica e Noruega havia 70 brasileiros e destes, 30 estavam detidos.⁸⁴⁹ Provavelmente, as pessoas detidas eram os diplomatas brasileiros que estavam confinados em hotéis. A prisão de cidadãos brasileiros em território da Alemanha ou por ela conquistado, conforme Perazzo (2002, p. 329), durante o ano de 1942, foi de só uma pessoa, a partir de outubro. Dado que subsidia a interpretação de que ao utilizar o termo “detidos” (no plural) estivessem referindo-se aos funcionários dos postos diplomáticos brasileiros.

Em 17 de março, o secretário do embaixador japonês em Berlim teve uma audiência com Woermann, durante a qual questionou qual era a posição que a Alemanha adotaria frente às ações do governo brasileiro referentes aos bens dos cidadãos do Eixo. O *Unterstaatssekretär* informou que, oficialmente, ainda não havia sido informado dos acontecimentos, mas que estava pensando em represálias.⁸⁵⁰ Neste mesmo dia, ao entardecer em Berlim, chegou um telegrama de Madri informando oficialmente sobre o decreto-lei nº 4.166.⁸⁵¹

Em 23 de março, a diplomacia do AA elaborou um documento interno comparando as medidas adotadas pelo governo brasileiro e refletindo sobre que medidas repressivas aos cidadãos brasileiros na Alemanha poderiam ser tomadas. Este documento foi visto por Weizsäcker e por Ribbentrop. Os dados sobre o número de cidadãos brasileiros na Alemanha e nos territórios conquistados foram os mesmos do documento produzido no dia 14. Neste momento, consideraram o número de cidadãos brasileiros insuficiente para as ações terem a dimensão desejada. Também avaliaram que não era o momento de se unir aos governos japonês e italiano nos protestos, pois deveriam esperar uma ocasião futura para revidar à violação efetuada pelo governo brasileiro.⁸⁵²

⁸⁴⁸ Documento interno, I585, de 14 de março de 1942, arquivado dentro do *Kriegsrecht – Fremde Zivilgefangene in Deutschland*, na pasta *Brasilien* (1.1942 a 1944, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-41406** do PAAA.

⁸⁴⁹ Diplogerma interno, R7330, de 14 de março de 1942, arquivado dentro do *Kriegsrecht – Fremde Zivilgefangene in Deutschland*, na pasta *Brasilien* (1.1942 a 1944, *Band* 1), com o código de arquivamento: **R-41406** do PAAA.

⁸⁵⁰ A audiência foi registrada com o nº 185, de 17 de março de 1942, assinada por Woermann, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band* 2), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA.

⁸⁵¹ Telegrama nº 1515, de 17 de março de 1942, de Madri para o AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band* 2), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA.

⁸⁵² Documento interno datado de 23 de março de 1942, assinado por Moraht, arquivado tanto no departamento *Kriegsrecht*, na pasta *Deutsche Zivilgefangene im Ausland - Brasilien* (janeiro a junho de 1942, *Band* 1), com o

Em 4 de maio de 1942, o ministério da economia do *Reich* enviou uma carta ao AA comparando os bens de cidadãos brasileiros e de seu governo na Alemanha e dos cidadãos alemães e seu governo no Brasil. O redator observou que as diferenças eram pequenas e que nas circunstâncias do momento as ações do governo brasileiro não eram tão prejudiciais à Alemanha.⁸⁵³ Neste contexto, percebe-se que após diversas avaliações, o assunto do decreto-lei nº 4.166 foi considerado sem relevância.

Em junho de 1942, a diplomacia alemã passou a pensar em outras formas de retaliação, uma delas foi a definição de que campanhas de imprensa e rádio para o Brasil deveriam ser intensificadas.⁸⁵⁴

6.3 REPATRIAMENTO

A partir de março de 1942, intensificou-se a negociação para repatriar os cidadãos alemães que estavam no Brasil, principalmente os funcionários dos postos diplomáticos e seus familiares, em troca dos cidadãos brasileiros que atuavam nos postos diplomáticos na Alemanha e seus familiares. O acordo era que os alemães que seriam trocados com repatriados brasileiros viajariam até o porto de Lisboa, porto neutro, onde deveriam ocorrer as trocas de pessoas. Os diplomatas que atuavam nos demais países da América do Sul também partiriam do Rio de Janeiro com destino a Lisboa. Conforme Perazzo (2002, p. 315 e ss.), o embaixador Kurt Prüfer havia condicionado sua saída à chegada de seus colegas provenientes do Paraguai e do Uruguai. Tal atitude teria gerado discussão entre os representantes do Itamaraty e da embaixada espanhola. Para Oswaldo Aranha, as intenções de Prüfer visavam à manutenção de um aparato de espionagem montado pelos diplomatas alemães.

código de arquivamento: **R-41781** do PAAA, quanto dentro do *Handakten Wiehl*, na pasta *Brasilien* (10.1939 a 06.1942, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-106111** do PAAA.

⁸⁵³ Carta 0/15740/42, de 4 de maio de 1942, do *Reichswirtschaftsminister* para o AA, arquivado dentro do departamento *Kriegsrecht* na pasta *Behandlung deutschen Eigentums im Ausland* (tratamento dado às propriedades alemãs no estrangeiro) *Brasilien* (*Band 1*, 12.1941 a 11.1942), com código de arquivamento: **R-40578** do PAAA.

⁸⁵⁴ Documento interno, Pol IX 6391g, de 17 de junho de 1942, assinado por Woermann, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA.

Em 18 de abril de 1942, o Embaixador Alemão de Buenos Aires retransmitiu uma mensagem enviada de forma secreta por Prüfer. Nela, solicitava-se que os cidadãos brasileiros que seriam repatriados não deveriam ainda sair da Alemanha, pois havia o medo de que ao chegar o navio brasileiro com os repatriados alemães em Portugal, o governo brasileiro acabasse mantendo os alemães sob seu domínio no navio, além de embarcar os brasileiros, e assim, retornar para o Brasil.⁸⁵⁵

Em 21 de abril de 1942, Schrötter, embaixador alemão em Madri, retransmitiu o telegrama do embaixador espanhol no Rio de Janeiro. Nele consta que o navio brasileiro Siqueira Campos transportaria 144 cidadãos alemães e o navio português Serpa Pinto 77, o navio brasileiro Bagé transportaria os cidadãos italianos. Os três navios viajariam juntos, em 3 de maio. Solicitou novamente que o embaixador brasileiro não deixasse o território alemão antes dos navios chegarem a Lisboa.⁸⁵⁶ Com o passar dos dias, os dados sobre os passageiros iam se alterando.

O governo alemão solicitou que fosse autorizado o repatriamento de cidadãos alemães que não atuaram nos postos diplomáticos. Esta atitude teve a intermediação dos Estados Unidos, fato que ocorreu, de forma geral, nos países da América Latina. Conforme Perazzo (2002, p. 321), “à frente dos processos de repatriação e troca de cidadãos, os Aliados mantinham um controle sobre os ‘súditos do Eixo’ no Brasil”.

Em 27 de abril, o embaixador alemão em Buenos Aires transmitiu outro telegrama de Prüfer. Neste documento, Prüfer solicitou que, tanto ele quanto Freitas Valle, não fizessem a viagem até que os 134 cidadãos alemães presos pudessem também retornar. Ao final do telegrama, consta que a embaixada espanhola não teve conhecimento do envio deste documento.⁸⁵⁷ Dois dias depois, Weizsäcker telegrafou para Madri solicitando que fossem repassadas orientações para o responsável pela representação dos cidadãos alemães junto ao governo brasileiro. Nas 4 páginas de orientações constam: determinações sobre conversações com os aliados para a segurança do navio; solicitação para que mais cidadãos alemães fossem incluídos nas viagens de retorno à Alemanha; pedidos para que Prüfer pudesse permanecer no

⁸⁵⁵ Telegrama nº 1162, secreto, de 18 de abril de 1942, de Buenos Aires para o AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA.

⁸⁵⁶ Telegrama nº 2240, de 21 de abril de 1942, de Madri para o AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA.

⁸⁵⁷ Telegrama nº 1291, secreto, de 27 de abril de 1942, de Buenos Aires para o AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA.

Brasil, após a primeira leva de repatriados, e que Freitas Valle, com parte de seu grupo, permanecesse na Alemanha como garantia da continuação das negociações.⁸⁵⁸

Em 4 de maio de 1942, Schroetter informou que, no dia anterior, saiu do porto do Rio de Janeiro o navio português Serpa Pinto com 78 passageiros e o navio brasileiro Siqueira Campos com 145 passageiros. O embaixador Prüfer permaneceu no Brasil para ser transportado na última viagem de repatriamento.⁸⁵⁹ Conforme Perazzo (2002, p. 316), estes navios, por medida de segurança, durante a viagem tinham pintado nos dois lados do casco, com letras grandes, o nome do navio, a palavra “diplomatas” e a bandeira, ou brasileira, no caso do Siqueira Campos, ou portuguesa, no caso do Serpa Pinto.

No decorrer dos meses, novas negociações para o repatriamento de cidadãos brasileiros e alemães ocorreram, tanto pela representação diplomática espanhola quanto pela portuguesa. As informações sobre elas eram enviadas ao AA pelas diplomacias alemãs estabelecidas em Madri e em Buenos Aires.⁸⁶⁰

Em 7 de agosto, o embaixador alemão em Lisboa, Weber⁸⁶¹, após audiência com o ministro das Relações Exteriores da Alemanha, informou que, no dia 4, o navio Cabo de Buena Esperança saiu do Rio de Janeiro com 74 pessoas repatriadas. No dia 10, partiria o navio Cuyaba com o embaixador Prüfer e o restante do grupo que seria repatriado.⁸⁶² No mesmo dia, um telegrama de Madri informava que no navio Cabo de Buena Esperança somente puderam embarcar pessoas consideradas oficiais, e o navio Cuyaba sairia no dia 15 do Rio de Janeiro. Neste momento, Schroetter questionava se nesta viagem o ex-Embaixador Alemão do Rio de Janeiro poderia retornar.⁸⁶³ Como analisado a seguir, após os acontecimentos de agosto, a situação de Prüfer e de outros cidadãos alemães se complicou.

⁸⁵⁸ Telegrama nº 1855, de 29 de abril de 1942, de Weizsäcker para Madri, no departamento *Kriegsrecht*, na pasta *Deutsche Zivilgefangene im Ausland - Brasilien* (janeiro a junho de 1942, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-41781** do PAAA.

⁸⁵⁹ Telegrama nº 2460, de 4 de maio de 1942, de Madri para o AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA.

⁸⁶⁰ Documentos arquivados tanto dentro do *Heimschaffungen (Austausch) von Zivilinternierten*, pasta *Argentinien e Brasilien* (1942 a 1945, *Band 17*), com o código de arquivamento: **R-127863** do PAAA, quanto no *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA.

⁸⁶¹ Na documentação alemã, consta apenas o sobrenome deste diplomata.

⁸⁶² Telegrama nº 2603, de 7 de agosto de 1942, de Lisboa para o AA, arquivado dentro do *Kriegsrecht*, pasta *Deutsche Zivilgefangene im Ausland - Brasilien* (06.1942 a 08.1942, *Band 2*), com código de arquivamento: **R-41781a** do PAAA.

⁸⁶³ Telegrama nº 4167, de 7 de agosto de 1942, de Madri para o AA, arquivado dentro do *Heimschaffungen (Austausch) von Zivilinternierten*, pasta *Argentinien e Brasilien* (1942 a 1945, *Band 17*), com o código de arquivamento: **R-127863** do PAAA.

Conforme Perazzo (2002, p. 319), o navio Cuyaba só partiu do porto do Rio de Janeiro em 16 de setembro, estando a bordo o embaixador, melhor, o ex-Embaixador Alemão do Rio de Janeiro.

6.4 SITUAÇÃO COMPLEXA

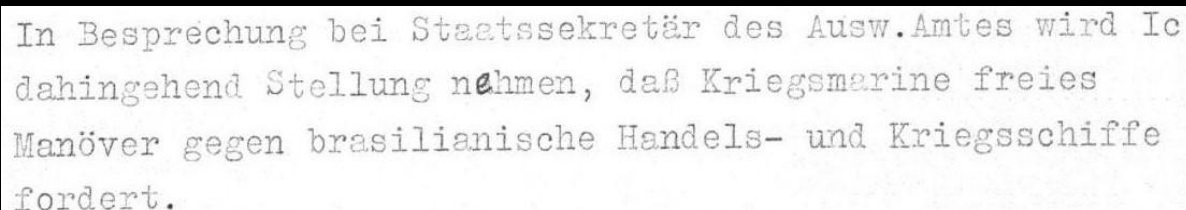
As relações entre a Alemanha e o Brasil estavam cada vez mais complicadas. Como já abordado, as operações marítimas alemãs iniciaram o ano de 1942 operando na costa atlântica dos Estados Unidos, região em que aconteceram 70% das perdas de embarcações nos três primeiros meses do ano. Com o passar do tempo, foram sendo criadas formas de defesa que passaram a dificultar a ação dos submarinos. Com isto, as operações foram direcionadas um pouco mais para o sul desta região, isto é, a América Central. Esta região era mais extensa e com menores possibilidades de defesa.

Os ataques aos navios brasileiros, conforme documentação, entre os meses de fevereiro e março de 1942, não foram motivados por uma intencionalidade específica. Fato que não ficou evidente para o governo brasileiro, e que foi agravado em função do governo alemão não ter enviado resposta ao protesto deste. Após o afundamento de 4 navios, até a metade de março, conforme Rohwer (1982, p. 13), Vargas decidiu parar todas as viagens de embarcações nacionais para os Estados Unidos, até que estes garantissem a segurança dos navios. Em fins de abril, a marinha estadunidense equipou os navios mercantes da frota brasileira com canhões para a defesa contra os submarinos e, em início de maio, retornava a navegação mercante nacional.

Entretanto, desde 16 de maio de 1942, o Comando das Forças Armadas da Alemanha autorizou ataques a qualquer navio mercante sul-americano que estivesse armado, com exceção dos de nacionalidade argentina e chilena.⁸⁶⁴ Esta definição, provavelmente, foi gerada após a informação de que os navios mercantes sul-americanos estavam sendo armados. Somado a isso, na documentação pesquisada, consta que, antes do final de maio, numa

⁸⁶⁴ Relatórios semanais, de 11 a 17 de maio de 1942, p. 116, do *SeeKriegsleitung* (SkI), *Teil B VIII*, temática *Völkerrecht, Politik, Propaganda*, denominado *Lageübersicht zu Politik, Völkerrecht und Propaganda* (de janeiro a dezembro de 1942), com código de arquivamento: **RM/7-113** do BA MA.

conferência entre o *Staatssekretär* do AA e um militar alemão, foi comunicado que a marinha de guerra era favorável à execução de manobras livres contra navios brasileiros (Figura 12). Todavia, em 1º de junho de 1942, o Skl - *Seekriegsleitung* (Comando de Guerra Marítima) observou que ainda não tinha recebido instruções sobre o que fazer referente ao comportamento dos navios brasileiros.⁸⁶⁵



In Besprechung bei Staatssekretär des Ausw.Antes wird Ic dahingehend Stellung nehmen, daß Kriegsmarine freies Manöver gegen brasilianische Handels- und Kriegsschiffe fordert.

Figura 12 - Pensamento da marinha de guerra alemã

Fonte: Trecho do documento do *abt. Skl Ic/42*, de 29 de maio de 1942, com o carimbo *Geheime Kommandosache*, arquivado dentro do *Rechtsangelegenheiten*, na pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento **RM/7 – 1298** do BA MA.⁸⁶⁶

No caso dos cinco navios afundados até fins de maio (Buarque, Olinda, Cairú, Parnaíba e Gonçalves Dias)⁸⁶⁷, conforme documentação alemã, quatro foram atingidos por não terem sido identificados, e um, o Gonçalves Dias, porque o navio estava armado.⁸⁶⁸ Provavelmente em função deste contexto de indefinições, os ataques aos navios brasileiros durante os meses de maio a junho (Quadro 10) não se tornaram assunto entre os diplomatas e os militares alemães. Contudo, estes torpedeamentos constam nos registros das ações dos submarinos alemães. Os afundamentos dos navios brasileiros, a partir de maio, ocorreram na região do Caribe e em áreas adjacentes. Neste contexto, se todos os navios brasileiros foram armados e, se os submarinos alemães tinham a permissão de atacar os navios armados, o confronto era iminente.

⁸⁶⁵ Documento intitulado *Vermerk*, do 1.Skl. Iia, de 1 de junho de 1942, arquivado dentro do departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA.

⁸⁶⁶ Tradução livre:

Em reunião com o *Staatssekretär* do AA, IC transmitiu a posição de que a marinha de guerra era favorável a manobras livres contra navios mercantes e da marinha brasileira.

⁸⁶⁷ Neste documento não foi citado o navio Arabutã, que também foi afundado por submarinos alemães.

⁸⁶⁸ Documento intitulado *Vermerk*, do 1.Skl. Iia, de 1 de junho de 1942, arquivado dentro do departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento **RM/7 – 1298** do BA MA.

Seqüência de afundamentos	Data do ataque	Nome do navio atingido	Submarino que atacou	BRT
6.	01/05/1942	Paranaíba	U-162	6.692
7.	18/05/1942	Comandante Lira	Barbarigo	5.052
8.	24/05/1942	Gonçalves Dias	U-502	4.996
9.	01/06/1942	Alegrete	U-156	5.970
10.	26/06/1942	Pedrinhas	U-203	3.666

Quadro 10 - Navios brasileiros atacados em maio e junho de 1942

Fonte: Autora (2009).⁸⁶⁹

No final do mês de maio e início de junho, a posição alemã frente ao governo brasileiro, cada vez mais, estava indefinida, por causa da indecisão de como proceder após a constatação de que o governo brasileiro estava se comportando como um país beligerante. Alguns até consideravam que a declaração de guerra por parte do Brasil estava próxima. Este contexto se agravou com a divulgação de um ataque a um grupo de submarinos do Eixo e da destruição de um pela Força Aérea Brasileira. Fato que tornou mais acalorado o planejamento de um ataque da marinha alemã ao litoral brasileiro, assunto que entrou em pauta em princípio de maio.

6.4.1 Ataque brasileiro a submarinos eixistas

Desde 5 de maio de 1942 três submarinos (U-126, 128 e 161) operavam na costa brasileira, próximo à Fernando de Noronha.⁸⁷⁰ Em 25 de maio, estes submarinos foram encarregados pela marinha alemã de investigar o tráfego no Litoral Norte do Brasil (nomenclatura de hoje da região Nordeste e Sudeste).⁸⁷¹ No dia 30, consta que os submarinos operaram com facilidade dentro da área de segurança continental do litoral brasileiro.⁸⁷²

⁸⁶⁹ Dados retirados do *Kriegstagebuch des Befehlshaber, Führer der Unterseeboote/ Befehlshaber der Unterseeboote* (1939 a 1942), com o código de arquivamento: **RM 87** do BA MA.

⁸⁷⁰ Anotações a partir de 5 de maio de 1942, p. 302, feitas pelo departamento *Kriegstagebuch der Seekriegsleitung*, na pasta *Lageübersicht U-Bootkrieg – Ergänzung zur Lage U-Boote*, com código de arquivamento: **RM/7 – 841** do BA MA.

⁸⁷¹ Anotações de 25 de maio de 1942, p. 369 e 370, feitas pelo departamento *Kriegstagebuch der Seekriegsleitung*, na pasta *Lageübersicht U-Bootkrieg – Ergänzung zur Lage U-Boote*, com código de arquivamento: **RM/7 – 841** do BA MA.

⁸⁷² Anotações de 30 de maio de 1942, p. 351, feitas pelo departamento *Kriegstagebuch der Seekriegsleitung*, na pasta *Lageübersicht U-Bootkrieg – Ergänzung zur Lage U-Boote*, com código de arquivamento: **RM/7 – 841** do BA MA.

As ações dos submarinos chamaram a atenção da Força Aérea Brasileira. A partir do dia 28 de maio, constavam em diversos jornais brasileiros, argentinos e estadunidenses reportagens sobre uma investida militar de aviões brasileiros a três submarinos dos países do Eixo e o afundamento de um.⁸⁷³ As forças armadas alemãs, dentro da pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien*, arquivou mais de 17 reportagens de diferentes países sobre um ataque efetuado por aviões brasileiros a submarinos dos países do Eixo, jornais dos dias 29 e 30 de maio de 1942.⁸⁷⁴

Formalmente, mas não oficialmente, em 29 de maio, foi enviado um telegrama de Buenos Aires ao AA e ao Comando de Guerra da Marinha Alemã, informando que, em 25 de maio, pilotos brasileiros teriam atacado três submarinos, sendo um afundado em Fernando de Noronha. As operações teriam ocorrido com apoio dos EUA. No mesmo documento, informavam que os submarinos alemães e italianos não haviam confirmado a atividade.⁸⁷⁵ Neste mesmo dia, o OKM - *Oberkommando der Kriegsmarine* (Comando Supremo da Guerra Marinha) enviou um documento para um dos seus órgãos subordinados, o Skl - *Seekriegsleitung* (Comando de Guerra Marítima) abordando dois assuntos. Primeiro, avisou que um diplomata havia telefonado e informado que o governo brasileiro, numa reação ao afundamento de 7 navios da sua frota naval (Buarque, Olinda, Cairú, Arabutan, Paranaíba, Comandante Lira e Gonçalves Dias), teria caçado 3 submarinos alemães e destruído um. Também fez menção à reportagens sobre o assunto. Segundo, lembrou que numa conferência junto ao *Staatssekretär* do AA, o Ic (nomenclatura de um militar alemão) informou que a marinha de guerra considerava possível ações contra navios brasileiros.⁸⁷⁶

⁸⁷³ No jornal *Correio do Povo*, do dia 28 de maio, consta: “Aviões brasileiros afundaram um submarino do Eixo e danificaram outro gravemente. ‘Consideremo-nos na iminência de guerra’. Sensacionais declarações do embaixador Batista Luzardo – Aviões da Força Aérea Brasileira afundaram um submarino do Eixo e aprisionaram outro”. Manchetes do *Correio do Povo*, de 28 de maio de 1942 (n.º 123 - Ano XLVIII, p. 1-2).

No dia seguinte consta: “Confirmada a sensacional proeza dos aviões brasileiros. Uma nota oficial do Departamento de Imprensa e Propaganda – Mais detalhes colhidos pela nossa reportagem”. Manchetes do *Correio do Povo*, de 29 de maio de 1942 (n.º 124 - Ano XLVIII, p. 1).

⁸⁷⁴ Reportagens de 29 e 30 de maio de 1942, arquivadas dentro do departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento **RM/7 – 1298** do BA MA.

⁸⁷⁵ Telegrama n.º 1724, secreto, de 29 de maio de 1942, de Buenos Aires para o AA, arquivado tanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band* 2), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA, quanto dentro do departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento **RM/7 – 1298** do BA MA.

⁸⁷⁶ Telegrama com carimbo *Geheime Kommandosache*, abt. Skl Ic/42, de 29 de maio de 1942, arquivado dentro do departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA.

Ainda no dia 29, o Skl - *Seekriegsleitung* (Comando de Guerra Marítima) enviou um telegrama destinado a Ritter e ao OKW - *Oberkommando der Wehrmacht* (Comando Supremo das Forças Armadas), que estava no *Sonderzug Westfalen* (trem especial de nome Westfália). Nele constava que, na concepção do Skl, as ações do Brasil junto aos Estados Unidos demonstravam que o país não retornaria à neutralidade. Foi dado destaque às ações da Força Aérea Brasileira contra submarinos do eixo, sem haver uma declaração de guerra.⁸⁷⁷ No dia seguinte, Ritter telegrafou para Woermann, retransmitindo o telegrama do dia 29 e informando que havia contatado o capitão Junge⁸⁷⁸ do OKW. Com ele tratou de que não seria possível pensar em iniciar uma guerra com o Brasil em função das notícias jornalísticas. Definiu-se que era necessário avaliar junto à Argentina e ao Chile esta situação, além da organização junto ao Japão e à Itália.⁸⁷⁹ Ritter ficou de executar a pesquisa junto à diplomacia e os militares junto aos governos da Itália e do Japão.

No dia 31 de maio, Ritter mandou um telegrama para Buenos Aires e outro para Santiago. Em ambos solicitou que os diplomatas alemães indagassem junto aos governos dos respectivos países e da sua imprensa como estavam sendo percebidas as notícias sobre as ações da aeronáutica brasileira.⁸⁸⁰ No dia seguinte, o Embaixador Alemão de Buenos Aires telegrafou informando que o governo argentino, até aquele momento, não tinha recebido nenhuma nota oficial do governo brasileiro, somente informações pelo diplomata argentino no Rio de Janeiro, e que continuaria averiguando.⁸⁸¹ No dia 1º de junho de 1942, Woermann escreveu para Ritter questionando se a ação brasileira também não foi uma agressão e ponderando que se deveria esperar, sendo um dos motivos a solidariedade americana, principalmente do Chile e da Argentina. Considerou que o Japão e a Itália se ajustariam à

⁸⁷⁷ Telegrama MBBZ para o *Sonderzug*, de 29 de maio de 1942, de Skl para Ritter, arquivado tanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA, quanto dentro do departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA.

⁸⁷⁸ Não foram encontrados detalhes sobre este personagem. Não existe referência deste militar nas obras pesquisadas.

⁸⁷⁹ Telegrama nº 609, *Sonderzug/Ritter* ao AA/Woermann, de 30 de maio de 1942, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA. Reproduzido no *Akten* (s/d, série E, *Band 2*, p. 441 e 442).

⁸⁸⁰ Telegrama nº 617 e 618, *Sonderzug/Ritter* um para Buenos Aires e outro para Santiago, de 31 de maio de 1942, arquivados dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA.

⁸⁸¹ Telegrama nº 1765, de 1º de junho de 1942, de Buenos Aires para o AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA

decisão alemã.⁸⁸² Assim, os diplomatas do AA consideravam prudente não iniciar uma atividade que pudesse interferir na relação com o Chile e com a Argentina.

O general de artilharia e chefe da OKW - *Oberkommando der Wehrmacht* (Comando Supremo das Forças Armadas), Alfred Jodl⁸⁸³, entrou em contato com o chefe do Skl - *Seekriegsleitung* (Comando de Guerra Marítima), em 30 de maio, momento em que solicitou informações sobre se realmente houve ações das forças aéreas brasileiras contra submarinos eixistas, sendo que, posteriormente, o Skl entrou em contato com a marinha italiana e com os responsáveis pelos seus submarinos.⁸⁸⁴ No mesmo dia, os italianos informaram que seus submarinos, até aquele momento, não haviam relatado nenhum incidente com o governo brasileiro em seu litoral.⁸⁸⁵ Três dias depois, em 2 de junho, acrescentaram que nenhum submarino italiano esteve operando no litoral brasileiro em fins de maio.⁸⁸⁶ Em 31 de maio, BdU (Comandante dos Submarinos) informou ao Skl que não houve nenhuma perda de submarinos alemães e italianos.⁸⁸⁷ Nos registros das ações dos submarinos não consta nenhuma ação da Força Aérea Brasileira. Fato que possibilita duas hipóteses: primeira, ou, o departamento que fazia o registro no *Kriegstagebuch* somente registrava ações com sérias implicações no contexto de guerra, e se aviões brasileiros tentaram atacar submarinos eixistas, estes não foram atingidos pelo ataque, não tendo conseqüências mais graves, tanto que não relataram esta ação; segunda, ou, a Força Aérea Brasileira simulou uma ação, para adquirir credibilidade. Gomes Filho (2006, p. 64 e ss.), sem ter conhecimento da documentação alemã, considerou que os pronunciamentos de Salgado Filho tiveram um desejo de conquista, de

⁸⁸² Documento intitulado de “Registro”, não está explícito no documento se é uma carta ou um registro telefônico, de 1º de junho de 1942, de Woermann a Ritter, transcrito dentro do *Akten* (s/d, série E, *Band* 2, p. 446 e 447).

⁸⁸³ Alfredo Jodl nasceu em 1880 em Würzburg, em 1912 era segundo tenente no 4º Regimento de Artilharia de Campanha da Baviera. Em 1942, Jodl era general de artilharia e havia sido promovido a chefe do OKW. Em 1946 foi condenado pelo tribunal de Nurembergue (BARNET, 2001, p. 188 e ss.).

⁸⁸⁴ Documento de duas páginas, com o carimbo Skl 13047 gKdos., datado de 30 de maio de 1942, arquivado dentro do departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA.

⁸⁸⁵ Telegrama com carimbo *Geheime Kommandosache*, MBBZ 03382, de 30 de maio de 1942, arquivado dentro do departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA.

⁸⁸⁶ Telegrama com carimbo *Geheime Kommandosache*, MBBZ 0154, de 2 de junho de 1942, arquivado dentro do departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA.

⁸⁸⁷ Telegrama com carimbo *Geheime Kommandosache*, MBBZ 03431, de 31 de maio de 1942, do BdU para Skl, arquivado dentro do departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA.

reconhecimento e de glórias militares.⁸⁸⁸ Deixando de lado a discussão se realmente a Força Aérea Brasileira efetuou um ataque a submarinos eixistas, a declaração do ministro da aeronáutica e as reportagens divulgadas demonstraram que o governo brasileiro estava praticando ações de guerra antes de ter sido declarada a mesma. Fato que não passou despercebido aos diplomatas e militares alemães.

O governo brasileiro não se preocupou em demonstrar que estava assumindo ações de guerra enquanto ainda era um país não beligerante. Neste contexto, a diplomacia alemã tentou conter os ânimos dos militares. Com este fim, Ritter averiguou junto à diplomacia argentina e chilena a posição destes governos naquela conjuntura, porque se desejava não perder o caráter de neutralidade dos dois únicos países que assim permaneciam na América.

6.4.2 Planejamento de ataque aos portos brasileiros

No dia 30 de maio de 1942, foram elaborados, pela marinha alemã, dois documentos sobre as possibilidades de ataque a portos brasileiros. Estes documentos iniciam considerando que o Brasil, provavelmente, declararia guerra à Alemanha. Um deles intitula-se *Vortragsnotiz* (apontamentos da audiência ou ata de uma apresentação) e é constituído de 5 páginas. Nele foram abordados cinco assuntos, o comércio do Brasil com os Estados Unidos, o ataque a portos brasileiros (assunto descrito em quase 3 páginas), as possíveis operações brasileiras, e mais dois temas descritos em poucas linhas.⁸⁸⁹ O segundo documento aborda, principalmente, o ataque a portos brasileiros (Figura 13).

⁸⁸⁸ Gomes Filho (2006, p. 64 e ss.) considerou que os pronunciamentos teriam ocasionado um sentimento revanchista entre os militares alemães. Entretanto, na análise da documentação percebe-se que esta ação aprofundou um sentimento latente desde o corte das relações diplomáticas em função da prisão de cidadãos brasileiros. Gomes Filho analisou apenas a conjuntura militar deste momento, fato que reduz a análise da situação e não abrange todo o contexto de relações entre Alemanha e Brasil.

⁸⁸⁹ Documento de 30 de maio de 1942, OKM - SkI, intitulado *Vortragsnotiz*, arquivado dentro do departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA.

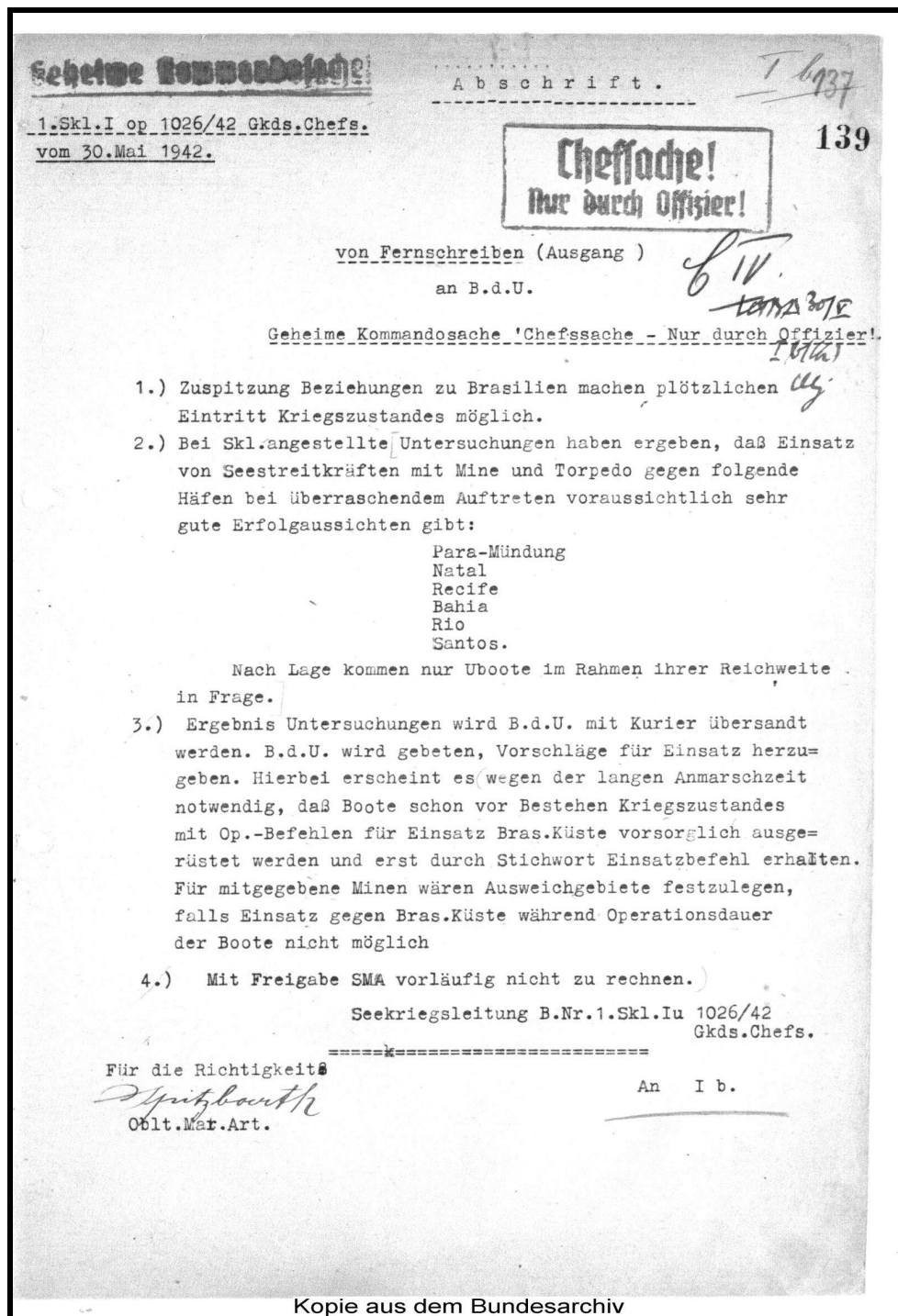


Figura 13 - Plano de ataque ao litoral brasileiro

Fonte: SeeKriegsleitung (Skl) – Teil C IV – K.T.B. U-bootskriegsführung, com o código de arquivamento: RM7 846 do BA MA.⁸⁹⁰

⁸⁹⁰ Tradução livre do documento:
1.Skl. I op 1026/42 Gkds. Chefs.
De 30 de maio de 1942

Para comunicação (solução)
B.d.U.

Assunto secreto do comando – assunto do chefe – somente para oficiais

1) O agravamento das relações com o Brasil torna possível uma decretação repentina do estado de guerra.

A documentação pesquisada não apresenta os motivos que geraram estes documentos. Rohwer (1982, p. 14) considerou que foi em função das declarações de Salgado Filho, em 29 e 30 de maio, sobre a ação da Força Aérea Brasileira contra submarinos eixistas. Entretanto, sabe-se que as informações para elaboração destes foram transmitidas e registradas pelos três submarinos alemães (U 126, 128 e 161) que, durante o mês de maio, operaram no litoral brasileiro.⁸⁹¹ As intenções, possivelmente, tenham se intensificado com as reportagens sobre o ataque da Força Aérea Brasileira a submarinos do Eixo, mas não foi este fato em si que iniciou o processo de planejamento do ataque aos portos brasileiros, principalmente, porque a declaração de Salgado Filho e o primeiro registro sobre o ataque aos portos brasileiros ocorreram simultaneamente.⁸⁹²

No transcorrer dos dias, este plano foi sendo discutido entre três diferentes setores do Skl - *Seekriegsleitung* (Comando de Guerra Marítima)⁸⁹³ e o BdU - *Befehlshaber der Unterseeboote* (Comandante dos Submarinos). O Skl I, um destes setores, foi que elaborou a operação 1026/42, de ataque ao litoral brasileiro (Figura 13). Em 1º de junho de 1942, numa correspondência ao BdU, consta que o Skl Iu, outro setor do Comando de Guerra Marítima, após ter analisado a proposta, reformulou alguns pontos.⁸⁹⁴ No dia 3 de junho, o BdU

2) Investigações feitas pelo comando de guerra do mar tiveram como resultado que o emprego de forças navais com minas e torpedos contra os seguintes portos, mediante utilização da surpresa, provavelmente terá muito bons resultados:

Pará – estuário
Natal
Recife
Bahia
Rio

No atual contexto, só entram em cogitação submarinos, dentro do seu âmbito de ação.

3) O resultado das investigações será enviado por mensageiro ao BdU. Solicita-se ao BdU que apresente sugestões para a ação [de colocar as minas e utilizar os torpedos]. Neste caso, parece necessário que, por causa do longo tempo necessário para chegar, submarinos, já antes do estado de guerra, estejam preventivamente equipados com ordens de ação na costa brasileira, por parte do comando supremo, e só recebam ordens de ação [efetiva] através de palavras-chave [códigos]. Para as minas deveriam ser previstas alternativas [sobre o que fazer com elas], para o caso de que a ação contra a costa brasileira fique impossibilitada durante a ação.

4) No momento não se pode contar com a liberação de SMA.

⁸⁹¹ Anotações a partir de 5 de maio de 1942, p. 302, feitas pelo departamento *Kriegstagebuch der Seekriegsleitung*, na pasta *Lageübersicht U-Bootkrieg – Ergänzung Zur Lage U-Boote*, com código de arquivamento: **RM/7 – 841** do BA MA.

⁸⁹² Rohwer (1982) talvez tenha tirado esta conclusão após a análise do registro da entrevista de Hitler com alguns generais sobre este tema, que ocorreu em 15 de junho. Entretanto, esta hipótese não pode ser referendada ou descartada porque no texto do historiador não consta quais foram os documentos pesquisados.

⁸⁹³ Os setores em questão eram codificados pelas seguintes letras, I, Iu e B.

⁸⁹⁴ 1.Skl.Iu 1035/42 Gkds. *Chefs*, de 3 de junho de 1942. Este documento consta numa pasta específica dentro do *Kriegstagebuch der Seekriegsleitung*, intitulada de *Besondere Überlegungen zu Einzelfragen und zu den Problemen der Seekriegführung (Operative Weisungen, Operationsauswertungen) - Besondere Fragen USA und Kriegführung gegen USA - Untersuchung über den Einsatz von See-streitkräften gegen Häfen Brasiliens*, com código de arquivamento: **RM/7 – 256** do BA MA.

ponderou o fato de que na região não havia um *U-Tanker* (abastecedor de combustível para submarinos).⁸⁹⁵ Em outro momento, o Skl Iu questionou qual seria a necessidade de submarinos e qual o tempo que duraria esta ação.⁸⁹⁶ Em 7 de junho, o Skl B apresentou um levantamento da dificuldade em concentrar um *U-Tanker* e mais submarinos, neste momento, na região.⁸⁹⁷ Karl Dönitz registrou, em 3 de junho de 1942, dificuldades para a execução desta operação.⁸⁹⁸ Quer dizer, essa questão esteve presente na pauta de discussões, mas sem um posicionamento definitivo; todavia, diversas pessoas foram envolvidas na tentativa de operacionalizar a ação, o que mostra que se tratou de uma possibilidade efetiva.

Em 9 de junho, numa reunião entre *Vizeadmiral* Krancke⁸⁹⁹, *Kpt. z. S.* von Puttkamer⁹⁰⁰ e *Freg. Kpt.* Junge, discutiu-se o ataque a portos brasileiros. No registro consta que o ato seria uma resposta às ações do governo brasileiro. Neste documento existem detalhes sobre a operação, tipo de submarino, duração, entre outros detalhes técnicos. Ao final, consta que o *Vizeadmiral* Krancke tentaria uma audiência com Hitler para decidir se a operação seria executada ou não.⁹⁰¹

Em 15 de junho, depois do meio-dia, houve uma audiência entre Hitler e os chefes da OKW, *Gen.* Jodl, *Vizeadmiral* Krancke, *Kpt. z. S.* von Puttkamer sobre a ação pretendida no Brasil.⁹⁰² Neste momento, discutiram a ação e propuseram que a mesma acontecesse em

⁸⁹⁵ BDU GKDOS 244/42, de 3 de junho de 1942, arquivado dentro do *U-bootangelegenheiten – U-Boot Kriegführung - Brasilien* (1939-1942), com o código de arquivamento: **RM7 2336** do BA MA.

⁸⁹⁶ 1.Skl.Iu 1070/42 Gkds. *Chefs.*, de 5 de junho de 1942, arquivado dentro do *SeeKriegsleitung – Teil C IV – K.T.B. U-bootskriegsführung*, com o código de arquivamento: **RM7 846** do BA MA.

⁸⁹⁷ 1.Skl.B 1092/42 Gkds. *Chefs.*, de 7 de junho de 1942, arquivado dentro do *U-bootangelegenheiten – U-Boot Kriegführung - Brasilien* (1939-1942), com o código de arquivamento: **RM7 2336** do BA MA.

⁸⁹⁸ Dia 3 de junho de 1942, p. 395 do original, arquivado dentro do *Kriegstagebuch des Befehlshaber*, que estava com o *Führer der Unterseeboote/ Befehlshaber der Unterseeboote* (chefe dos submarinos) (1.5 a 9.8.1942), com o código de arquivamento: **RM 87/6** do BA MA.

⁸⁹⁹ Theodor Krancke nasceu em Magdeburg e faleceu em 1973, Wentorf em Hamburgo. Em 1912 iniciou sua carreira como aspirante da marinha. Desde 4 de junho de 1941 era chefe *des Marine-Befehls-Amtes* (do departamento de comando da marinha). Em 1º de abril de 1942 adquiriu a patente de *Vizeadmiral*. Fonte: <http://www.lexikon-der-wehrmacht.de/Personenregister/K/KranckeT-R.htm>

⁹⁰⁰ Não foram encontrados outros dados sobre este militar.

⁹⁰¹ B. Nr.1.Abt. Skl. Iu 1105/42, de 9 de junho de 1942, arquivado pelo *SeeKriegsleitung* dentro do *Grundlagende und strategische Angelegenheiten – Besprechungspunkte für Lagevorträge des Ob. D. M. beim Führen* (02.1942 a 12.1942), com código de arquivamento: **RM/7 – 1599** do BA MA. Em outras duas pastas militares constavam cópias deste documento; entretanto, sem o cabeçalho e sem a observação de que seria agendada uma audiência com Hitler. Estas são: do *SeeKriegsleitung– Teil C IV – K.T.B. U-bootskriegsführung*, com o código de arquivamento: **RM7 846** do BA MA e *U-bootangelegenheiten – U-Boot Kriegführung - Brasilien* (1939 a 1942), com o código de arquivamento: **RM7 2336** do BA MA.

⁹⁰² Documento muito borrado, foi transcrito parcialmente, pois uma cópia seria ilegível.

agosto, mediante aprovação de Hitler. A situação política teria que ser novamente analisada e, então, se daria a autorização definitiva.⁹⁰³ Ao final nada ficou definido.

Conforme Rohwer (1982, p. 14), o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha teria considerado que, ao executar a operação de ataque a portos brasileiros, o governo argentino e chileno acabariam juntando-se ao grupo dos Aliados. Em virtude desta análise, Hitler teria cancelado seu consentimento.

Assim se encerrou a questão do ataque da marinha alemã a portos brasileiros. Entretanto, é importante refletir, que para a Alemanha, o Brasil era um dos maiores fornecedores de matéria-prima para os Estados Unidos, tendo a maior frota mercante latino-americana (ALVES, 2002, p. 163). Por isto era necessário barrar esta atividade. O ministro da aeronáutica brasileiro divulgou que, em maio, haviam sido executadas ações de guerra contra submarinos do Eixo. O Brasil estava prendendo cidadãos alemães sem um motivo explicável. Todo este contexto fomentou entre os militares alemães o desejo de uma ação de retaliação. Todavia, no final das contas, analisou-se que a repercussão desta ação teria conseqüências maiores do que as desejadas, principalmente em relação ao Chile e à Argentina.

6.5 DESTINO TRAÇADO

Em julho de 1942, indícios mostravam que estava cada vez mais próximo o conflito declarado entre Alemanha e Brasil. A única dúvida girava em torno de qual deles tomaria a iniciativa, visto que o grau de intolerância era crescente e recíproco.

Em 21 de julho de 1942, Meynen, diplomata alemão em Buenos Aires, repassou informações que Prüfer havia enviado no dia 15. Neste documento consta que a tensão na política interna tinha se intensificado e que o presidente continuava a oscilar.⁹⁰⁴ Em 29 de

⁹⁰³ Página 300 da encadernação, 1.Skl. Ib 11/62 gKdos Chef, de 17 de junho de 1942, intitulado *Vortrag*, arquivado pelo *SeeKriegsleitung* dentro do *Grundlagende und strategische Angelegenheiten – Besprechungspunkte für Lagevorträge des Ob. D. M. beim Führen* (02.1942 a 12.1942), com código de arquivamento: **RM/7 – 1599** do BA MA.

⁹⁰⁴ Telegrama nº 2507, de 21 de julho de 1942, de Buenos Aires para o AA, arquivado dentro do *Kriegsrecht*, na pasta *Deutsche Zivilgefangene im Ausland - Brasilien* (06.1942 a 08.1942, *Band 2*), com código de arquivamento: **R-41781a** do PAAA.

julho, Meynen retransmitiu informações enviadas por Prüfer em dias anteriores. Constava que o Chefe de Polícia, amigo dos alemães, major Filinto Müller, Francisco Campos e Lourival Fonte foram exonerados.⁹⁰⁵ Para a diplomacia alemã estava explícito que a posição brasileira pendia cada vez mais para o lado dos Aliados.

Neste contexto, foram inseridos os acontecimentos finais da relação entre Alemanha e Brasil.

6.5.1 Ataque aos navios brasileiros em julho

Em 5 de julho, o *Oberkommando der Kriegsmarine* (Comando Supremo da Guerra Marinha) autorizou o ataque em algumas situações aos navios brasileiros, conforme documento a seguir:

V. Sonstiges:⁹⁰⁶

1.) Ab sofort wurde warnungsloser Waffeneinsatz freigegeben gegen alle Brasil. Handelsschiffe, d.h. auch gegen unbewaffnete, die als Brasilianer kenntlich gemachten Schiffe sowie gegen brasil. Kriegsschiffe, jedoch nur, sofern sie eine Angriffsabsicht erkennen lassen oder im Geleitedienst für nicht als brasilianisch festzustellende Handelsschiffe fahren. Das Nichtvorhandensein der für brasil. Handelsschiffe vorgeschriebene Kennzeichen gibt allein noch kein Recht zur Versenkung.⁹⁰⁷

⁹⁰⁵ Telegrama nº 2666, de 29 de julho de 1942, de Buenos Aires para o AA, arquivado tanto dentro do *Kriegsrecht*, pasta *Deutsche Zivilgefangene im Ausland - Brasilien* (06.1942 a 08.1942, *Band 2*), com código de arquivamento: **R-41781a** do PAAA, quanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA.

⁹⁰⁶ Tradução Livre:

V. Outras:

1) A partir de agora foi autorizado o uso de armas contra todos os navios comerciais brasileiros, isto quer dizer, também, contra desarmados, que sejam reconhecidos como navios brasileiros, e também contra navios de guerra. Mas apenas quando se verificar que a intenção deles for de atacar ou quando fizerem escolta de navios comerciais não-brasileiros. A inexistência dos emblemas previstos para navios comerciais brasileiros por si só não justifica o afundamento.

⁹⁰⁷ Livro de registro elaborado pelo *Oberkommando der Kriegsmarine*, p. 107 e 108, arquivado no *Lageübersicht U-Bootkrieg – Ergänzung Zur Lage U-Boote* (6.1942 a 9.1942), com código de arquivamento: **RM/7 – 842** do BA MA.

Muitos historiadores (ROHWER, 1980; GAMA, 1982; ALVES, 2007) afirmaram que nesta data foi autorizado o ataque a qualquer navio brasileiro; entretanto, o documento possibilita dupla interpretação, pois, ao final, garantiu que um navio só por ser brasileiro não poderia ser atacado. Entretanto, como todos os navios brasileiros passaram a estar armados com canhões, não precisavam outro motivo para atacar. Neste contexto, ocorreu o afundamento de três navios brasileiros em fim de julho, num período de dois dias (Quadro 11).

Seqüência de afundamentos	Data do ataque	Nome do navio atingido	Submarino que atacou	BRT
11.	26/07/1942	Tamandaré	U-66	4.942
12.	28/07/1942	Barbacena	U-66	4.772
13.	28/07/1942	Piave	U-155	2.347

Quadro 11 - Navios brasileiros atacados em julho de 1942

Fonte: Autora (2009).⁹⁰⁸

Até fim de julho foram 13 navios afundados por submarinos alemães. Entretanto, observa-se que em todos os ataques a marinha alemã apresentava uma justificativa para a ação. Até abril, os navios não teriam sido identificados antes do ataque. A partir de maio, as embarcações teriam sido atacadas porque havia sido liberado o ataque a todos os navios sul-americanos armados. Em julho, foi liberado o ataque aos navios brasileiros. Todavia, estas justificativas nunca foram enviadas ao governo brasileiro, tornando-se, assim, apenas para o conhecimento interno, e não para evitar um futuro confronto.

6.5.2 Brasileiros na França

Conforme relatório do Ministério das Relações Exteriores sobre o ano de 1942, em 14 de julho, o Itamaraty foi informado do internamento de cidadãos brasileiros em campos de concentração de Compiègne.⁹⁰⁹ Neste documento, consta que a diplomacia portuguesa e

⁹⁰⁸ Dados elaborados a partir do *Kriegstagebuch des Befehlshaber, Führer der Unterseeboote/ Befehlshaber der Unterseeboote* (1939 a 1942), com o código de arquivamento: RM 87 do BA MA.

⁹⁰⁹ Os relatórios do Ministério das Relações Exteriores estão disponíveis no site deste, com o título: **Relações Exteriores 1830-1960, na página:** <http://wwwwcr1-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>, o assunto em questão esta na página: <http://wwwwcr1-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1809/000031.html>

brasileira intercederam e conseguiram que fossem libertados. Entretanto, Carmem Schiavon (2007) que pesquisou a documentação portuguesa sobre a representação de Portugal dos interesses brasileiros na Alemanha e nos territórios conquistados, como a França, não cita nada sobre este caso. Não foi encontrado nenhum documento de intermediação da diplomacia portuguesa no AA sobre esta questão.

Por outro lado, o ministro das Relações Exteriores da Espanha, em 23 de julho, questionou Schroetter sobre o confinamento de cidadãos brasileiros em território francês. A autoridade espanhola pediu que Schroetter intercedesse, para que a situação entre ambos os países não se agravasse, já que havia melhorado a condição dos cidadãos alemães presos no Brasil.⁹¹⁰ A diplomacia do *Auswärtiges Amt* considerou bem importante este telegrama, tanto que foi arquivado em três diferentes departamentos. A agilidade para compreender os acontecimentos foi imediata. Em dois dias já havia sido elaborada uma relação de cidadãos brasileiros detidos em território francês e, no dia 27, estava pronta uma nova. Nos documentos constam, nome, nascimento e endereço, ao todo havia 40 pessoas envolvidas.⁹¹¹ Em 12 de agosto de 1942, o *Oberkommando des Heeres* informou ao AA que na Bélgica e no norte da França estavam presos 10 cidadãos brasileiros e que outros 30, entre 18 e 60 anos, estavam internados em Compiègne. Novamente repete as mesmas listas anteriores. Entretanto, este documento somente chegou ao AA no dia 19 de agosto, momento anterior à declaração de guerra por parte do Brasil.⁹¹² No dia 22 de agosto, chegou ao AA e ao Comando do Exército Alemão a informação de que os cidadãos brasileiros internados na Bélgica e na França haviam sido soltos.⁹¹³ Esta questão se encerrou quando o Brasil já havia declarado guerra à Alemanha. Não foi possível averiguar se os cidadãos brasileiros presos em julho de 1942 foram os mesmos que, conforme a documentação analisada no item 6.2.2, estavam detidos em território conquistado pela Alemanha.

⁹¹⁰ Telegrama nº 3943, de 23 de julho de 1942, de Madri para o AA, arquivado tanto dentro do *Kriegsrecht*, na pasta *Deutsche Zivilgefangene im Ausland - Brasilien* (06.1942 a 08.1942, *Band 2*), com código de arquivamento: **R-41781a** do PAAA, quanto dentro do *Kriegsrecht*, na pasta *Fremde Zivilgefangene in Deutschland - Brasilien* (1.1942 a 1944, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-41406** do PAAA, e ainda no *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA.

⁹¹¹ Documentos de 27 e 25 de julho de 1942, arquivados dentro do *Kriegsrecht*, na pasta *Fremde Zivilgefangene in Deutschland - Brasilien* (1.1942 a 1944, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-41406** do PAAA.

⁹¹² Carta nº II/9788/42, de 12 de agosto de 1942, do OKH para o AA, arquivada dentro do *Kriegsrecht*, na pasta *Fremde Zivilgefangene in Deutschland - Brasilien* (1.1942 a 1944, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-41406** do PAAA.

⁹¹³ Documento de 22 de agosto de 1942, arquivado dentro do *Kriegsrecht - Fremde Zivilgefangene in Deutschland*, na pasta *Brasilien* (1.1942 a 1944, *Band 1*), com o código de arquivamento: **R-41406** do PAAA.

6.5.3 Ataque aos navios brasileiros em agosto

Desde 11 de fevereiro de 1942, havia uma determinação (1.Skl - *Seekriegsleitung* [Comando de Guerra Marítima] Iu 354/42Gkds. Chefs) sobre limitações nas operações submarinas no Atlântico.⁹¹⁴ Ela estipulava que, nas operações para submarinos alemães no Atlântico Sul, se observaria “300 sm breiter Streifen länger Küsten von Brasilien und Uruguay”⁹¹⁵, sendo que para cada país que cortou relações diplomáticas havia dados diferentes. Neste sentido, para o território brasileiro e uruguaio está se respeitando a Zona de Segurança Continental. Para entender esta documentação é importante definir sm (*Seemeile*), que é milha náutica ou milha marítima. Uma milha náutica corresponde a 1.852 metros. Então, 300 sm correspondem a 555.600 m. Neste sentido, esta determinação permitia aos submarinos alemães operarem somente depois de 555.600 metros da costa brasileira, porque a intenção era preservar a navegação litorânea no Atlântico Sul.⁹¹⁶

Entretanto, em 6 de agosto de 1942, nova determinação foi elaborada para o litoral brasileiro (Figura 14).

⁹¹⁴ 1.Skl. Iu 354/42Gkds. Chefs, de 11 de fevereiro de 1942, *SeeKriegsleitung* (Skl), *Akten der Operationsabteilung – Akte U-boot* (1941-1942), com o código de arquivamento: **RM7 1988** do BA MA.

⁹¹⁵ Tradução livre: “uma faixa de 300 milhas náuticas de largura ao longo das costas do Brasil e do Uruguai”.

⁹¹⁶ Seitenfus (2003, p. 291) afirma que havia um comando superior das forças submarinas (Betasom) entre a Itália e a Alemanha; todavia, na documentação alemã não consta nada sobre esta possível organização, ou, até de um trabalho em conjunto.

183

Geheime Kommandosache!

A b s c h r i f t .

1.Skl.B.Nr.Iu 1525/42
Gkds.Chefs.v.6.8.42.

Cheffache!
Nur durch Offizier!

von Fernschreiben (Ausgang)

an B.d.U.

nachr. Gruppe West.

- 1.) Wegen Wiederanlaufens des Blockadebracherverkehrs ist der Uboots-Angriff auf ungesicherte Einzelfahrer auf dem Wege Anton nördlich 20° Nord ab 10.8.7 südlich 20° Nord ab 16.8.42 bis auf weiteres untersagt.
- 2.) Von den genannten Terminen ab gelten für den Weg Anton die in 1.Skl. Iu 354/42 Gkds.Chefs. niedergelegten Befehle mit der einen Erweiterung, daß den U-Booten an der brasil. Kiste ein 400 sm breiter Streifen zum Operieren freigegeben wird.

Seekriegsleitung 1.Skl.Iu 1525/42 Chefs.

=====

Für die Richtigkeit :

Opitzbooth

Oböt.Mar.Art.

V e r t e i l e r .

Prüf Nr.1 = 1 b
" 2 = / I k

Kopie aus dem Bundesarchiv

Figura 14 - Autorização de agosto de 1942

Fonte: documento arquivado no *SeeKriegsleitung*, pasta *Akten der Operationsabteilung – Akte U-boot* (1941-1942), com o código de arquivamento: **RM7 1988** do BA MA.⁹¹⁷

⁹¹⁷ Este mesmo documento consta na pasta *U-bootangelegenheiten – U-Boot Kriegführung - Brasilien* (1939-1942), com o código de arquivamento: **RM7 2336** do BA MA.
Tradução livre do documento:

Esta nova determinação, numa leitura superficial, leva ao entendimento de que houve uma ampliação do perímetro proibido para ataque. Entretanto, este documento e as pesquisas já feitas nas memórias de Dönitz (ROHWER, 1982; GOMES FILHO, 2006) induzem a uma outra lógica: a de que foi liberado para os submarinos operarem nas 400 milhas náuticas ao longo do litoral brasileiro, isto é, os 740.800 metros ao longo do litoral brasileiro não precisavam ser respeitados. Com a liberação de operação, o submarino U-507 atacou 6 navios brasileiros em 4 dias (Quadro 12). Conseqüentemente, neste momento, aconteceu um grande aumento no número de vítimas. Esta ação revoltou muito a população brasileira. As reportagens sobre o ocorrido foram inúmeras nos jornais de todo o país.⁹¹⁸

Seqüência de afundamentos	Data do ataque	Nome do navio	Mortos	Submarino que atacou	BRT
14.	15/08/1942	Baependi	270	U-507	4.801
15.	16/08/1942	Araraquara	131	U-507	4.872
16.	16/08/1942	Aníbal Benevolo	150	U-507	1.905
17.	17/08/1942	Itagiba	36	U-507	2.169
18.	17/08/1942	Araras ou Avaré	20	U-507	1.075
19.	19/08/1942	Jacyra	??	U-507	1.430

Quadro 12 - Navios brasileiros atacados em agosto de 1942

Fonte: Autora (2009).⁹¹⁹

O ataque aos navios brasileiros em seu litoral (Figura 15) ocasionou enorme revolta popular, que deu motivos para intensificar ações contra cidadãos alemães que estavam no Brasil e contra cidadãos brasileiros de origem alemã.

1.Skl. B.Nr. Iu 1525/42
Gkds. Chefs. V. 6.8.42.

Para comunicação (solução)
B.d.U.

Para Grupo oeste

1.) Por causa da retomada do trânsito que rompe o bloqueio está proibido, até ordem em contrário, o ataque submarino a (navios) individuais sem escolta na rota Anton 20 graus norte a partir de 10 de agosto - ao sul 20 graus sul a partir de 16 de agosto de 1942.

2.)A partir das datas citadas, valem, para a rota Anton, as determinações estabelecidas no 1. Skl. Iu 354/42 GKDS. Chefs., com uma ampliação no sentido de que se libera para os submarinos [que atuam] na costa brasileira uma faixa de 400 milhas náuticas para operar.

Comando de Guerra Marítima, 1.Skl. Iu 1525/42 Chefs.”

⁹¹⁸ Por exemplo, na capa do jornal *Correio do Povo* a manchete anunciava: "O mais covarde de todos os atentados, contra unidades da Marinha Mercante Brasileira" (18 de agosto de 1942 – Nº 192 - Ano XLVIII – capa).

⁹¹⁹ Dados elaborados a partir do *Kriegstagebuch des Befehlshaber, Führer der Unterseeboote/ Befehlshaber der Unterseeboote* (1939 a 1942), com o código de arquivamento: **RM 87/7** do BA MA.

LEGENDA:	1- Alegrete	2-Barbacena	3- Parnaíba
4- Piave	5-Tamandaré	6-Comandante Lira	7 - Baependi
8- Araraquara	9- Aníbal Benévolo	10 – Itagiba e Avaré	11- Jacira

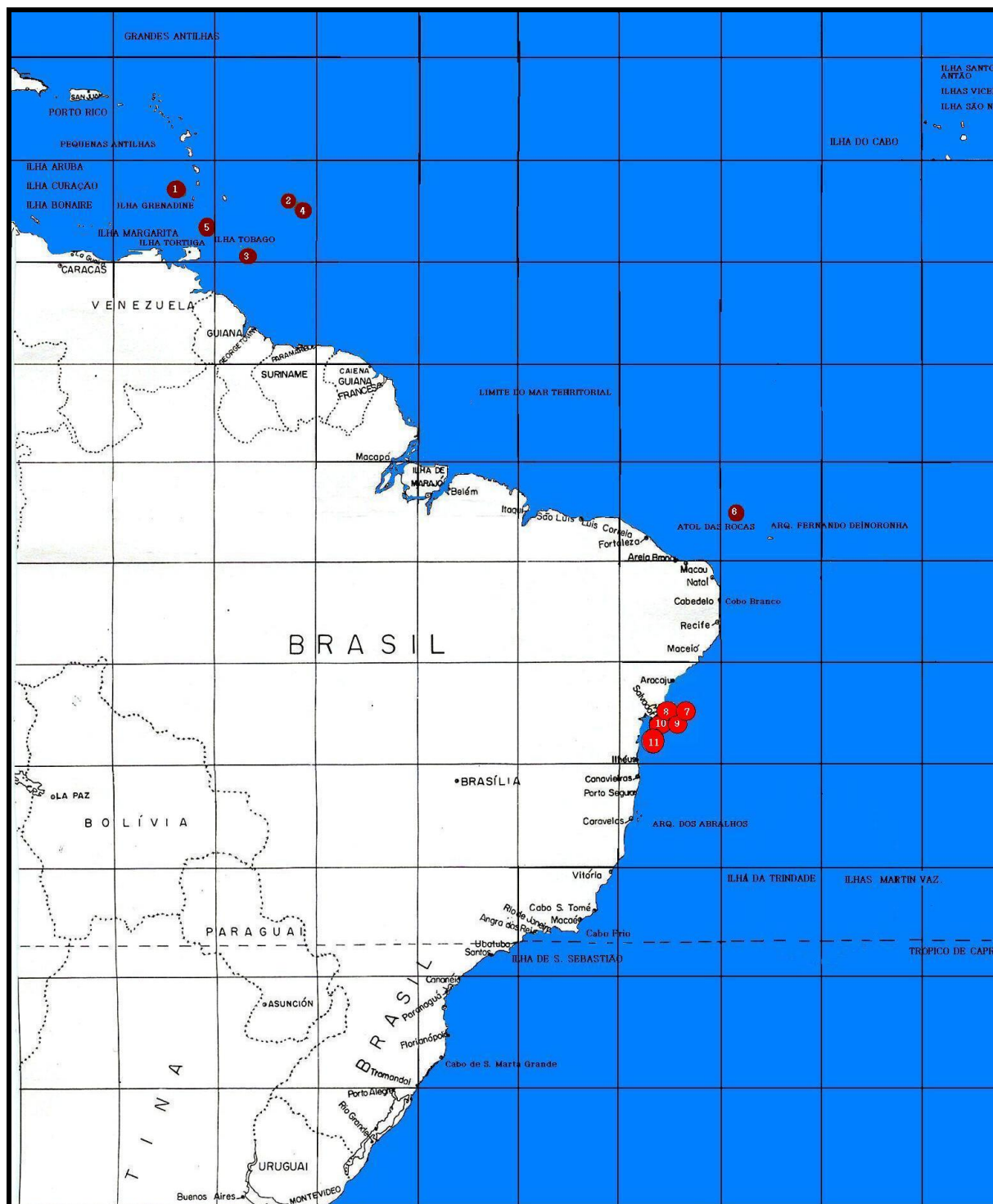


Figura 15 - Mapa dos navios brasileiros afundados no Atlântico Sul

Fonte: CAMINHA, João C. Gonçalves. **História marítima**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980, s/p. Com adaptações da autora.

Em 18 de agosto, Meynen telegrafou ao AA informando que na região sul a situação tinha se agravado, estava proibida qualquer comunicação em alemão. Este documento foi arquivado em três diferentes departamentos dentro do AA e ainda foi enviado para outras pessoas.⁹²⁰

Neste momento, Schroetter questionou quais eram as garantias do navio Cuyaba chegar em segurança na Europa, pois este transportaria os repatriados. O governo brasileiro também estava solicitando aos Aliados garantias para a viagem deste navio.⁹²¹ Em outro telegrama deste mesmo dia, Schroetter informou que Prüfer estava confinado em casa, podendo ir somente ao jardim. Os demais funcionários da embaixada tinham a mesma liberdade de antes.⁹²² Quer dizer, os ataques aos navios brasileiros estavam dificultando e restringindo ainda mais a vida dos cidadãos alemães que estavam no Brasil, e isolando Prüfer.

Em 19 de agosto, o embaixador alemão de Santiago, Schoen, telegrafou avisando que o governo chileno estava organizando um enérgico protesto contra o ataque de submarinos alemães a navios brasileiros.⁹²³ No dia seguinte, esta informação já estava registrada nos relatórios elaborados pelo *Ausland/Abwehr*.⁹²⁴

As notícias que chegaram de Madri informavam que a situação estava cada vez mais complicada para cidadãos alemães no Brasil, e reafirmavam que o embaixador não podia sair da sua residência.⁹²⁵ No mesmo dia, Schroetter repassou as informações enviadas pelo embaixador espanhol do Rio de Janeiro de que grandes manifestações contra os países do

⁹²⁰ Telegrama n° 2949, de 18 de agosto de 1942, de Buenos Aires para o AA, arquivado tanto dentro do *Kriegsrecht*, na pasta *Deutsche Zivilgefangene im Ausland - Brasilien* (06.1942 a 08.1942, *Band 2*), com código de arquivamento: **R-41781a** do PAAA, quanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA, e ainda dentro do *Rechts-abteilung (1919-1945)*, na pasta *Volkerrecht-Kriegerecht - Brasilien* (1942 a 1943), com o código de arquivamento **R-40018** do PAAA.

⁹²¹ Telegrama n° 4314, de 18 de agosto de 1942, de Madri para o AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA.

⁹²² Telegrama n° 4315, de 18 de agosto de 1942, de Madri para o AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA.

⁹²³ Telegrama n° 993, de 19 de agosto de 1942, de Santiago para o AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA.

⁹²⁴ Documento de 20 de agosto de 1942, arquivado pelo *Oberkommando der Wehrmacht*, setor *Gruppe Ausland*, pasta *allgemein - ND - Mitteilung zur Unterrichtung der Attachés (Band 5, 03.1942 a 10.1942)*, com código de arquivamento: **RW/5 370** do BA MA.

⁹²⁵ Telegrama n° 4330, de 20 de agosto de 1942, de Madri para o AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA.

Eixo, em função do afundamento dos navios brasileiros em suas costas, estavam ocorrendo por todo o país. As autoridades estavam falando em uma reação a estes afundamentos.⁹²⁶

Em 22 de agosto, Meynen informou que Prüfer, há 4 dias, estava incomunicável.⁹²⁷ Neste mesmo dia, o AA encaminhou para o embaixador espanhol no Rio de Janeiro uma comunicação solicitando averiguações em diversas situações envolvendo cidadãos alemães.⁹²⁸ Um dos casos era a morte de uma pessoa de nacionalidade alemã em Santana do Livramento⁹²⁹.

No dia 23 de agosto, Meynen retransmitiu a instrução do Ministério das Relações Exteriores do Brasil aos seus postos diplomáticos na América, que justificava a declaração de guerra junto à Alemanha e à Itália.⁹³⁰

Até 24 de agosto, o Chile, como já abordado, e o Peru, expressaram solidariedade ao Brasil.⁹³¹ A seqüência das ações militares alemãs aguardava a definição da Argentina sobre esta questão.⁹³² Na última semana de agosto, o Skl - *Seekriegsleitung* (Comando de Guerra Marítima) observou que a declaração de guerra brasileira trouxe uma conseqüência desfavorável, pois agora teriam de cuidar ainda mais para não atingir navios argentinos ou chilenos que poderiam estar nos portos brasileiros ou navegando no litoral brasileiro. Ainda

⁹²⁶ Telegrama nº 4331, de 20 de agosto de 1942, de Madri para o AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band* 2), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA.

⁹²⁷ Telegrama nº 3022, de 22 de agosto de 1942, de Buenos Aires para o AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band* 2), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA.

⁹²⁸ Telegrama nº 3357, de 22 de agosto de 1942, do AA para Madri, arquivado dentro do *Kriegsrecht*, pasta *Deutsche Zivilgefangene im Ausland - Brasilien* (06.1942 a 08.1942, *Band* 2), com código de arquivamento: **R-41781a** do PAAA.

⁹²⁹ Fato que realmente ocorreu, pois em 19 de agosto, o interventor federal do Rio Grande do Sul comunicou, num telegrama secreto e urgente para o ministro da Justiça, a morte de um cidadão alemão em Santana do Livramento (Telegrama de 19-8-1942, **Fundo: Correspondência dos Governadores** – CG Maço 149 – Correspondência Recebida – segundo semestre 1942 do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul).

⁹³⁰ Telegrama nº 3039, de 23 de agosto de 1942, de Buenos Aires para o AA, arquivado tanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band* 2), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA, quanto dentro do *Rechts-abteilung (1919 a 1945)*, na pasta *Volkerrecht-Kriegerecht – Brasilien* (1942 a 1943), com o código de arquivamento: **R-40018** do PAAA.

⁹³¹ Telegrama nº 3055, de 24 de agosto de 1942, de Buenos Aires para o AA, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band* 2), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA,

⁹³² Relatórios semanais, de 17 a 23 de agosto de 1942, p. 193, do *SeeKriegsleitung* (Skl) *Teil B VIII*, temática *Völkerrecht, Politik, Propaganda*, denominado *Lageübersicht zu Politik, Völkerrecht und Propaganda* (de janeiro a dezembro de 1942), com código de arquivamento: **RM/7-113** do BA MA.

estavam esperando quais seriam as reações do Chile e da Argentina.⁹³³ Em 4 de setembro, consta que as reações na Argentina e no Chile foram muito intensas, além de todos os países latino-americanos declararem solidariedade ao Brasil.⁹³⁴ Esse fato levou o *Auswärtiges Amt* a determinar que o U-507 deveria retirar-se do litoral brasileiro.

Oficialmente, em 24 de agosto de 1942, o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha foi informado da declaração de guerra brasileira pela diplomacia portuguesa.⁹³⁵ Neste momento, estava encerrada qualquer expectativa de melhorar as relações entre Alemanha e Brasil. Agora as atividades eram de dois países beligerantes. As novas notícias sobre prisão de cidadãos alemães que continuaram a chegar ao AA tinham só como interlocutor a Embaixada Espanhola no Rio de Janeiro e as intervenções da Cruz Vermelha Internacional.⁹³⁶

6.6 DISCUSSÕES SEM NENHUMA REPERCUSSÃO NO BRASIL

Três assuntos, durante o primeiro semestre de 1942, fizeram parte das discussões das autoridades alemãs entre si. Entretanto, eles não tiveram qualquer interferência na condução das relações entre Alemanha e Brasil. Dois desses temas envolveram as forças armadas: primeiro é o caso dos espiões alemães no Brasil; segundo, o armamento que havia sido encomendado pelo governo brasileiro em 1938 e 1939. O outro assunto envolveu o Ministério das Relações Exteriores: trata-se do caso Plínio Salgado.

⁹³³ Relatórios semanais, de 24 a 30 de agosto de 1942, p. 196 e 197, do *SeeKriegsleitung, Teil B VIII*, temática *Völkerrecht, Politik, Propaganda*, denominado *Lageübersicht zu Politik, Völkerrecht und Propaganda* (de janeiro a dezembro de 1942), com código de arquivamento: **RM/7-113** do BA MA.

⁹³⁴ Relatório de 4 de setembro de 1942, p. 221, do *SeeKriegsleitung (SkI), Teil B VIII*, temática *Völkerrecht, Politik, Propaganda*, denominado *Lageübersicht zu Politik, Völkerrecht und Propaganda* (de janeiro a dezembro de 1942), com código de arquivamento: **RM/7-113** do BA MA.

⁹³⁵ Registro nº 60, entre o diplomata português e Erdmannsdorff, de 24 de agosto de 1942, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA.

⁹³⁶ Documentos arquivados dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA.

6.6.1 Espiões

Na documentação alemã existem diversos registros sobre informações que a rede de espionagem alemã no Brasil obteve, principalmente, sobre os navios que passavam pelos portos brasileiros. Entretanto, sobre os indivíduos envolvidos na mesma, até junho de 1942, nada constava. Talvez, porque nem mesmo nas forças armadas alemãs havia o registro das pessoas envolvidas. Conforme Hilton (1977, p. 20 e ss.), a atuação da *Abwehr* nos países estrangeiros tinha como finalidade coletar informações que pudessem ser úteis aos militares do III *Reich*. Para isto, era necessário recrutar pessoas que fossem leais aos interesses da Alemanha, não precisando ser um espião com formação para atuar no estrangeiro; poderiam ser pessoas interessadas.⁹³⁷ Neste sentido, se compreende a falta de informações que havia sobre os atores na rede de espionagem alemã no Brasil dentro das forças armadas alemãs.

O primeiro registro alemão encontrado sobre a rede de espionagem alemã no Brasil ocorreu em 10 de junho de 1942 e foi elaborado pelo *Korvettenkapitän* Hermann Bohny. Este indivíduo atuava na Embaixada Alemã no Rio de Janeiro e foi repatriado com o primeiro grupo de alemães que retornaram à Alemanha, em 3 de maio de 1942. A partir de 10 de junho, Bohny produziu alguns documentos. Um abordou a viagem de repatriamento do Brasil à Alemanha.⁹³⁸ O outro abordou a situação no Brasil. Neste último, após uma análise da política interna e externa do país, consta que, em dois anos e meio de atividades, patrióticos cidadãos alemães e também descendentes, bem como um brasileiro, atuaram no interesse do governo do III *Reich* e da sua marinha. A espionagem foi caracterizada pela coragem ou habilidade, mas também, em alguns casos, pela motivação financeira.⁹³⁹ Em outro documento Bohny detalhou a rede de espionagem no Brasil.⁹⁴⁰ Esta tese não pretende analisar os atores da rede

⁹³⁷ Para maiores informações sobre a rede de espionagem montada ver as obras de Stanley Hilton (1977); Priscila Perazzo (1999) e Maria Luiza Tucci Carneiro (1997). Estas obras trabalharam com a documentação brasileira sobre a rede de espionagem. Na documentação alemã se confirma os personagens citados e acrescenta-se mais alguns que não foram presos, como por exemplo, os espiões Ivan e Laura, já citados nesta tese.

⁹³⁸ Documento intitulado *Reisebericht*, de 10 de junho de 1942, assinado por Bohny, arquivado no Departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento: **RM/7 – 1298** do BA MA.

⁹³⁹ Documento intitulado *Abschluss-Bericht Brasilien*, de 10 de junho de 1942, assinado por Bohny, arquivado tanto dentro do Departamento *Rechtsangelegenheiten*, pasta *Neutralitätsrecht – Ausübung der Neutralität: Brasilien 1939-1942*, com código de arquivamento **RM/7 – 1298** do BA MA, quanto dentro do departamento *Marineattachégruppe*, na pasta *Marineattachéabteilung – 2. Länderakten Brasilien* (3.1940 a 9.1942), com o código de arquivamento: **RM11-49** do BA MA.

⁹⁴⁰ Carta intitulada *Brasilien*, de 3 de julho de 1942, assinada por Bohny, arquivada dentro do departamento *Marineattachégruppe*, na pasta *Marineattachéabteilung – 2. Länderakten Brasilien* (3.1940 a 9.1942), com o código de arquivamento: **RM11-49** do BA MA.

de espionagem, principalmente porque esta seria quase uma nova tese, mas sim, esclarecer a ação da mesma e sua importância nas relações entre Alemanha e Brasil, fato abordado no decorrer desta tese.⁹⁴¹

6.6.2 Armamentos

Mesmo com a ruptura nas relações diplomáticas entre o Brasil e Alemanha, o Ministério das Relações Exteriores, as forças armadas da Alemanha e as empresas de armamentos, principalmente a Krupp, continuaram discutindo sobre o destino das armas encomendas e pagas pelo governo brasileiro.⁹⁴² Em 25 de fevereiro de 1942, o *Oberkommando des Heeres* afirmou que deveriam ser despachadas as armas pagas.⁹⁴³ Outros 3 países sul-americanos (a Argentina, o Chile e o Paraguai), além do Brasil, tinham material bélico armazenado, em 1942, que havia sido adquirido de empresas alemãs. Estes países não conseguiram transportar o armamento para seus respectivos territórios, em função do bloqueio continental.⁹⁴⁴ Entretanto, em 23 de abril, numa avaliação do AA, diz-se que os armamentos do Chile e da Argentina não deveriam ser confiscados, mas no caso brasileiro não haveria remorso, em função das ações do governo brasileiro (decreto-lei nº 4.166 e a prisão dos cidadãos alemães no Brasil).⁹⁴⁵ Em 4 de maio de 1942, o chefe do *Oberkommando der Wehrmacht* (Comando Supremo do Exército) informou às empresas Krupp e Carl Zeiss que determinados armamentos estavam sendo confiscados do depósito de armamentos destinados para o Brasil. Também solicitou que esta atitude não fosse informada ao governo brasileiro,

⁹⁴¹ Principalmente, porque a documentação alemã não confere com os prontuários elaborados pela polícia brasileira do período. Um exemplo é o prontuário de Niels Christian Christensen, que o qualifica como espião, enquanto nos relatórios de Bohny ele não foi citado.

⁹⁴² Os documentos desta pasta tratam especificamente dos armamentos encomendados pelo Brasil. Esta documentação foi arquivada pelo governo do III *Reich* junto ao departamento ou setor que fazia a interlocução com o *Auswärtiges Amt*, a pasta *Handelspolitische Abteilung* (1936-1945) - *Handel mit Kriegsgerät. – Brasilien*, 1942-1943, com o código de arquivamento: **R 901/68432** do *Bundesarchiv Reich*.

⁹⁴³ Carta secreta de 25 de fevereiro de 1942, nº 76h/k AHA/Ag K/M VI E 3, do OKH para o AA, arquivada dentro do *Auswärtiges Amt*, na pasta *Handelspolitische Abteilung* (1936-1945) - *Handel mit Kriegsgerät. – Brasilien*, 1942-1943, com o código de arquivamento: **R 901/68432** do *Bundesarchiv Reich*.

⁹⁴⁴ Registro secreto de 25 de março de 1942, Wi VIIb Südamerika, arquivado dentro do *Auswärtiges Amt*, na pasta *Handelspolitische Abteilung* (1936-1945) - *Handel mit Kriegsgerät. – Brasilien*, 1942-1943, com o código de arquivamento: **R 901/68432** do *Bundesarchiv Reich*.

⁹⁴⁵ Registro secreto de 23 de abril de 1942, Ha Pol 2150, arquivado dentro do *Auswärtiges Amt*, na pasta *Handelspolitische Abteilung* (1936-1945) - *Handel mit Kriegsgerät. – Brasilien*, 1942-1943, com o código de arquivamento: **R 901/68432** do *Bundesarchiv Reich*.

pois a mesma estava sendo feita sem o conhecimento do mesmo. Foram enviadas cópias destas cartas ao AA.⁹⁴⁶ Após a declaração de guerra por parte do Brasil, outros armamentos também foram confiscados.⁹⁴⁷

Outra discussão entre autoridades militares, diplomáticas e econômicas da Alemanha foi sobre o destino que seria dado ao dinheiro depositado para o pagamento destes armamentos.⁹⁴⁸

O Brasil comprou e pagou os armamentos adquiridos de empresas alemãs. O bloqueio continental impediu o transporte do referido material, a situação foi se complicando e, com o passar do tempo, estes armamentos foram confiscados. Sobre o dinheiro depositado não foram encontradas informações, além disso, o tema se refere a um período temporal não abrangido por esta tese.

6.6.3 Plínio Salgado

Em 11 de junho de 1942, o representante da Embaixada Portuguesa em Berlim, Graf della Porta, questionou Woermann por que agentes alemães estavam permanecendo em contato com Plínio Salgado.⁹⁴⁹ No dia seguinte, foi elaborado um relatório interno do AA sobre Plínio Salgado e os motivos dos contatos diplomáticos por parte dos alemães. Neste documento, consta que as intenções eram: se no período posterior ao término da guerra este personagem retornasse à vida política no Brasil, os contatos já estariam estabelecidos. Entretanto, afirmava-se que eles não deveriam ser muito estreitos.⁹⁵⁰ Em 30 de junho, numa

⁹⁴⁶ Cartas secretas de 4 de maio de 1942, do *Oberkommando der Wehrmacht* para Krupp e Carl Zeiss, arquivadas dentro da pasta *Handelspolitische Abteilung* (1936-1945) - *Handel mit Kriegsgerät. – Brasilien, 1942-1943*, com o código de arquivamento: **R 901/68432** do *Bundesarchiv Reich*.

⁹⁴⁷ Carta de 12 de outubro de 1942, do *Oberkommando der Wehrmacht* para Krupp, arquivada dentro do *Auswärtiges Amt*, na pasta *Handelspolitische Abteilung* (1936-1945) - *Handel mit Kriegsgerät. – Brasilien, 1942-1943*, com o código de arquivamento: **R 901/68432** do *Bundesarchiv Reich*.

⁹⁴⁸ Para maiores detalhes ver a documentação arquivada dentro do *Auswärtiges Amt*, na pasta *Handelspolitische Abteilung* (1936-1945) - *Handel mit Kriegsgerät. – Brasilien, 1942-1943*, com o código de arquivamento: **R 901/68432** do *Bundesarchiv Reich*.

⁹⁴⁹ Registro nº 389 da audiência, entre diplomata português e Woermann, de 11 de junho de 1942, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA.

⁹⁵⁰ Documento interno Pol IX 6357/42, documento assinado por Freytag, de 12 de junho de 1942, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA.

nova audiência entre Woermann e Graf della Porta, informou-se à diplomacia portuguesa que as relações entre cidadãos alemães e Plínio Salgado não tinham objetivos políticos.⁹⁵¹ Quer dizer, o *Untersaatssekretär* não disse toda a verdade, mas este assunto se encerrou na documentação diplomática alemã, demonstrando que foi gerado pela necessidade de fornecer uma resposta à diplomacia portuguesa e que assim se encerrou.

Neste sentido, a documentação alemã inviabiliza a tese levantada por Seitenfus (2003, p. 285 e ss.) de que o integralismo e o Eixo preparavam-se para, no pós-guerra, coordenar uma conspiração integralista no Brasil, com apoio nazista e fascista. Não quer dizer que esta preparação não possa ter ocorrido com auxílio italiano; todavia, não há registros sobre auxílio diplomático ou militar alemão.

6.7 CONCLUSÃO PARCIAL

Logo após a declaração brasileira do corte das relações diplomáticas, a diplomacia alemã ainda tinha esperanças de que em algum momento poderia haver, por parte do Brasil, um retorno à condição de neutralidade. Esperança que, com o passar dos meses, foi se diluindo, tornando-se antes, uma certeza da vontade de tornar-se beligerante. A primeira medida tomada na nova situação de janeiro de 1942 foi a de tentar encontrar uma diplomacia que representasse os interesses de seus cidadãos em solo brasileiro. O Brasil já havia estruturado sua representação, dias antes do corte das relações diplomáticas, junto à diplomacia portuguesa. A Alemanha teve de fazer isto em poucos dias, sem muitas negociações, junto ao governo espanhol.

Neste período, as comunicações oficiais espanholas enviadas para a Alemanha abordavam a situação dos cidadãos alemães e não as ações do governo brasileiro, porque a função da diplomacia espanhola em relação à Alemanha se restringia à representação jurídica dos interesses dos cidadãos alemães. Para suprir a carência de informações sobre a política brasileira, a Embaixada Alemã de Buenos Aires passou a ser o centro do repasse das

⁹⁵¹ Registro nº 414 da audiência, entre diplomata português e Woermann, de 30 de junho de 1942, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (3.1942 a 8.1943, *Band 2*), com o código de arquivamento: **R-29549** do PAAA.

informações enviadas por Prüfer e pela espionagem, além do envio de dados divulgados pela imprensa.

A marinha alemã executou ataques desordenados a todos os navios que transportavam matéria-prima para os EUA. Neste contexto, até navios chilenos e argentinos foram atingidos, fato que gerou a emissão pelo III *Reich* de documentos solicitando um cuidado redobrado para não se repetir estes atos, já que estes eram os únicos países ainda neutros no continente americano. As ações dos submarinos alemães foram de agressividade para com todos os navios dos países que cortaram relações diplomáticas.

Este período foi o de maior interferência militar nas relações entre Alemanha e Brasil, tanto questionando e gerenciando as regras para os ataques dos submarinos, quanto planejando o ataque aos portos brasileiros, além do acompanhamento de todas as negociações diplomáticas para o repatriamento, e das prisões das pessoas com cidadania alemã no Brasil.

Percebe-se que os oficiais responsáveis pelos registros da marinha alemã em janeiro de 1942 não estavam preparados para incorporar uma nova frente de batalha, pois foi somente a partir do segundo trimestre que conseguiram organizar-se um pouco melhor. As informações do primeiro trimestre demoraram muito para circular nos principais órgãos governamentais do III *Reich*, mesmo depois de ter sido solicitada. Fato que dificultou, por exemplo, o retorno à nota de protesto de março do governo brasileiro, sobre o afundamento de quatro de seus navios. Se estivessem mais bem organizados talvez o AA tivesse dado algum retorno à nota de protesto do governo brasileiro, fato que poderia ter amenizado um pouco as relações entre Brasil e Alemanha. Mas que, de fato, pouco iria interferir no alinhamento do Brasil junto aos Estados Unidos. Entretanto, esta é apenas uma suposição, para a qual não há nenhuma evidência documental.

As reações de fevereiro e março de 1942, por parte do governo brasileiro, geraram novos ressentimentos, tanto o decreto-lei nº 4.166 quanto a prisão de *Reichsdeutsche*. As ações contra cidadãos alemães foram consideradas de ordem crítica, tanto que o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha executou dois movimentos. Um foi o contato com a Cruz Vermelha Internacional, para que este órgão averiguasse junto ao governo brasileiro a situação; o outro foi que o próprio Ribbentrop escreveu para a diplomacia espanhola afirmando que, se o governo brasileiro não mudasse sua atitude, os cidadãos brasileiros na Alemanha iriam sofrer as conseqüências. Ambas as ações ou apenas uma delas tiveram o resultado desejado - fato é que a partir de julho a situação dos *Reichsdeutsche* presos havia melhorado.

Até junho de 1942, não houve a possibilidade do *III Reich* executar ações de represálias aos cidadãos brasileiros que estavam na Alemanha. Entretanto, o governo alemão continuou a não dar retorno para os questionamentos aos ataques dos submarinos alemães aos navios brasileiros.

O repatriamento dos cidadãos alemães que estavam no Brasil e dos cidadãos brasileiros que estavam na Alemanha foi uma das negociações menos problemáticas. Numa análise geral, foram atendidos os pedidos de ambos os lados, mesmo que Prüfer executasse um movimento para retardar sua saída do Brasil, pois acreditava que deste modo conseguiria ampliar o número de cidadãos alemães a serem repatriados. Também, assim, poderia analisar a situação brasileira *in loco*, e mandar informações para a Alemanha através de Buenos Aires. Entretanto, em agosto sua situação não era mais de liberdade, provavelmente este tenha sido o motivo para não insistir em permanecer no país.

O governo brasileiro, no intuito de proporcionar mais segurança às embarcações nacionais, juntamente com os Estados Unidos, equipou os navios mercantes com pelo menos um canhão. Este ato, provavelmente entre outros, irritou a marinha alemã, tanto é que, na segunda quinzena de maio, havia uma ordem permitindo que fossem atacados os navios sul-americanos armados que realizavam o comércio com os Estados Unidos, com exceção dos argentinos e dos chilenos. Com isto, novos navios brasileiros foram atacados e afundados, entre maio e junho.

Nesse contexto, a Força Aérea Brasileira divulgou que submarinos eixistas foram atacados, sendo que um teria sido afundado. A notícia espalhada não foi confirmada pelos militares alemães e italianos, todavia a suposta ação proporcionou a certeza de que o Brasil pretendia executar atitudes de guerra, mesmo não a tendo declarado, situação que se tornava mais complexa a cada dia. O ânimo alemão, principalmente dos militares, era bem pessimista, tanto que até intensificaram a discussão no planejamento de um possível ataque a portos brasileiros, que já havia sido planejado dias antes. Em junho, diversos militares se envolveram nesse debate, gerando vários documentos. Esse fato demonstra que a ação não foi elaborada por um único militar, ao contrário, envolveu diversas pessoas que estavam incomodadas com a ação do governo brasileiro e que desejavam diminuir o fornecimento de matérias-primas para os Estados Unidos. Ao final, Hitler desistiu da ação, em função do contexto político com a Argentina e o Chile.

Nos registros da marinha alemã sobre o afundamento dos 13 navios mercantes brasileiros, entre fevereiro e julho de 1942, consta que, ou os navios não teriam sido

identificados antes do ataque, ou foram atacados porque havia sido liberado o ataque a todos os navios sul-americanos armados, ou porque tiveram atitude suspeita ou escolta de outros navios. Quer dizer, internamente as ações dos submarinos alemães se justificavam; entretanto, perante o governo brasileiro os ataques eram características de beligerância.

Neste sentido, tanto a Alemanha quanto o Brasil tomaram atitudes de beligerantes, enquanto, formalmente, haviam apenas cortado as relações diplomáticas.

Em agosto, a situação não apresentava mais possibilidade de volta, pois os ânimos estavam exaltados, de ambos os lados, somando-se a esse contexto a autorização do *SkI - Seekriegsleitung* (Comando de Guerra Marítima) para serem feitas investidas na costa brasileira. Nesse momento, navios de passageiros começaram a ser torpedeados no litoral do país pelo submarino U-507. Os ataques ocasionaram a morte de mais de 600 pessoas. A situação não foi mais grave porque a Argentina e o Chile demonstraram indignação, fato que levou o U-507 a retirar-se do litoral brasileiro. Esta nova ação alemã justificou a declaração de guerra brasileira à Alemanha e à Itália.

CONCLUSÃO

As relações da Alemanha com o Brasil, entre 1937 e 1942, transcorreram em duas conjunturas históricas distintas: a primeira, de pré-guerra, que, nesta tese, foi denominada de “os anos anteriores ao início da guerra”; e a segunda, de guerra propriamente dita, iniciada em setembro de 1939. As relações diplomáticas, políticas e militares entre os dois países, nestes períodos, alteraram-se conforme as mudanças do contexto histórico vivenciado pelos dois países, isto é, a política externa foi guiada pelas circunstâncias e não por uma postura pré-estabelecida. A partir de 1939, quando se iniciou a guerra, as relações diplomáticas ainda tiveram que considerar as necessidades que o conflito europeu e depois mundial exigiam. Neste novo contexto, a diplomacia alemã tinha como finalidade manter o governo brasileiro na sua posição de neutralidade.

Fazer uma análise dos fatos destes anos como sendo um único contexto, ou, ainda, analisar os acontecimentos ocorridos entre 1938 a 1942 como fazendo parte do mesmo período induz a incoerências e generalizações, minimizando o intenso e rico contexto histórico. Por exemplo, nos anos analisados por esta tese, três diferentes diplomatas alemães responderam pela embaixada deste país no Rio de Janeiro. Ritter foi o primeiro, e por muitos historiadores foi considerado o mais intransigente, com menores qualidades de negociação e o maior partidário da NSDAP; entretanto, pelo conjunto da documentação diplomática, nota-se que foi o funcionário que tinha maior clareza de que seu trabalho consistia em defender os interesses dos cidadãos alemães e não dos descendentes. Von Levetzow e Prüfer confundiam os interesses dos *Reichsdeutsche* e dos descendentes de imigrantes alemães, além de que o segundo só foi nomeado para o posto diplomático no Brasil depois de uma autorização do

partido nazista. Entretanto, em função da necessidade de acalmar os ânimos dos brasileiros, isto é, um contexto diplomático e histórico muito diferente do vivenciado por Ritter, von Levetzow e Prüfer tiveram de ser mais ponderados nas relações diplomáticas, por isto foram considerados mais condizentes com a realidade brasileira. Não se pode esquecer que von Levetzow não exercia as funções de embaixador e por isto não podia tomar atitudes mais incisivas. Além disso, precisava incentivar a retomada plena das relações diplomáticas e Prüfer, em função do contexto de guerra, precisava tentar manter a neutralidade brasileira. Muitos historiadores, ao compararem a atuação destes três diplomatas, esquecem-se de que apenas Ritter e Prüfer eram embaixadores, isto é, havia diferenças na função diplomática de cada um, além de que o contexto histórico e diplomático vivenciado por cada um destes personagens exigia ações diferentes.

No período anterior a 1939, houve certa permanência de estruturas políticas e diplomáticas nas relações entre a Alemanha e o Brasil e não houve uma presença das forças armadas. Isso se devia ao fato de que o regime político adotado por Adolf Hitler na Alemanha era totalitário, como tal, tinha um partido político único, a NSDAP, uma polícia secreta e somente o líder poderia interpretar ou corrigir a ideologia. Outra característica que influenciou as relações diplomáticas e políticas entre Alemanha e Brasil foi a duplicação de cargos, tanto dentro do partido quanto dentro da estrutura governamental que levava a competição entre as diferentes áreas da estrutura estatal e partidária.

A tomada de poder por Adolf Hitler ocorreu num período de certa calma nas relações entre as nações, 1933, pois não havia iniciado o conflito mundial. Mesmo havendo um ambiente de revanchismo, uma guerra ainda não estava no horizonte, tanto que não foi dada a devida importância pelos demais países ao processo de rearmamento que passou a ser intensificado na Alemanha. O novo modo de governar, aos poucos, foi alterando a política interna; entretanto, somente depois de alguns anos, houve certo consenso, que ocorreu através de uma progressiva interferência nos ministérios. Para isto, foram utilizados os mais variados meios de propaganda para difundir as idéias nazistas, além de se criarem leis restritivas para a população e eliminarem ou subordinarem os poderes legislativo e judiciário ao comando de Hitler. Após quatro anos, foram provocados rearranjos políticos dentro da estrutura governamental alemã. Assim, alteraram-se os rumos da política interna e, posteriormente, houve ajustes mais profundos na estrutura da política externa. Neste caso o processo foi mais lento, a redefinição dos interesses estratégicos voltados para os interesses do partido nazista foi gradual. Somente em 1938, com a nomeação de Ribbentrop como ministro, um partidário

convicto da NSDAP, percebe-se uma interferência substancial na estrutura do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, pois, neste momento, a troca de ministros deixou clara a nova conjuntura: de um ambiente gerenciado por diplomatas de carreira passou a assumir o grupo vinculado às idéias do nacional-socialismo. Esta reestruturação na Alemanha fazia parte do modo de governar do regime totalitário adotado pelo país, não podendo ser feita uma relação direta com o início da organização para a guerra, pois esta foi uma consequência da nova forma de governo e não a geradora deste regime político.

Ao comparar o processo de estruturação do nazismo com as ações do regime de Vargas percebe-se que houve similaridades, por serem dois regimes autoritários. Entretanto, é preciso frisar, que Hitler adotou um regime totalitário e Vargas presidia um regime de características apenas autoritárias. Isto é, Vargas foi centralizador, mas não estava baseado numa estrutura partidária, tanto que uma das primeiras ações foi abolir todos os partidos. Outra característica do governo de Vargas foi o fato de que suas ações não interferiram tão profundamente na vida dos cidadãos brasileiros.

Até fins de 1937, houve certa proximidade política entre os governos de Getúlio Vargas e de Adolf Hitler; todavia, tinham entendimentos divergentes sobre a concepção de nacionalidade. Isto porque o conceito de nação alemã remetia a um passado em comum e o brasileiro tentava projetar um futuro em comum. Estas divergências tiveram pouca importância no período em que ambos os países estavam estruturando sua política interna e externa, isto é, até fins de 1937. Todavia, a partir de 1938, com as novas leis nacionalizadoras do governo brasileiro ocorreu o choque entre as posturas assumidas em relação ao nacionalismo, pois o governo brasileiro passou a desejar e impor leis que exigiam que seus habitantes demonstrassem traços identitários e de patriotismo. Para tal, a população deveria evidenciar características de uma vivência em comum, dentre elas, o uso da língua portuguesa no dia-a-dia, a desvalorização de símbolos culturais de outros países e o serviço militar obrigatório prestado no Brasil.

Ainda que essas concepções diferentes constituíssem fontes de tensões, continuava a haver razões de aproximação. Assim, o grande interesse alemão nas relações com o Brasil era o comércio, porque a Alemanha carecia de matérias-primas diversificadas e produtos agrícolas, e também necessitava de um mercado consumidor para seus inúmeros produtos industrializados. Já o Brasil possuía uma diversidade de matérias-primas e também o desejo de consumir muitos produtos manufaturados. Dessa situação, ambos os países usufruíram de inúmeras vantagens através do comércio de compensação, pois este possibilitou atender às

intenções comerciais de ambos os lados. As relações comerciais estiveram em franco crescimento até o início da guerra na Europa, quando a Inglaterra usou como principal modalidade estratégica o bloqueio naval que atingiu as relações comerciais entre a América Latina e a Alemanha, tornando praticamente nulas as transações comerciais entre as duas regiões, já em 1940. Este fato gerou o corte de um dos principais elos entre Brasil e Alemanha, isto é, as relações comerciais. Para tentar amenizar a situação, o *III Reich* fez diversas propostas garantindo que, ao término da guerra, as relações comerciais retornariam à normalidade.

Outro fator que propiciava proximidade entre a Alemanha e o Brasil eram as relações militares. Na década de 1930, o referencial de poder no sistema internacional era a capacidade militar de cada país. Para atingir esse objetivo, o *III Reich* promoveu duas ações distintas: o desenvolvimento e a produção de armas; e a retomada do serviço militar obrigatório (1935). Ambas as ações interferiram diretamente nas relações com o Brasil, a primeira de forma positiva e a segunda de forma negativa. A retomada da produção de armamentos e o comércio de compensação possibilitaram às forças armadas brasileiras assinar contratos, em março de 1938 e julho de 1939, para a aquisição de armas junto a um conjunto de empresas alemãs, lideradas pela Krupp. Estas tratativas aproximaram os militares dos dois países, pois ambos sairiam ganhando. Os militares brasileiros estavam desejosos em aparelhar o exército, e o governo alemão estreitava ainda mais as relações com o Brasil. A questão do serviço militar, até fins de 1937, pouco interferiu nas relações exteriores, mas gerou discussões na política interna e certo descontentamento por parte dos brasileiros. Durante o ano de 1938, o serviço militar para os jovens com dupla cidadania (*Reichsdeutsche* e brasileiros), foi sendo deixado de lado, mesmo que não houvesse, oficialmente, um desfecho para a questão. Conseqüentemente, não interferiu e deixou de ser tema de discussão nas relações diplomáticas entre ambos os países no decorrer dos anos seguintes.

No início do choque dos ideais nacionalistas, em dezembro de 1937, Karl Ritter assumiu o posto diplomático no Rio de Janeiro. Este personagem era um dos principais diplomatas na área econômica, e sua nomeação foi proposital, pois a intenção do AA era ampliar ainda mais as relações comerciais. Entretanto, a situação política gerou complicadores, área em que ele não tinha muita prática, pois era a primeira vez que atuava num posto diplomático. A Campanha de Nacionalização levada a efeito nas comunidades de descendentes de imigrantes alemães, principalmente no período de 1938, não constituiu um entrave decisivo nas relações diplomáticas entre Alemanha e Brasil. Diferente do momento

em que estas ações atingiram os *Reichsdeutsche*, pois, neste caso, Ritter tinha como função defender os interesses de cidadãos alemães junto ao governo brasileiro. As ações da Campanha de Nacionalização, naquilo que se refere à educação dos *Reichsdeutsche*, no início de 1938, foi sim, um entrave nas relações entre Alemanha e Brasil. Isto porque havia o entendimento, por parte do governo e da diplomacia germânica, baseado na sua concepção de nacionalismo de que os cidadãos daquele país deveriam receber ensino na língua alemã. Entretanto, em abril de 1938, a diplomacia alemã determinou que todas as suas escolas no Brasil deveriam seguir às leis do país, assim, deveria passar-se ao ensino em língua portuguesa, e os diretores deveriam ter cidadania brasileira. Essa decisão foi tão clara que, desta data em diante, o tema educação deixou de ser abordado por Ritter nas negociações junto ao governo brasileiro.

Dois assuntos tiveram enfática defesa por parte de Ritter. Um deles era a ofensiva que a imprensa brasileira estava empreendendo contra o governo alemão e contra seus cidadãos, durante os primeiros meses de 1938. O outro tema foram as questões relacionadas ao partido nazista, tanto referente à prisão de cidadãos alemães por serem partidários, quanto à sua própria proibição (decreto-lei nº 383, de 18 de abril de 1938). Estas questões motivaram reclamações e reivindicações nas audiências de Ritter com autoridades brasileiras. Em 1938, a nível mundial, havia uma união forçada entre a diplomacia alemã e a NSDAP. No Brasil, com a lei que proibia os partidos estrangeiros, houve um aceleração deste processo. Esse fato ficou explícito quando o chefe do partido nazista local, von Cossel, em junho de 1938, adquiriu a imunidade diplomática, porque passou a ocupar o cargo de adido cultural da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro. Neste momento, von Cossel pôde exercer, na clandestinidade, seu papel de chefe da NSDAP no Brasil. Isto é, a embaixada havia incorporado na sua estrutura organizacional o representante do partido nazista no Brasil. Contudo, a partir do início do conflito na Europa, as ações da NSDAP passaram a ser subordinadas à ação dos diplomatas, porque o principal interesse era a manutenção da neutralidade, que estava a cargo da diplomacia, e não mais do partido. Quer dizer, depois de 1939, houve uma inversão na lógica: em 1938, o partido poderia agir sem interferência da diplomacia, pois von Cossel fazia parte da estrutura da embaixada, mas suas ações partidárias não estavam subordinadas à diplomacia. Já em 1939, a diplomacia passou a responder pelas ações do partido.

A posição adotada por Ritter, no primeiro semestre de 1938, nas relações diplomáticas com o Brasil estava em sintonia com os objetivos considerados relevantes pelo AA lembrar

que este foi o período auge da intervenção nazista dentro do *Auswärtiges Amt*, quando efetivamente as questões da preservação étnica, o *Deutschtum*, eram mais valorizadas que as relações diplomáticas tradicionais. Entretanto, uma ação de Ritter não foi respaldada pelo AA, trata-se da indelicadeza diplomática cometida em 21 de maio. Contudo, para o governo brasileiro, este ato foi a “gota d’água” para inviabilizar a atuação deste diplomata em solo brasileiro, fato que resultou na sua declaração como *persona non grata*. Como consequência, a Alemanha desencadeou uma ação de reciprocidade, isto é, Muniz de Aragão foi considerado *persona non grata* na Alemanha. Percebe-se que o cerne da questão era o choque entre as idéias de nacionalismo, pois Ritter defendia que os cidadãos alemães deveriam poder praticar o *Deutschtum*, o que incluía o direito à participação e a demonstrações partidárias da NSDAP, e o governo brasileiro desejava criar a nação do futuro, onde todos que morassem no Brasil deveriam ter uma cultura em comum.

A retirada dos embaixadores criou um problema nas relações políticas entre ambos os países, mas não houve grandes reflexos nas relações comerciais ou militares, estas permaneceram em desenvolvimento, situação que demonstra que o contexto histórico interferiu nas relações políticas, mas não nas econômicas e militares.

No segundo semestre de 1938, assumiram a chefia das embaixadas os encarregados dos negócios, isto é, von Levetzow no posto do Rio de Janeiro e Graça Aranha no posto de Berlim. Eles tiveram uma atuação mais amena, principalmente, por parte da diplomacia alemã. Primeiro, porque não se pretendia tensionar ainda mais os frágeis elos políticos. Segundo, porque von Levetzow não tinha representatividade para discutir temas de maior complexidade, podendo recorrer apenas a algumas relações pessoais para intervir nos assuntos referentes aos cidadãos alemães.

Ao serem retomadas as relações diplomáticas plenas entre a Alemanha e o Brasil, em setembro de 1939, assumiu como Embaixador Brasileiro em Berlim Ciro de Freitas Vale, e como Embaixador Alemão no Rio de Janeiro Curt Max Prüfer. Foi o momento em que iniciou a guerra na Europa. Entre os beligerantes estavam a Alemanha, a França e o Reino Unido. Neste momento, os pontos de referência da vida política se diluíram. Na Alemanha, este processo já havia se concretizado e, de certa forma, no Brasil também, pois os parlamentos de ambos estavam fechados e os jornais já passando por um controle estatal. Contudo, o contexto de guerra obrigou a diplomacia e o alto comando das forças armadas da Alemanha, paulatinamente, a entrelaçarem seus interesses. Os militares alemães acompanharam, principalmente, as mudanças na legislação brasileira, em função da guerra, e as relações deste

país com a Alemanha e com outros países, além de sistematizarem informações sobre o transporte marítimo e a movimentação dos portos latino-americanos.

Entre setembro de 1939 e junho de 1941, ainda sobreviveu o predomínio das relações diplomáticas entre Alemanha e Brasil. Fato que irá se alterar a partir do segundo semestre de 1941, e em 1942, a preponderância passou a ser as ações militares em detrimento das políticas e/ou diplomáticas.

Com o início da guerra, as relações entre a Alemanha e a América Latina tinham um único objetivo, a manutenção da neutralidade dos países latino-americanos para com o governo alemão, por isto, após cada nova conquista territorial da Alemanha, todas as missões diplomáticas na América Latina deveriam averiguar se permanecia a posição de neutralidade dos países em que estavam atuando. Os avanços territoriais da Alemanha geraram reuniões de Consulta aos Ministros das Relações Exteriores das Américas, também denominadas de Conferências Pan-Americanas. Estas provocaram grandes preocupações no *Auswärtiges Amt*, pois havia o medo de que fosse efetivada uma declaração conjunta de guerra à Alemanha pelos países americanos.

Neste sentido, a Embaixada Alemã no Rio de Janeiro cuidou para que as ações executadas pela diplomacia não fossem muito agressivas e acabassem interferindo na manutenção da neutralidade. Por isto, os temas Campanha de Nacionalização e proibição do partido nazista passaram a ser abordados de forma secundária pelo Embaixador Alemão no Rio de Janeiro junto ao governo brasileiro. Estes assuntos pouco foram citados na correspondência entre os diplomatas alemães, demonstrando a pouca importância deles nas discussões internas do *Auswärtiges Amt*, no contexto de guerra.

Durante a guerra a imprensa foi utilizada para influenciar as pessoas. A Alemanha e os Estados Unidos tentavam criar e divulgar idéias de seu interesse pelos meios de comunicação existentes no Brasil, ou, que atingiriam parte da população deste país. O governo brasileiro, a partir de 1941, tentou barrar algumas dessas idéias, quando proibiu todas as publicações em língua estrangeira; entretanto, a Embaixada Alemã no Rio de Janeiro passou a publicar textos nas edições em língua portuguesa.

Vargas pretendia manter a política externa em duas frentes, deixando abertas as possibilidades de negociação com EUA e Alemanha. No entanto, em seu governo havia posições divergentes. Os rumos da guerra demonstraram que as armas encomendadas na Alemanha não teriam como chegar aos portos brasileiros e que os EUA teriam de repensar a

possibilidade de atender à demanda brasileira, caso desejassem ter este país como aliado. Os elos que uniam a Alemanha e o Brasil estavam se diluindo, pois as relações comerciais e militares foram barradas pelo bloqueio continental inglês. Só sobravam as relações políticas, baseadas em elos muito frágeis. A “condescendência pragmática” brasileira em favor dos EUA tornou-se visível para a Alemanha em julho de 1941, quando os relatórios sobre a posição brasileira em relação à Alemanha passaram a ser pessimistas, e se confirmaram os acordos comerciais: a criação da siderurgia e a compra de armamentos pelo Brasil dos Estados Unidos. A atitude do governo brasileiro, depois de agosto de 1941, aumentou as dúvidas em relação à manutenção deste como país neutro. Algumas ações demonstraram as intenções brasileiras, entre elas, o fechamento, em setembro de 1941, de postos diplomáticos brasileiros nos territórios conquistados pela Alemanha. Isso ficou ainda mais nítido quando foi dada permissão aos EUA de criarem, a partir de novembro de 1941, novos consulados no nordeste brasileiro. Isto é, quanto mais próximo do final do ano, maiores eram os indícios de uma possível mudança na posição brasileira e as declarações dos dirigentes tornavam-se, cada vez mais, inconstantes.

O ataque japonês a Pearl Harbor, a declaração de guerra da Alemanha aos EUA e o fato de que o México e os países da América Central, no mínimo, cortaram relações diplomáticas com a Alemanha, criou um clima de incertezas dos rumos que os demais países latino-americanos adotariam. Com o intuito de prever os acontecimentos, a diplomacia alemã e as forças armadas passaram a acompanhar os mínimos movimentos dos países sul-americanos, naquilo que se refere à manutenção de sua posição de neutralidade. Alguns militares brasileiros constituíram uma das principais fontes de informações. Durante a Conferência do Rio de Janeiro, as ações diplomáticas da Alemanha se intensificaram junto a autoridades brasileiras, no intuito de que o país continuasse sendo neutro no conflito. Entretanto, a diplomacia alemã não conseguiu interceder pessoalmente junto a Vargas e Aranha, e por isto teve de procurar outros parceiros junto aos governos espanhol, português e nos demais países do Eixo, além da diplomacia alemã atuante no Chile e na Argentina.

Somente quando já estava evidente a ruptura diplomática por parte do governo brasileiro, últimos dias de janeiro de 1942, as forças armadas alemãs autorizaram o adido militar, que atuava no Rio de Janeiro e em Buenos Aires, a queimar alguns documentos e a efetuar o pagamento a três espões alemães. Fato diverso da diplomacia brasileira que já havia feito este movimento em dezembro de 1941, ato do qual membros do governo alemão tiveram conhecimento através da correspondência diplomática brasileira interceptada pela polícia

alemã. Outro fato que também complicou as relações foram as ameaças feitas pela diplomacia alemã de que a decisão de ruptura seria o início efetivo de um conflito. Quer dizer, a Alemanha tentou de diversas formas impedir a decisão de ruptura diplomática; entretanto, o Brasil já estava fazendo movimentos para a sua concretização, isto porque a conjuntura de guerra permeava todas as ações diplomáticas, tanto do lado alemão quanto do lado brasileiro.

As indefinições foram encerradas, oficialmente, com o corte das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo, em 28 de janeiro de 1942, ao final da III Reunião dos Chanceleres, ocorrida no Rio de Janeiro. Logo após este acontecimento a diplomacia alemã ainda tinha esperança de que, em algum momento, poderia haver, por parte do Brasil, um retorno à condição de neutralidade.

Com a ruptura nas relações diplomáticas, foi necessário procurar governos que representassem os interesses alemães e brasileiros. Portugal passou a representar o Brasil na Alemanha e a Espanha representou a Alemanha no Brasil. Os comunicados oficiais, recebidos pelo AA da diplomacia espanhola sobre os interesses da Alemanha no Brasil abordavam a situação dos cidadãos alemães, função desta representação diplomática em relação à Alemanha. Para obter informações sobre as ações do governo brasileiro, a Embaixada Alemã de Buenos Aires repassava a correspondência enviada por Prüfer e pela espionagem, além de dados divulgados pela imprensa, demonstrando que a diplomacia alemã que atuava em diversos países, como, por exemplo, na capital da Argentina, desempenhava suas funções para atender aos interesses da Alemanha, não só junto ao governo do país em que estava inserido.

Na seqüência, a marinha alemã estava executando ataques desordenados a todos os navios que transportavam matéria-prima para os EUA. Percebe-se que, nos primeiros meses deste ano, os oficiais alemães responsáveis pelos registros não estavam preparados para incorporar uma nova frente de batalha, tanto que somente a partir de abril a organização das informações sobre os ataques dos submarinos aos navios brasileiros havia melhorado.

O governo brasileiro, em março, reagiu ao torpedeamento de quatro de seus navios, através do decreto-lei nº 4.166. Contudo, a prisão dos *Reichsdeutsche* foi a ação que mais preocupou o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, tanto que foram executados dois movimentos. Primeiro, em maio, houve o contato com a Cruz Vermelha Internacional para que esta averiguasse junto ao governo brasileiro a situação dos cidadãos alemães. Segundo, em junho, o próprio Ribbentrop redigiu um comunicado para a diplomacia espanhola afirmando que, se o governo brasileiro não mudasse sua atitude, seriam os cidadãos

brasileiros na Alemanha que iriam sofrer as conseqüências. O resultado foi que, a partir de julho, a situação dos *Reichsdeutsche* presos melhorou.

O repatriamento dos diplomatas alemães e brasileiros transcorreu com tranqüilidade, pois foram atendidos os pedidos de ambos os lados. Prüfer tentou retardar sua saída do Brasil, porque acreditava que deste modo conseguiria ampliar o número de cidadãos alemães a serem repatriados e também poderia analisar a situação brasileira *in loco*, mandando informações para a Alemanha, através de Buenos Aires. Entretanto, em agosto o governo brasileiro restringiu sua liberdade de ação, este fato fez com que Prüfer retornasse ao seu país no próximo navio com cidadãos repatriados, que ocorreu no mês de setembro.

Depois de maio de 1942, os navios brasileiros foram equipados com pelo menos um canhão. Este ato ocorreu para proporcionar mais segurança às embarcações nacionais; entretanto, esta ação irritou tanto a marinha alemã que foi autorizado, na segunda quinzena de maio, que fossem atacados os navios sul-americanos armados que faziam o comércio com os Estados Unidos, com exceção dos argentinos e dos chilenos. A permissão de ataque e a instalação de canhões nos navios brasileiros ocasionaram novos afundados entre maio e junho.

Neste contexto, de ações e reações, a notícia de que a Força Aérea Brasileira atacou submarinos eixistas, sendo que um deles teria sido afundado, mesmo que a ação não foi confirmada pelos militares alemães e italianos, forneceu a certeza de que o Brasil pretendia executar atitudes de guerra, mesmo não a tendo declarado. O ato da Força Aérea Brasileira intensificou a discussão no planejamento de um possível ataque a portos brasileiros, que já estava estruturado dias antes. O planejamento desta ação não foi um ato pontual, pois diversos militares se envolveram no mesmo, além de terem produzido documentos; entretanto, este ataque não se efetivou em função da necessidade de manutenção da neutralidade da Argentina e do Chile. Estas ações demonstram como estavam os ânimos dos governantes de ambos países.

Nos registros internos da marinha alemã sobre o afundamento dos 13 navios mercantes brasileiros, entre fevereiro e julho de 1942, existem justificativas para as ações. Todavia, isto nunca foi divulgado para o governo brasileiro, tornando-se assim uma ação de país beligerante, mesmo que, oficialmente, o governo do *III Reich* nunca tenha reconhecido estes ataques. Neste sentido, tanto a Alemanha quanto o Brasil agiram como beligerantes, enquanto haviam, formalmente, apenas cortado as relações diplomáticas.

Em agosto, os ânimos estavam em ebulição de ambos os lados. O Comando de Guerra da Marinha Alemã autorizou manobras na costa brasileira, ocasionando o ataque a 5 navios de passageiros e a morte de mais de 600 pessoas pelo submarino alemão U-507. Este ato foi a justificativa para o Brasil declarar guerra à Alemanha e à Itália. A situação não foi pior, porque a comoção dos argentinos e chilenos, juntamente com as declarações destes países, levou o *III Reich* a decidir pela retirada da frota naval alemã do litoral brasileiro e a suspensão de ações naquele momento.

Neste sentido, esta tese não se enquadra nem nas que maximizam a influência alemã nem nas que a minimizam. Isto porque não se entende que a política externa alemã para o Brasil tivesse totalmente organizada ou totalmente desorganizada. Não se nega a presença de partidários nazistas, mas não se os concebe como constituindo ameaça ao regime governamental vigente no Brasil. As relações diplomáticas, políticas e militares foram guiadas pelas circunstâncias do contexto histórico vivenciado, isto é, as ações da política exterior foram sendo estruturadas aos poucos, pois não estavam pré-determinadas. Por isto, uma análise deste período não possibilita grandes generalizações e exige detalhamentos. Com o início da guerra na Europa, as ações diplomáticas foram subordinadas aos interesses militares, mas não há indícios de que o *III Reich* pensasse em conquista territorial na América. O processo de total rompimento foi lento, gradual e complexo. Em janeiro de 1942, o Brasil e a Alemanha cortaram relações diplomáticas, em função de acordos realizados entre os países americanos, entretanto, somente com a declaração de guerra, em agosto, ficou explícito que o rompimento das relações diplomáticas entre os regimes vigentes nos dois países era total, sem nenhuma possibilidade de reatamento.

FONTES DE PESQUISA

1 - LOCAIS DE PESQUISA

BRASIL - RIO GRANDE DO SUL

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHR.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande Do Sul – APERS.

ALEMANHA - BERLIM

Politischen Archiv des Auswärtiges Amt (Arquivo do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha) – PAAA.

Bundesarchiv – Abteilung Deutsches Reich (Arquivo Nacional Alemão, referente aos assuntos relacionados com o período da história alemã denominado de *Reich*) – BA R.

ALEMANHA - FREIBURG

Bundesarchiv – Abteilung Militärarchiv (Arquivo Nacional Alemão – Arquivo Militar) – BA MA.

2- JORNAL

Correio Do Povo, ANO XLV, 1939 ao ANO XLVIII, 1942.

3- DOCUMENTOS ON-LINE

Relatórios anuais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil - Disponível na Internet.

URL: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html> Acesso em: 25/12/2007.

Biografias de autoridades alemãs - Disponível no site do Museu da História Alemã [Das Deutsche Historische Museum – DHM]. URL: <http://www.dhm.de/lemo/html/biografien/RosenbergAlfred/index.html>. Acesso em: 25/02/2007.

4 - OBRAS CONSULTADAS

75 AÑOS *Instituto Ibero-Americano*. Berlin: Instituto Ibero-Americano, 2005.

A SITUAÇÃO mundial. In: **Kalender Für Die Deutschen In Brasilien**, [s/l: s/n], 1940, p. 115 a 144.

ABREU, Luciano Aronne de. **Getúlio Vargas: A Construção de um Mito(1928-1930)**. Porto Alegre, 1995, Dissertação (Mestrado em História) – PPGH PUC/RS.

ACHILLES, Paula. **O Brasil em marcha**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

AKTEN zur deutschen auswärtigen Politik 1918 – 1945. Serie D: 1937 - 1941, Band I – XIII. Göttingen: Verlag Vandenhoeck & Ruprecht, s/d.

AKTEN zur deutschen auswärtigen Politik 1918 – 1945. Serie E: 1941 - 1945, Band I – VIII. Göttingen: Verlag Vandenhoeck & Ruprecht, s/d.

ALARCON, Elvaldo de. **“e o sangue brasileiro correrá...”**. Porto Alegre: Editora Du Barry, 1942.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Relações Internacionais do Brasil: Introdução Metodológica a um Estudo Global. In: **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro. V. 13, nº 2, jul/dez 1991, p. 161-185.

_____. **Relações internacionais e política externa do Brasil: dos descobrimentos à globalização**. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1998.

ALVES, Vágner. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: Paradigma de Inserção em conflito total e global para países periféricos e estrategicamente importantes. In: **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro. V. 21, nº 1, jan/jun 1999, p. 49-82.

_____. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora PUC Rio/ Edições Loyola, 2002.

ALVES, Paulo. O poder judiciário no Estado Novo (1937-1945). **História**. São Paulo: UNESP, v. 12, 1993, p. 253-271.

ANSALDI, Waldo. Cuando los Santos Vienen Marchando. Las derechas totalitárias en Argentina y Brasil. **A VISÃO do outro: seminário Brasil – Argentina**. Brasília: FUNAG, 2000, p. 559 a 592.

AMARAL, Azevedo. **O Estado Autoritário e a realidade nacional**. Disponível na Internet. URL: <http://www.ngarcia.org/nel/amaral/index.html>. Acesso em: 25/11/2002.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ATHAIDES, Rafael. **Zu Studienzwecken in Paraná: a ação do Círculo Paranaense do Partido Nazista (1933-1942)**. Dissertação Maringá: UEM, 2007.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARENDT, Isabel C. **Representações de germanidade, escola e professor no Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul [jornal geral para o professor no Rio Grande do Sul]**. tese (Doutorado em História), Unisinos, São Leopoldo, 2005.

AVANCINI, Elsa. Educação e poder. O processo de formação da identidade nacional brasileira. **Diálogos**. Canoas: La Salle, 2000, nº 2 (dez./2001), p. 241 a 264.

AVENIA PUERTAS, Ibirapuan Bernasconi Nunes Democracia Popular e Nacionalismo Libertador: a luta antifascista no Brasil entre 1933 e 1945. **Boletim**. [on line] Disponível na Internet. URL: <http://www.ifcs.ufrj.br/tempo/boletim1.html>. Acesso em: 09/01/.2001.

AXT, Gunter & SCHÜLER, Fernando Luis. **Intérpretes do Brasil**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

AZÉMA Jean-Pierre. A guerra. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1996, p. 400-439.

BAER, Werner. Lateinamerika und Westeuropa: Die Wirtschaftsbeziehungen bis zum Ende des Zweiten Weltkrieges. In: GRABENDORFF, Wolf; ROETT, Riordan (org.) **Lateinamerika – Westeuropa – Vereinigte Staaten: Ein atlantisches Dreieck?** Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, 1985, p. 59 a 76.

BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória no Brasil, antes e após a proclamação da República. In: WESTPHALEN, Cecília. BALHANA, Altiva Pilatti. **Revoluções e Conferências**. Curitiba: SBPH-PR, 1989, p. 119-132.

BANDEIRA, Moniz. **Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil: 1930-1992**. São Paulo: Ensaio, 1993.

BARNETT, Correlli (org.). **Os generais de Hitler**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BARROS VIDAL. **O Brasil que o Presidente Getúlio Vargas está construindo**. (Coletânea de Artigos publicados na Imprensa), [s/l: s/n]1940.

BARTELT, Dawid Danilo. **Die Auslandsorganisation der NSDAP in Brasilien im Rahmen der Deutsch-Brasilianischen Beziehungen 1931-1939**. Magisterarbeit. Freien Universität Berlin, 1991.

_____. ‚Fünfte Kolonne‘ ohne Plan. Die Auslandsorganisation der NSDAP in Brasilien, 1931-1939. In: **IBERO-AMERIKANISCHES Archiv. Zeitschrift für Sozialwissenschaften und Geschichte**. Berlin, Jahrgang 19, 1993, Heft 1-2, p. 3 a 36.

BASSETT, Richard. **Almirante Canaris: misterioso espião de Hitler**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

BAUMER, Franklin. **O pensamento europeu moderno**. Vol. II, Lisboa: Edições 70, 1977.

BENTO, Cláudio Moreira. **Participação das Forças Armadas e da Marinha Mercante do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1942-1945)**. Volta Redonda: Gazetilha, 1995.

_____. **As forças armadas e a marinha mercante na II guerra mundial**. [S.l.]: [S.n.], 1995.

BERNASCONI, Alicia; TRUZZI, Oswaldo. Las ciudades y los Inmigrantes: Buenos Aires y São Paulo (1880-1930). In: **A VISÃO do outro: seminário Brasil – Argentina**. Brasília: FUNAG, 2000, p. 205 a 242.

BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, n. 40, 2001.

_____. Amanhã o mundo? Uma análise da produção histórica recente sobre as os objetivos internacionais da Alemanha nazista. In: **Via Mundi (UnB)**, Brasília, v. 1, n. 9, p. 6-8, 2002.

BETHLEM, Hugo. **Vale Do Itajai: Jornadas De Civismo**. Rio De Janeiro: Jose Olympio, 1939.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília (DF): UnB, 2007. 2 v.

BOCK, Ulrike. Deutsche Lateinamerikaforschung im Nationalsozialismus – Ansätze zu einer wissenschaftshistorischen Perspektive. In: CARRERAS, S. Der Nationalsozialismus und Lateinamerika. **Revista Ibero On-line.de / Heft 3, I** 1ª edición/1. Auflage 2005, p. 23-34

BOSCHI, Renato Raul. **Elites industriais e democracia**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BOSEMBERG Luis E. Alemanha y Colômbia, 1933-1939. In: **Revista Iberoamericana**, VI, 21 (2006), p. 25-44. Disponível na Internet. URL: <http://www.iberoamericana.de/articulos-pdf/21-bosemerg.pdf> Acesso em: 16/08/2007

BRANCATO, Sandra Maria Lubisco & MENEZES, Albene Miriam F. **Simpósio: O Cone Sul no contexto internacional**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

BRANDALISE, Carla. Camisas-verdes. O Integralismo no sul do Brasil. **Revista do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v.10, n.02, (julh/dez 1997). p. 17-35, 1998.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **O Brasil e a segunda guerra mundial**. - Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. 2 v.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. 5. ed. Lisboa: Presença, 1986.

BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

BROSZAT, Martin; FREI, Norbert (org). **Das Dritte Reich**. Würzburg/Freiburg: Verlag Ploetz, s/d.

BUENO, Ironildes. Estados Unidos versus Alemanha: O Falso Dilema sobre o Início sa Indústria de Base Brasileira. In: **Cena Internacional** – Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL), Vol. 8, nº 2, 2006, p. 171 a 192. Disponível na Internet. URL: http://www.mundorama.info/Mundorama/Cena_Internacional_files/Cena_2006_2.pdf Acesso em: 12/09/2008.

BUESCU, Mircea. **Guerra e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Apec, 1976.

BUSCH, Rainer & RÖLL, Hans-Joachim. **Der U-Boot-Krieg: 1939-1945**. Hamburg; Berlin; Bonn: Mittler, 2001, 5 volumes.

CAMARA Aristóteles De Lima. A nacionalização do ensino. **Revista De Imigração e Colonização**. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização, Ano I, nº 2, Abril de 1940, p. 236 a 252.

CAMARA, Aristóteles de Lima; NEIVA Arthur Hehl. Colonizações nipônica e germânica no sul do Brasil (Relatório de uma viagem realizada, em Janeiro de 1940, à Fazenda Bastos, núcleo de colonização nipônica, e ao vale do Itajai, zona de colonização germânica) In: **Revista de Imigração e Colonização**. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização, Ano II, nº 1, Jan. 1941, p. 39-121.

CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo. In: D´ARAUJO, Maria Celina. **As instituições da Era Vargas**. Rio de Janeiro: UERJ/FGV, 1999, p. 13-33.

CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walter. **Diálogo com Cordeiro de Farias: meio século de combate**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

CAMINHA, João C. Gonçalves. **História marítima**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CAMÕES FILHO. **O canto do vento**. São Paulo: Scritta, 1995.

CAMPOS, Cynthia. Identidades e diversidade no sul do Brasil: as tentativas de homogeneização do espaço catarinense na era Vargas. In: **Revista de História**. Florianópolis, 1999. n° 7, p. 45-71.

CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional**. Disponível na Internet. URL: <http://www.ngarcia.org/nel/campos/index.html>. Acesso em: 03/12/ 2002.

CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. **Repressão Judicial no Estado Novo: Esquerda e Direita No Banco Dos Réus**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

CANCELLI, Elizabeth. O circuito internacional de polícias na primeira metade do século XX. In: CERVO, Amando Luiz & DÖPCKE, Wolfgang (org). **Relações Internacionais dos Países Americanos: vertentes da história**. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1994, p. 249 a 255.

_____. **O mundo da violência: a polícia da era Vargas**. 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda política e construção da identidade nacional coletiva. **Revista Brasileira de História**. v.16, n.31 e 32. São Paulo, 1996, p. 328-352.

_____. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas: Papyrus, 1998a. (Coleção Textos do Tempo).

_____. Estado Novo: Novas Histórias. In: Freitas, Marcos Cezar (org). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998b, p. 183 a 213.

_____. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In. PANDOLFI, Dulce Chaves (org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 167.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Uma introdução à história**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARNEIRO, J. Fernando. As colônias alemãs no sul do Brasil em face da política nacional. **Revista Província de São Pedro**. n. 16. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1951, p. 12-21.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. República, identidade nacional e anti-semitismo (1930-1945). **Revista de história**, n° 129-131 ago/dez, 1993 a ago/dez, 1994, p. 153 a 164.

_____. **Brasil, um Refúgio nos Trópicos. A trajetória dos refugiados do nazi-fascismo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. **Inventário Deops: Alemanha**. Módulo I. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997a.

_____. **Livros Proibidos: Idéias Malditas: o Deops e as Minorias Silenciadas**. São Paulo: Arquivo do Estado/ SEC, 1997b.

_____. Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In.: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 327 a 339.

_____. Força, medo, liberdade: algumas coisas não combinam entre si... **Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania**. [on line] Disponível na Internet. URL: http://www.justica.sp.gov.br/vrev_8a.htm Acesso em: 14/12/2001.

_____. **O veneno da serpente**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

CARRIZO, Jorge. Tratados comerciales y proyectos de unión aduanera em la Argentina a comienzos de la Segunda Guerra Mundial. Crisis de la inserción tradicional y regionalismo. In: CERVO, Amado Luiz & DÖPCKE, Wolfgang (org). **Relações Internacionais dos Países Americanos: vertentes da história**. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1994, p.368 a 386.

CARVALHO, Carlos Delgado De. **História diplomática do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1998.

CARVALHO, Eugênio Rezende de. Idéias E Identidade Na América: Quatro Visões. III Encontro da ANPHLAC, 2000. **Anais Eletrônicos**. [on line] Disponível na Internet. URL <http://www.anphlac.cjb.net/> Acesso em: 28/05/2002.

CARVALHO, José Murilo de. A modernização frustrada. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, nº 1, março de 1981, p. 39 a 57.

_____. Entre a liberdade dos antigos e dos modernos: a República no Brasil. **Dados. Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v.32, nº 3, 1989, p. 265 a 280.

_____. Brasil: Nações Imaginadas. **Revista Antropológica**. Niterói: UFF, 1995, v. 1, nº 1, p. 7 a 36.

_____. Vargas e os militares. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999a, 290 a 308.

_____. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAÚJO, Maria Celina. **As instituições da Era Vargas**. Rio de Janeiro: UERJ/FGV, 1999b.

_____. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil na II Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960.

CEM anos de Germanidade no Rio Grande do Sul, 1824-1924. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

CERVO, Amado Luiz. **A política externa brasileira 1822-1985**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias**. Brasília: UnB, 1994.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Atica, 1992.

CERVO, Amado Luiz & DÖPCKE, Wolfgang (org). **Relações Internacionais dos Países Americanos: vertentes da história**. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1994.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Seminários**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Brasil, mito fundador e sociedade autoritária**. 5ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

CHIARAMONTE, José Carlos. El problema de los orígenes de los estados hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Rio de la Plata. **Anos 90**. Porto Alegre: CPG em História da UFRGS, v. 1, nº 1, maio de 1993, p. 49-83.

_____. Acerca Del origen Del Estado en el Río de la Plata. **Anuário Del IEHS 10**. Tendil, 1995, p.27 a 50.

CHURCHILL, Winston, Sir. **Memórias da A segunda guerra mundial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, 2v.

COELHO DE SOUZA, J. P. **Denúncia. O nazismo nas escolas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Thurmman, 1941.

_____. Palavras às novas gerações – notas para um ensaio. In: **Rio Grande do Sul: Imagens da Terra Gaúcha: a obra documentária do Estado Sulino, Fronteira Externa do Brasil**. Porto Alegre: Cosmos, 1942.

_____. **Caminhada**. Porto Alegre: Sulina, 1969.

COGGIOLA, Osvaldo.(org.) **Segunda guerra mundial: Um balanço histórico**. São Paulo: Xama, 1995.

COHEN, Esther. **O governo federal e o Partido Nazista no Brasil**. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - UFF, 1988..

COMEMORAÇÕES do Estado Nacional 1937-1942: na voz das classes e na palavra do Chefe. Rio de Janeiro: Olímpica, 1943.

CORNWELL, John. **Os cientistas de Hitler: ciência, guerra e o pacto com o demônio**. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

CORSI, Francisco Luiz. Política Econômica e Nacionalismo no Estado Novo. In: SZMRECSANYI, Tamás & SUZIGAN, Wilson (org). **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. 2ª Edição Revista, EDUSP, 1993, p. 3-16.

_____. **O Estado Novo: Política externa e projeto nacional**. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2000.

COSTA, Sergio Corrêa da. **Crônica de uma Guerra Secreta - Nazismo na América: A conexão Argentina**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 2004.

COUTO, R. Ribeiro. O problema da nacionalização. **Revista de Imigração e Colonização**. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização. Ano II. nº 1. Public. Trimestral, Jan. 1941, p. 18-38.

CUNHA, Celio da. **Educação e Autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez, 1981.

CUNHA, Manuela Carneiro. **Antropologia do Brasil. Mito, história, etnicidade**., 21.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Os domínios da experiência, da ciência e da lei: os manuais da Polícia Civil do Distrito Federal, 1930-1942. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v. 12, nº 22, 1998, p. 235-264.

_____. Sua alma em sua palma: identificando a "raça" e inventando a nação. PANDOLFI, Dulce Chaves (org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, 255 a 288.

CRUZ, Natalia dos Reis. **O integralismo e a questão racial: a intolerância com princípio**. Niterói: UFF, 2004.

DA INDEPENDÊNCIA ao Estado Novo. [s.l.]: D.I.P, 1940.

DALMÁZ, Mateus. **A imagem do Terceiro Reich na Revista do Globo (1933-1945)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002

- DAMASCENO, Athos. À margem do processo de aculturação dos alemães no Rio Grande do Sul. **Revista Província de São Pedro**. nº 18. Porto Alegre: Ed da Livraria do Globo, 1953, p. 9-17.
- DAMATTA, Roberto. Brasil: uma Nação em mudança e uma sociedade imutável? Considerações sobre a natureza do dilema brasileiro. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 1, nº 2., 1988, p. 204-219.
- DANTAS, Mercedes. **A força nacionalizadora do Estado Novo**. Rio de Janeiro: DIP, 1942.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. **As instituições da Era Vargas**. Rio de Janeiro: UERJ/FGV, 1999.
- DEZEM, Rogério. **Inventário Deops: módulo III, japoneses: Shindô Renmei: terrorismo e repressão**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000.
- DI TELLA, Torcuato. Las ideologias Nacionalistas durante los Años 30. In: **A VISÃO do outro: seminário Brasil – Argentina**. Brasília: FUNAG, 2000, p. 537 a 558.
- DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB). Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV, 2000.
- DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo Tropical? O partido nazista no Brasil**. Tese (Doutorado em História), USP, São Paulo, 2007.
- DILLENBURG, Sérgio Roberto. **Tempos de incerteza. A discriminação aos teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edições EST, 1995.
- DOMENACH, Jean-Maria. **A propaganda política**. [on line] Disponível na Internet. URL: <http://www.ngarcia.org/nel/domenach/index.html> Acesso em: 03. dez. 2002
- DREHER, Martin Norberto. **Igreja e Germanidade**. São Leopoldo, Porto Alegre, Caxias do Sul: Sinodal, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Universidade de Caxias do Sul, 1984.
- _____. O Fenômeno Imigratório Alemão para o Brasil. In: **Estudos Leopoldenses**. [Série História]. n.142, v.31, p.59-82, maio/jun., 1995.
- _____. (org.) **Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igreja**. São Leopoldo: EST/Sinodal, 1998.
- _____. O Desenvolvimento Econômico do Vale do Rio dos Sinos. In.: **Estudos Leopoldenses**. [Série História]. São Leopoldo: UNISINOS. n.2, v.3, p.49-70, 1999.
- _____. (org.). **Hermann Gottlieb Dohms**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- DUARTE Cândido. **A Organização Municipal no Governo Getulio Vargas**. Rio de Janeiro: DIP, 1942.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Entre a melancolia e a exaltação: povo e nação na obra de Plínio Salgado. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 19, nº 37, set. 1999.
- DUARTE, Paulo de Q. **Dias de guerra no Atlântico sul**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1968.
- ELIAS, Norbert. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

- ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: **Cadernos do PPG em História da UFRGS**, Porto Alegre:UFRGS, 1994, p. 19-29.
- FACHEL, José Plínio Guimarães. **As violências contra os alemães e seus descendentes, durante a segunda guerra mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul**. Tese (Doutorado em História), PUCRS, Fac. de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2002.
- FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. **Nacionalização. Dois discursos proferidos pelo Interventor Federal Cel. Oswaldo Cordeiro de Farias**. Porto Alegre: Globo, 1941.
- FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- FAUSTO, Boris. **Negócios e ócios. História da imigração**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. Comentários. In: **A VISÃO do outro: seminário Brasil – Argentina**. Brasília: FUNAG, 2000, p. 120 a 128.
- _____. **História Concisa do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora USP, 2006.
- FÁVERI, Marlene de. A Repressão no Governo Vargas e as Medidas Coercitivas aos Simpatizantes do Eixo Durante A Segunda Guerra Mundial. In: **Cena Internacional – Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL)**, Vol. 8, nº 2, 2006. Brasília, IREL, 2006, p. 193 a 213. Disponível na Internet. URL: http://www.mundorama.info/Mundorama/Cena_Internacional_files/Cena_2006_2.pdf Acesso em: 12/09/2008
- FAY, Cláudia Musa. **Crise nas alturas: a questão da aviação civil (1927-1975)**. Tese (Doutorado em História) - UFRGS, Inst. de Filosofia e Ciências Humanas Porto Alegre, 2001.
- _____. A aviação comercial na América do Sul: um estudo comparativo entre a influência alemã e norte-americana na região (1919-1945). In: **Estudos Ibero Americanos** (Porto Alegre), v. 29, n. 2, 2003, p. 149-169.
- FÉLIX, Loiva Otero. História política renovada. **Estudos Leopoldense/História**, Número Especial, São Leopoldo: UNISINOS, 2001, p. 103 a 116.
- FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FEST, Joachim. **Hitler**. 2ª vols. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- _____. **Das Gesicht des Dritte Reiches**. 9º ed. Munique: GmbH Verlag, 2006b.
- FIORI, Neide Almeida. Homogeneidade cultural brasileira: estratégias governamentais sob o Estado Novo. In. SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania e multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo**. Lisboa/Florianópolis: Sociais/EdUFSA, 2000 p. 170-199.
- FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René E. (Orgs.). **Nós, os Teuto-Gaúchos**. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
- FLORES, Elio Chaves. Representações cômicas da República no contexto do Getulismo. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, nº 40, 2001, p. 133 a 160.
- FLORINDO, Marcos. **O Serviço Reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na Era Vargas**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista, Franca, 2000.

FORTES, Alexandre. **‘Nós do Quarto Distrito...’ A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas.** Caxias do Sul/Rio de Janeiro: Educus/Garamond, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** 29º ed. Petrópolis: Vozes, 2004;

FREYRE, Gilberto. **Nós e a Europa germânica: em tórno de alguns aspectos das relações do Brasil com a cultura germânica no decorrer do século XIX.** Prefácio. Rio de Janeiro: Grifo, 1971. Disponível na Internet. URL: <http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/index.htm>. Acesso em: 18/04/2002 (c).

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal.** Prefácio. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933. Disponível na Internet. URL: <http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/index.htm> Acesso em: 03/03/2002(a).

_____. **Contra o preconceito de raça no Brasil.** Discurso proferido na Câmara dos Deputados Federal, Rio de Janeiro, 17 jul. 1950. Disponível na Internet. URL: <http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/index.htm>. Acesso em: 03/03/2002 (b).

_____. **O brasileiro como tipo nacional de homem situado no trópico e, na sua maioria, moreno: comentários em torno de um tema complexo** Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. p. 41-57. Disponível na Internet. URL: <http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/index.htm>. Acesso em: 03/03/2002 (d).

FUNKE, Manfred. **Grossmachtpolitik und Weltmachtstreben.** In: BROSZAT, Martin; FREI, Norbert. **Das Dritte Reich.** Würzburg/Freiburg: Verlag Ploetz, s/d.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 13ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

GAK, Igor Silva. **Os fins e seus meios: Diplomacia e propaganda nazista no Brasil (1938-1942).** Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

GAMA, Arthur Oscar Saldanha da. **A marinha do Brasil na segunda guerra mundial.** Rio de Janeiro: Capemi, 1982.

GAMA, Arthur Oscar Saldanha; MARTINS, Helio Leôncio. **A marinha na Segunda Guerra Mundial.** In: CAMINHA, João Carlos Gonçalves. **História marítima.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

GAMBINI, Roberto. **O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo.** São Paulo: Símbolo, 1977. (Coleção Ensaio e Memória; 4).

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das relações internacionais do Brasil.** São Paulo: Alfa-Omega, 2000.

GARCIA, Nelson Jahr. **O Estado Novo, Ideologia e Propaganda Política: A Legitimação Do Estado Autoritário Perante As Classes Subalternas.** São Paulo: Loyola, 1982.

GAUDIG, Olaf; VEIT, Peter. **El Partido Alemán Nacionalista en Argentina, Brasil y Chile frente a las comunidades alemanas: 1933-1939** In: **Estudios interdisciplinarios de América Latina y el Caribe - Tel Aviv**, Vol. 6, Nr. 2, S. 1995, p. 71-87.

_____. **Der Widerschein des Nazismus: Das Bild des Nationalsozialismus in der deutschsprachigen Presse Argentiniens, Brasiliens und Chile 1932-1945.** Hamburg/Berlin: Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 1997.

_____. **Hakenkreuz über Südamerika : Ideologie, Politik, Militär.** Berlin: WVB, Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 2004.

GIEMSA, Gustav e NAUCK, Ernst G. **Uma Viagem de Estudos ao Espírito Santo.** Disponível na Internet. URL: <http://www.estacaocapixaba.com.br> Acesso em: 11/10/ 2005.

GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil. Germanismo, nazismo, integralismo.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987a.

_____. Microistória da Imigração e da Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. In: **Veritas.** Porto Alegre: PUC/RS, n.128, v.32, p.543-551, dez. 1987b.

_____. **O Perigo Alemão.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991.

_____. Estado Novo: Um Inventário Historiográfico. In: SILVA, José Luiz Werneck da.(org.) **O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991b, p. 111 a 131.

_____. Os 'Alemães' no Rio Grande do Sul. In: **Diversidade Étnica e Identidade Gaúcha.** Santa Cruz do Sul: UNISC, 1994a. (p.43-57).

_____. Alemanha e alemães no Brasil: a ambivalência brasileira na década de 1930. In: CERVO, Amando Luiz & DÖPCKE, Wolfgang (org). **Relações Internacionais dos Países Americanos: vertentes da história.** Brasília: Linha Gráfica Editora, 1994b, p.81 a 91.

_____. A construção de uma nova cidadania. In: MAUCH, Claudia; VASCONCELLOS, Naira (org.). **Os alemães no sul do Brasil: cultura-etnicidade-história.** Canoas: Ed. ULBRA, 1994c, p. 29 a 42.

_____. Influência Política Alemã no Brasil na década de 1930. In: **Estúdios Interdisciplinares de América Latina y el Caribe I,** (7), Tel Aviv 1996.

_____. A imigração italiana no Rio Grande do Sul na opinião de algumas lideranças alemãs. In: BONI, Luis A. de.(org.) **A presença italiana no Brasil III.** Porto Alegre/Torrino: Est/Fondazioni Giovanni Agnelli, 1996b, p. 126 a 132.

_____. Influência Política Alemã no Brasil na década de 1930. In: **Estúdios Interdisciplinares de América Latina y el Caribe I,** (7), Tel Aviv 1996.

_____. Os “quistos” étnicos alemães. **Estudos Leopoldenses. Série História.** São Leopoldo: Unisinos, v. 2, nº 1, 1998a, p. 7-25.

_____. Nacionalização: Um incidente em Caí. In.: RAMBO, Arthur. **Anais do VIII e IX Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul.** Nova Petrópolis: Editora Amstad, 1998b, p.187 a 191.

_____. História Política. In: **Logos.** Revista de Divulgação Científica. Canoas: ULBRA, n.1, ano 11, p.13-23, maio 1999 [Especial de História e Política].

_____. D. João Becker e o nacionalismo. **Estudos Leopoldenses. Série História.** São Leopoldo: Unisinos. V. 3. N.2, 1999b, p. 155 a 175.

_____. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. In: PADROZ, Enrique; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; GERTZ, René E. (org.). **Segunda Guerra Mundial. Da crise dos anos 30 ao Armagedón.** Porto Alegre: Folha da história, 2000a.

_____. Imigração e Cidadania: eleições de 1907 e 1928 no Rio Grande do Sul. Palestra apresentada em: **Primeiras Jornadas de História Regional Comparada.** PUC/RS. Porto Alegre, 23 a 25 de ago. 2000b.

_____. O Brasil nos anos 30 e o germanismo: um estudo de caso. In.: MILMAN, Luis & VIZENTINI, Paulo F. (org.) **Neonazismo, Negacionismo e Extremismo Político**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000c. (p.89-102).

_____. **O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

_____. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2005.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GIRON, Loraine Slomp. **As sombras do litório: o fascismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1994.

_____. Das colônias e dos colonos no Brasil. **Ágora**. v.2, nº 1. Santa Cruz do Sul: Ed. UNISC, jan/jun 1997, p. 91-107.

GOLDENSOHN, Leon. **As entrevistas de Nuremberg**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GOMES FILHO, Elísio. U-507: um estudo interpretativo das ações de um submarino alemão nas águas do Brasil. In: **Navegador**, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, junho de 2006, p. 56 a 71.

GOMES, Ângela de Castro. A construção do homem novo In: OLIVEIRA, Lucia Lippi.(et. all) **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio De Janeiro: Zahar, 1982, p. 151 a 154.

_____. A legislação social nos anos 30: um estudo de processo decisório. **História e Perspectiva**. Uberlândia. Nº 7, p. 5 a 45, jul-dez, 1992.

_____. Essa Gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 6, nº 11, 1993, p. 62 a 77.

_____. O populismo e as ciências sociais no Brasil. Notas sobre a trajetória de um conceito. **Tempo**. Rio de Janeiro/UFF: Relume/Dumará, v. 1 nº 2, 1996, p.31 a 58.

_____. A construção de mitos e os usos do passado nacional: Vargas e Perón. **História**. São Paulo: UNESP, v. 16, 1997, p. 109 a 129.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

GÖRGEN, Hermann. **Uma vida contra Hitler**. Fortaleza: UFC, 1999.

GOULART, Silvana. **Sob a Verdade Oficial: Ideologia, Propaganda e Censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

GRÜTZMANN, Imgart. **A mágica flor azul: a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Letras), PUC/RS, Porto Alegre, 1999.

_____. Deus, germanidade, pátria. In: DREHER, Martim (org.) **Seminários: Igrejas, imigrantes e restauração**. Porto Alegre: Est/Cehilla, 2002, p. 308 a 334.

_____. O carvalho entre palmeiras: representações e estratégias identitárias no Germanismo. In: **História Unisinos**. São Leopoldo: Unisinos, v. 7, nº 8, jul/dez.,2003, p. 115 a 170.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismo: o estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-Grandense**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

HARMS-BALTZER, Käte. **Die Nationalisierung der deutschen Einwanderer und ihrer Nachkommen in Brasilien als Problem der deutsch-brasilianischen Beziehungen 1930-1938**. Berlin, 1970.

HEINZ, Flavio Madureira. Apresentação ao Dossiê Elites Políticas Regionais do Brasil e da Argentina. In: **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 5, n. 4, p. 09-13, 2001.

_____. (org.) **O parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa**. Porto Alegre: CORAG, 2005.

HERBST, Ludolf. Deutschland im Krieg 1939-1945. In: BROSZAT, Martin; FREI, Norbert (org.). **Das Dritte Reich**. Würzburg/Freiburg: Verlag Ploetz, s/d.

HEYMANN, Luciana Quillet. **As obrigações do poder: relações pessoais e vida pública na correspondência de Filinto Müller**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

HITLER, Adolf. **Minha Luta**. Disponível na Internet. URL: <http://www.abbc.net/historia/hitler/mkampf/por/por.htm> Acesso em: 18/11/2005.

HILTON, Stanley. **Suástica sobre o Brasil: a história da espionagem alemã no Brasil, 1939-1944**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. (Retratos do Brasil; 105)

_____. **O Brasil e a crise internacional: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977b.

_____. **O Brasil e as grandes potências: 1930-1939 : os aspectos políticos da rivalidade comercial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977c.

_____. Lateinamerika und Westeuropa: Die Politischen Beziehungen bis zum Ende des Zweiten Weltkrieges. In: GRABENDORFF, Wolf; ROETT, Riordan (org.) **Lateinamerika – Westeuropa – Vereinigte Staaten: Ein atlantisches Dreieck?** Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, 1985, p. 21 a 58.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (Coleção Pensamento Crítico, v. 55)

_____. A história de baixo para cima. In: _____. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 216 a 231.

HOFER, Walther (org.) **Der Nationalsozialismus, Dokumente 1933-1945**. Hamburg: Habseatische Druckanstalt GmbH, 1957.

KAPLAN, Marcos. **A formação do Estado nacional na América Latina**. Rio de Janeiro: Liv. Eldorado Tijuca, 1974. (Coleção América Latina).

KEIPERT, Maria; GRUPP, Peter. **Biographisches Handbuch des deutschen Auswärtigen Dienstes 1871–1945, hrsg. v. Auswärtigen Amt – Historischer Dienst** . Bd. 1: A–F, bearb. v. Johannes Hürter, Martin Kröger, Rolf Messerschmidt und Christiane Scheidemann. München – Wien – Zürich 2000.

_____. **Biographisches Handbuch des deutschen Auswärtigen Dienstes 1871–1945, hrsg. v. Auswärtigen Amt – Historischer Dienst** . Bd. 2: G–K, bearb. von Gerhard Keiper und Martin Kröger, Paderborn – München – Wien – Zürich, 2004.

KERBER, Alessandro. **O que é que a Bahiana tem? Representações da Nação Brasileira nas canções interpretadas por Carmen Miranda na Década de 30.** Dissertação (Mestrado em História), Unisinos, São Leopoldo, 2002.

KERSHAW, Ian. **Dez decisões que mudaram o mundo (1940-1941).** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

KOONINGS, Kees. SILVA, Patricio. et. al. Etnicidad y formación nacional en America Latina y el Caribe. **Anos 90.** Revista do Programa de Pós-graduação da UFRGS. Porto Alegre. N. 6, dezembro 1996, p. 21 a 63.

KONRAD, Diorge Alceno. **O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócios-políticos (1930-1937)** – tese (doutorado em história), Unicamp, Campinas, 2004.

KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. **A Política Cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul: imposição e resistência.** Porto Alegre, 1994, Dissertação (Mestrado em História) – PPGH PUC/RS.

KOSSOK, Manfred. Sonderauftrag Südamerika. Zur deutschen Politik gegenüber Lateinamerika 1938 bis 1942. In: **Lateinamerika: Zwischen Emanzipation und Imperialismus (1810-1960)**, Berlin: Akademie Verlag, 1961, p. 234 a 255.

KOTHE, Mercedes. Questões Diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha, 1890-1939. In: BRANCATO, Sandra Maria Lubisco & MENEZES, Albene Miriam F. **Simpósio: O Cone Sul no contexto internacional.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 173-192.

_____. Diplomacia entre Brasil e Alemanha na década de 1930. In: MENEZES, Albene; KOTHE, Mercedes. (org.) **Anais do II SEMINÁRIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS.** Brasília: Thesaurus, 1997, 67 a 76.

_____. O Brasil na década de 1930: política interna, opiniões externas. In: BRANCATO, Sandra Maria Lubisco; MENEZES, Albene Miriam F.; KOTHE, Mercedes. **Simpósio Internacional: Estados Americanos: Relações Continentais e Intercontinentais – 500 anos de História.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 99-110.

KREUTZ, Lúcio. Escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul. In: MAUCH, Claudia; VASCONCELLOS, Naira (org.). **Os alemães no sul do Brasil: cultura-etnicidade-história.** Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 149 a 162.

KREUTZ, Lúcio. **O professor paroquial: Magistério e imigração alemã.** Porto Alegre/Florianópolis/Caxias do Sul: Ed. Da Universidade/UFRGS/ Ed. da UFSC/EDUCS, 1991.

KUROWSKI, Franz. **Krieg unter Wasser. U-Boote auf den sieben Meeren 1939-1945.** Düsseldorf/Wien: Econ, 1979.

LANDO, Aldair Marli. BARROS, Eliane Cruxen. **A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Movimento, 1976.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **Enciclopédia Einaudi.** Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984. v. I, p. 95-106.

LEIDENS, Sandra Maria. **O Discurso Estadonovista: Retórica e Realidade.** Porto Alegre, 1994, Dissertação (Mestrado em História) – PPGH PUC/RS.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter Nacional Brasileiro.** 4ª ed. São Paulo: Pioneira, 1983.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política.** Campinas: Papyrus, 1986.

_____. **Nazismo: O Triunfo da Vontade.** São Paulo: Ática, 2001.

LESSER, Jeffrey. Imigração e mutações conceituais da identidade nacional no Brasil, durante a era Vargas. **Revista Brasileira de História.** v. 14, nº 28, 1994, 121 a 150.

_____. **A negociação da identidade nacional. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil.** São Paulo: UNESP, 2001.

LEX, Coletânea de Legislação e Jurisprudência. São Paulo: Lex, 1985.

LIER, Reinhard; MAIHOLD, Günther, VOLLMER, Günter (org.). **Ein Institut und sein General: Wilhelm Faupel und das Ibero-Amerikanische Institut in der Zeit des Nationalsozialismus.** Frankfurt am Main: Vervuert, 2003.

LIMA, Alves. **Pátria Reflorida: Hino Ao Estado Novo.** São Paulo: Cultura Moderna, 1938.

LOPES, Roberto. **Missão no Reich: glória e covardia dos diplomatas latino-americanos na Alemanha de Hitler.** Rio de Janeiro: Lexikon Editora digital, 2008.

LOPEZ, Luis R. **Cultura Brasileira: de 1808 ao pré-modernismo.** 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1995.

_____. **História do Brasil Contemporâneo.** 9ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.

LUCAS, John. **O Hitler da História.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998

LUCA, Tania Regina de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

LUTHER, Tammo. **Volkstumspolitik des Deutschen Reiches – 1933-1938: Die Auslandsdeutschen im Spannungsfeld zwischen Tradicionalisten und Nationalsozialisten.** Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2004.

MCCANN, Frank D. A influência estrangeira e o exército brasileiro, 1905-1945. In: CPDOC (org.). **A revolução de 30: seminário internacional.** Brasília: Editora da UnB, 1983, p. 211 a 246.

_____. **A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MACHADO, Dulphe Pinheiro. Permanência de estrangeiros entrados como temporários. **Revista de Imigração e Colonização.** Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização, Ano I, nº 1, Jan. 1940, p. 59-65.

MACHADO, Leão. **Uma Revolução Em Marcha.** São Paulo: DIP, 1942.

MACEDO, Sérgio. **Getúlio Vargas e o culto à nacionalidade.** Rio de Janeiro: Olímpica, 1941.

MACIEL, Anor Butler. **Subsídios para o Estudo Da Estrutura Política do Estado Novo.** Porto Alegre: Globo, 1937

MACIEL, Maria Eunice de S. A Eugenia no Brasil. **Anos 90.** Porto Alegre: UFRGS, julho de 1999, nº11, p. 121 a 143.

MAGALHÃES, Marionilde Breopohl de. Racismo no sul do Brasil: Heranças de um mito. In: **Revista História.** São Paulo, 1993-1994, nº 129-131, p. 165-178.

_____. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil.** Campinas/São Paulo: Ed. UNICAMP/FAPESP, 1998.

- MAIO, Marcos Chor (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.
- MARQUES, José de Oliveira Colonização e povoamento **Revista de Imigração e Colonização**. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização. Ano I, nº 2, Abril de 1940, p. 205 a 209.
- MARTINS, Mario. **Hitler guerreia o Brasil há dez anos. Infame trama nazista no Paraná**. Curitiba/PR: Empresa Editora “O Dia” S/A. s.d. [1942] (Separata do Jornal “O Dia”).
- MARTINS, Roberto. **Segurança Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). **Os Alemães no Sul do Brasil: Cultura, Etnicidade e História**. Canoas: ULBRA, 1994.
- MENDONÇA, Eliana R.F. de. Documentação da Polícia Política do Rio de Janeiro. In: **Estudos Históricos**. Nº 22, 1998, p. 379-387.
- MENEZES, Albene. Alemanha e Brasil: o comércio de compensação nos anos 30. In: BRANCATO, Sandra Maria Lubisco & MENEZES, Albene Miriam F. **Simpósio: O Cone Sul no contexto internacional**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 193-216.
- MENEZES, Albene; KOTHE, Mercedes. (org.) **Anais do II SEMINÁRIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS**. Brasília: Thesaurus, 1997.
- MERGEL, Thomas. Algumas considerações a favor de uma História Cultural da Política. In: **História – Unisinos**, São Leopoldo: UNISINOS, vol. 7, n. 8, 2003, p. 11-55.
- MEYER, Dagmar Estermann. Alguns são mais iguais que os outros: etnia, raça e nação em ação no currículo escolar. In. SILVA, Luiz Heron da (org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 369 a 380.
- MILZA, Pierre. **As relações internacionais de 1918 a 1939**. Lisboa: 70, 1995.
- _____. Política interna e política externa. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1996, p. 365-399.
- MONTEIRO, Rejane Penna. **A Nova Polícia: A Guarda Civil em Porto Alegre (1929-1938)**. Porto Alegre, 1991, Dissertação (Mestrado em História) – PPGH PUC/RS.
- MORSCH, Maria Luiza Azevedo. **A Ideologia Brasileira Como Fator de Integração Forçada do Descendente do Imigrante Alemão à Cultura Nacional: 1937-1945**. Porto Alegre, 1988, Dissertação (Mestrado em História) – PPGH PUC/RS.
- MORAES, Luís Edmundo de Souza. **Konflikt und Anerkennung: Die Ortsgruppen der NSDAP in Blumenau und in Rio de Janeiro**. Berlin: Metropol, 2005.
- MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- _____. A Revolução de 1930 e a política externa brasileira ruptura ou continuidade? In: CPDOC (org.). **A revolução de 30: seminário internacional**. Brasília: Editora da UnB, 1983, p. 573 a 596.
- _____. **Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- _____. **Tio San chega ao Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991b.
- _____. Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-42. In: **ESTUDOS HISTÓRICOS**. Rio de Janeiro, vol.6, nº12, 1993, p. 177-189.

MÜLLER, Christian A língua alemã e o nacionalismo: aspectos da política lingüística do regime autoritário. **Boletim**. Disponível na Internet. URL: <http://www.ifcs.ufrj.br/tempo/boletim1.html>. Acesso em: 09/01/2002.

MÜLLER, Jürgen. Hitler, Lateinamerika und die Weltherrschaft. In: **Ibero-Amerikanisches Archiv**. Frankfurt a. M , Jg. 18(1992), H. 1/2, p. 67-101

_____. El NSDAP en México: historia y percepciones, 1931-1940. In: **Estudios interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**. - Tel Aviv , Vol. 6, Nr. 2, S. 1995. Disponível na Internet. URL: http://www1.tau.ac.il/eial/index.php?option=com_wrapper&Itemid=134, acesso em: 11/03/2002.

_____. **Nationalsozialismus in Lateinamerika: Die Auslandsorganisation der NSDAP in Argentinien, Brasilien, Chile und Mexiko, 1931-1945**. Stuttgart: Heinz, 1997.

MÜLLER, Telmo Lauro (org.). **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 1994.

NEIVA Artgur Hehl. O ‘Serviço de Registro de Estrangeiros. **Revista de Imigração e Colonização**. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização, Ano I, nº 1, Jan. 1940, p. 48-58.

_____. Getúlio Vargas e o problema da Imigração e Colonização. **Revista de Imigração e Colonização**. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização, Ano III, nº 1, Abril 1942.

_____. Estudos sobre a Imigração Semita no Brasil. **Revista De Imigração E Colonização**. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização, ano V, nº 2, junho de 1944, p. 215 a 408.

NEUMANN, Rosane Márcia. “Não são eles tão felizes como nós ...” – A campanha de nacionalização e a integração dos alemães à sociedade brasileira. In: **Cronos: Revista de História**. Pedro Leopoldo: Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo, 2002, p. 129 a 148.

_____. **“Quem nasce no Brasil, é brasileiro ou traidor!”: as colônias germânicas e a Campanha de Nacionalização**. 2003. Dissertação (Mestrado) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.

NODARI, Eunice Sueli. **A Renegociação da Etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954)**” Tese (Doutorado em História), PPGH PUC/RS, Porto Alegre, 1999.

NUNES, José Luiz Martins. **A formação da Juventude Brasileira : um instrumento do Estado Novo**. São Leopoldo, 1992, Dissertação (Mestrado em História) Unisinos.

O III Reich e o Brasil. Rio de Janeiro: Laudes, 1968, vol. I (1937 a março de 1939).

O III Reich e o Brasil. Rio de Janeiro: Laudes, 1968, vol. II (1939 a 1941).

OLIVEIRA, Carlos Gomes de. **Nacionalização e ensino**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1939.

OLIVEIRA, Dennison de. **Os soldados brasileiros de Hitler**. Curitiba: Juruá, 2008.

_____. **Os soldados alemães de Vargas**. Curitiba: Juruá, 2008b.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

_____. Comentários. In: **A VISÃO do outro: seminário Brasil – Argentina**. Brasília: FUNAG, 2000b, p. 607 a 612.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (et. all). **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio De Janeiro: Zahar, 1982.

OLIVEIRA, Michele de. Política Externa e Crise Internacional: Estudo das Relações entre Brasil, Argentina e Estados Unidos no Período de 1935 A 1945. In: **Anais II Jornada de História das Relações Internacionais**. ANPUH-RS, Relações Internacionais na perspectiva dos historiadores. Porto Alegre: FAPA/ ANPUH-RS, 2008. CD-ROOM

OLIVEIRA VIANNA, F.J. **Raça e Assimilação**. São Paulo: Nacional, 1932.

_____. Os imigrantes germânicos e slavs e sua caracterização antropológica. **Revista de Imigração e Colonização**. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização. Ano I, nº 1, , Jan. 1940, p. 23-32.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petropolis: Vozes, 1992.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As Formas do Silêncio: No Movimento Dos Sentidos**. Campinas: Unicamp, 1992.

_____. **Análise de Discurso**. 6ª ed. Campinas: Pontes, 2005.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. Ordem e progresso. **Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos**. Recife, 21 a 24 mar. 2000. Disponível na Internet. URL: http://prossiga.bvfg.fgf.org.br/sinmt/artigos/ordem_progresso_ro.html. Acesso em: 17/06/2002.

PADRÓS, Enrique; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; GERTZ, René E. (org.). **Segunda Guerra Mundial. Da crise dos anos 30 ao Armagedón**. Porto Alegre: Folha da história, 2000.

PAIVA, Cesar. Escolas de língua alemã no Rio Grande do Sul, o nazismo e a política de nacionalização. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 9, n. 26, abr. 1987, p. 5-28.

PAGANI, Marcos Fernando. **O Nacionalismo na Região Colonial Italiana – a ação dos Centros Culturais (1937-1945)**. Porto Alegre, 2001, Dissertação (Mestrado em História) – PPGH PUC/RS.

PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PARADA, Maurício. Demonstrações épicas: cerimônias políticas em contextos autoritários. **Boletim**. [on line] Disponível na Internet. URL: <http://www.ifcs.ufrj.br/tempo/boletim1.html>. Acesso em: 09/01/2002.

PAULO, Heloisa Helena de Jesus. O dip e a juventude: ideologia e propaganda estatal (1939/1945). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.7, nº 14, mar./ago. 1987, p. 99-113.

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação.** São Paulo: Ática, 1990.

PELLANDA, Ernesto. **A Colonização Germânica no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1925.

_____. O colono Alemão, o Deutschtum, o nazismo e sua recuperação nacional. In: **Revista Província de São Pedro.** Porto Alegre: Livraria do Globo, nº 2, 1945. p. 110-123.

_____. O Imigrante na Política Rio-grandense. In: DACANAL, José Hildebrando. **RS: Imigração e Colonização.** 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. (p.156-194).

PENNA, Rejane. Polícia e poder no Estado Novo. **Diálogos.** Canoas: La Salle, 2001, nº 2, p. 13 a 33.

PERAZZO, Priscila Ferreira. **O Perigo Alemão e a repressão policial no Estado Novo.** São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

_____. **Prisioneiros De Guerra - Os cidadãos do Eixo nos campos de concentração brasileiros (1942-1945).** Tese (doutorado em História - Programa de Pós-Graduação em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PEREIRA CASTAÑARES, Juan Carlos. La historia de las relaciones internacionales como disciplina científica. In: PEREIRA, Juan Carlos (coord). **Historia de las relaciones internacionales contemporâneas.** Barcelona: Ariel, 2001, p. 13 a 36.

_____. El Estúdio de la sociedad internacional contemporânea. In: PEREIRA, Juan Carlos (coord). **Historia de las relaciones internacionales contemporâneas.** Barcelona: Ariel, 2001, p. 37 a 60.

PERREIRA, João Baptista Borges. Os imigrantes na construção histórica da pluralidade étnica Brasileira. **Revista USP,** São Paulo: USP, nº 45, jun/jul 2000, p. 6 a 30.

PERRY, Marvin. **Civilização Ocidental: uma história concisa.** São Paulo: Martins Fontes, 1985.

PETRY, Andrea Helena. “**É o Brasil gigante, liberto do estrangeiro, Uno, coeso e forte, O BRASIL DO BRASILEIRO! ...**” - **Campanha de nacionalização efetivada no Estado Novo.** Dissertação (Mestrado em História), Unisinos, São Leopoldo, 2003.

PETRY, Leopoldo. **O 125º Aniversário Da Colonização Alemã No Rio Grande Do Sul, 25 De Julho De 1949, Dia Do Colono.** São Leopoldo: Rotermund, 1950.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. O estado novo e a nacionalização. **Biblos.** Rio Grande: Revista do Departamento de Biblioteconomia e Historia, v.7, 1995, p. 223-239.

_____. Imigração alemã e construção do Estado Nacional Brasileiro. Rio Grande do Sul, século XIX. **Revista do Arquivo Nacional.** v.10, n.02 (julh/dez 1997). Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1998, p. 165-177.

PINHEIRO, Letícia. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. In: **Revista USP.** São Paulo, n 26, jun/agos 1995, p. 108-119.

PISTORELLO, Daniela. “**Os homens somos nós**”: **o integralismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 2001, Dissertação (Mestrado em História) – PPGH PUC/RS.

PANDOLFI, Dulce Chaves (org.) **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

- POMMERIN Reine. **Das Dritte Reich und Lateinamerika**. Düsseldorf: Droste, 1977.
- PORTO, Aurélio. **O Trabalho Alemão no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Est. Graf. S. Terezinha, 1934.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. Seguido de Grupos Étnicos e Suas Fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.
- PY, Aurélio da Silva. **O nazismo no Rio Grande do Sul: relatório**. [s.l./s.n], 1940.
- _____. **A 5ª Coluna No Brasil: A Conspiração Nazi No Rio Grande Do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1942.
- RAMBO, Arthur Blásio. **A escola comunitária teuto-brasileira católica**. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.
- _____. Nacionalização e ação policial no Estado Novo. **Estudos Leopoldenses. Série História**. São Leopoldo: Unisinos, v. 1. nº1, 1997, p. 149-181.
- _____. A identidade teuto-brasileira em debate. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS. V. XXV, n. 2. Dezembro 1999, p. 185 a 196.
- RAY, John. **Historia narrativa da II Guerra Mundial**. Lisboa: Edições 70, 1999.
- REGGIANI, Andrés H. Medicina y Kulturpolitik en la era del nacionalsocialismo: la Academia Médica Germano-Ibero-Americana (1936-1939). In: CARRERAS, S. Der Nationalsozialismus und Lateinamerika. **Revista Ibero On-line.de / Heft 3, I** 1ª edición/1. Auflage 2005, p. 57-74.
- REIS, Elisa P. O Estado Nacional como Ideologia: o caso brasileiro. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 1, nº 2, 1988, p. 187-203.
- REIS, João Bauer. **O nazismo sem máscara**. Fatos e documentos. Rio de Janeiro: L. A Josephson Editor, 1938.
- REIS, Rossana Rocha. Políticas de Nacionalidade e Políticas de Imigração na França. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 14, n.39, São Paulo, fev de 1999. [on line] Disponível na Internet. URL: <http://www.scielo.br> Acesso em: 24/09/2001.
- RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1996, p. 441-450.
- _____. (Org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1996
- _____. **O Século XX de 1914 aos nossos dias**. São Paulo: Cultrix, 17º ed., 2004.
- _____. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1996, p. 13-36.
- REVISTA Vida Policial**. Porto Alegre: Chefatura de Polícia, 1938 a 1945.
- RIBAS, Antonio de Lara. **A ordem política e social e a campanha contra o nazismo no estado de Santa Catarina**. Florianópolis: DOPS, 1943.
- RIBEIRO, Elones Fernando. **A formação do piloto de linha aérea: caso varig: o ensino aeronáutico acompanhando a evolução tecnológica**. Tese (Doutorado em História) - PUCRS, Fac. de Filosofia e Ciências Humanas: Porto Alegre, 2008.
- RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. A volta da história política e o retorno da narrativa histórica. In: SWAIN, Tânia Navarro (org.). LACERDA, Sônia et al. **História no plural**. Brasília: Universidade de Brasília, 1994, p. 99 a 108.

RIOS, Angélica de Medeiros. **Ser ou não ser italiano. Descendestes de Imigrantes em Santa Maria durante o Estado Novo.** Porto Alegre, 2001, Dissertação (Mestrado em História) – PPGH PUC/RS.

ROBERTS, Andrew. **Hitler & Churchill. Segredos da Liderança.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande Do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1969, (2 volumes).

RODRIGUES, José Honório. **Uma historia diplomatica do Brasil: 1531-1945.** 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

ROHWER, Jürgen. **Die U-Boot-Erfolge der Achsenmächte 1939-1942.** München: Lehmanns Verlag, 1968.

_____. Operações navais da Alemanha no litoral do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. In: **Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil.** Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, 1982, nº 18, p. 3 a 38.

_____. Radioinformações e a sua importância na Segunda Guerra Mundial. In: **Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil.** Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, 1982, nº 18, p. 38 a 54.

ROMERO, Silvio. **Compêndio de história da literatura brasileira.** Luiz Antonio Barreto (org.). Rio de Janeiro: Imago, Universidade Federal de Sergipe, 2001.

ROSEMAN, Mark. **Os nazistas e a solução final.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ROTH, Joseph. **Berlin.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SÁ, Alexandre Franco de. **Metamorfoses do poder.** Coimbra: Ariadne, 2004.

SÁ, Magali Romero & SILVA, André Felipe C. da. Por entre as páginas do imperialismo germânico na América Latina: a Revista Médica de Hamburgo e a Revista Médica Germano-Ibero-Americana (1920-1933). In: XXIV Simpósio Nacional de História, 2007. CD/ROOM.

SAN FRANCISCO, Matilde Eiroa. La crisis de la seguridad colectiva y los virajes hacia la guerra. La política exterior Del III Reich, 1933-1939. In: PEREIRA, Juan Carlos (coord). **Historia de las relaciones internacionales contemporâneas.** Barcelona: Ariel, 2001, p. 345 a 375.

SANDER, Roberto. **O Brasil na mira de Hitler: A história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

SANT'ANA, Sergio Bairon Blanco. **História palinódica (significações culturais de um regionalidade teuto-brasileira).** Tese (Doutorado em História) FFCH-USP, São Paulo, 1991.

_____. O Fantasma da unidade cultural na metáfora palinódica do brasileiro alemão. **Revista História.** São Paulo, nº129-131, ago-dez/93 a ago-dez/94, p. 19 a 30.

SANTANA, Nara Maria Carlos de. **Associações Nazistas no Brasil. 1937-1945.** [on line] Disponível na Internet. URL: <http://www.ifcs.ufrj.br/tempo/boletim1texto5.htm>. Acesso em: 23.out.2001.

_____. **O confronto dos nacionalismos: Getúlio Vargas e a repressão ao nazismo no Brasil dos anos 30/40.** tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

_____. "Extrema Direita e a Questão Nacional: o nazismo no Brasil dos anos 30". In: **Outros Tempos** (UEMA. Online), v. 4, p. 1-21, 2007. [on line] Disponível na Internet. URL: <http://www.outrostempos.uema.br/curso/poder/42.pdf> Acesso em: 09.agos.2008.

SANTOS, Luciana Ibarra dos. **Há algo de novo no Front: a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Dissertação (Mestrado em História), PUCRS, Porto Alegre, 2006.

SANTOS, Norma Breda dos. A Historiografia Brasileira das Relações Internacionais desde 1990: Relações Internacionais e Política Externa Brasileira. In: XXII Simpósio Nacional de História, 2003. CD/ROOM.

SANTOS, Viviane Teresinha dos. **Inventário Deops: módulo V – Italianos. Os seguidores do Duce: italianos fascistas no Estado de São Paulo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001.

SARAIVA, José Flavio. Três percursos do nacionalismo nas relações internacionais. In: CERVO, Amando Luiz & DÖPCKE, Wolfgang (org). **Relações Internacionais dos Países Americanos: vertentes da história**. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1994, p. 18 a 24.

SAYAD, Abdelmalek. O que é um imigrante. In: _____. **A imigração**. São Paulo: Edusp, 1998, p. 45 a 72.

SCHIAVON, Carmem G. Burgert. **Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)**. Tese (Doutorado em História), PUCRS, Porto Alegre, 2007.

SCHRÖDER, Ferdinand. **A imigração alemã para o sul do Brasil**. 2ª ed. São Leopoldo/Porto Alegre: Unisinos/EDIPUCRS, 2003.

SCHRÖDER, Hans-Junger. Hauptprobleme der Deutschen Lateinamerikapolitik, 1933-1941. In: **Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas**. Köln/Wien: Böhlau Verlag, 1975, p. 408 a 433.

SCHUBRING, Gert. Relações Culturais entre Alemanha e Brasil: 'Imperilismo Cultural' versus 'Nacionalização'. In: **Zetetiké**. Cempem. Faculdade de Educação: Unicamp, v. 11, nº 20, jul/dez 2003, p.a 9 a 49.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial**. 2 reim. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos Capanema**. 2.ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas/Editora Paz e Terra, 2000. [on line] Disponível na Internet. URL: <http://www.airbrasil.org.br/simon/capanema.htm>
Acesso em 15/06/2002.

SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Estado Novo, Um Auto-Retrato**. Brasília: Universidade De Brasília, 1985.

SECRETARIA do Conselho de Imigração e Colonização. Primeiro ano de trabalhos do Conselho de Imigração e Colonização. **Revista de Imigração e Colonização**. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização. Ano I, nº 1, Jan. 1940, p. 5-22.

SEGA, Rafael. História e política. In: **HISTÓRIA: Questões e Debates**. Curitiba, nº 376, p. 183 a 195, 2002, Editora UFPR.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. O difícil aprendizado do nacionalismo: as relações brasileiras com a Itália e a Alemanha, 1930-1942. In: CPDOC (org.). **A revolução de 30: seminário internacional**. Brasília: Editora da UnB, 1983, p. 623 a 644.

_____. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial.** São Paulo: Ed. Nacional; (Brasília): INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

_____. **A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial.** Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

_____. **O Brasil vai a Guerra.** 3ª ed. Baueri: Manole, 2003.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica: ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajai.** Florianópolis: Fcc, 1982.

_____. A Representação do “Trabalho Alemão” na Ideologia Étnica Teuto-Brasileira. In: **Boletim do Museu Nacional.** Rio de Janeiro: Copiarte, n.37, p.1-33, 1982b. [Nova Série. Antropologia].

_____. Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro, n. 25, 1º semestre de 1988, p. 3 a 35.

_____. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (org.). **Os alemães no sul do Brasil: cultura-etnicidade-história.** Canoas: ULBRA, 1994, p. 11 a 27.

_____. Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o papel do racismo na política de Imigração e Colonização. In: MAIO, Marcos Chor (org.). **Raça, ciência e sociedade.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996a, p. 41-58.

_____. Etnicidade, Pluralismo e Imigração no Brasil. In: REICHEL, Heloisa Jochims; GUTTFREIND, Ieda (coord). **América Platina e Historiografia.** São Leopoldo: Programa de Pós-graduação em História/Unisinos, 1996b, p. 99 a 127.

_____. A Assimilação dos Imigrantes Como Questão Nacional. **Mana: estudos de antropologia social.** Rio de Janeiro: v.3, n.1, abril de 1997, p. 95 a 31.

_____. As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional. **Horizontes Antropológicos.** Ano 6, n. 14. Porto Alegre: UFRGS.IFCH, nov. 2000, p. 143 a 176.

_____. Colonização, imigração e questão racial no Brasil. **Revista USP.** nº 53, março a maio, 2002, p. 117 a 149.

SHIRER, William L. **Ascensão e queda do Terceiro Reich,** vol. II: O começo do fim (1933-1939). Rio de Janeiro: Agir, 2008.

SILVA, Alvimar. **O Novo Brasil.** Rio de Janeiro: Borsoi, 1939.

SILVA, Cristina Maria da. Vãos Imaginários na (Des)coberta da Nação: Teoria, Comunicação e Ideário Nacional. III Encontro da ANPUH-ES, 2000, Espírito Santo. **Anais.** Espírito Santo: Anpuh-ES, 2000. Disponível na Internet. URL: <http://www.anpuhes.cjb.net/> Acesso em: 13/05/2002.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Rediscutindo o Totalitarismo. In. Seminário de História do Tempo Presente. Totalitarismo, Ditadura e Revolução no Século XX. **Boletim.** Disponível na Internet. URL: <http://www.ifcs.ufrj.br/tempo/boletim1.html>. Acesso em: 09/01/2002.

SILVA, Haike R. Kleber da. **A trajetória de uma liderança étnica: J. Aloys Friederichs (1868-1950).** Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 2005.

SILVA, Helio Ribeiro da. **1942 Guerra no Continente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. **Alemães atacam navios brasileiros: 1939-1942**. São Paulo: Editora Três, 1998.

SILVA, Heloisa Conceição Machado da Crise. Ação do Estado e Pragmatismo: a política de comércio exterior brasileira (1934-1945) In: **Revista Cena Internacional**. Vol. 2, nº 2, 2000, 95 a 116. Disponível na Internet. URL: [http://www.mundorama.info/Mundorama/Cena Internacional files/Cena 2000 2.pdf](http://www.mundorama.info/Mundorama/Cena_Internacional_files/Cena_2000_2.pdf) acesso em: 09/09/2008.

SILVA, José Luiz Werneck da.(org.) **O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

SILVA, José Pereira da. **As melhores páginas de Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro: A. Marcal, 1940.

SILVA, Oliveira e. **O Município no Estado Novo**. Rio De Janeiro: Borsoi, 1940.

SILVEIRA, Helder Gordim da. MOURA, Gerson. Estados Unidos e América Latina. As relações políticas no século XX. In: **Estudos Ibero-americanos**, Porto Alegre, v. XVIII, n. 1, 1991.

SIMON, Gerd. **Volkstumsforschung in der SS**. Disponível na Internet. URL: <http://homepages.uni-tuebingen.de/gerd.simon/UeberblickVolkskde.pdf>, acesso em: 11/04/2007.

SIMPÓSIO sobre a revolução de 30. Porto Alegre: ERUS, 1980.

SOARES, Bruno Pinto. **Germanismo e nazismo na colônia alemã de Presidente Venceslau (1923-1945)**. Assis, 2009. Dissertação (Mestrado em História) UNESP.

SOARES, Teixeira. **O Brasil no conflito ideológico global (1937-1979)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

SOUZA, Ismara de. **Inventário Deops: módulo IV, espanhóis: República Espanhola: um modelo a ser evitado**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001.

SPEER, Albert. **Por dentro do III Reich**. Rio de Janeiro: Antenova, 1971

STACKELBERG, Roderick. **A Alemanha de Hitler: Origens, interpretações, legados**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2002.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **A elite diplomática brasileira e as visões sobre a Argentina durante o Estado Novo**. Porto Alegre, 1996. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

_____. Presença fascista e política externa na Argentina e no Brasil (1930/1945). **História: Debates e Tendências**. Passo Fundo: UPF, v. 3, n. 1, , julho de 2002 p. 55-61.

_____. Os atores da política externa varguista no Estado Novo. In: **II Congresso Sul-Americano de História**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005. Disponível na Internet. URL: <http://www.2csh.clio.pro.br/eduardo%20munhoz%20svartman.pdf> acesso em: 27/08/2008.

_____. Oficiais do Exército Brasileiro nos EUA: experiência, memória e incorporação seletiva de idéias nas décadas de 1930 e 1940. In: **XXIV Simpósio Nacional de História**, 2007. CD/ROOM.

_____. **Cooperação Militar Brasil-Estados Unidos: Notas Para Uma Reflexão Teórica.** In: **VII Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos.** Porto Alegre: PUC/RS, 2008, CD/ROOM.

_____. O pragmatismo brasileiro na cooperação militar com os Estados Unidos, nas décadas de 1930 e 40. In: **Estudos Ibero-Americanos,** PUCRS, v. 34, nº 1, 2008, p. 76-91.

TANNO, Janete Leiko. Repressão e controle social no governo Vargas (1930-1945). **Pós-história.** Assis: UNESP, vol 4, , anual 1996 p. 139-154.

TORRES, Andréa Sanhudo. **Imprensa: política e cidadania.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. (Coleção História, 29).

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes. A colônia de São Leopoldo na fase pioneira. 1824-1850.** São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

TRINDADE, Helgio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1979.

_____. **O nazi-fascismo na América Latina: mito e realidade.** Porto Alegre: UFRGS, 2004.

TRINDADE, Helgio & NOLL, Maria Izabel. **Subsídios para a História do Parlamento Gaúcho.** Porto Alegre: CORAG, 2005.

TROTZ, Joachim. Zur Tätigkeit der deutschen V. Kolonne in Lateinamerika. In: **Wissenschaftliche Zeitschrift.** Universität Rostock, 1965, p. 119-132.

TRUDA, Francisco de Leonardo. **A colonização Alemã no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Typographia do Centro, 1930.

UM PASSEIO de quatro meninos espertos na Exposição do Estado Novo. Rio De Janeiro: Rodrigues, 1939.

VARGAS, Getúlio Dorneles. **Getulio Vargas: Diário.** São Paulo: Siciliano/FGV, 1995. 2 v.

VARGAS, Getúlio. **Discurso-manifesto.** Disponível na Internet. URL: http://www.cebela.org.br/txtpolit/socio/vol5/E_197_02.html, acesso em: 11/03/2002.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político In: OLIVEIRA, Lucia Lippi.(et. all) **Estado Novo: Ideologia e Poder.** Rio De Janeiro: Zahar, 1982, p. 71 a 108.

_____. A literatura como espelho da Nação. **Estudos Históricos.** Vol. 1, n. 2. Rio de Janeiro, 1988. p. 239-263.

_____. A Brasilidade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 89-112.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Segunda Guerra Mundial: História e relações internacionais 1931-1945.** 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 1989.

_____. **Segunda Guerra Mundial: relações internacionais do século 20** (segunda parte). 5ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

WILLEMS, Emílio. **A Aculturação dos alemães no Brasil: Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil.** 2. Ed. São Paulo: Nacional, 1980.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico. **Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre: UFRGS.IFCH, Ano 6, nº 14. nov. 2000, p. 205 a 238.

XAVIER GUERRA, François. A nação na América espanhola: a questão das origens. **Revista Maracanan**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999. p. 9-30

ZORGBIBE, Charles. **Historia de las relaciones internacionales**. De la Europa de Bismarck hasta el final de la Segunda Guerra Mundial. Madrid: Alianza, 1997.